

**ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DE
OEIRAS**

15



**A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA E O ESPAÇO EUROPEU
BALANÇOS E PERSPECTIVAS**

**2007
OEIRAS**

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 15 • 2007



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

**A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA E O ESPAÇO EUROPEU
BALANÇOS E PERSPECTIVAS**

ACTAS DO COLÓQUIO

Sociedade de Geografia de Lisboa

(Lisboa, 30 de Outubro de 2007)



Coordenador:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 15 • 2007 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218 444 340
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

ÍNDICE

	pág.
DR. ISALTINO AFONSO MORAIS PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS Apresentação	9
PROF. LUÍS AIRES-BARROS PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA Palavras Prévias	11
JOÃO LUÍS CARDOSO Crónica do Colóquio	13
MARIANA DINIZ Nas margens do Mediterrâneo: estratégias de poder e mecanismos de exclusão no discurso arqueológico ibérico (segunda metade do século XX)	19
CARLOS TAVARES DA SILVA & JOAQUINA SOARES <i>Osmose cultural</i> e neolitização na Pré-História europeia. A propósito da transição Mesolítico-Neolítico no sul de Portugal	37
ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO A neolitização do Portugal meridional no contexto mediterrâneo ocidental do VI milénio a. C.	47
VICTOR S. GONÇALVES Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no centro e sul de Portugal	79
T. SCHUHMACHER & JOÃO LUÍS CARDOSO Ivory objects from the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras)	95
JOÃO CARLOS DE SENNA-MARTINEZ Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular	119

ÍNDICE (continuação)

	pág.
RAQUEL VILAÇA	
Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final	135
ANTÓNIO M. MONGE SOARES	
Cavalos-de-frisa e muralhas vitrificadas no Bronze Final do Sudoeste. Paralelos europeus	155
VASCO GIL MANTAS	
As relações europeias do território português na época romana	183
M. JUSTINO MACIEL	
Os suevos na Galécia e na Lusitânia	209
ANA CRISTINA MARTINS	
«A Oeste nada de novo»?	233
JUSTINO MENDES DE ALMEIDA	
A participação da Filologia Clássica, portuguesa e estrangeira, nos estudos de Arqueologia em Portugal	293

APRESENTAÇÃO

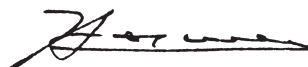
Quando o Prof. Doutor João Luís Cardoso me apresentou a proposta para a Câmara Municipal de Oeiras se constituir como Patrocinadora do Colóquio organizado pela Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa “A Arqueologia Portuguesa e o Espaço Europeu: Balanço e Perspectivas”, assegurando a publicação das Actas, dei-lhe, de imediato, o meu consentimento, por duas ordens principais de razões: primeiro, pela actualidade da temática da reunião e o gabarito científico dos comunicantes, que asseguravam, à partida, a valia da iniciativa; depois, pelo prestígio da entidade promotora do Colóquio e pela assumida opção de a Câmara Municipal de Oeiras, sem extravasar as suas naturais competências, se assumir como parceira de múltiplas iniciativas de carácter cultural e científico, desde que garantida a indispensável qualidade. Tal era o caso do presente Colóquio, abarcando temáticas regionais de larga diacronia, interessando vastas parcelas do espaço geográfico hoje português, desde a região transmontana ao Algarve, passando pela Estremadura, e pelo actual território oeirense, para se projectar em diversos domínios extra-peninsulares, de acordo, aliás, com os objectivos que se pretendiam alcançar com o presente Colóquio.

No caso concreto da Arqueologia, a parceria corporizada pela presente publicação, constituía também uma oportunidade para reafirmar a linha de actuação traçada desde a criação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, serviço da Autarquia que perfaz agora vinte anos de existência: o apoio inequívoco a trabalhos de investigação realizados no âmbito daquele serviço, ou por este apoiados, e a sua conseqüente e rápida publicação. Com efeito, a experiência provou que o êxito da política de salvaguarda e ulterior valorização e divulgação do património arqueológico – que é de todos – depende da qualidade das investigações previamente realizadas, tantas vezes morosas e prolongadas, feitas no campo ou no silêncio dos gabinetes, e frequentemente ignorada dos olhares públicos. E a prova de que, em Oeiras, esta foi a boa política, é-nos oferecida pelo sucesso da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, iniciada em 1991, e ininterruptamente prosseguida desde então, da qual o presente volume constitui a sua mais recente expressão. Na definição desta estratégia, têm, naturalmente, os Municípios acrescidas responsabilidades, na certeza de que a valorização dos bens arqueológicos existentes nos concelhos, sejam os próprios monumentos, devidamente protegidos, cuidados e em condições de visita, sejam as colecções arqueológicas municipais, adequadamente expostas e conservadas, sejam, enfim, as próprias publicações a que dão origem, repositórios preciosos e insubstituíveis que são, da informação pacientemente reunida, constituem, cada vez mais, um factor de progresso e de bem-estar na vida das comunidades, e de cada um dos munícipes, em particular.

Face ao êxito alcançado pelo Colóquio, congratulo-me pelo patrocínio que lhe foi concedido pela Câmara Municipal de Oeiras, até por estar certo de a presente publicação passar a constituir, doravante, um contributo relevante, no quadro da investigação arqueológica portuguesa dos tempos mais recentes. Cumpre, pois, agradecer à Sociedade de Geografia de Lisboa, bem como ao Prof. Doutor João Luís Cardoso, que, com o seu empenho e reconhecida competência, uma vez mais afirmada, coordenou a edição de mais uma obra que dignifica a Câmara Municipal de Oeiras.

Oeiras, 22 de Fevereiro de 2008

O PRESIDENTE



Isaltino Afonso Morais

PALAVRAS PRÉVIAS

É difícil definir o que é a Europa, nem sequer sabemos, em rigor, definir as suas fronteiras. Na realidade é a diversidade cultural que caracteriza este mosaico de nações, de povos, de falares, que mergulha as suas raízes nas profundezas da evolução da Humanidade. Dito de outro modo, a Europa, ao invés de um conjunto homogéneo, é um conglomerado de ideias, de tradições, de instituições e de identidades diferentes.

Estando a diversidade cultural, de qualquer modo suportada por ganhos sócio-políticos, humanísticos, de base comum, mas de raízes profundas e diversas (semítico-cristãos, greco-romanos com arborescências laterais múltiplas), que substrato atapetará todo este território a que chamamos Europa?

Acresce que esta Europa actualmente tem uma textura política complexa a que não é estranha o espaço geográfico e, no transcorrer dos tempos, o caminhar das civilizações que o percorreram, fixando-se ou avassalando-o em migrações “acima e/ou abaixo” deste espaço.

Torna-se, pois, imperativo conhecer melhor as interrelações específicas entre a diversidade cultural, o património cultural não apenas material, corpóreo, mas também imaterial, incorpóreo e as diversidades ancoradas neste casco milenar da civilização humana que é a Europa.

Foi no pressuposto das considerações brevemente expendidas que a Sociedade de Geografia de Lisboa, pela sua Secção de Arqueologia organizou e realizou o Colóquio “A Arqueologia portuguesa e o espaço europeu: balanços e perspectivas”, em 30 de Outubro de 2007. Oferecemos, agora, ao público, as Actas deste Colóquio.

Um percurso, ainda que breve, pela dúzia de intervenções que se congregam neste volume de Actas do Colóquio, permite-nos uma panorâmica muito impressiva. É muito sugestivo e prenhe de significado, analisar como na História recente, em alguns países, se procurou, na Arqueologia, a marca do presente de determinada configuração sócio-política. O século XX, em vários sentidos e em vários campos do conhecimento (incluindo a Ciência), teve a pretensão de pré-condicionar conclusões a partir de premissas de não só duvidosa, mas pré-fabricada origem.

Outras comunicações discutem o conceito de osmose cultural, usando os fenómenos de migração (exo e endo) através de “membrana porosa social” que permitirá explicar a evolução sócio-tecnológica entre culturas com relações de vizinhança. O papel e o condicionalismo da geografia permite melhor compreensão de fenómenos de neolitização em áreas ocupadas hoje pelo território nacional face a “pressões” exógenas no contexto do mediterrâneo ocidental.

A discussão da progressão evolutiva histórica por via de frentes de avanço *versus* filtragem osmótica mais subtil, merece abordagens de interesse.

Os estudos envolvendo a análise de materiais diversos, quer estranhos ao território peninsular (v.g. marfim) ou de origem interna (v.g. bronze), dão ensejo a considerações de grande interesse sobre o progresso tecnológico (e seu significado) nos territórios considerados.

Ao lado de visões mais dinâmicas na evolução das sociedades pré-históricas, aparecem estudos que aprofundam determinados factos relacionados com a defesa dos povos proto-históricos ibéricos, que requerem apoios científicos

de monta e que hoje suportam as ciências histórico-culturais dando-lhes uma “fiabilidade” consistente (v.g. arqueologia, caracterização e preservação do património cultural material, caracterização dos mais variados espólios históricos, etc.)

Caminhando a passos largos em direcção aos tempos mais recentes são estudadas as relações europeias dos territórios ora ocupados pelos portugueses na época romana e também nos tempos da vivência suévica. São abordagens muito vivas e mesmo originais sobre o grande encontro de culturas que foi a romanização ou ainda sobre a chamada “Pax Suévica”.

Como Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa quero salientar como é gratificante ter reuniões deste género, seguida por largas dezenas de assistentes (sendo a maioria de estudantes universitários). Assim se cumpre uma das funções da nossa Sociedade.

É de elementar justiça salientar os trabalhos da Secção de Arqueologia na organização deste Colóquio, em especial o seu Presidente, o Prof. João Luís Cardoso. Devemos a edição das comunicações apresentadas ao patrocínio exclusivo da Câmara Municipal de Oeiras que se agradece vivamente.

O PRESIDENTE DA
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA



Prof. Cat. Luís Aires-Barros

CRÓNICA DO COLÓQUIO

A Presidência portuguesa da Comissão Europeia, no decurso do segundo semestre de 2007, deu azo a que a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa considerasse a oportunidade de realizar a reunião científica cujas actas agora se editam.

Este encontro, limitado a uma jornada de trabalhos, destinou-se à apresentação de sínteses de temática arqueológica, tendo em vista o estabelecimento de balanços e perspectivas actualizadas e inovadoras, sobre as características e natureza das relações que, ao longo dos tempos, as sucessivas populações que habitaram o território português estabeleceram com as suas homólogas de outras áreas do espaço actualmente europeu, ou da bacia mediterrânea.

Ao privilegiar a diversidade das temáticas a tratar – contando, para o efeito, com a colaboração de diversos Vogais da Secção de Arqueologia e de outros credenciados especialistas – o presente volume constitui contributo de grande valia para todos os que se interessam pelos antecedentes pré-históricos e históricos que enformaram o território português, no âmbito do actual espaço europeu, e, ao mesmo tempo, marco historicamente importante na investigação arqueológica portuguesa. Foi com tais objectivos que a Mesa da Secção de Arqueologia elaborou um vasto e ambicioso programa, aprovado na reunião ordinária da Secção de Arqueologia de 4 de Julho de 2007.

Aceites os convites, sem excepção, por parte de todos os intervenientes, todos eles prestigiados investigadores da Universidade de Coimbra, da Universidade de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade do Algarve, da Universidade Aberta, da Universidade Autónoma de Lisboa, do Instituto Tecnológico e Nuclear, do Instituto Arqueológico Alemão (delegação de Madrid) e do Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, o Programa ficou assim constituído:

09.30h Distribuição da documentação

10.00h Abertura dos trabalhos pelo Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

10.15h Apresentação do Colóquio pelo Presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa

Primeira sessão de trabalhos

10.30h Prof.^a Doutora Mariana Diniz

Na margem do Mediterrâneo: estratégias de poder e mecanismos de exclusão no discurso arqueológico ibérico (segunda metade do século XX)

10.50h Dr.^a Joaquina Soares e Dr. Carlos Tavares da Silva

Osrose cultural e neolitização na Pré-História europeia. A propósito da transição Mesolítico-Neolítico no sul de Portugal

11.10h Prof. Doutor António Faustino de Carvalho

A neolitização do Portugal meridional no contexto mediterrâneo ocidental do VI milénio a. C.

11.30h Pausa para café

Segunda sessão de trabalhos

- 12.00h** Prof. Doutor Victor S. Gonçalves
Caminhos do sul durante dois milénios: algumas reflexões sobre os contactos inter-regionais no sul da Península Ibérica, do megalitismo à circulação de vasos campaniformes
- 12.20h** Doutor T. Schuhmacher e Prof. Doutor João Luís Cardoso
O marfim, expressão das relações comerciais e culturais estabelecidas entre a Estremadura portuguesa e o Mediterrâneo no decurso do Calcolítico: as evidências reconhecidas no povoado fortificado de Leceia (Oeiras)
- 12.40h** Discussão das comunicações
- 13.00h** Pausa para almoço

Terceira sessão de trabalhos

- 14.30h** Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martínez
Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular
- 14.50h** Prof.^a Doutora Raquel Vilaça
Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final
- 15.10h** Doutor António Monge Soares
Cavalos de frisa e muralhas vitrificadas no Bronze Final do Sudoeste português. Paralelos europeus
- 15.30h** Pausa para café

Quarta sessão de trabalhos

- 16.00h** Prof. Doutor Vasco Mantas
As relações europeias do território português na época romana
- 16.20h** Prof. Doutor Justino Maciel
Os suevos na Galécia e na Lusitânia
- 16.40h** Doutora Ana Cristina Martins
«A Oeste nada de novo»?
- 17.00h** Discussão das comunicações da tarde

Sessão de encerramento

- 17.30h** Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa
A contribuição da Filologia Clássica portuguesa e estrangeira para os estudos arqueológicos em Portugal

Ciente do elevado interesse e da oportunidade deste Colóquio, o signatário, na qualidade de Presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, considerou a vantagem de se proceder, sem os costumados atrasos, tão prejudiciais em iniciativas desta índole, à rápida publicação das respectivas Actas. Para tal, sugeriu a possibilidade de as mesmas constituírem um volume dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, hipótese que foi apresentada na reunião ordinária da Secção de Arqueologia de 4 de Julho de 2007. Recolhido, de imediato, o apoio do Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, a referida proposta foi, depois, submetida pelo signatário ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, que, por despacho de 10 de Setembro de 2007, viabilizou a execução da publicação, constituindo o 15.º número da série periódica “Estudos Arqueológicos de Oeiras”.

Como Patrocinadora Exclusiva deste Colóquio, a Câmara Municipal de Oeiras garantiu, ainda, a reprodução e acabamento da brochura dos resumos das comunicações, produzida no sector de reprografia municipal e distribuída a todos os participantes. Foi, assim, com redobrada satisfação, que o signatário teve a honra de representar, na sessão de abertura do Colóquio, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, na impossibilidade de este poder estar presente, corporizando o sucesso da parceria assumida entre as duas Instituições. Por isso, os primeiros agradecimentos vão para os responsáveis máximos de ambas, o Senhor Prof. Eng. Luís Aires-Barros e o Senhor Dr. Isaltino Afonso Morais, bem como a todos os comunicantes, que, sem excepção, responderam pela afirmativa ao convite – convite que constituía também um desafio, nesta época em que a falta de tempo a todos atinge. A estes se deve, por inteiro, o nível científico atingido pelo Colóquio, tão claramente expresso pelo interesse despertado nos meios universitários e culturais, interesse que muito contribuiu para o inegável êxito da iniciativa.

A terminar, é de justiça agradecer todos os contributos prestados por colaboradores das duas Instituições: por parte da Sociedade de Geografia de Lisboa., a Doutora Ana Cristina Martins (secretária da Secção de Arqueologia), e a Sr.^a. D. Carla Abreu; por parte da Câmara Municipal de Oeiras/Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, a Dr.^a. Conceição André e o Sr. Bernardo Ferreira.

Bem-Hajam!

Oeiras, 21 de Janeiro de 2008



João Luís Cardoso

Presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/
Câmara Municipal de Oeiras.
Professor Catedrático de Arqueologia e Pré-História da Universidade Aberta.



Fig. 1 – Abertura dos trabalhos. No uso da palavra, o Presidente da S.G.L, Prof. Eng. Luís Aires-Barros. À sua direita o Prof. Doutor João Luís Cardoso, Presidente da Secção de Arqueologia de S.G.L., também em representação do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, e a Prof. Doutora Mariana Diniz (Universidade de Lisboa). À sua esquerda, a Dr^a. Maria Cristina Neto, Vice-Presidente da Secção de Arqueologia da S.G.L. e o Prof. Doutor António Faustino de Carvalho (Universidade do Algarve).



Fig. 2 – Panorâmica da assistência a uma das sessões de trabalho.

NAS MARGENS DO MEDITERRÂNEO: ESTRATÉGIAS DE PODER E MECANISMOS DE EXCLUSÃO NO DISCURSO ARQUEOLÓGICO IBÉRICO (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX)

Mariana Diniz¹

RESUMO

Os discursos construídos por arqueólogos e historiadores contêm em si, e apesar das, por vezes ingénuas, buscas de uma imparcial objectividade, a marca do Presente em que estes se inscrevem. A afirmação de Lucien Febvre de que a História do Passado era em simultâneo a História do Presente constitui uma inequívoca prova de maturidade e de auto-consciência de uma disciplina que se sabia não imune às condições sociais da sua produção.

No campo da Arqueologia, os mais célebres exemplos desta estreita relação entre as circunstâncias do Presente e as narrativas produzidas acerca de alguns Passados encontram-se nos esforços realizados, na primeira metade do séc. XX, por arqueólogos e aparelhos políticos que procuravam justificar a existência de Estados-Nação. No entanto, se o papel da Arqueologia ao serviço dos regimes fascistas europeus é sobejamente conhecido, e sistematicamente denunciado, outros, mais recentes e mais subtis, tópicos da agenda científica permanecem exemplos vivos dessa continuada construção dos inquéritos em função dos quadros mentais do Presente.

No caso específico da Pré-história, a notável permeabilidade deste campo de estudos face à alteração de paradigmas – dada a fragilidade da base de dados que permite reorganizações profundas nas estratégias de análise – permitiu que nas últimas décadas do séc. XX, os antepassados do *Sapiens* perdessem a natureza sanguinária de ferozes caçadores adquirindo o menos agressivo estatuto de recolectores e necrófagos; que a guerra antes pensada um estado endémico se tornasse uma não-existência numa Pré-história em grande medida construída por elites intelectuais dominadas por fervorosos sentimentos pacifistas², e que as “sociedades indígenas” ocupassem na Pré-história do pós-guerra um lugar autónomo em tudo semelhante ao que generosamente lhes concedia, no presente, a Carta das Nações Unidas.

Contudo, as sucessivas reconstruções dos inquéritos ao Passado, que implicam a busca de novos dados para responder a questões nunca antes formuladas, se significam quase sempre o abandono, e muitas vezes a condenação, das “velhas perguntas” implicam também o abandono das “velhas respostas”, remetidas ao silêncio que rodeia os temas incómodos.

No entanto, esta exclusão do discurso oficial das “velhas respostas” reflecte muitas vezes, mais do que o seu desajuste face ao “real” histórico, uma condenação efectiva dos seus contextos de origem e dos autores que as produziram, vítimas de um processo de *damnatio memoria*, também frequentes na história da ciência...

¹ Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras de Lisboa. 1600-214 Lisboa. m.diniz@fl.ul.pt

² A guerra, no entanto e com seguro pesar da geração “flower power” que a havia banido, tornou-se hoje de novo uma alínea decisiva nas agendas contemporâneas. Veja-se a título de exemplo GUILAINE, J. & ZAMMIT, J. (2001) – *Le sentier de la guerre. Visages de la violence préhistorique*. Paris: Éd. du Seuil; PEARSON, M. & THORPE, J. (eds.) (2005) – *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*. Oxford: BAR International Series (1347).

Na Península Ibérica, a história dos conceitos definidos, em 1938, por Julio Martínez Santa-Olalla, o do “Neolítico Hispano-Mauritano” e do “Neolítico Ibero-Sahariano”, parece inscrever-se nesta tipologia de fenómenos e a vida útil destas designações acompanha de perto o percurso do arqueólogo falangista.

Se as relações culturais existentes, ao longo da Pré-história, entre os dois lados do Estreito eram já desde os inícios do séc. XX tratadas por diferentes arqueólogos, a definição explícita destes conceitos coincide, sem que se trate, no entanto de uma coincidência (...), com as pretensões africanistas da ditadura de Franco, e a omnipresença do Maghreb na discussão do Neolítico meridional traduz uma clara estratégia de poder europeu sobre os territórios da outra margem do Mediterrâneo.

A partir de finais dos anos 60/inícios da década de 70, os termos de “Neolítico Hispano-Mauritano” e “Neolítico Ibero-Sahariano”, cuja utilização estava já em rota descendente, são definitivamente afastados da terminologia arqueológica em resultado não de uma revisão científica dos seus conteúdos, mas da excessiva colagem destes conceitos a um quadro ideológico específico que os torna não-adequados face aos novos questionários arqueológicos produzidos no contexto dos regimes europeus, agora democráticos e não-coloniais.

E se as designações criadas por Santa-Olalla parecem hoje curiosidades históricas mais que conceitos operativos, a efectiva proximidade geográfica dos territórios de ambas as margens do Mediterrâneo justifica a construção de um inquérito abrangente que menos atento aos cenários políticos e culturais do Presente procure reconstituir os circuitos históricos do Passado.

1 - ESTRATÉGIAS DE PODER

1.1 - *Do outro lado do Espelho (os finais de Oitocentos)*

Em meados do século XIX, a emergência da arqueologia enquanto disciplina científica acontece no quadro de uma Europa colonial que em breve, quando pretender tornar efectiva a sua presença nos territórios ultramarinos, utilizará os préstimos desta, então jovem, ciência na construção das ideologias do Império.

E se na segunda metade de Oitocentos, é seguramente muito escasso o conhecimento que os Evolucionistas dispõem sobre os Passados, mas também sobre os Presentes,⁴ extra-europeus, o lento exumar da informação em territórios mais ou menos distantes, permitirá construir, através da Arqueologia, uma máquina científica que a Europa gera e sustenta, olhares sobre “outros territórios”, hierarquizando os espaços para lá das fronteiras do mundo civilizado, atribuindo papéis e lugares na História, distinguindo as arenas de antigas civilizações já esquecidas e lugares sempre periféricos.

Por isso, as colónias ou protectorados assumem, ao longo da primeira metade do séc. XX, distintos papéis face à (Pré)História da Europa e admite-se, em função do esplendor ou pobreza das suas culturas pretéritas, que possam ter funcionado, nalgum momento do Passado, enquanto “áreas de origem”, “áreas de transmissão”, “áreas decadentes” na longa marcha da Civilização. A atribuição de um estatuto a um território constitui, assim mais um elemento activo na teia complexa das relações coloniais que combinam interesses geo-estratégicos, económicos, simbólicos e ideológicos.

Neste sentido, o lugar que uma colónia ocupa entre as civilizações do Presente não é necessariamente um reflexo do lugar que esse território ocupou no Passado, e o brilho de algumas fases da (Pré)História não-europeia são o

⁴ Como se depreende das múltiplas expedições levadas a cabo por europeus no continente africano destinadas a reconhecer territórios dominados no papel, mas efectivamente não conhecidos no terreno.

rasto do *Zeitgeist* hegeliano, cuja movimentação justifica as diferenças entre os dados do arqueólogo e os dados do etnógrafo.

O papel que a Europa concede a alguns de esses “outros lugares”, e o contributo decisivo que admite terem dado para a marcha da humanidade, advêm-lhes não do Presente decadente, mas de um Passado glorioso, posto a descoberto pelos arqueólogos, e onde é evidente um protagonismo cultural, já perdido.

E a utilização que a Europa faz do Passado de territórios no Presente claramente subalternos face às potências coloniais é muito diversificada. Se alguns lugares são elevados à categoria de “Berço da Civilização”, e o Egipto é nesta matéria o mais paradigmático dos casos, considerados portanto *Antepassados* da cultura europeia que aí encontra as suas origens, outros representam linhas paralelas ou até becos sem saída...

Atribuir estatutos parece ser o papel das Humanidades na aventura colonial, aquilo que justifica que arqueólogos e etnógrafos – que não identificam rotas ou recursos económicos decisivos – estejam também no terreno, demonstrando que a presença da ciência europeia nos territórios coloniais não obedece a fins única e prosaicamente mercantilistas, mas contribui de forma decisiva para o cimento ideológico necessário à conservação dos Impérios.

E o papel da História e da Antropologia serão aqui decisivos, enquanto meios privilegiados de transmissão dos princípios simbólicos de um Tempo, demonstrando a justiça da presença europeia enquanto necessária entidade civilizadora de populações estagnadas e pouco aptas para a mudança, de acordo com os dados etnográficos, ou enquanto reconstrução no Presente de famílias culturais do Passado, como demonstram os dados arqueológicos.

Por isso, a tomada de posse dos territórios ultramarinos – fenómeno tardio face à formação dos Impérios – procura causas profundas que justifiquem a existência ou a unidade do Império. Em algumas circunstâncias, a proximidade geográfica e a partilha em alguns momentos de uma História, ou Pré-história, comum constituem argumentos decisivos.

E é neste quadro que a história das relações havidas, no Presente e no Passado, entre a Península Ibérica e o Norte de África são sintomáticas dessa relativa esquizofrenia dos mecanismos de poder que combinam política e ciência, ou em que a ciência segue de perto a política.

Observando Espanha, enquanto *case-study* – exemplo de uma situação vivida de forma mais ou menos intensa por outras potências europeias – verifica-se que a atenção desta nação colonial parece dirigir-se, desde os finais do século XIX, de forma nítida para o Norte de África, último reduto de um Império perdido em 1898, e conservar-se-á, ainda que com desigual intensidade, até ao momento em que os movimentos de independência do Mahgreb tornam *non grata* a presença ocidental do outro lado do Estreito.

As palavras de Joaquín Costa, fundador, em 1883, da *Sociedad Española de Africanistas y Colonialistas* são, neste ponto, exemplares: “España y Marruecos son como las dos mitades de una unidad geográfica (...) El Estrecho de Gibraltar no es un tabique que separa una casa de otra casa; es, al contrario, una puerta abierta por la Naturaleza para poner en comunicación dos habitaciones de una misma casa.” (*in* TOFIÑO-QUESADA, 2003, p. 5)

Demonstra-se assim claramente que o Império espanhol não é um império de interesses económicos, mas traduz a reunião de uma mesma família cultural, com uma história antiga que devia ser revelada pela Arqueologia, capaz de relevar os laços havidos, desde tempos remotos, entre as sociedades africanas e espanholas (DARIAS DE LAS HERAS, 2002).

1.2 – Do outro lado do Estreito (1916-1936)

O debate acerca das conexões havidas, ao longo da Pré-História, entre a Europa e África acompanham a Arqueologia desde as suas primeiras fases – Darwin admitia, reconhecendo a ausência de provas concludentes, uma provável origem africana para o Homem – mas interessa aqui sobretudo explorar o discurso em torno das relações estabelecidas, durante o Neolítico, entre as duas margens mais próximas do Mediterrâneo ocidental, a Espanha e o Maghreb.

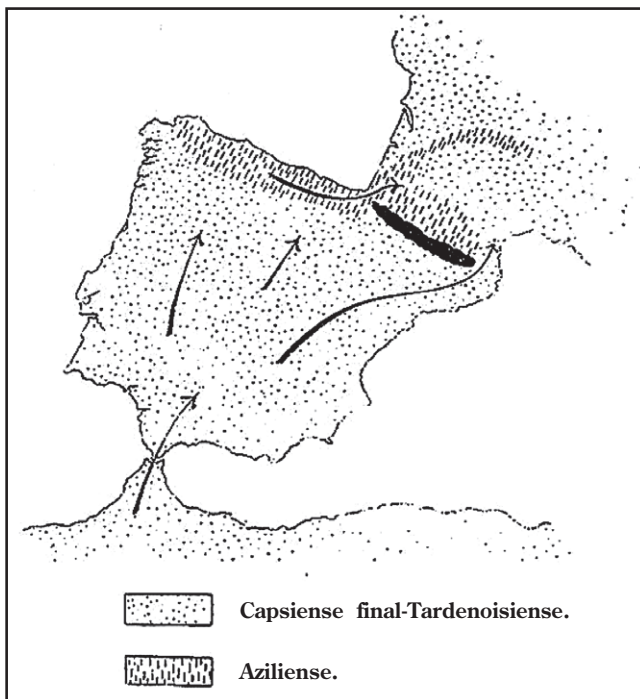


Fig. 1 – Expansão Capsiense, segundo Hugo Obermaier, 1925.

ao final do último episódio glacial, estaria na base da movimentação de grupos humanos que, durante o Epipaleolítico, trariam a civilização capsense até à Península, movimento materializado nos esqueletos e na cultura de Mugem

“(…) els esquelets de Mugem podem ésser considerats pertanyents al poble capsità, puix que la seva cultura és la del capsità final (...) es pot legitimament relacionar el fet del possible origen africà de la raça de Mugem (...)” (BOSCH-GIMPERA, 1932, p. 36).

No entanto, a influência africana não se restringe para Bosch Gimpera à expansão do Capsiense, mas considera que outros momentos, mais recentes, da Pré-história peninsular estão igualmente conectados com o Norte de África, e neste sentido parece particularmente esclarecedor a inclusão na sua obra *Etnologia de la Península Ibérica* de um capítulo – o terceiro – integralmente dedicado a “Els pobles del Nord d’Àfrica: capsians i saharians (camitas)”, temática então considerada vital para o entendimento da Pré-história peninsular e das origens das populações neolíticas na Europa ocidental.

A individualidade étnica dos grupos descendentes dos primeiros Capsienses está bem marcada na cerâmica decorada com relevos e incisões fabricada por este povo da “Cultura de les Coves” – cuja área de dispersão se estende por toda a bacia do Mediterrâneo ocidental, atingindo mesmo essas zonas já na esfera do Adriático e do Egeu como a Itália Meridional e a Sicília (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 88).

Neste quadro, as duas margens do Mediterrâneo Ocidental partilham uma mesma história e os ecos do Oriente e da Anatólia esbatem-se no Mediterrâneo central.

No discurso de Bosch Gimpera, a influência africana volta a ser decisiva para explicar aquele que é considerado um momento de particular apogeu na Pré-História Espanhola, o da cultura de Almeria, uma vez que: “(...) els primers «almerians» d’origen africà, els quals (...) o estar-hi en relació constant amb llurs parents d’Àfrica, donc en les etapes següents la cultura almeriana evoluciona cada vegada més d’acord amb la sahariana de l’Àfrica Menor (BOSCH-GIMPERA, 1932, p. 149).

E nos inícios do séc. XX, destaca-se, pela leitura africana que fará de alguns momentos da Pré-História espanhola, a voz de Hugo Obermaier. Na sua obra *El Hombre Fósil*, publicada em 1916 e reeditada em 25, este arqueólogo alemão defende uma origem africana para a mais significativa cultura do pós-glacial na Península Ibérica. A cultura Capsiense teria, segundo Obermaier, vinda do Norte de África, atravessado o Estreito, ocupado a quase totalidade da Península e daí cruzado os Pirinéus rumo a outros territórios europeus.

E esta proposta, do catedrático de Madrid, de uma “invasão capsense” da Península será também defendida por Pere Bosch-Gimpera, que amplia o contributo africano a outras etapas decisivas da Pré e Proto-Histórias espanholas.

Também para Bosch Gimpera, a História e a Pré-História destes territórios contíguos estão intimamente relacionadas e “(...) els continus al.luvions d’hordes africanes (...)” (BOSCH-GIMPERA, 1932, p. 3), constituem um factor decisivo na formação dos povos ibéricos. A desertificação do Sahara, associada

As ligações ao Sahara deste povo de agricultores, metalúrgicos e guerreiros, não está ainda completamente esclarecida e para justificar “Como y cuándo los almerienses llegaron de Africa? (...) Hará falta, para ello, conocer mejor la evolución del Africa menor.” (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 95). Admite-se, no entanto, uma rota de expansão da cultura sahariana que ligaria o sul da Tunísia à região de Orão e daí ao Sudeste espanhol, e cuja origem incluía relações com esse foco criador de cultura – o Egipto pré-dinástico (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 96-97). Os vestígios dessa expansão não se limitariam a alguns componentes da cultura material (cerâmicas lisas, tecnologia de talhe, tipologia de instrumentos líticos), mas também ao “(...) establecimiento en el sureste de España de grupos muy homegéneos de origen africano y que representan los dolicocefalos bereberes saharienses.” (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 99).

Ao longo da década 30, P. Bosch-Gimpera conduzirá o seu discurso africanista em torno de três questões fundamentais: a origem norte-africana do Capsiense peninsular, a unidade étnica, mas sobretudo cultural dos povos do *Neolítico de las Cuevas* nas duas margens do Mediterrâneo ocidental e a unidade cultural e étnica da *Cultura de Almeria*, oriunda da movimentação de povos do Sahara.

E se África parece território privilegiado para compreender o Passado Ibérico, a Espanha surge, no entanto nos textos deste arqueólogo, como um mosaico étnico e cultural, onde se combinam, para além das africanas, influências orientais e atlânticas. Os mapas retalhados que cria para o espaço peninsular são disso um claro reflexo, da diversidade de culturas, da diversidade de trajectos históricos que constituem a essência plural da Espanha (Pré)Histórica.

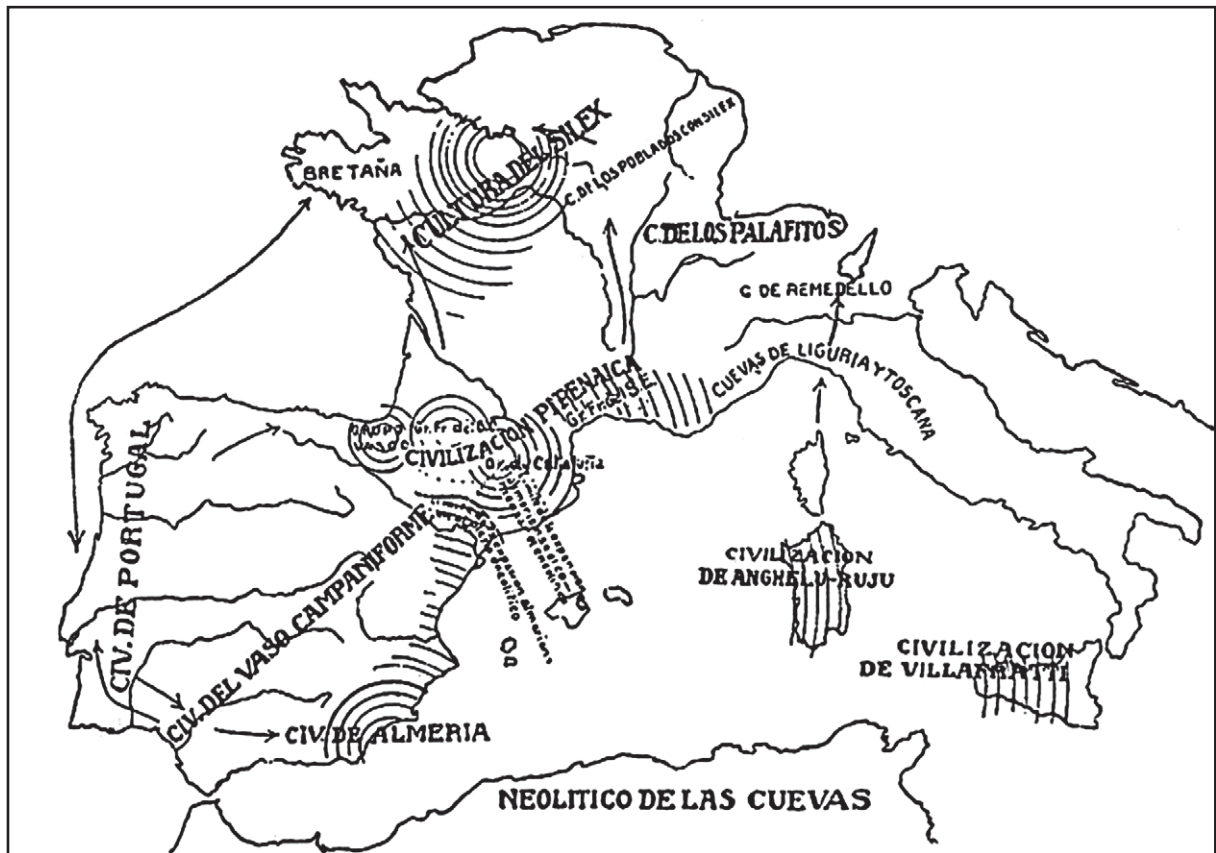


Fig. 2 - Civilizações no Ocidente da Europa, segundo P. Bosch-Gimpera, 1926.

Outros nomes integram, nos finais da década de 30, o coro das vozes africanistas, e a guerra civil encontrará dos dois lados da barricada arqueólogos defensores de uma Pré-história da Península Ibérica que não pode ser discutida nem compreendida sem a outra margem do Mediterrâneo. A proximidade geográfica, alguns paralelismos tipológicos, as semelhanças étnicas demonstradas pela antropologia física, e o papel e a antiguidade da (Pré)História Egípcia, constituem argumentos, mais propostos que efectivamente testados, para ler a história do Mediterrâneo ocidental como uma história comum.

1.3 – *A voz dos vencedores (ou os encantos de África Minha) (1939-1955)*

Quando, em 39, as forças de Franco vencem a Guerra, e ao contrário do acontecido em muitos outros domínios, o discurso africanista não sofre qualquer revés. Apesar do exílio de alguns arqueólogos decisivos nesta matéria, como Obermaier ou Bosch-Gimpera, a instauração do regime fascista não abandona, ao invés irá reforçar, essa conexão que se pretendia antiga e profunda entre os dois lados do Estreito.

E se a Espanha *Una Grande Libre* se define ideologicamente enquanto Nação Cristianíssima empenhada no combate ao infiel, e toda a cerimónia de “consagração” de Francisco Franco, na Igreja de Santa Bárbara, é disso clara manifestação (RUIZ *et al.*, 2003, p. 163), a vocação africana da Espanha constitui, no entanto uma outra e decisiva faceta do Regime Fascista de Franco.

A exaltação de uma África espanhola – ideia com já longa genealogia (TOFIÑO-QUESADA, 2003) – faz parte também do discurso do vencedor, das aspirações coloniais de uma ditadura a quem restam, de um imenso Império, escassas possessões.

A sobrevivência dos antigos postulados científicos, apesar do afastamento dos seus criadores, justifica-se assim num quadro de uma coincidência entre as velhas ideias e os novos interesses políticos e ideológicos.

E neste sentido, a voz do falangista Julio Martínez Santa-Olalla é na arqueologia do pós-guerra claramente a voz do vencedor, que integra neste caso o ai dos vencidos..., portanto daquele que cria ou difunde a narrativa oficial acerca do Passado.

Autoridade absoluta entre 39 e 55, ainda que uma autoridade contestada pelos seus pares (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004), J. Martínez Santa-Olalla é neste período: Comissário Geral da *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas (CGEA)*, organismo que tutelava a actividade arqueológica e que devia, segundo o decreto da sua fundação, estar nas mãos de adeptos do regime “(...) to guarantee their support for the ‘National Cause’.” (in DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004, p. 112); Director da *Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria (SEAEPP)*; responsável interino da cátedra, que pertencia a Obermaier, de *Etnología y Prehistoria*, da Universidade de Madrid (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004); e Presidente do *Comité Español de África occidental* (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004, p.35).

A lista das funções transmite uma clara ideia do poder efectivo de Santa-Olalla que é portanto o homem a quem compete, e apesar do escasso interesse demonstrado pela Ditadura na actividade arqueológica (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004), veicular a ideologia oficial, que para o regime parece gravitar em torno de duas questões centrais: a da unidade étnica e cultural da Espanha desde tempos remotos; a das ancestrais relações com África.

No entanto, Santa-Olalla não é um africanista, e se a Falange reclamava como “El territorio vital español (...).” (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004, p. 31), os territórios de Gibraltar, Orão, Tanger, Protectorado francês de Marrocos e o Golfo da Guiné..., para o arqueólogo o espaço da Espanha é a Europa, e as raízes da hispanidade encontram-se nas invasões celtas e na completa arianização da Península (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004).

Apesar das suas preferências pessoais que se inclinavam, no Presente e no Passado, para a Alemanha e para o universo dos Indo-Europeus, “herda”, por inerência de funções, o mito da “África espanhola” e a responsabilidade de tornar esta, que era sobretudo uma construção teórica e mental, numa realidade apoiada em registos de terreno.

E a ambiguidade da relação de Santa-Olalla com África – ambiguidade que é, em parte, partilhada pelo Regime que se revê na outra margem do Estreito, que é no entanto o Outro – está presente no seu *Esquema Paleontológica de la Península Hispánica*, redigido ainda em 38, dado à estampa em 41 (RUIZ *et al.*, 2003), e reeditado em 46.

No *Esquema*, Santa-Olalla atribui novas designações aos conceitos criados por Bosch-Gimpera, a *Cultura de las Cuevas*, do arqueólogo catalão, designa-a como *Hispano-Mauritana*, e a *Cultura de Almeria* como *Ibero-Sahariana*.

Para além de uma lacónica descrição de alguns conteúdos artefactuais e da distribuição geográfica destas culturas – ao *Hispano-Mauritano* correspondem: machados de pedra polida de secção circular/oval; cerâmicas decoradas; uma economia pastoril com alguma agricultura e estende-se pela Europa ocidental mediterrânea, Península Ibérica e Norte de África; ao *Ibero-Sahariano* correspondem: sofisticados materiais de sílex, cerâmicas lisas, machados de secção rectangular, metalurgia, economia agrícola, povoados de altura, uma organização matriarcal... (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 54-55) – não são avançadas outras considerações, o que justificará que San Valero Aparisi, seu discípulo, aguarde um maior desenvolvimento desta temática...

Mais significativas parecem, no entanto, as considerações, logo na abertura da obra, em torno de África, reconhecendo a posição intercontinental da Espanha refere que o desenrolar da investigação, nos últimos anos, permitiu: “(...) El hundimiento del mito africano que concedía papel creador exagerado y propagador de pueblos e culturas a Africa.” (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 20), e reafirma na página seguinte: “La segunda gran realidad, eso que he llamado hundimiento del mito africano, fué producida *por una sobreestimación de la fuerza creadora del Norte de Africa*, cuya base, puramente teórica o apoyada en echos mal interpretados, concedía (...) fechas altísimas a yacimientos (...) muchos más recientes (...) pervivencias y atavismos que se dan en un verdadero territorio cultural en la prehistoria.” (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 21-22, *itálico nosso*).

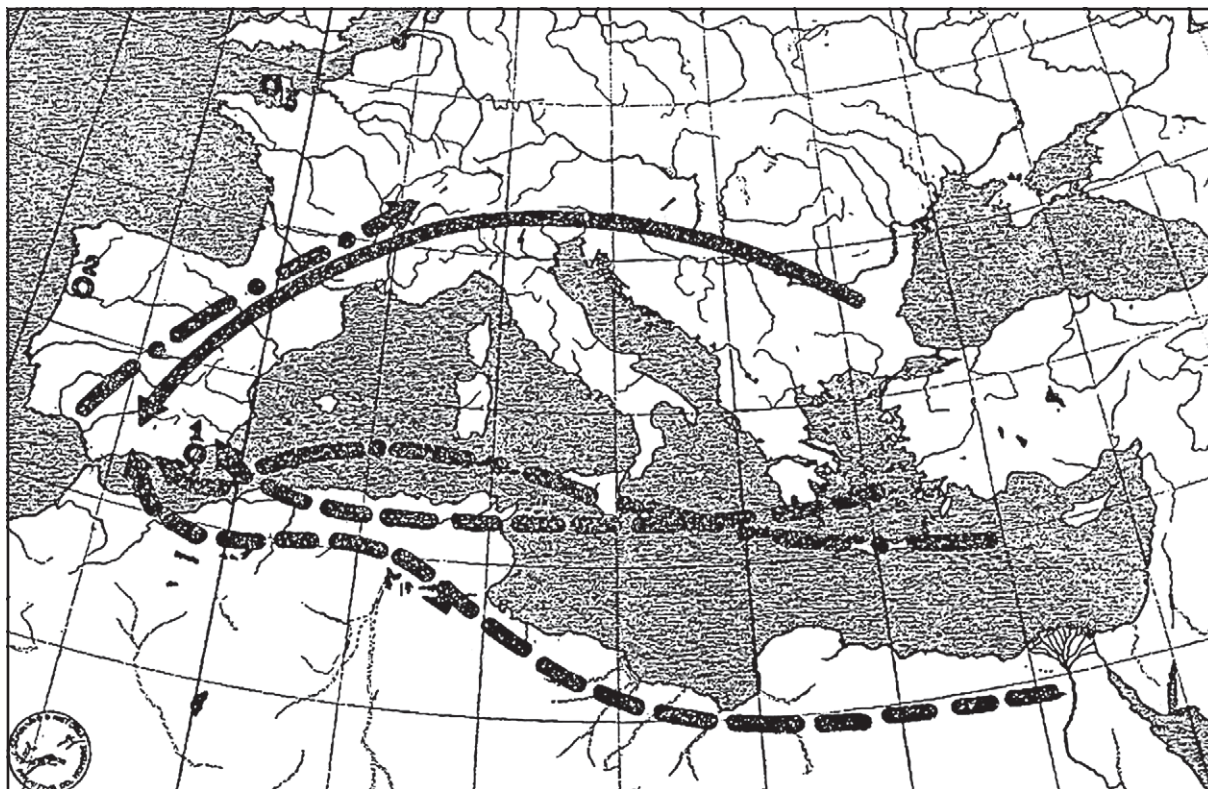


Fig. 3 – Rotas de chegada à Espanha Iberosahariana de cereais e leguminosas, segundo J. Martínez Santa-Olalla, 1946^b.

Parecem claras as palavras do autor, absolutamente compatíveis com um adepto do Histórico-Culturalismo de Gustaf Kossina. África não é ponto de partida, mas de chegada e de estagnação...

A crítica às propostas de Obermaier e de Bosch-Gimpera, cujo exílio lhe havia permitido apoderar-se da arqueologia espanhola, está portanto implícita, e refere-se seguramente a estes autores quando refere a “*sobreestimación de la fuerza creadora del Norte de Africa*”.

No entanto, não nega nunca as relações havidas durante a Pré-história entre os dois lados do Estreito – apesar de considerar o “(...) famoso capsense, pura invención (...)” MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 22), os seus conceitos permitem unir numa vasta cultura pré-histórica as duas margens do Mediterrâneo porque, como escreve, o *Hispano-Mauritano* abrange: “(...) toda la Península Hispánica, Mediodía de Francia, más o menos gran parte de Italia continental e insular y todo el Norte de Africa en su parte occidental de Túnez a Marruecos (...)” (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1948, p.105), e as setas nos seus mapas seguem o que é, então, o caminho politicamente correcto.

Apesar de claramente europeísta, Santa-Olalla, e porque África é material e simbolicamente uma ideia cara ao regime, será na sua categoria de Comissário Geral da CGEA e Director da SEAEP, o primeiro arqueólogo espanhol a viver, no terreno, uma, ainda que breve, “etapa africanista” (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004, p.31).

Entre 41 e 46, sucedem-se as expedições ao Norte de África, sobretudo aos territórios do Sahara, então, Espanhol, destinadas a identificar sítios arqueológicos de todas as cronologias e núcleos de arte rupestre.

Quadro 1 – Expedições de Martínez Santa-Olalla na África Espanhola

1941	1ª exp. – Sahara Ocidental (início do estudo nos territórios saharianos)	Martínez Santa-Olalla	PONS, 1946
1943	2ª exp. – Sahara ocidental	Martínez Santa-Olalla Bernardo Sáez	PONS, 1946
1945	Guiné espanhola	Martínez Santa-Olalla Bernardo Sáez	PONS, 1946
1946	3ª exp. – Rio de Oro – Sahara ocidental	Martínez Santa-Olalla Bernardo Sáez	PONS, 1946

Apesar dos atractivos que poderiam ter para um homossexual espanhol dos anos 40, as expedições em África, as estadias com Bernardo Sáez parecem curtas, eventualmente por falta de fundos, queixa frequente em Santa-Olalla (e referia-se que apresentando as despesas da CGEA, Díaz-Andreu e Ramírez Sánchez (2004) não fazem qualquer referência aos gastos em África), e na voz dos seus detractores pouco produtivas porque muito material ficará por publicar.

No entanto, o *constructo* existe e os grandes círculos culturais do *Hispano-Mauritano* ou *Ibero-Sahariano* unificam vastos territórios no Passado, curiosamente coincidentes com o Império do Presente... – e o caso da Pré-História das Canárias, última emanção destas culturas hispâno-africanas é esclarecedor (FARRUJIA DE LA ROSA & ARCO AGUILAR, 2004) – desenhando realidades culturais mais conformes ao discurso oficial, que os mapas de uma Espanha retalhada e culturalmente centrífuga que Bosch-Gimpera havia concebido...

E é seguramente o contexto político que faz Santa-Olalla admitir uma natureza dual, Europeia e Africana, na constituição da Hispanidade (DÍAZ-ANDREU, 1993, p. 77) – porque África é uma prioridade na Espanha de Franco, e o Maghreb território decisivo numa ideologia imperial que faz remontar a um Passado islâmico partilhado uma das causas da sua vocação africana, e também por isso, palco privilegiado da sua acção missionária, o lugar de Cruzada de uma Nação católica que convertendo o Infel conclui a obra de Isabel I (TOFIÑO-QUESADA, 2003).

No entanto, em alguns arqueólogos contemporâneos de Santa-Olalla, o “africanismo” parece uma convicção profunda, e na vasta obra de San Valero Aparisi, as conexões africanas são exploradas de forma sistemática e detalhada.

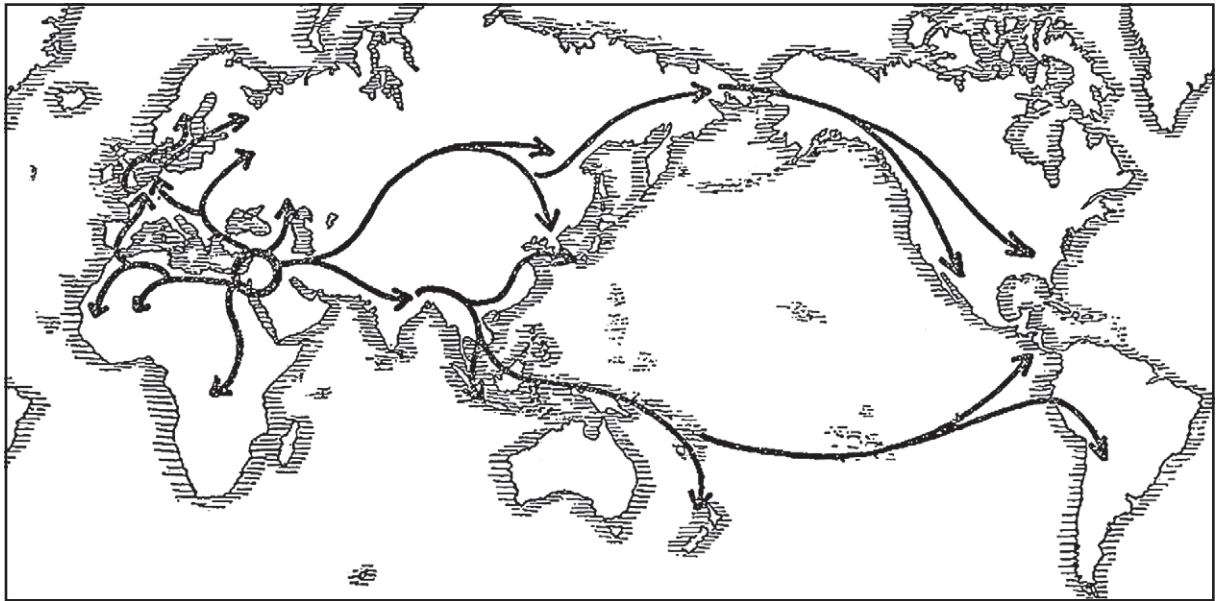


Fig. 4 – Expansão do Neolítico segundo J. San Valero Aparisi, 1946.

E se é possível detectar uma inflexão de tom nos textos produzidos por este arqueólogo, entre meados da década de 40 e meados da década de 50, tornando-se visível nos últimos um claro arrefecimento do entusiasmo africano, no esquema da sua tese de doutoramento *El Neolítico Español y sus Relaciones*, publicado em 46, considera que “(...) el Neolítico africano nos interesa primordialmente, y en él, Egipto: *aile marchant du progrès en Afrique depuis le Néolithique* (Vaufrey).” (SAN VALERO APARISI, 1946, p.10).

Se a referência ao Egito, enquanto área seminal da Civilização, constitui um *leit-motiv* do discurso arqueológico da primeira metade do sec. XX, o Norte de África desempenha nas origens do Neolítico da Europa ocidental, um lugar determinante porque este é a consequência de “(...) la primera oleada, de tipo hispanomauritano español (...)” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 14), porque “El Neolítico no es autóctono en la Península. (...) Las relaciones tienen, pues, una double faz: de filiación respecto a África do Norte, de transcendencia para Europa.” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 24).

As relações e as rotas deste Neolítico de origem africana são explicitadas: “El paralelismo de nuestra cultura con África puede verse con el más próximo eslabón geográfico, Gruta de Achakar (...), em Tânger así como en las cuevas oranesas (...)” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 24).

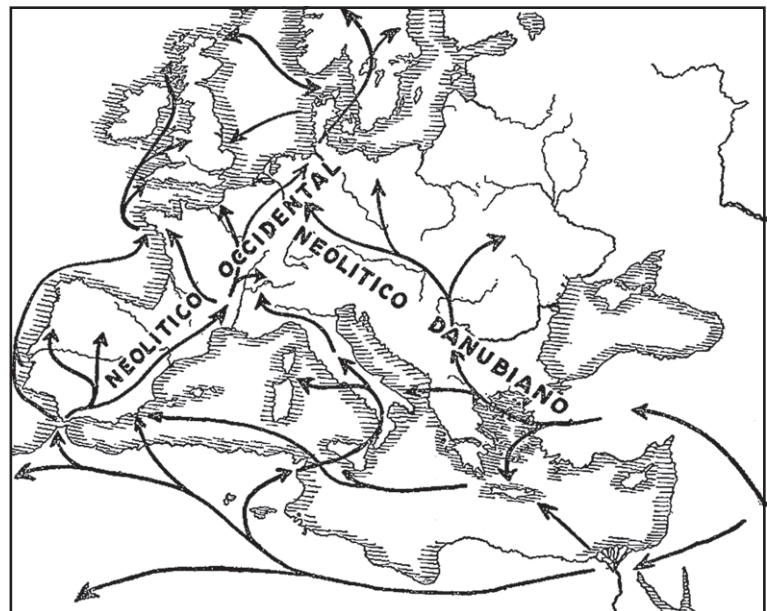


Fig. 5 – Rotas da Neolitização da Europa segundo J. San Valero Aparisi, 1946.

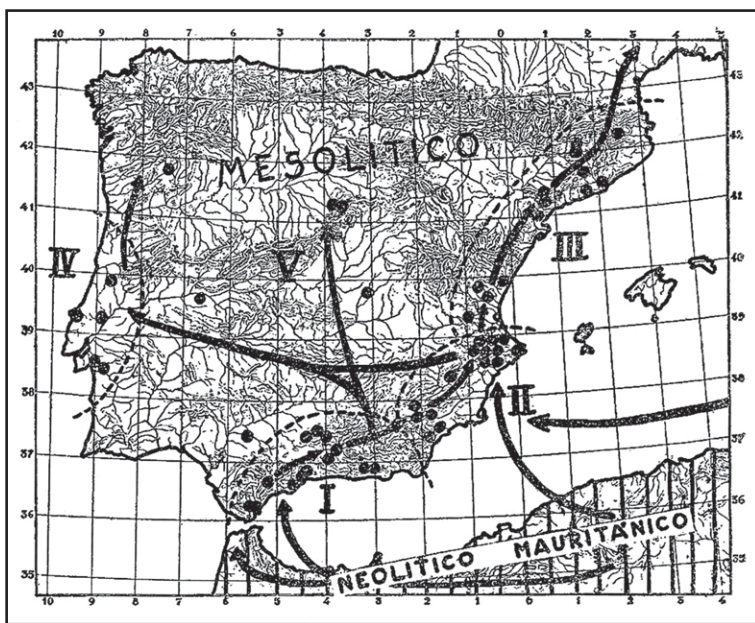


Fig. 6 – Rotas da neolitização de Espanha segundo J. San Valero Aparisi, 1946.

San Valero descreve inclusivamente o momento da entrada na Península: “Los neolíticos encuentran a su llegada unos indígenas, con los que étnicamente – mesolíticos tardenocapsienses – son afines y cuya cultura tiene un fondo común con la propia.” (SAN VALERO APARISI, 1946, p.25), e a vitalidade expansionista desta cultura não se esgota na Península porque o *Hispano-Mauritano* é, tal como propunha Bosch Gimpera e repete Santa-Olalla, a origem de outros neolíticos além-Pirinéus.

E “(...) esta corriente Sur-Norte neolítica – base de la civilización de Europa occidental (...)” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 28), está também na base do Neolítico italiano onde através da Tunísia chegam as culturas africanas.

No entanto, em 54-55, no seu texto *El Neolítico Europeo y sus Raices*, África,

ainda que incontornável na análise do Neolítico europeu e espanhol porque “(...) Africa es durante un momento del neolítico el presupuesto inicial del Neolítico occidental europeo (...) merecedora de todo nuestro interés.” (SAN VALERO, 1954-55, p.121)” e é a “(...) comprensión de las culturas postpaleolíticas en el continente negro que nos permita inquirir las raíces de nuestro Neolítico español.” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p.118), perde protagonismo.

A Europa que é “(...) desde el Paleolítico Superior un lugar de elección para el hombre.” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p.121), adquire uma importância crescente face ao atraso que se regista nos territórios maghrebins: “Como para Africa de Norte francesa, afirma Vaufrey (...), cabe afirmar para todo el norte y el oeste que el neolítico aparece como un hecho colonial afectado del retardo propio de todos los hechos coloniales (...)” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p. 120).

Uma dependência crescente face aos sucessos culturais da Pré-história europeia faz admitir ao invés de um relação Sul-Norte, uma outra de sentido inverso que nos terrenos pouco propícios do Norte de África haveria depois de estagnar justificando a permanência de um Neolítico degenerado até à Idade do Ferro (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p. 119).

No entanto, e se nesta primeira metade da década de 50, o Norte de África ainda conserva o seu lugar na (Pré)História da Europa porque se admite que “(...) a), la existencia de relaciones hispano-africanas, más ou menos determinadas todavía a partir del Paleolítico superior y que se intensifican durante el Mesolítico y el Neolítico (...)” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p.123), é já visível no discurso uma alteração de perspectiva face ao papel do território maghrebino na marcha da Civilização.

Na reedição da obra *La España Primitiva* (1ª ed. 1934), em 1950, Pericot ainda defende, e ao contrário da opinião então dominante, a entrada de populações africanas no Capsiense Ibérico, atestada em Muge (PERICOT, 1950, p.117-118), e admitindo um Neolítico que se expande através da Europa mediterrânea, afirma “Pero el camino del Norte de Africa no puede ser negado” (p. 123).

Ainda mais sintomática de que a negação do caminho africano estava em curso, parece ser a sua afirmação acerca das conexões culturais da Idade dos Metais na Península Ibérica: “En primer lugar, relaciones com Africa. Relaciones

innegables y que todos aceptan para esta época *mientras se discuten para otros períodos.*” (PERICOT, 1950, p. 187 – itálico nosso).

Porque as relações com África começavam a ser discutidas, no Passado, mas também no Presente... ou no Presente e por isso também no Passado ?, e as palavras de Tarradell, em 1954, a propósito de Ghar Cahal, gruta situada no, então ainda, Protectorado de Marrocos, parecem, mais que a descrição de uma problemática pré-histórica, um relato da situação política, uma vez que se esperava que a escavação do sítio “(...) podría dar materiales que aportaran alguna luz *al tan debatido problema de las relaciones entre la Península Ibérica y Marruecos durante la época prehistórica.*” (TARRADELL, 1954, p. 345 – itálico nosso).

As relações entre os dois lados do Estreito são, em 54, “um problema”, e o último bastião de uma história antiga entre a Espanha e o Norte de África – o campaniforme – parece também já não se sustentar: o vaso campaniforme de Car Gahal é inscrito por Tarradell no Grupo do Guadalquivir, mas entre uma justificação assente numa migração humana ou em contactos comerciais, o arqueólogo inclina-se “(...) claramente por la segunda posibilidad (...)” (TARRADELL, 1954, p.356)

Os laços dissolvem-se, nos dados já não se vislumbram relações de parentesco, antes a distância fria das relações comerciais...

2 – MECANISMOS DE EXCLUSÃO

2.1. –O Fim da Miragem (ou um doloroso Out of Africa) (1955-1975)

Quadro 2 – Cronologia da Independência dos Países do Maghreb

Líbia	Itália	1951
Marrocos	França	1955
Protectorado Espanhol	Espanha	1956
Tunísia	França	1956
Mauritânia	França	1960
Argélia	França	1962
Sahara Ocidental	Espanha	1976

Na genealogia das relações Península Ibérica-Magreb abre-se, na segunda metade da década de 50, um novo capítulo. Um complexo conjunto de circunstâncias, quer políticas quer científicas, ditará um novo rumo nas leituras africanistas e a progressiva exclusão do Norte de África do debate em torno da Pré-História do Mediterrâneo ocidental.

Em primeiro lugar, no plano da política interna espanhola, a queda de J. Martínez Santa-Olalla do lugar cimeiro que ocupava na arqueologia do regime de Franco. Se este podia parecer um facto científico ou profissional, dada a escassa empatia deste arqueólogo com os seus pares, o acolhimento favorável da carta assinada por sete universitários contra o falangista está seguramente relacionado com a queda generalizada da facção falangista e a chegada ao poder dos círculos do *Opus Dei*, na Espanha de meados 50 (DIÁZ-ANDREU & RAMÍREZ SANCHEZ, 2004, p. 121).

No desfecho deste episódio, extingue-se a *Comisaria General de Excavaciones Arqueologicas* e Santa-Olalla perde também, para Martin Almagro, a cátedra de Madrid, que desde 39, ocupava interinamente. A antiga autoridade está assim afastada e com ela parte significativa do seu discurso.

Em segundo lugar, e factor determinante nesta alteração de agendas, a galopante independência dos países do Maghreb cujo distanciamento no Presente, por vezes particularmente doloroso, coincide com um distanciamento no

Passado. A teia complexa das relações coloniais desfaz-se, por vezes abruptamente, e o olhar da Europa sobre as suas antigas possessões não está isento do ressentimento com que se observa um amor perdido, sobre o qual já não se quer mais pensar...

Por fim, mas não circunstância menor, os finais da década de 50 e sobretudo os anos 60, assistem a uma primeira “crítica das fontes” em moldes modernos, de que são autores L. Pericot e M. Tarradell. Em 1962, na sua obra conjunta *Manual de Prehistoria Africana*, afirmam que “Las hipótesis clásicas de una provincia neolítica englobando la Península Ibérica y en el norte de Africa precisan de una seria revisión.” (PERICOT & TARRADELL, 1962, p. 226), séria revisão em parte ditada pela aparente contradição que o problema das “rotas cruzadas” – presença de cerâmica cardial no Levante espanhol e em Marrocos na área do Estreito *versus* presença de cerâmicas incisas em Orão e na Andaluzia – colocava (PERICOT & TARRADELL, 1962, p. 226).

Por outro lado, as recentes descobertas de sítios neolíticos na margem Norte do Mediterrâneo faz admitir outros caminhos de difusão e ainda que a falta de datações não permita definir as rotas, consideram estes autores não existir qualquer prova cronológica da suposta anterioridade do Neolítico africano face ao da Europa ocidental.

Perante a incerteza dos trajectos Sul-Norte ou Norte-Sul, admitem que também em África o Neolítico parece “(...) una civilización (...) llegada del exterior, con escasa raigambre africana (...)” (PERICOT & TARRADELL, 1962, p. 227), e que “Cabe la posibilidad que llegara más o menos simultáneamente a ambos lados del Mediterráneo.” (PERICOT & TARRADELL, 1962, p.229).

Mas o caminho pela margem Norte do Mediterrâneo ganhava importância crescente, e o sítio ligure de Arene Candide, escavado por L. Bernabó Brea, constituirá em breve incontornável referência para a análise do Neolítico espanhol.

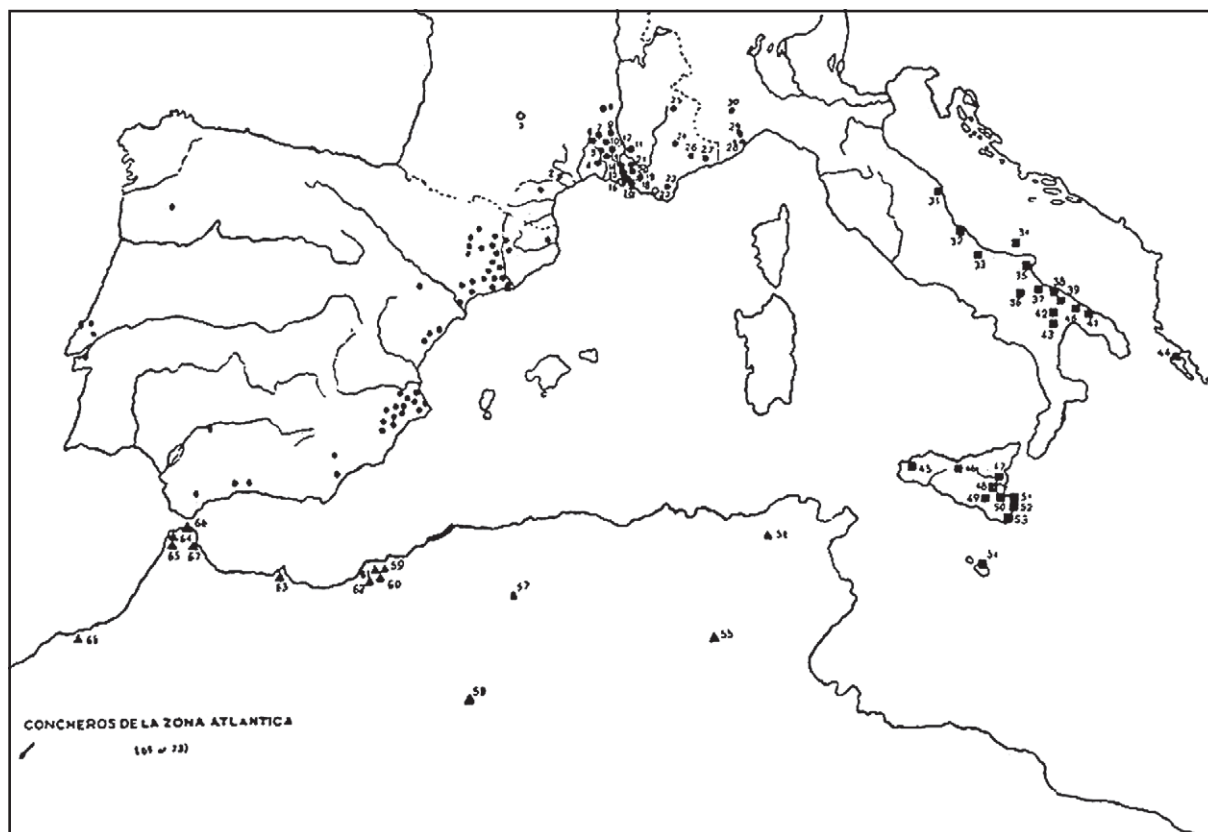


Fig. 7 – Dispersão das cerâmicas neolíticas no Mediterrâneo Central e Ocidental, segundo M. Almagro Basch, 1960.

Esta deslocação do eixo é já clara no texto, e no mapa, produzido para o *Manual de Historia Universal*, por M. Almagro Basch, onde se defende a primazia do Neolítico asiático sobre o egípcio e onde a rota europeia do Neolítico e as semelhanças entre a Ibéria e a Ligúria são enfatizadas (ALMAGRO BASCH, 1960, p. 614-618). E se o Norte de África ocupa ainda parte substantiva da imagem que acompanha o texto, a densidade de círculos negros na outra margem pressagia o peso que esta terá nos discursos futuros.

Desmonta-se o trajecto africano porque a informação da Península, como refere em 1970, Ana Maria Muñoz “(...) parece indicar uma vez más para la cultura de cerámica cardial, el camino mediterráneo y no el africano (...)” (MUÑOZ AMILIBIA, 1970, p. 16). A autora apresenta ainda *a nova rota* para o Neolítico “(...) las gentes de la cerámica cardial [percoreram] Creta, las islas del Egeo y las tierras mediterráneas de Grecia, Italia, las islas de Sicilia, Córcega, el sur de Francia, levante español y norte de Africa.” (MUÑOZ AMILIBIA, 1970, p. 19).

A mudança de margem implica a negação do caminho alternativo e o esvaziamento por inadequadas das anteriores propostas, constatando que “(...) la distinción de un doble Neolítico hispano-mauritano e ibero-sahariense, (...) tampoco respondía a una realidad arqueológica-cultural.” (MUÑOZ AMILIBIA, 1970, p. 20).

A derrocada final neste edifício, que havia sido sempre sobretudo teórico e cujas fundações estavam já definitivamente abaladas, dá-se, em 75, ano em que a morte de Franco dita o fim do Império, ou o que dele restava...

Na Espanha democrática, a rejeição do regime fascista de Francisco Franco é também partilhada por uma comunidade arqueológica em renovação que não se revê na ditadura, nos seus esquemas ideológicos, no seu projecto colonial e tão pouco na sua ciência ...

No entanto, em 1975 não morre apenas Francisco Franco, este é também o ano do definitivo enterro das leituras histórico-culturais aplicadas ao Norte de África, com a publicação da tese de Antonio Gilman – *A Later Prehistory of Tangier – Morocco*, obra produzida no quadro teórico-metodológico da Nova Arqueologia, que marca uma ruptura com a tradição historiográfica anterior.

A polémica em torno das origens e das rotas de difusão do Neolítico não parece a um investigador como Gilman uma questão decisiva no entendimento da matéria, e a discussão em torno das movimentações de povos e culturas é própria de uma arqueologia do Passado, sem nenhuma validade perante a nova agenda processual.

Gilman reconhece que “In general, however, Africanism has lost ground in the past twenty years (...)” (GILMAN, 1975, p. 5), mas atribui tal facto a questiúnculas entre difusionistas que teriam, em face da cronologia inesperadamente recente da Pré-história egípcia e das descobertas de Arene Candide e Chateaufort-Les-Martignes, reorientado a origem e o sentido das setas nos seus mapas, porque “The later prehistoric cultures of northern Morocco are clearly indigenous phenomena.” (GILMAN, 1974, p. 279).

Da aplicação da perspectiva sistemática, que tende a analisar o grupo cultural circunscrito a um quadro ambiental de referência, Gilman conclui: “The isolation of the western Maghreb from adjacent regions is matched by the isolation of the three Mediterranean Neolithic facies from each other.” (GILMAN, 1974, p. 280).

E a vitória do “indigenismo” dos anos 70, que tende a negar, senão as influências externas, as movimentações de grupos humanos, irá reforçar o isolamento destes grupos do outro lado do Mediterrâneo, doravante entregues ao seu próprio Futuro, mas também ao seu próprio Passado.

Já não se vislumbram círculos culturais, áreas de expansão ou territórios culturalmente afins: “In the fifth millennium BC, or earlier, neolithic arts were adopted by North African hunter-gatherers in much the same way as by other mesolithic groups around the Western Mediterranean” (GILMAN, 1974, p. 281).

A porta que colocava os dois lados do Estreito, como os dois lados de uma casa, em comunicação fechou-se. O processo de exclusão do Norte de África da (Pré)História da Europa está portanto concluído, numa perspectiva dupla: política e científica.

E se o Africanismo espanhol é claramente anterior enquanto postura ideológica ao regime de Franco, e se os mais convictos dos arqueólogos africanistas (Obermaier, Bosch-Gimpera) são, depois da vitória do General, exilados, à

ditadura espanhola convinha este lado das suas narrativas que legitimavam, no Passado, as aspirações coloniais do Presente.

Por isso, as estratégias do poder político terão conservado na agenda arqueológica a “questão africana”, influenciando a *praxis* e condicionado o discurso mesmo de europeístas convictos como Martínez Santa-Olalla, mas a morte dos Impérios dita o fim da ciência e das arqueologias coloniais e a “questão africana” não sobreviverá à queda do regime.

2.2 – A travessia do deserto (anos 80-90)

Em meados da década de 70, estão reunidas todas as condições para que um tópico antes central, entre os pré-historiadores espanhóis, se transforme numa alínea silenciosa que a passagem do tempo se encarregará de conduzir a um mutismo quase total.

As novas circunstâncias políticas nas duas margens do Mediterrâneo permitem, apesar da proximidade geográfica, a instalação de uma distância cultural que conduz ao esquecimento e que torna, na margem Sul, cada vez mais brancos os mapas que cartografam o Neolítico.

O silêncio, ditado pela condenação de qualquer aventura colonial, no Presente ou no Passado, é quase total, mas não absoluto. Alguns arqueólogos, poucos e sobretudo não-espanhóis, continuarão, no seus textos, a invocar o Norte de África, e entre estes destaca-se Jean Guilaine. Os dados do Maghreb, apesar de escassos e sem renovação de informação, continuam a figurar nas sínteses produzidas, desde a década de 70, por este arqueólogo francês. Na sua obra de 76, *Les Premiers Bergers et Paysans...o Norte de África é tratado, num pequeno, mas autónomo capítulo, tal como acontece cerca de 20 depois em *La Mer partagée*.*

De este lado da fronteira, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1981), apesar da sua explícita condenação das arqueologias difusionistas, não deixarão de referir nos seus múltiplos textos acerca do Neolítico da Costa Sudoeste portuguesa, as semelhanças entre os materiais cerâmicos aí recolhidos e os existentes na região de Orão.

Estas vozes que recordam o Norte de África não são, no entanto suficientes para recolocar a questão na agenda, e o atitude geral da comunidade arqueológica parece reflectida nas palavras de Pellicer: “(...) un espejismo tan dudoso como el africanista de los años cuarenta, cuando surgían las etiquetas culturales del hispanomauritano e iberosahariano, que ya ni se recuerdan.” (PELLICER, 1981 in PÉREZ RODRÍGUEZ, 2005, p. 154).

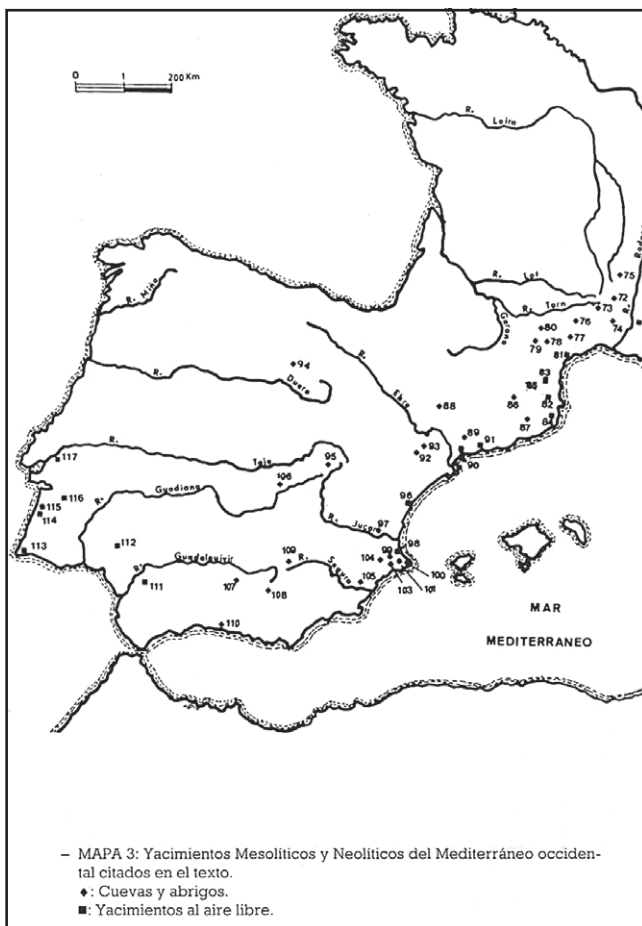


Fig. 8 – Mapa de sítios neolíticos no Mediterrâneo Ocidental, segundo J. Bernabeu Auban *et al.*, 1993.

Esquecem-se conceitos produzidos numa outra conjuntura político-científica e condenam-se os postulados difusionistas do histórico-culturalismo, ao mesmo tempo que, em Espanha, a implantação das arqueologias processuais e marxistas, e portanto da utilização do discurso sobre o Passado enquanto forma de militância política que condena todas as formas de menorização do Indígena, é levada a cabo por uma nova geração de arqueólogos (GARCÍA SANTOS, 1998).

E quando nos anos 90, as rotas de difusão do Neolítico ao longo da bacia do Mediterrâneo voltam a ser discutidas, o Norte de África território esquecido, já não fazia parte da agenda, e não existiam dados acerca da Margem Sul que pudessem ser utilizados no debate crítico em torno dos modelos, da cronologia e das modalidades de neolitização.

Em 1993, o mapa publicado por Bernabeu Auban, Emili Aura e Ernestina Badal, em *Al Oeste del Eden* constitui prova gráfica dessa realidade. Na cartografia de sítios neolíticos no Mediterrâneo ocidental, as terras de África, de um branco absoluto, parecem não integradas neste fenómeno como se a neolitização do Mar Interno percorresse apenas a sua Margem Norte...

No entanto, as ligações efectivas – e não tanto afectivas – parecem entre os dois lados do Estreito muito mais reais que os sonhos imperiais de uma Europa que agonizava enquanto potência colonial, e os novos trabalhos realizados nos territórios maghrebins uma real demonstração que a História do Neolítico no Mediterrâneo acontece nas duas margens deste mar.

3 – VELHOS CONTOS E NOVAS HISTÓRIAS (DÉCADA DE 90 E O SÉCULO XXI)

Na segunda metade da década de 90 e nos primeiros anos do séc. XXI, a porta fechada entre os dois lados do Estreito parece, ainda que de forma lenta, reabrir-se. A omnipresença do mundo islâmico na agenda ocidental terá, mais uma vez, conduzido as atenções da Europa para esse Oriente que é a sua fronteira Sul e a consolidação (?) de um ambiente pós-pós-colonial terá permitido o reatar de alguns laços entre as duas margens do Mediterrâneo.

E no discurso arqueológico, o Norte de África parece, como uma Fénix, ressurgir das cinzas. Revisões de sítios e materiais já conhecidos, mas sobretudo novos trabalhos no terreno geram uma massa de informação que permitirá reabrir o debate em torno do Neolítico Mediterrâneo, a partir de uma leitura global, e não politicamente seccionada, deste espaço.

Neste sentido, os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Arqueológico Alemão, desde 1995, no Rif Oriental, e que deram origem a um projecto específico acerca do Neolítico da costa mediterrânea de Marrocos, pare-

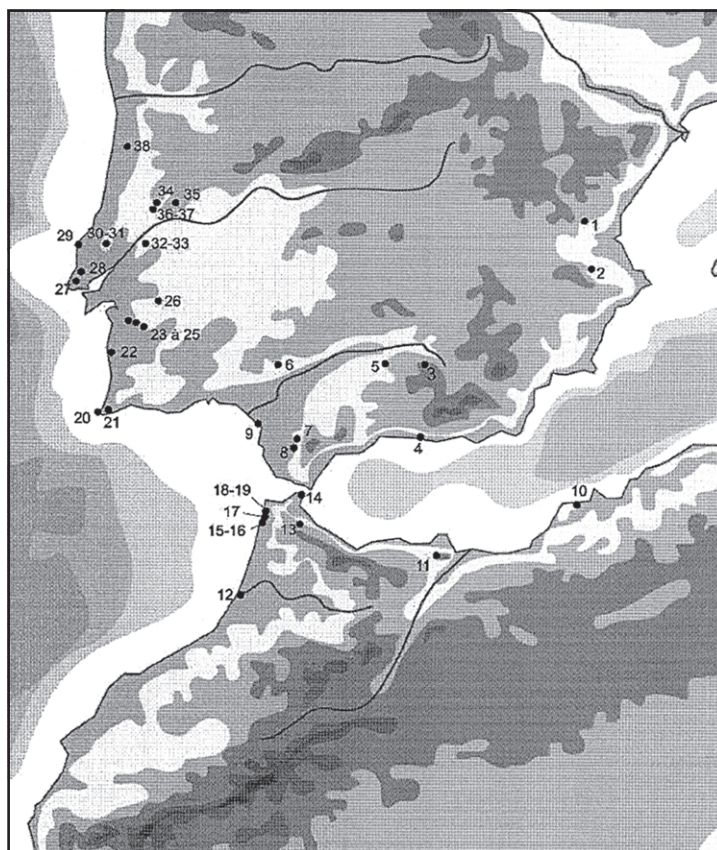


Fig. 9 – Distribuição de sítios do Neolítico antigo no Mediterrâneo ocidental, segundo Manen *et al.*, 2007.

cem sintomáticos de uma nova etapa no capítulo das relações entre os dois lados do Estreito (http://www.dainst.org/index_7234_fr.html Consulta 06/12/2007).

No debate espanhol, o Norte de África volta também a ser mencionado. Desta vez, não por saudosistas de um Império perdido, mas ao contrário por alguns dos mais convictos indigenistas que encontram neste território, esquecido pela ciência, uma alternativa ao imperialismo monolítico do modelo cardial como fórmula única de explicar a neolitização da Península Ibérica.

Empenhados em combater a visão dual do grupo levantino, estes arqueólogos, como C. Olaria e M. Pérez Rodríguez (PÉREZ RODRÍGUEZ, 2005), centram a sua atenção no “Círculo del Estrecho” e na proximidade dos processos históricos entre a duas margens do Mediterrâneo.

A mesma atitude revisionista do modelo de difusão démica de colonos cardiais subjaz ao texto de C. Manen, G. Marchand e A. Faustino de Carvalho, acerca da neolitização do extremo ocidente da Península. Também para estes autores, o Norte de África e uma certa “(...) identité maghrébine (...)” (MANEN *et al.*, 2007, p. 144), podem justificar as diferenças detectadas entre o Neolítico valenciano e o Neolítico português.

África volta, portanto, ao discurso, desta vez não para sustentar Impérios do Presente, mas para desafiar “pequenos impérios” do Passado, para discutir a suposta hegemonia dos “colonos cardiais” enquanto exclusivos agentes da Neolitização da bacia do Mediterrâneo ocidental, introduzindo *outras vozes e outros agentes* na narrativa da História.

4 - EM SUMA...

A longa história das relações políticas e científicas entre a Península Ibérica e o Maghreb, que inclui estratégias de poder, mecanismos de exclusão e fórmulas de re-integração, não está encerrada e pode-se mesmo prever que no próximo capítulo se assista a uma re-intensificação dos contactos, no âmbito mais amplo dos diálogos Norte-Sul (ou Sul-Norte...), que a situação do Presente exige.

E se o lugar do Norte de África na (Pré)História da Península Ibérica parece oscilar como um pêndulo movimentado por princípios ideológicos, que ditam uma vez a integração outras a exclusão destes territórios da narrativa, haverá no entanto, e para além de uma agenda político-ideológica, cenários históricos que a arqueologia pode recuperar.

Território ambicionado pelos Africanistas de Oitocentos, lugar de Origem para os arqueólogos das primeiras décadas do séc. XX, espaço vital do Império de Francisco Franco, zona esquecida pelos Processuais e anti-colonialistas dos anos 70-90, arma de arremesso contra as versões totalitárias da Pré-história na viragem do milénio, o Norte de África é, seguramente, na História do Neolítico Mediterrâneo, mais que uma miragem colonial ou um não-lugar, uma indispensável peça do *puzzle*...porque os cursos e os percursos da neolitização não se confinam a um dos lados deste Mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMAGRO BASCH, M. (1960) – La Expansión del Neolítico hacia el Mediterráneo y la Europa Occidental. In *Manual de Historia Universal*. ESPAA: CALPE, 1, p. 614 – 644.

BERNABEU AUBÁN, J., AURA, E., BADAL, E., (1992) – *Al Oeste del Edén. Las primeras sociedades agrícolas en la Europa mediterránea*. Madrid: Editorial Síntesis.

BOSCH-GIMPERA, P. (1929) – *La Prehistoria de los Iberos y la Etnología Vasca*. San Sebastian: Sociedade de Estudios Vascos.

BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Alpha.

- BOSCH-GIMPERA, P. (1974) – *Paletnología de la Península Ibérica*. Graz: Akademische Druck.
- DARIO DE LAS HERAS, V. (2002) – El Africanismo español y la labor comunicadora del Instituto de Estudios Africanos. *Revista Latina de Comunicación Social*. 46.
<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2002/latina46genero/4601darias.htm>.
 (consulta 3/12/2007)
- DÍAZ-ANDREU, M. (1993) – Theory and Ideology in Archaeology: Spanish archaeology under the Franco Régime. *Antiquity*. 67, p. 74-82.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2007) – Christopher Hawkes and the International Summer Courses of Ampurias. *Bulletin of the History of Archaeology*. 17:1, p. 19-34 (on-line).
- DÍAZ-ANDREU, M. & RAMÍREZ-SÁNCHEZ, M. (2004) – Archaeological Resource Management Under Franco's Spain: The Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas. In *Archaeology under Dictatorship*. Galaty, M., Watkinson, C. Hingham, M.A.: Kluwer/Plenum, p. 109-130.
- GARCÍA SANTOS, J. C. (1998) – La transformación de la Arqueología española en la década de 1980. *Complutum*. Madrid, 9, p. 213-227.
- GILMAN, A. (1974) – Neolithic of Northwest Africa. *Antiquity*. 48, p. 273-282.
- GILMAN, A. (1975) – *A Later Prehistory of Tangier – Morocco*. Harvard University: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology.
- GUILAINE, J. (1976) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris: Mouton.
- GUILAINE, J. (1994) – *La Mer Partagée*. Paris: Hachette.
- FARRUJIA DE LA ROSA, A. & ARCO AGUILAR, M^a C. (2004) – La Arqueología en Canarias durante el Régime Franquista: el Tema del Primitivo Poblamiento de las Islas como Paradigma (1939-1969). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 61:1, p. 7-22.
- MANEN, C., MARCHAND, G. & FAUSTINO CARVALHO, A. (2007) – Le Néolithique ancien de la péninsule Ibérique: vers une nouvelle évaluation du mirage africain? In Congrès du Centenaire: *Un siècle de construction du discours scientifique en Préhistoire*. Vol. 3, J. Évin (coor.) – “...Aux conceptions d'Aujourd'hui”, p. 133-151.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1946) 2^a ed. – *Esquema Paleontológico de la Península Hispánica*. Madrid: Seminario de Historia Primitiva del Hombre.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1946) ^b – Cereales y Plantas de la Cultura Ibero-Sahariana en almizaraque (Almería). *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid, 1, p. 35-45.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1948) – La Fecha de la Cerámica a la Almagra en el Neolítico HispanoMauritano. *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid, 3, p. 105-115.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2003-2004) – Julio Martínez Santa-Olalla y la Interpretación Aria de la Prehistoria de España (1939-1945). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid, 69-70, p. 15-55.
- MUÑOZ AMILIBIA, A. M^a. (1970) – Estado actual de la Investigación sobre el Neolítico Español. *Pyrenae*. Barcelona. 6, p. 13-28.
- OBERMAIER, H. (1925) 2^a ed – *El Hombre Fósil*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales.

- PÉREZ RODRÍGUEZ, M. (2005) – Sociedades Cazadoras-Recolectoras-Pescadoras Y Agricultoras en el Suroeste: Una Propuesta para un Cambio Social. *Arqueología y Territorio*. 2, p. 153-168 (revista on-line).
- PERICOT GARCÍA, L. (1950) (1934) (1ª ed) – *La España Primitiva*. Barcelona: Editorial Barna.
- PERICOT GARCÍA, L., TARRADEL, M. (1962) – *Manual de Prehistoria Africana*. Madrid:CSIC.
- PONS, A.M. (1946) – Expedición Etnológica y Paleontológica a la Guinea Española. *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid. 1:2, p. 110.
- PONS, A.M. (1946) – Segunda Expedición Paleontológica al Sahara Español (E.P.S.E.^a) *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid. 1:2, p. 110.
- RUIZ, A., SÁNCHEZ, A., BELLÓN, J.P. (2003) – Aventuras y Desventuras de los Iberos durante el Franquismo. In *Antigüedad y Franquismo (1936-1975)*. Alvarez Martí-Aguilar, M., e Wulff Afonso, F. (coord.). Malaga: CEDMA, p. 161-188.
- SAN VALERO APARISI, J. (1946) – El Neolítico Español y sus Relaciones. Esquema de una tesis doctoral. *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid, 1:1, p. 5-33.
- SAN VALERO APARISI, J. (1954-55) – *El Neolítico Europeo y sus Raíces (Sobre los Orígenes de la Civilización Europea)*. Madrid: Cuadernos de Historia Primitiva, 9-10.
- SILVA, C. T., SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines. Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- TARRADELL, M. (1954) – Noticia sobre la excavación de Gar Cahal. *Tamuda*. Tetuan. 2, p. 344-358
- TOFIÑO-QUESADA, I. (2003) – Spanish Orientalism: Uses of the Past in Spain's Colonization in Africa. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*. 23:1-2, p. 141-148.
- http://muse.jhu.edu/journals/comparative_studies_of_south_asia_africa_and_the_middle_east/v023/23.1tofino-quesada.pdf (consulta 14-11-2007).

OSMOSE CULTURAL E NEOLITIZAÇÃO NA PRÉ-HISTÓRIA EUROPEIA. A PROPÓSITO DA TRANSIÇÃO MESOLÍTICO-NEOLÍTICO NO SUL DE PORTUGAL

Carlos Tavares da Silva¹
Joaquina Soares²

RESUMO

Os autores procuram aplicar o conceito de *osmose cultural* ao processo de neolitização ocorrido em três áreas europeias: a Costa Sudoeste, o Vale do Sado e a planície setentrional da Europa. Esse processo teria sido protagonizado pelas populações do Mesolítico Final ao adoptarem (e reelaborarem) as inovações neolíticas, tecnológicas e/ou económicas, de modo selectivo e de acordo com as suas próprias necessidades e identidade cultural. Em suma, a dinâmica gerada pelo desenvolvimento económico-social das populações mesolíticas teria constituído o factor fundamental da integração selectiva das referidas inovações.

Os autores privilegiam as relações de vizinhança, admitindo que a prática da exogamia poderia ter representado importante veículo de difusão.

1 - NEOLITIZAÇÃO NA COSTA SUDOESTE

Temos vindo a defender um modelo baseado na osmose cultural, alternativo ao da difusão démica, para explicar a neolitização da Costa Sudoeste portuguesa.

Por osmose cultural, conceito na prática quase equivalente ao de percolação (RODRÍGUEZ ALCALDE *et al.*, 1996), entendemos o estabelecimento de influências recíprocas entre duas comunidades humanas, em que a “membrana porosa” que as separa corresponde à estrutura económica e sociocultural, ao estágio de desenvolvimento de cada uma delas. O mecanismo de transmissão de informação efectua-se de acordo com um modelo capilar (RODRÍGUEZ ALCALDE *et al.*, 1996), assente em relações de vizinhança. Os fluxos mútuos de osmose podem ocorrer através de alianças matrimoniais, desempenhando a exogamia importante papel nas relações intergrupais e na transmissão de informação.

Deste modo, o processo de neolitização da Costa Sudoeste teria sido protagonizado pelas populações do Mesolítico Final, ao adoptarem e reelaborarem as inovações neolíticas, tecnológicas e/ou económicas, de modo selectivo e de acordo com as suas próprias necessidades e identidade cultural. Por outras palavras, a dinâmica gerada pelo desenvolvimento económico-social das populações mesolíticas teria constituído o factor fundamental da integração selectiva das referidas inovações.

¹ Centro de Estudos Arqueológicos/MAEDS, ctavaressilva@gmail.com.

² Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

Foi essa dinâmica que exigiu, numa lógica de crescente sedentarização, integração social e desequilíbrio demográfico-ecológico, sucessivos avanços na via da intensificação económica. Começamos a descortinar, no final do Tardiglaciário, a exploração intensiva de recursos marinhos, de baixo rendimento, comparados com os cinegéticos (estabelecimentos especializados na recolha de marisco da Pedra do Patacho, em Vila Nova de Mil Fontes – SOARES & SILVA, 1993 – e Fonte Santa, em Aljezur, jazidas ricas em conchas de *Littorina littorea*). Assistimos, durante o Holocénico antigo, ao incremento da litoralização do povoamento. No período Atlântico ocorrem típicas economias de largo espectro, com expressão em extensos estabelecimentos de base (Samouqueira I, Vale Marim, Fiães – SOARES, 1995 e 1996), provavelmente ocupados ao longo de todo o ano, dotados de estruturas de armazenamento e de áreas sepulcrais e estratégias de mobilidade logística, compatíveis com formas de proto-sedentarização; verifica-se a exploração alargada do território, o que permitia minimizar os efeitos do crescimento demográfico. Deste modo, surgem estabelecimentos especializados, de curta duração (Montes de Baixo, Castelejo, Armação Nova – SILVA & SOARES, 1997; SOARES *et al.*, 2005-2006).

O registo arqueológico revela, pois, logo a partir dos inícios do Epipaleolítico, nítido crescimento demográfico e complexidade social, os quais, associados a fenómenos de *stress* ambiental³, exigirão a precoce adopção (meados do VI milénio a.C.) das primeiras formas de produção de alimentos (Padrão – GOMES, 1997 –, Cabranosa – CARDOSO *et al.*, 1998 –, Vale Pincel I – SOARES & SILVA, 2003 e 2004).

As inovações neolíticas são adoptadas selectivamente e reelaboradas de acordo com as necessidades de cada grupo e a respectiva identidade cultural. Assim se podem explicar, por exemplo, a persistência da tradição tecnológica mesolítica na manufactura da indústria lítica ou as diferenças estilísticas observáveis nos artefactos cerâmicos dos sítios de Vale Pincel I, Samouqueira II ou Cabranosa, pertencentes à fase plena do Neolítico Antigo.

Circularam bens materiais, obviamente, mas, sobretudo, informação através de um processo de osmose cultural, possibilitado por relações de vizinhança, que filtrou em qualidade e quantidade as inovações económicas e tecnológicas que a organização social mesolítica podia vantajosamente integrar, sem desarticular a sua matriz social. Esta prosseguirá no mapa do povoamento, na estratégia de mobilidade logística e na forte componente predatória de um neolítico proto-campesino.

2 – VALE DO SADO E ERTEBØLLE: MESOLÍTICOS COM CERÂMICA

No Vale do Sado, mais precisamente nos concheiros mesolíticos do Cabeço do Pez e das Amoreiras, as evidências de um processo de osmose cultural apresentam-se mais nítidas que na Costa Sudoeste pelo facto de na vida socio-económica dos grupos mesolíticos daquela área geográfica ter sido incorporado, aparentemente, só um dos itens do chamado “pacote neolítico”. Referimo-nos à presença de recipientes cerâmicos naqueles concheiros.

As escavações promovidas nos anos 50 do século passado por Manuel Heleno no Cabeço do Pez exumaram mais de cinco dezenas de fragmentos de cerâmica, que formam um conjunto muito homogéneo não só no que respeita à pasta, mas também no que concerne à morfologia e estilo decorativo. A decoração caracteriza-se por motivos impressos (com o recurso a diversificadas matrizes: caules ocos, espátulas, punções actuados obliquamente), incisos e plásticos (mamilos por vezes sobre o bordo e associados a asinhas; cordões segmentados, verticais e horizontais) o que permite considerá-la do Neolítico antigo evolucionado e datá-la dos finais do VI milénio/primeira metade do milénio seguinte.

³ Atenda-se ao facto de no litoral alentejano, na passagem do Holocénico médio A para o Holocénico médio B o clima acusar maior *secura*, notando-se o decréscimo da cobertura florestal e a expansão dos matagais (QUEIROZ, 1999; SOARES & SILVA, 2004).

De acordo com as indicações deixadas por M.Helena, este conjunto cerâmico teria sido exumado nos níveis médios e superiores, em ambiente de concheiro e associado a indústria lítica tipicamente mesolítica (SANTOS *et al.*, 1974). Além disso, as datas radiocarbónicas obtidas por J. M. Arnaud (2000) para os níveis médios e superiores do mesmo concheiro (5200-4790; 5440-5080 e 4680-4040 cal BC a 2 sigma) são perfeitamente coerentes com a tipologia da referida cerâmica. De notar ainda a ausência, mesmo nos níveis superiores, de indústria lítica em pedra polida, considerada mais recente. Deste modo, somos levados a admitir que o grupo humano mesolítico que ocupou o Cabeço do Pez integrou, em dado momento (finais do VI/primeira metade do V milénio a.C.), na sua cultura material, recipientes cerâmicos, provavelmente de produção local/regional (atenda-se ao elevado número de exemplares e à homogeneidade do conjunto). Se partirmos do princípio que a cerâmica seria produzida por elementos do sexo feminino, os quais se ocupariam também da prática da agricultura, parece-nos de supor que esta última actividade estaria ausente do Cabeço do Pez, não pelo facto do grupo mesolítico aí estabelecido a desconhecer, mas sim por não lhe ser efectivamente necessária. Deste modo, podemos inferir que das relações entre os mesolíticos do Vale do Sado e os grupos vizinhos já neolitizados, os primeiros teriam adoptado, de forma selectiva, apenas elementos do complexo neolítico, em particular a cerâmica, que se comportaria como inovação útil a uma economia de caça-recollecção-armazenamento.

A elevada produtividade biológica do paleo-estuário do Sado teria suportado durante mais de um milénio, entre a segunda metade do VII e o V milénio a.C., um equilíbrio demográfico-ecológico que dispensou a precoce adesão (ao contrário do que teria ocorrido na Costa Sudoeste) às práticas agro-pastoris.

No vale do Sado, foi ainda assinalada a ocorrência de cerâmica estilisticamente atribuível ao Neolítico antigo nos níveis inferiores do concheiro das Amoreiras: “um contexto caracterizado por uma cultura material e por uma economia puramente mesolíticas” (ARNAUD, 2000, p. 32). As datações radiocarbónicas situam este concheiro entre os finais do VI e a primeira metade do V milénio a.C..

A presença de recipientes cerâmicos em contextos mesolíticos do Vale do Sado está longe de ser um caso único a nível europeu. Com efeito, essa presença é igualmente marcante nas culturas mesolíticas da planície setentrional da Europa, desde os Países Baixos (Swifterbant) à Lituânia (Narva), passando pelo sul da Escandinávia (Ertebølle) e pela Finlândia (Sparrings) (JENSEN, 1982; CAUWE, 2004).

Verifica-se que, nessa região, a plena neolitização é tardia, em contraste com as vizinhas regiões meridionais onde já floresciam economias de produção.

É possível explicar esta discrepância, recorrendo à hipótese de os grupos mesolíticos não sentirem a necessidade de aderir à economia de produção de alimentos, que certamente conheciam, por disporem de recursos naturais suficientes à manutenção do equilíbrio demográfico-ecológico.

No caso concreto da cultura de Ertebølle, constata-se que a partir de 5000 a.C. o aumento da produção biológica de uma costa muito recortada, com numerosos estuários e ilhas, irá suportar progressiva sedentarização. A estratégia de subsistência é de largo espectro, com a exploração de grande diversidade de ecossistemas: estuários, sistemas lagunares, rios do interior, litorais expostos, floresta. Mas são os meios estuarinos que, pela sua riqueza biológica, permitem manter ao longo de todo o ano as comunidades de caçadores-recolectores. Aí se estabelecem *habitats* proto-sedentários complementados por acampamentos especializados, por exemplo, na pesca do bacalhau, ou na caça à baleia ou de mamíferos terrestres.

É neste contexto económico, a que corresponderia uma organização social talvez já marcada por alguma diferenciação, no dizer de J.Guilaine (2004), e onde a necessidade de armazenar seria provavelmente premente, que surge a produção de contentores cerâmicos. O processo de osmose cultural terá sido responsável pela assimilação selectiva de apenas uma pequena parcela do chamado “pacote neolítico” por essas comunidades de caçadores-recolectores em

contacto com os seus vizinhos do sul, já plenamente neolitizados⁴. Só mais tarde, quando, ao findar o V milénio, pelo crescimento demográfico, induzido pela progressiva sedentarização, ocorre um desequilíbrio demográfico-ecológico, sentido principalmente em áreas do interior, menos ricas em recursos naturais, é introduzida a economia de produção de alimentos. (JENSEN, 1982).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNAUD, J. M. (2000) – Os concheiros mesolíticos do Vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos pré-históricos e na actualidade). *Actas do Encontro sobre a Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: IPA, p. 21-43.
- CARDOSO, J.L.; CARVALHO, A. F. & NORTON, J. (1998) – A estação do Neolítico antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural. *O Arqueólogo Português*, S. IV, 16, p. 55-96.
- CAUWE, N. (2004) – Le début du Néolithique dans la plaine septentrionale de l'Europe. In J. Guilaine (dir.), *Aux marges des grands foyers du Néolithique*. Paris: Editions Errance, p. 283-294.
- GOMES, M. Varela (1997) – Megalitismo do Barlavento algarvio. Breve síntese. *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p.147-190.
- GUILAINE, J. dir. (2004) – *Aux marges des grands foyers du Néolithique*, Paris: Editions Errance
- JENSEN, J. (1982) – *The Prehistory of Denmark*. Londres/Nova York : Methuen.
- QUEIROZ, P. F. (1999) – *Ecologia histórica da paisagem do Noroeste Alentejano*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em Biologia. Lisboa.
- RODRÍGUEZ ALCALDE, A.L.; ALONSO JIMÉNEZ, C. & VELÁZQUEZ CANO, J. (1995) – La difusión occidental de las especies domésticas: una alternativa a la “Ola de avance”. *Actas do I Congreso del Neolítico a la Península Ibérica (Rubricatum, 1)*, 2, p. 835-842.
- SANTOS, M. Farinha dos ; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1974) – O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do Sado, Torrão). Primeira notícia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, p. 173-189.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1997) – Economias costeiras na Pré-história do Sudoeste português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p.69-108.
- SOARES, J. (1995) – Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 6. Porto, p.27-45.
- SOARES, J. (1996) – Padrões de povoamento e subsistência no Mesolítico da Costa Sudoeste portuguesa. *Zephyrus*, 49, p. 109-124.
- SOARES, J. (1997) – A transição para as formações sociais neolíticas na Costa Sudoeste portuguesa. In *O Neolítico Atlântico e os orixes do megalitismo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 587-608.

⁴ Recentemente, P.-L. Van Berg e N. Cauwe (2000) procuraram reunir as cerâmicas dos contextos mesolíticos da planície setentrional europeia em um único conjunto filogenético, cuja origem se situaria na Sibéria oriental. Baseiam-se em algumas afinidades existentes entre elas, como o fundo pontiagudo e decoração pouco elaborada. Mas como frisa J. Guilaine, “ Pour être démontrée, cette hypothèse devrait s'appuyer sur un irréfutable enchaînement chronologique est-ouest, ce que l'état actuel des données ne permet pas” (GUILAINE, 2004, p. 281).

- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1993). Na transição Plistocénico-Holocénico: marisqueio na Pedra do Patacho. *Al-Madan*, Série II, 2, p.21-29.
- SOARES, J.; SILVA, C. Tavares da (2004) – Alterações ambientais e povoamento na transição Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste. *Actas do Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 197-423.
- SOARES, J.; SILVA, C. Tavares da & CANILHO, M.H. (2005-07) – Matérias-primas e mobilidade logística no Mesolítico da Costa Sudoeste. Os sítios de Samouqueira I e Armação Nova. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 2, p.47-62.
- VAN BERG, P.-L. & CAUWE, N. (2000) – Les plus anciennes céramiques d'Asie et leurs relations avec la péninsule européenne. In P.L. Van Berg *et al.* (dirs.), *Les vivants, les morts et les autres*, p. 25-40.

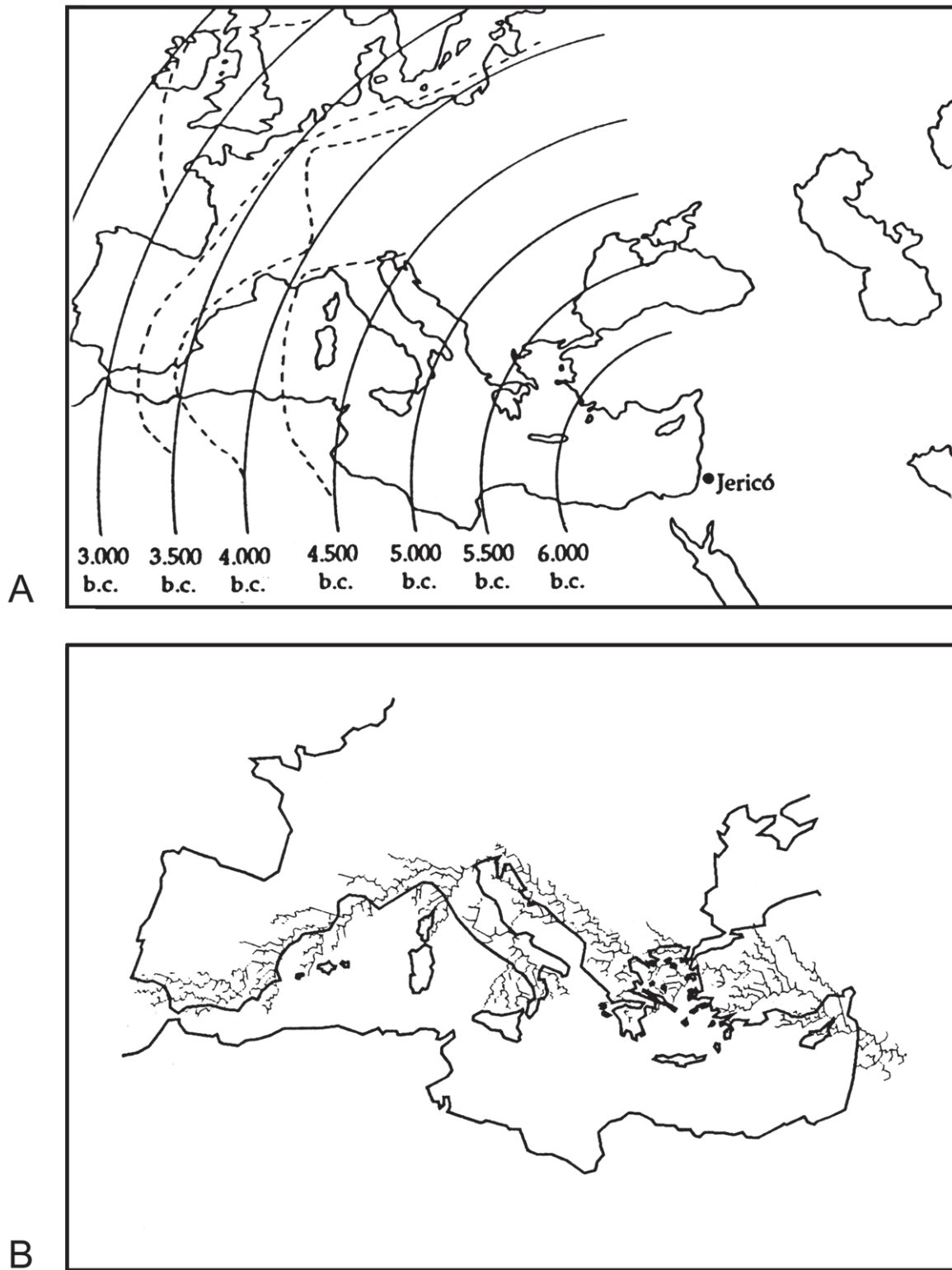


Fig. 1 – Modelos que procuram explicar o processo de neolitização: Difusão démica, que tem a sua melhor expressão na “ola de avance” (A); osmose cultural, concretizada por relações de vizinhança ou de carácter “capilar” (B). (Seg. RODRIGUEZ ALCALDE *et al* , 1996).

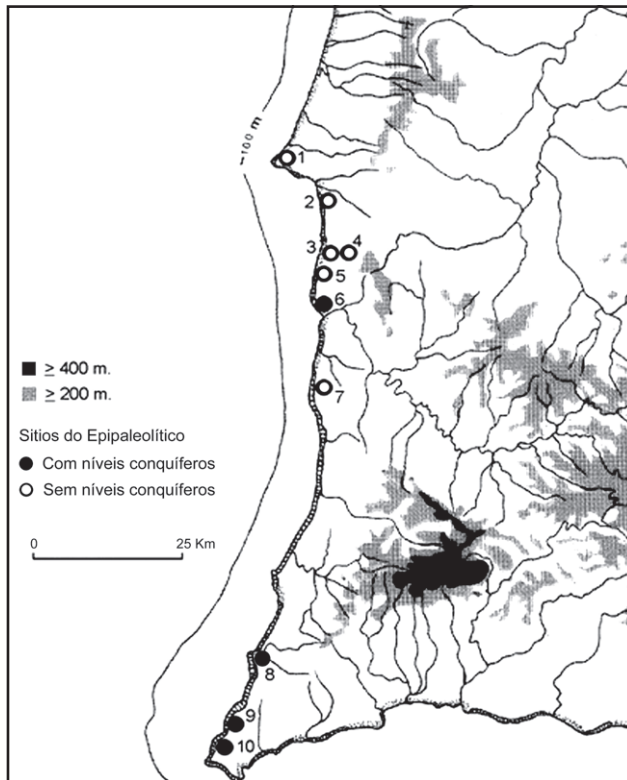


Fig. 2 – Costa Sudoeste. Sítios do Epipaleolítico: 1 – Cabo de Sines; 2 – Oliveirinha (Sines); 3 – Aivados (Vila Nova de Milfontes); 4 – Espigão (Vila Nova de Milfontes); 5 – Nascedios (Vila Nova de Milfontes); 6 – Pedra do Patacho (Vila Nova de Milfontes); 7 – Palheiros do Alegria (Almograve); 8 – Fonte Santa (Aljezur); 9 – Castelejo (Vila do Bispo); 10 – Quebradas I e III (Vila do Bispo).

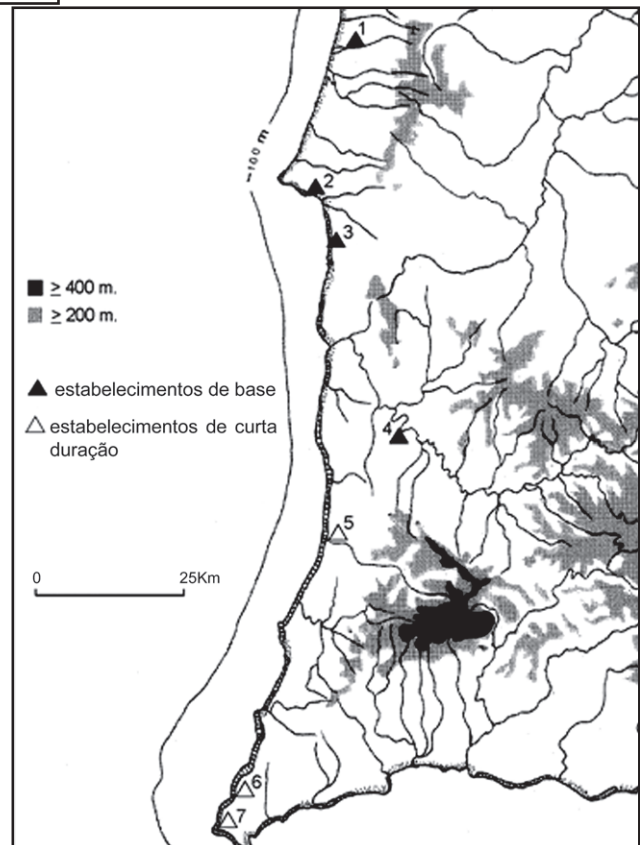


Fig. 3 – Costa Sudoeste. Sítios do Mesolítico: 1 – Santa Marinha (Melides); 2 – Vale Marim (Sines); 3 – Samouqueira I (Porto Covo); 4 – Fiães (Odemira); 5 – Montes de Baixo (Odemira); 6 – Castelejo (Vila do Bispo); 7 – Armação Nova / Rocha das Gaivotas (Sagres).

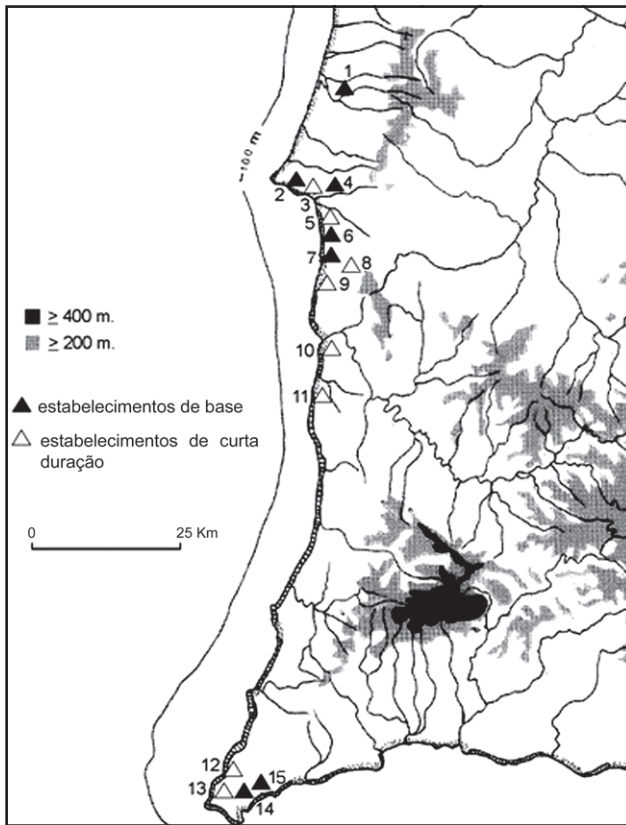
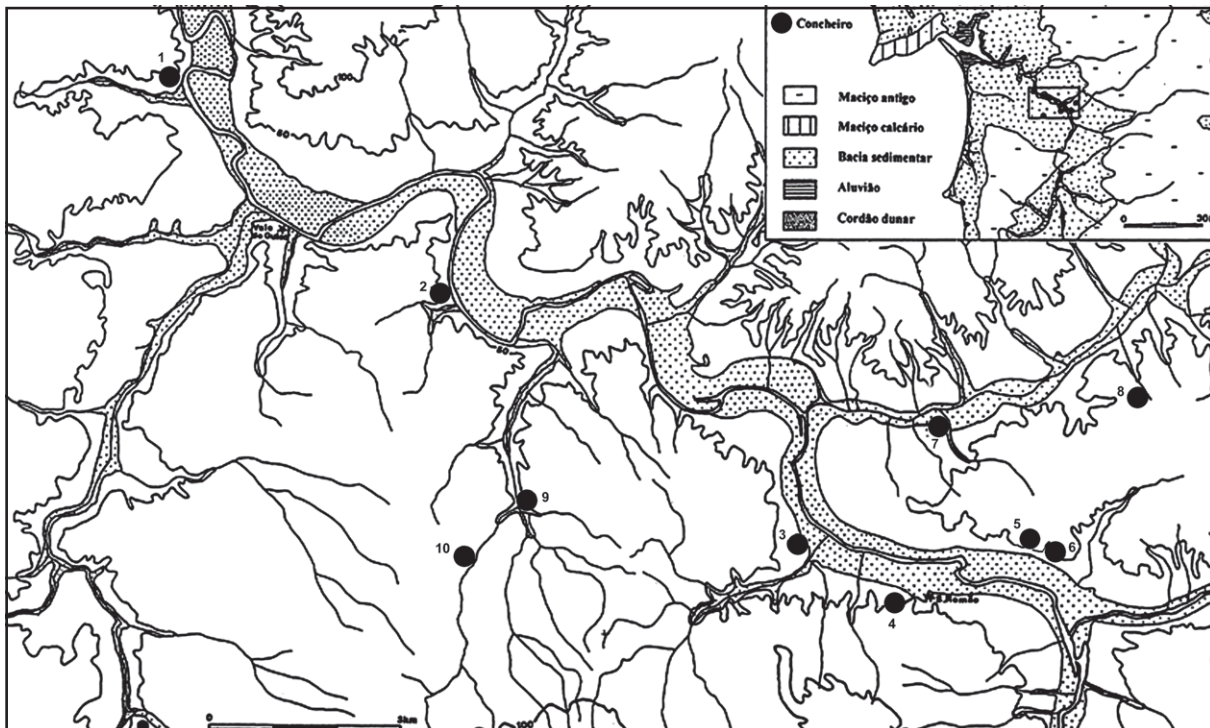


Fig. 4 – Costa Sudoeste. Sítios do Neolítico Antigo e Antigo evolucionado: 1 – Salema (Santiago do Cacém); 2 – Vale Pínel I (Sines); 3 – Brejo Redondo (Sines); 4 – Vale Marim II (Sines); 5 – Oliveirinha (Sines); 6 – Samouqueira II (Porto Covo); 7 – Vale Vistoso (Porto Covo); 8 – Vidigal (Porto Covo); 9 – Galés (Vila Nova de Milfontes); 10 – Água da Moita (Almograve); 11 – Medo Tojeiro (Almograve); 12 – Castelejo (Vila do Bispo); 13 – Vale Santo I (Sagres); 14 – Cabranosa (Sagres); 15 – Padrão (Sagres).

Fig. 5 – Cocheiros mesolíticos do Vale do Sado. 4 – Amoreiras; 5 – Cabeço do Pez. (Seg. ARNAUD, 2000).



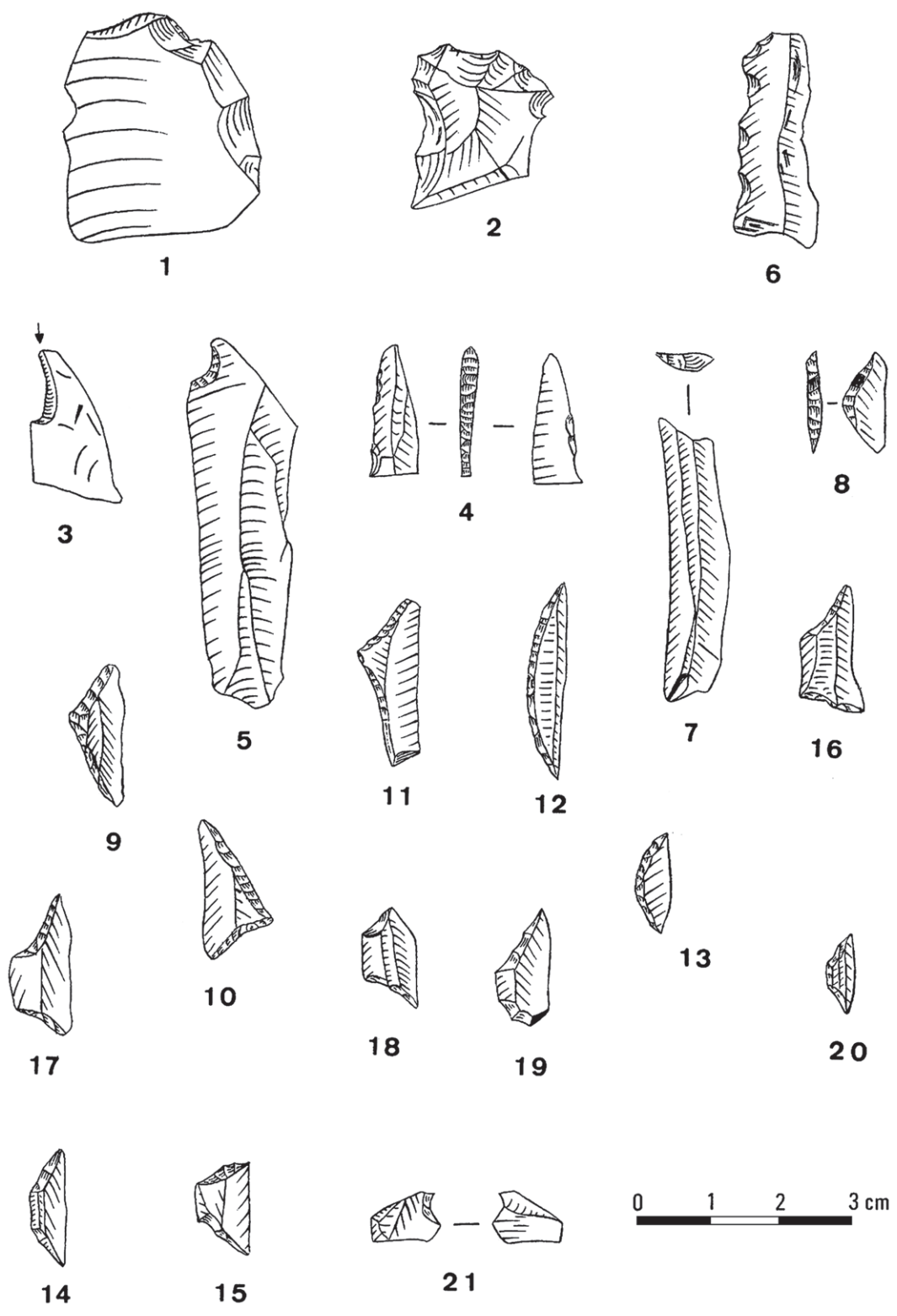


Fig. 6 - Indústria lítica do concheiro mesolítico do Cabeço do Pez (Seg. SANTOS *et al.*, 1974).

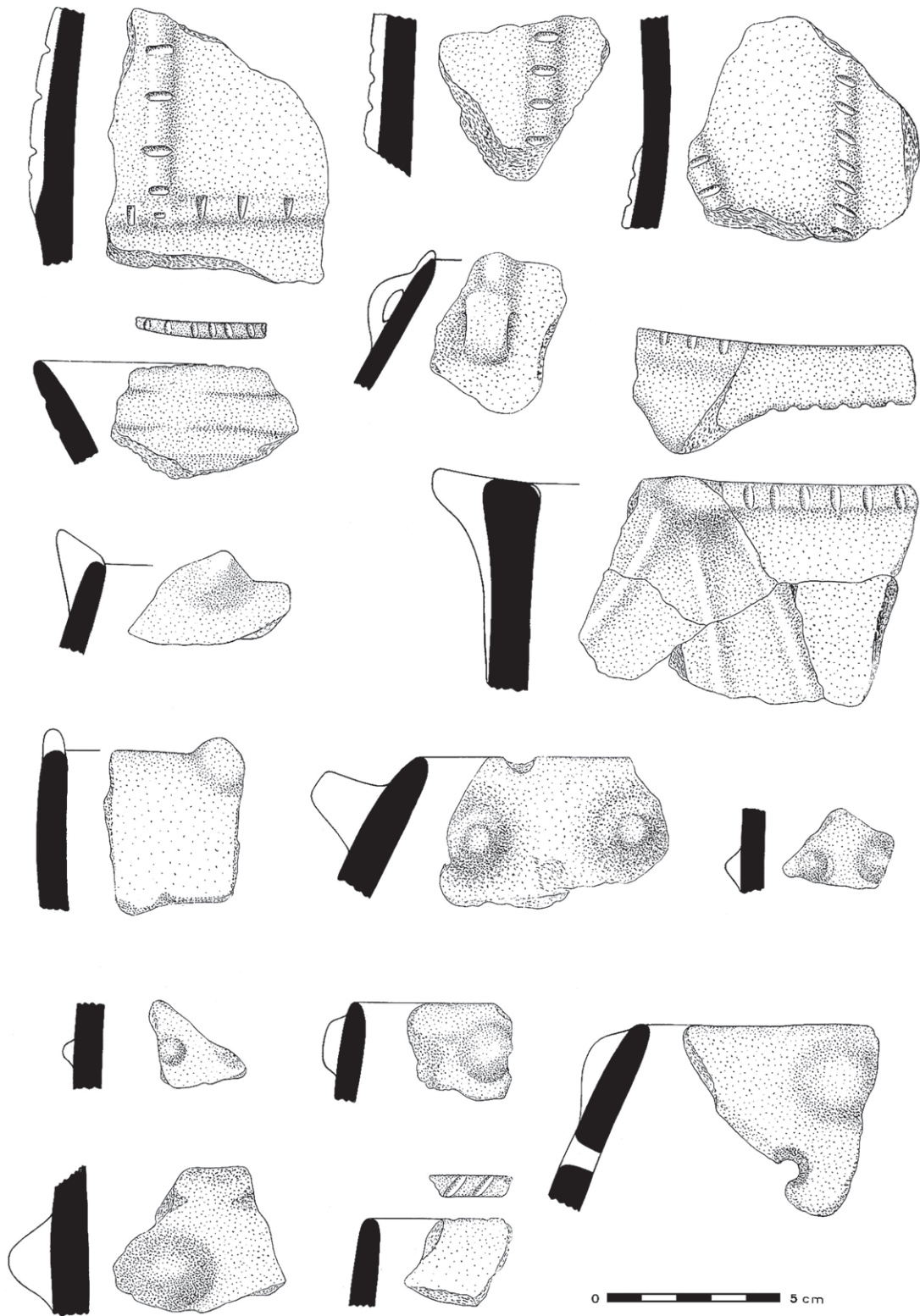


Fig. 7 - Cerâmica do concheiro mesolítico do Cabeço do Pez (Seg. SANTOS *et al.*, 1974).

A NEOLITIZAÇÃO DO PORTUGAL MERIDIONAL NO CONTEXTO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL DO VI MILÉNIO a.C.

António Faustino Carvalho¹

RESUMO

No presente texto descrevem-se as principais características do primeiro Neolítico do actual território português, o qual está restrito às regiões meridionais do país, tem uma economia de produção que não se encontra ainda bem definida, e a sua cronologia indica 5.500-5.400 cal BC para o seu surgimento, que ocorre no centro da Estremadura e no Barlavento Algarvio. Em regiões adjacentes, as adaptações mesolíticas perdurarão até ao início do V milénio a.C., com ou sem interacção com as comunidades neolíticas (no caso do Sado e de Muge, respectivamente).

As características da cultura material deste Neolítico integram-no claramente na tradição cardial, mas apresenta diferenças dignas de nota em relação, por exemplo, às realidades congéneres do Levante peninsular. A sua comparação preliminar com os contextos conhecidos na Andaluzia e norte de Marrocos permite identificar afinidades entre estas três grandes regiões e extrair ilações acerca dos processos específicos da neolitização das mesmas. O estado actual dos conhecimentos, ainda muito insuficientes em diversos domínios da investigação, aponta no entanto para a possibilidade de se estar perante um processo catalizado pela chegada de grupos cardiais por via marítima que se instalam em territórios marginais aos mesolíticos.

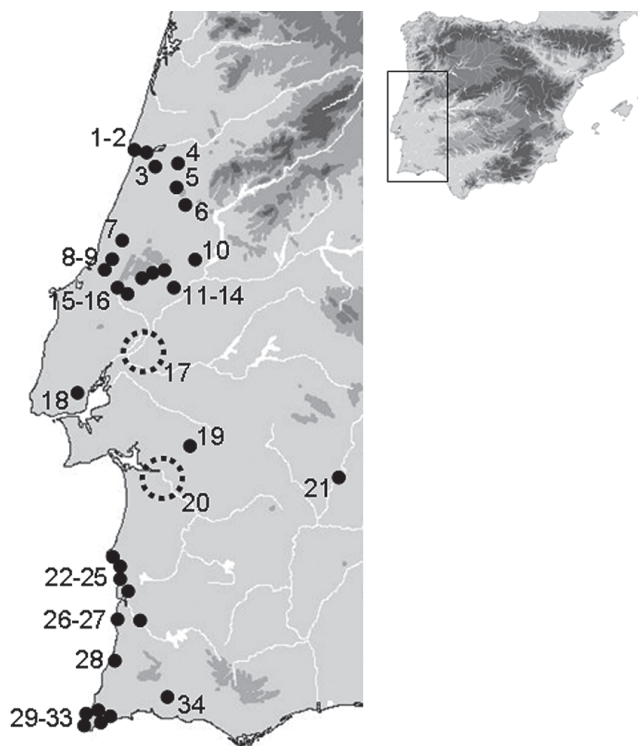
Só num momento (imediatamente?) subsequente se iniciam processos de interacção com os grupos pré-existentes, embora alguns estejam ainda mal caracterizados arqueologicamente (p. ex., o Mesolítico da Andaluzia ou o chamado “Neolítico de Orão”), pelo que os contornos específicos dessa interacção nalgumas sub-regiões estejam ainda por entender. Uma conclusão importante é a verificação da repetição, nas regiões onde se integra o Portugal meridional, dos mesmos processos culturais que se têm vindo a observar no âmbito mais alargado do Mediterrâneo ocidental e, também, a integração dessas regiões da fachada atlântica da Península Ibérica no mesmo fenómeno histórico de longa duração que foi a expansão para ocidente da agricultura próximo-oriental.

1 - O VI MILÉNIO a.C. NAS REGIÕES MERIDIONAIS DE PORTUGAL

No actual território português, os sítios neolíticos datados ou atribuídos ao VI milénio a.C. distribuem-se pelas regiões litorais a sul do Rio Mondego (Fig. 1). Em rigor, porém, é forçoso admitir a hipótese de que outras ocorrências, localizadas em regiões mais interiores, possam datar, pelo menos, de entre finais deste milénio e inícios do seguinte. Este poderá ser o caso, por exemplo, de alguns contextos particulares da bacia do Médio e Alto Mondego (VALERA,

¹ Universidade do Algarve, F.C.H.S., Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. E-mail: afcarva@ualg.pt.

Fig. 1 – Geografia humana no VI milénio a.C. nas regiões meridionais de Portugal (M – Mesolítico; N – Neolítico antigo): 1 – Junqueira (N); 2 – Várzea do Lírio (N); 3 – Forno da Cal (N); 4 – Eira Pedrinha (N); 5 – Pelónia (M); 6 – Buraca Grande (M/N); 7 – Quinta do Bispo (M); 8 – Cabeço da Ministra (N); 9 – Calatras Alta (N); 10 – Caldeirão (N); 11 – Pena d’Água (N); 12 – Cerradinho do Ginete (N); 13 – Almonda (N); 14 – Pessegueiros (M); 15 – Forno da Telha (M); 16 – Bocas (M); 17 – concheiros mesolíticos de Muge; 18 – Correio-Mor (N); 19 – Escoural (N); 20 – concheiros mesolíticos do Sado; 21 – Xarez (M/N); 22 – Vale Vistoso (M); 23 – Samouqueira I (M); 24 – Vale Pincel (N); 25 – Medo Tojeiro (M/N); 26 – Vidigal (M); 27 – Fiais (M); 28 – Montes de Baixo (M); 29 – Castelejo (M/N); 30 – Armação Nova e Rocha das Gaivotas (M/N); 31 – Vale Santo (N); 32 – Cabranosa (N); 33 – Padrão (N); 34 – Ribeira de Alcantarilha (N).



2005) ou do Guadiana (GONÇALVES, 2002), embora não se disponha ainda de datações de radiocarbono ou de estudos comparativos das respectivas produções cerâmicas que indiquem cronologias dessa ordem de antiguidade. No caso do sítio do Prazo, no Alto Douro português, um conjunto alargado de datações de radiocarbono levou os autores do seu estudo a concluir pelo início do Neolítico neste local ainda na segunda metade do VI milénio a.C. (MONTEIRO-RODRIGUES & ANGELUCCI, 2004), conclusão que deve no entanto merecer reservas em face das limitações inerentes à natureza das amostras datadas e/ou ao seu efectivo contexto arqueológico (CARVALHO, 2003). Não se encontram também figurados naquele mapa importantes sítios neolíticos cujas datações apresentam desvios-padrão que cobrem a passagem do VI para o V milénio a.C., ou já mais claramente o início do V milénio a.C. (Gruta de N.^a Sra. das Lapas, Algar do Picoto, Casa da Moura, Encosta de Sant’Ana, Pedreira de Salemas, Valada do Mato, Vale Boi).

A confirmar-se futuramente o padrão de distribuição actual, não pode deixar de se notar que os sítios neolíticos atribuíveis ao VI milénio a.C. se localizam em exclusivo na parcela de território português correspondente ao “Sul”, tal como definido por O. Ribeiro (1945) como sendo o espaço onde predominam condições ambientais de tipo mediterrâneo. Esta coincidência, já assinalada por J. Zilhão (1992), é tanto mais interessante quanto se verifica também que o contexto cultural amplo em que se integra o primeiro Neolítico de Portugal se radica também no espaço bioclimático mediterrâneo.

A caracterização económica do primeiro Neolítico do Portugal meridional encontra-se ainda num estado incipiente de conhecimento, carência que se deve sobretudo a limitações de ordem tafonómica. Com efeito, não se identificaram até ao momento quaisquer restos carpológicos que sejam testemunho directo de práticas agrícolas nestas cronologias e, por outro lado, os poucos diagramas polínicos existentes para estas regiões meridionais – restritos ao noroeste alentejano e Península de Setúbal – sugerem apenas alguns sinais difusos e de difícil interpretação, a partir de c. 5.400 cal BC, que consistem numa acção antrópica sobre o coberto arbóreo dos vales e dos interflúvios e sua substituição por um coberto arbustivo mais produtivo, a par do surgimento dos primeiros pólenes de cereais (MATEUS, 1985, 1992). Por seu lado, o projecto de análise traceológica de elementos de foice levado a cabo por Gibaja e colaboradores

(2002) esbarrou no mau estado de conservação dos conjuntos datados do VI milénio a.C. Isto significa que a economia neolítica tem vindo a ser revelada apenas através de análises arqueozoológicas de mamíferos (ROWLEY-CONWY, 1992; VALENTE, 1998; DAVIS, 2002; CARVALHO *et al.*, 2004; CARVALHO, 2008), restritas ainda assim a um número pequeno de sítios e com efectivos muitíssimo reduzidos (Quadro 1). Apesar das limitações referidas, os dados existentes parecem apontar para duas grandes conclusões:

- Que, por vezes, as espécies selvagens representam uma percentagem significativa dos restos faunísticos (Caldeirão, Pena d'Água), estando presente sobretudo javali (*Sus scrofa*) e cervídeos (principalmente *Cervus elaphus*). Em trabalho anterior (CARVALHO *et al.*, 2004), colocou-se explicitamente a hipótese de este quadro geral se encontrar distorcido pelo facto de ambos os sítios citados não terem sido objecto de ocupação prolongada, pelo que testemunharão poses funcionais próprias do estacionamento temporário nesses locais de pequenos grupos de pastores e caçadores. Nesta ressalva, apenas nos eventuais povoados permanentes de ar livre – possivelmente localizados nos terrenos mais aplanados e densamente irrigados da Bacia Terciária do Tejo – se encontraria toda a gama de recursos explorados por estas comunidades e, logo, talvez uma maior componente doméstica no seu registo faunístico. Apesar das óbvias limitações de índole quantitativa, o registo obtido no sítio de ar livre do Cerradinho do Ginete, quase totalmente composto por bovinos domésticos (*Bos taurus*), é sugestivo a este respeito. Esta hipótese necessita, claramente, de investigação especificamente orientada para o efeito.
- Que, entre a fauna doméstica, predomina de um modo geral o grupo dos ovinos / caprinos (*Ovis aries* / *Capra hircus*) face aos bovinos (*Bos taurus*). De facto, pese embora a escassez de dados quantitativos, a presença constante dos primeiros em quatro dos cinco sítios listados, enquanto os bovinos estão presentes em apenas dois, sugere práticas pastoris predominantemente assentes na exploração de rebanhos destas espécies. No entanto, a ressalva avançada acima quanto à representatividade da componente selvagem pode aplicar-se também nesta situação, pois ovinos e caprinos são a componente mais móvel do pastoreio, se comparada com suínos ou bovinos.

Os contextos coníferos da Costa Sudoeste que têm vindo a ser atribuídos à fase inicial do Neolítico antigo – por exemplo, Castelejo e Rocha das Gaivotas (SILVA, 1990; SILVA & SOARES, 1997, 1998; SOARES, 1995, 1997; BICHO *et al.*, 2000; SILVA & SOARES, 2003, 2004; STINER, 2003; STINER *et al.*, 2003; CARVALHO *et al.*, 2005; CARVALHO & VALENTE, 2005) – não testemunharão, porém, a mesma dependência económica deste tipo de recursos observada

Quadro 1 – Portugal meridional. Faunas mamalógicas do Neolítico antigo (NRD) (segunda metade do VI milénio a.C.)^(a)

	Gruta do Caldeirão (NA2)	Pena d'Água (Eb-base)	Cerradinho do Ginete	Cabranosa	Padrão
<i>Ovis aries</i>	2				
<i>Ovis</i> / <i>Capra</i>		2		1	3
<i>Bos taurus</i>			4		1
<i>Bos</i> / <i>Cervus</i>					4
<i>Cervus elaphus</i>		1	1		2
<i>Capreolus capreolus</i>	1				
cervídeos indeterminados		1			
<i>Sus scrofa</i>	18	1			
leporídeos		1			
total de NRD	21	6	5	1	10
componente doméstica (b)	10%	40%	80%	100%	67%

^(a) Segundo ROWLEY-CONWY (1992), VALENTE (1998), CARDOSO *et al.* (2001), CARVALHO *et al.* (2004) e CARVALHO (2008). ^(b) Excluídos leporídeos.

durante o Mesolítico. No sentido desta conclusão apontam diversas observações, tais como a menor densidade dos níveis coníferos neolíticos (CARVALHO, 2008) e a transição que se verifica nos padrões paleoisotópicos na passagem do Mesolítico para o Neolítico, que indicam como tendência generalizada a substituição de uma economia assente em partes iguais em recursos aquáticos e terrestres para outra baseada em exclusivo em recursos terrestres (LUBELL *et al.*, 1994; UMBELINO, 2006; CARVALHO, 2007). Apesar do débil registo paleoeconómico existente, referido acima, este último facto só pode ser contudo tomado como demonstrativo da presença de uma economia produtora na fachada atlântica da Península Ibérica a partir de meados do VI milénio a.C.

Com efeito, de acordo com as datações absolutas actualmente disponíveis para o VI milénio a.C., os mais antigos testemunhos da presença de economias produtoras parecem ocorrer em duas regiões distintas: no centro da Estremadura, nos sítios de Caldeirão, Pena d'Água e Cerradinho do Ginete (localizados nas serras de Aire e Candeeiros e bacias de drenagem adjacentes), e no Barlavento Algarvio, nos sítios de Padrão e Cabranosa (localizados na região da Costa Vicentina). A cronologia obtida para estas duas regiões indica o início do Neolítico em 5.500 cal BC para os contextos algarvios e em 5.400 cal BC para os estremenhos (CARVALHO, 2003, 2008). O pleno entendimento do caso particular de Vale Pincel – que apresenta datações distribuídas entre 5.650 e 5.350 cal BC, portanto uma fatia de tempo de 300 anos que atravessa os limites cronológicos indicados para o aparecimento da economia produtora nas duas regiões referidas – deverá aguardar a publicação detalhada da proveniência das respectivas amostras, assim como do registo arqueológico associado, obtido nas últimas escavações levadas a cabo no local (SOARES & SILVA, 2003, 2004). Estes novos dados de terreno serão cruciais para o efectivo entendimento deste vasto sítio arqueológico porque permitirão pôr em prática uma abordagem faseada em duas etapas analíticas: em primeiro lugar, verificar a eventual associação de cerâmica às diversas estruturas de combustão escavadas, que se conformam como contextos arqueológicos restritos e passíveis de análise independente; depois, através da cronologia absoluta e do posicionamento altimétrico relativo das mesmas, determinar em que fase da sequência assim reconstituída foram incorporados elementos de diagnóstico, tais como, por exemplo, os elementos de foice com lustre de cereal, os instrumentos em pedra polida ou mesmo a cerâmica, materiais que se encontram já documentados desde as primeiras escavações (SILVA & SOARES, 1981, 1982, 1987).

As duas áreas geográficas onde se localizam as ocorrências neolíticas de cronologia mais recuada têm vindo a ser interpretadas como tratando-se das regiões onde mais precocemente se terão instalado grupos humanos exógenos portadores do chamado “pacote neolítico” e de uma cultura material e rituais funerários próprios, características que os distinguem dos seus contemporâneos mesolíticos fixados em Muge, no Sado e no litoral alentejano. De acordo ainda com esta interpretação, os primeiros grupos neolíticos serão originários de outras regiões do ocidente mediterrâneo e terão migrado para os referidos territórios da fachada atlântica peninsular por via marítima, formando o que se tem vindo a apelar de “enclaves neolíticos”. Esta leitura dos dados foi primeiramente proposta por Zilhão (1992, 1993) há uma quinzena de anos e tem vindo desde então a ser confirmada nos seus traços gerais (ZILHÃO, 2000, 2001; CARVALHO, 2002, 2003), contudo mais na área estremenha que na algarvia, onde o estado da investigação e o volume de dados disponível é ainda demasiado preliminar para que as especificidades de que se revestiu o processo de transição para o Neolítico sejam já suficientemente claros nesta região (CARVALHO, 2008).

Perante estes dados e a interpretação que suscitam, a formação dos “enclaves neolíticos” – pelo menos, no centro da Estremadura, onde é precedido por um hiato de 200 anos no povoamento humano da região – são acontecimentos históricos concretos que devem ser entendidos como os factores catalizadores de todas as transformações que terão ocorrido subsequentemente. Dito de outra forma, os processos e as cronologias em que se operou depois a expansão do modo de vida neolítico para as restantes regiões do Portugal meridional (e mesmo das regiões a norte do Mondego) não terão necessariamente de ter sido da mesma natureza – isto é, através de expansão démica – nem as trajectórias históricas particulares das comunidades mesolíticas pré-existentes terão de ter sido uniformes perante a expansão deste novo modo de vida. Com efeito, se se atentar aos dados actualmente disponíveis para essas regiões, pode

esboçar-se um complexo mosaico de circunstâncias distintas, determinadas por factores específicos (ecológicos, demográficos, sociais ou outros). Assim, sucintamente, pode esboçar-se o seguinte panorama geral (CARVALHO, 2008):

- No Baixo Tejo, onde desde finais do VII milénio a.C. se desenvolve o complexo mesolítico de Muge, não há qualquer indício de aquisição de novidades neolíticas – ou mesmo de qualquer tipo de interacção arqueologicamente visível – entre estes grupos e os neolíticos seus contemporâneos do Maciço Calcário Estremenho ao longo das diversas sequências estratigráficas de concheiro conhecidas, a acumulação das quais, aliás, se prolongará até 4.600 cal BC, a confirmarem-se as datas do nível superior do Cabeço da Amoreira recentemente dadas a conhecer (ROLÃO *et al.*, 2006). Portanto, o factor conducente ao termo da exploração sistemática dos recursos estuarinos desta área por parte da comunidade mesolítica nela fixada é ainda uma incógnita, não sendo por enquanto possível avaliar se ocorreu por esgotamento dos mesmos na sequência de alterações ambientais, como implícito no trabalho de Van Der Schriek e colaboradores (2002/03), ou se por absorção dos grupos mesolíticos pelos neolíticos (ZILHÃO, 1992, 1993) após um processo bem documentado pela etnografia que os autores anglo-saxónicos apelidam de “encapsulamento” (por exemplo, BELLWOOD, 2005).
- Na chamada “Península de Lisboa”, os dados disponíveis, ainda muito incompletos, parecem no entanto conformar uma situação análoga à do Maciço Calcário Estremenho, isto é, um processo de colonização. De facto, à época, esta vasta região encontrava-se despovoada ou seria talvez apenas objecto de exploração marginal por parte dos grupos mesolíticos (de Muge?). No sentido desta interpretação concorre a cartografia dos sítios meso-neolíticos (CARVALHO, 2005) e a cronologia absoluta comparada entre o concheiro mesolítico de S. Julião C, cujas datas se distribuem entre 6.100 e 5.700 cal BC (SOUSA, 2004), e a ocupação neolítica da Gruta do Correio-Mor, datada de 5.300 cal BC (CARDOSO, 2003), que implicam, portanto, um hiato de aproximadamente 400 anos.
- No amplo território alentejano, do litoral ao Vale do Guadiana, existem algumas sequências estratigráficas (por exemplo, Amoreiras e Cabeço do Pez) e datações absolutas que parecem indicar a inexistência de hiatos no povoamento da região, o que, aliado a observações efectuadas por vários autores sobre as respectivas culturas materiais – principalmente sobre as produções líticas (SANTOS *et al.*, 1974; SOARES, 1995; DINIZ, 2007) – parecem neste momento apontar no sentido de uma transição para o Neolítico sob a vigência de condições de continuidade cultural e populacional, ou seja, de processos de adopção do modo de vida neolítico. Esta interpretação é, *grosso modo*, a que tem vindo a ser defendida por Silva e Soares (1987, 2003; SOARES, 1997; SOARES & SILVA, 2003, 2004) no quadro do seu modelo de cariz autoctonista e de neolitização por via de processos de interacção. Segundo este modelo, os referidos processos de interacção são estabelecidos entre comunidades instaladas em territórios vizinhos e serão catapultados por alterações no seu equilíbrio ecológico-demográfico. Para o Alentejo, são no entanto quase completamente desconhecidas as respectivas estratégias de subsistência, a cronologia e as circunstâncias concretas de introdução da economia agro-pastoril, por carências do registo empírico. Uma dificuldade adicional deriva da própria extensão do território em causa, da sua diversidade ecológico-geográfica interna (litoral, bacias fluviais, planícies e acidente orográficos mais ou menos significativos) e da possibilidade de este processo generalizado de adopção da economia neolítica dever ser matizado por situações mais circunscritas geograficamente. Neste sentido, uma linha de investigação que merece ser desenvolvida será a avaliação pormenorizada do processo de neolitização em subáreas do Alentejo onde têm vindo a ser identificados contextos mesolíticos e/ou neolíticos, tais como a região de Évora (DINIZ, 2007), Alter do Chão (OLIVEIRA, 2006) ou do Guadiana (GONÇALVES, 2002), uma vez que o litoral, o Baixo Sado e o Mira têm já um volume mais significativo de trabalho produzido.

2. O CONTEXTO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL NO VI MILÉNIO a.C.

No contexto da bacia ocidental do Mediterrâneo, o estudo da emergência do modo de vida representado pela economia de produção agrícola e pastoril coloca-se de forma distinta da aplicável aos últimos caçadores-recolectores natufenses e aos primeiros agricultores e pastores do PPNA, uma vez que os próprios componentes desta primeira economia de produção têm origem próximo-oriental e foram introduzidos por acção humana. É o caso dos primeiros cereais (trigos e cevadas) e leguminosas (ervilha, fava e lentilha), e dos ovinos e caprinos, cuja origem geográfica referida de domesticação se encontra hoje confirmada também por análises de ADN destas espécies (FERNÁNDEZ *et al.*, 2006; VIGNE & HELMER, 1999; ZOHARY & HOPF, 2004). Dado que não foram até ao momento identificados ovinos selvagens pleistocénicos na Córsega nem na Sardenha, os actuais muflões destas ilhas tirrénicas só podem ser entendidos como ovinos assilvestrados a partir de indivíduos domésticos neolíticos (VIGNE, 1998), observação que deita por terra modelos que preconizaram processos de domesticação local deste género em época pré-histórica. Para os bovinos, ao contrário do defendido ainda há pouco (TROY *et al.*, 2001), parece hoje que o auroque europeu terá contribuído geneticamente para o boi doméstico, pelo menos de forma ocasional (BEJA-PEREIRA *et al.*, 2006); do mesmo modo, no caso do porco terão também ocorrido eventos de domesticação do javali em contexto europeu (LARSON *et al.*, 2005, 2007; ALBARELLA *et al.*, 2006). As estimativas apontadas pelos autores citados quanto à cronologia destes processos de domesticação indicam que se tratarão de eventos ocorridos ainda no VI milénio a.C., durante as fases iniciais de implantação e expansão das economias de produção do Neolítico antigo mediterrâneo.

Perante estas evidências, teses que proponham processos de domesticação autóctone independente das plantas e dos animais referidos carecem de fundamentação empírica comprovada e devem, por isso, ser rejeitadas. Assim, a via mais sólida para rastrear a cronologia, a direcção e a geografia do processo de expansão das plantas e animais domésticos – o mesmo é dizer, do Neolítico – deverá recorrer aos resultados da sua datação directa. Para a análise deste processo, utilizou-se a metodologia proposta por Zilhão (2001), com a actualização da respectiva base de dados (CARVALHO, 2008), isto é, a análise das datações de radiocarbono obtidas a partir de ossos ou sementes de espécies domésticas. Da leitura do mapa da Fig. 2 – que, note-se, não visa a avaliação crítica de situações onde os indicadores directos de economia de produção se encontrem bem datados por associação contextual (por exemplo, através de estruturas antrópicas) – podem destacar-se três etapas principais de expansão da economia de produção:

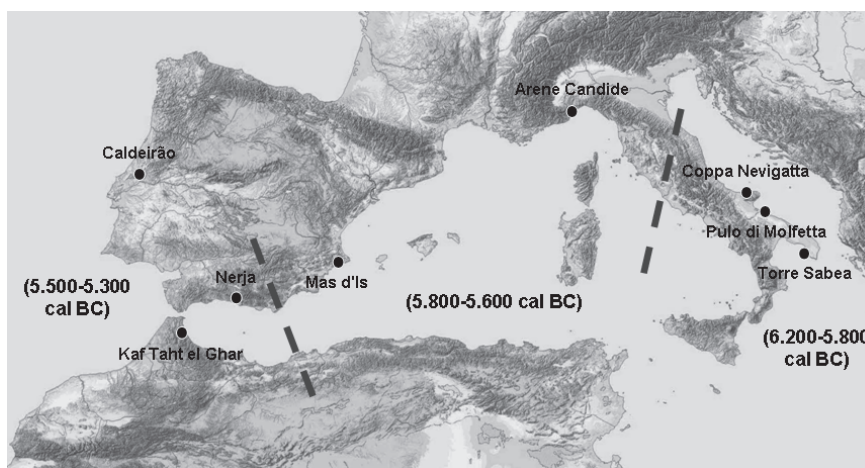


Fig. 2 – Cronologia da neolitização do Mediterrâneo ocidental, em três etapas. 1) 6.200-5.800 cal BC: formação e desenvolvimento do Neolítico do sudeste italiano, de cerâmica *impressa*; 2) 5.800-5.600 cal BC: expansão para a Ligúria e extremo sudeste peninsular; 3) 5.500-5.300 cal BC: expansão para o norte de África, Andaluzia meridional e fachada atlântica ibérica.

1. 6.200-5.800 cal BC – Esta cronologia corresponde ao desenvolvimento inicial do Neolítico de cerâmicas de tipo *impressa* do sudeste de Itália, com epicentro na Apúlia, sendo este intervalo de tempo o que resulta das datas sobre cereais de Torre Sabea, Pulo di Molfetta e Coppa Nevigatta, que se situam portanto na transição do VII para o VI milénio a.C.
2. 5.800-5.600 cal BC – Imediatamente a seguir, há evidência da expansão do Neolítico para a Ligúria (Arene Candide), em 5.800 cal BC, e depois para o Levante da Península Ibérica (Mas d'Is), em 5.600 cal BC. É possível que no Alto Tejo, perto de Toledo, o sítio de La Paleta apresente a mesma ordem de antiguidade, embora esteja ainda sujeito a confirmação posterior dada a natureza e contexto específicos da amostra datada (palha de trigo usada como elemento não plástico de contentores cerâmicos não cozidos).
3. 5.500-5.300 cal BC – As datações mais antigas para espécies domésticas objecto de datação directa na Catalunha (Can Sadurní), Andaluzia (Nerja), Norte de África (Kaf Taht el Ghar) e Estremadura Portuguesa (Caldeirão) revelaram cronologias dentro do intervalo indicado, e na Meseta Norte mais consistentemente sobre 5.300 cal BC (El Mirador, La Lámpara e La Revilla).

Pese embora o seu pequeno número, este conjunto de datações permite retirar algumas grandes ilações acerca do processo de neolitização do Mediterrâneo ocidental:

1. que há um claro gradiente cronológico genérico de sentido este–oeste, o que está em perfeita conformidade com o posicionamento geográfico destas regiões mediterrâneas em relação aos núcleos primários de domesticação próximo-orientais;
2. que a expansão do Neolítico a partir da Apúlia até ao ocidente da Península Ibérica ocorre a uma rapidez elevada e com um carácter marcadamente costeiro, o que apoia a tese de um processo de colonização pioneira por via marítima (ZILHÃO, 1993, 2001); e
3. que, provavelmente, a via de expansão poderá não ter sido única, uma vez que a cronologia do povoado de Mas d'Is, localizado do extremo sudeste peninsular, sugere a possibilidade de valorizar de novo a importância do norte de África como via complementar, como referido pelos seus escavadores (BERNABEU *et al.*, 2003).

O modelo de colonização pioneira por via marítima, referido na segunda alínea, parece demonstrado sem margens para dúvidas num número muito restrito de sítios arqueológicos, de localização litoral, que denotam influências culturais distintas das observadas nas respectivas regiões de implantação, mas que, inversamente, ostentam paralelos exógenos longínquos dificilmente explicáveis de outra forma que não seja através dos processos de migração de pequenos grupos humanos por via marítima contemplados naquele modelo. Trata-se, em concreto, das seguintes ocorrências:

- Abrigo de Pendimoun. Situado perto da fronteira italo-francesa, este sítio revelou dois níveis arqueológicos diferenciados estratigraficamente, o mais recente dos quais integrável no Cardial tirrénico. Contudo, o nível inferior, para o qual se propõe uma cronologia de inícios do VI milénio a.C., conforma uma realidade artefactual única que não se integra no Cardial tirrénico nem no Neolítico ligúrico – cerâmica brunida com bases planas, decorada com unguiações e sem cardial (Fig. 3) – e cujos paralelos são ainda matéria de debate (Fig. 4): se itálicos, como pretende J. Guilaine (2003a, 2003b), se da margem balcânica do Adriático, como defende o seu escavador (BINDER *et al.*, 1993). Que esta entidade arqueológica é neolítica, e não por hipótese um Mesolítico cerâmico, comprova-o a presença de cereais (trigos e cevada) e de ovinos / caprinos.
- Peiro Signado. Trata-se de um sítio de ar livre localizado na região de Portiragnes (Baixo Languedoque) – ou seja, em contexto cultural Cardial franco-ibérico – mas que apresenta uma cultura material claramente filiável no

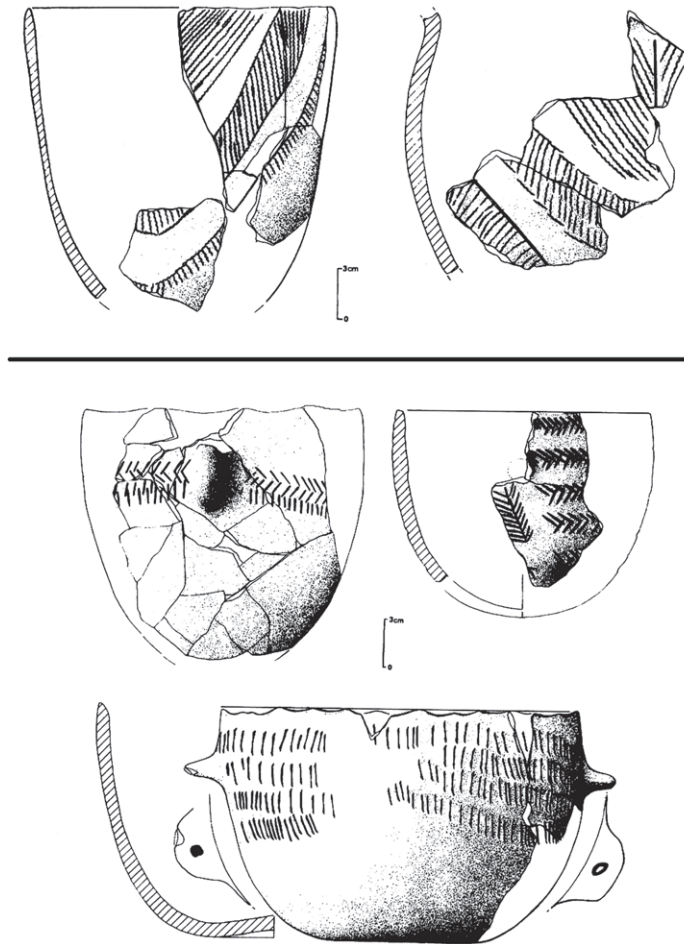


Fig. 3 – Abrigo de Pendimoun: produções cerâmicas da primeira ocupação neolítica, com paralelos nos grupos de cerâmica *impressa* sul-italiana e dalmata (em baixo) e da ocupação cardial posterior (em cima), segundo adaptação de figuras de D. Binder e colaboradores (1993).

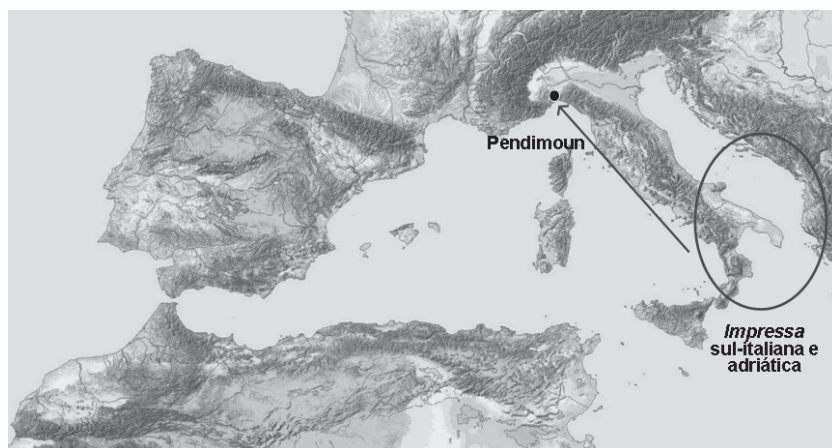


Fig. 4 – Abrigo de Pendimoun: localização e origem suposta do grupo humano responsável pela primeira ocupação neolítica do sítio (Neolítico de cerâmicas do grupo *impressa* do sul de Itália e do Adriático).

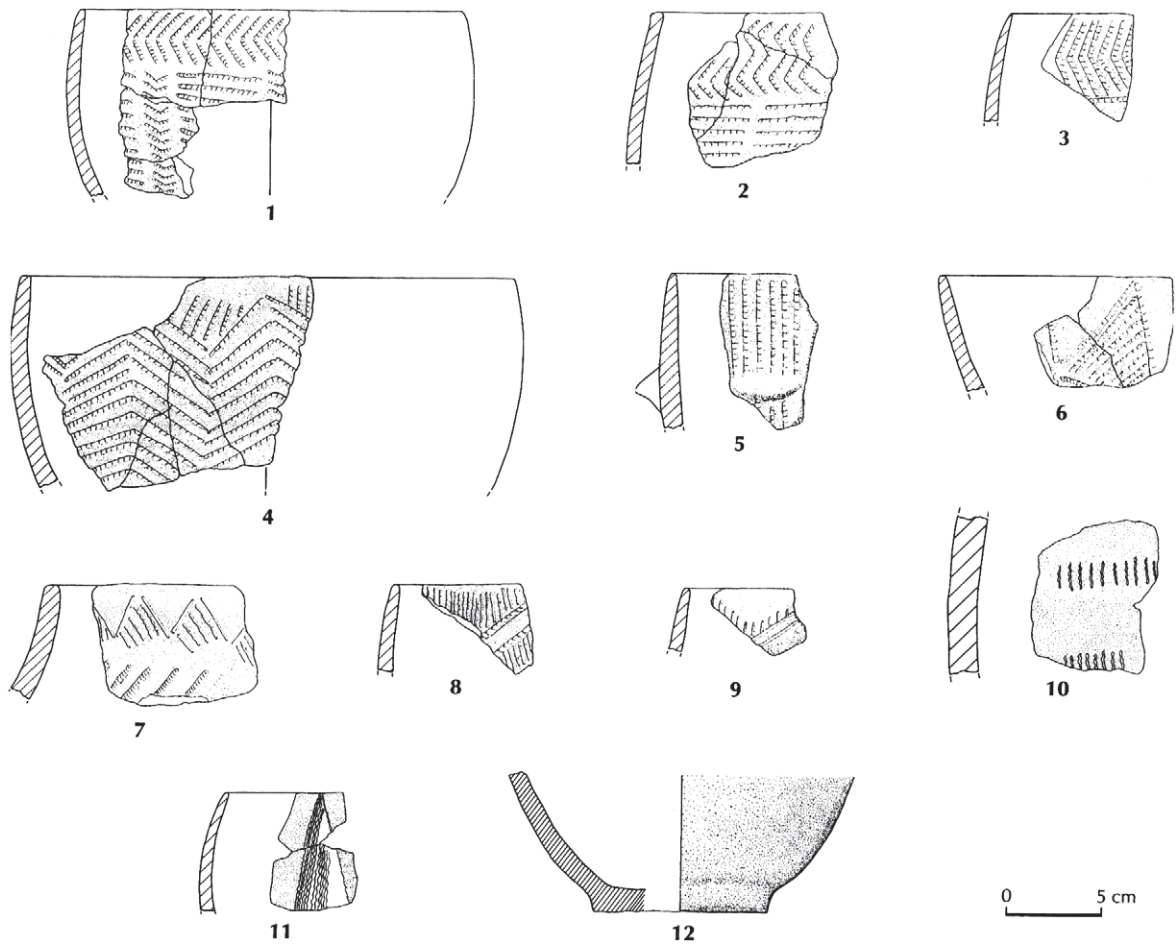


Fig. 5 - Peiro Signado: tipologia cerâmica (MANEN, 2002, Fig. 26).

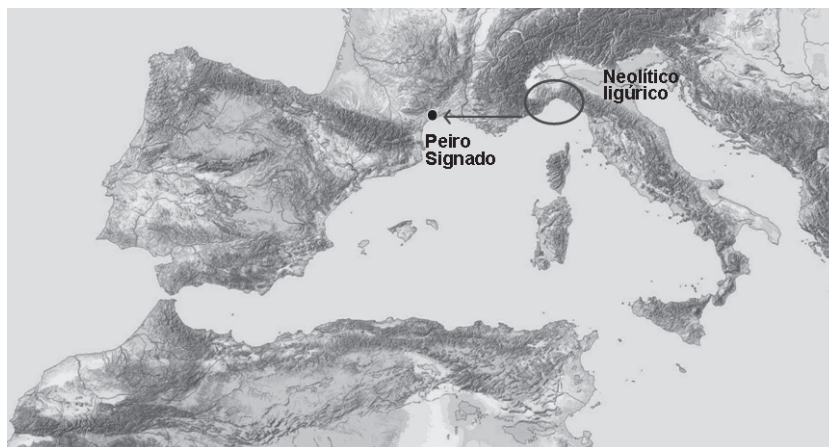


Fig. 6 - Peiro Signado: localização e origem suposta do grupo humano neolítico que ocupou o local (Ligúria).

Neolítico ligúrico (Fig. 6), cuja cerâmica inclui formas abertas com bases planas, abundante decoração com “*sillons d'impressions*” e raras impressões cardiais, unguiações e caneluras (Fig. 5), estando datado de c. 5.700-5.600 cal BC a partir de carvões obtidos em estruturas de combustão (MANEN, 2002).

- Pont de Roque-Haute. Este sítio, também de ar livre e localizado em Portiragnes, representa uma fácies inédita até ao momento, que se caracteriza por cerâmicas, por vezes de bases planas, decoradas com impressões muito variadas, incluindo cardial e “*sillons d'impressions*” (Fig. 7). Está datado de 5.750-5.500 cal BC a partir de carvões dispersos. Segundo Manen (2002), duas hipóteses serão possíveis para interpretar esta cultura material, ainda em curso de estudo: trata-se de um “estilo híbrido” de fusão entre o Cardial do Languedoque e o Neolítico ligúrico ou, alternativamente, trata-se de um conjunto com paralelos no Cardial tirrénico (Fig. 8).

Ainda de acordo com aquela autora, Peiro Signado e Pont de Roque-Haute revelaram também obsidiana – o que reforça os laços destes sítios com o Mar Tirrénico (Figs. 3-5) – e são indiscutivelmente neolíticos do ponto de vista económico. Aliás, a predominância de trigos vestidos (GASSIN *et al.*, s.d.) e espectros faunísticos marcados pelo domínio de espécies domésticas com percentagens inferiores de animais caçados (VIGNE, 1998; VIGNE & HELMER, 1999), são aspectos que denunciam uma característica económica específica típica do Neolítico de cerâmica *impressa* do sul de Itália contrastante com a do Cardial das respectivas regiões (ver adiante). Outras observações que se correlacionam directamente com estes movimentos por via marítima são a efectiva colonização das ilhas tirrénicas em época neolítica inicial (COSTA, 2004) e o estabelecimento neste período dos conhecidos circuitos de transporte de obsidiana das jazidas insulares de Lipari, Sardenha, Palmarola e Pantelleria (COSTA, 2007). A impressionante piroga monóxila de La Marmotta, com os seus mais de 10 metros de comprimento e capacidade para uma dezena de tripulantes (FUGAZZOLA-DELPINO & PESSINA, 1999), ainda que recuperada no ambiente lacustre do Lago de Bracciano, é um notável testemunho da capacidade de navegação dos povos do Mediterrâneo ocidental de então.

De facto, a expansão da economia neolítica através do Mediterrâneo ocidental não revela a regularidade geográfica e o ritmo cadenciado que o modelo da “vaga de avanço” proposto por Ammerman e Cavalli-Sforza (1984) implica. O carácter “saltatório” da expansão neolítica por via marítima, a possibilidade da existência de várias vias, e também o papel desempenhado nesse processo pelas comunidades mesolíticas pré-existentes e por condições ecológicas de territórios particulares, são seguramente os principais factores subjacentes à multiplicidade de realidades regionais visível, desde logo, nas próprias características específicas da economia de produção – ou seja, ao nível representatividade relativa das espécies animais e vegetais presentes e das técnicas agro-pastoris empregues na sua gestão e processamento – e em componentes particulares das culturas materiais do primeiro Neolítico do Mediterrâneo ocidental. Se esta última constatação é reconhecida desde há muito – veja-se, a título de exemplo, a estruturação estilística das produções cerâmicas cardiais avançada há mais de 30 anos por Guilaine (1976), que se referia às mesmas, sintomaticamente, como “Cardial e derivados” e “unidade e polimorfismo” –, a observação de variações ao nível da economia agro-pastoril tem permitido delimitar subáreas geográficas que parecem conformar “territórios económicos e tecnológicos” distintos.

Com efeito, a análise da distribuição das plantas domésticas levada a cabo por Marival (1999, 2003), actualizada por dados mais recentes (ZAPATA *et al.*, 2004; GASSIN *et al.*, s.d.), permite a delimitação de grandes “territórios agrícolas” na Europa durante o Neolítico antigo (Fig. 9). No que respeita à bacia ocidental do Mediterrâneo, emerge então um padrão que pode ser sintetizado da seguinte forma:

- No sul de Itália predominam os trigos vestidos – tal como na Península Balcânica – e as leguminosas são de início muito raras. Este “território agrícola” corresponde ao Neolítico da cerâmica *impressa* do sudeste italiano, cujo início está datado de 6.200 cal BC.

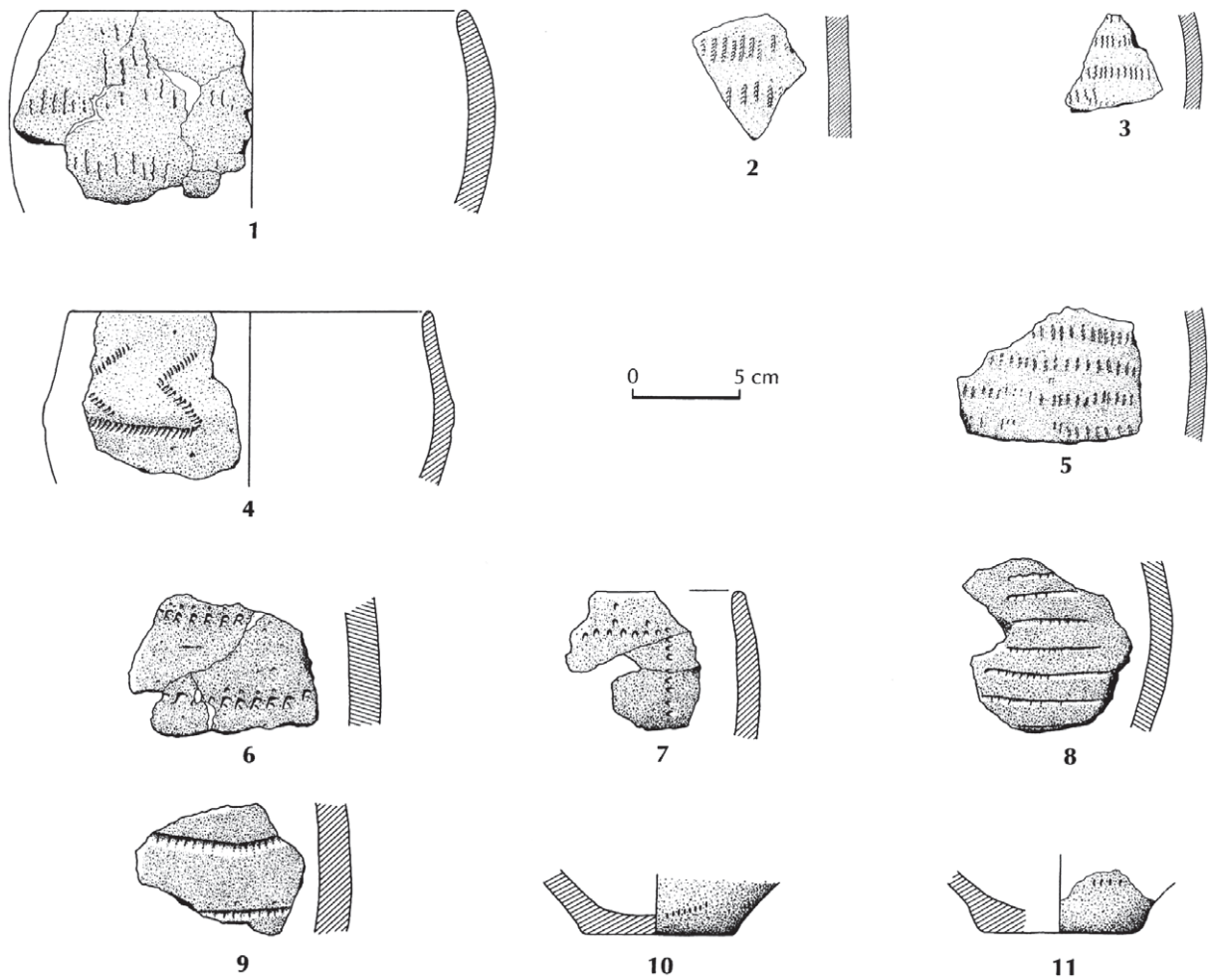


Fig. 7 – Pont de Roque-Haute: tipologia cerâmica (MANEN, 2002, Fig. 29).

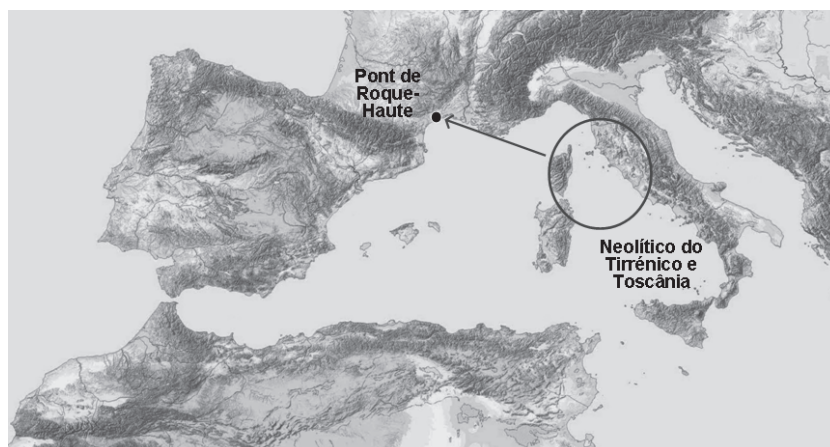


Fig. 8 – Pont de Roque-Haute: origem suposta do grupo humano neolítico que ocupou o local (Mar Tirrênico e região da Toscana).

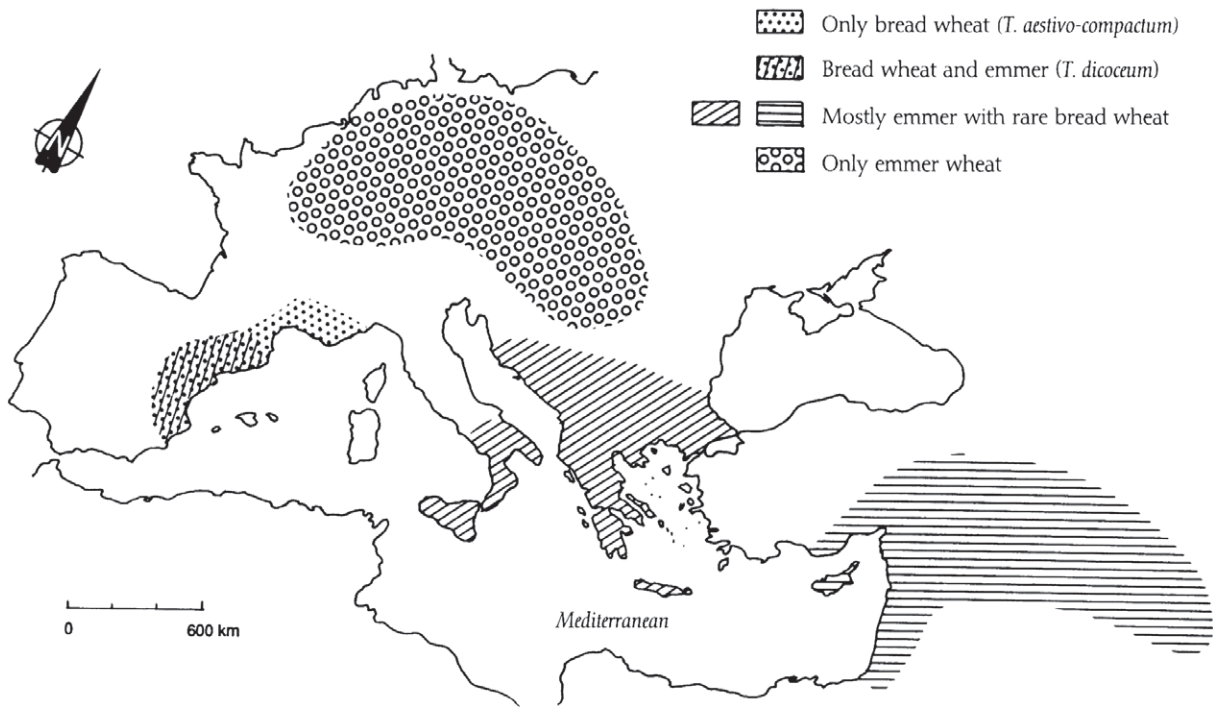


Fig. 9 – “Territórios agrícolas” da Europa durante o Neolítico antigo (MARINVAL, 1999, Fig. 17.4).

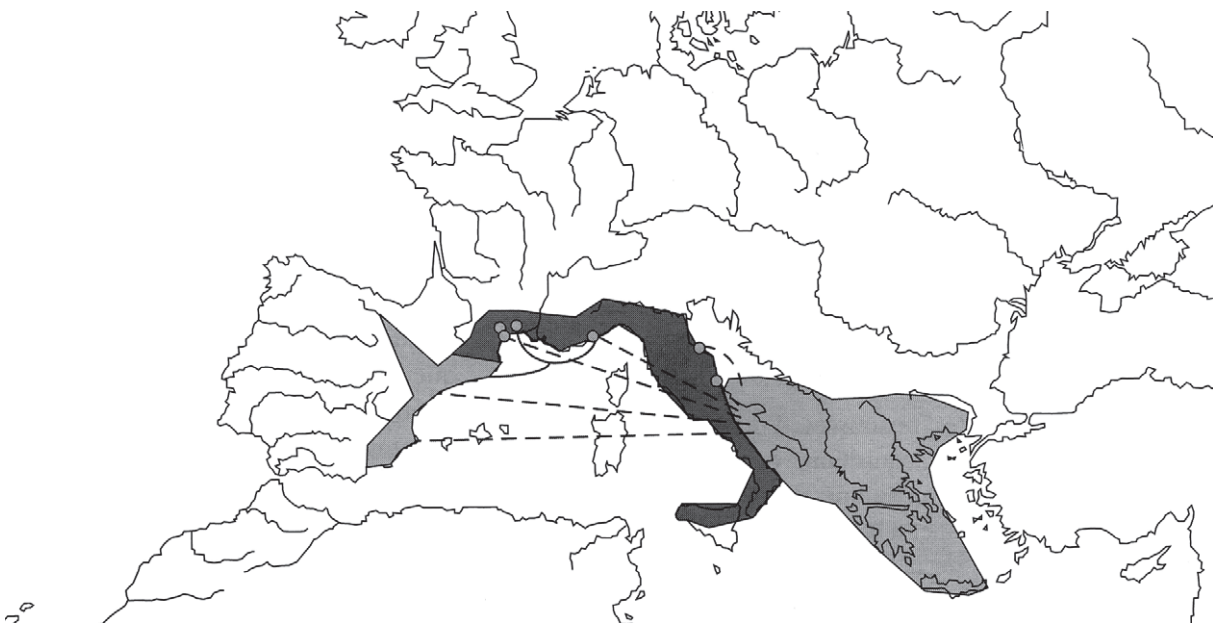


Fig. 10 – “Subsistemas de aquisição de recursos animais” no Mediterrâneo durante o Neolítico (VIGNE, 2000, Fig. 3).

- No sul de França e na Espanha mediterrânea predominam os trigos e as cevadas nuas, sendo raras as variantes vestidos, as quais são no entanto quase exclusivas em Pendimoun, Peiro Signado e Pont de Roque-Haute, citados acima. Esta área de distribuição coincide com o chamado Cardial franco-ibérico.
- Os dados recentemente compilados para a vasta região andaluza por Zapata e colaboradores (2004) – razão pela qual esta região não está indicada naquele mapa – indicam a coexistência das variedades nuas e vestidas de trigos e a ocorrência abundante de leguminosas de várias espécies.

Embora os autores citados não se tenham debruçado sobre o norte de África, os dados carpológicos publicados por A. Ballouche e P. Marinval (2003) para a gruta de Kaf Taht el Ghar, que se constitui aliás como o único conjunto estudado na região, parece integrar o Cardial marroquino, pelo menos provisoriamente, no “padrão andaluz”. Com efeito, a coexistência de trigos nus com leguminosas variadas parece aproximar esta gruta das realidades do Sul peninsular, o que suporta a tese da existência, pelo menos, de contactos habituais entre ambas as margens do Mar de Alborán.

Os trabalhos de J.-D. Vigne (1998, 2000; VIGNE & HELMER 1999) sobre as primeiras práticas pastoris do Mediterrâneo ocidental, conformando o que o autor designa por “subsistemas técnicos de aquisição de recursos animais”, permitiram igualmente verificar um padrão com expressão geográfica no que respeita aos espectros faunísticos, curvas de abate, técnicas de gestão dos animais e estratégias de caça (Fig. 10):

- No sudeste italiano – ou seja, no Neolítico de cerâmica *impressa* – a aquisição de recursos cárneos assenta sobretudo no pastoreio de bovinos, tendo a caça um papel muito residual. Os ovinos e caprinos forneciam carne, mas talvez também leite, preludiando portanto a “revolução dos produtos secundários”.
- Nas restantes regiões italianas e no *Midi* – ou seja, no Cardial tirrénico e francês – a exploração animal é menos especializada, pois a caça representa percentagens importantes no cômputo global e as presenças de bovinos e de ovinos / caprinos são mais ou menos equilibradas entre si. J.-D.Vigne (1998) faz questão de sublinhar que esta tendência não resulta do facto de a maioria dos contextos nestas regiões ser de gruta ou abrigo sob rocha, por oposição aos grandes povoados com fossos do sul de Itália.
- No Levante espanhol (e em alguns sítios do sul de França), o registo faunístico evidencia uma variabilidade muito elevada onde o padrão a reter é o da oscilação, seja na proporção entre os animais domésticos presentes (principalmente, entre bovinos e ovinos / caprinos), seja na representatividade, normalmente elevada, das actividades cinegéticas.

Embora o autor que se tem vindo a citar considere ser impossível examinar esta possibilidade, o norte de África é equacionado como uma outra via possível de difusão (VIGNE & HELMER, 1999). Efectivamente, o registo faunístico para o Cardial marroquino é diminuto e encontra-se muito limitado pelo facto de as estratigrafias de gruta de onde foi obtido padecerem de perturbações pós-deposicionais que passaram por vezes despercebidas no caso de trabalhos antigos. Ainda assim, a síntese publicada por B. Ouchaou (2000) para os sítios de Kaf That el-Ghar, Boussaria e Ghar Cahal permite considerar válida aquela hipótese de trabalho pois, com excepção do segundo sítio, a caça detém sempre uma percentagem maioritária e é muito diversificada, incluindo espécies tipicamente norte-africanas (muflão, gazela e antílope); já as espécies domésticas são intrusivas e fazem parte do “pacote neolítico” mediterrâneo (pelo menos, os ovinos / caprinos). Na Andaluzia, por falta de estudos faunísticos de âmbito regional, não é possível actualmente avaliar em rigor em que padrão se insere o Neolítico antigo desta região, ou se, à semelhança do verificado por L. Zapata e colaboradores (2004) a propósito das práticas agrícolas, forma um território individualizável.

3 - A INTEGRAÇÃO DO PORTUGAL MERIDIONAL NO CONTEXTO MEDITERRÂNEO: OS DADOS E OS PROBLEMAS

Perante o exposto, a multiplicidade de processos registado no Portugal meridional, que se descreveram atrás, só pode ser entendida como tendo sido catalizada pelo surgimento no centro da Estremadura e talvez também no Barlavento Algarvio, em meados do VI milénio a.C., de grupos humanos plenamente neolíticos nestas regiões então desprovidas de povoamento mesolítico ou apenas objecto de exploração económica secundária. O facto de estes primeiros grupos neolíticos serem portadores de cerâmica cardial é um traço que, independentemente da questão da efectiva representatividade arqueológica da mesma, os inscreve no amplo processo de expansão do Neolítico através da bacia ocidental do Mediterrâneo, daí podendo retirar-se consequências profundas quanto ao significado histórico da sua presença no extremo ocidente peninsular. Estão, assim, repetidas nestas regiões atlânticas da Península Ibérica, nas suas linhas gerais, as mesmas possibilidades de transição que têm vindo a ser propostas para muitas sub-regiões do Mediterrâneo: ou seja, processos de colonização por via marítima como elemento catalizador, e a interacção com as comunidades mesolíticas pré-existentes ou a expansão do sistema produtor como fenómenos imediatamente subsequentes.

De acordo com os conhecimentos de que se dispõe actualmente acerca da cultura material destes primeiros grupos neolíticos, parece não se repetirem, no entanto, todos os traços comuns que, de acordo com os pressupostos implícitos no modelo de colonização pioneira por via marítima, seria de esperar encontrar entre os potenciais locais de origem e/ou passagem destes grupos (o Mediterrâneo ocidental) e os locais de chegada (o litoral português). Esta observação foi já tentativamente objecto de uma primeira sistematização, a propósito das produções cerâmicas e líticas, em que se procurou estabelecer comparações inter-regionais e encontrar potenciais nexos de afinidade (MANEN *et al.*, 2007), a que se voltará nas conclusões.

Com efeito, tomada na globalidade das ocorrências no actual território português, a cerâmica cardial é escassa. Recentemente, foi levada a cabo por M. Diniz (2005: quadro 1) uma compilação de toda a informação então disponível sobre os efectivos cerâmicos cardiais publicados. A retoma desse exercício, actualizado com dados então inéditos (CARVALHO, 2008) e tomando como unidade de cálculo comparativo apenas o número de vasos decorados de cada contexto (Quadro 2), permite com efeito confirmar as conclusões então avançadas por aquela investigadora. De facto, para além do obstáculo constituído pela pequena dimensão dos conjuntos conhecidos, “[...] e pese o risco inerente a generalizações realizadas a partir de uma amostra tão reduzida, torna-se vidente que o peso da cerâmica cardial não é, nos contextos atlânticos, idêntico ao seu peso nos contextos mediterrâneos” (DINIZ, 2005: 240). Constitui excepção apenas a Gruta do Almonda, onde a componente cardial atinge 45% do total dos vasos decorados; todos os restantes conjuntos apresentam percentagens inferiores. Do ponto de vista estilístico, vários investigadores (por exemplo, SILVA & SOARES, 2003; BERNABEU, 2003) têm defendido ainda que as produções portuguesas se aproximam dos estilos tardios do Levante mediterrâneo – que conformam o “*Neolítico Ia2*” da região de Valência, tal como definido por J. Bernabeu (1989) –, dado que são predominantes as decorações confinadas ao terço superior dos vasos e organizadas em sucessões de impressões dispostas em bandas ou métopas (Fig. 11), hipótese que está em perfeita compatibilidade com a cronologia actualmente disponível para o início do Neolítico em Portugal, referida atrás. Efectivamente, apenas nas cavidades cársicas de Eira Pedrinha e do Almonda se conhecem alguns exemplares com decoração mais extensa e complexa, dita “barroca”, que incluem também, segundo Diniz (2005), representações de figuras antropomórficas. Estas peças “barrocas” têm servido de base à tese de Zilhão (2000, 2001) de acordo com a qual o Neolítico cardial português teria a mesma antiguidade do seu congénere levantino. Porém, estas peças são também características do “*Neolítico Ia2*”, acima citado, tendo vindo a observar-se recentemente que a sua ocorrência apenas em alguns contextos desta fase do Neolítico pode estar a testemunhar um significado particular desses mesmos sítios (por exemplo, Cova de l’Or) no âmbito da organização social cardial

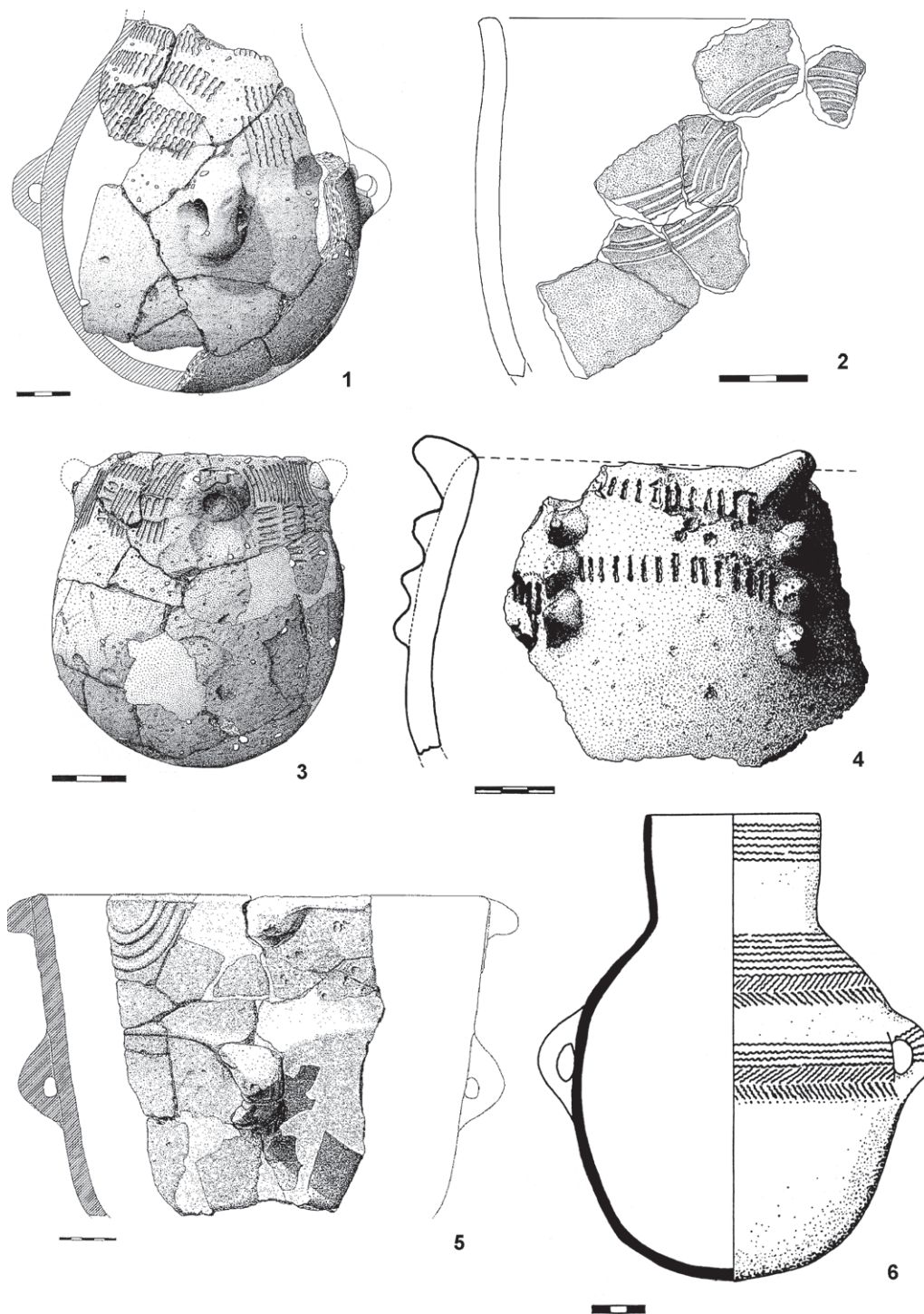


Fig. 11 – Portugal meridional: cerâmicas do Neolítico antigo inicial. 1 e 3 – vasos de forma em “saco” com decoração cardinal restrita à zona superior dos recipientes (Cabranosa); 2 – vaso aberto com decoração canelada (Cerradinho do Ginete); 4 – vaso com decoração cardinal no terço superior da parede e elementos de prensão (Almonda); 5 – vaso aberto, de grandes dimensões, com cordões lisos (Cabranosa); 6 – vaso de colo destacado, com decoração cardinal (“vaso de Santarém”). Escalas em cm. Segundo adaptação de figuras de J. Guilaine e O.V. Ferreira (1970), J. Zilhão (1992), J.L. Cardoso e colaboradores (2001) e A.F. Carvalho (2008).

Quadro 2 – Portugal meridional. Vasos cerâmicos do Neolítico antigo (segunda metade do VI milénio a.C.)^(a)

		Número total de vasos decorados	Número de vasos decorados com impressões cardiais	Porcentagem de vasos cardiais
Gruta do Caldeirão (NA2)	gruta-necrópole	3 vasos	1 vaso	33%
Pena d'Água (Eb-base)	habitat em abrigo sob rocha	7 vasos	2 vasos	29%
Cerradinho do Ginete	habitat de ar livre	9 vasos	3 vasos	33%
Gruta do Almonda	gruta-necrópole	40 vasos	18 vasos	45%
Cabranosa	habitat de ar livre	8 vasos	2 vasos	25%
Padrão	habitat de ar livre	9 vasos	1 vaso	11%

^(a) Segundo modelo de Diniz (2005) reelaborado com os dados publicados por A.F. Carvalho (2008).

levantina (BERNABEU, 2002), possibilidade explicativa – aliás, já levantada por M. Diniz (2005) para o caso português – que reduz o valor destas peças enquanto indicador cronológico de uma fase mais antiga do Neolítico cardial. As restantes decorações que acompanham a cerâmica cardial no actual território português são pouco diversificadas, parecendo consistir sobretudo em cordões lisos ou segmentados e caneluras largas e pouco profundas (Pena d'Água, Cerradinho do Ginete, Almonda, Cabranosa), deste modo morfológicamente distintas das caneluras que predominam nos conjuntos do Neolítico antigo evoluído (Fig. 11). Outro aspecto significativo é a presença ocasional de almagre (Cerradinho do Ginete, Almonda), o qual, apesar de muito raro, não pode deixar de ser entendido como um paralelismo com a Andaluzia, onde ocorre abundantemente (NAVARRETE, 1976). No que respeita às morfologias dos recipientes, duas formas assumem destaque pela sua raridade ou ausência na vertente mediterrânea (Fig. 11): os vasos com colos destacados e fundos cônicos (Almonda e vasos do Cartaxo, Santarém, Casével e Monte da Vinha) e, sobretudo, as formas “em saco”, típicas do Neolítico antigo evoluído mas já reconhecidas na Cabranosa (CARDOSO *et al.*, 2001).

No que respeita ao talhe da pedra do Neolítico antigo do Portugal meridional (CARVALHO, 1998a, 2002, 2008), há características com paralelos no Levante mediterrâneo: o tratamento térmico do sílex, a debitação por pressão, a raridade ou inexistência da técnica do microburil e tipologias particulares de utensílios (brocas e elementos de foice sobre lâmina). Estes aspectos, em que os neolíticos de ambos os extremos da Península Ibérica se distinguem radicalmente das produções mesolíticas locais, podem mesmo constituir-se como critérios diferenciadores. No entanto, no caso português, há também alguns traços particulares nas indústrias líticas (Fig. 12), principalmente o talhe de pequenos núcleos através de percussão bipolar sobre bigorna e a composição tipológica das armaduras (que perfazem, em média, 10% das utensilagens retocadas), que são formadas por segmentos estreitos com retoque abrupto associados a lamelas de dorso de morfologias não normalizadas. Com efeito, de acordo com as diversas sínteses produzidas até ao momento, aquele método de talhe é totalmente desconhecido em contexto levantino (FORTEA *et al.*, 1987; JUAN-CABANILLES, 1992; GARCÍA, 2006) e as armaduras do Cardial são formadas por trapézios; os segmentos apresentam, nessa região, retoque invasor bifacial (designado em castelhano por “*doble bisel*”) e surgem apenas no Epicardial. Por outro lado, de acordo com as sistematizações tipológicas disponíveis (ROCHE, 1972; SANTOS *et al.*, 1974; SOARES, 1995; VIERRA, 1995; ARAÚJO, 1995/97; MARCHAND, 2001a), os segmentos e as armaduras de dorso são também predominantes na fase final do Mesolítico das regiões meridionais de Portugal, pelo que alguns autores têm vindo a considerar estas armaduras no Neolítico antigo como uma “herança” mesolítica (SILVA & SOARES, 1981, 1987; SOARES, 1995, 1997; CARVALHO, 1998a, 2002, 2008; MARCHAND, 2001b, 2005; SOARES & SILVA, 2003; MANEN *et al.*, 2007).

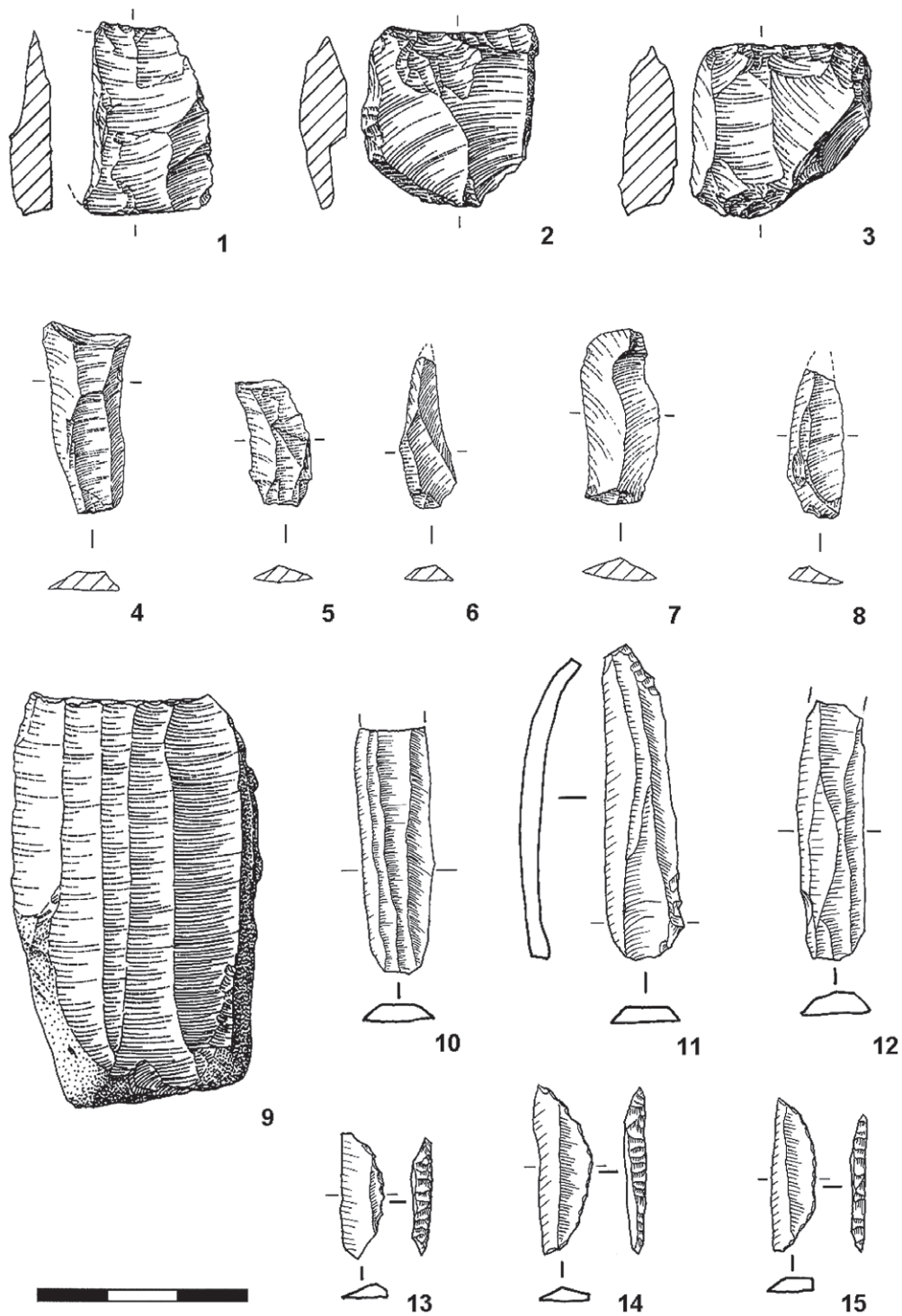


Fig. 12 – Portugal meridional: pedra lascada do Neolítico antigo inicial. 1-3 – núcleos bipolares; 4-8 – lamelas e esquirolas alongadas obtidas a partir de núcleos bipolares; 9 – núcleo prismático para lâminas; 10-12 – lâminas e lamelas obtidas a partir de núcleos prismáticos, debitados por pressão e/ou percussão indirecta; 13-15 – micrólitos segmentos. Todas as peças em sílex, da Cabranosa (1 a 9) e do Almonda (10 a 15). Escalas em cm. Segundo adaptação de figuras de A.F. Carvalho (1998a) e J.L. Cardoso e colaboradores (2001).

4 – PARA UMA HIPÓTESE INTERPRETATIVA DA NEOLITIZAÇÃO DO SUL DA PENÍNSULA IBÉRICA E DO NORTE DE ÁFRICA

Alguns dos aspectos da cultura material que individualizam o início do Neolítico no Portugal meridional face ao Neolítico cardial do Levante peninsular, que se assinalaram no apartado precedente, estão presentes também no Neolítico antigo da Andaluzia, sobretudo da sua parte mais ocidental e meridional, e de Marrocos.

Desde as primeiras integrações cronológico-culturais das realidades neolíticas da região de Sines, C. Tavares da Silva e J. Soares (1981, 1987) têm vindo a referir os paralelos que a tipologia cerâmica ostenta com as suas congéneres da Andaluzia ocidental, principalmente, mas também com a região argelina de Orão. Se bem que os paralelos enunciados padeçam de severas limitações no que respeita à integridade das suas sequências sedimentares e, por consequência, da respectiva cronologia (ZILHÃO, 1993) – os quais estiveram, no entanto, na base da proposta, na década de 1980, da existência nesta região de um Neolítico antigo de tradição distinta da Cardial (PELLICER & ACOSTA, 1982; ACOSTA, 1986) – o facto é que, à semelhança do caso português, não foram ainda descobertos e escavados na Andaluzia contextos cardiais equiparáveis aos levantinos. O panorama andaluz está, ainda hoje, bem caracterizado por J.J. Fernández e B. Gavilán (1995, p. 55) no seguinte parágrafo, no que às produções cerâmicas diz respeito: “En cuanto a las cerámicas cardiales presentes en la mayoría de los yacimientos situados en Andalucía occidental, según lo publicado, hemos de decir que ofrecen un aspecto bien diferente, en cuanto a su calidad, del cardial levantino y granadino, representado éste principalmente por Carigiuela, lo que podría indicar que, según las secuencias levantinas, estaríamos ante los momentos finales del cardial. De otro lado, consideramos que o escaso número de fragmentos decorados mediante *cardium* con que se cuenta en Andalucía Occidental, y en determinados yacimientos de la Oriental, tiende a sobrevalorizarse en extremo [...], cuando en la realidad, hoy por hoy, y a tenor de los datos que se tienen, es que Andalucía Occidental no cuenta con un Neolítico Antiguo Cardial como el Levantino y que, junto a las escasas impresas cardiales, se constata un número más que considerable de otras especies cerámicas decoradas mediante otros sistemas”. Veja-se, a este propósito, o levantamento de cerâmica cardial andaluza feito por V.J. Jiménez e M.T. Conejo (2006). As indústrias líticas do Neolítico andaluz ocidental são, por seu lado, mal conhecidas, tanto devido a problemas de integridade contextual (como os acima referidos para algumas grutas), como à recorrente escassez de armaduras geométricas nos contextos neolíticos iniciais. A este respeito, na compilação efectuada por B. Martí e J. Juan-Cabanilles (1997, p. 248), os autores referem explicitamente que “los resultados, fruto del repaso bibliográfico [...] son bastante precarios, puesto que se conocen pocos geométricos, por regla general, en los niveles iniciales del Neolítico de la zona”, conclusão que conforma, interessantemente, um traço comum também com o Barlavento Algarvio (CARVALHO, 2008).

Por seu lado, o Mesolítico final da Andaluzia permanece em grande parte desconhecido, destacando-se na cartografia arqueológica actual um extenso vazio entre as duas conhecidas grutas localizadas no extremo oriental desta região – Nacimiento (ASQUERINO & LÓPEZ, 1981) e Valdecuevas (SARRIÓN, 1980) – e o recentemente publicado sítio de Río Palmones, situado junto à Baía de Algeciras, na região de Cádiz (RAMOS *et al.*, 2006). Os dois primeiros sítios revelaram indústrias líticas escassas, mas em Río Palmones foi possível recolher um conjunto mais numeroso que inclui como elementos significativos trapézios e triângulos obtidos através da técnica do microburil, no que é um traço típico dos últimos caçadores-recolectores peninsulares. Conquanto não datado pelo radiocarbono, este sítio é atribuído pelos seus escavadores à primeira metade do VI milénio a.C. e que, “por tanto consideramos como hipótesis que Embarcadero del Río Palmones representa un registro biológico, tecnológico y socioeconómico previo a la ocupación de El Retamar [...]” (RAMOS *et al.*, 2006, p. 86). Esta conclusão é importante porque o referido sítio de El Retamar tem sido considerado como neolítico, desde logo pelos autores da escavação (RAMOS & LAZARICH, 2002; RAMOS, 2004; RAMOS *et al.*, 2005). Porém, alguns aspectos do registo arqueológico deste sítio, implantado nas dunas que bordejam as “*marismas*” da Baía de Cádiz, levantam seriamente a possibilidade de se estar perante um complexo palimpsesto meso-neolítico. Com efeito, para além de uma datação de 5.900 cal BC obtida para o “*conchero*

6”, a estrutura de combustão designada por “*hogar 18*” forneceu duas datas estatisticamente distintas: uma de 5.900 cal BC e outra de 5.500 cal BC, o que demonstra a existência de ocupações de épocas distintas neste local e de processos pós-deposicionais importantes. A corroborar estes indicadores que apontam para a presença de uma componente mesolítica em El Retamar estão as considerações explícitas de G. Marchand (2005) a propósito das indústrias de pedra lascada do sudoeste peninsular, que devem ser citadas: “le site d’El Retamar, près de Cádiz (proche de la frontière hispano-portugaise), ne vient pas simplifier le problème, puisqu’il témoigne d’un Cardial ibérique assez classique par la céramique, dans un intervalle chronologique ancien [...], avec des armatures trapézoïdales à retouches abruptes d’ordinaire connues au début des industries à bitroncatures de type Cocina I et donc avant le processus de néolithisation. Ces associations tendent à nous faire douter de l’homogénéité de l’assemblage, une érosion éolienne ayant pu associer fallacieusement les éléments” (MARCHAND, 2005, p. 544). Deste modo, tratar-se-á de uma situação de reocupação de um sítio mesolítico em época neolítica após um longo interregno de 400 anos, que configura uma situação de descontinuidade sobejamente documentada no actual território português, ficando portanto em aberto saber se estas observações produzidas a partir de El Retamar se podem ou não alargar a toda a região de Cádiz.

Para o norte de África não se dispõe de dados numerosos que tenham sido recolhidos de acordo com metodologias modernas; o grosso da informação disponível é ainda, com efeito, a obtida durante a administração colonial europeia desses países, tal como se pode verificar através dos artigos de balanço de Y. Bensimon e M. Martineau (1987) e de G. Aumassip (1987), sobre Marrocos e a Argélia respectivamente, publicados no n.º 91 da revista francesa “*L’Anthropologie*”. Contudo, a retoma da investigação no primeiro país referido, nomeadamente através de projectos internacionais, tem possibilitado a revisão de colecções e estratigrafias já conhecidas, a realização de trabalhos de prospecção sistemática e a escavação de sítios inéditos. Como resultado deste esforço recente empreendido no estudo da neolitização, começa a ser hoje possível vislumbrar as características de que se terá revestido este processo na margem africana vizinha do sul peninsular (EL IDRISSE, 2000/01; DAUGAS, 2002; Otte *et al.*, 2006). Uma das características das produções cerâmicas marroquinas é a estilística da decoração cardial, por norma restrita aos sectores superiores dos vasos e raramente ostentando organizações complexas de tipo “barroco”, e as morfologias dos recipientes, onde se destacam, tal como no caso português, os vasos de colo pronunciado por vezes com fundo cónico, e as formas ditas “em saco”, estas aliás particularmente comuns também em Orão. Associados ao cardial ocorrem também vasos decorados com caneluras, como bem ilustrado, por exemplo, na colecção cerâmica das grutas de El Khril, na Península Tingitana (JODIN, 1958/59). As indústrias de pedra lascada neolíticas do norte de Marrocos, tal como as de Orão, estão muito mal caracterizadas, mas são também os segmentos de retoque abrupto e as lamelas de dorso – sempre em pequeno número – as armaduras mais comuns (BOUZOUGGAR, 2006), ainda que alguns dos contextos em causa contenham, ao que tudo indica, misturas com ocupações iberomaurusienses nem sempre bem avaliadas.

Os dados disponíveis para as regiões norte-africanas não são, portanto, ainda claros. Nessas regiões não há até ao momento qualquer contexto pré-neolítico (designável, consoante os autores, por Iberomaurusiense tardio ou Epipaleolítico) datado do período climático Atlântico, e nos casos em que foi verificado um contacto estratigráfico entre níveis de ocupação pré-neolíticos e neolíticos, por vezes intercalados por “níveis transicionais”, trata-se de estratigrafias registadas em escavações antigas – Ghar Cahal, El Khril, Oued Guettara (CAMPS, 1974) – que têm vindo a ser matizadas ou mesmo questionadas por revisões modernas, a que se fez referência atrás. Por estas razões, parece poder concluir-se que, no estado actual da investigação, o Neolítico cardial marroquino surgirá – talvez em momento anterior à datação de 5.300 cal BC de Kaf Taht el-Ghar – numa região sem ocupação mesolítica final, pelo que, tal como defendido noutro lado (CARVALHO, 2008), talvez estejamos aqui perante uma situação de “enclave neolítico”, tal como proposto para outras regiões mediterrâneas. Porém, no norte de Marrocos começa também a surgir hoje evidência para situações aparentadas às acima descritas a propósito de Pendimoun, Peiro Signado e Pont de Roque-Haute, embora assentes em dados de terreno ainda muito preliminares. Em concreto, é a constatação de existência de níveis

arqueológicos pré-cardiais com conjuntos cerâmicos paralelizáveis com os da região de Orão. É, principalmente, o caso do abrigo sob rocha de Hassi Ouenzga, no Rif oriental, sobre o qual os autores dos trabalhos têm sido premissivos (GÖRSDORF & EIWANGER, 1999: 368): “The upper layer yielded bell-beaker pottery until now unknown in Eastern Morocco. Below this deposit an important layer containing Neolithic cardial pottery was uncovered. Below the cardial remains we found pottery in «Neolithic» layers which fall into the gap between the end of the Epipaleolithic (ca. 8000 BC) and the first «Neolithic» in the Maghreb (ca. 5000 BC). These layers date back to the 7th and 6th millennia BC. The profusely decorated pottery resembles in some way undated materials from the Algerian Oranais” (Fig. 13). De acordo com os dados publicados por J. Linstädter (2003), o nível cardial inclui peças que se podem considerar estilisticamente tardias, associadas a uma indústria lítica com segmentos, lamelas de dorso e talhe bipolar; em suma, os traços característicos do primeiro Neolítico português. Embora haja ainda aspectos a desenvolver a respeito deste sítio – por exemplo, a obtenção de datações sobre amostras de vida curta e o estudo dos restos faunísticos e botânicos –, na gruta de Kaf Boussaria, em Tetuão, parece existir uma sequência estratigráfica e cultural semelhante (EL IDRISSE, 2000/01), o que evoca de imediato a possibilidade de um processo de deslocação para ocidente, talvez também por via marítima, de pequenos grupos oriundos de Orão (Fig. 14), que se implantam numa região onde viria a ter lugar um Neolítico com cerâmica cardial. Nesta possibilidade, ficaria por determinar a cronologia absoluta e as estratégias de exploração do território levadas a cabo por estes grupos oriundos de Orão e, sobretudo, o tipo de interação (se a houve) estabelecida com os grupos cardiais subsequentes. Um factor adicional de complexificação do contexto cultural do processo de neolitização destas regiões norte-africanas é a observação de que, em ambos os sítios citados, as faunas presentes nos níveis com cerâmica de Orão parecem ser exclusivamente selvagens (EL IDRISSE, 2000/01; J. Linstädter, inf. pes.), o que contrasta com a evidência, escassa e vaga, obtida nos próprios sítios daquela região (AUMASSIP, 1987, 2001, CAMPS, 1974, 1998).

Em suma, os particularismos da cultura material neolítica do VI milénio a.C. do Portugal meridional parecem fazer parte de um quadro cultural, complexo e extenso geograficamente, muito difuso e de contornos ainda pouco nítidos, que reúne também parte da Andaluzia e o norte de Marrocos. Como referido anteriormente, os escassos elementos paleoeconómicos disponíveis unem também de alguma forma estas três grandes regiões e dão apoio a hipóteses apresentadas por vários investigadores (VIGNE, 1998, 2000; MARINVAL, 1999; BERNABEU *et al.*, 2003, só para citar os que se têm vindo a referir), segundo os quais o norte de África teria desempenhado um papel, ainda não devidamente avaliado, na neolitização do sul peninsular. No que respeita propriamente às diferenças observadas na comparação das realidades culturais do sul da península e do Levante, estas foram descritas por Manen e colaboradores como tratando-se da reformulação parcial de componentes particulares da cultura material, sendo esta reformulação interpretável, de acordo com estes autores, “[...] au sein d’un modèle théorique qui a pour base:

- une progression arhythmique de la néolithisation accompagnée d’un renouvellement des composantes technoculturelles;
- l’existence de transferts, intégration, réinterprétation entre groupes culturels contemporains” (MANEN *et al.*, 2007: 147-148).

Assim, os elementos que se têm vindo a compilar para este grande bloco geográfico e cultural permitem estabelecer um cenário hipotético que se pode estruturar em dois grandes momentos, de cronologias ainda imprecisas:

1. 6.200 – 5.500 cal BC (Fig. 15) – Nesta cronologia lata divisam-se três principais espaços com ocupação humana: o Mesolítico das regiões meridionais de Portugal (Muge, Sado, costa sudoeste); o núcleo de povoamento representado pelos sítios de El Retamar e Río Palmones, em Cádiz; e a entidade arqueológica comumente conhecida por “Neolítico de Orão”, na Argélia. Se é claro que nas duas primeiras áreas se trata de comunidades

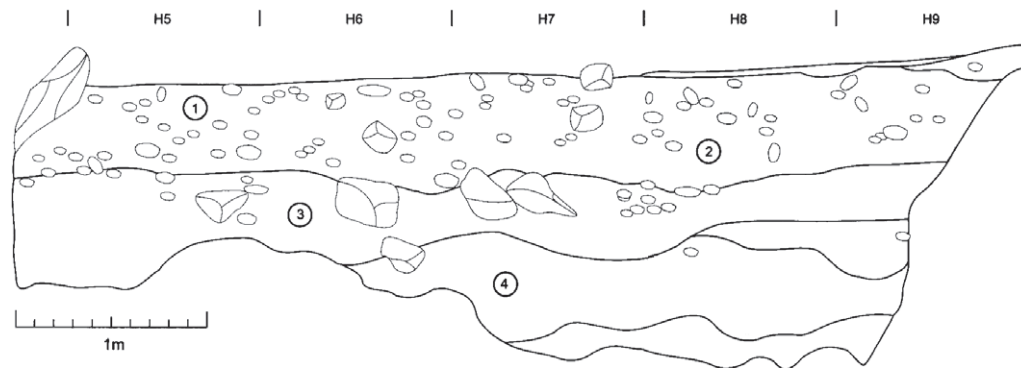


Fig. 13 – Hassi Ouenzga: corte estratigráfico (Lindstädter, 2003: fig. 20, adaptada), representando as camadas 3 (com cerâmica cardial) e 4 (com cerâmica de Orão).

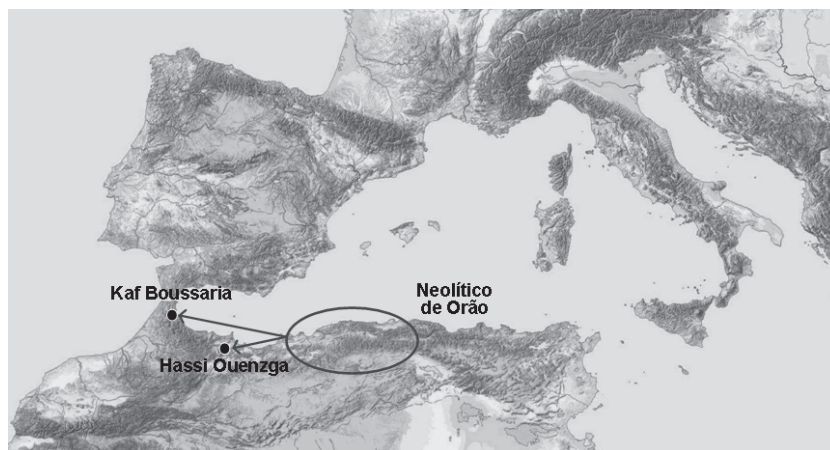


Fig. 14 – Hassi Ouenzga e Kaf Boussaria: origem suposta dos grupos humanos que ocuparam os sítios em fase anterior ao Neolítico cardial.

plenamente caçadoras-recolectoras e mariscadoras, já o estatuto efectivo do chamado “Neolítico de Orão” é, por limitações dos dados disponíveis, uma questão ainda em aberto no que respeita às suas características económicas específicas e eventuais desenvolvimentos internos. A economia de caça-recolecção observada em Kaf Boussaria e Hassi Ouenzga, acima citados, é um aspecto crucial para o entendimento desta realidade cultural. Deve acrescentar-se, ainda, que as datações de radiocarbono obtidas para o Cimetière des Escargots e para Kristeljardin se integram neste intervalo de tempo (apenas o sítio de Columnata parece ser de uma data mais recente) mas, tratando-se de amostras compostas por carvões indiferenciados (AUMASSIP, 1987), podem estar envelhecidas pelo “efeito de madeira antiga”; por outro lado, a própria origem desta entidade arqueológica é igualmente objecto de debate, podendo derivar do Capsense, segundo Aumassip (2001), ou ser o resultado de migrações originárias do continente europeu através do eixo Itália-Sicília-Tunísia, de acordo com El Idrissi (2000/01).

2. 5.500 – ... cal BC (Fig. 16) – Com certeza a tempos diversos, mas a partir de meados do VI milénio a.C. surgem nestas regiões os primeiros grupos claramente detentores de uma economia de produção, a qual assenta desde o início no pastoreio de ovinos / caprinos ou de bovinos com uma componente cinegética importante, e no cultivo de trigos (nus e vestidos) e de leguminosas variadas. A distribuição geográfica das respectivas áreas de implantação indica que estes grupos se terão fixado em territórios costeiros de fraca ou nula ocupação mesolítica. Neste caso estão os

“enclaves neolíticos” definidos no centro da Estremadura portuguesa, no Barlavento Algarvio e, talvez também na região de Tetuão, como já defendido (CARVALHO, 2008). Na Andaluzia, como se viu, o panorama é muito mais complexo. Se se utilizar como critério indicador do surgimento e expansão do Neolítico a cronologia absoluta obtida sobre restos de espécies domésticas, parece poder concluir-se, no estado actual da investigação, que a neolitização desta vasta e heterogénea região pode ter tido início no litoral malaguenho. Com efeito, para esta área, em Nerja dispõe-se de uma datação directa sobre restos de ovelha de 5.500 cal BC (AURA *et al.*, 2005), e não deixa de ser interessante assinalar as impressionantes semelhanças a todos os níveis entre os materiais de Higuierón (LÓPEZ & CACHO, 1979), em exposição no *Museo Arqueológico Nacional* de Madrid, e da Cabranosa (CARDOSO *et al.*, 2001), estando datado o primeiro sítio também de 5.500 cal BC. Só subsequentemente o modo de vida neolítico se terá expandido para as regiões mais interiores da Andaluzia, que terão tido portanto uma neolitização algo mais tardia, a julgar pela cronologia em torno de 5.200 cal BC de Murciélagos de Zuheros obtida a partir de cereais (ZAPATA *et al.*, 2004). Nesta hipótese, é sintomática a distribuição particular da cerâmica cardial, confinada ao território a sul do Guadalquivir (Jiménez e Conejo, 2006). A origem geográfica dos grupos neolíticos que se instalam nestes



Fig. 15 – Neolitização do sul peninsular e do norte de África, fase 1: 6.200-5.500 cal BC. Sítios mencionados em texto: 1 – El Retamar; 2 – Río Palmones; 3 – Kaf Boussaria; 4 – Hassi Ouenzga.



Fig. 16 – Neolitização do sul peninsular e do norte de África, fase 2: 5.500 cal BC em diante. Sítios mencionados em texto: 1 – Nerja; 2 – Higuierón; 3 – Murciélagos de Zuheros. “Enclaves neolíticos”: A – Estremadura portuguesa; B – Barlavento Algarvio; C – Tetuão.

territórios do sul peninsular e do norte de África só poderá ser, logicamente, o Mediterrâneo ocidental e, mais concretamente, dadas as características estilísticas de base da sua cultura material, a área geográfica abrangida pelo Cardial, ou seja, todo o arco setentrional desta bacia compreendida entre o Tirrénico e Valência.

É, portanto, a partir de cerca de 5.500 cal BC que se encetam os processos de interacção entre grupos detentores de práticas económicas distintas e, por inerência, de sociedades estruturadas diferentemente. Estes processos têm tido abundante tratamento teórico na literatura etnoarqueológica recente – veja-se, a título de exemplo, os trabalhos de M. Zvelebil (2000), P. Bellwood e C. Renfrew (2002) e P. Bellwood (2005) – onde se tem demonstrado, por um lado, que as sociedades agrícolas detêm por regra maiores índices de produtividade em termos de estratégias de subsistência, o que é em parte responsável pela maior crescimento demográfico e pelo carácter consequentemente expansionista das mesmas e, por outro lado, que as possibilidades histórica e etnograficamente documentadas de interacção entre sociedades agrícolas e caçadoras-recolectoras dependem da conjugação circunstancial de factores de tal modo diversos (ambientais, tecnológicos, económicos, sociais) que só estudos micro-regionais poderão captar parte substancial da diversidade ocorrida no Passado pré-histórico, antes de se proceder à construção das necessárias sínteses de maior fôlego.

Desta forma, a hipótese interpretativa geral alinhavada acima deve ser entendida exactamente enquanto tal. Ou seja, enquanto modelo a submeter ao teste da verificação da verosimilhança por confrontação com a evidência empírica, seja esta recém-adquirida ou revista. Esta necessidade é tanto mais premente quanto se verifica que as regiões objecto de estudo no presente trabalho padecem de notórias insuficiências no que àquela evidência diz respeito, por carências de investigação a diversos níveis em que os mais evidentes são a cronologia absoluta, a ceramologia comparada, ou a análise paleoeconómica a partir de restos botânicos e faunísticos.

Neste sentido, deve assinalar-se o crescimento nos últimos anos do número de projectos de investigação transregionais direccionados para temáticas específicas do processo de neolitização na bacia ocidental do Mediterrâneo. Para o caso concreto das regiões do Portugal meridional, Andaluzia e norte de Marrocos, está neste momento em fase de arranque o projecto intitulado “*The last hunter-gatherers and the first farming communities in the south of the Iberian Peninsula and north of Morocco*”², previsto para o triénio de 2008-2010, que se espera poder suprir algumas das referidas lacunas na investigação através do estabelecimento de parcerias internacionais e também, por essa via, permitir a actualização e revisão dos dados que neste momento sustentam o modelo acima proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, P. (1986) – El Neolítico en Andalucía occidental: estado actual. *Actas del Congreso «Homenaje a Luis Siret»*. Cuevas de Almazora: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, p. 136-151.
- ACOSTA, P. (1995) – Las culturas del Neolítico y Calcolítico en Andalucía occidental. *Espacio, Tiempo y Forma*. 8, p. 33-80.
- ALBARELLA, U.; TAGLIACOZZO, A.; DOBNEY, K. & ROWLEY-CONWY, P. (2006) – Pig hunting and husbandry in Prehistoric Italy: a contribution to the domestication debate. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 72, p. 193-227.
- AMMERMAN, A.J. & CAVALLI-SFORZA, L.L. (1984) – *The Neolithic transition and the genetics of populations in Europe*. Princeton: Princeton University Press.

² Este projecto de investigação, dirigido pelo signatário e por J.F. Gibaja, é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (projecto PTDC/HAH/64548/2006).

- ARAÚJO, A.C. (1995/97) – A indústria lítica do concheiro de Poças de S. Bento (Vale do Sado) no seu contexto regional. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 13-15, p. 87-159.
- ASQUERINO, M.D. & LÓPEZ, P. (1981) – La Cueva de Nacimiento (Pontones): un yacimiento neolítico en la Sierra del Segura. *Trabajos de Prehistoria*. 38, p. 109-148.
- AUMASSIP, G. (1987) – Le Néolithique en Algérie: état de la question. *L'Anthropologie*. 91:2, p. 585-622.
- AUMASSIP, G. (2001) – *L'Algérie des premiers hommes*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme (Méditerranée-Sud; 3).
- AURA, E.; BADAL, E.; GARCÍA, P.; GARCÍA, O.; PASCUAL-BENITO, J.L.; PÉREZ, G.; PÉREZ, M. & JORDÁ, J.F. (2005) – Cueva de Nerja (Málaga). Los niveles neolíticos de la Sala del Vestíbulo. *III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 975-988.
- BALLOUCHE, A. & MARINVAL, P. (2003) – Données palynologiques et carpologiques sur la domestication des plantes et l'agriculture dans le Néolithique ancien du Maroc septentrional (site de Kaf Taht El-Ghar). *Revue d'Archéométrie*. 27, p. 49-54.
- BEJA-PEREIRA, A.; CARAMELLI, D.; LALUEZA-FOX, C.; VERNESI, C.; FERRAND, N.; CASOLI, A.; GOYACHE, F.; ROYO, L.J.; CONTI, S.; LARI, M.; MARTINI, A.; OURAGH, L.; MAGID, A.; ATASH, A.; ZSOLNAI, A.; BOSCATO, P.; TRIANTAPHYLIDIS, C.; PLOUMI, K.; SINEO, L.; MALLEGNI, F.; TABERLET, P.; ERHARDT, G.; SAMPIETRO, L.; BERTRANPETIT, J.; BARBUJANI, G.; LUIKART, G. & BERTORELLE, G. (2006) – The origin of European cattle: evidence from modern and ancient DNA. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 103:21, p. 8113-8118.
- BELLWOOD, P. (2005) – *First farmers. The origins of agricultural societies*. Oxford: Blackwell.
- BELLWOOD, P. & RENFREW, C. eds. (2002) – *Examining the farming / language dispersal hypothesis*. Cambridge: Cambridge University Press (McDonald Institute Monographs).
- BENSIMON, Y. & MARTINEAU, M. (1987) – Le Néolithique marocain en 1986. *L'Anthropologie*. 91:2, p. 623-652.
- BERNABEU, J. (1989) – *La tradición cultural de las cerámicas impresas en la zona oriental de la Península Ibérica*. València: Servicio de Investigación Prehistórica (Serie de Trabajos Varios; 86).
- BERNABEU, J. (2002) – The social and symbolic context of Neolithization. In BADAL, E.; BERNABEU, J.; MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 5), p. 209-234.
- BERNABEU, J. (2003) – Comentarios a: CARVALHO, A.F. – A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 21, p. 97-100.
- BERNABEU, J.; OROZCO, T.; DÍEZ, A.; GÓMEZ, M. & MOLINA, F.J. (2003) – Mas d'Is (Penàguila, Alicante): aldeas y recintos monumentales del Neolítico inicial en el valle del Serpis. *Trabajos de Prehistoria*. 60:2, p. 39-59.
- BICHO, N.F.; LINDLY, J.; STINER, M.C. & FERRING, C.R. (2000) – O processo de neolitização na Costa Sudoeste. *3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, III. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, p. 11-20.
- BINDER, D.; BROCHIER, J.-E.; DUDAY, H.; HELMER, D.; MARINVAL, P.; THIÉBAULT, S. & WATTEZ, J. (1993) – L'Abri Pendimoun à Castellar (Alpes-Maritimes): nouvelles données sur le complexe culturel de la céramique imprimée méditerranéenne dans son contexte stratigraphique. *Gallia Préhistoire*. 35, p. 177-251.
- BOUZOUFGAR, A. (2006) – Le Néolithique de la région de Tanger-Tétouan: contribution de la technologie lithique. In BERNAL, D.; RAISSOUNI, B.; RAMOS, J. & BOUZOUFGAR, A., ed. – *I Seminario hispano-marroquí de especialización en arqueología*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 133-142.
- CAMPS, G. (1974) – *Les civilisations préhistoriques de l'Afrique du Nord et du Sahara*. Paris: Doin.

- CAMPS, G. (1998) – *Le Néolithique Méditerranéen. Techniques et genres de vie*. Aix-en-Provence: Édisud (Encyclopédie de la Méditerranée; 12).
- CARDOSO, J.L. (2003) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 11, p. 229-322.
- CARDOSO, J.L.; CARVALHO, A.F. & NORTON, J. (2001) – A estação do Neolítico Antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 16, p. 55-96.
- CARVALHO, A.F. (1998a) – *Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário das Serras d’Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico*. Lisboa: Colibri.
- CARVALHO, A.F. (1998b) – Abrigo da Pena d’Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (1992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2. p. 39-72.
- CARVALHO, A.F. (2002) – Current perspectives on the transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In BADAL, E.; BERNABEU, J.; MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 5), p. 135-250.
- CARVALHO, A.F. (2003) – A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 21, p. 65-150.
- CARVALHO, A.F. (2005) – As mais antigas sociedades camponesas da Península de Lisboa (c. 5.200-4.500 cal BC). In GONÇALVES, V.S., coord. – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 33-43.
- CARVALHO, A.F. (2007) – Novos dados sobre dois temas da Pré-História do Sul de Portugal: o Mirense e o processo de neolitização. *Promontoria*. 5, p. 93-112.
- CARVALHO, A.F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 11).
- CARVALHO, A.F.; BICHO, N.F.; STINER, M.C.; GIBAJA, J.F.; VALENTE, M.J. & MASUCCI, M.A. (2005) – O projecto «o processo de neolitização no Algarve» (Portugal): âmbito e primeiros resultados. *III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 965-974.
- CARVALHO, A.F.; VALENTE, M.J. (2005) – Novos contextos coníferos pré-históricos na Costa Vicentina. *2.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves (Xelb; 5), p. 9-26.
- CARVALHO, A.F.; VALENTE, M.J. & HAWS, J.A. (2004) – Faunas mamalógicas do Neolítico antigo do Maciço Calcário Estremenho: análise preliminar de dados recentes. *Promontoria*. 2, p. 143-156.
- COSTA, L.J. (2004) – Nouvelles données sur le Mésolithique des îles tyrrhéniennes (Corse, Sardaigne). Peut-on parler d’un “Mésolithique insulaire”? *Gallia Préhistoire*. 46, p. 211-230.
- COSTA, L.J. (2007) – *L’obsidienne. Un témoin d’échanges en Méditerranée préhistorique*. Paris: Errance.
- DAUGAS, J.-P. (2002) – Le Néolithique du Maroc: pour un modèle d’évolution chronologique et culturelle. *Bulletin d’Archéologie Marocaine*. 14, p. 135-175.
- DAVIS, S.J.M. (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5:2, p. 29-98.
- DINIZ, M. (2005) – Acerca do processo de neolitização no actual território português: modelos em debate. *Promontoria*. 3, p. 229-249.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior / Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 48).

- EL IDRISSE, M.A. (2000/01) – *Néolithique ancien du Maroc septentrional dans son contexte régional*. Rabat: Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine (Thèse pour l'obtention du diplôme de 3.^{ème} Cycle en Sciences de l'Archéologie; policopiada).
- FERNÁNDEZ, H.; HUGHES, S.; VIGNE, J.-D.; HELMER, D.; HODGINS, G.; MIQUEL, C.; HÄNNI, C.; LUIKART, G. & TABERLET, P. (2006) – Divergent mtDNA lineages of goats in an Early Neolithic site, far from the initial domestication areas. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 103:42, p. 15375-15379.
- FERNÁNDEZ, J.J. & GAVILÁN, B. (1995) – Yacimientos neolíticos en el Río Corbones (Sevilla). *SPAL*. 4, p. 25-67.
- FORTEA, J.; MARTÍ, B. & JUAN-CABANILLES, J. (1987) – La industria lítica tallada del Neolítico antiguo en la vertiente mediterránea de la Península Ibérica. *Lucentum*. VI, p. 7-22.
- FUGAZZOLA-DELPINO, M.-A. & PESSINA, A. (1999) – Le village submergé de La Marmotta (Lac de Bracciano, Rome). *XXIV^e Congrès Préhistorique de France. Le Néolithique du Nord-Ouest Méditerranéen*. Paris: Société Préhistorique Française, p. 35-38.
- GARCÍA, O. (2006) – *El proceso de neolitización en la fachada mediterránea de la Península Ibérica. Tecnología y tipología de la piedra tallada*. Oxford: British Archaeological Reports (International Series; 1430).
- GASSIN, B.; BICHO, N.F.; BOUBY, L.; BUXÓ, R.; CARVALHO, A.F.; CLEMENTE, I.; GIBAJA, J.F.; GONZÁLEZ, J.; IBÁÑEZ, J.J.; LINTON, J.; MARINVAL, P.; MÁRQUEZ, B.; PEÑA-CHOCARRO, L.; PÉREZ, G.; PHILIBERT, S.; RODRÍGUEZ, A. & ZAPATA, L. (s.d.) – Variabilité des techniques de récolte et traitement des céréales dans l'Occident méditerranéen au Néolithique ancien et moyen: facteurs environnementaux, économiques et sociaux. *Économie et société à la fin de la Préhistoire. 7^e Rencontre méridionale de Préhistoire récente*; no prelo.
- GUILAINE, J. (1976) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris: Mouton (Civilisations et Sociétés; 58).
- GUILAINE, J. (2003a) – Aspects de la néolithisation en Méditerranée et en France. In AMMERMAN, A.J.; BIAGI, P., eds. – *The widening harvest. The Neolithic transition in Europe: looking back, looking forward*. Boston: Archaeological Institute of America (Colloquia and Conference Papers; 6), p. 189-206.
- GUILAINE, J. (2003b) – Premiers paysans de la Méditerranée occidentale. *De la vague à la tombe. La conquête néolithique de la Méditerranée (8000-2000 avant J.-C.)*. Paris: Seuil, p. 135-162.
- GUILAINE, J. & FERREIRA, O.V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. 67:1, p. 304-322.
- GONÇALVES, V.S. (2002) – Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz): um ponto da situação em inícios de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5:2, p. 153-190.
- GÖRSDORF, J. & EIWANGER, J. (1999) – Radiocarbon datings of Late Palaeolithic, Epipaleolithic and Neolithic sites in Northeastern Morocco. In EVIN, J.; OBERLIN, C.; DAUGAS, J.-P.; SALLES, J.-F., dir. – *¹⁴C et Archéologie*. Paris: Société Préhistorique Française (Mémoires de la Société Préhistorique Française; XXVI), p. 365-369.
- JODIN, A. (1958/59) – Les grottes d'El Khril a Achakar. Province de Tanger. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. III, p. 249-314.
- JIMÉNEZ, V.J. & CONEJO, M.T. (2006) – La cerámica decorada del yacimiento neolítico de El Charcón (Alozaina, Málaga, España). *IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*: Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 4), p. 145-155.

- JUAN-CABANILLES, J. (1992) – La neolitización de la vertiente mediterránea peninsular. Modelos y problemas. *Congreso Aragón / Litoral Mediterráneo. Intercambios culturales durante la Prehistoria*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, p. 255-268.
- JUAN-CABANILLES, J. & MARTÍ, B. (2002) – Poblamiento y procesos culturales en la Península Ibérica del VII al V milenio a.C. In BADAL, E.; BERNABEU, J.; MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 5), p. 179-208.
- LARSON, G.; DOBNEY, K.; ALBARELLA, U.; FANG, M.; MATISSO-SMITH, E.; ROBINS, J.; LOWDEN, S.; FINLAYSON, H.; BRAND, T.; WILLERSLEV, E.; ROWLEY-CONWY, P.; ANDERSSON, L. & COOPER, A. (2005) – Worldwide phylogeography of wild boar reveals multiple centers of pig domestication. *Science*. 307, p. 1618-1621.
- LARSON, G.; ALBARELLA, U.; DOBNEY, K.; ROWLEY-CONWY, P.; SCHIBLER, J.; TRESSET, A.; VIGNE, J.-D.; EDWARDS, C.J.; SCHLUMBAUM, A.; DINU, A.; BĂLĂȚESCU, A.; DOLMAN, G.; TAGLIACCOZZO, A.; MANASERYAN, N.; MIRACLE, P.; VAN WIJNGAARDEN-BAKKER, L.; MASSETI, M.; BRADLEY, D.G. & COOPER, A. (2007) – Ancient DNA, pig domestication, and the spread of the Neolithic into Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 104:39, p. 15276-15281.
- LAZARICH, M.; RAMOS, J.; CASTAÑEDA, V.; PÉREZ, M.; HERRERO, N.; LOZANO, J.M.; GARCÍA, E.; AGUILAR, S.; MONTAÑÉS, M. & BLANES, C. (1997) – El Retamar (Puerto Real, Cádiz). Un asentamiento neolítico especializado en la pesca y el marisqueo. *II Congreso de Arqueología Peninsular. Neolítico, Calcolítico y Bronce*, II. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, p. 49-58
- LINSTÄDTER, J. (2003) – Le site néolithique de l'abri d'Hassi Ouenzga (Rif Oriental, Maroc). *Beiträge zur Allgemeinen und Vergleichenden Archäologie*. 23, p. 85-138.
- LÓPEZ, P.; CACHO, C. (1979) – La Cueva del Higuero (Málaga): estudio de sus materiales. *Trabajos de Prehistoria*. 36, p. 11-81.
- LUBELL, D.; JACKES, M.; SCHWARCZ, H.; KNYF, M. & MEIKLEJOHN, C. (1994) – The Mesolithic-Neolithic transition in Portugal: isotopic and dental evidence of diet. *Journal of Archaeological Science*. 21, p. 201-216.
- MANEN, C. (2002) – Structure et identité des styles céramiques du Néolithique ancien entre Rhône et Èbre. *Gallia Préhistoire*. 44, p. 121-165.
- MANEN, C.; MARCHAND, G. & CARVALHO, A.F. (2007) – Le Néolithique ancien en Péninsule Ibérique: vers une nouvelle évaluation du mirage africain? In EVIN, J., dir. – *XXVI^e Congrès Préhistorique de France. Congrès du Centenaire: un siècle de construction du discours scientifique en Préhistoire*, 3. Paris: Société Préhistorique Française, p. 133-151.
- MARCHAND, G. (2001a) – Les traditions techniques du Mésolithique final dans le Sud du Portugal: les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et de Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4:2, p. 47-110.
- MARCHAND, G. (2001b) – La néolithisation de l'Europe atlantique: mutations des systèmes techniques en France et au Portugal. *Annales de la Fondation Fyssen*. 16, p. 115-124.
- MARCHAND, G. (2005) – Contacts, blocages et filiations entre les aires culturelles mésolithiques et néolithiques en Europe atlantique. *L'Anthropologie*. 109, p. 541-556.
- MARINVAL, P. (1999) – A carpological approach to the neolithization of Southern France. In ANDERSON, P.C., ed. – *Prehistory of agriculture. New experimental and ethnographic approaches*. Los Angeles: University of California (Monograph; 40), p. 173-179.

- MARINVAL, P. (2003) – Torre Sabea et la première agriculture en Méditerranée centrale. In GUILAINE, J.; CREMONESI, G., dir. – *Torre Sabea. Un établissement du Néolithique ancien en Salento*. Rome: École Française de Rome (Collection de l'École Française de Rome; 315), p. 316-324.
- MARTÍ, B. & JUAN-CABANILLES, J. (1997) – Epipaleolíticos y neolíticos: población y territorio en el proceso de neolitización de la Península Ibérica. *Espacio, Tiempo y Forma*. 10, p. 215-264.
- MATEUS, J.E. (1985) – The coastal lagoon region near Carvalhal during the Holocene: some geomorphological aspects derived from palaeoecological study at Lagoa Travessa. *I Reunião do Quaternário Ibérico*, II. Lisboa: Grupo de Trabalho Português de Estudo do Quaternário / Asociación Española para el Estudio del Cuaternario, p. 237-250.
- MATEUS, J.E. (1992) – *Holocene and present-day ecosystems of the carvalhal region, Southwest Portugal*. Utrecht: University of Utrecht (Dissertação de Doutoramento; policopiada).
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. & ANGELUCCI, D.E. (2004) – New data on the stratigraphy and chronology of the Prehistoric site of Prazo (Freixo de Numão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:1, p. 39-60.
- NAVARRETE, M.-S. (1976) – *La cultura de las cuevas con cerámica decorada en Andalucía oriental*. Granada: Universidad de Granada.
- OUCHAOU, B. (2000) – Les mammifères des gisements néolithiques et protohistoriques du Nord du Maroc. *Préhistoire et Anthropologie Méditerranéennes*. 9, p. 73-88.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agro-pastoris*. Évora: Colibri e Universidade de Évora.
- OTTE, M.; BOUZOUGGAR, A. & KOZA'OWSKI, J., dir. (2004) – *La Préhistoire de Tanger (Maroc)*. Liège: Université de Liège / Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine (Études et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège; 105).
- PELLICER, M. (1964) – *El Neolítico y el Bronce de la Cueva de la Carigüela de Piñar (Granada)*. Madrid (Trabajos de Prehistoria; XV).
- PELLICER, M. & ACOSTA, P. (1982) – El Neolítico antiguo en Andalucía Occidental. *Colloque International de Préhistoire sur le Néolithique ancien méditerranéen*. Montpellier (Archéologie en Languedoc; N.º Spécial), p. 49-60.
- RAMOS, J. (2004) – Las últimas comunidades cazadoras, recolectoras y pescadoras en el Suroeste Peninsular. Problemas y perspectivas del “tránsito Epipaleolítico–Neolítico”, con relación a la definición del cambio histórico. Un análisis desde el modo de producción. *Sociedades recolectoras y primeros productores. Actas de las jornadas temáticas andaluzas de Arqueología*. Sevilla: Consejería de Cultura: Dirección General de Bienes Culturales, p. 71-89.
- RAMOS, J. & LAZARICH, M., eds. (2002) – *El asentamiento de “El Retamar” (Puerto Real, Cádiz). Contribución al estudio de la formación social tribal y a los inicios de la economía de producción en la Bahía de Cádiz*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- RAMOS, J.; LAZARICH, M.; CÁCERES, I.; PÉREZ, M.; CASTAÑEDA, V.; HERRERO, N. & DOMÍNGUEZ, S. (2005) – El asentamiento de El Retamar. Síntesis del registro arqueológico y enmarque socioeconómico e histórico. *III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 509-518.
- RAMOS, J.; PÉREZ, M. & VIJANDE, E. (2006) – El Embarcadero del Río Palmones (Algeciras, Cádiz). Un asentamiento de las últimas comunidades cazadoras-recolectoras. Síntesis socioeconómica. *IV Congreso de Arqueología Peninsular. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 4), p. 81-94.

- RIBEIRO, O. (1945[1991]) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 6ª edição. Lisboa: Sá da Costa (Nova Universidade; 13).
- ROCHE, J. (1972) – Les amas coquilliers (*concheiros*) mésolithiques de Muge (Portugal). *Die anfänge des neolithikums von Orient bis Nordeuropa*, B. Koln: s.n. (Fundamenta; A:3), p. 72-107.
- ROLÃO, J.; JOAQUINHO, A. & GONZAGA, M. (2006) – O complexo mesolítico de Muge: novos resultados sobre a ocupação do Cabeço da Amoreira. *IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 4), p. 27-42.
- ROWLEY-CONWY, P. (1992) – The Early Neolithic bones from Gruta do Caldeirão. In ZILHÃO, J. – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia; 6), p. 231-257.
- SANTOS, M.F.; SOARES, J. & SILVA, C.T. (1974) – O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do Sado, Torrão). Primeira notícia. *III Congresso Nacional de Arqueologia*, I. Porto: Ministério da Educação Nacional, p. 173-190.
- SARRIÓN, I. (1980) – Valdecuevas. Estación meso-neolítica en la Sierra de Carzola (Jaén). *Saguntum*. 15, p. 23-56.
- SILVA, C.T. (1990) – Do Mesolítico ao Neolítico antigo do Sul de Portugal: para o estudo das estratégias de subsistência. *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, p. 215-217.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (1982) – Des structures d'habitat du Néolithique ancien au Portugal. *Colloque International de Préhistoire sur le Néolithique ancien méditerranéen*. Montpellier (Archéologie en Languedoc; N.º Spécial), p. 17-28.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (1987) – Les communautés du Néolithique ancien dans le Sud du Portugal. In GUILAINE, J.; ROUDIL, J.-L.; VERNET, J.-L., dir. – *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 663-671.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (1997) – Economias costeiras na Pré-História do Sudoeste português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*. 11-12, p. 69-108.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (1998) – Os recursos marinhos nas estratégias de subsistência da Pré-História do Sul de Portugal. *Al-Madan*. II Série. 7, p. 71-82.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (2003) – Comentário a CARVALHO, A.F. – A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 21, p. 93-97.
- SOARES, J. (1995) – Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 6. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 35:2), p. 27-45.
- SOARES, J. (1997) – A transição para as formações sociais neolíticas na Costa Sudoeste portuguesa. In RODRÍGUEZ, A., ed. – *O Neolítico atlântico e as orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 587-608.
- SOARES, J. & SILVA, C.T. (2003) – A transição para o Neolítico na costa sudoeste portuguesa. In GONÇALVES, V.S., ed. – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 25), p. 45-56.

- SOARES, J. & SILVA, C.T. (2004) – Alterações ambientais e povoamento na transição Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste. In TAVARES, A.A.; TAVARES, M.J.F.; CARDOSO, J.L., eds. – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 397-424.
- SOUSA, A.C., coord. (2004) – *São Julião. Núcleo C do concheiro pré-histórico*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra (Cadernos de Arqueologia de Mafra; 2).
- STINER, M.C. (2003) – Zooarchaeological evidence for resource intensification in Algarve, Southern Portugal. *Promontoria*. 1, p. 27-62.
- STINER, M.C.; BICHO, N.F.; LINDLY, J. & FERRING, C.R. (2003) – Mesolithic to Neolithic transitions: new results from shell-middens in the western Algarve, Portugal. *Antiquity*. 77:295, p. 75-86.
- TROY, C.S.; MACHUGH, D.E.; BAILEY, J.F.; MAGEE, D.A.; LOFTUS, R.T.; CUNNINGHAM, P.; CHAMBERLAIN, A.T.; SYKES, B.C. & BRADLEY, D.G. (2001) – Genetic evidence for Near-Eastern origins of European cattle. *Nature*. 410, p. 1088-1091.
- UMBELINO, C. (2006) – *Outros sabores do Passado. As análises de oligoelementos e de isótopos estáveis na reconstituição da dieta das comunidades humanas do Mesolítico final e do Neolítico final / Calcolítico do território português*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento; policopiada).
- VALENTE, M.J. (1998) – Análise preliminar da fauna mamalógica do Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas). Campanhas de 1992-1994. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2, p. 85-96.
- VALERA, A.C. (2005) – Problemas da neolitização na bacia interior do Mondego. *III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 945-956.
- VAN DER SCHRIEK, T.; PASSMORE, D.G.; FRANCO, F.; STEVENSON, A.C.; BOOMER, I. & ROLÃO, J. (2002/03) – The Holocene environmental history and geoarchaeology of the Mesolithic cultures in the Muge valley, Lower Tagus basin, Portugal. *Estudos Arqueológicos de Muge*. 1, p. 185-198.
- VIERRA, B. (1995) – *Subsistence and stone tool technology: an Old World perspective*. Tempe: Arizona State University (*Anthropological Research Papers*, 47).
- VIGNE, J.-D. (1998) – Faciès culturels et sous-système technique de l'acquisition des ressources animales. Application au Néolithique ancien méditerranéen. In D'ANNA, A.; BINDER, D., dir. – *Production et identité culturelle. Actualité de la recherche*. Antibes: Éditions Association pour la Promotion et la Diffusion des Connaissances Archéologiques, p. 27-46.
- VIGNE, J.-D. (2000) – Les débuts néolithiques de l'élevage des ongulés au Proche Orient et en Méditerranée: acquis récents et questions. In GUILAINE, J., dir. – *Premiers paysans du Monde. Naissances des agricultures*. Paris: Errance, p. 141-168.
- VIGNE, J.-D. & HELMER, D. (1999) – Nouvelles analyses sur les débuts de l'élevage dans le Centre et l'Ouest méditerranéens. *XXIV^e Congrès Préhistorique de France. Le Néolithique du Nord-Ouest Méditerranéen*. s.l.: Société Préhistorique Française, p. 129-146.
- ZAPATA, L.; PEÑA-CHOCARRO, L.; PÉREZ-JORDÁ, G. & STIKA, H.-P. (2004) – Early Neolithic agriculture in the Iberian Peninsula. *Journal of World Prehistory*. 18:4, p. 283-325.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (*Trabalhos de Arqueologia*, 6).

- ZILHÃO, J. (1993) – The spread of agro-pastoral economies across Mediterranean Europe: a view from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 6:1, p. 5-63.
- ZILHÃO, J. (2000) – From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. In PRICE, T.D., ed. – *Europe's first farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 144-182.
- ZILHÃO, J. (2001) – Radiocarbon evidence for maritime pioneer colonization at the origins of farming in West Mediterranean Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 98, p. 14180-14185.
- ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J. & SOUTO, P. (1991) – A arqueologia da Gruta do Almonda (Torres Novas). Resultados das escavações de 1988-1989. *IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 161-181.
- ZOHARY, D. & HOPF, M. (2004) – *Domestication of plants in the Old World. The origin and spread of cultivated plants in West Asia, Europe and the Nile Valley*. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press.
- ZVELEBIL, M. (2000) – The social context of the agricultural transition in Europe. In RENFREW, C.; BOYLE, K., eds. – *Archaeogenetics: DNA and the population prehistory of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press (McDonald Institute Monographs), p. 57-79.

BREVES REFLEXÕES SOBRE OS CAMINHOS DAS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS NO CENTRO E SUL DE PORTUGAL

Victor S. Gonçalves¹

«Queria assinalar que as páginas 1738 a 1752 deste livro foram cortadas com uma lâmina, disse, abrindo o volume. Quando são exactamente essas que eu devia consultar.»

Neal Stephenson, *Pânico na Universidade*

RESUMO

O autor apresenta algumas das questões que tem presentemente em estudo, quer as potenciadas pelo Projecto «PLACA NOSTRA» quer pelo Projecto «Caminhos do Sul». Analisa questões relacionadas com os «movimentos» megalíticos, e o seu duplo significado, com as placas de xisto gravadas, particularmente as placas CTT, refere a expansão arqueometalúrgica para Ocidente e a questão campaniforme, com relevo para as cerâmicas «campaniformes» decoradas com métopes.

1. Considerações prévias;
2. Os «movimentos» megalíticos;
3. As placas de xisto gravadas: o centro e as periferias;
4. Os povoados e as quintas fortificadas dos arqueometalurgistas;
5. Os primeiros campaniformes e as taças «campaniformes»;
6. Em resumo?

Este texto constitui uma das bases para um Projecto de Investigação cujo programa e itinerário decorrerão dentro do Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas, no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Fotos do autor, desenhos de placas de xisto gravadas do Projecto «PLACA NOSTRA», desenhos de reconstituições cerâmicas encomendados a Guida Casella para a monografia de Alapraia em curso de elaboração, a editar pela Câmara Municipal de Cascais. Agradece-se à Câmara Municipal de Cascais o apoio prestado e ao Museu do Instituto Geológico e Mineiro as facilidades concedidas.

¹ Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ). vsg@fl.ul.pt

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Explícita ou implicitamente, defendi várias vezes (GONÇALVES, 1989, 1999, 2003b, e, particularmente, 2006 e 2008, no prelo...) que, mesmo esquecendo os grupos de caçadores-recolectores, sempre houve uma circulação, por vezes contínua, outras em menor fluxo ou ritmo, no Sul peninsular. O Neolítico Antigo é um caso exemplar das duas vias – marítima e terrestre – que assistiram às deslocações de grupos de colonos, de artefactos comercializáveis, ou apenas de componentes dos vários pacotes «neolíticos» (quer o das antigas sociedades camponesas quer o das sociedades camponesas de segunda fase, os arqueometalurgistas da Revolução dos Produtos Secundários).

Podemos falar sobre deslocações de

1. grupos coesos, transportando consigo estruturas sociais estáveis, sobretudo durante o processo de neolitização e nos inícios do 3.º milénio, com a chegada das comunidades de arqueometalurgistas;
2. de indivíduos, os «viajantes», os prospectores de novas áreas, os comerciantes, transportando placas de xisto gravadas num espaço contido parcialmente pelos grandes rios, o Guadiana e o Tejo, apesar de tudo mais fáceis de ultrapassar que o Sado das planícies alagadas do Sul quase litoral.

Não ocorre a ninguém que a deslocação de populações corresponda *invariavelmente* a massacres generalizados e à substituição de populações inteiras – ainda que, em várias áreas da Europa, isso pareça ter mesmo acontecido. No entanto, artefactos, práticas mágico-religiosas, incluindo as arquitecturas da morte e os ritos funerários, traduzem, no 4.º e no 3.º milénios, deslocações marítimas e terrestres de significado e volume suficiente para ficarem registadas no segmento arqueológico do mundo real.

As práticas de construção megalítica tardia são um exemplo – com grutas artificiais e *tholoi* – mas o seu conteúdo é mais importante que elas. Um espaço individual, ou de «família», restrita ou extensa, é agora substituído por espaços que não são necessariamente maiores, mas onde as numerosas deposições traduzem a colectivização da morte e o uso maciço de um único espaço construído ou natural.

Os caminhos das placas de xisto gravadas são, a partir do Alentejo central, um dos exemplos mais seguros para a circulação de ideias e dos artefactos em que elas se cristalizam (GONÇALVES, 2004a, 2004b).

Mas, se no universo da morte caracterizamos assim esta mudança do 4.º para o 3.º milénio (GONÇALVES, 2003b), no espaço dos vivos é o controlo da paisagem pela visibilidade armada que conduz à proliferação dos povoados fortificados. Povoados fortificados que traduzem, mais que a complexificação de um modelo social, o choque entre dois modos de vida e a competição por um só território, ainda que de recursos múltiplos.

A situação dos campaniformes, que circulam pelo Centro e Sul do que viria a ser Portugal (e pelo Sul peninsular) durante a toda a segunda metade do 3.º milénio, com múltiplas imitações locais, representa um paroxismo de uso das vias naturais de circulação, mas é bom que se entenda de que realidade falamos. Separar bruscamente os campaniformes «marítimos» (os verdadeiros vasos campaniformes) das taças decoradas, com bordo decorado ou sem ele, é tão absurdo como dizer que se trata exactamente do mesmo complexo cerâmico. Novas situações, recentemente identificadas em antigas colecções, permitem hoje detectar as contaminações efectivas e a transição entre os dois subgrupos e um segundo grupo principal, o da cerâmica folha de acácia, próprio das Penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Estas questões, entre outras, serão brevemente tratadas detalhadamente, esperando-se, no médio prazo, uma outra oportunidade, para o seu adequado desenvolvimento.

2. OS «MOVIMENTOS» MEGALÍTICOS

Se procurarmos a comparação mais eficaz no que a este campo diz respeito, sem dúvida que os casos de Huelva e Reguengos de Monsaraz são os mais evidentes (e não necessariamente pelo seu conhecimento extensivo ou pela sua relativa proximidade).

Trata-se, como se sabe, de dois grupos megalíticos objecto de escavações sistemáticas no fim da primeira metade do século XX, objecto de monografias seminais, seguidas, a alguma distância cronológica, por textos que as completam ou que esclarecem situações por tratar.

E a primeira questão que ocorre é a da dupla natureza dos dois conjuntos, tão diversos nas arquitecturas e tão semelhantes no seu recheio. E se isto é claro no que ao megalitismo ortostático diz respeito, no que refere aos *tholoi* a situação é muito mais nítida: *como explicar as semelhanças quase integrais de arquitecturas e espólios funerários?*

Parece hoje cada vez mais nítido que, a nível do megalitismo, duas grandes influências se jogam na faixa ocidental «portuguesa» da Península Ibérica, a influência do Norte atlântico, mais antiga, conectada às tradições de fins do 5.º milénio e de todo o 4.º, e a mediterrânica, associável à segunda metade do 4.º milénio e à primeira do 3.º.

Não nos competindo falar da primeira, é fácil entrar pelos caminhos do Sul, os das arquitecturas mediterrâneas.

As cronologias disponíveis para o megalitismo do Centro e Sul de Portugal foram recentemente publicadas, quer em quadro quer individualmente (GONÇALVES, 2003a, 2005a, b, ROCHA, 2005; BOAVENTURA, 2008, no prelo) e, salvo em casos duvidosos, são claríssimas – este megalitismo não é anterior a 3500 a.n.e. e grande parte dele, incluindo os monumentos de corredor curto, médio e longo, agrupa-se nos últimos séculos do 4.º milénio. E ainda se constroem antas (e sobretudo se usam) nos dois primeiros séculos do 3.º milénio.

A situação no Sul de Espanha não é muito diferente, salvaguardando-se as datações de Alberite, a maioria das quais justificam sérias reservas, sendo muito provavelmente de atribuir a área de povoamento anterior à construção do monumento e à sua remobilização em época incerta.

Na Fig. 1, exemplificam-se monumentos escavados em Huelva. Nenhuma de estas soluções (quer as câmaras múltiplas quer as grandes galerias com câmara não diferenciada) foi adoptada em monumentos conhecidos do nosso lado do Guadiana (CABRERO GARCÍA, 1985).

Como explicar então o fenómeno intrinsecamente contraditório de tão diferentes arquitecturas e das similitudes de espólio, particularmente o cerâmico?

Não parece muito difícil se admitirmos que a uma primeira fase local se sucedeu a construção ou reutilização dos monumentos por comunidades de arqueometalurgistas, os mesmos que levaram a extremos a colectivização da morte.

Na Fig. 2, evidencia-se um exemplo escolhido dentro do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz. Se observarmos a arquitectura da anta 2 da Comenda, nada a distingue dos monumentos cuja fórmula de corredor é a 2+2. Mesmo quanto à concepção do conjunto, a sua distinção dos monumentos de fórmula 1+1 é quase imperceptível (um corredor 2+2 pode ter a mesma extensão que um corredor 1+1). A solução dos construtores do segundo monumento representou, como em Olival da Pega 2, Farizoa 1 ou Cebolinhos 2, a utilização de um espaço tumular pré-existente para nele se construir um espaço colectivo próprio dos arqueometalurgistas. Em Olival da Pega 1, ou em Xarez 1, em meu entender, a escolha foi a da reocupação maciça do próprio monumento.

Novos espaços que traduzem a chegada de outros costumes funerários, resultantes da activação dos caminhos entre o Alentejo e Huelva...e vice versa...

Alentejo central, placa giratória entre as Península de Lisboa e Setúbal e o Sul dos metalurgistas.

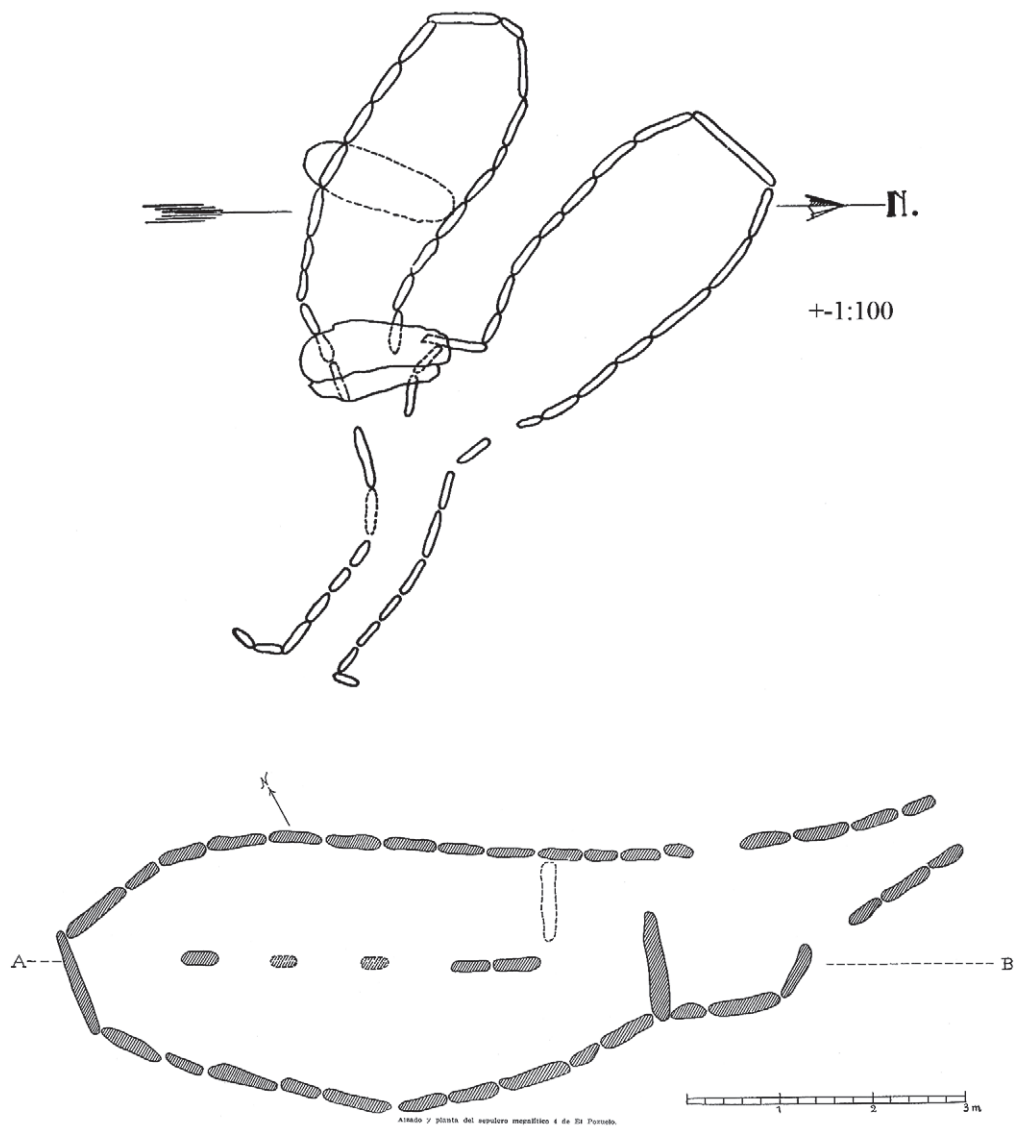


Fig. 1 – Arquitecturas do Grupo megalítico de Huelva. Em cima, El Pozuelo 3. Em baixo, El Pozuelo 4. Seg. MÁRQUEZ, LEISNER & LEISNER, 1952, Lám. VII-1 e V, remontadas.

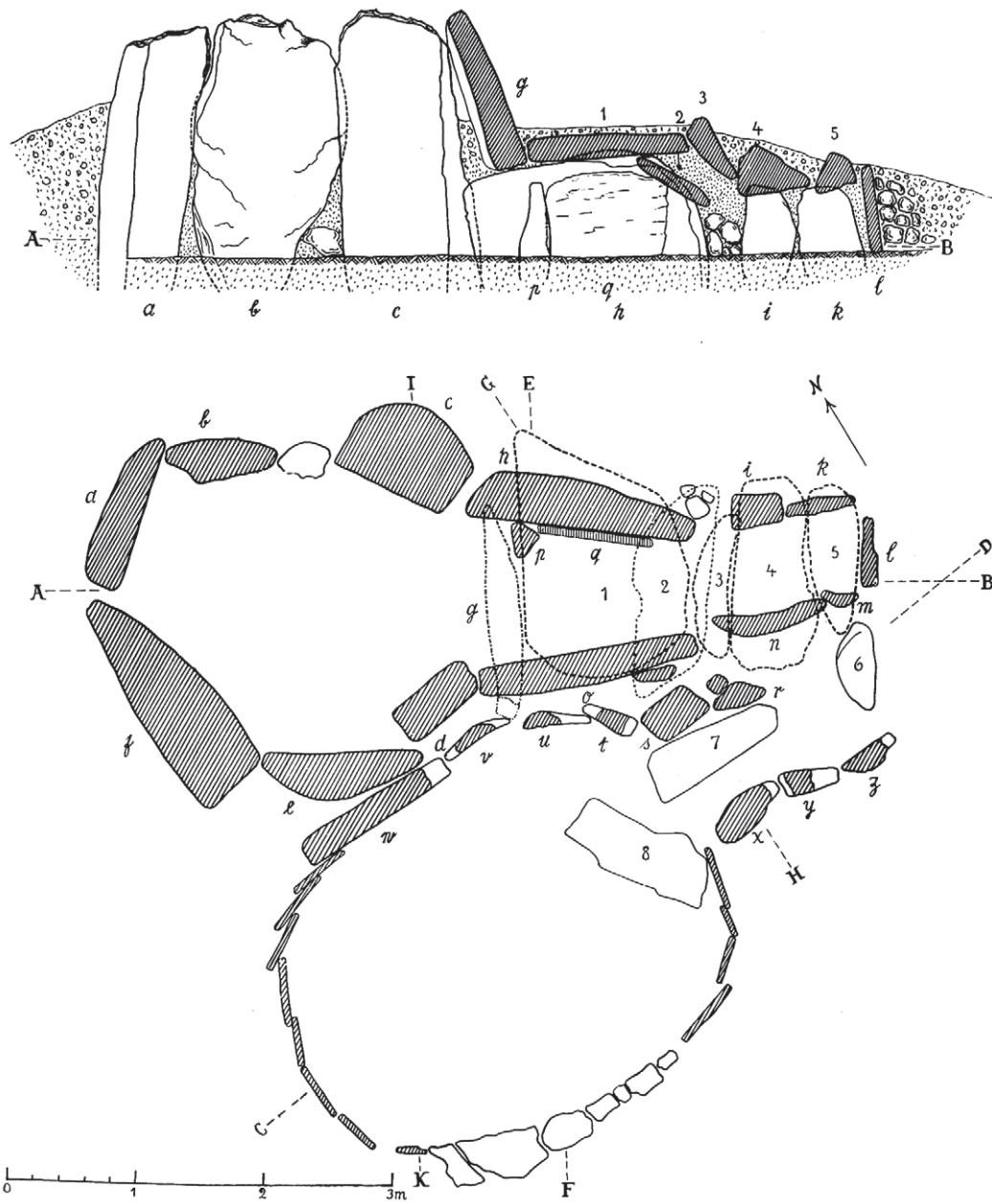


Fig. 2 - A Anta 2 da Comenda e o tholos anexo (Reguengos de Monsaraz). LEISNER & LEISNER, 1951, Est. X, simplificada.

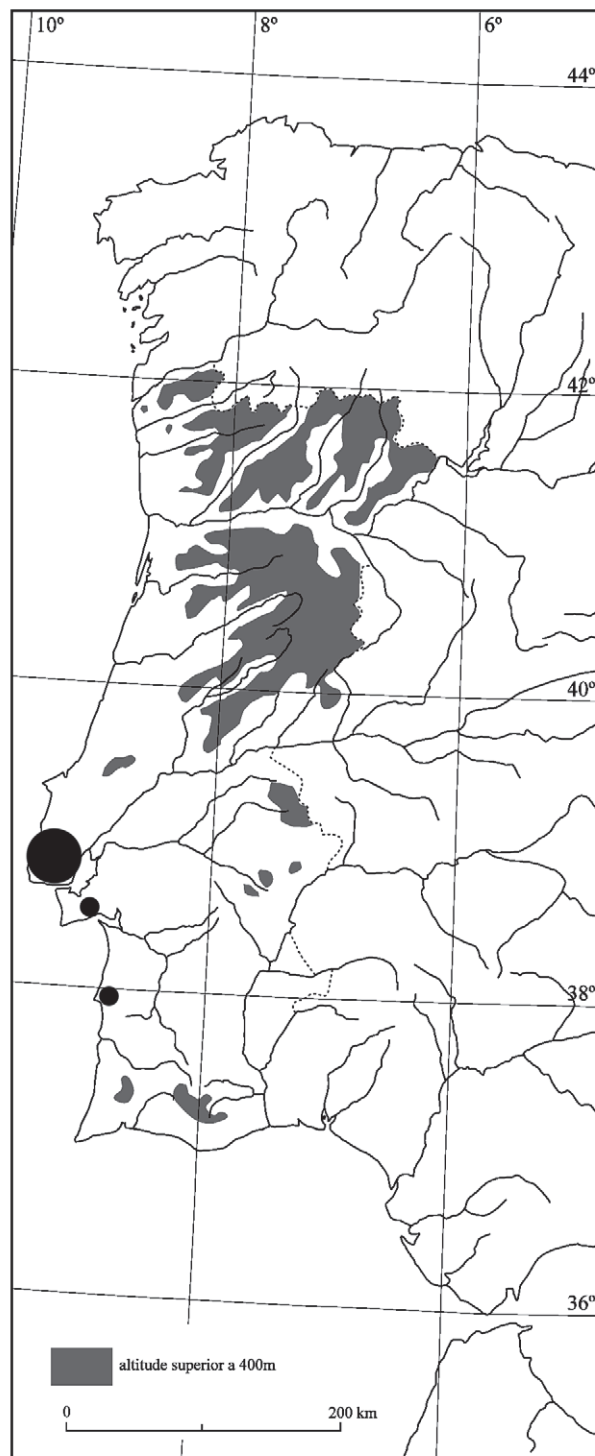
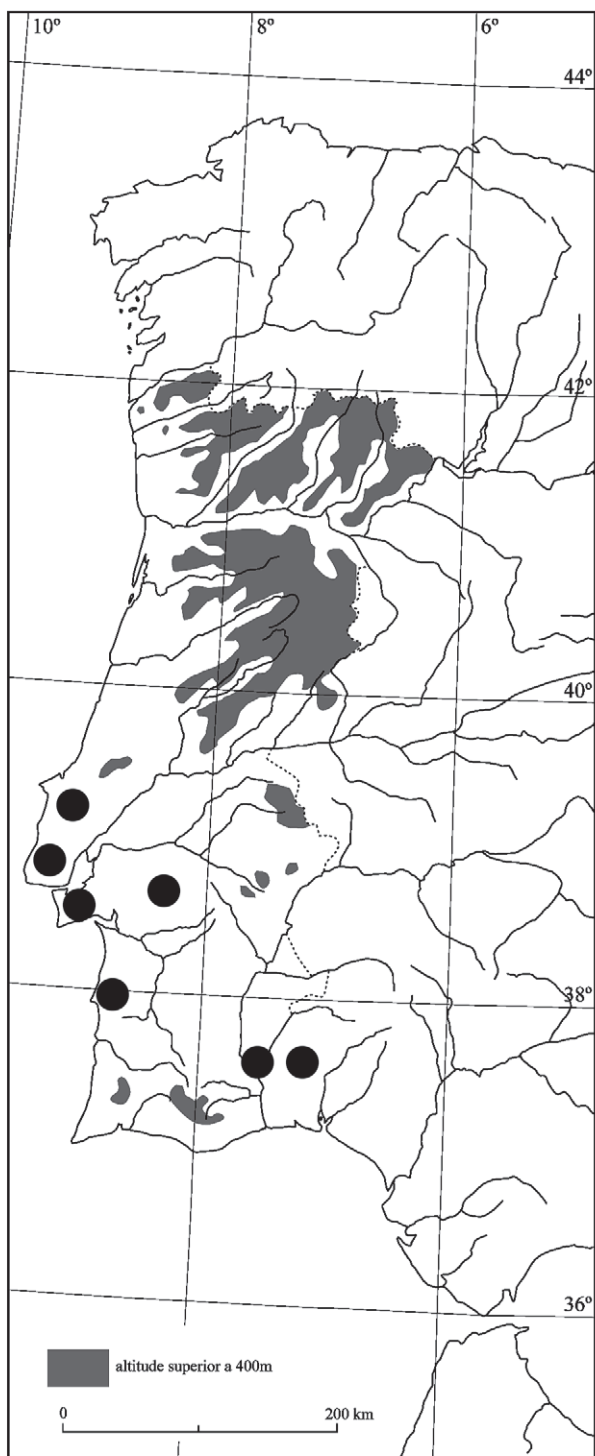


Fig. 3 – (à esquerda) Placas CTT. Distribuição geográfica simplificada de grupos actualmente em estudo. **Fig. 4** – (à direita) Taças e bilhas «campaniformes» com métopes. Distribuição geográfica simplificada de grupos actualmente em estudo.

3. AS PLACAS DE XISTO GRAVADAS: O CENTRO E AS PERIFERIAS

Sobre as placas de xisto gravadas produziu recentemente o Projecto «PLACA NOSTRA» um conjunto de textos que apresenta séries inéditas (S. Paulo 2, Carenque, Cabacinhitos, Loba...) ou onde se propõem interpretações para os sentidos das placas (Síndrome «das placas loucas», placas híbridas, representações implícita ou explicitamente antropomórficas).

Mas uma questão que subjaz aos sentidos das placas é sem dúvida a da sua difusão a partir do Alentejo central em direcção às regiões periféricas, configurando novos caminhos do Sul.

Em 1992 (GONÇALVES, 1992), chamei a atenção para o caminho Andaluzia – Sul de Portugal – Andaluzia, marcado pela progressão dos arqueometalurgistas, mas, a nível do sagrado, pelas representações da Deusa dos Olhos de Sol. O suporte para este caminho (as placas de Huelva, Mértola, Monte da Velha 2, Mourão, Chelas) foi no entanto revisto e completado (GONÇALVES, 2006), tornando-se cada vez mais evidente tratar-se do transporte não de um, mas de dois componentes de um complexo mágico-religioso: a Deusa dos Olhos de Sol e o Jovem Deus (o «ídolo almeriense»), por vezes associados no mesmo suporte, outras representados de forma exclusiva.

Estas presenças são absorvidas pelas placas, cuja origem e primeira evolução se localizam claramente no Alentejo central, mas que são permeáveis a duas inovações registadas a meio do seu ciclo de vida: o recorte antropomórfico das placas e a presença Deusa Mãe – Jovem Deus, estando o primeiro naturalmente conectado às representações clássicas do «ídolo almeriense». Seriam estas as configurações de um primeiro caminho? Certamente não. O que parece efectivamente consubstanciar uma primeira difusão consiste na geografia das placas CTT, que serão em breve objecto de um estudo detalhado. Do Alentejo central à península de Lisboa, e em diagonal até Huelva, as placas CTT representam uma das mais consistentes evidências para a circulação de artefactos mágico-religiosos em todo o Centro e Sul de Portugal.

As imagens escolhidas mostram a absoluta similitude da concepção tripartida das cabeças das placas (de onde o acrónimo CTT..., a *private joke* com fundamento real). O ritmo triângulo preenchido – triângulo vazio (a Cabeça dentro da Cabeça) – triângulo preenchido marca um dos grupos mais facilmente referenciável dentro das placas de xisto gravadas, mas também um dos que indiscutivelmente atingiram regiões mais afastadas do Alentejo central, sem por isso ganharem especificidades locais (ao contrário do que acontece com as placas com Olhos de Sol e similares).

É o conceito, que analisarei proximamente, do significado das «pequenas minorias», cuja importância em diagnose supera, num dado sentido, o das maiorias.

4. OS POVOADOS E AS QUINTAS FORTIFICADAS DOS ARQUEOMETALURGISTAS

Quanto a viagens, o 3.º milénio não tem poucas, ainda que os caminhos provavelmente sejam diferentes. A arqueometalurgia, no Sul peninsular uma componente da Revolução dos Produtos Secundários, segue os caminhos da Andaluzia para o Alentejo e daí para a Península de Lisboa. Recentemente, com Ana Catarina Sousa (GONÇALVES & SOUSA, 2006), chamei a atenção para as cronologias hoje disponíveis para as Penínsulas de Lisboa e Setúbal. E todas elas, no que se referem aos povoados de arqueometalurgistas, apontam claramente para um eclodir relativamente tardio, em caso algum anterior a 2900 a.n.e. (e certamente posterior), sendo esse o parâmetro mais antigo dos intervalos de tempo obtidos para amostras fiáveis.

Temos assim, de novo, o Corredor do Guadiana, com o Tejo como passagem ou fronteira, conforme a área do seu curso, e o Sado, correndo sonolento para Norte, em planícies abertas e pouco propícias às matérias

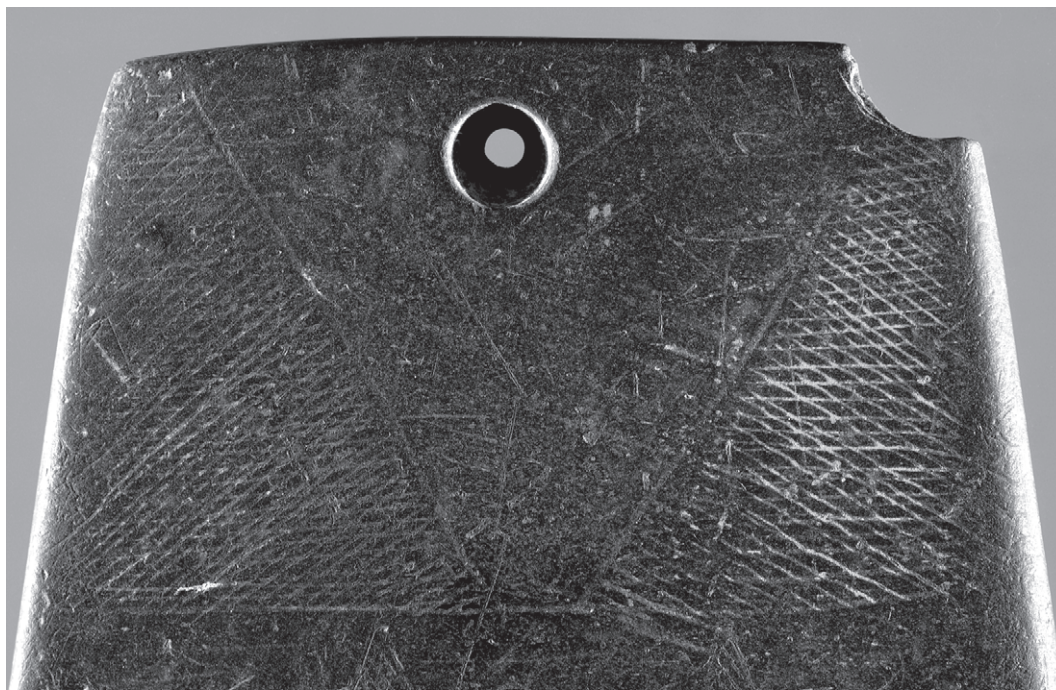


Fig. 5 – Cabeças de placas CTT: (em cima) Câmara Ocidental (*tholos* da Praia das Maçãs), IGM-PMC-6, (em baixo) Pedra Branca (Montum, Melides), IGM-MMM-55.

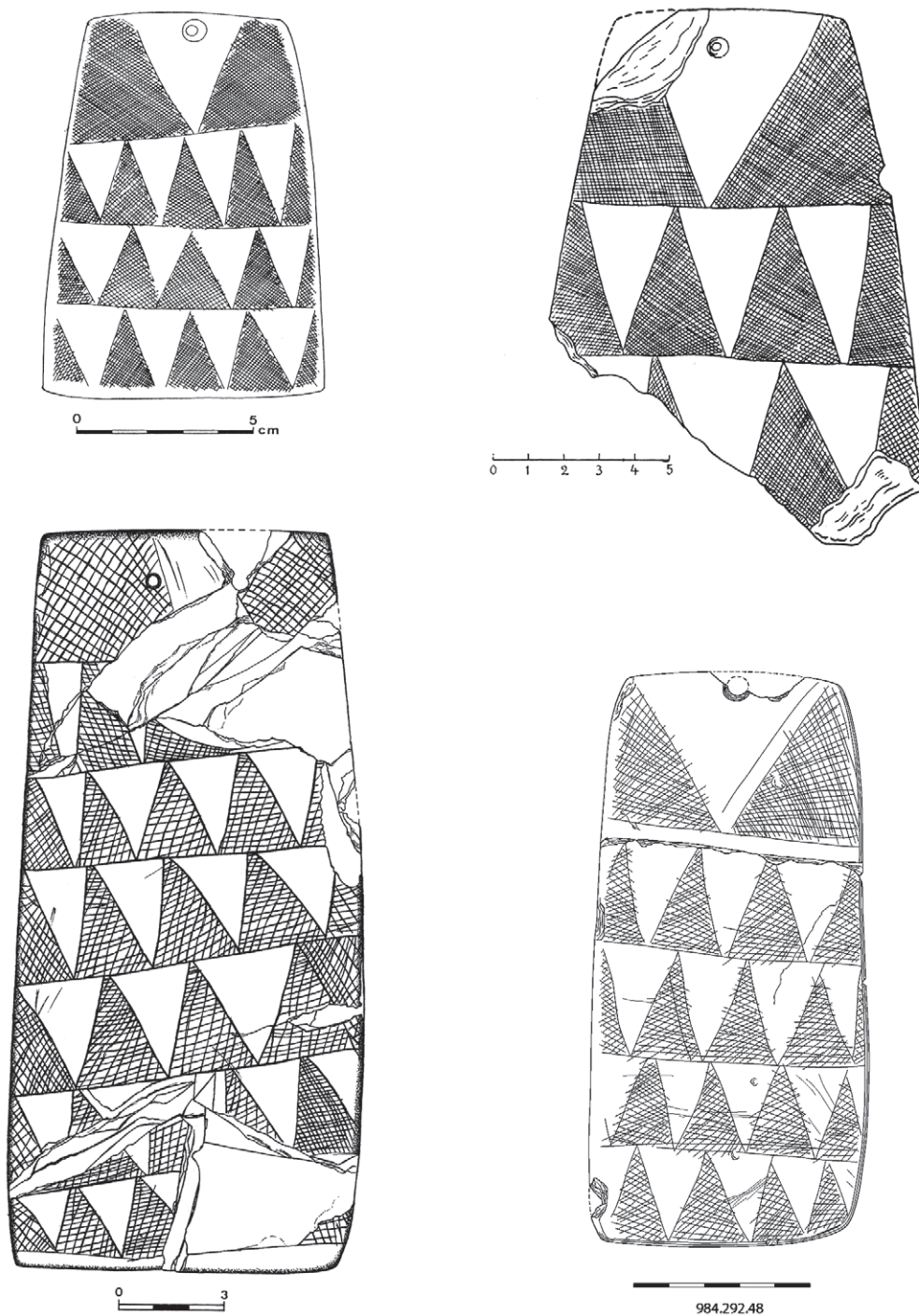


Fig. 6 – Placas CTT. (em cima, à esquerda) Casa da Moura (seg. CARDOSO & CARREIRA, 2001-2002), (em cima, à direita) El Pozuelo 6, Huelva (MARQUEZ, LEISNER & LEISNER, 1952, Lám. XXIV, 2). (em baixo, à esquerda) Furadouro da Rocha Forte (L. GONÇALVES, 1992), (em baixo, à direita) Anta 1 do Paço de Aragão, MNA 984.292.48 (Arquivo «PLACA NOSTRA»). Escalas em cm.

primas e aos dispositivos de segurança (murallas reforçadas por torres) de que necessitavam os arqueometalurgistas.

Quintas fortificadas como o Cerro do Castelo de Santa Justa, o Monte da Tumba ou o Monte Novo dos Albardeiros pontuam paisagens diferentes, mas certamente não é por acaso que controlam paisagens muito amplas, no último caso toda a planície «megalítica» de Reguengos de Monsaraz, onde construirão os seus *tholoi*.

O caminho em direcção à Serra d'Ossa (CALADO, 2001), e daí de novo para Sul e para Oeste, cola-se sobre os caminhos dos prospectores ou adquirentes de sílex, trocado pelas rochas duras do Alto Alentejo. E, de novo, as placas de xisto gravadas, cujo conteúdo é reescrito, são disso prova evidente. Tal como cadinhos, moldes e cobre.

5. OS PRIMEIROS CAMPANIFORMES E AS TAÇAS «CAMPANIFORMES»

Uma questão para qual todos nós gostaríamos de encontrar resposta, no que ao 3.º milénio respeita, é sem dúvida a origem dos «verdadeiros» campaniformes. O conceito, como se sabe, muito cedo se tornou tão amplo e pouco selectivo como um albergue espanhol (sem ofensa, apenas uma imagem de estilo...).

Todos chamamos (e bem) *campaniformes* aos vasos em forma de sino invertido, com faixas preenchidas a oblíquas, usando a técnica decorativa do pontilhado. É o único caso em que todos os componentes do pacote campaniforme parece estarem presentes: uma forma, um acabamento, uma decoração.

Mas as taças «tipo Palmela» o que são? Sem dúvida uma forma lisa anterior, que apresenta agora, por definição, o corpo e o lábio decorados. Esse lábio, largo e aplanado, recebe decoração tão diversa como retículas, uma faixa zigzagante correndo em campo de oblíquas incisivas, faixas paralelas acompanhadas por uma linha de curtas incisões, etc.

Mas as taças partilham motivos decorativos que as formas de decoração «barroca» de alguns campaniformes tardios também usam. A sua forma é comum nos catálogos de cerâmicas lisas anteriores, mas onde encontramos bordos tão complexamente decorados? Em mais nenhum grupo cerâmico, evidentemente, sendo os bordos denteados e entalhados, que os antecedem, de uma simplicidade absoluta.

As taças «campaniformes», de «tipo Palmela», centram-se nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal, mas os seus caminhos estendem-se para Sul e para Este. E se os seus motivos são quase sempre «laicos», algumas apresentam mesmo das raras figurações zoomórficas que conhecemos para o 3.º milénio: veados em linha, gravados a ponteados.

Mas alguns motivos em vasos e taças de momentos tardios, talvez dos dois últimos séculos do 3.º milénio, mostram curiosas «contaminações»: o uso das métopes, por exemplo, ou sobrevivências do Grupo das cerâmicas decoradas com «folhas de acácia».

Nesta complexa realidade, pouco numerosa no Alentejo e ausente do Algarve, os caminhos das Penínsulas de Lisboa e Setúbal para Sul (veja-se o caso exemplar da Pedra Branca, em Montum, Melides) activam uma linha de costa que traduz movimentos já detectados para as cerâmicas «folha de acácia», mas agora mais amplos com as cerâmicas campaniformes tardias.

O uso como motivo decorativo de métopes em bandas a seguir ao bordo (de uma a quatro bandas) ou intercaladas noutros motivos decorativos horizontais em função do bordo, está atestado em taças, de Pedra Branca a Rio Maior, proliferando na Península de Lisboa, bem conhecidas na Rotura e em Chibanés, na Península de Setúbal. Mas, na mesma área, foram registadas em formas muito diferentes: as bilhas de Pedra Branca e da Sra. da Luz, o vaso campaniforme da Pedra Branca, o grande esférico achatado de Alapraia 2, a taça com pé de S. Pedro de Estoril 1...

Mas se nenhuma taça apresenta os símbolos, ou os conjuntos de símbolos, teomórficos, que conhecemos em cerâmicas ou osso durante toda a primeira metade do 3.º milénio, é legítimo perguntar se acabaram aqui os caminhos dos primeiros prospectores de metal? Os símbolos e o complexo mágico-religioso muito provavelmente, mas os caminhos duvido, ainda que nos interroguemos, legitimamente aliás, sobre a natureza destes antigos caminhos, recriados agora.

6. EM RESUMO?

Será possível resumir propostas em estruturação, interrogações, caminhos hesitantes de viandantes cansados e confusos por caminhos mal indicados?

Se tivesse mesmo que responder diria duas coisas e uma terceira.

A imagem com que ficamos para a segunda metade do 4.º milénio e para todo o 3.º milénio a.n.e. não é apenas de complexificação social, como outros autores tão bem sublinharam, sobretudo para o 3.º milénio. É sobretudo a imagem de uma dualidade indesmentível, a de grupos estabilizados no território e de pequenos grupos móveis, certamente gerados por outros bem maiores. Na primeira metade do 3.º milénio, quando eclodem os povoados fortificados, eles protegem riqueza acumulada e a sua vida é tudo menos tranquila, como os reforços das muralhas e as várias revisões dos dispositivos defensivos evidenciam. O subsistema mágico-religioso a que pertencem as placas de xisto gravadas, nascido e estruturado no Alentejo central, partilha, a partir de um dado momento, as rotas de caminho ou retorno dos arqueometalurgistas, na lógica das «pequenas minorias». A mesma lógica que explica a presença das placas na Extremadura ou tão longe como Salamanca.

Os campaniformes acordam na coincidência de modelos, os «verdadeiros» campaniformes, os vasos «marítimos» ou «internacionais», representando uma forma que absorve posteriormente componentes decorativos das taças «campaniformes» e até mesmo das cerâmicas do Grupo «folha de acácia». Abertura, finalmente, das vias marítimas, sendo os arqueometalurgistas gentes dos caminhos terrestres?

Os caminhos do mar? nenhum naufrágio falou ainda, mas como poderíamos esquecê-los, olhada a geografia nova dos campaniformes? A que regista os caminhos terrestres, mas sem dúvida, e agora em força, os marítimos?



Fig. 7 – Métopes numa bilha e numa taça «campaniforme». (cima) Gruta da Sr^a da Luz, Rio Maior, IGM-156-2. (em baixo) Pedra Branca, Montum, Melides, IGM-MMM-s/n.



Fig. 8 – Métopes num vaso campaniforme (Pedra Branca, Montum, Melides, IGM-MMM-390) e num grande esférico achatado de Alapraia 2 (CCG-AL-108).

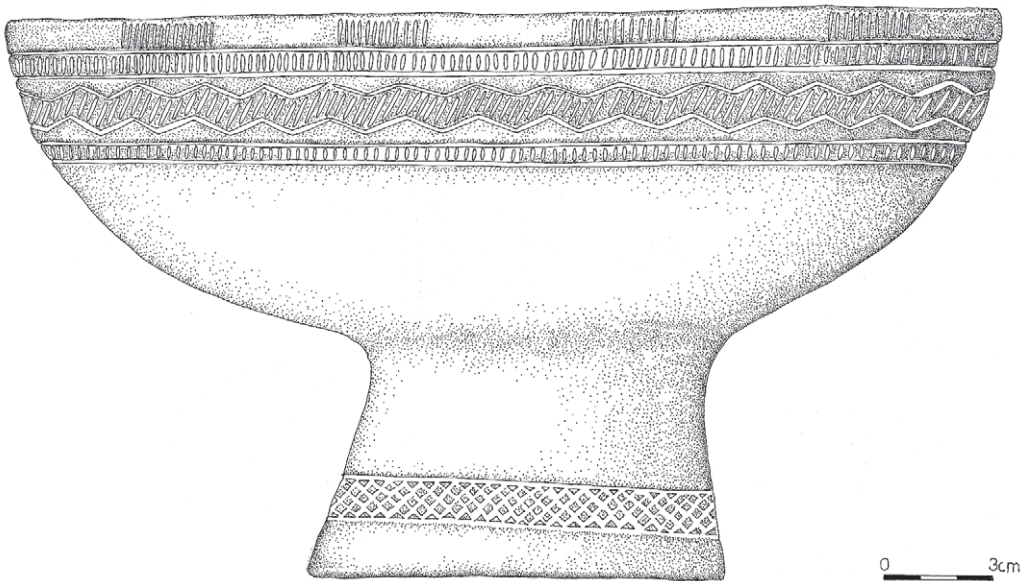
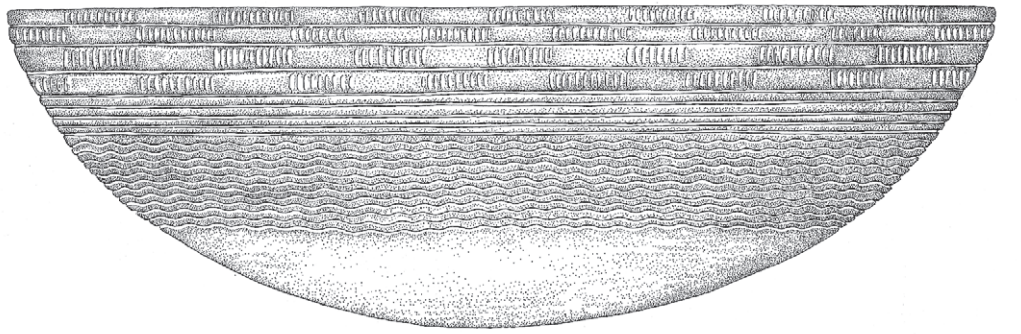


Fig. 9 – Métopes numa taça de bordo decorado de Alapraia 4 (CCG-AL-14) e numa taça com pé da Gruta 1 de S. Pedro do Estoril (CCG-SPE-2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAVENTURA, R. (2008, no prelo) – O megalitismo da região de Lisboa: as antas. *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal. O 3.º milénio*. Cascais.
- CABRERO GARCÍA, R. (1985) – Tipologia de sepulcros calolíticos en Andalucía occidental. *Huelva Arqueológica*. Huelva, VII, p. 207-264.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de Pré-História regional*. Trabalhos de Arqueologia 19. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (2001-2002) – A Gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e a sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- GONÇALVES, J. L. (1992) – As grutas da Serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 8-10, p. 41-201.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – *STAM-3, A anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*. 32).
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2ª edição revista e aumentada com dois novos textos. Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2004a) – As placas de xisto gravadas dos monumentos colectivos de Aljezur. *Arqueólogo Português*. 22. p. 163-318.
- GONÇALVES, V. S. (2004b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 165-183.
- GONÇALVES, V. S. (2005a) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga. 26, p. 89-114.
- GONÇALVES, V. S. (2005b) – Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 6. Duas figurações da Deusa na estrutura funerária calolítica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 23, p. 197-229.
- GONÇALVES, V. S. (2005e) – Quelques questions autour du temps, de l'espace et des symboles mégalithiques au Centre et Sud du Portugal. Origine et développement du mégalithisme de l'Ouest de l'Europe. Vol. 1, p. 485-510. Bougon.
- GONÇALVES, V. S. (2006) – Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 8. Sete placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 24, p. 167-231.
- GONÇALVES, V. S. (2008, no prelo) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. *Actas do IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante.

- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2006) – Algumas breves reflexões a propósito de quatro datas ¹⁴C para o Castro da Rotura, no contexto do 3.º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 24, p. 233-266.
- LEISNER, V. & LEISNER, G. (1951) – *As antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Reeditado pela UNIARQ em 1985.
- MÁRQUEZ, C. C. & LEISNER, G. & LEISNER, V. (1952) – *Los sepulcros megalíticos de Huelva*. Madrid: Ministério de Educación Nacional.
- ROCHA, L. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. 2 vols. policopiados. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

IVORY OBJECTS FROM THE CHALCOLITHIC FORTIFICATION OF LECEIA (OEIRAS)

Thomas X. Schuhmacher* & João Luís Cardoso**

RESUMO

O marfim constitui um material introduzido, uma novidade, observada na Estremadura Portuguesa no início do Calcolítico, cerca 3000/2900 a.C. Tratando-se de uma matéria-prima exótica, foi, desde os inícios da investigação arqueológica, objecto de particular interesse, considerando-se desde logo reflexo dos contactos comerciais estabelecidos por via marítima com regiões extra-peninsulares. S. P. M. Estácio da Veiga (1886, 1891), já falava a favor de uma importação de objectos acabados e da própria matéria-prima, em bruto, a partir do Norte de África. L. Siret (1913) estabeleceu, depois, diferenças entre artefactos feitos a partir de dentes de elefante e de hipopótamo. Ambos os grupos de peças foram por ele considerados como oriundos do Egipto. J. C. Serra Ráfols (1925), ao contrário, chamou a atenção para a ausência de critérios seguros que, segundo ele, poderiam ser invocados a favor de uma origem egípcia, devendo antes considerar-se o Noroeste Africano como origem de tais produções. Pela mesma altura, A. Gotze (1925) negou a utilização local de marfim fóssil, de época plistocénica, considerando-o demasiado frágil para poder ser trabalhado. Finalmente, A. Jodin (1957) e G. Camps (1960), relacionaram a ocorrência de exemplares manufacturados de marfim no território peninsular, com a ocorrência de cerâmicas campaniformes no Norte de África; desde então, a origem norte africana para as peças de marfim peninsulares tem sido comumente aceite.

As análises efectuadas por um de nós (T. X. S.), em conjunto com o Dr. A. Banerjee, de objectos de marfim da necrópole de Los Millares, suportam a conclusão de que o conhecimento da tecnologia do trabalho de marfim, provirá do Próximo Oriente, tal como, em parte, a própria matéria-prima, provavelmente pela via da Síria ou da Palestina. De facto, as análises efectuadas indicaram a existência dominante de marfim de elefante asiático (*Elephas maximus*) entre as produções mais antigas do Calcolítico analisadas daquela estação; assim, está-se em condições de diferenciar os objectos de origem próximo-oriental dos que provieram, ulteriormente, do Norte de África. Um elemento do conjunto millarense revelou tratar-se de *Elephas antiquus*, realidade que é ainda difícil de explicar, embora não seja viável admitir o recurso a marfim fóssil, pelo menos em quantidades significativas. Também uma das duas peças de Leceia analisadas pelo Prof. Banerjee indicou tratar-se de marfim atribuível a *Elephas antiquus*. Talvez a explicação resida na existência de uma espécie norte africana próxima de *Elephas antiquus*, a qual, no território português se extinguiu cerca de 33 000 anos atrás. O único dente completo provém do terraço baixo do Tejo, perto do Carregado, cerca de 30 km NNE de Lisboa, a que se junta um outro fragmento, mais antigo, reportável ao Cromeriano, existente no Museu Monográfico de Conímbriga; tanto um como outro, pelo seu comportamento muito quebradiço, não poderiam ter sido aproveitados para a manufactura de peças de marfim.

* Instituto Arqueológico Alemán. Serrano, 159. Madrid. schuhmacher@madrid.dainst.org

** Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras. arqueolo@univ-ab.pt.

No entanto, descobertas como a da necrópole de Rouazi-Skhirat, indicam a utilização de marfim norte africano entre as produções da primeira metade do terceiro milénio a.C.. A relação de tais produções com o território peninsular parecem tornar-se mais evidentes e visíveis ulteriormente, no decurso da expansão do “fenómeno” campaniforme, especialmente a partir de meados do referido milénio.

No que a Leceia diz respeito, a segunda das duas peças seleccionadas para análise no Laboratório da Universidade de Mainz pelo Dr. A. Banerjee, mostrou tratar-se de marfim de elefante africano de savana, tendo, deste modo, sido o primeiro exemplar deste tipo de marfim a ser comprovadamente identificado no território peninsular. A cronologia pré-campaniforme deste artefacto, reportável ao Calcolítico Inicial da Estremadura, datado em Leceia entre cerca de 2900/2800 e 2600/2500 cal BC, vem mostrar, pela primeira vez, que as relações comerciais da Península Ibérica com o Norte de África se terão iniciado, embora de forma discreta, ainda antes da plena afirmação do “fenómeno” campaniforme, época a partir da qual são bem conhecidas.

1 – HISTORY OF INVESTIGATION

Ivory constitutes a new introduced material, an innovation, whose starting point on the Iberian Peninsula coincides with the beginning of the Chalcolithic (around 3000 BC). As an exotic and in the Metal Ages on the Iberian Peninsula no more locally available material, it was from the beginning of archaeological investigation of special interest. So it was supposed to give clear hints on prehistoric contacts and exchange by sea. S.P.M. Estácio da Veiga already speaks in favour of an import of finished ivory objects from Northern Africa, among several portions to be transformed into artefacts (VEIGA, 1886-1891, vol. 1, p. 268-270; vol. 2, p. 212). L. Siret differentiated between pieces made of elephant and others from hippopotamus ivory (SIRET, 1913, p. 33). For both groups he thought about an import of the finished objects from Egypt. J.C. Serra Ráfols on the contrary pointed out, that there are really no arguments for an origin of the ivory from Egypt, but that we should consider Northwest Africa (SERRA RÁFOLS, 1925, p. 87). At the same time, A. Götze denied a use of local fossilized ivory, because he thought it to be too fragile and brittle (GÖTZE, 1925, p. 87). A. Jodin and G. Camps finally related the finds of ivory on the Iberian Peninsula with the appearance of Bell Beakers in North West Africa (JODIN, 1957; CAMPS, 1960). Since then a Northwest African origin was widely accepted¹.

The Leisners in their monumental work about megalithic tombs from the Iberian Peninsula also delivered a list of ivory objects for the southern part of the peninsula (LEISNER & LEISNER, 1943). Later, A. Gilman and R. Harrison gave for the last time an inventory list from all ivory objects known by bibliography (HARRISON & GILMAN 1977). In the immediate sequence of this study, the relationships between the Iberian peninsula and the Northwest Africa during the Bell Beaker period are specifically studied (POYATO-HOLGADO & HERNANDO GRANDE, 1988). After that only a few regional works have been published, those of K. Spindler for Portugal and of J.L. Pascual Benito for the País Valenciano (SPINDLER, 1981; PASCUAL-BENITO, 1995).

One of us had already published the most important piece of ivory found at Leceia (CARDOSO, 2003), now re-examined (Fig. 5). In that contribution, this artefact was discussed in the context of other Chalcolithic ivory occurrences, both in the Portuguese territory as well as in South-East Spain.

¹ HARRISON & GILMAN, 1977; SPINDLER, 1981, 99f. Critical on this point POYATO & HERNANDO, 1988.

2 – INVENTORY OF OBJECTS

A new interdisciplinary project started in October 2005 conducted by the German Archaeological Institute in Madrid². The publication of a catalogue, as complete as possible, of all ivory objects from the Iberian Peninsula dated from the beginning of the Chalcolithic at about 3000 BC until the end of the Early Bronze Age about 1650 BC in the Southeast, is the aim of this project. Although the inventory work is still not finished, it is already clear that the number of prehistoric ivory objects and therefore the scale of ivory exchange are much greater than expected until recently. In fact, until now we could register 1050 objects from 130 sites.

Although the exact chronology of the objects in many cases, especially in the Chalcolithic, is difficult to establish, we can present some preliminary conclusions. It seems like the number of ivory objects increases significantly from the beginning of the Early Chalcolithic to the end of the Early Bronze Age by 1650 BC (in the Southeast). So the total number passes from 127 in the Early Chalcolithic to 212 in the Final Chalcolithic and finally 350 in the later Early Bronze Age. Studies based on the total weight of the ivory objects are still in course.

What refers to Portugal, there are not very many ivory objects known as such from bibliography. This might be in parts due to the existing difficulties in identifying ivory correctly. On the other hand in many cases the bone industries of the different settlements are not fully studied and therefore some ivory objects might still rest undiscovered. Until now no systematic search or register of ivory objects was ever undertaken. So the last inventory list for Portugal was published by K. Spindler (SPINDLER, 1981, p. 99, 243, Pl. 46). He did a compilation of the objects published as such, only a few of them were studied by him in the museums.

Therefore in this new investigation project we are trying to study all the objects mentioned in bibliography as made of ivory or possibly made of ivory. At the same we are looking up the bone industry of some of the most important complexes of the time period under study, which might include ivory too. During this investigation we could identify five ivory objects among the bone industry of the chalcolithic settlement of Leceia.

3 – THE IDENTIFICATION OF IVORY

First of all we should give some dates about ivory and the identification of ivory (KRZYSZKOWSKA, 1988; BANERJEE & SCHNEIDER, 1996; BANERJEE, 2004; DRAUSCHKE & BANERJEE, 2007). Ivory in the original meaning of the word only includes the material obtained from the tusks of elephants. These could come from one of the living elephant species or from extinguished elephants or mammoths. But in most cases the canines of hippopotamus, the upper canines of walrus and the teeth of narwhal and sperm whale are included too. On the other hand we do have so called vegetable ivory, like ivory (tagua) nut or ivory palm. But we do not consider here alternative materials like teeth of other animals, especially boar tusks.

Identification of ivory and differentiation of ivory from bone can sometimes be hard, especially if we are dealing with very small or highly polished objects. Sometimes we may observe still part of the spongy bone structure. But normally these parts are eliminated. Bone will show remnants of the vascular system of the bone structure (Haversian structure). This usually shows up as small pores, but it could also be present as dark streaks.

² The present project “Die Kontakte zwischen der Iberischen Halbinsel und dem Maghreb während des Chalkolithikums und der Frühen Bronzezeit. Studien zum Austausch von Elfenbein” is financed by the Deutsche Forschungsgemeinschaft, Bonn (Sachbeihilfe/Eigene Stelle: SCHU 1539/2-1; Directors: Prof. Dr. H. Parzinger and PD Dr. Thomas X. Scuhmacher) and undertaken in cooperation with the International Centre of Ivory Study (INCENTIVS) of the University of Mainz (Germany) (Director: Dr. A. Banerjee).



Fig. 1 – Overview of river valley of Barcarena. Within a circle, the prehistoric fortified site of Leceia, and the location of the settlement in the Iberian Peninsula. Photo C. André.



Fig. 2 – Aerial view of the excavated area. Photo G. Cardoso.

On the other hand only elephant and mammoth ivory does have the characteristic Schreger lines. These lines make a unique crosshatch pattern and are commonly referred to as cross-hatchings or engine turnings. But these are not always easily observable and other than elephant ivory does not have them. Hippopotamus ivory on the contrary shows concentric rings in cross section.

Ivory of elephants and hippopotamus is composed mainly of dentine which is formed in a persistent manner in the pulp cavities of the tusk or the canines. Old ivory preserved under archaeological conditions in most cases has split completely along the lamellae in typical cone-in-cone fashion or at least we can observe regular parallel or concentric cracks. The lamellae of hippopotamus ivory are a bit more wavy and discontinuous.

But in some cases a macroscopic observation of the objects might not be enough and only a more accurate analysis could clear out doubts.

4 - CULTURAL, CHRONOLOGICAL AND ECONOMIC CONTEXT OF THE FINDS

Based on the available data, it is usual to consider, for the Chalcolithic of the Portuguese Estremadura, three principal cultural phases. Such phases can be found stratified at Leceia in a paradigmatic form, corresponding to archaeological levels with different characteristics and contents. Among these stand out the ceramics, of which some types can be understood as true markers, or stratigraphic fossils to use an expression from the geological world, with validity at Leceia (Figs. 1, 2), as in other settlements of the same cultural area. We will take a look at, therefore, the principal characteristics of these phases, identified stratigraphically (Fig. 3).

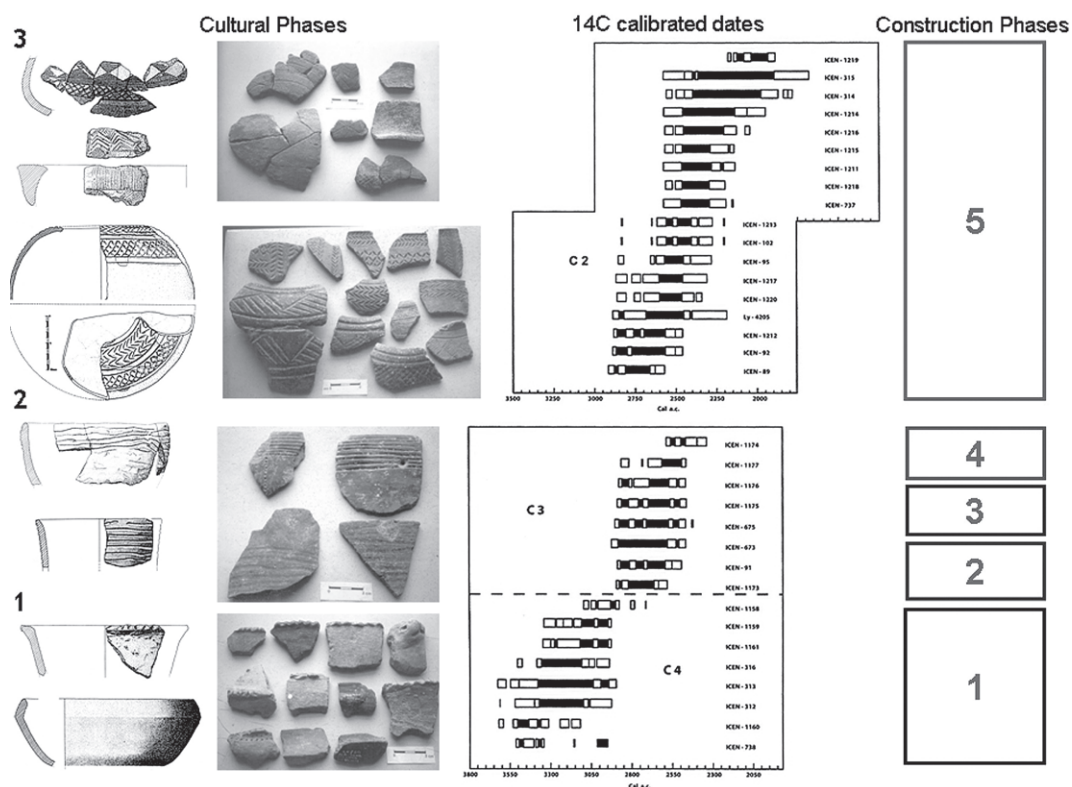


Fig. 3 - Relationship between the Cultural phases, the Construction phases, and the Absolute chronology in the prehistoric fortified site of Leceia, after J. L.Cardoso.

4.1 – The Early Chalcolithic

At Leceia after a period of abandonment, which might have lasted between 30 and 150 years, but probably some decades (CARDOSO & SOARES, 1996), there occurred in the beginning of the Early Chalcolithic, situated around 2900 cal BC, the construction of an imposing fortification (Fig. 2), created on the geological substrate, as well as on the level corresponding to the occupation of the Late Neolithic (CARDOSO, 1989; 1994; 2000). Such a defensive complex respected a plan previously defined and methodically brought to practice. The discordance which one can observe between this occupation and the Neolithic pre-existent settlement, does not necessarily mean, however, the existence of ruptures at the cultural level (there must have certainly existed breaks of a socio-economic nature) and, much less, justified the conclusion of the arrival of new foreign peoples to the region. On the contrary, one can perceive in this fortification the logical consequence of a period of instability generated in the Late Neolithic indicated by the preference for the occupation of sites naturally defended.

In Leceia, the Early Chalcolithic can be dated with high precision. The nine available radiocarbon dates permit the construction of a graph of cumulative probability (based on the CALIB program) and, from this, the calculation of diverse intervals of confidence. In this way, for a probability of 50%, the duration of the Early Chalcolithic can be situated between 2770 and 2550 cal BC and, for a probability of 95 % between 2870 and 2400 cal BC (CARDOSO & SOARES, 1996).

It is appropriate to remember, however, that the interval of 50% represents the *floruit* of the assemblage (see a discussion of this concept in SOARES & CABRAL, 1993, p. 220). In this way, one can affirm that the Early Chalcolithic would have had a shorter duration than the Late Neolithic, corresponding to the interval of 2900/2800 – 2600/2500 cal BC. This being the case, the first fortification at Leceia, built immediately after the beginning of the Early Chalcolithic, would extend to around 2800 cal BC, or perhaps some decades earlier.

Leceia documents, thus, in addition to the two comparable and better-known cases of the Estremadura region – Vila Nova de São Pedro (Azambuja), where hundreds of flint arrowheads have been recovered in veritable caches, perhaps constituting ballistic arsenals, in the *stratum* Vila Nova 1 of A. do Paço (PAÇO, 1964, p. 145), and Zambujal (Torres Vedras) – the more evident characteristics of the settlement of the Estremadura region, based upon large fortified centres, with proto-urban characteristics, whose location was determined by a conjunction of natural conditions for defence, in connection with agricultural valleys of high fertility, dominating natural routes to the adjacent region; geomorphologic conditions that were favourable and high agricultural potentials of the soils were, thus, the two dominant aspects for determining the selection of such fortified sites.

The successive phases of construction, reinforcement and addition of the structures, observed at Leceia throughout the Early Chalcolithic, as at Zambujal and at Vila Nova de S. Pedro, respected, as did the initial construction, a global plan and planned readjustments; they reveal, as well, the maintenance and, perhaps, the worsening of social stability throughout the Early Chalcolithic, a period of around 300 years, during the 1st half of the 3 millennium BC. The imposing quality of these constructions reveals, as well, a society that was hierarchized at the inter- and intra-community level. The tribal model, which presupposes egalitarianism, strengthened by consanguineous ties, cannot be adapted totally to the observed reality; it is more adequate to suppose a complex and sedentary society, clearly established in the territory whose openness to exogenous stimuli would have encouraged and favoured the arrivals of outsiders; their presence would have accentuated a growing intra-community social differentiation. This explanation is supported by the existence of diverse residential structures of differing construction quality and size, depending on the greater or lesser privilege that they had inside the walls, probably proportional to the social ranking that its respective inhabitants attained. Such is the case of a large house of circular plan situated in the best defended area, while the others, of smaller size and poorer quality, were situated in zones that were more exposed to eventual attacks.

On the other hand, in the construction of this notable fortification – whose area of construction approximates that of Vila Nova de S Pedro (ca. 1,5 ha) and which is smaller than that of Zambujal (more than 2,5 ha, if we consider the

third and fourth defensive walls) one finds implied the existence of subsistence surpluses making possible the support of productive activities of the most active segment of the population, for a long period of time.

At last, there is evidence not only for the division of labour (as in any tribal community), but the actual hierarchization of their function, with the elite of the community coordinating the work of all. The Early Chalcolithic corresponds unquestionably, in the Estremadura, to a period of economic growth, revealed by the improvements obtained in productive capacity.

4.2 – *The Full Chalcolithic*

The following cultural phase – the Full Chalcolithic of the Estremadura – whose beginning can be situated ca. 2600/2500 cal BC – in general can be well-documented in the settlements occupied or founded in the earlier cultural phase.

The eighteen available radiocarbon dates for Leceia, together with the respective dates for the other cultural dates there represented, make this settlement the best characterized of the Estremadura region. A greater precision is, at the moment, impossible, given that the available calibration curve is weak and has many oscillations. The *terminus* of this cultural phase can, in the same way, be situated at around 2200 cal BC.

At Leceia, there were produced, in this phase, in restricted areas of the inhabited space (as the presence of slag and drops of melted metal show), a variable copper industry, with an emphasis on small artefacts, such as awls, chisels, and punches. The preference shown for these kinds of artefacts can be explained by the scarceness of the metal at that time: copper would have been a better material than stone for the specific functions that they were used for. The large copper axes – no complete example of which has been found at Leceia – would have corresponded more to objects of prestige, of ritual character or, only, simple ingots, without practical function.

It is clear that pure copper, of which they were made, could not compete, in terms of durability and resistance, with any amphibolite axe, which was much less costly to obtain. Copper can be seen, in this way, only as an extension of the Secondary Products Revolution (SPR), when taking into account the improvement of the efficiency of determinate instruments of production or of transformation, contributing to the diversity and specialization of consumer goods, namely subsistence. In this context, we do not believe one should value its action too strong as an agent of economic or social change. In the Early Chalcolithic of the Estremadura, the scarcity of copper artefacts is evident, not only at Leceia, but also at Zambujal and Vila Nova de S Pedro.

The late generalisation of copper artefacts in the Estremadura accompanies, simply, that of other technological novelties, typical of the SPR, in the 3rd millennium BC, such as the secondary transformation of milk (the sieves for cheese and butter production are completely absent in the Early Chalcolithic). For this proposition it is interesting to observe, with all the reservations for the methods of excavations that were not rigorous and the archaeometric analyses that were equally undeveloped, that A. do Paço (1964, p. 146) had also mentioned, in reference to Vila Nova de S. Pedro, that “The economic conditions that underwent a change with the arrival of the copper metallurgists, present now more indications with the industries of weaving, of the manufacture of dairy products...”

Already in the 1950s, there was related the progression of the constructors of the *tholoi* – identified with populations of prospectors and copper metallurgists – with the diffusion of the use of this metal, from Andalusia, to the Estremadura, passing through the Alentejo (FERREIRA & VIANA, 1956). The dates of the Chalcolithic settlements of the Southwest Group (Including the Lower Alentejo and the Algarve regions) appear to confirm this proposition (SOARES & CABRAL, 1993).

If one finds demonstrated the mutual influence of a transregional character between the Chalcolithic cultural areas of the Baixo Alentejo and the Estremadura, the subject of a pioneering study (SILVA, SOARES & CARDOSO, 1995), there can be found, equally, such a phenomenon between geographic areas even more distant. We are referring to the

omnipresent Chalcolithic female divinity of Mediterranean origin; the presence in the Estremadura, under several representations, of the “Mother Goddess”, some of them with evident oriental characters, suggests the arrival of several exogenous influences along the third millennium BC. In a world marked by profound social transformations, in part resulting from its extreme openness to the exterior, the diffusion of practices and ideas would naturally be possible (Figs. 13, 14).

It is in this way that the yet-to-be confirmed recent discovery of Chalcolithic Anatolian ceramics (of the Early Bronze Age II, ca. 2600-2200 BC) in Andalusia, in “a context characteristic of the Southeast Copper Age – of the Millares – El Malagón types, associated with Beaker ceramics” can be interpreted (GONZÁLEZ PRATS *et al.*, 1995).

Whatever the case, the apparent disarticulation of Chalcolithic social structure, accompanied by the full expression of the Beaker ceramics, in the Estremadura, particularly after the middle of the 3rd millennium BC (CARDOSO & SOARES, 1990/1992), corresponds, in reality, to an increase in social hierarchy. In fact, the establishment of trade networks over large areas is a reality, proved by the standardization of artefacts of large diffusion: the artefacts of the Beaker “package”: vessels, Palmela points, daggers, wrist guards, bone buttons and, for the first time, gold implements, as evidence of a social process, which would come to be fully expressed later, during the Bronze Age (CARDOSO, 2001 a).

Preferring a gradual transition to abrupt leaps in social evolution, such remains reflect the slow passage to a new social regime, based on the figure of a chief, surrounded by an elite with whom it competed for the maintenance and overseeing of the determined territory, a hypothesis supported by the well-known Beaker panoply, mentioned above, which made increasing use of arms, with the rise, at the end, of long daggers or short swords. The transition to a socially stratified society, such as that of the Bronze Age, was reflected, gradually, by the Chalcolithic society. The proto-urban characteristics of their settlements, the inter and intra-social differentiation and the clear cultural contacts that the respective inhabitants maintained with the Mediterranean world, made the Estremadura a privileged zone where, over a space of around one thousand years, one can witness the internal transformations of a dynamic society, in constant change, along all the third millennium BC.

The general environment of Mediterranean character, prevalent throughout the Chalcolithic of the Estremadura – reinforced by its geographic position – had favoured in diverse adjacent regions identical internal evolutions and phenomena of convergence. Furthermore, the valorisation of the commercial component in the diffusion of the architectonic tradition, of metallurgy, and of prestige objects was previously argued (PARREIRA, 1990, p. 29).

It is in this context of social differentiation and the gradual expression of the power of the elites, that we can consider the existence of several types of ivory implements, related to the Early and Full Chalcolithic occupation of Leceia.

The specific location of each finding is indicated in Fig. 4.

5 – TYPOLOGY AND PARALLELS OF THE FINDS

5.1 – *Pin with a nails head*

A fragment of a pin has the upper extremity in form of a nails head (Fig. 5)³. The head is not horizontal but slightly inclined. The fragment is 4,3 cm long, the point is missing, and the shaft has got a diameter of 0,6 cm. In this case there exists no doubt about the material. On the head we can see perfectly a net of crossing and alongside the shaft parallel and slightly wavy dark lines, the so called Schreger lines. So we are even able to talk about elephant ivory (Fig. 3).

³ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Inventory Number Lc/02/C3/Entre O e G.



Fig. 4 - Plan of the area excavated with the location of the ivory artefacts studied, after J. L. Cardoso.



Fig. 5 – Pin with a nails head from Layer 3, Early Chalcolithic (cf. Fig. 4, nº. 1). Photo J.L. Cardoso.



Fig. 6 – Vase headed pin from Layer 2, Full Chalcolithic (cf. Fig. 4, nº. 2). Photo J. L. Cardoso. Drawing B. Ferreira.

The number of parallels for this kind of pins is very small. We can only name at least four similar bone pins from Vila Nova de São Pedro and another one from Pragança (JALHAY & PAÇO, 1945, Pl. 14, n.º. 38; Pl. 15, n.º. 16, 17; Pl. 16, n.º. 10; PAÇO, 1960, Fig. 3, n.º. 11, 13; SAVORY, 1968, Fig. 47h; CAMPS-FABRER, 1991). Camps-Fabrer dates the pieces from Vila Nova de São Pedro and Pragança in the Bell Beaker period. But we really do not have any stratigraphical hint for the three. In fact, Vila Nova de São Pedro and Pragança are settled from the Early Chalcolithic on, so that nothing speaks against giving these three pins the same dating as the one from Leceia (GONÇALVES, 1990/92).

This piece belongs to the Early Chalcolithic, and was found inside the second defensive line, during the 2002 campaign, in a layer of greyish colour (Layer 3 of the general sequence record) (CARDOSO, 2003, Figs. 2, 3). Thus, their chronology lies between 2900/2800-2600/2500 BC.

There is also some similarity to an ivory pin from Las Angosturas (Gor, Granada)⁴, although in this case the head is longer and in fact conical.

One of us (J. L. C.) had already compared the pin with some of the cylindrical idols of bone or ivory, with narrowed neck, which sometimes show an inclined head, namely those from Lapa do Bugio, a funerary cave of the Sesimbra region (CARDOSO, 1992).

5.2 – Vase headed pins

Two of the so called vase headed pins from Leceia seem also have to be made out of ivory.

Three more pins from Leceia seem to be made of ivory. But in fact the name vase headed does not seem best fitting for this group, or we should differentiate at least two types. Much clearer for one of the types and for our examples is their French denomination “épingle à balustre”, so their head does have the form of a little column or baluster. Between two conical or annular endings extends a cylindrical or biconical middle part. Besides there are also slight differences between both pins from Leceia.

The first of our examples from Leceia shows a cylindrical middle part with conical endings between two conical end parts (Fig. 6)⁵. The narrower part of these endings is directed to the middle of the head. The conical shaft of the pin is much narrower than the head. It is completely preserved and has got a length of 7,8 cm. Only the upper ending of the pin is slightly damaged. In the break we can see a structure of parallel wavy lines going along with the length of the pin, a quite clear indication of ivory. The pin, from the Layer 2, belongs to the Full Chalcolithic, is brown and highly polished.

The head of another example made out of ivory has got a biconical middle part and two annular endings (Fig. 7)⁶. Only the upper part of the shaft is conserved. The pin, from Layer 2, correlated to the Full Chalcolithic, is ivory-coloured and polished. It too has got a slight damage on the upper ending with the typical parallel and vertical line structure of ivory.

There are several vase headed pins of bone in Middle Portugal (SPINDLER, 1981, p. 238, Pl. 44). We know thirteen of them from Vila Nova de São Pedro (PAÇO, 1960, Fig. 3, n.º. 41, 43-53, 55), besides examples from Olelas (SERRÃO & PRESCOTT, 1958, p. 111, Est. 8, n.º.13, 14), Pragança (SAVORY, 1968, Fig. 47, f, g; SPINDLER, 1981, p. 238), Zambujal (JIMÉNEZ, 1995, Fig. 7, 9) and maybe Casinhos (LEISNER, ZBYSEWSKI & FERREIRA, 1969, p. 72 Pl. Q, n.º. 91). Recently, one of us (T. X.S.) could confirm that probably two of the vase headed pins from Vila Nova de S. Pedro are also made out of ivory⁷.

⁴ Museu Arqueológico y Etnológico de Granada, Inv. No. 11375 (=AG 40011) (unpublished).

⁵ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Inventory Number Lc/01/C2/a S de GA

⁶ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Inventory Number Lc/87/C2/a N de HH

⁷ Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa. N.º. Inv. VNSP 974. JALHAY & PAÇO, 1945, Pl. 16, n.º. 7.

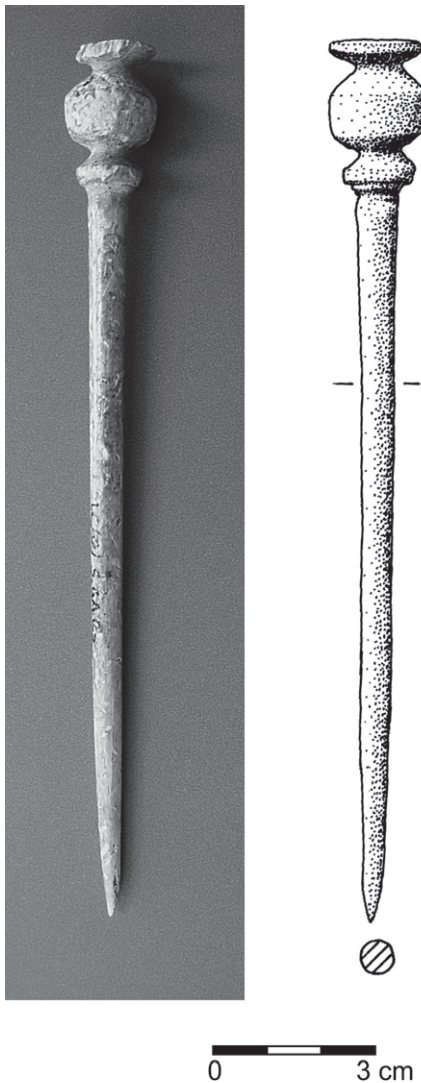


Fig. 7 – Vase headed pin from Layer 2, Full Chalcolithic (cf. Fig. 4, n.º 3). Photo J. L. Cardoso. Drawing B. Ferreira

With one exception, which has got a moveable head, the vase headed pins in Middle Portugal are always made out of one piece. But there are other differences. The one from Zambujal is a real vase or poppy headed pin; it does not have a lower profiled ending of the head like ours. The two from Pragança and both from Olelas we should better call baluster headed pins like the ones from Leceia. In Vila Nova de São Pedro both types are present.

Spindler supposes the vase headed pins to be derived from pins of the Late Neolithic with moveable head like the one from Cova da Moura (SPINDLER, 1981, p. 88, Pl. 23, n.º. 356). A. do Paço and E. Sangmeister, on the other hand, compare them with vase headed pins from the Eastern Mediterranean (PAÇO & SANGMEISTER, 1956, p. 225). So for example, we can find a similar form in copper in the cemetery of Chalandriani (Syros), although in this case it is a real vase headed pin (RAMBACH, 2000 a, Pl. 46, n.º. 1 (tomb 343); 2000 b, p. 357 Fig. 26; MARAN, 1998, p. 135-152, Pl. 81). Unfortunately this piece is a singular object on the Cyclades. The tomb where it comes from seems to belong to the Aplomata group (Early Cycladic Ila). The Aplomata/ Chalandriani-complex as a whole should date from the older Early Helladic II until the Early Helladic II to III transition, what means between 2650 and 2250 BC.

From Troy IIc we know a pin of bone nearly identical to one of our pieces (BLEGEN *et al.*, 1950, p. 266, Pl. 364, 37-615; KORFMANN, 2001). Troy II is dated from ca. 2550 to 2250 BC, and therefore contemporaneous to the Aplomata/ Chalandriani complex, and to but probably slightly later than our pins from Leceia.

5.3 – Cylindrical idol with narrowed neck

A fragment of a cylindrical idol with narrowed neck (“cilindros ou ídolos de gola”) seems also to be worked in ivory (Fig. 8)⁸. The upper surface is slightly inclined and not totally horizontal. The lower end is missing, because of an oblique break of the objects body.

⁸ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Inventory Number Lc/99/C2/Muralha FT

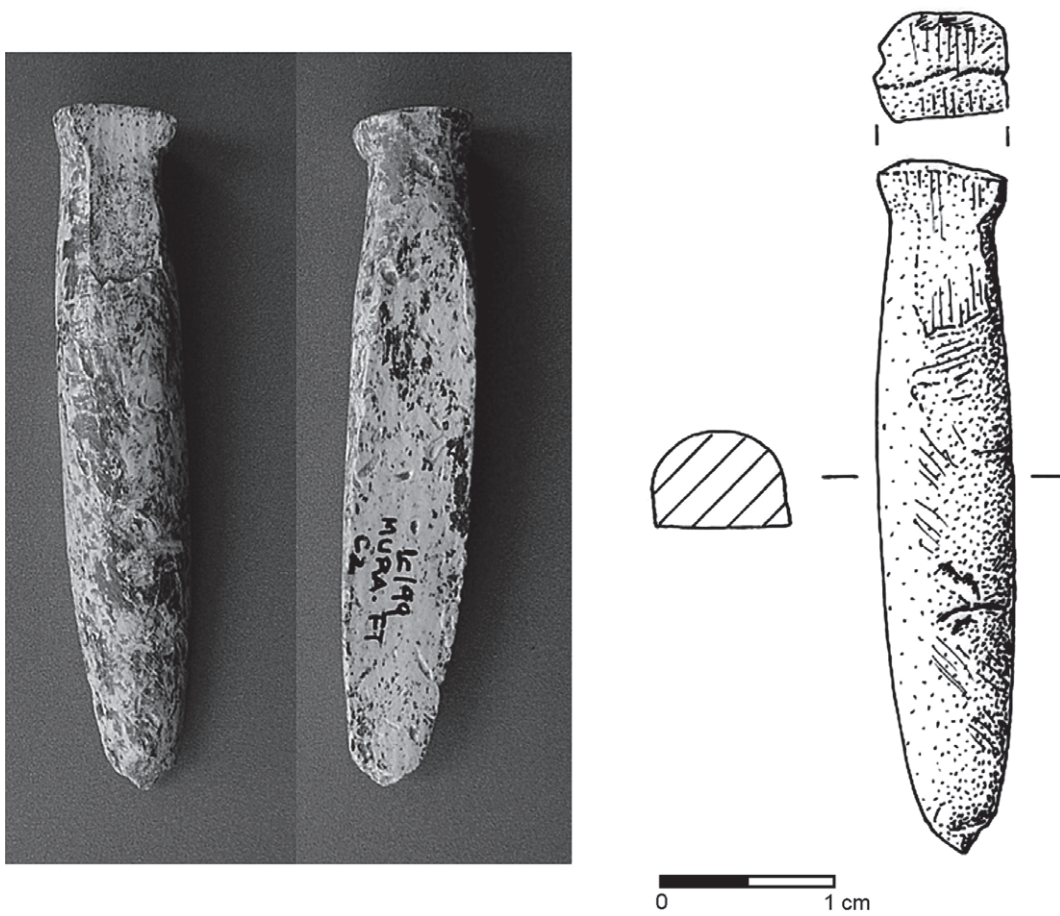


Fig. 8 – Cylindrical idol with narrowed neck from Layer 2, Full Chalcolithic (cf. Fig. 4, n.º 4). Photo J. L. Cardoso. Drawing B. Ferreira.

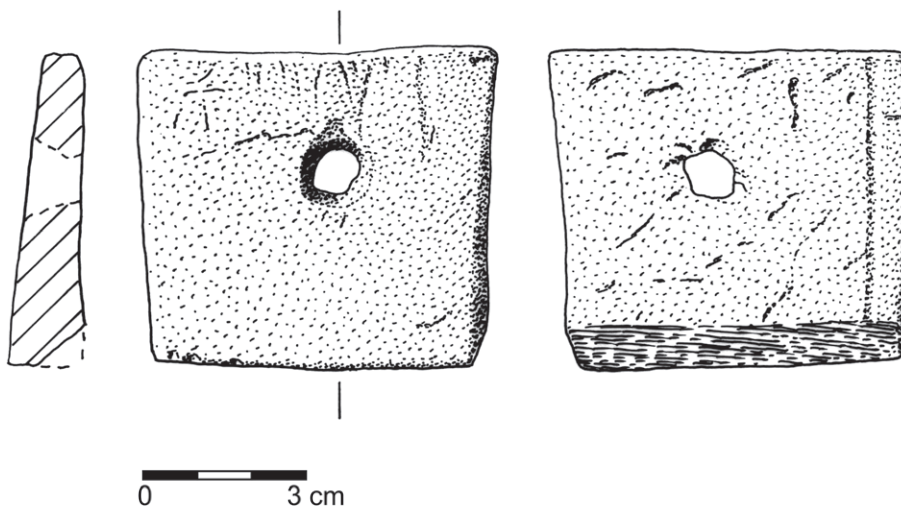


Fig. 9 – Perforated plaque from Layer 2, Full Chalcolithic (cf. Fig. 4, n.º 5). Drawing B. Ferreira.

This piece belongs to a whole group of similar objects, which we find exclusively in the Tejo estuary (SPINDLER, 1981, p. 97, Pl. 45, c; CARDOSO, 2003). Similar objects from France and Switzerland are only roughly comparable (BARGE-MAHIEU *et al.*, 1992).

Only a few of the cylindrical idols with narrowed neck are made of ivory, so the ones from the Gruta do Castelo (Pragança, Cadaval), S. Martinho (Sintra, Lisbon), Barro (Torres Vedras, Lisbon) and Lapa do Bugio (Azoia- Sesimbra, Setúbal) (GONÇALVES, 1990/1992, Fig. 2, n.º. 1; SALVADO, 2004, Pl. 3, n.º. 2-4; 6; LEISNER, 1965, p. 69, Pl. 50, n.º. 31; MONTEIRO *et al.*, 1971; HARRISON, 1977, p. 106 SN 21; CARDOSO, 1992, Pl.3, n.º. 9; Pl. 5, n.º. 17; Pl. 20, n.º. 21, 22; Pl. 46, 1-4).

We do not want enter here into a profound debate about the function of these objects. Spindler pointed out that they are very scarce in settlements but are quite frequent in *tholoi* tombs, what might speak for a cultic function (SPINDLER, 1981, p. 97).

Only two contexts can help us to clear the chronological setting of this kind of objects. In the funerary monument of Praia das Maças idols with narrowed neck are missing in the western chamber but are present in the main chamber, reutilized in the Chalcolithic (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, p. 15 Pl. B, n.º. 62, 85, 88; Pl. E, n.º. 16; Pl. F, n.º. 38, 41). We think it to be possible to date the finds of the Chalcolithic found in this sector of the monument, with the only exception of some intrusive Bell Beakers, in a younger phase of the Pre-Beaker Chalcolithic, that is proximate to the following Bell Beaker period⁹.

This goes together with the situation in Leceia (CARDOSO, 1989, p. 117, Fig. 110, n.º. 7, 10). So two more idols of this type come from Layer 3, inside the second defensive line. Layer 3 belongs to Phase II, with channelled decorated cylindrical vessels (“copos”), characteristic of the Early Chalcolithic period.

5.4 – Perforated plaque

The last object made of ivory is a quadrangular flat plaque (Fig. 9)¹⁰, from Level 2, correlated with the Full Chalcolithic occupation of the site. It measures 2,7 x 2,6 cm and is 0,6 cm thick, one side is partially broken. And it is here were we see parallel slightly wavy lines. It has got one perforation slightly moved out of the centre of the basic area. Clearly it was thought to be fixed on an object of perishable material, supposedly wood.

The only examples for plaques of this type on the Iberian Peninsula come from the Bell Beaker period. So in the rock-cut tomb 5 of Los Algarbes (Tarifa, Spain) various little quadrangular plaques of ivory with one central perforation have been found (POSAC, 1975, Pl. 8, 9). They are somehow smaller and measure only 0,9cm to 0,9cm. Because there are other little elements in form of triangles and flat spoons it seems like they have been used as beads on a collier. But in the same tomb there are other rectangular and bigger flat plaques with two or three perforations which should have formed ivory attaches of a wooden box.

⁹ JIMÉNEZ, 1995, 163-174, Fig. 9; KUNST, 1995. The ¹⁴C –dates give for Phase 3 a time span from 2850-2210 cal BC (GrN-7002. 7003. 7004. 7006; KN-I.117) with the exception of the younger date KN-I.115: 3530+/-65 BP = 1950-1760. For Phase 4 we get a dating from 2860-1890 cal BC (GrN-6668. 6669. 7007C. 7664) (CORDES *et al.*, 1990, Fig. 2). All ¹⁴C dates in this article have been calibrated by OxCal Version 3.10 (BRONK & RAMSEY, 1995, 2001).

¹⁰ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Inventory Number Lc/00/C2/GA

6 – ORIGIN OF THE RAW MATERIAL

In 1977 R.J. Harrison and A. Gilman did work out a hypothesis on the ivory exchange between Northern Africa and the Iberian Peninsula, going back on works of A. Jodin and G. Camps (HARRISON & GILMAN, 1977; JODIN, 1957; CAMPS, 1960). They thought about an exchange of prestige-goods, ivory and ostrich egg-shells for metallic and ceramic productions of the Iberian Peninsula, Palmela points, tanged swords, halberds, axes and Bell Beakers. In fact, it seems like this kind of exchange really can be demonstrated for the Bell Beaker period because of the quite big quantity of such products of Iberian typology in Northern Africa, both along the Mediterranean as the Atlantic coast.

But Harrison and Gilman already noticed the difficulties to apply this scheme to the Pre-Bell Beaker Chalcolithic too, because “... no characteristic Millaran or VNSP pieces have been found in Northern Africa”. And they asked themselves, “... why were no VNSP channelled, pattern-burnished *copos* (the so called *Importkeramik*) sent to North Africa like the luxury ware of a later time (Beakers)?”. But nevertheless they argued that the hypothesis need not be discarded out of hand.

In the margin of our investigation project of one of us (T.X.S.) the INCENTIVS group of the University of Mainz (Germany) under the direction of Dr. A. Banerjee did analyze 34 ivory objects from the Iberian Peninsula by macroscopic analysis (Schreger lines) and Fourier Transform Infrared (FTIR-) spectroscopy (DRAUSCHKE & BANERJEE, 2007)¹¹. From these, five objects belong to the Early Chalcolithic and come from the necropolis of Los Millares (Santa Fé de Mondújar, Almería, Spain). Following the results of this analysis four out of five analyzed objects originate from the Asiatic elephant (*Elephas maximus*). One is supposed to be made out of ivory from *Elephas antiquus*, what could mean fossilized ivory.

Among the objects made of Asiatic ivory we can find an idol in form of a bowling pin (“ídolo tolva”), a votive sandal and a supposed blade of a votive axe (Fig. 10)¹². With exception of the idol in form of a bowling pin, the others do not have any or very few parallels on the Iberian Peninsula and therefore on archaeological arguments always have been considered as “exotic” (JALHAY & PAÇO, 1941, p. 123-126; LEISNER & LEISNER, 1943, p. 470, 587; ALMAGRO BASCH, 1959, p. 178-182).

A cylindrical undecorated container of ivory from Los Millares tomb 7 also consists of Asiatic ivory¹³. It belongs to a whole group of hollow cylinders, decorated and undecorated (SIRET, 1913, p. 39, 85; SPINDLER, 1981, p. 93-97; CAMPS-FABRER, 1993, p. 206; SALVADO, 2004, p. 58-60). These appear in first line on the Lisbon peninsula, so that we can suppose there a production centre. Outside this area there are only a few of them and most of these are made of ivory. They are supposed to be containers for cosmetics and appear mostly in funerary contexts. The base is always missing and should have been made out of organic material.

The only sound parallels which come from the same chronological period are some boxes from First Dynasty Egypt (EMERY, 1958, 83 pl. 102; DREYER *et al.*, 2000, p. 111, Fig. 22b). Although these are very similar in form, the

¹¹ On this occasion one of us (T.X.S.) would like to thank all the responsible persons of the Archaeological National Museum in Madrid and the Provincial Archaeological Museums in Alicante and Seville for their collaboration and help, as well as the Spanish Ministerio de Cultura, the Generalitat Valenciana and the Junta de Andalucía, who gave us their permission to export these objects temporarily for their analysis to Mainz. The other author (J.L.C.) are deeply grateful for the confidence and support he received since the beginning of the “Leceia Archaeological Project” by the President of the Oeiras Municipality, Dr. Isaltino Afonso Morais.

¹² Museo Arqueológico Nacional, Madrid, Inventory Numbers 1976-I-Mill-5-99; 1876-I-Mill-40-1829. LEISNER & LEISNER, 1943, 23-25, 36, Pl. 10, 1, 144; Pl. 11, 19; Pl. 16, 72.

¹³ Museo Arqueológico Nacional, Madrid, Inventory Number 76-I-Mill-7-88.



Fig. 10 – Distribution of the idols with narrowed neck (“ídolos de gola”) and others in form of a bowling pin (“ídolos tolva”). 1 Pai Mogo; 2 Gruta das Lapas (Pragança); 3 Vila Nova de S. Pedro; 4 Gruta do Curral das Cabras Gafas; 5 Gruta do Castelo; 6 Serra das Mutelas; 7 Cabeço da Arruda; 8 *Tholos* de Barro; 9 Serra da Vila; 10 Samarra; 11 Praia das Maças; 12 São Martinho; 13 Cascais; 14 São Pedro do Estoril; 15 Agualva; 16 Gruta da Moura e Leceia; 17 Lapa do Bugio; 18 Palmela; 19 Cueva de Las Motillas; 20 Cuesta de la Sabina 28; 21 Hoya de Los Castellones 19; 22 Torrecillas 107; Llano del Jautón 1; 24 Los Millares; 25 Rambla de Huéchar 2; 26 Terrera Ventura; 27 Rambla de Los Pozicos 8; 28 Los Rurialillos 4. Triangles: Idols with narrowed neck; squares: idols in form of a bowling-pin. Filled symbols: ivory.

decoration of Portuguese and Spanish boxes is quite different. On the other hand the formally longer and narrower cosmetic containers of bone from third millennium Levant show similar decorations (GENZ, 2002).

So it might be possible, that in the early Third millennium BC, on one hand finished objects made of Asiatic ivory were imported on the Iberian Peninsula from the East maybe via the Levant. But what is about the local production of ivory objects? Until now we have only the proof of the existence in some of the *tholoi* of Alcalar of portions of unworked ivory; the most important of them was found in Alcalar 4: it corresponds to a longitudinal-sectioned tusk, with a correspondent diameter of 0,10 m (VEIGA, 1889, p. 213, 223). Chronologically this necropolis belongs probably to a evolved phase of the Copper Age, the only absolute radiocarbon analysis indicates the second half of the Third millennium BC (MORÁN & PARREIRA, 2004, p. 117). Thus, we do not know any finds of ivory raw material or of half-finished objects in settlements of the first part of the Third millennium BC, both in Portugal and Spain, in contrary

to the situation in the Spanish territory during the second part of the same millennium, and especially the Early Bronze Age. But this does not speak against a local production of ivory objects. We have to keep in mind that in the Early Chalcolithic nearly all of our ivory objects come from tombs and funerary caves and only a few out of settlements, whereas in the Early Bronze Age the settlements of the El Argar, Bronce Valenciano and La Mancha Bronze Age cultures delivered quite a lots of ivory¹⁴. On the other hand in the Early Chalcolithic most of the ivory objects represent local, others oriental forms. So we will have all of the three, the import of finished ivory objects, the imitation of Levantine or Egyptian originals in Asiatic ivory in local workshops and the beginning of an authentic local ivory manufacture.

Several points are interesting. Ivory and ivory manufacture is one of various innovations that start on the Iberian Peninsula at the beginning of the Third millennium BC, as well as copper metallurgy, fortified settlements with towers or bastions and others. An East Mediterranean influence for all these innovations has been a long time in discussion (SIRET, 1913, p. 2-3, 45, 89; BLANCE, 1961, p. 192; 1971, 1995; KORFMANN, 1995). A great deal of data and numerous objects were cited – whether justifiably or not – as arguments for the existence of this relationship (KORFMANN, 1999, p. 381 with references). Later the ‘issue of colonists’ in the Chalcolithic on the Iberian peninsula ultimately turned into a heated debate, with the use of the term ‘colony’ rightly subjected to criticism (RENFREW, 1967; CHAPMAN, 1990, p. 30-34. See on this also ARTEAGA, 2001, p. 165-171). The autochthonous nature of Copper Age cultures was especially emphasised under a functional and processual point of view, also by Portuguese archaeologists, such as C. Tavares da Silva (SILVA, 1992) and one of us (CARDOSO, 2002, 2004). Nowadays no one would speak of ‘colonists’ from the eastern Mediterranean in this connection.

In our opinion, however, several of the arguments put forward as evidence for contacts between the Iberian Peninsula and the eastern Mediterranean still remain cogent (CORDES *et al.*, 1990; KORFMANN, 1995, 1999; SCHUHMACHER, in press). The results of our analysis of ivory objects now for the first time may deliver a scientific argument for such contacts. Whether these worked in the way of direct long-distance contacts or were undertaken with the help of a series of short-distance “stepping stones” is another problem we will have to resolve, as we still will have to develop exact functional models of these interactions.

On the other hand we still have difficulties to explain the presence of *Elephas antiquus* ivory in our analysis. *Elephas antiquus* appears to have survived in Spain and Portugal until 33.000 BP (CARDOSO, 1993, p. 67, 291-293; VAN DER MADE & MAZO, 2001; SANTONJA & PÉREZ-GONZÁLEZ, 2005). Our analysis therefore seems to confirm a use of fossilized ivory in some pieces from Spain. But here we have to keep in mind that the model of an exchange of North African elephant ivory for ceramics and metal products of the Bell Beaker complex really appears to work, although it is difficult to assume the same for earlier periods (HARRISON & GILMAN, 1977; SOUVILLE, 1988).

The North African elephant, extinguished in late Roman time, is supposed to have been of *Loxodonta africana cyclotis* (African forest elephant) species (ZEUNER, 1963, p. 279-283; SCULLARD, 1974, p. 60-63; CARDOSO, 2001 b), but the problem is that this species does not show up in our analysis. The problem might be the correct identification of the North African elephant, which seems to depend in first place on Punic and Roman images and literary sources. So there exists a whole literal tradition saying that African elephants are smaller than Indian ones, what appears to fit only to *Loxodonta a. cyclotis* but not to *Loxodonta a. africana* (African savannah elephant). But as R. Sukumar says, size is not a good criteria to differentiate between the different species, as even among living *Loxodonta a. africana* we can observe a great variation in size depending on their living conditions (SUKUMAR, 2003, p. 86f). So he mentions various alternatives to resolve this problem, among them the possibility that North African elephants might have been in fact of a species or subspecies dissimilar of *Loxodonta a. cyclotis*, so maybe *Loxodonta a. africana* or a completely

¹⁴ See, for example, the supposed ivory manufactory in El Acequión (MARTÍN *et al.*, 1993, p. 34; FERNÁNDEZ-MIRANDA *et al.*, 1994, p. 266)

different one, as suggested by recent genetic evidence. We will have to challenge palaeontology on behalf of the evolution of elephants in Northern Africa and ask, whether it would not be possible that the species *Elephas*, maybe in form of *E. iolensis*, survived much longer than supposed and derived in the North African elephant, extinguished in Late Roman times (compare TODD, 2001, p. 696 claiming for a revision of the African *Elephantidae*).

That there actually could have been certain exchange with North West Africa from the end of the Neolithic or the beginning of the Chalcolithic on, could be underlined by the results of the Neolithic necropolis of Rouazi-Skhirat (Rabat, Morocco). So here among other items beads made out of ostrich eggshells, arm-rings and cylindrical receptacles of ivory have been found (DAUGAS, 2002, p. 147-151; BOKBOT, 2005, p. 145, Figs. 27-29). All these objects seem to relate the necropolis to the early Iberian Chalcolithic. Until now we only do have one ¹⁴C-date from human bone and a TL-date of ceramics from Rouazi-Skhirat which fall apart. But comparing the results with the dates of a nearby shell midden, supposed to be contemporaneous, the most plausible dating seems to be the end of the Fourth or the beginning of the Third millennium BC. So the problem could be that, like already Harrison and Gilman supposed, we still do not have enough funerary records of Northern Africa of this time period and therefore we still can not identify the Iberian imports in that time.

If we look at the geographical distribution of the ivory objects in the Early Chalcolithic, we see that they concentrate mainly in the three main centres of Early Chalcolithic culture, the estuaries of Tejo and Guadalquivir and South-eastern Spain, in a second order the Guadiana valley (Fig. 11). First of all this clearly indicates that the raw material and the imported objects came there by sea. The main centres of ivory consumption are in clear connection with the main sea routes whether from Central and Eastern Mediterranean or from Atlantic North West Africa or Algerian Oran to the Iberian Peninsula. This last way is clearly demonstrate, for the first time, in the Iberian peninsula, by the nail-headed pin from Leceia, as it is made from an savannah elephant tusk (*Loxodonta a. africana*), according to the analysis made by Dr. A. Banerjee, object of a further and more detailed paper.

7 – CONCLUSIONS

On the Iberian Peninsula at end of the Fourth millennium BC (Final Neolithic) we notice a process of concentration of population in big centres in the regions more favourable for agriculture (MOLINA & CÁMARA, 2005, p. 100-108). In the Portuguese Estremadura region, one can also observe the formation of a hierarchical settlement, with proto-urban fortified sites, corresponding to a complex social structure, based on the different access to the economic goods. The elites, in order to legitimate their power by the exercise of the authority, have a growing need for exotic materials, among them are ivory and ostrich eggshells. So ivory begins to be consumed from the beginning of the Third millennium BC on. The developing middle-range and maybe long-range exchange networks admit the acquisition of ivory raw material and also finished products.

Scientific analysis of ivory from the necropolis of Los Millares support the idea that the know-how of ivory carving, finished objects and probably part of the raw material came from the Eastern Mediterranean probably via Syria or Palestine. So the analysis confirmed a certain quantity of Asiatic elephant (*Elephas maximus*) ivory among the ivory of the Older Chalcolithic. And we seem to be able to differentiate objects with eastern Mediterranean influences or provenience.

The presence of *Elephas antiquus* ivory in the analysis is still difficult to explain. But we do not believe in the possibility of a use of fossilized ivory, at least in big quantities.

In what concerns the Portuguese data, the unique almost complete tusk of Pleistocene *Elephas antiquus* known, coming from a lower terrace level of the river Tagus – Terrace of Carregado, Azambuja (Lisboa) – is too fossilized and also too fragile to allow any utilization for carving. The same is true for the fragment kept in the



Fig. 11 – Pre-Beaker Chalcolithic. Geographical distribution of the ivory objects by number (1-5 objects; 6-20 objects; more than 20 objects).

Museu Monográfico de Conimbriga, even older, as it was attributed to the Cromerian (ANTUNES & CARDOSO, 1992).

Finds like the necropolis of Rouazi-Skhirat argue for the participation of North West African ivory among the ivory manufacture in the first half of the Third millennium BC. This early relationship between the Iberian Peninsula and North West Africa was for the first time documented by one of the pins found in Leceia, as it clearly belongs to the savannah African elephant and seems easily visible later, in the Bell Beaker period. But, as the ivory plaque was attributed, as other peninsular finds, to *Elephas antiquus*, extinct during the Late Pleistocene, maybe the problem is an erroneous identification of the north west African elephant and this in fact was close to *Elephas antiquus*, so that this part in our analysis would represent north west African ivory. But on this point investigation has to go on before we will be able to confirm this hypothesis.

The geographical distribution of ivory finds in the Early Chalcolithic predominating in the Tejo and Guadalquivir estuary, the Spanish Extremadura and South East, not only underlines the importance of these early Chalcolithic centres and their emerging elites, but also speaks in favour of an import by sea. So this concentration of ivory find spots near natural harbours, estuaries and bays coincides with the end-points of the most important sea-routes between Central and Eastern Mediterranean and North West Africa with the Iberian Peninsula.

ACKNOWLEDGMENTS

On this occasion one of us (T.X.S.) would like to thank all the responsible persons of the Archaeological National Museum in Madrid and the Provincial Archaeological Museums in Alicante and Seville for their collaboration and help, as well as the Spanish Ministerio de Cultura, the Generalitat Valenciana and the Junta de Andalucía, who gave us their permission to export these objects temporarily for their analysis to Mainz. The other author (J.L.C.) are deeply grateful for the confidence and support he received since the beginning of the “Leceia Archaeological Project” by the President of the Oeiras Municipality, Dr. Isaltino Afonso Morais.

REFERENCES

- ALMAGRO BASCH, M. (1959) – Elementos para la cronología absoluta del Bronce I en la Península Ibérica. *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa, p. 161-185.
- ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (1992) – Quaternary elephants in Portugal: new data. *Ciências da Terra*. Lisboa. 11, p. 17-37.
- ARTEAGA, O. (2001) – Fuente Álamo im Territorium von El Argar. H. SCHUBART; V. PINGEL & O. ARTEAGA (Eds.), *Fuente Álamo. Die Grabungen von 1977 bis 1991 in einer bronzezeitlichen Höhensiedlung Andalusiens*. Madrider Beiträge 25, p. 161-203.
- BANERJEE, A. (2004) – Vergleichende Untersuchungen der “Schreger-Struktur” an Stoßzähnen von Elefanten. *Mainzer naturwissenschaftliches Archiv*. Mainz. 42, p. 77-88.
- BANERJEE, A. & SCHNEIDER, B. (1996) – Römisches Elfenbein-Zerstörungsfreie Materialprüfung mit optischen und spektralphotometrischen Methoden. *Kölner Jahrbuch*. Köln. 29, p. 331-342. BLANCE, B. (1961) – Early Bronze Age colonists in Iberia. *Antiquity*. 35, p. 192-202.
- BLANCE, B. (1995) – Copper Age Colonies seen from the Eighties, in: M. KUNST (Ed.), *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, *Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras* (1987), p. 55-59. (Trabalhos de Arqueologia, 7).
- BLEGEN, C.W.; CASKEY, J.L.; RAWSON, M. & SPERLING, J. (1950) – *Troy I*. Cincinnati.
- BOKBOT, Y. (2005) – La civilización del vaso Campaniforme en Marruecos y la cuestión del sustrato Calcolítico precampaniforme, in: M. A. ROJO-GUERRA, R. GARRIDO-PENA & I. GARCÍA-MARTÍNEZ DE LAGRÁN (Coords.), *El campaniforme en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Valladolid, p. 137-173.
- CAMPS, G. (1960) – Les traces d’un Age du Bronze en Afrique du Nord. *Revue Africaine*. 104, p. 31-55.
- CAMPS-FABRER, H. (1991 a) – Fiche épingle à tête aplatie ou en forme de clou. H. CAMPS-FABRER (Ed.), *Fiches typologiques de l’industrie osseuse préhistorique, Cahier IV: Objets de parure*. Aix-en-Provence.
- CAMPS-FABRER, H. (1991 b) – Fiche épingle à baluster. H. CAMPS-FABRER (Ed.), *Fiches typologiques de l’industrie osseuse préhistorique, Cahier IV: Objets de parure*. Aix-en-Provence.
- CAMPS-FABRER, H. (1993) – Fiche boîtes, in: H. CAMPS-FABRER (Ed.), *Fiches typologiques de l’industrie osseuse préhistorique, Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes, p. 187-207.

- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1989*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Resultados das escavações do povoado pré-histórico*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 164 p. (Estudos Arqueológicos de Oeiras, número especial).
- CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19 (1), p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. (2001 a) – Le phénomène campaniforme dans les basses vallées du Tage et du Sado (Portugal). F. NICOLIS (Ed.), *Bell Beakers Today. Proceedings of the International Colloquium Riva del Garda (1998)*. Trento: Provincia Autonoma di Trento/Ufficio Beni Archeologici. 1, p. 139-154.
- CARDOSO, J. L. (2001 b) – Achados subaquáticos de defesas de elefante, prováveis indicadores do comércio púnico no litoral português. *Os Púnicos no extremo ocidente*. A. A. TAVARES (Ed.) Lisboa: Universidade Aberta, p. 261-282.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 456 p.
- CARDOSO, J. L. (2003) – O uso do marfim, no território português, durante o Calcolítico: a propósito de um alfinete recolhido no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 85-96.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 332 p (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1990/1992) – Cronologia absoluta para o Campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1996) – Contribution d'une série de datations 14 C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de L'Estremadura Portugaise. *Actes du Colloque de Périgueux 1995, Supplément à la Revue d'Archéométrie*. Rennes. p 45-50.
- CHAPMAN, R. (1990) – *Emerging complexity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CORDES, K.; GUT, A. & SCHUHMACHER, TH. (1990) – Zur Frage der 'Schiess-Scharten' in Zambujal. *Madridrer Mitteilungen*. Mainz. 31, p. 83- 108.
- DAUGAS, J.-P.(2002) – Le Néolithique du Maroc: pour un modèle d' évolution chronologique et culturelle. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. Rabat. 19, p. 135-175.
- DRAUSCHKE, J. & BANERJEE, A. (2007) – Zur Identifikation, Herkunft und Verarbeitung von Elfenbein in der Merowingerzeit. *Archäologisches Korrespondenzblatt* 37, p. 109-128.
- DREYER, *et al.* (2000) – Umm el-Qaab. Nachuntersuchungen im frühzeitlichen Königsfriedhof, 11./12. Vorbericht. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts Abteilung Kairo* 56, p. 43-129.
- EMERY, W.B. (1958) – *Great tombs of the First Dynasty*, vol III. London.
- FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; FERNÁNDEZ-POSSE, M.D.; GILMAN, A. & MARTÍN, C. (1994) – La Edad del Bronce en La Mancha Oriental. *La Edad del Bronce en Castilla-La Mancha, Actas del Simposio* (Toledo 1990). Toledo, p. 243-287.

- FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1956) – L'importance du cuivre péninsulaire dans les âges du Bronze. *Congresos Internacionales de Ciencias Prehistoricas y Protohistoricas, IV (Madrid, 1954)*. Actas. Zaragoza, p. 521-529.
- GENZ, H. (2002) – Überlegungen zu frühbronzezeitlichen Kulturkontakten zwischen der Levante und der Ägäis, in: R. Aslan *et al.* (Eds.), *Mauerschau, Festschrift für Manfred Korfmann*. Remshalden-Grunbach, p. 595-605.
- GONÇALVES, J.L. Marques (1982/83) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). Notícia preliminar. *Sintria*. Sintra. 1/ 2, p. 29-58.
- GONÇALVES, J. L. Marques (1990/92) – As grutas da serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 41-201.
- GONZALEZ PRATS, A.; RUIZ SEGURA, E.; FUENSANTA, J. G. & SEVA ROMAN, R. (1995) – Cerâmicas anatólicas en el poblado calcolítico de Les Moreres (Crevilente, Alicante Espanha). *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto. 1993). Porto. 5, p.1 33-137.
- HARRISON, R.J. & GILMAN, A. (1977) – Trade in the second and third millennia B.C. between the Maghreb and Iberia, in: *Ancient Europe and the Mediterranean, Studies in honour of Hugh Hencken*, ed. V. Markotic. Warminster, p. 90- 104.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 4, p. 103-140.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 5-91.
- JIMÉNEZ, M.C. (1995) – Zambujal. Los amuletos de las campañas 1964 hasta 1973, in: E. SANGMEISTER & M.C. JIMÉNEZ GÓMEZ, *Zambujal. Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. Los amuletos de las campañas 1964 hasta 1973*, Madrider Beiträge 5,3. Mainz, p. 155-237.
- JODIN, A. (1957) – Les problèmes de la civilisation du vase campaniforme au Maroc. *Hespéris*. 44, p. 353-360.
- KALB, P. (1981) – Zur relativen Chronologie portugiesischer Megalithgräber, *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 22, p. 55-77.
- KORFMANN, M. (1995) – Cerâmica com decoração brunida da região de Tróia e a sua cronologia, assim como factores inovadores em relação a alguns outros fenómenos que provêm provavelmente das regiões a Leste do Mar Mediterrâneo, in: M. KUNST (Ed.), *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras* (1987), p. 345-354. (Trabalhos de Arqueologia, 7).
- KORFMANN, M. (1999) – Ost-West-Beziehungen im Mittelmeerraum am Beispiel einer Idolgruppe, in: *Festschrift für Günter Smolla*, Materialien zur Vor- und Frühgeschichte von Hessen 8. Wiesbaden, p. 381-397.
- KORFMANN, M. (2001) – Der prähistorische Siedlungshügel Hisarlık. Die „zehn Städte Troias“ – von unten nach oben, in: *Troia. Traum und Wirklichkeit*. Stuttgart, p. 347-354.
- KRZYSZKOWSKA, O. (1988) – Ivory in the Aegean Bronze Age. *Annual of the British School at Athens*. 83, p. 209-234.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Süden*. Römisch- Germanische Forschungen 17. Berlin.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 3. Lieferung Madrider Forschungen I 3. Berlin.

- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & DA VEIGA FERREIRA, O. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casinhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- MARAN, J. (1998) – *Kulturwandel auf dem griechischen Festland und den Kykladen im späten 3. Jahrtausend v. Chr. Studien zu den kulturellen Verhältnissen in Südosteuropa und dem zentralen sowie östlichen Mittelmeerraum in der späten Kupfer- und frühen Bronzezeit*. Bonn: Universitätsforschungen zur prähistorischen Archäologie. 53.
- MARTÍN, C., *et al.* (1993) – The Bronze Age of La Mancha. *Antiquity* 67, p. 23-45.
- MOLINA, F. & CÁMARA, J.A. (2005) – *Los Millares. Guía del yacimiento arqueológico*. Sevilla.
- MORÁN, E. & PARREIRA, R. (2004) – *Alcalar 7. Estudo e reabilitação de um monumento megalítico*. Lisboa: IPPAR.
- PAÇO, A. (1960) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. XII Alguns objectos de osso e marfim. *Zephyrus*. Salamanca. 11, p. 105-117.
- PAÇO, A. do (1964) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. XIV – Vida económica. XV – O problema Campaniforme. XVI – Metalurgia e análises espectrográficas. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. S. 2, 14, p. 135-165.
- PAÇO, A. do & ARTHUR, M. L. C. (1953) – Castro de Vila Nova de San Pedro. IV – Sementes pré-históricas de Linho. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 4, p. 151-157.
- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956) – Vila Nova de S. Pedro, eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*. 34, p. 211-230.
- PARREIRA, R. (1990) – Considerações sobre os milénios IV e III a. C. no centro e sul de Portugal. *Estudos Orientais*. Lisboa.1, p. 27-43.
- PASCUAL BENITO, J.L. (1995) – Origen y significado del marfil durante el Horizonte Campaniforme y los inicios de la Edad del Bronce en el País Valenciano. *Saguntum* 29, p. 19-31 (Homenatge a la Prof. Dra. M. Gil-Masarell Boscà).
- POSAC MON, C. (1975) – Los Algarbes (Tarifa). Una necrópolis de la Edad del Bronce. *Noticiario Arqueológico Hispánico, Prehistoria*. 4, p. 87-119.
- POYATO HOLGADO, C. & HERNANDO GRANDE, A. (1988) – Relaciones entre la Península Ibérica y el Norte de Africa: „Marfil y campaniforme“. *Actas del Congreso Internacional „El Estrecho de Gibraltar“* (Ceuta 1987), vol. I. Madrid, p. 317-329.
- RAMBACH, J. (2000a) – *Kykladen I. Die Frühe Bronzezeit. Grab- und Siedlungsfunde*, Bonn: Beiträge zur ur- und frühgeschichtlichen Archäologie des Mittelmeer-Kulturräume 33.
- RAMBACH, J. (2000b) – *Kykladen II. Die Frühe Bronzezeit. Frühbronzezeitliche Beigabensitten-Kreise auf den Kykladen*. Bonn: Beiträge zur ur- und frühgeschichtlichen Archäologie des Mittelmeer-Kulturräume 34.
- RENFREW, C. (1967) – Colonialism and Megalithism. *Antiquity*. 41, p. 276-288.
- SALVADO, M. C. (2004) – *Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa. As colecções do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (O Arqueólogo Português, Suplemento 2).
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1972) – Zambujal. *Antiquity*. 46, p. 191-197.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Madrider Beiträge 5,1.

- SANTONJA, M. & PÉREZ-GONZÁLEZ, A. (2005) – Arqueología y elefantes en el Pleistoceno Medio de la Península Ibérica. Los yacimientos paleolíticos de Ambrona y Torralba (Soria). Un siglo de investigaciones arqueológicas. *Zona Arqueológica*. 5, p. 383-395.
- SAVORY, H.N. (1968) – *Spain and Portugal*. London: Thames & Hudson.
- SCHUHMACHER, T. X. (in press) – East- West Relations in the Mediterranean in the third Millennium BC with Reference to a Slab Idol from Mari (Syria). *European Journal of Archaeology*.
- SCULLARD, H.H. (1974) – *The Elephant in the Greek and Roman World*. Cambridge.
- SERRÃO, E. da Cunha & VICENTE, E. Prescott (1958) – O castro enolítico de Olelas. Primeiras escavações. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 39, p. 87-125.
- SERRA-RÀFOLS, J. de C. (1925) – cf. Elfenbein, Pyrenäenhalbinsel, in: M. EBERT (Ed.), *Reallexikon der Vorgeschichte*, Dritter Band. Berlin, p. 87f.
- SILVA, C. Tavares da (1971) – O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. 2, p. 175-192.
- SILVA, C. Tavares da (1992) – O Calcolítico. *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SILVA, C. Tavares da; SOARES, J. & CARDOSO, J. L. (1995) – Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia. Elementos para um estudo comparado. *Trabalhos de Arqueologia*, 7, pp. 159-168.
- SIRET, L. (1913) – *Questions de chronologie et d'éthnographie iberiques*. Paris.
- SOARES, A. M. Monge & CABRAL, J. M Peixoto (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Actas do 1 Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993). Porto. 2, p. 217-235.
- SOARES, J. (2003) – *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*. Setúbal.
- SOUVILLE, G. (1988) – Les hommes du Chalcolithique et du Bronze ont traversé le détroit de Gibraltar. *Actas del Congreso Internacional „El Estrecho de Gibraltar“* (Ceuta 1987), vol. I. Madrid, p. 285-292.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura. Die Besiedlung des Atlantischen Küstengebietes Portugals vom Neolithikum bis an das Ende der Bronzezeit*. Mainz: *Madri der Beiträge* 7.
- SUKUMAR, R. (2003) – *The Living Elephants. Evolutionary ecology, behaviour and conservation*. Oxford.
- TODD, N.E. (2001) – African *Elephas recki*: time, space and taxonomy. G. CAVARETTA *et al.* (Eds.), *The World of Elephants, Proceedings of the 1st International Congress* (Rome), p. 693-697.
- VAN DER MADE, J. & MAZO, A.V. (2001) – Spanish Pleistocene diversity as a function of climate, G. CAVARETTA *et al.* (Eds.), *The World of Elephants, Proceedings of the 1st International Congress* (Rome), p. 214-218.
- ZEUNER, F.E. (1963) – *A History of Domesticated Animals*. London.
- VEIGA, S. P. M. Estacio da (1886, 1887, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols.

ASPECTOS E PROBLEMAS DAS ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA METALURGIA DO BRONZE NA FACHADA ATLÂNTICA PENINSULAR

João Carlos de Senna-Martinez*

RESUMO

De há longa data que se reconhece que a maioria das produções metalúrgicas peninsulares, incluindo o território hoje português, atribuível ao último quartel do 3.º milénio a.C. e à maior parte do 2.º (Primeira Idade do Bronze) utilizam modelos de um grande conservadorismo, inclusive técnico, que, ao longo do 2.º milénio, progressivamente se afastam dos presentes na área europeia centro-atlântica.

A tal facto não será estranha a produção peninsular de cobres arsenicais que integra boa parte dos artefactos de cobre do final do Calcolítico e a quase totalidade dos atribuíveis à Primeira Idade do Bronze, sendo correntemente afirmado que a tardia introdução das ligas de bronze (cobre e estanho) na metalurgia peninsular se deve ao sucesso dos cobres arsenicais em cujos minérios é rica.

Argumentamos que esta introdução, perspectivada como ocorrendo por via continental trans-pirenaica por M. Fernández-Miranda, I. Montero Ruíz e S. Rovira Llorens (1995, p. 67) e seguindo de Navarra para as Mesetas e finalmente para o Sudeste Argárico, pode também pensar-se, face a novos dados disponíveis, como correndo ao longo da fachada atlântica peninsular, igualmente de norte para sul e daí para o interior. Para tal concorre a recente descoberta no Norte Português de evidências de produção de bronzes binários em contextos domésticos do segundo quartel do 2.º milénio a.C., bem como a revisão de anteriores achados do Centro-Sul português.

Tais contextos permitem igualmente reflectir sobre as modalidades de que se reveste tal progresso tecnológico e qual o seu significado técnico e simbólico.

1 - INTRODUÇÃO

A Primeira Idade do Bronze ou Bronze Pleno¹ corresponde, no âmbito peninsular e segundo os resultados da cronometria radiocarbónica, disponível para o todo peninsular e avaliada por P. Castro Martínez,

* *Centro de Arqueologia (Uniarq)* e *Instituto Alexandre Herculano* da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Cidade Universitária. 1600-214 LISBOA. smartinez@iol.pt

¹ As antigas designações de Bronze Antigo e Bronze Médio têm vindo a perder operacionalidade no contexto peninsular sendo normalmente utilizadas em termos comparativos meramente tipológicos e sem recurso a cronometria radiocarbónica calibrada (CASTRO MARTÍNEZ, LULL & MICÓ 1996). A designação que privilegiamos é a de Primeira Idade do Bronze, preferentemente à mais ambígua (porque desmentida pela própria evolução das práticas metalúrgicas) de Bronze Pleno, conquanto a nossa argumentação (SENNA-MARTINEZ, 2002) siga de perto a do texto já clássico de Marisa Ruiz Gálvez (1984), ou a solução de periodização escolhida para a exposição *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder* (AAVV, 1995).

V. Lull e R. Micó (1996) ao intervalo temporal entre 2300 a.C. e 1300/1200 a.C.².

Este resultado, consequência do “efeito de acordeão” da calibragem de datas, coincide, no extremo superior do intervalo (necessariamente entendido como um indicador médio de um tempo variável à escala regional), como uma etapa em que, generalizadamente, conseguimos verificar no registo arqueológico das várias áreas regionais peninsulares uma série de mudanças arqueograficamente detectáveis que nos permitem propor um conjunto de três grandes transformações estruturais das sociedades como marcantes da transição Calcolítico/Primeira Idade do Bronze:

- (1) **desestruturação e reestruturação do povoamento** – este é o momento em que os “povoados murados” ou “de fossos” e as respectivas redes de povoamento do Calcolítico se desestruturam. Alguns colapsam pura e simplesmente, outros entram em agonia mais ou menos prolongada com retracção das áreas ocupadas ou assistem a reocupações sobre as ruínas dos antecedentes³.
- (2) **a individualização da morte** – o fim das deposições colectivas em espaços tumulares (megalíticos ou não) de construção neo-calcolítica aparece aqui associado por vezes a “parasitagens” destes mas assiste, sobretudo, ao aparecimento, em largas áreas de Norte a Sul da Península, de tumulações de cariz individual que assumem mesmo, com alguma frequência, cariz de excepção, senão pelo investimento no esforço construtivo, em que a simplificação se torna mais ou menos generalizada, pela riqueza dos espólios associados.
- (3) **o esbater da iconografia feminina da fertilidade/fecundidade e a sua substituição por uma simbólica de sentido andriarcal** – aquilo que por vezes se designa como “o desaparecimento” das representações femininas interpretadas como expressão de “uma grande deusa-mãe”, garante da fertilidade/fecundidade e por conseguinte do sucesso das estratégias reprodutoras da economia agro-pastoril e da própria sociedade. Em sua substituição surge uma iconografia “masculina e das armas” nas áreas regionais onde existem representações rupestres ou em estelas⁴ ou a própria deposição de tais equipamentos metálicos em tumulações de excepção, na Área Argárica, Mesetas, Estremadura e Noroeste Português.

Poderíamos assim dizer, seguindo Susana Oliveira Jorge (AAVV, 1995), que as duas Idades do Bronze peninsulares (a primeira e a segunda ou Bronze Final) se distinguem, em última instância, de outras etapas da Pré-História Recente pela sucessão de diferentes “discursos de poder”.

2 – A 1.ª IDADE DO BRONZE PENINSULAR COMO A AFIRMAÇÃO DE UMA NOVA LÓGICA DE PODER

Que marcadores arqueográficos podemos então utilizar que permitam substanciar a 1.ª Idade do Bronze Peninsular como a afirmação de uma nova lógica de poder?

² Uma das consequências da moderna cronometria foi a atribuição definitiva do chamado Bronze Meridional Português ou Bronze do Sudoeste à 1.ª Idade do Bronze, bem como a desmontagem da respectiva tentativa de periodização interna por Schubart (1975), confirmando assim que, também neste caso não era viável a subdivisão/periodização, em termos meramente tipológicos, desta realidade cultural (BARCELÓ, 1991; PAVÓN SOLDEVILLA, 1995).

³ Citemos como exemplo as tumulações atribuíveis à 1.ª Idade do Bronze construídas sobre as ruínas do povoado do Monte Novo dos Albardeiros (GONÇALVES, 1988/89).

⁴ Tal é o caso, nomeadamente, da arte rupestre do Noroeste Peninsular (COSTAS GOBERNA, HIDALGO CUÑARRO, NOVOA ÁLVAREZ & PEÑA SANTOS, 1997) das tampas de sepultura e estelas do Bronze do Sudoeste (BARCELÓ, 1991; GOMES, 1994; GOMES & MONTEIRO, 1977), das estelas/estátuas-menhir da Beira Alta, Trás-os-Montes e Ocidente da Meseta Norte (SANCHES & JORGE, 1987; JORGE & JORGE, 1990; BUENO RAMÍREZ, 1991).

Pensamos que os aspectos essenciais de tal mudança em relação aos antecedentes Calcolíticos seguem de perto as três transformações atrás citadas.

No que concerne a ocupação do espaço, embora em gradações diferenciadas consoante as áreas regionais em causa, o povoamento calcolítico segue lógicas de crescente “visibilização” e “monumentalização” que poderemos relacionar, nomeadamente para as “grandes aldeias do Sul e Sul-Occidente Peninsulares”, com formas incipientes de estratificação social. Contudo e, sobretudo para as mesmas áreas do Sul e Sul-Occidente, este é o momento em que a colectivização da morte e as figurações femininas atingem a sua máxima expressão como se, no dizer de A. Gilman (1987), “...a intensificação dos rituais funerários colectivos da Idade do Cobre [...] se destinasse a mediar a diferenciação social incipiente do terceiro milénio.”⁵.

As rupturas incipientes na sociedade não afectariam então no Calcolítico as lógicas “de linhagem” de sentido feminino expressas nos rituais funerários e domésticos mas estabeleceriam as bases de uma contradição de poder nos sectores masculino e feminino da sociedade que poderemos pensar constituir uma das causas do colapso organizativo destes mundos.

Pode então considerar-se como um sinal arqueográfico de mudança, a par do colapso das redes de povoamento, todo um conjunto de transformações que, a partir de c. 2300 a.C., começam a afectar as práticas funerárias e a simbólica a elas associada imprimindo-lhe um claro sentido andriarcal. Compreendem tais transformações a individualização dos rituais funerários, mesmo quando reutilizam monumentos megalíticos, e a crescente aparição de contextos de excepção que, no respectivo “pacote artefactual de acompanhamento”, podem incluir conjuntos cerâmicos campaniformes dos mundos “Palmela-Geométrico” ou “Ciempozuelos Pleno”, incluindo recipientes campaniformes lisos, armas (pontas Palmela, punhais de lingueta e alabardas) e, em alguns casos, jóias áureas.

Se a presença cerâmica campaniforme é particularmente visível na Estremadura Portuguesa, Beira Alta e Mesetas, em algumas áreas serão sobretudo os elementos metálicos a marcar estes contextos funerários de excepção como no Noroeste e Sudoeste Peninsulares⁶. Neste último as necrópoles do Bronze do Sudoeste acabam por estruturar e consolidar esta situação através do cariz excepcional que reveste a descoberta de estelas e tampas insculptadas em que a temática andriarcal das armas se impõe.

Deixada cedo para trás a cerâmica campaniforme⁷, mas conservando em larga diacronia os botões de perfuração em V e os braçais de arqueiro desta etapa, no Mundo Argárico e na Mancha as tumulações intra-espaços habitacionais possibilitam a recuperação de evidências demográficas e espaciais que confirmam não só esta mudança ritual mas também uma crescente estratificação social e controlo andriarcal da sociedade (CASTRO MARTÍNEZ *et al.*, 1993/94).

É durante esta etapa, que pensamos se prolonga durante o primeiro quartel do segundo milénio cal a.C., que se consolida e generaliza uma metalurgia ao serviço essencialmente da produção destes equipamentos e que generaliza o uso de cobres arsenicais ao todo peninsular. Mais ou menos intensamente, trata-se aqui essencialmente de questões de escala, o cariz excepcional de que se reveste a produção dos artefactos metálicos, quando contraposta aos restantes artesanatos, o seu cariz eminentemente doméstico, para auto consumo e sem que se vislumbre em qualquer das áreas peninsulares uma qualquer aproximação a uma circulação de tipo mercantil, tudo concorre para que consideremos tais produções como assumindo essencialmente o cariz de “bens de prestígio” sem qualquer valia técnica.

De entre toda a panóplia referida, um tipo artefactual ressalta como de significado transversal a uma boa parte das áreas peninsulares a considerar, nomeadamente toda a fachada atlântica: as alabardas.

⁵ “...the intensification of copper age collective burial rites [...] is meant to mediate the incipient social differentiation of the third millennium.” (GILMAN, 1987, p. 29).

⁶ Consideramos integráveis nesta etapa inicial da 1.ª Idade do Bronze os chamados “Horizonte de Ferradeira” (SCHUBART, 1971) e “Horizonte de Montelavar” (HARRISON, 1974).

⁷ Em valores comparados regionalmente e no âmbito peninsular, a presença de campaniformes tardios em enterramentos de excepção parece ser inversamente proporcional à abundância ou não de metais e do volume de prática metalúrgica nessa mesma região.

Pese embora a sua raridade relativa, as alabardas constituem um modelo artefactual que permite cruzar diversas problemáticas: a da metalurgia dos artefactos em si e respectivo agrupamento tipológico, do seu papel nas primeiras iconografias ou “figuras de poder” e, conseqüentemente, qual o papel social de que se revestem estes conjuntos metálicos. Todas estas problemáticas, enquadráveis no intervalo temporal que recobre o último quartel do terceiro milénio e o primeiro do segundo (c. 2300-1750 a.C.), são assim prévias à da introdução da tecnologia do bronze que, como veremos, é indissociável de algumas mudanças na panóplia dos “bens de prestígio” metálicos.

Na Península Ibérica os equipamentos enquadráveis na definição de alabarda – lâminas com marcado reforço mediano, por vezes uma verdadeira nervura, longitudinalmente assimétricas, terminadas em ponta e encabadas de modo transversal – enquadram-se em três grupos tipológicos de filiação distinta (Fig. 1):

- As **Alabardas Atlânticas** (BRIARD & MOHEN, 1983) com lâminas de forma triangular e que incluem, quanto a nós, dois sub-tipos distintos: (1) o “Tipo Atlântico” clássico das alabardas de sub-tipo Carrapatas e suas variantes (Fig. 2 – cf. SENNA-MARTINEZ, 1994), de folha larga na base, nervura longitudinal bem marcada e encabamento em lingueta larga em triângulo, hemi-circular, trapezoidal ou de lingueta indiferenciada, com três rebites⁸; (2) o “Tipo Cano” por nós sugerido já a partir da lâmina de Vale de Carvalhos (Fig. 3 – cf. SENNA-MARTINEZ, 1994, p. 164) e recentemente explicitado (SENNA-MARTINEZ, 2006), enquadrável nas “alabardas com aresta média” (BRIARD & MOHEN, 1983: 77-78) sub-triangulares e estreitas, de secção transversal losânguica ou lenticular e marcadamente espessada na parte central, com lingueta indiferenciada do corpo da lâmina e encabamento por dois ou três rebites. A sua distribuição recobre o Sudoeste Português e prolonga-se pontualmente para as áreas argárica e levantina
- **Alabardas tipo Montejicar** (SCHUBART, 1973), de forte nervura central e encabamento em talão, por vezes com rebites, raras e distribuídas sobretudo entre o Sudoeste e a área Argárica mas a que é necessário acrescentar o exemplar do Outeiro de S. Mamede (Bombarral, Estremadura Atlântica) erradamente classificado por Sangmeister como um punhal (JUNGHANS, SANGMEISTER & SCHRÖDER, 1968, p. 20 e Est. 51, n.º 1318).
- **Alabardas Argáricas** (LULL, 1983, p. 190). Embora haja que acrescentar novos exemplares aos 32 inicialmente inventariados por Vicent Lull não desenvolveremos a respectiva abordagem já claramente fora do âmbito destas reflexões.

Um simples elencar dos contextos conhecidos para as alabardas da orla atlântica peninsular permite perceber que as situações de achado são agrupáveis em três situações tipo: “depósitos”, “enterramentos” e sem contexto bem clarificado mas provindo de sítios de habitat.

Parece-nos a todo o título significativo que o núcleo de achados de alabardas do Noroeste Peninsular⁹ se articule com algumas das situações peninsulares mais antigas de depósito de materiais metálicos junto a vias de passagem terrestre ou fluvial.

⁸ Mais recentemente, as alabardas deste grupo foram reapreciadas propondo-se que além do sub-tipo Carrapatas (reservado às lâminas de lingueta triangular bem desenvolvida encontradas a Norte da bacia do Douro), as lâminas com linguetas desenvolvidas de tipo sub-circular ou trapezoidal sejam agrupadas no sub-tipo com lingueta estreitada e toda uma série de lâminas com lingueta incipente ou indiferenciada encontradas no Alto Guadalquivir sejam agrupadas num terceiro sub-tipo, reafirmando-se contudo a sua integração no Tipo Atlântico clássico (DELIBES *et al.*, 2002).

⁹ Além dos achados transmontanos em contexto de “portelas terrestres” (SENNA-MARTINEZ, 2006) devemos aqui incluir o conjunto de Leiro, Rianxo (MEIJIDE, 1989), depositado em meio aquático, que engloba além da alabarda (quanto a nós e atendendo à erosão parcial da lingueta perfeitamente associável às portuguesas de tipo Carrapatas), cinco punhais de lingueta. Também a lâmina de El Arribanzo pela sua provável associação a um “punto de paso” de acesso ao Douro e a um vau fluvial pode, com outras duas peças hoje perdidas, configurar um depósito (LÓPEZ PLAZA & SANTOS, 1984/85, p. 255-56).

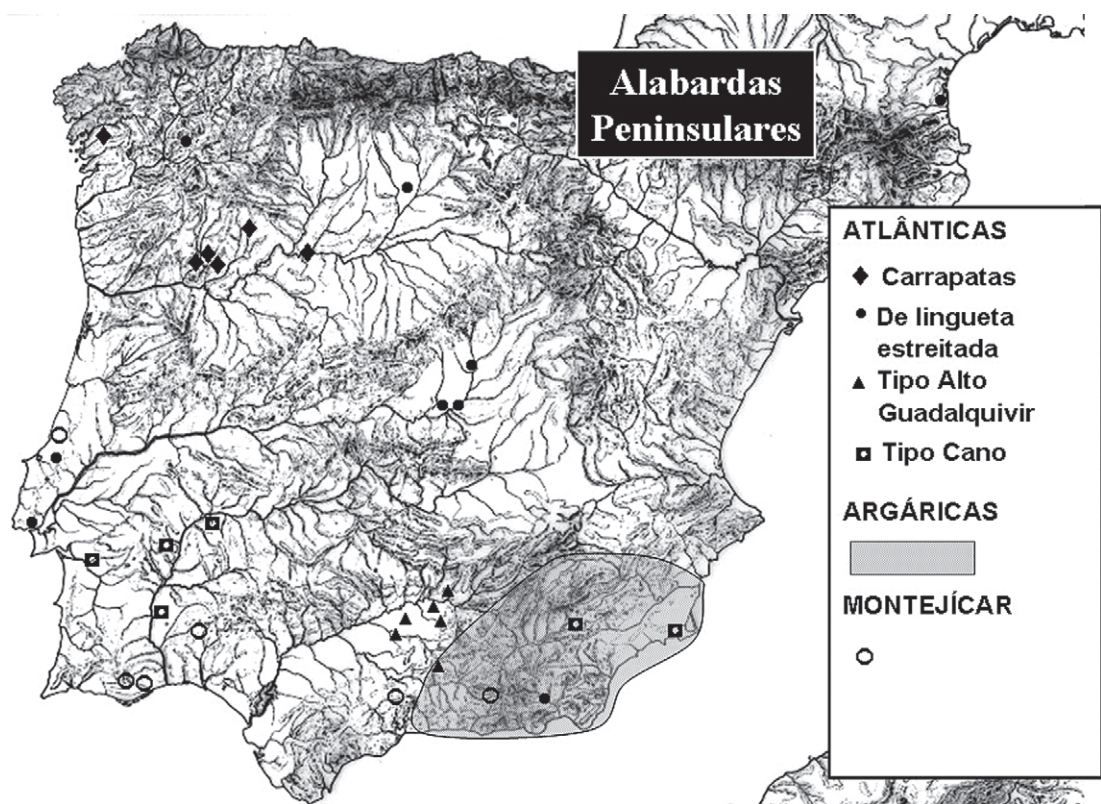


Fig. 1 – Distribuição das alabardas peninsulares segundo os respectivos tipos e sub-tipos.

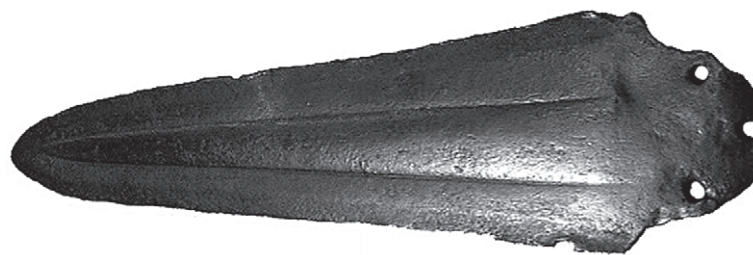


Fig. 2 – Lâmina de alabarda de Tipo Atlântico (de lingueta estreitada) do habitat das Baútas.

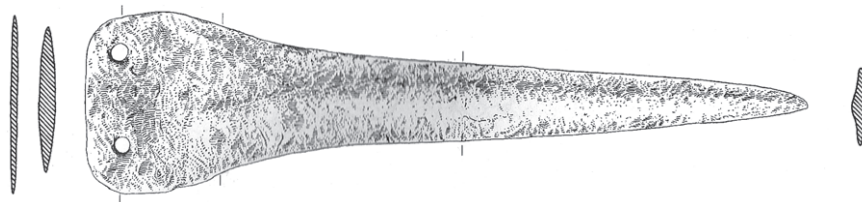


Fig. 3 – Lâmina de alabarda de Tipo Atlântico (Tipo Cano) de Vale de Carvalho, Sítimos (segundo ARRUDA, *et al.*, 1980 - modificado).

Quanto à questão cronológica, os paralelos com os enterramentos do apogeu do mundo Cienpозuelos na Meseta Norte permitem enquadrar estes depósitos entre 2200-1750 cal a.C. (CASTRO MARTÍNEZ, LULL e MICÓ, 1996, p. 146), isto é seriam contemporâneos, por exemplo, dos contextos funerários com equipamentos metálicos equivalentes mas sem alabardas, de Atios e da Quinta da Água Branca (DELIBES *et al.*, 1999, p. 41), de Vale Ferreiro 1 (BETTENCOURT, *et al.*, 2005) ou de Fonte Olmedo (GARRIDO-PENA, ROJO-GUERRA & GARCÍA-MARTÍNEZ, 2005, p. 425-6). Também no mundo argárico a utilização funerária de alabardas¹⁰ cai numa primeira fase datada entre 2196-1688 cal BC¹¹.

Na Estremadura Atlântica além das alabardas das Baútas (de tipo atlântico) e de S. Mamede (de tipo Montejácar), provenientes de contextos aparentemente habitacionais, importa destacar a alabarda da Gruta IX das Redondas associada a um conjunto de materiais cujo contexto funerário¹² e provável diacronia curta, cuidadosamente documentados por Vieira Natividade (1901, p. 39-41), constituem uma referência importante. Associam-se à alabarda dez pontas Palmela, dois machados de gume esvasado e dois punções, todos em cobre arsenical (JUNGHANS, SANGMEISTER & SCHRÖDER, 1968, p. 34-35), além de sete recipientes de olaria reconstituíveis e integráveis num ambiente da Primeira Idade do Bronze (SENNA-MARTINEZ, 1990 e 1993), três braçais de arqueiro em xisto, um botão de osso com perfuração em V, duas lâminas de sílex, dois machados/martelos(?) em pedra polida e uma conta em azeviche (NATIVIDADE, 1901, p. 39-41).

Este conjunto, bastante homogéneo, onde nem os artefactos líticos talhados e polidos são crono-culturalmente incompatíveis com os restantes, é paralelizável no conjunto, provavelmente também funerário (LÓPEZ-ASTILLEROS, 2002, p. 84), de Pantoja, Toledo (BLAS CORTINA, 1981, p. 163), englobando duas alabardas de tipo atlântico, um punhal de lingueta e quatro pontas Palmela, numa associação de sentido equivalente.

Contextos funerários com alabardas numa etapa antiga do Bronze do Sudoeste conhecemos apenas um: a cista de Vale de Carvalhos (ARRUDA *et al.*, 1980), com uma lâmina de Tipo Cano. De contexto doméstico provém uma lâmina de alabarda Tipo Cano encontrada no Castillo de Alanje, próximo de Badajoz (PAVÓN SOLDEVILA, 1994, p. 109 e Fig.100), cuja ocupação de uma etapa plena do Bronze do Sudoeste está datada do primeiro quartel do 2.º milénio¹³, confirmando, deste modo, as referências cronométricas que vimos aduzindo sobre as alabardas peninsulares.

Outro ponto de contacto entre as alabardas tipo Carrapatas e as alabardas de Tipo Cano é que, para ambas, conhecemos representação iconográfica que permite reflectir sobre o papel social destes equipamentos.

Quer as estelas/estátuas-menhires do Norte Português (Fig. 4) e Meseta Norte¹⁴ quer as estelas e tampas de sepultura do Bronze do Sudoeste¹⁵ (Fig. 5) configuram, no caso das estelas/estátuas menhir, uma iconografia explícita

¹⁰ Os contextos datados são (Castro Martínez *et al.*, 1993-94: Tabla 1):

Sítio	Cod.Lab.	Data	Calibrada 2 δ	Espólio
El Oficio - 9/x (cista)	OxA-4968	3500 \pm 50 BP	1947-1691 cal BC	AL(4R)+PN(3R)+CUH (2R)+ F1+F4
El Oficio - 62 (cista)	OxA-4970	3635 \pm 60 BP	2198-1784 cal BC	AL(4R)+2PN(4R)+CUH(3R)+BZ+PD+F5
Fuente Alamo-75/a (cvx)	OxA-4972	3545 \pm 65 BP	2114-1693 cal BC	AL(7R)+PN(7R)+BZ+F1+F6
Herrerías - Cista MI	CSIC-248	3670 \pm 70 BP	2283-1882 cal BC	ESP+AL+F6//AL+PN(3R)+2F5
Los Ciprestes - Cista 2	UtC-2738	3510 \pm 90 BP	2128-1614 cal BC	AL(3R+4sin/7R)+2PN(3R)+2GR Cu+BZARQ+2Li+F5+F6(ext)
Soma de probabilidades			2196-1688 cal BC	

¹¹ A calibração através do programa Calib Rev 5.0.1 demonstra que as cinco datas disponíveis são estatisticamente idênticas para um grau de confiança de 95% pelo que é possível produzir a respectiva soma de probabilidades.

¹² Neste sentido, ao achado dos restos de um esqueleto há que juntar o carácter novo dos objectos metálicos, dos quais Natividade afirma textualmente que "...parece nunca terem servido..." (1901: 40).

¹³ As duas datas disponíveis são: Beta-68669 - 3600 \pm 80BP = 2180-1739 cal BC e Beta-68668 - 3520 \pm 70BP = 2027-1676 cal BC (PAVÓN SOLDEVILA, 1995, p. 94).

¹⁴ Longroiva, Beira transmontana (ALMAGRO, 1966, Lám. XXX) e Valdefuentes de Sangusín, Salamanca (BUENO RAMÍREZ, 1991, Fig.1).

¹⁵ Estela de Abela (Santiago do Cacém - ALMAGRO, 1966, Lám. XIV) e tampas de sepultura de Trigaxes I (Beja - *op.cit.*, Lám. VI), Assento (Santa Vitória - *op.cit.*, Lám. XXVI), San Juan de Negrilhos (Aljustrel - *op.cit.*, Lám. XXXIV).



Fig. 4 – Estela de Longroiva, com indicação da lâmina de alabarda Tipo Carrapatas encabada (segundo ALMAGRO, 1966, Lám. XXX, modificada).



Fig. 5 – Estela de Abela, Santiago do Cacém, com indicação da lâmina de alabarda Tipo Cano encabada (segundo ALMAGRO, 1966, Lám. XIV, modificada).

de “figuras de poder” e, no caso das tampas de sepultura com as suas panóplias de armas (Fig. 6), uma iconografia equivalente, distintiva de um *status* elevado para o inumado, quiçá numa situação em que face a uma insuficiência relativa de aprovisionamento de metal (em relação à área argárica, por exemplo) se optou pela representação iconográfica em vez da deposição dos originais, ao contrário do verificado no mundo argárico.



Fig. 6 – Tampa de sepultura de Trigaches I, com figuração de uma alabarda Tipo Cano encabada (segundo ALMAGRO, 1966, Lám. VI, modificada).

Associar ao defunto armas reais, produzidas em metal, ou gravar na tampa da sepultura a respectiva figuração não nos parece essencialmente diferente, do ponto de vista da simbólica do poder.

Pensamos, como vimos argumentando de longa data (SENNA-MARTINEZ, 1989, 1994, 1996), que as metalurgias peninsulares durante a Primeira Idade do Bronze (e mesmo na segunda ou Bronze Final) revestiram um cariz de produção de bens de prestígio e não de meios de trabalho.

Um dos poucos “povoados centrais” do Bronze do Sudoeste escavados e publicados modernamente é o Castillo de Alanje (PAVÓN SOLDEVILA, 1994 e 1995), também aí as práticas metalúrgicas atestadas são perspectiváveis como de pequena escala e de âmbito doméstico. Relembremos que dele provém uma lâmina de alabarda de Tipo Cano.

Deste modo, a imagem que nos ressalta da iconografia das estelas/estátuas menhir do Norte Português e Meseta Norte e das estelas/tampas de sepultura do Bronze do Sudoeste é a de que estes equipamentos metálicos, nomeadamente as alabardas, mais do que constituírem meios coercivos de imposição de poderes de elites emergentes são, efectivamente e como bens de prestígio, símbolos desse mesmo poder.

Será que o aparecimento das ligas de bronze altera algo do que temos vindo a referir?

3 – OS PRIMEIROS BRONZES. TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E CONTINUIDADES ESTRUTURAIS DAS SOCIEDADES

Os sucessores das alabardas, seja como espólio funerário tal como no “Mundo Argárico” (CASTRO MARTÍNEZ *et al.*, 1993/1994), seja como marcadores territoriais, em depósitos na proximidade de portelas como no Noroeste, são os machados de gume bastante esvasado que, nesta última região são designados como de tipo “Bujões/Barcelos”.

No Noroeste Peninsular e se descontarmos o controvertido¹⁶ achado dos punções de Guidoiro na Galiza (ROVIRA & MONTERO, 2003) os primeiros artefactos produzidos numa liga Cu/Sn são os machados do Tipo Bujões/Barcelos. Para eles e até há bem pouco tempo, não existiam dados cronométricos ou associações contextuais que lhes

permitissem atribuir cronologia segura. Pelas suas afinidades com os equivalentes argáricos¹⁷ eram tidos como posteriores a 1700 a.C.. A publicação recente de um fragmento de molde para o seu fabrico, encontrado no habitat da Sola e datado entre 1675-1527 cal BC (BETTENCOURT, 2000), parece confirmar tal ponto de vista.

A investigação, iniciada em 2003, do arqueosítio da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) tem vindo a revelar dados que permitem perspectivar para este habitat da Primeira Idade do Bronze uma produção metálica em ambiente doméstico e em pequena escala (SENNA-MARTINEZ, VENTURA & CARVALHO, 2005 e 2006; SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2006 e 2007). Outros indícios nesse sentido eram já conhecidos do habitat minhoto da Sola (BETTENCOURT, 2000) onde, além do fragmento de molde de fundição, dois pingos de metal e um fragmento de barrinha, denunciavam a existência de uma pequena área de produção.

A importância dos dados destes dois arqueosítios provém, por um lado dos dados contextuais e cronométricos (no caso da Sola) que permitem situá-los dentro do segundo quartel do segundo milénio (1750-1500 a.C.), por outro pelo facto de em ambos estar documentada uma metalurgia de bronzes binários.

A Fraga dos Corvos localiza-se na vertente norte ocidental da Serra de Bornes, Trás-os-Montes Oriental (Macedo de Cavaleiros, Bragança, Portugal). O sítio detém completo controle visual sobre a Bacia de Macedo de Cavaleiros. O interesse inicial sobre o sítio decorreu do facto de ter sido nas principais portelas de acesso e saída desta bacia que foram encontrados os “depósitos” de lâminas de alabardas de tipologia atlântica em cobres arsenicais que se designam como de “Tipo Carrapatos”. Contudo, a identificação de áreas ligadas à produção de artefactos em bronzes binários bem como a associação, em todos os fundos de cabana (num total de 8) escavados até à data, de olaria com decoração pontilhada geométrica de tradição epi-campaniforme conjuntamente com motivos e recipientes integráveis no “mundo Cogeces” (Fig. 7) e portanto situável já dentro do segundo quartel do segundo milénio veio permitir repensar o sítio como um povoado provavelmente associado, tal como o da Sola no Minho, à emergência das primeiras metalurgias do bronze no Noroeste Peninsular.

De facto, a contextualização extremamente segura de restos de actividade metalúrgica – glóbulos de metal, restos vitrificados de redução de minérios, cadinhos, fragmentos metálicos de uma lâmina, arame e uma barrinha, além de um objecto provavelmente de adorno e do que parecem ser dois fragmentos de vasilha-forno – em duas áreas, distintas (num total de 120m² já intervencionados), mas de contornos claramente domésticos, veio fazer deste arqueosítio um local privilegiado para a compreensão dos processos sociais envolvidos em tais actividades.

Com os dados já disponíveis é claro que, as características das estruturas estudadas na Fraga dos Corvos, a pequena quantidade de restos de fundição e a ainda menor quantidade de fragmentos metálicos recolhidos, tudo aponta para uma produção metálica em muito pequena escala, provavelmente doméstica e para auto-consumo (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2007), que a evidência disponível de outros arqueosítios coevos, nomeadamente da Sola, não desmente.

Uma vez que os dados sobre as economias do Norte Português durante este período, em particular nos dois arqueosítios citados¹⁸, apontam para uma fraca capacidade de armazenagem e de produção de excedentes e dado que os meios de trabalho principais continuam a ser em pedra talhada e polida, não vemos como a diminuta produção metálica de tais sítios poderia ser perspectivada na óptica de uma qualquer contribuição para a base económico-alimentar das suas populações (*Idem*).

¹⁶ Pela datação bastante (demasiado?) antiga.

¹⁷ Contudo os machados argáricos são quase que exclusivamente produzidos em cobres arsenicais.

¹⁸ A economia alimentar da Fraga dos Corvos, tanto quanto a podemos reconstituir com a escassez dos dados disponíveis, poderia constar de uma pequena agricultura com cereais e hortícolas, complementada (a julgar pela análise preliminar de faunas que agradecemos aos colegas Manuel Cardoso e João Luís Cardoso) por pastorícia de bovinos e ovi-caprinos e caça (javali e veado?). Estas disponibilidades como tais não nos parecem perspectivar a possibilidade de considerarmos os ocupantes capazes mais do que uma economia de subsistência com escassos (ou nenhuns) excedentes acumuláveis.

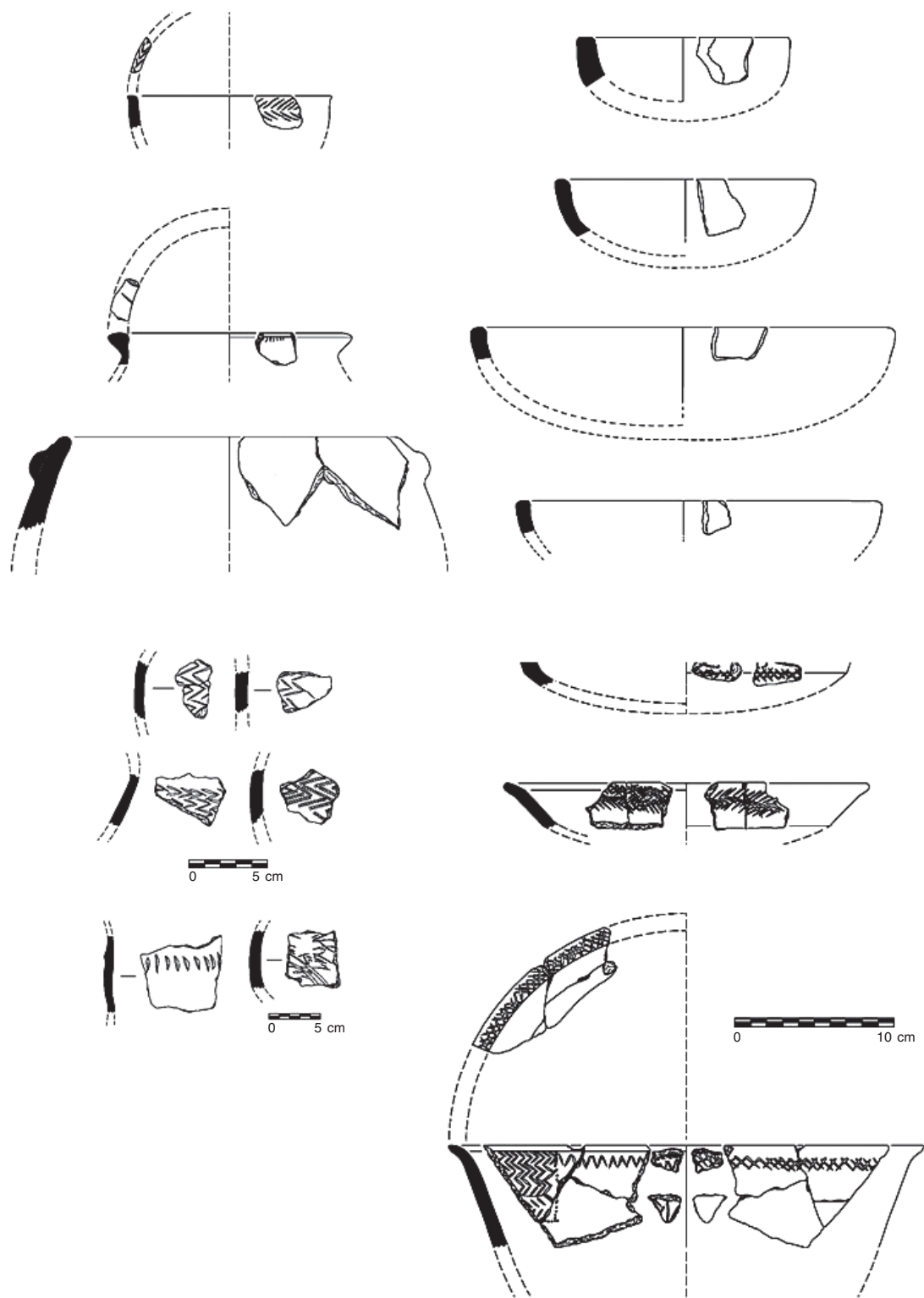


Fig. 7 – Olaria das Cabanas 4 e 5 do Habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros.

Desenvolvimentos recentes, ainda em curso, permitem-nos pensar que, dentro da área de imediata captação de recursos do habitat, existiriam recursos minerais em cobre e estanho suficientes para a produção em pequena escala documentada¹⁹.

Todos estes dados, por nós recentemente discutidos (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2007), apontam no sentido de, nestas sociedades da Primeira Idade do Bronze, a natureza não-económica da produção metalúrgica constituir a chave para a compreensão do seu papel social como parte importante de uma “simbólica do poder” de que os exemplos iconográficos aduzidos para as alabardas configuram uma outra expressão.

Deste modo, os primeiros depósitos²⁰ – com o seu cariz de “marcadores territoriais”, materialização do controlo das respectivas elites incipientes regionais sobre o espaço e, sobretudo, das vias para nele circular – representariam uma outra forma para simbolizar tais poderes.

Entendemos assim que, “...na primeira Idade do Bronze, quer a iconografia das armas metálicas, quer a sua deposição “ritual” como “depósito-marcador de território” ou “depósito-oferenda funerária”, constituem expressão de poderes emergentes muito mais “imaginados e consentidos” do que efectivamente exercidos de forma coerciva.” (SENNA-MARTINEZ, 2006).

4 – MODELOS PARA A DIFUSÃO DA METALURGIA DO BRONZE PARA SUL DA FACHADA ATLÂNTICA PENINSULAR

Os contextos de produção metalúrgica da Fraga dos Corvos e a Sola permitem-nos pensar que, numa etapa cultural que parece inserir-se num âmbito cronológico compatível com os machados de tipo “Bujões/Barcelos”, já existiria produção no Noroeste Peninsular dos primeiros bronzes binários. Esta metalurgia regional não seria assim muito distante cronologicamente da produção dos primeiros bronzes do Vale do Ebro (enquadráveis no primeiro quartel do segundo milénio – 2000-1750 a.C.) e das Mesetas (mais tardios²¹ – cf. FERNÁNDEZ-MIRANDA, MONTERO RUIZ & ROVIRA LLORENS, 1995).

Se a origem trans-pirenaica (*Idem*) pode assim ser possível, parece-nos igualmente possível, face aos dados discutidos e como hipótese, podermos pensar num primeiro momento de “difusão” ao longo da cornija cantábrica de oriente para ocidente (Cantábria, Galiza, Minho e Trás-os-Montes) e sul para as Mesetas (Fig. 8).

Da Meseta Sul os primeiros bronzes alcançariam a Mancha, o Levante Valenciano e a Área Argárica já em cima de meados do segundo milénio e sem que se documente, em nenhum caso e ao contrário dos anteriormente referidos, qualquer evidência de uma prática metalúrgica de produção mas tão só a presença, ainda fortemente minoritária, de artefactos em bronzes binários (FERNÁNDEZ-MIRANDA, MONTERO RUIZ & ROVIRA LLORENS, 1995).

De facto, a passagem para sul do Maciço Central Ibérico da tecnologia de produção de bronze esbarra numa dificuldade que não parece ter sido superada de forma continuada senão após o início do Bronze Final: o regular aprovisionamento em estanho.

Os últimos anos têm vindo a revelar (como no caso do Noroeste Peninsular) a existência de fontes de cobre que, por serem insusceptíveis de utilização industrial, tinham sido sistematicamente ignoradas, favorecendo a falsa

¹⁹ Agradecemos esta informação preliminar a Miguel Gaspar e Filipa Geirinhas (licenciada em Geologia pela FCUL agora a preparar, sob co-direcção do nosso colega da FCUL Miguel Gaspar e nossa, uma tese de mestrado em Arqueologia na FLUL, sobre as fontes locais de cobre e estanho e sua acessibilidade para os ocupantes da Fraga dos Corvos durante a Primeira Idade do Bronze).

²⁰ Primeiro com as alabardas Tipo Carrapatas (2250-1750 a.C.) e depois com os machados Bujões/Barcelos (1750-1500/1300 a.C.).

²¹ Os artefactos/restos contextualizados e datados de forma credível são muito poucos – um punção do habitat de Loma del Lomo a que corresponde a data (sem ref.^a de laboratório) $3370 \pm 100 = 1902-1440$ cal BC e o habitat de Perales del Río com cronologia estimada entre 1500-1440 a.C., o que configura uma situação que bem pode ser posterior à do Noroeste.

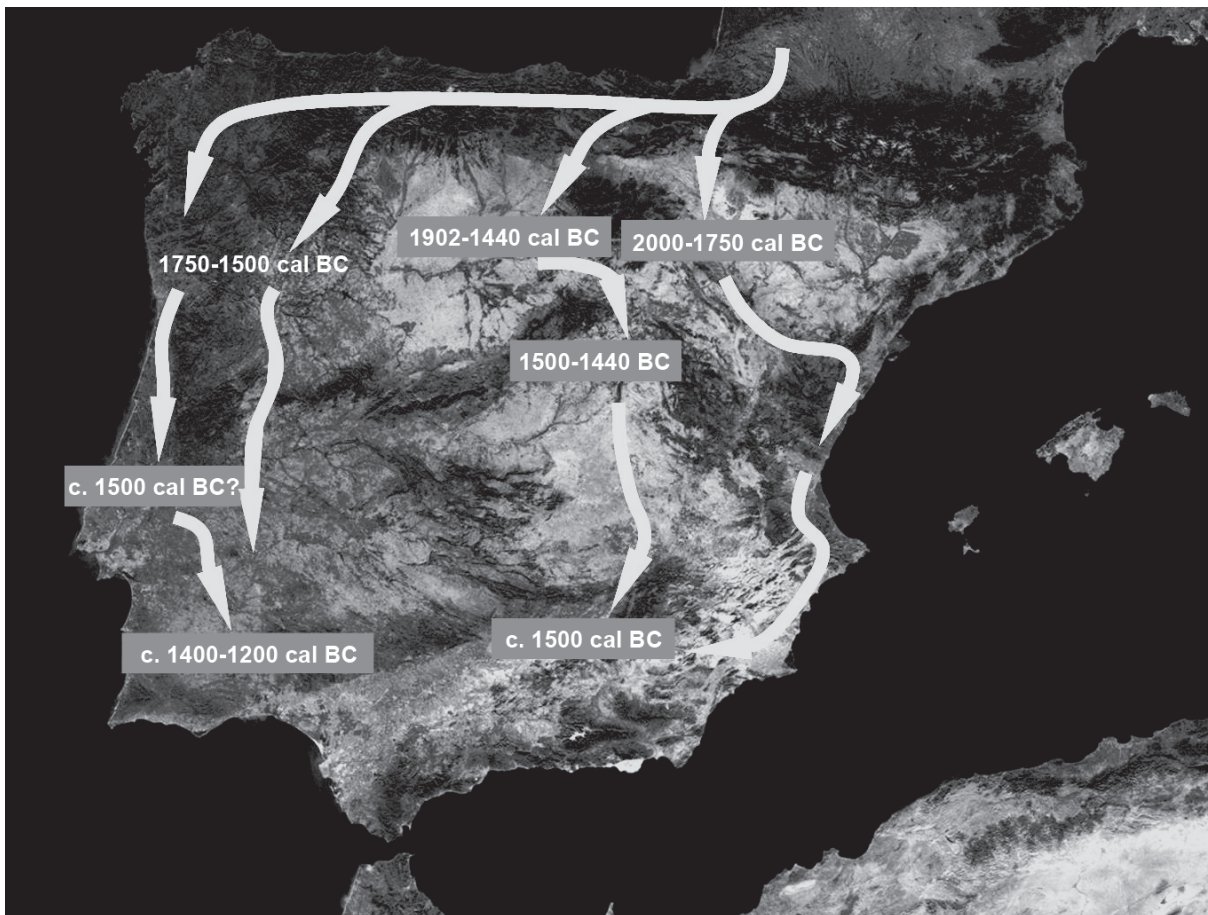


Fig. 8 – Cronologia da “difusão” da metalurgia do bronze na Península Ibérica.



Fig. 9 – Machado plano de bronze (Tipo Bujões/Barcelos) de Vila Nova de S. Pedro (segundo SOARES, 2005, modificado)

imagem de que para haver bronze no âmbito peninsular era necessário juntar aos cobres do Sul-Oriente Peninsular o estanho do Norte-Occidente. De facto, e pelo contrário, é hoje cada vez mais claro que existe cobre um pouco por toda a Península Ibérica, pelo menos potencialmente utilizável à pequena escala do Calcolítico e Primeira Idade do Bronze. Já o mesmo não pode dizer-se do estanho largamente confinado a norte-occidente do Maciço Central, Beira Baixa e Nordeste Alentejano.

A Occidente passar-se-ia algo de equivalente, com os primeiros bronzes (pelo menos em termos tipológicos) a aparecerem sobretudo sob a forma de machados de gume esvasado muito próximos dos de tipo Bujões/Barcelos. As análises efectuadas no âmbito do projecto dos SAM (*Studien zu den Anfängen der Metallurgie* – cf. JUNGHANS, SANGMEISTER & SCHRÖDER 1968) permitem uma tentativa de quantificação:

- Dos 16 artefactos inventariados para a Estremadura Atlântica, englobam 11 machados de gume esvasado, 2 machados talão atlânticos de primeira geração, 1 ponta Palmela, 1 punhal de lingueta e 1 faca espatulada.
- Todos os identificados e analisados do Alentejo (23 artefactos) e do Algarve (13 artefactos) são machados de gume esvasado.

Estudos recentes permitem juntar à amostra da Estremadura²² mais um machado (Fig. 9), um cinzel de gume esvasado e um punhal de rebites provenientes de Vila Nova de S. Pedro (SOARES, 2005).

Do Alentejo provém também um fragmento de molde, recentemente revelado (SOARES *et al.*, 2007), para fabrico de machados planos de bronze deste tipo, cujo contexto foi possível datar entre aproximadamente 1400-1200 a.C.²³

Um novo machado deste género foi também recentemente divulgado para o Algarve (GOMES, CALADO & NIETO, 2004).

Parece, assim, evidente que os artefactos que, preferencialmente e de forma quase exclusiva, servem de suporte ao aparecimento da tecnologia do Bronze, de Norte para Sul, ao longo da Fachada Atlântica Peninsular, são machados muito próximos, ou porque não dizer derivados, do Tipo Bujões/Barcelos.

Atendendo ao acima exposto, entre a emergência destes artefactos, bem como da metalurgia do bronze, no Norte Português – no princípio do segundo quartel do segundo milénio a.C. – e a sua chegada ao Sul Atlântico peninsular, já sobre a transição para o Bronze Final, mediariam, numa estimativa conservadora e em anos de calendário, um mínimo de cerca de 250 anos.

Em nenhum local da orla ocidental a Sul do Douro conhecemos qualquer evidência de prática da metalurgia do Bronze antes do Bronze Final. Sem que possamos descartar inteiramente a hipótese da sua existência na área a norte do Tejo, parece-nos contudo mais provável um modelo de percolação gradual de objectos por via das cadeias de solidariedades ou alianças matrimoniais entre elites com a eventual refundição de alguns objectos a explicar o restante.

É óbvio que o assunto se encontra ainda longe de estar esgotado. Talvez que a revisão em curso das evidências arqueometalúrgicas provenientes do habitat de Pragança²⁴ venha trazer alguma luz mais sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV (1995) – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Museus.
- ALMAGRO, M. (1966) – *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Bibliotheca Praehistorica Hispana, Vol. VIII.
- ARRUDA, A. M., *et alii*. (1980) – A necrópole da Idade do Bronze do monte de Vale de Carvalhos (Sítimos). In: *Clio*. Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa. 2, p. 59-66.
- BARCELÓ, J. A. (1991) – El Bronce del Sudoeste y la cronología de las estelas alentejanas. In: *Arqueologia (GEAP)*. Porto. 21, p. 15-24.
- BÁRTHOLO, M. L. (1959) – Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança. In: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa. Instituto de Alta Cultura. Vol.I, p. 431-39.

²² Para a Estremadura, veja-se J.L. Cardoso (2004, p. 170).

²³ Agradecemos ao nosso colega Eng.º António Monge Soares esta última informação, ainda inédita.

²⁴ Por Ana Ávila de Melo e Elin Figueiredo e no âmbito do Projecto “METABRONZE”, por nós coordenado.

- BETTENCOURT, A.M. *et alli.* (2005) – The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe, in the context of the Bronze Age in Northwestern Portugal. In: *Journal of Iberian Archaeology*. 7, p. 159-175.
- BETTENCOURT, A. M. (2000) – *O Povoado da Idade do Bronze da Sola*, Braga, Norte de Portugal. Braga. Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia. Monografias. 9.
- BLAS CORTINA, M. A. (1981) – Una alabarda procedente de valle del Manzanares (Madrid). In: *Zephyrus*. Salamanca. XXXII-XXXIII, p. 157-166.
- BRIARD, J. e MOHEN, J.-P. (1983) – *Typologie des objets de l'Age du Bronze en France. Fascicule II: Poignards, Hallebardes, Pointes de Lance, Pointes de Flèche, armement défensif*. Paris. Société Préhistorique Française.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1991) – Estatuas menhir y estelas antropomorfas en la Península Ibérica. La situación cultural de los ejemplares salmantinos. In: M. Santonja, *Ed. Del Paleolítico a la Historia*. Salamanca. Junta de Castilla y León. Museo de Salamanca. p. 81-97.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 14).
- CARREIRA, J. R. (1996) – O conjunto metálico de Cano (Sousel). *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 59-70.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; LULL, V. & MICÓ, R. (1996) – *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*, Oxford, TEMPVS REPARATVM, BAR International Series, 652.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V., *et al.* (1993-94) – Tiempos sociales de los contextos funerarios argáricos. In: *AnMurcia*. Murcia. 9-10, p. 77-105.
- COSTAS GOBERNA, F. J.; HIDALGO CUÑARRO, J. M.; NOVOA ÁLVAREZ, P. & PEÑA SANTOS, A. (1997) – Las representaciones de armas en el grupo galaico de arte rupestre. In: F. J. Costas Goberna e J. M. Hidalgo Cuñarro, *Eds. Los Motivos de Faunas y Armas en los Grabados Prehistóricos del Continente Europeo*. Vigo. Asociación Arqueológica Viguesa. p. 85-112.
- DELIBES, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J.; HERRÁN, J. I. & ROVIRA, S. (2002) – The Atlantic Halberds of the beginning of the Bronze Age in the Iberian Peninsula: Typology, Context and Archaeometallurgical Study. In: M. Bartelheim, E. Pernicka e R. Krause, *Eds. Die Anfänge der Metallurgie in der Alten Welt*. Rahden/Westfalen. Verlag Marie Leidorf GmbH. p. 245-254.
- FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; MONTERO RUÍZ, I. & ROVIRA LLORENS, S. (1995) – Los primeros objetos de bronce en el Occidente de Europa. In: *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 52(1), p. 57-69.
- GILMAN, A. (1987) – Unequal development in Copper Age Iberia. In: E. A. Brumfiel & T. K. Earle, *Eds. Specialization Exchange and Complex Societies*. Cambridge. Cambridge University Press, p. 22-9.
- GARRIDO-PENA, R.; ROJO-GUERRA, M. & GARCÍA-MARTÍNEZ, I. (2005) – El Campaniforme en la Meseta central de la Península Ibérica, In: R. Garrido-Pena, M. Rojo-Guerra e I. García-Martínez, *Eds. El Campaniforme en la Península Ibérica y su Contexto Europeo*. Valladolid. Junta de Castilla y León. Universidad de Valladolid, p. 411-435.
- GOMES, M. V. (1994) – *A necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves*. Silves. «XELB», 2.
- GOMES, M.V. & MONTEIRO, J.P. (1977) – As estelas decoradas da herdade de Pomar (Ervidel – Beja) – Estudo comparado. In: *Setúbal Arqueol.* Stúbal. 2/3, p. 281-343.
- GOMES, M. V.; CALADO, D. & NIETO, J. M. (2004) – Machado, de bronze, de Bernardinho (Tavira). In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7(2), p. 119-124.
- GONÇALVES, V. S. (1988/89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). In: *Portugalia (NS)*. Porto. IX-X, p. 49-61.

- HARRISON, R. J. (1974) – A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two Bell Beakers. In: *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 15, p. 77-94.
- JORGE, V. O. & JORGE, S. O. (1990) – Statues-Menhirs et Stèles du Nord du Portugal. In: *Revista da Faculdade de Letras (Porto)*. Porto. II Série. VII, p. 299-324.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. & SCHRÖDER, M. (1960) – *Metallanalysen kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bodenfunde aus Europa*. Berlin. SAM. 1.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. & SCHRÖDER, M. (1968) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas*. Berlin. SAM. 2.
- LÓPEZ-ASTILLEROS, K. M. (2002.) – El hallazgo metálico de «La Paloma» en el contexto de la Edad del Bronce del Tajo central. In: *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileñas*, Madrid. 12, p. 79-93.
- LÓPEZ PLAZA, S. & SANTOS, J. (1984-85) – Alabarda y puñales de lengüeta y remaches procedentes del S.O. de la Cuenca del Duero. In: *Zephyrus*. Salamanca. XXXVII-XXXVIII, p. 255-266.
- LULL, V. (1983) – *La «Cultura» de El Argar*. Madrid. Akal.
- MEIJIDE, G. (1989) – Un importante conjunto del Bronce Antiguo de Galicia: el depósito de Leiro (Rianxo, A Coruña). *Gallaecia*. 11, p. 151-164.
- NATIVIDADE, M. V. (1901) – *Grutas de Alcobaca*. Porto, Imprensa Moderna.
- PAVÓN SOLDEVILA, I. (1994) – *Aproximación al estudio de la Edad del Bronce en la Cuenca del Guadiana: La Solana del Castillo de Alange (1987)*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense».
- PAVÓN SOLDEVILA, I. (1995) – Bases estratigráficas para una revisión cronológica del Bronce del Sur-oeste: el corte 3 de La Umbria del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). *Extremadura Arqueológica*, V, p. 81-96.
- RIBEIRO, F. N. (1965) – *O Bronze Meridional Português*. Beja. Edição do Autor.
- ROVIRA LLORENS, S. & MONTERO RUIZ, I. (2003) Natural Tin-Bronze Alloy in Iberian Peninsula Metallurgy: Potentiality and Reality. In: A. Giunlia-Mair e F. Lo Schiavo, *Eds. Le problème de l'étain à l'origine de la métallurgie*. Proceedings of the XIVth UISPP Congress. 2/8.
- ROVIRA LLORENS, S.; MONTERO RUIZ, I. & CONSUEGRA RODRÍGUEZ, S. (1997) – *Las primeras etapas metalúrgicas en la Península Ibérica. I- Análise de Materiales*, Madrid, Instituto Universitario Ortega y Gasset.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1984) – Reflexiones terminológicas en torno a la Edad del Bronce Peninsular. In: *Trabajos de Prehistoria (NS)*. Madrid. 41, p. 323-42.
- SANCHES, M. J. & JORGE, V.O. (1987) – A «Estátua-Menir» da Bouça (Mirandela). In: *Arqueologia (GEAP)*. Porto. 16, p. 3-7.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. In: *Revista de Guimarães*. Guimarães. LXXXI, p. 189-231.
- SCHUBART, H. (1973) – Las alabardas tipo Montejicar. In: *Estudios dedicados al profesor Dr. Luis Pericot*. Barcelona, Universidad de Barcelona. p. 247-269.
- SCHUBART, H. (1975) *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*, Walter de Gruyter, Berlin, 2 Vols.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – *Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 Vols., policop.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1990) – *Idade do Bronze na Extremadura Atlântica. Subsídios para um programa de estudo*. Prova complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policop.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1993) – Duas contribuições arqueométricas para o estudo do Bronze Antigo/Médio do Centro e Noroeste de Portugal. In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 1, p. 77-91.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A alabarda de tipo «Atlântico» do Habitat das Baútas (Amadora). In: *Zephyrus*. Salamanca. XLVI, p. 161-182.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1996) – The Symbolism of Power in Central Portugal Late Bronze Age Communities. in: *Máthesis*. Viseu. 5, p. 163-175.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2002) – Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX. In: *Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 103-124.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2006) – Depósitos metálicos versus uma economia política das práticas metalúrgicas na Idade do Bronze em Portugal – Comentário a Raquel Vilaça. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. 2006. Vol. 24, p. 109-114.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do “Mundo Carrapatos” da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 2, p. 61-81.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. *et al.* (2006) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *A Campanha 3(2005)*. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 3, p. 61-85.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2007) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *A Campanha 4(2006)*. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 4, p. 85-110.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. *et al.* (2007) – Bronze Melting and Symbolic Of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). *Proceedings of the 2nd International Conference “Archaeometallurgy in Europe”*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007.
- SILVA, Carlos T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa. Gabinete da Área de Sines
- SOARES, A. M. (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In: J. M. Arnaud e C. V. Fernandes, *Eds. Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa. Associação dos Aqueólogos Portugueses. p. 179-188.
- SOARES, A. M. *et al.* (2007) – A Late Bronze Age Stone Mould for Flat Axes from Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora, Portugal). *Proceedings of the 2nd International Conference “Archaeometallurgy in Europe”*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007.

TODOS OS CAMINHOS VÃO DAR AO OCIDENTE: TROCAS E CONTACTOS NO BRONZE FINAL

Raquel Vilaça*

RESUMO

O título escolhido pretende evocar a situação que o Ocidente peninsular conheceu nos finais do Bronze Final, quando os contactos entre diferentes áreas do mundo atlântico, que tinham caracterizado as primeiras etapas do Bronze Final, passam a incorporar também os mundos continental e mediterrâneo.

O problema das trocas e contactos das comunidades do Bronze Final peninsular entre si e com outros, nomeadamente com o mundo mediterrâneo de então, onde encontramos sociedades regidas por normas económicas e sócio-políticas bem distintas das aqui existentes, é assunto particularmente complexo. A questão passa não só pela identificação dos testemunhos desses contactos ?

artefactos originais ou imitações, matérias-primas, tecnologia, estilo, iconografia, rituais funerários e outros, etc. ?, mas também pela determinação das rotas e distâncias percorridas, das regiões envolvidas, quem levava e quem trazia, da natureza e organização dos mecanismos subjacentes.

Foram vários os investigadores que demonstraram já a importância do território actualmente português e, muito particularmente, a sua área central compreendida entre o Douro e o Tejo, como uma região-chave na compreensão do funcionamento das redes e circuitos trans-regionais, de carácter pendular, entre os mundos Atlântico e Mediterrâneo, nos inícios do I milénio a. C.

Esta comunicação debruça-se sobre alguns dos testemunhos e problemáticas inerentes a essa teia de relações, sublinhando-se o papel activo e dinâmico do Centro do território português, ao nível das trocas de artefactos de bronze, e outros bens, de tecnologia e conhecimento. Iremos à Irlanda e à Sardenha, ao Báltico e ao Mediterrâneo, passando pela Itália continental e regressando ao Ocidente. A natureza das trocas e os caminhos percorridos serão igualmente contemplados. Achados mais antigos, como os de Baiões, outros mais recentes, ajudarão a entender o papel do Ocidente peninsular no mundo de então.

1. Ao escolher este tema para responder afirmativamente ao convite que me foi dirigido, estou perfeitamente ciente da sua dificuldade. Além disso, é um tema demasiado amplo para o tempo e espaço disponíveis. Mas também me pareceu que seria importante trazê-lo a um Colóquio que tem como propósito analisar “as relações mantidas pelos antigos habitantes do actual território português com populações de outras origens europeias, tanto atlânticas, como

* Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Portugal. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP-FCT). E-mail: rvilaca@ci.uc.pt

continentais ou do mediterrâneo”¹. Este meu contributo deve ser assim entendido apenas como um conjunto de reflexões, sem o objectivo específico de comprovar isto ou aquilo, até porque, frequentemente, os dados empíricos permitem leituras distintas mas igualmente válidas e, por vezes, até contraditórias.

Por outro lado, o título que escolhi pretende evocar a situação que o Ocidente peninsular conheceu nos finais do Bronze Final – o Bronze Final III, para alguns investigadores –, quando os contactos entre diferentes áreas do mundo atlântico, que tinham caracterizado as primeiras etapas do Bronze Final, passam a incorporar também, na viragem do milénio, o mundo mediterrâneo e oriental.

O problema das trocas e contactos das comunidades do Bronze Final peninsular entre si e com outros passa não só pela identificação dos testemunhos desses contactos – artefactos originais ou imitações, matérias-primas, tecnologia, estilo, iconografia, rituais funerários e outros, etc. –, mas também pela determinação das rotas e distâncias percorridas, das regiões envolvidas, de saber quem levava e quem trazia e como seria a natureza e organização dos mecanismos subjacentes a esses contactos.

2. No mundo antigo, e num ponto de vista orientalista, o Ocidente peninsular era não só uma região geograficamente periférica, como uma fronteira no sentido de limite até onde se podia chegar. Já numa perspectiva atlântica, e logo nos inícios do Bronze Final, nem a Península nem o Atlântico constituíram obstáculos, como demonstra a espada da ría de Larache, dragada no rio Lucus, no litoral marroquino, muito perto do sítio onde mais tarde se estabelecerá a colónia fenícia de Lixus (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1983).

Mas aquela periferia geográfica depende, evidentemente, do ponto em que nos centramos. E existem elementos bastantes para considerarmos que do extremo Ocidente, aqui entendido como o actual território português, e nos inícios do I milénio a. C., também se podia partir e nele se cruzavam caminhos que, de periféricos, pouco tinham. Assim, e de um terceiro ponto de vista – o das comunidades indígenas –, essa região seria de alguma forma o centro do mundo, encontrando-se, afinal, num dos pontos certos – o angular – entre aqueles mundos.

Nessa altura, essa região e, muito particularmente, o Centro do território português, correspondeu, de facto, a uma das áreas mais dinâmicas de produções, exportações e importações, assimilando, irradiando e inter-ligando o Atlântico, o Mediterrâneo e também a Europa além-Pirenéus, o que lhe mereceu o epíteto de “Grupo Lusitano” (COFFYN, 1985, p. 267).

Trata-se, como tem sido assinalado por diversos investigadores, de uma região-chave para a compreensão do funcionamento das redes e circuitos trans-regionais, de carácter pendular, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, sendo igualmente o contra-ponto activo aos estímulos orientais veiculados pelo Mediterrâneo Central, com as suas criações próprias e imitações de matriz atlântica, que chegariam longe.

Por outro lado, a Beira Litoral, e particularmente a Estremadura, eram consideradas o epicentro dessa produção e circulação devido à elevada concentração de achados de bronze, não obstante a inexistência de matéria-prima, cobre e estanho (KALB, 1980; COFFYN, 1985, p. 267; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1986, p. 37; CARDOSO, 2004, p. 177-226, entre outros). Precisamente por isso, a sua posição charneira entre as zonas mais ricas em estanho – o Noroeste e a Beira Alta – e em cobre – o Sudoeste –, e possuindo, simultaneamente, uma assinalável facilidade de escoamento para o Atlântico, colocavam-na, de acordo com o modelo locativo de Weber (Fig. 1)², num dos vértices de um triângulo, no centro do qual, idealmente, se deverão encontrar os centros produtores (VILAÇA, 1995, p. 420-421).

Ora, seja pelas vicissitudes dos achados, seja pela bondade do modelo, e sem negar o papel ímpar da Estremadura, a verdade é que o centro do triângulo recai nas Beiras Central e Interior, regiões onde se concentram expressivos

¹ Objectivos expressos na carta que me foi dirigida pelo Prof. Luís Aires-Barros, a quem agradeço o convite para participar neste Colóquio, tal como ao Prof. João Luís Cardoso, por ter sugerido o meu nome.

² Agradeço a José Luís Madeira a colaboração no arranjo gráfico das figuras e na elaboração dos mapas.

testemunhos, quer de artefactos metálicos, quer de moldes – de pedra, argila e bronze – de machados, foices, lanças, escopros, argolas, etc. –, atestando o dinamismo das produções indígenas interiores.

Desta forma, à presumível rota atlântica ao longo da costa, para norte e para sul, há que juntar as rotas interiores, fluviais, que lhe eram *grosso modo* perpendiculares. Uma pergunta que de imediato se impõe, é se, nesta altura, haveria mesmo escoamento e/ou entrada de produtos através da costa atlântica peninsular, ou se não seriam antes as rotas do interior da Península a desempenhar papel cimeiro, fosse para Nordeste, até à Aquitânia, Bretanha, Inglaterra, fosse para Sudeste, até ao Mediterrâneo, ou para Nascente, ao longo do Tejo.

Por exemplo, neste último caso, as incinerações do Bronze Final testemunhadas no Monte de S. Domingos (Castelo Branco) (CARDOSO *et al.*, 1998) ou nas necrópoles de Alpiarça, e sem que seja possível estabelecer qualquer relação directa com o fenómeno dos “Campos de Urnas” do Nordeste Peninsular, poderão ser entendidas como resultado de contactos e influências estabelecidos através do vale do Tejo (VILAÇA *et al.*, 1999, p. 18-19).

Mas admitindo como certa aquela primeira hipótese – que não anula esta –, uma segunda questão se coloca: seriam vários os portos de entrada e de saída ou haveria um único ou um número reduzido deles? E se existiram, onde se localizam?

Mais do que uma resposta para estas perguntas, o que pretendo sublinhar é que sabemos ainda muito pouco sobre o que se terá passado na faixa mais litoral. De resto, a própria presença e/ou influência fenícia, concretamente nos estuários do Mondego e Tejo, recentemente valorizada no seu conjunto (ARRUDA, 2005), ganhará novos contornos



Fig. 1 – O Ocidente Peninsular e a situação privilegiada do Centro do território português, entre regiões com importantes recursos de cobre e de estanho.

quando outras realidades indígenas forem melhor conhecidas e articuladas com aquela situação. A região por eles delimitada reúne indícios promissores, designadamente no sul da Beira Litoral e na Alta Estremadura, que justificam uma maior atenção no futuro (VILAÇA, no prelo a).

O mesmo sucede com a região do Baixo Vouga, nomeadamente na zona do paleoestuário, onde a ocupação do Bronze Final do Cabeço da Mina (Águeda), e a que se lhe seguiu, da Idade do Ferro (SILVA, s/d), quando e se melhor conhecidas e articuladas com o expressivo povoamento do Médio Vouga, permitirão novas abordagens. Não esqueçamos que Estrabão (III, 3, 4) se refere à navegabilidade do Vouga e que, até há bem poucos anos, o rio era ainda navegável até Sever do Vouga. E, há cerca de 3000 anos, a região onde vamos encontrar o povoado da Sr.^a da Guia (Baiões) encontrava-se apenas a pouco mais de 40 Km das águas atlânticas, pois o estuário penetraria fundo no interior da Beira.

Portanto, sobre as rotas que conectavam, à época, a importante região compreendida entre o Douro e o Tejo com outras regiões, há ainda muito para saber e conhecer.

3. Vejamos agora que outras regiões eram essas com as quais se estabeleceram contactos, que bens circulavam e que caminhos seriam percorridos. O assunto não é fácil porque o rastreio destas informações só muito raramente é passível de plena confirmação. E mesmo quando dispomos de dados baseados em análises de carácter especificamente científico, o óbvio nem sempre é necessariamente verdadeiro.

Como se sabe, uma boa parte das narrativas que os arqueólogos constroem baseia-se na procura de paralelos e estes, uma vez reconhecidos, servem para identificar a existência de relações entre distintas regiões, independentemente da sua natureza. Essas semelhanças podem ser formais ou estilísticas e a elas nos referimos frequentemente como tendo um “ar de família”. Mas o “ar de família” tem muito que se lhe diga. Por exemplo, são cistas no sentido formal do conceito, não da função e cronologia, as tradicionais armadilhas com ichó para caçar perdizes, sem que à primeira vista se diferenciem das cistas da Idade do Bronze (VILAÇA *et al.*, 2004).

É também necessário ter presente que a existência de contactos nem sempre se traduz na permuta de bens materiais, isto é, de importações/exportações. Pode antes limitar-se à troca de conhecimentos, de aprendizagem no fazer ou à assimilação de novos gostos e costumes, originando imitações e recriações. Movemo-nos aqui numa esfera muito mais subtil que é a de pretendermos distinguir protótipos e modelos de reelaborações indígenas, o que nem sempre está ao alcance, mesmo dos mais habilitados.

De qualquer forma, parece que estão bem identificadas as produções indígenas e/ou específicas do Centro do território português, de criação própria, umas, ou constituindo imitações de timbre atlântico, outras. Contam-se, por exemplo, os machados de talão e de duas argolas, as foices de tipo Rocanes, os machados de alvado, os punhais de tipo Porto de Mós, os machados de talão unifaciais, os espetos articulados, etc. (Fig. 2). A este rol deverão talvez ser acrescentadas as facas de couro ou “tranchets”, que perfazem já um total de mais de dez exemplares, entre as publicadas e as inéditas, só em território português (VILAÇA, no prelo b).

Algumas destas produções chegaram à França e Irlanda, mas também à Sardenha, Itália continental e Chipre (COFFYN, 1985; KARAGEORGHIS & LO SCHIAVO, 1989; LO SCHIAVO, 1991; GIARDINO, 1995, entre outros), o que pressupõe a existência de contactos longínquos e multidireccionais. O inverso também parece ser verdadeiro (Fig. 3). Ao Ocidente Peninsular chegaram igualmente artefactos, mas ainda matérias-primas exóticas, novos estilos, tecnologia e conhecimentos, de diversas origens, do Báltico ao Mediterrâneo Oriental.

Colocado o assunto desta forma, fácil seria concluir duas coisas: a existência de rotas directas e lineares interligando o Ocidente Peninsular a cada uma daquelas regiões, por um lado, e a movimentação de pessoas entre todos esses pontos, por outro. Mas nem uma nem outra são necessariamente verdadeiras. E mesmo se argumentarmos que os presumíveis naufrágios como os de Langdon Bay ou Moor Land, ambos na costa sul inglesa, são comprovativos desses contactos de longa distância (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1998, p. 141), sucedendo o mesmo com o conhecido caso de

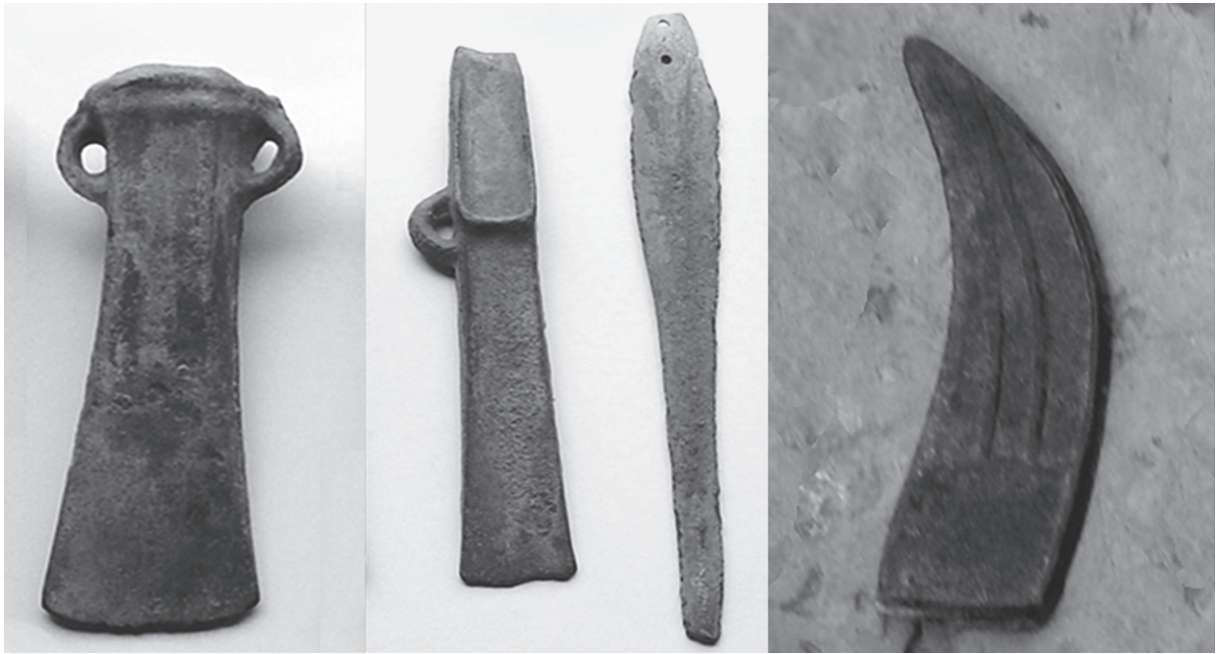


Fig. 2 – Algumas das produções de bronze características do Centro do território português: machado de talão unifacial, machado de alvado, punhal de tipo Porto de Mós do depósito de Freixianda, Leiria; foice de tipo Rocanes do depósito de Travasso, Mealhada (seg. R. Vilaça).



Fig. 3 – Algumas das conexões entre o Centro do território português e outras regiões atlânticas e mediterrâneas.

Huelva, não podemos ignorar outras interpretações que põem em causa, com pertinente argumentação, a sua condição de naufrágios, encarando-os antes como deposições sucessivas de artefactos de bronze num mesmo lugar (SAMSON, 2006).

Mas ultrapassando este problema, detenhamo-nos num caso que ilustra bem o problema da definição de rotas de longa distância. Nos povoados da Sr.^a da Guia (Baiões) e da Moreirinha (Idanha-a-Nova) foram encontradas contas de colar de âmbar (Fig. 4), cujas análises, por espectroscopia de infra-vermelhos, revelaram tratar-se de succinite ou âmbar de origem báltica (VILAÇA *et al.*, 2002).

Este método é de grande fiabilidade, uma vez que nenhuma outra resina fóssil emite idêntico espectro de infra-vermelhos, pelo que não se confunde com qualquer outro âmbar. Mas a única certeza é só esta. É que os nódulos

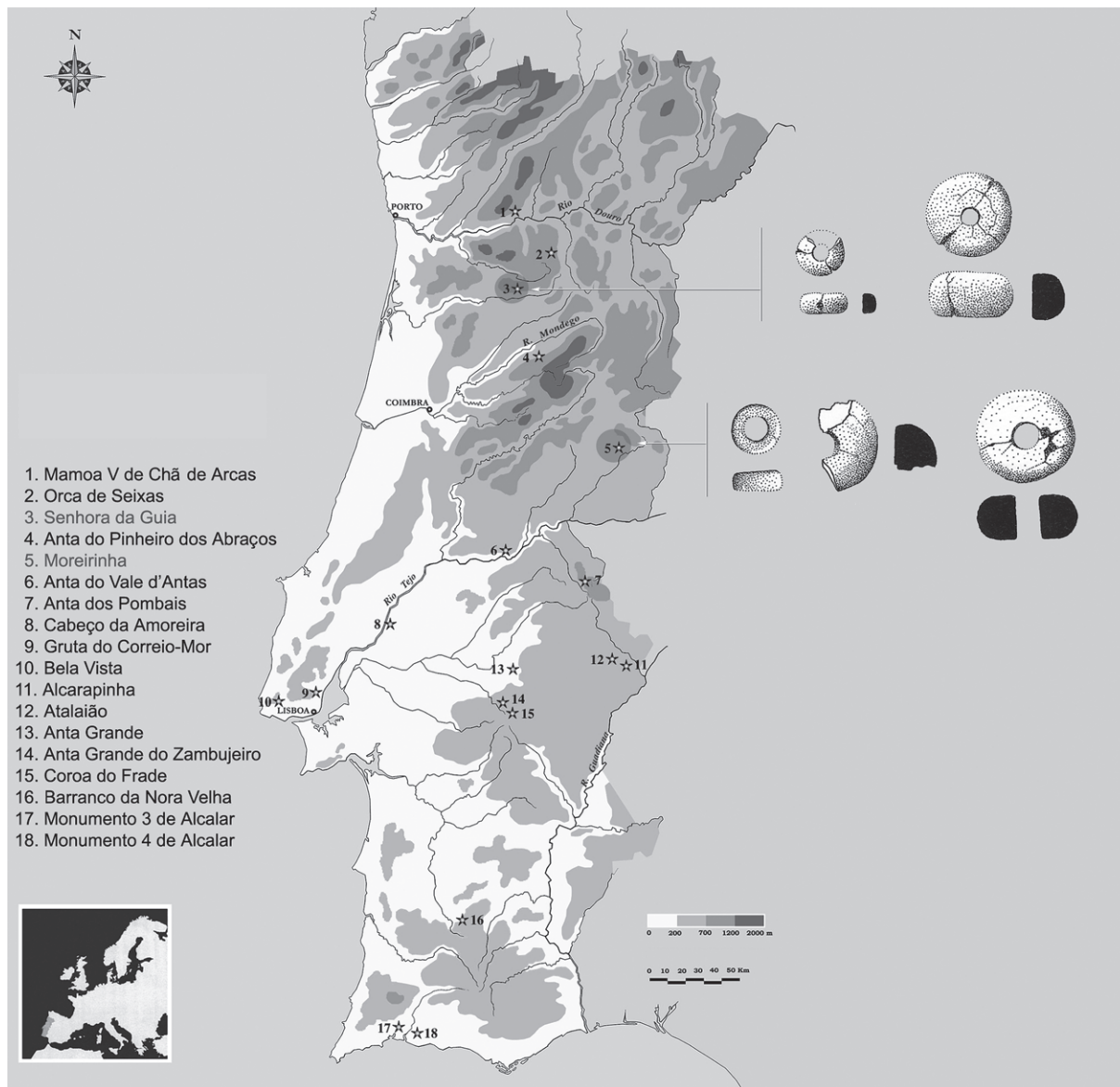


Fig. 4 – Contas de colar em âmbar de origem báltica da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul e da Moreirinha, Idanha-a-Nova, e registo de outros achados de âmbar em contextos pré-históricos.

de âmbar báltico poderiam ter sido obtidos nas costas orientais da Escócia, Inglaterra, Holanda ou Dinamarca, onde chegavam por transporte das correntes marítimas. Por outro lado, do Báltico ou destas regiões, jamais saberemos o rumo que tomaram, sendo igualmente possível que tenham chegado pelo caminho mais curto e directo, por via atlântica e terrestre, como pelo mais longínquo e sinuoso, descendo ao Mediterrâneo e daí até à Beira Alta (VILAÇA, no prelo a). Não esqueçamos, por exemplo, que entre a carga do famoso naufrágio de Ulu Burun, ocorrido junto à costa meridional da Turquia, no século XIII a. C., encontrava-se âmbar de origem báltica (PULAK, 1994).

Portanto, nem o âmbar báltico nem outros bens, concretamente o bronze, autorizam uma obrigatória marcação de rotas lineares e directas.

Há quem preconize, na linha childeana, a existência de mercadores ou comerciantes itinerantes de longo curso, esquecendo, aliás, que os motivos das trocas inter-regionais vão muito para além do comércio, pois também podem ter a ver com ofertas, acordos e alianças, prática de exogamia no âmbito de mecanismos de regulação demográfica, vínculos de parentesco, pagamento de tributos de passagem, eventual transumância, botim, movimentos de população de diversa índole, etc.

Continuo a valorizar como um dos factores de inter-acção social os contactos inter-regionais com percursos muito mais curtos, muitos deles sem contacto directo entre os intervenientes de cada uma das regiões, configurando uma moldura em que os artefactos e outros bens vão passando de mão em mão.

Na altura, as rotas directas e lineares, com frequentes viagens de longo curso, entre os centros de origem e os pontos de chegada seriam certamente excepção, por isso não me convenceu plenamente o recente livro de Kristiansen onde se preconiza, quanto a mim de forma exagerada, a existência frequente de viagens de longo curso, da Escandinávia ao Mediterrâneo e da Irlanda aos Urais durante a Idade do Bronze (KRISTIANSEN & LARSSON, 2006).

Quando os centros de origem e os locais de chegada dos bens permutados são assim tão afastados entre si, um outro problema que se coloca é o de se saber por quantas mãos passaram os bens em circulação. Parece fazer sentido que, quanto maior for a distância entre os centros de origem de um artefacto e os locais onde se encontra, e quanto maior for o número de intermediários, maior será a distorção do seu significado de origem. Mas não é obrigatório que assim seja, pois as distâncias espacial e social de que nos fala Needham (1993: 163), nem sempre seriam proporcionais entre si.

Para o período em análise, este assunto é de particular importância, porque se traduz na questão – que divide os investigadores – de se saber se o bronze que alimentava as trocas no espaço Europeu e Mediterrâneo valia só pelo seu peso e volume, ou também expressaria a incorporação de novos costumes, rituais e ideologia³.

E este último aspecto coloca a questão – que também origina discordância – da real importância da metalurgia do bronze nas trocas inter-regionais. De facto, temos de pensar em muitos outros bens que não só se permutariam, como se avaliariam pelo seu peso, se for esse o entendimento a dar aos ponderais das Beiras e da Estremadura. O seu reduzido peso – oscilando entre 1,82 g e 19,48 g – indica que, com eles, não se poderia avaliar o peso do bronze, antes, decerto, pequenas quantidades de produtos leves, raros e valiosos, como por exemplo, o próprio âmbar (VILAÇA, 2003).

4. Nos contactos entre a Península e o Mediterrâneo Central, e sem se negar o papel das comunicações marítimas E-W, foi recentemente também sublinhada a troca de bens através de complexas redes de distribuição terrestre (GUERRERO AYUSO, 2004: 97).

Nesta hipótese, os contactos com o Norte de Itália poderiam ter sido mais importantes do que se crê, e compreendia-se melhor a advertência de A. Coffyn e H. Sion (1993, p. 289-290) para os estreitos paralelismos entre os conhecidos carrinhos de Bizencio (Viterbo) e de Baiões. Da mesma forma poderia ser entendida a presença das fibulas

³ Para esta problemática, vejam-se os comentários da autora (VILAÇA, 2003; no prelo a).

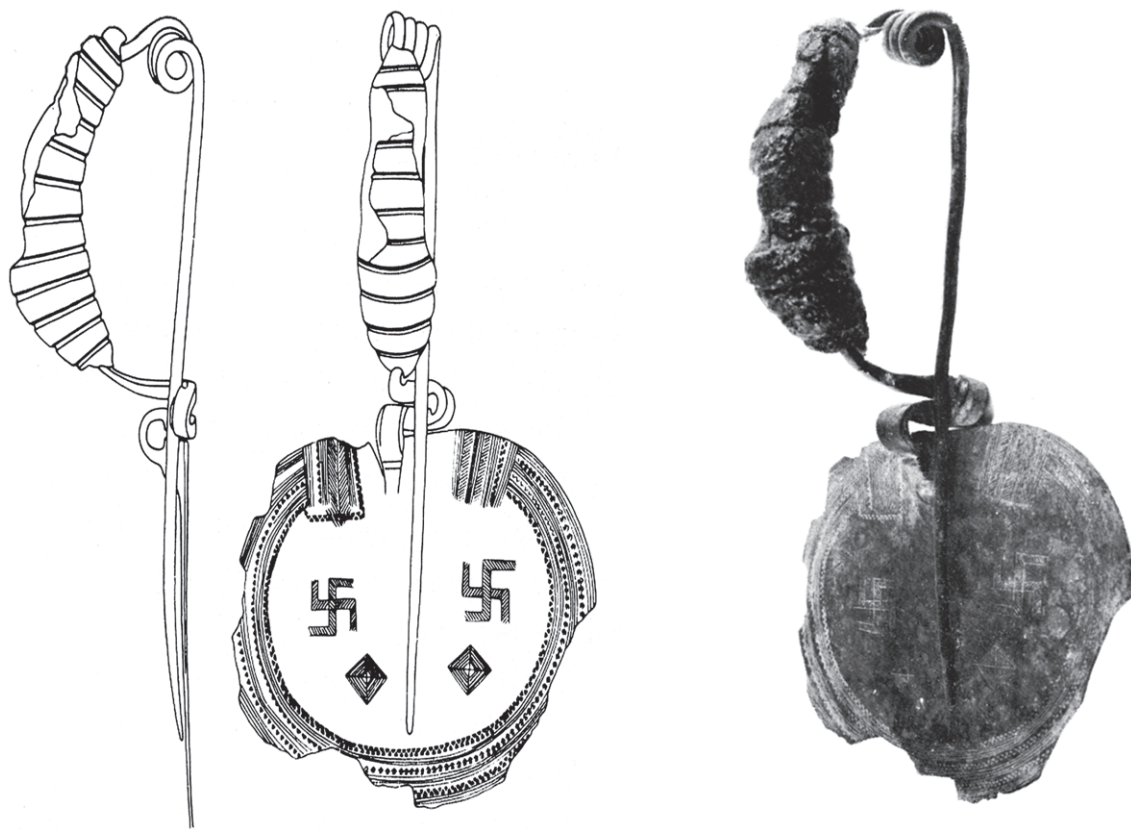


Fig. 5 - Fibula de origem itálica do castro de Pirreitas, Alcobaça (seg. S. Ponte).



Fig. 6 - Peça metálica para picar cavalos proveniente da Sr.ª da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul (seg. B. Armbruster).

de origem itálica (Fig. 5) no castro de Pirreitas (Alcobaça), a que foi atribuída uma cronologia do séc. IX a. C. (PONTE, 1984).

Quando os contactos e a permuta de bens são feitos por via terrestre, naturalmente que deve ser tido em conta o meio de transporte utilizado. Também neste aspecto muito pouco se pode adiantar em concreto, nomeadamente a respeito da verdadeira importância do cavalo como meio de deslocação nessa altura.

Um dos contributos neste campo chega-nos da Antropologia Física, concretamente do estudo dos esqueletos da sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra). Os membros inferiores de um dos esqueletos apresentam significativa robustez, que poderá ser explicada pelo esforço físico de montar a cavalo e repetido ao longo de anos, o que coloca alguns obstáculos à ideia, também ela suportada por outros argumentos, de que se trataria de um navegador sardo (SPINDLER *et al.* 1973-74; CARDOSO, 2004: 223; VILAÇA & CUNHA, 2004, p. 52 e 54, entre outros).

Já os testemunhos arqueológicos do território português relacionáveis com a montada são praticamente inexistentes, constituindo uma das poucas exceções o presumível pico ou *stimulus* de Baiões (Fig. 6) (SILVA *et al.*, 1984, Est. IX-5; Almagro GORBEA, 1998, p. 82). Trata-se de uma peça terminada em espigão, com pequenas argolas penduradas, sem paralelos conhecidos no Ocidente Peninsular, mas com variadíssimos paralelos na Itália setentrional e central.

Portanto, talvez não seja despidendo, por este e pelos exemplos antes apontados, também olhar para a Itália continental como uma das regiões de contacto, tal como o fazemos para as ilhas, Sardenha e Sicília.

5. Sobre as importantes e expressivas conexões entre o Centro do território português e o Mediterrâneo Central, concretamente a Sardenha, nos finais do Bronze Final, já muito se escreveu. Problemática continua a ser a identificação da(s) “nacionalidade(s)” dos navegadores. A intervenção de micénicos, cipriotas, sírio-fenícios e sardos, tem sido apontada por diversos investigadores, admitindo-se igualmente a existência de tripulações multiétnicas, com participação de indígenas e navegadores atlânticos nas viagens que cruzaram, então, o Mediterrâneo (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2005, p. 252, 256).

Os recentes achados fenícios de Huelva e as datas de finais do X-inícios do IX a.C., com eles conectadas, permitiram valorizar também a existência de rotas fenícias entre o Mediterrâneo e o sul da Península no Bronze Final (GONZÁLEZ DE CANALES, 2004, p. 249). Por isso, também este investigador defendeu como possibilidade que os carrinhos de Baiões seriam um produto fenício chegado entre o século X e inícios do VIII a. C.

Tive recentemente oportunidade de discutir Baiões e alguns dos interessantíssimos problemas que lhe estão subjacentes (Vilaça, no prelo a). Um deles prende-se com os resultados radiocarbónicos disponíveis até ao momento, correspondentes a quatro datas.

A data de C 14 (GrN-7484: 2650±130 BP), obtida a partir da madeira do alvado de uma ponta de lança, é de relativo interesse tendo em conta o seu alto desvio-padrão (KALB, 1974-1977).

Maior interesse oferecem as três datas recentemente determinadas⁴, não só por possuírem desvios-padrão relativamente pequenos, mas por terem sido obtidas a partir de sementes (fava e ervilha), portanto elementos de vida curta, o que lhes confere um valor muitíssimo próximo da realidade. As sementes resultaram das escavações realizadas em 1973 por Celso Tavares da Silva, não sendo possível especificar o seu contexto preciso de origem, nomeadamente se oriundas do sector A ou do sector B; sabe-se apenas que foram recolhidas na crivagem das terras (SILVA, 1979, p. 524). Indirectamente, poderemos associá-las aos materiais dessa campanha, os quais correspondem, ao nível dos metais, a um conto e duas pontas de lança, dois “tranchets”, um espeto, etc., e, ao nível das cerâmicas, às de “tipo Baiões”, entre outras, tudo isto numa única camada arqueológica (SILVA, 1979, p. 528).

⁴ Por nossa iniciativa e com a concordância de João Inês Vaz, actual responsável pelos materiais de Baiões à guarda da Universidade Católica (Pólo de Viseu), a quem agradecemos o interesse demonstrado.

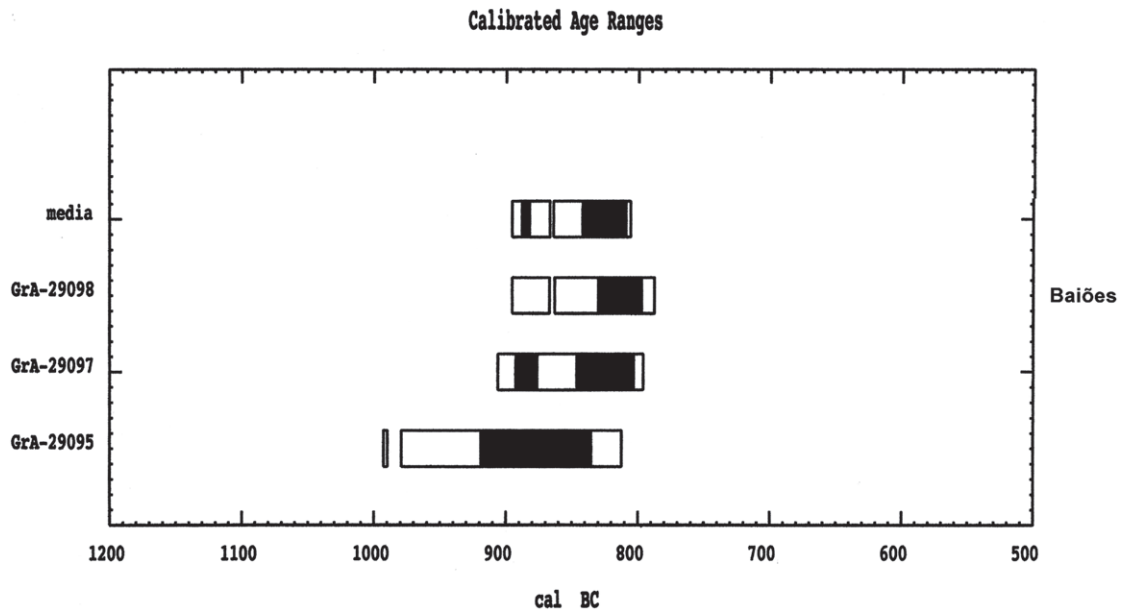


Fig. 7 – Representação gráfica de três datas de ^{14}C da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul.

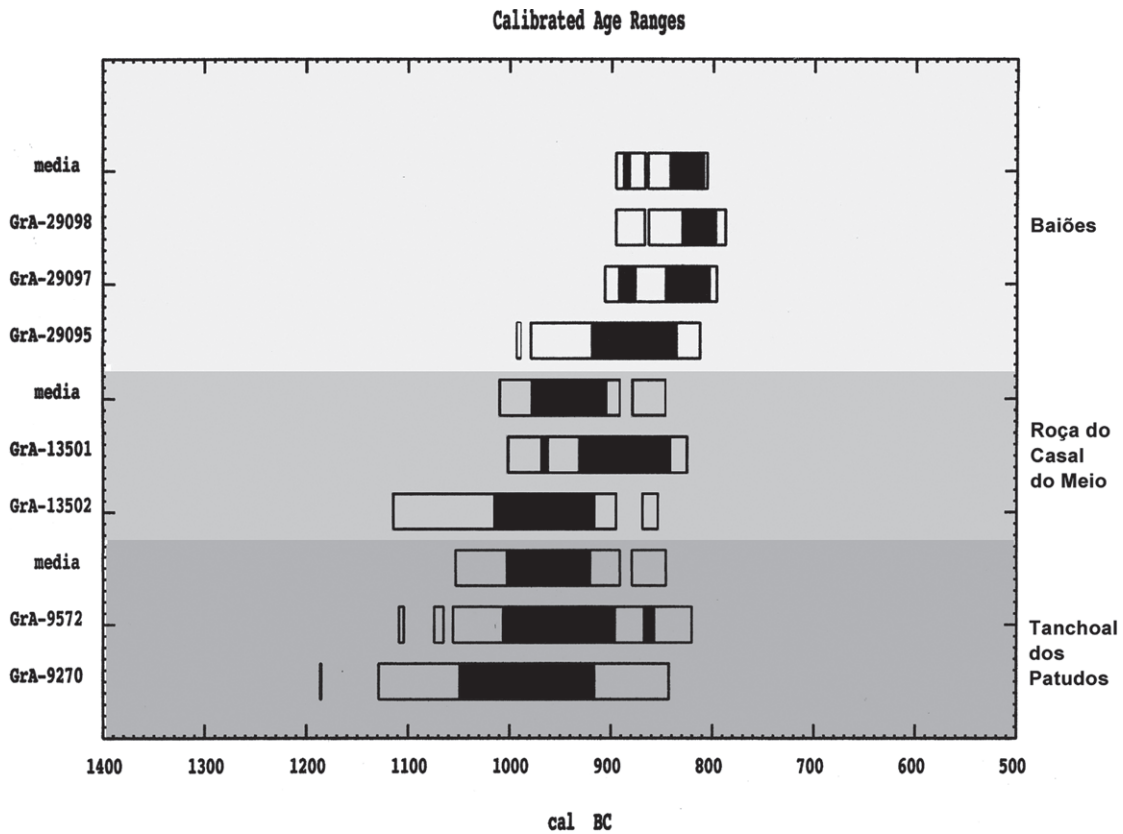


Fig. 8 – Representação gráfica das datas de ^{14}C da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul; Roça do Casal do Meio, Sesimbra; Tanchoal dos Patudos (Alpiarça).

Os resultados (GrA-29095: 2745±40 BP; GrA-29097: 2680±40 BP; GrA-29098: 2650±35 BP), e a média ponderada passível de ser utilizada (2688±22 BP), uma vez calibrados, para um intervalo de confiança de 2 sigma, fornecem os seguintes valores: 993-979 cal. BC., 906-796 cal. BC, 895-787 cal. BC e 895-806 cal. BC. Portanto, podemos apontar para uma cronologia centrada nos sécs. X-IX a.C. (Fig. 7) (VILAÇA, no prelo a).

Confrontando estes resultados com as datações de dois outros casos suficientemente distintos, até pela carga cultural que a historiografia lhes tem atribuído – Roça do Casal do Meio e Tanchoal dos Patudos (Alpiarça) –, verificamos que todos eles, ainda que fornecendo resultados distintos – Tanchoal ligeiramente mais antigo (média ponderada de 2810±35 BP; calibração para 2 sigma: 1053-846 cal. BC), seguido pela Roça do Casal do Meio (média ponderada de 2790±28 BP; calibração para 2 sigma: 1010-846 cal. BC) e depois por Baiões (média ponderada de 2688±22 BP; calibração para 2 sigma: 895-806 cal. BC) –, poderão ter sido contemporâneos num determinado lapso de tempo, ainda que curto, entre finais do séc. X a.C. e a 1.^a metade do séc. IX a.C. (Fig. 8) (VILAÇA, no prelo a).

E, se os compararmos com o que foi publicado para os níveis com ocupação fenícia de Huelva, com uma idade média de 2755±15 BP, que, calibrado para 95,4% de probabilidade, corresponde a 970-960 cal. BC e 930-830 cal. BC⁵, então, teremos de concluir que também o nível fenício de Huelva terá sido parcialmente contemporâneo de todas elas, e muito especialmente sincrónico com a realidade a que se reportam as datas da Roça e de Baiões.

Portanto, numa determinada óptica e recuperando parte da herança legada por certa historiografia, teríamos de dizer que, no Centro do território português e áreas afins, logo nos inícios do I milénio a.C., poderão ter co-existido populações de além-Pirenéus conectadas com os “Campos de Urnas”, populações sardas e/ou fenícias e, sem dúvida alguma, indígenas; alguns destes, talvez mais viajados do que poderíamos imaginar. Ou, pelo menos, poderão ter tido distinta origem, e terem chegado por distintas mãos, as novidades que a arqueologia registou, quer no mundo dos vivos, quer no dos mortos.

Mesmo admitindo como seguros todos estes resultados, o que expressaria um notável “cosmopolitismo”, falta explicar por que motivo as comunidades indígenas do Centro do território português só tiveram acesso, ou só se interessaram, por determinados bens de âmbito mediterrâneo, com sistemática e total ausência de cerâmicas sardas e fenícias, que se encontram em Huelva, numa manifesta expressão de selecção cultural, quaisquer que tenham sido os seus autores.

Portanto, mais dados mas não menos problemas.

6. De entre os diversos testemunhos de finais da Idade do Bronze comprovativos das conexões entre o território português e o Mediterrâneo contam-se, por exemplo, os primeiros artefactos de ferro (VILAÇA, 2006) e de vidro, e algumas peças de bronze com decoração entrançada ou em forma de Y, obtida pelo método da cera perdida, de inequívoca inspiração oriental sardo-cipriota, conforme sublinhado por Almagro Gorbea e Ruiz-Gálvez Priego em vários trabalhos. Mantém-se em aberto o problema de sabermos se as peças em causa serão importações ou produções indígenas que assimilaram, simplesmente, um estilo mediterrâneo. Até porque, ao que parece, nem sequer aquele método sofisticado era desconhecido dos metalurgistas peninsulares. Mas serão importações sardas ou recriações ocidentais? Não sabemos.

Aquele peculiar estilo decorativo encontra-se nos carrinhos de Baiões (Fig. 9), num pequeno fragmento proveniente do Castro de Pragança e nas peças em forma de pega do Monte de São Martinho (Castelo Branco) (VILAÇA, 2004) e do Pé do Castelo (Beja) (LOPES & VILAÇA, 1998), ambas resultantes de recolhas ocasionais. Para mim ainda não é clara a sua função específica, sendo certo, assim me parece, que deveriam ser associadas através das argolas e espiões que possuem, a outras peças, certamente em materiais perecíveis (madeira, cordas, tiras de cabedal, etc.).

⁵ <http://www.ucm.es/info/antigua/cefyp.htm> (consulta efectuada a 3/05/2006).

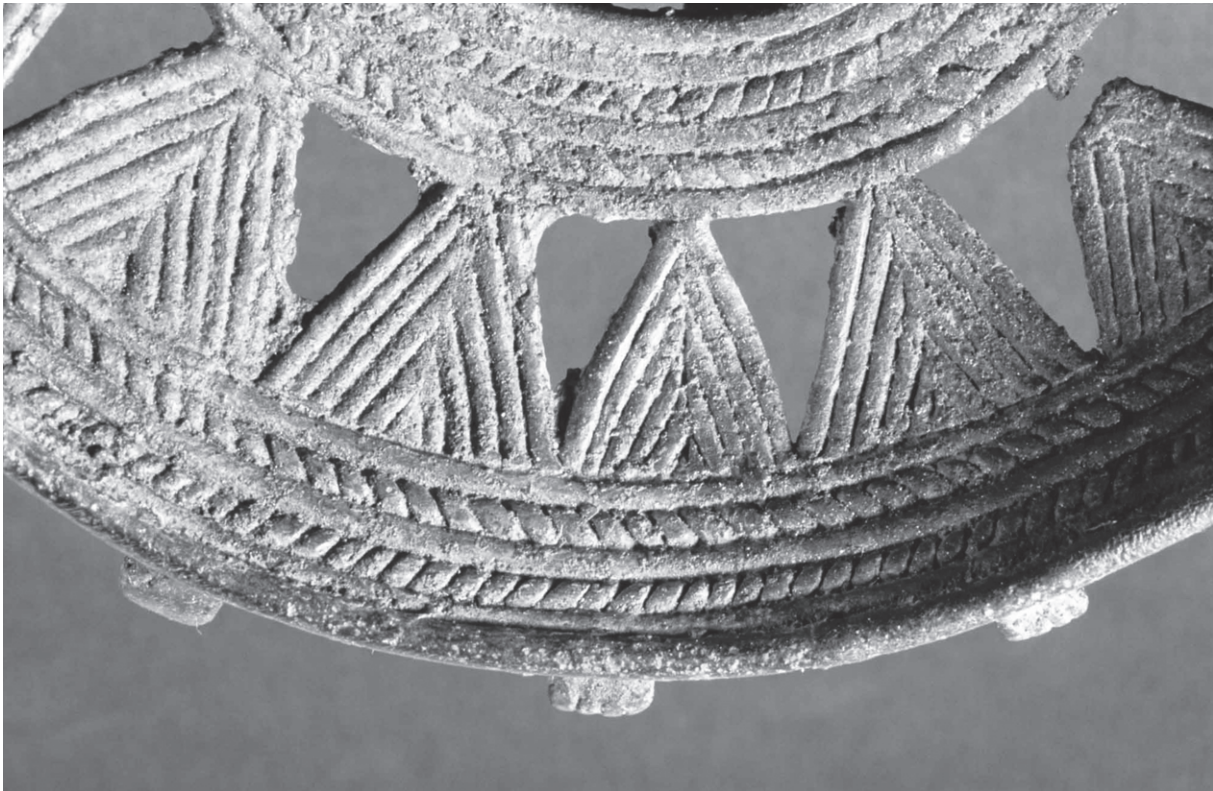


Fig. 9 – Pormenor dos suportes da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul, com a característica decoração em Y (seg. B. Armbruster).

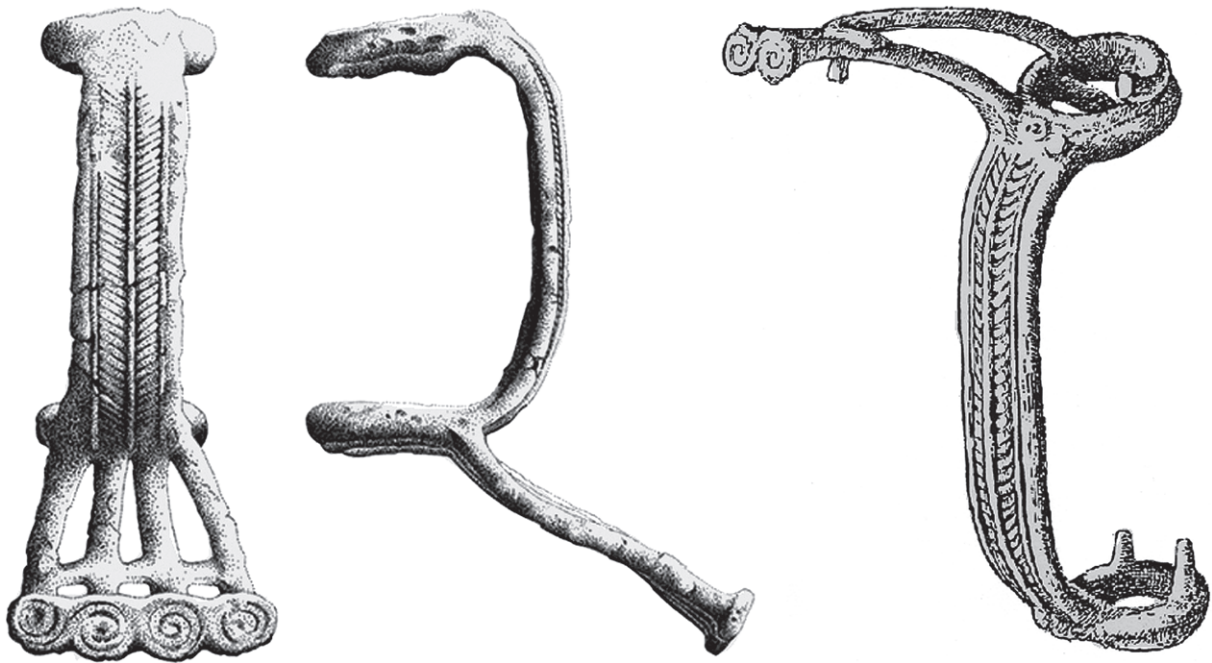


Fig. 10 – Bronzes com decoração em Y do Pé do Castelo (Beja) e Monte Sa Idda (Sardenha) (seg. R. Vilaça e A. Taramelli).

Naquele último caso, é flagrante a similitude com uma das peças do famoso depósito de Monte Sa Idda (Cagliari) (Fig. 10), que foi classificada, embora com insegurança, como esticador de arco (TARAMELLI, 1921, p. 59).

O método da cera perdida tem sido associado a artífices mediterrâneos, nomeadamente cipriotas, que o terão introduzido (juntamente com o ferro) na Sardenha e, a partir daí, na Península (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2005, p. 262). Todavia, essa técnica seria já conhecida pelos artífices do Bronze Final do mundo atlântico, como bem ilustram, entre outros, os espetos articulados e os ganchos de carne de fabrico atlântico. Esta comunhão de conhecimentos tecnológicos, da parte dos artífices mediterrâneos e atlânticos, em nada ajuda, obviamente, a determinar a autoria daquele tipo de peças.

7. Numa outra categoria, inserem-se as fíbulas e as pinças, que não só expressam uma novidade formal de matriz mediterrânea, como, alterações na forma de vestir, uma nova estética de transformação do corpo e da aparência, com significado social, conforme tem sido sublinhado por diversos investigadores.

E é bem possível, como também já foi defendido (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1993, p. 56; 1998, p. 223; CÁCERES GUTIÉRREZ, 1997), que a adopção das primeiras tivesse sido acompanhada da importação de tecidos de luxo com padrões atraentes, geométricos e complexos, os quais, de alguma forma, poderiam encontrar-se reproduzidos nas cerâmicas pintadas a vermelho de “tipo Carambolo”, características da Andaluzia, mas que também atingem o Alentejo e a Beira Baixa, chegando aos contra-fortes da serra da Estrela, designadamente ao castro do Cabeço da Argemela (Fundão)⁶ (Fig. 11).

De facto, ninguém ignora a importância do papel desempenhado pelos tecidos de luxo no comércio com o Mediterrâneo e em particular na órbita fenícia. Mas não ignoremos também que nem todos os tecidos de luxo, pintados a vermelho, se devem aos Fenícios e, muito antes deles, em meados do III milénio a. C., já eram conhecidos entre as comunidades indígenas do Ocidente Peninsular, como ficou demonstrado no interessante trabalho sobre um fragmento de tecido que envolvia um machado de cobre do monumento 1 da necrópole de Belle France (Caldas de Monchique) (SOARES & RIBEIRO, 2003). A sua análise permitiu ver que se tratava de um linho com faixas avermelhadas, possivelmente aplicadas por pincelagem com um corante, identificado como sendo garança ou ruiva dos tintureiros, planta subspontânea em Portugal, cuja raiz, avermelhada, oferece qualidades em tinturaria⁷.

Quanto às pinças (Fig. 12), e como bem notou Ruiz-Gálvez Priego em diversos trabalhos, fariam parte, conjuntamente com os pentes, dos cuidados pessoais a ter com a barba, e, por conseguinte, expressam também um novo padrão estético identificativo, e, pelos contextos conhecidos – sepultura da Roça do Casal do Meio, povoados de Monte Airoso (Penedono), Monte do Frade (Penamacor) ou Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) –, na vida e na morte.

Mas este “novo” padrão estético, de âmbito mediterrâneo, talvez não seja tão distinto assim do que encontramos no mundo atlântico, ainda que, aí, envolvendo instrumentos formalmente diferentes mas funcionalmente idênticos. No primeiro utilizam-se pinças, no segundo recorre-se às igualmente delicadas navalhas de barba, como as do Abrigo Grande das Bocas (CARREIRA, 1994, p. 85 e Est.XXXIII-5) e das Caldas de Monchique (SCHUBART, 1975, p. 85 e Taf. 10-46), também elas de excepção, de conotação etária, de género e de poder (Fig. 13).

Portanto, aparentemente, neste caso, Atlântico e Mediterrâneo mais próximos que distantes, na essência, não tanto na forma.

⁶ Em estudo pela autora.

⁷ No seu interessante livrinho, *Plantas Tintoriais Portuguesas*, Porto, 1927, p. 13 e 59, Orlanda Cardoso refere-se à *Rubia tinctorum* Lin., planta de raiz vermelha, sobretudo nas de muita idade, cuja cultura é feita em terrenos húmidos. Esta raiz, associada a sais de alumínio, tingem desde o vermelho ao rosa; com sais de ferro, tingem desde o negro à cor lilaz; a mistura de sais de ferro e de alumínio (como mordente) e a raiz de granza (como corante) tingem do castanho escuro ao sépia.



Fig. 11 – Cerâmica de “tipo Carambolo” proveniente do castro do Cabeço da Argemela, Fundão (Museu Municipal do Fundão).

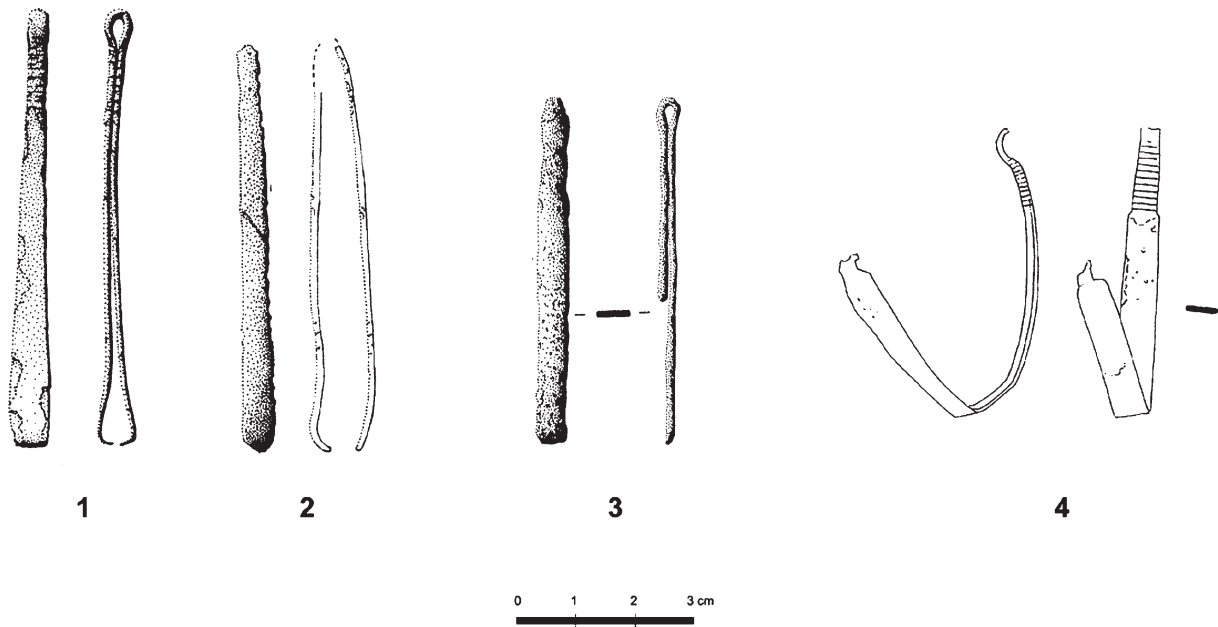


Fig. 12 – Pinças do Monte do Frade, Penamacor) (1 e 2); Monte do Trigo, Idanha-a-Nova (3); Monte Airoso, Penedono (4) (seg. R. Vilaça).

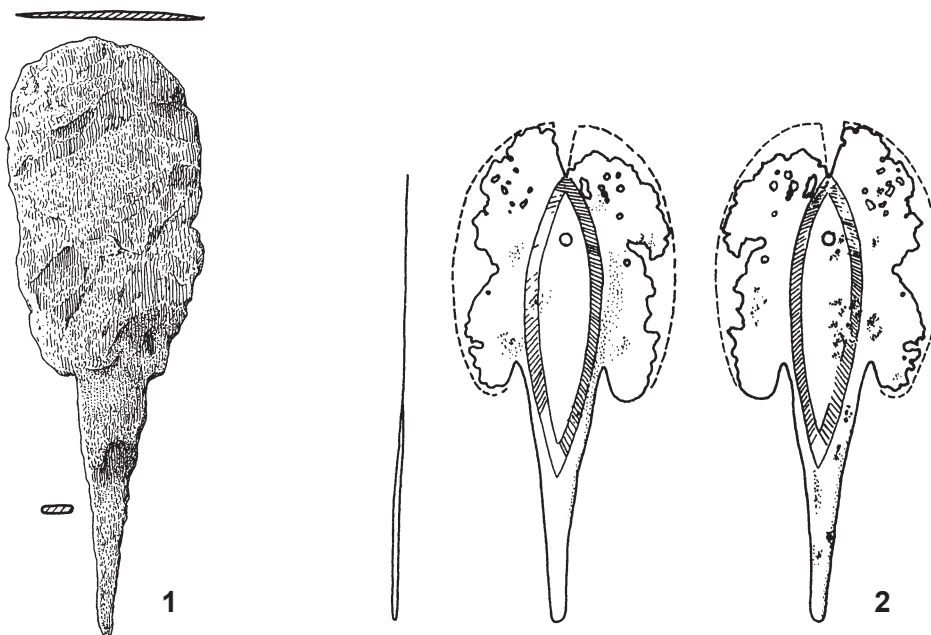


Fig. 13 – Navalhas de barbear de Caldas de Monchique (1) e do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (2) (seg. H. Schubart e J. R. Carreira).



Fig. 14 – Molde de possível cabo galonado de espelho proveniente da Azenha da Misericórdia, Serpa (seg. R. Vilaça).

8. Mais difícil de entender é o motivo pelo qual, no conjunto dos artefactos de âmbito mediterrâneo, uns são importados e/ou imitados e outros aparentemente apenas representados. Refiro-me agora, em concreto, ao caso dos espelhos, circunscritos à sua imagem gravada na pedra, como se vê no monólito de S. Martinho (Castelo Branco), ou na estela de Ervidel (Beja) (GOMES & MONTEIRO, 1976-77, p. 298 e 315).

Parece fazer sentido que pinças e espelhos seriam partes de um mesmo “kit” de transformação do corpo, e, por conseguinte, deveriam ser tratados de forma idêntica. A verdade é que das primeiras existem objectos reais, que foram manipulados, usados, exibidos, como vimos. Dos segundos, não há vestígios antes da Idade do Ferro.

É verdade que conhecemos um molde em xisto mosqueado de um mais que provável cabo de espelho galonado (Fig. 14) do povoado da Azenha da Misericórdia (Serpa), mas a sua cronologia não é segura, podendo ser do Bronze Final ou já da Idade do Ferro. Confirmando-se a sua função e cronologia mais antiga, teríamos uma prova do fabrico daquele tipo de espelhos. A peça foi recolhida em prospecções por uma antiga aluna do Instituto de Arqueologia da FLUC que, em trabalho escolar, o descreve e interpreta correctamente (ANDRÉ, 1994, p. 26 e

Fig. 30-31). Posteriormente, na sua publicação, é-lhe atribuída idêntica interpretação (SOARES, 1996, p. 105 e Fig. 8).

Espelhos com pega galonada encontram-se representados em diversas estelas do SW, mas também agora na Beira Alta, como mostra uma segunda estela encontrada no Baraçal (Sabugal) onde, à composição básica de escudo, espada e lança, se junta igualmente a figura de um espelho (Fig. 15)⁸.



Fig. 15 – Estela de Baraçal 2, Sabugal (seg. J. N. Marques).

⁸ Em estudo pela autora, André Tomás Santos e João Nuno Marques.

Fariam os espelhos parte da realidade ou expressariam antes uma linguagem simbólica e uma aspiração das elites na linha da ideia defendida por Galán Domingo (1993)?

9. O Ocidente peninsular conheceu, na charneira do II para o I milénios a. C. e inícios deste, um profundo e complexo processo de transformação, onde couberam realidades heterogéneas, díspares, até mesmo contraditórias. Atlântico e Mediterrâneo cruzaram-se no Centro do território português, permeabilizando-se. Esta co-existência é particularmente evidente ao nível das trocas e da circulação de bens, praticadas a diferentes escalas e com objectivos não menos distintos (VILAÇA, 2003, p. 276).

Por conseguinte, as coisas terão sido bem mais complexas do que uma simples visão dicotómica que valorize a substituição de um sistema baseado num “modo de produção doméstico”, com trocas directas e de pequena escala, por um sistema mercantil ou mesmo proto-mercantil, determinado pelo valor intrínseco do produto que se trocava e já não pelo acto em si. O modo de funcionamento e a forma de percepção do mundo das entidades que os investigadores denominam de pré e de proto-históricas coexistirão ainda durante algum tempo.

Até que ponto todas essas novidades – objectos, estilo, tecnologia (mas não cerâmicas ou formas e técnicas de construção distintas) – terão afectado e interferido nos processos culturais indígenas? É muito difícil dar uma resposta segura e substanciada. Mas não me parece que neles tenha radicado qualquer processo de transformação profunda e globalizadora da estrutura das comunidades do Ocidente Peninsular nos finais da Idade do Bronze.

Desta comunicação não há propriamente conclusões a tirar porque muito ficou por dizer. Limitei-me a comentar alguns dados de ampla distribuição geográfica e, por isso, difíceis de articular, os quais carecem ainda de muita reflexão. É óbvio que a análise dos problemas a uma escala europeia e mediterrânea permite focalizar determinados ângulos que, de outro modo, passariam despercebidos. Mas creio muito imprudente o apelo de Kristiansen para que os arqueólogos abandonem os estudos contextuais e processuais locais (KRISTIANSEN & LARSSON, 2006, p. 409). Sem estes, podemos ser tentados pela ficção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO GORBEA, M. (1998) – Precolonización y Cambio Sócio-Cultural en el Bronce Atlántico. In JORGE, S. O. ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA, p. 81-100. (*Trabalhos de Arqueologia*. 10).
- ANDRÉ, M. C. M. (1994) – *O Castro da Azenha da Misericórdia (Serpa) – um ensaio de interpretação espacial*. Coimbra: Instituto de Arqueologia (trabalho escolar policopiado).
- ARMBRUSTER, B. (2002-2003) – A metalurgia da Idade do Bronze Final Atlântico do Castro de Nossa Senhora da Guia, de Baiões (S. Pedro do Sul, Viseu). *Estudos Pré-históricos*. Viseu: CEPBA. X-XI, p. 145-155.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 23, p. 9-156.
- CÁCERES GUTIÉRREZ, Y. E. (1997) – Cerámicas y tejidos: sobre el significado de la decoración geométrica del bronce final en la Península Ibérica. *Complutum*. Madrid. 8, p. 125-140.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 12).
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Castelo Branco). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 6, p. 325-345.

- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História Recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris. Diffusion de Boccard. Publ. Centre Pierre Paris 11. Col. Maison Pays Ibériques 20.
- COFFYN, A.; SION, H. (1993) – Les relations atlanto-méditerranéennes. Elements pour une révision chronologique du Bronze final atlantique. *Méditerranéo*. Lisboa. 2, p. 285-310.
- GALÁN DOMINGO, E. (1993) – *Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense (*Complutum extra*. 3).
- GIARDINO, C. (1995) – *Il Mediterraneo occidentale fra XIV ed VIII secolo a. C. Cerchie minerarie e metallurgiche. The West mediterranean between the 14th and 8th Centuries B. C. Mining and metallurgical spheres*. Oxford. British Archaeological Reports. IS. 612.
- GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1976-77) – As estelas decoradas da herdade de Pomar (Ervidel, Beja) – estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. II-III, p. 281-343.
- GONZÁLEZ de CANALES CERISOLA, F. (2004) – *Del Occidente mítico griego a Tarsis-Tarteso*. Madrid: Biblioteca Nuova.
- GUERREO AYUSO, V. (2004) – Las Islas Baleares en los derroteros del Mediterráneo Central y Occidental. In PEÑA, V. et al. (eds.) – *La navegación Fenicia. Tecnología naval y derroteros*. Madrid. Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, p. 85-133.
- KALB, P. (1974-77) – Uma data C-14 para o Bronze Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 141-144.
- KALB, P. (1980) – O Bronze Atlântico em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães. Vol. I, p. 113-120.
- KARAGEORGHIS, V. e LO SCHIAVO, F. (1989) – A west mediterranean obelos from Amathus. *Rivista di Studi Fenici*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche. XVII (1), p. 15-29.
- KRISTIANSEN, K. & LARSON, T. B. (2006) – *La emergencia de la sociedad del Bronce. Viajes, transmisiones y transformaciones*. Barcelona: Bellaterra arqueologia.
- LO SCHIAVO, F. (1991) – La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final Atlantique. In CHEVILLOT, C. e COFFYN, A. dir. – *L'Age du Bronze Atlantique*. A.MU.SA. Beynac-et-Cazenac, p. 213-226 (Actes du 1er Colloque du Parc Archéologique de Beynac).
- LOPES, M. C. e VILAÇA, R. (1998) – Peça do Bronze Final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja). *Arquivo de Beja*. Série III, 7/8, p. 63-84.
- NEEDHAM, S. (1993) – Displacement and Exchange in Archaeological Methodology. In SCARRE, C. e HEALY, F. eds. – *Trade and Exchange in Prehistoric Europe*. Oxford: Oxbow Monograph 33, p. 161-169.
- PONTE, S. (2001) – Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré). *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 87-95.
- PULAK, C. (1994) – 1994 excavation at Ulu Burun. The final Campaign. *Institute of Nautical Archaeology Quarterly*. Texas: INA. 21 (4), p. 8-16.

- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1983) – Espada procedente de la Ria de Larache en el Museo de Berlin Oeste. In *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*. 2, p. 63-68.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1986) – Navegacion y comercio entre el Atlántico y el Mediterraneo a fines de la Edad del Bronce. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 43, p. 9-42.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1993) – El Occidente de la Península Ibérica, punto de encuentro entre el Mediterraneo y el Atlántico a fines de la Edad del Bronce. *Complutum*. Madrid. 4, p. 41-68.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce*, Barcelona: Crítica.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (2005) – Der *Fliegende Middlemeermann*. Piratas y héroes en los albores de la Edad del Hierro”. In CELESTINO PÉREZ, S. e JIMÉNEZ ÁVILA, J. eds. – *El Período Orientalizante. Actas del Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida, p. 251-275 (Anejos de *Archivo Español de Arqueologia*, 35).
- SAMSON, A. (2006) – Offshore finds from the Bronze Age in North-Western Europe: the shipwreck scenario revisited. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 25 (4), p. 371-388.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Madrider Forschungen. Band 9. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2005) – O outro lado do comércio orientalizante: aspectos da produção metalúrgica no pólo indígena, o caso das Beiras portuguesas”. In CELESTINO PÉREZ, S. e JIMÉNEZ ÁVILA, J. eds. – *El Período Orientalizante. Actas del Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida, p. 901-910 (Anejos de *Archivo Español de Arqueologia*, 35).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. & PEDRO, I. (2000) – Between myth and reality: the foundry área of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia metallurgy”. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 5, p. 61-77.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T.; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna*. Porto, p. 73-109 (Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão).
- SILVA, C. T. (1979) – O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul). *Beira Alta*. Viseu. 38 (3), p. 511-531.
- SILVA, F. P. (s/d) – *Estação arqueológica do Cabeço do Vouga. Um olhar sobre o passado feito presente*. Câmara Municipal de Águeda: Gabinete de História e Arqueologia.
- SOARES, A. M. (1996) – Povoado da Misericórdia (Margem esquerda do Guadiana, Serpa). Ocupações humanas e vestígios metalúrgicos. *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 103-116.
- SOARES, A. M. & RIBEIRO, M. I. (2003) – Identificação, análise e datação de um tecido pintado proveniente de um monumento megalítico da necrópole de Belle France (Monchique, Algarve, Portugal). In *Libro de Resúmenes de Actas del V Congreso Ibérico de Arqueometría*. Puerto de St.^a Maria, p. 155-156.
- SPINDLER, A. ; BRANCO, A. C.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1973-74) – Le monument à coupole de l'âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-154.
- TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio di bronzi nuragici di Monte Sa Idda, Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*. 27, p. 6-98.

- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. 2 vols. Lisboa: IPPAR (*Trabalhos de Arqueologia*, 9).
- VILAÇA, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 21, p. 245-288.
- VILAÇA, R. (2004) – Ecos do Mediterrâneo no Monte de São Martinho (Castelo Branco): a propósito de um artefacto do Bronze Final. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco. Nova série. 3, p. 3-16.
- VILAÇA, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados”. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (no prelo a) – Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S.; RAFEL, N. & ARMADA, X.-L. eds. – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*. Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC.
- VILAÇA, R. (no prelo b) – On the Late Bronze Age tranchets from the Western Iberian Peninsula. In ARMBRUESTER, T. ed. – *Homage to Philine Kalb*. Habelt Verlag, Bonn, 2008.
- VILAÇA, R. e CRUZ, D. J. (1999) – Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto. 24, p. 73-99.
- VILAÇA, R.; BECK, C.; STOUT, E. (2002) – Provenience analysis of prehistoric amber artefacts in Portugal. *Madridier Mitteilungen*. Madrid. 43, p. 61-78.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A. A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.
- VILAÇA, R.; OSÓRIO, M. & FERREIRA, M. C. (2004) – Nem tudo o que parece é. Um caso de etnoarqueologia na Serra Gorda (Águas Belas, Sabugal). *Norba, Revista de Historia*, Cáceres. 17, p. 137-156.
- VILAÇA, R. & CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. Almada. II série. 13, p. 48-57.

CAVALOS-DE-FRISA E MURALHAS VITRIFICADAS NO BRONZE FINAL DO SUDOESTE. PARALELOS EUROPEUS

António M. Monge Soares*

RESUMO

Na Europa são conhecidos mais de 200 povoados fortificados que mostram evidências das suas muralhas terem sido sujeitas a um aquecimento intenso, o que levou à vitrificação dessas estruturas. Nas rochas silicatadas, a vitrificação ocorre através de uma fusão total ou parcial de minerais primários e formação de uma fase vítrea. A vitrificação das muralhas, que só ocorrerá quando estas tiverem sido construídas com madeira e pedras, pode ter tido uma função construtiva, originando uma muralha mais sólida, ou destrutiva, se foi incendiada e arrasada devido a um qualquer conflito, ou, ainda, para formar uma estrutura de condenação de contextos pré-existentes. A vitrificação de muralhas de povoados proto-históricos ibéricos, mais precisamente no Sudoeste, foi pela primeira vez registada, já na década de noventa, no povoado do Monte Novo (Évora), com ocupações do Bronze Final, da Idade do Ferro e da Época Romana, e no do Passo Alto (Vila Verde de Ficalho), sendo aí atribuível a uma ocupação do Bronze Final. Outras muralhas vitrificadas foram posteriormente identificadas em Portugal, nomeadamente no Castelo Velho de Safara (I. do Ferro) e no Cerro das Alminhas-Sarnadinha (Bronze Final) e, em Espanha, nos povoados sidéricos da Fragua del Romualdo (Encinasola, Huelva), do Pico del Castilho (El Gasco, Cáceres), do Pico del Pozo de los Moros (Villasrubias, Salamanca). No povoado da Misericórdia (Serpa), com ocupações do Bronze Final e da 2ª Idade do Ferro, um muro vitrificado, fazendo parte de uma estrutura com uma base de maiores dimensões não vitrificada, foi datado por arqueomagnetismo. A estrutura que, muito provavelmente, faria parte de uma torre defensiva, tem uma data absoluta de 842-652 cal. BC.

De todos estes povoados, apenas o do Passo Alto tem sido objecto de escavações arqueológicas programadas, que permitiram identificar um sistema de defesa complexo. Deste fazia parte uma muralha, na zona de mais fácil acesso ao povoado, constituída por terra calcada misturada com pequenas pedras; seria encimada por uma estrutura de blocos de xisto e madeira que, a certa altura, terá sido incendiada, junto à entrada do povoado. Este troço da muralha foi, então, substituído por um outro, que foi adossado à sua face externa, constituído também por terra calcada misturada com pequenos fragmentos de xisto, revestido na face exterior por uma fiada de pedras sobrepostas e, na face interna, por grandes lajes e blocos de xisto colocados lado a lado de cutelo. A reforçar este sistema de defesa, existia um pequeno fosso e uma faixa de 30x30 m de cavalos-de-frisa, a barrar o corredor de mais fácil acesso ao povoado. Através da datação pelo radiocarbono de amostras de vida curta foi determinado um *terminus post quem* (século X a.C.) para a destruição da muralha e um *ante quem* (século IX a.C.) para a erecção dos cavalos-de-frisa.

No Sudoeste peninsular são raros os povoados que apresentam cavalos-de-frisa. Além do Passo Alto, apenas mais quatro – o Castillo de la Peñas, na serra de Aroche (Huelva), e o Castrejón de Capote, o Castro de Batalla del

* Instituto Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10, 2686-953 Sacavém. amsoares@itn.pt.

Pedruégano e o de Reina, na província de Badajoz. Os dois últimos têm uma primeira ocupação atribuível à 2ª Idade do Ferro e o segundo terá tido uma primeira ocupação do Bronze Final. O primeiro sofreu várias ocupações desde a Pré-história à Idade Média. Situação paralela à daqueles ocorre nos das zonas montanhosas que bordejam a Meseta Ibérica. Algumas dezenas de povoados apresentam este sistema complementar de defesa, sendo aí atribuíveis à I Idade do Ferro ou, mais frequentemente, de momentos posteriores que podem atingir o período republicano. Situação semelhante é também a que ocorre em outras regiões europeias, nomeadamente na Grã-Bretanha e na Europa central. No entanto, na Península Ibérica, existe um outro povoado fortificado, o de Els Vilars de Arbeca (Catalunha), que apresenta uma muralha com torres, fosso e um campo de cavalos-de-frisa, muito provavelmente contemporâneos do sistema de defesa do Passo Alto, conforme datações pelo radiocarbono de amostras associadas àquelas estruturas.

O povoado do Passo Alto e o da Misericórdia, se considerarmos a estrutura datada como fazendo parte do seu sistema defensivo, constituem dois exemplos de que o fenómeno da vitrificação das muralhas, relativamente frequente no Noroeste europeu, também se observa no Sudoeste da Europa, podendo ter aqui ter uma data recuada. De igual modo, tendo em conta os dados do Passo Alto e também do povoado de Els Vilars de Arbeca, os campos de cavalos-de-frisa fazem a sua aparição na Sul da Europa durante o primeiro quartel do I Milénio a.C. A falta de intervenções de campo na Meseta e em outras áreas europeias, onde esse sistema de defesa se encontra registado, poderá constituir uma explicação para que apenas estes dois povoados apresentem a cronologia mais antiga para os campos de cavalos-de-frisa.

1 - INTRODUÇÃO

Na Europa são conhecidos mais de 200 povoados fortificados, nos quais é possível reconhecer que as suas muralhas foram sujeitas a um aquecimento intenso, o que provocou a vitrificação total ou parcial dessas estruturas (KRESTEN, 2004) – daí a conhecida denominação anglo-saxónica de “*vitrified forts*”. A vitrificação das muralhas só ocorrerá quando estas tiverem sido construídas com madeira e pedras (“*timber-laced*” ou “*timber-clad ramparts*”) ou com uma base de pedra ou terra, encimada por uma paliçada de madeira. Pode ter tido uma função construtiva, originando uma muralha mais sólida (BROTHWELL *et al.*, 1974; KRESTEN e& AMBROSIANI, 1992), ou destrutiva, se foi incendiada e arrasada devido a um qualquer conflito (CHILDE, 1935; MACKIE, 1976; NISBET, 1974, 1982), ou, ainda, para formar uma estrutura de condenação de contextos pré-existentes (RALSTON, 2006).

Nas rochas silicatadas, a vitrificação ocorre através de uma fusão total ou parcial de minerais primários e da formação de uma fase vítrea. As temperaturas habituais para que essa fusão ocorra estariam compreendidas entre os 1050 e os 1235 °C (DÍAZ-MARTÍNEZ *et al.*, 2005; CATANZARATI *et al.*, 2007); no entanto, estudos recentes indicam que a vitrificação pode ter sido obtida mais facilmente do que se julgava, uma vez que poderá ocorrer a temperaturas mais baixas, a cerca de 850 °C, iniciando-se por uma reacção entre as micas (biotite) e o quartzo (FRIEND *et al.*, 2007):



Existe, assim, uma maior compatibilidade entre o que se conhece da pirotecnologia proto-histórica e a vitrificação das muralhas, tornando mais aceitável a possibilidade de, a essas temperaturas, se vitrificarem dezenas, quando não centenas, de metros de muralha, o que seria difícil de aceitar e explicar se o processo, num contexto de função construtiva, implicasse a obtenção de temperaturas superiores aos 1000 °C. Note-se, no entanto, que já na primeira metade do séc. XX, exercícios de arqueologia experimental tinham mostrado a exequibilidade de, utilizando apenas uma ventilação natural (não forçada), se proceder à vitrificação de um troço de muralha construída com pedras e troncos de árvores entrelaçados (CHILDE & THORNEYCROFT, 1937a).

A vitrificação de muralhas em povoados proto-históricos ibéricos, mais precisamente nos do Sudoeste, foi pela primeira vez registada, já na década de noventa, no povoado dos Castelos de Monte Novo/Cidade dos Cuncos, próximo

de Évora (BURGESS *et al.*, 1999), com ocupações do Bronze Final, da Idade do Ferro e da Época Romana, e no do Passo Alto (Vila Verde de Ficalho), sendo aí atribuível a uma ocupação do Bronze Final (DÍAZ-MARTÍNEZ *et al.*, 2005).

Também relacionado com os sistemas de defesa em uso durante a Proto-história europeia, tem sido registado, como fazendo parte de alguns deles, campos de cavalos-de-frisa ou barreiras de pedras fincadas (conforme os queiramos denominar) implantados no exterior das muralhas, geralmente nas áreas planas de mais fácil acesso. Os cavalos-de-frisa não são mais que pedras de formato prismático ou piramidal, fincadas erectas no solo, próximas umas das outras. Como obstáculo, teriam por missão impedir não só a aproximação da cavalaria, mas tornariam também a infantaria mais vulnerável na sua aproximação às muralhas (HARBISON, 1968).

Até há pouco tempo, estes campos de pedras fincadas eram praticamente desconhecidos no registo arqueológico referente ao Sudoeste Ibérico, ao contrário do que acontecia para as regiões montanhosas que bordejam a Meseta Ibérica onde, desde há muito, é conhecida a existência de várias dezenas de povoados fortificados que apresentam cavalos-de-frisa como integrantes do seus sistemas de defesa.

As intervenções de campo realizadas no povoado proto-histórico do Passo Alto, já atrás referido a propósito da sua muralha vitrificada, têm permitido uma investigação e um registo aprofundados do seu campo de cavalos-de-frisa, o qual se encontra muito bem conservado, ao contrário do que acontece nos poucos povoados conhecidos do Sudoeste que apresentam esta estrutura defensiva (BERROCAL-RANGEL, 2003). Por tudo isto, o Passo Alto servirá de base ao estudo sobre muralhas vitrificadas e campos de cavalos-de-frisa, que a seguir se apresenta.

2 - A VITRIFICAÇÃO DAS MURALHAS EM POVOADOS PROTO-HISTÓRICOS

2.1 - O Povoado do Passo Alto

O povoado do Passo Alto situa-se no Baixo Alentejo, na freguesia de Vila Verde de Ficalho (concelho de Serpa), na confluência da ribeira de Vidigão com o rio Chança, afluente do Guadiana (Fig. 1). O Passo Alto ocupa uma área grosseiramente triangular, delimitada pelas margens abruptas do Chança e do seu afluente Vidigão, a qual desce algumas dezenas de metros em direcção ao vértice formado por aqueles dois rios. A zona do povoado oposta a este vértice (o núcleo **A**) ocupa a área aplanada do Passo Alto de cotas mais elevadas (Fig. 2). Encontram-se aí numerosos blocos e lajes de xisto, resultantes do derrube da muralha que, nesse lado, protegia o povoado. Numa região restrita, na área mais a norte, no interior imediato da muralha, observam-se numerosos blocos informes vitrificados de rocha (xisto) local (Figs. 3 e 4). Para além deste núcleo de ocupação humana existe um outro (núcleo **B**) implantado no topo e de um lado e doutro nas áreas menos íngremes das vertentes da colina que constitui o vértice do triângulo delimitado pelos dois rios (ver Fig. 1). Entre os dois núcleos não foi, até hoje, encontrado qualquer vestígio arqueológico.

O Passo Alto tem sido, desde os anos oitenta (mais precisamente, nos anos de 1984, 1987, 2006 e 2007), objecto de escavações arqueológicas programadas, que permitiram identificar um sistema de defesa complexo e determinar a origem daquelas pedras vitrificadas. Do sistema de defesa fazia parte uma muralha, na zona de mais fácil acesso ao povoado, constituída por terra calcada misturada com pequenas pedras (Fig. 5 – estrutura 4-A); seria encimada por uma estrutura de blocos de xisto e madeira ou por uma paliçada de madeira que, a certa altura, junto à entrada do povoado, foi incendiada de um modo accidental ou deliberadamente. Devido a essa acção, este troço da fortificação terá vitrificado e colapsado para a área interior à muralha. Daí que a quase totalidade dos blocos vitrificados se encontre ou tivesse sido encontrada, durante as intervenções arqueológicas de campo, nessa área.

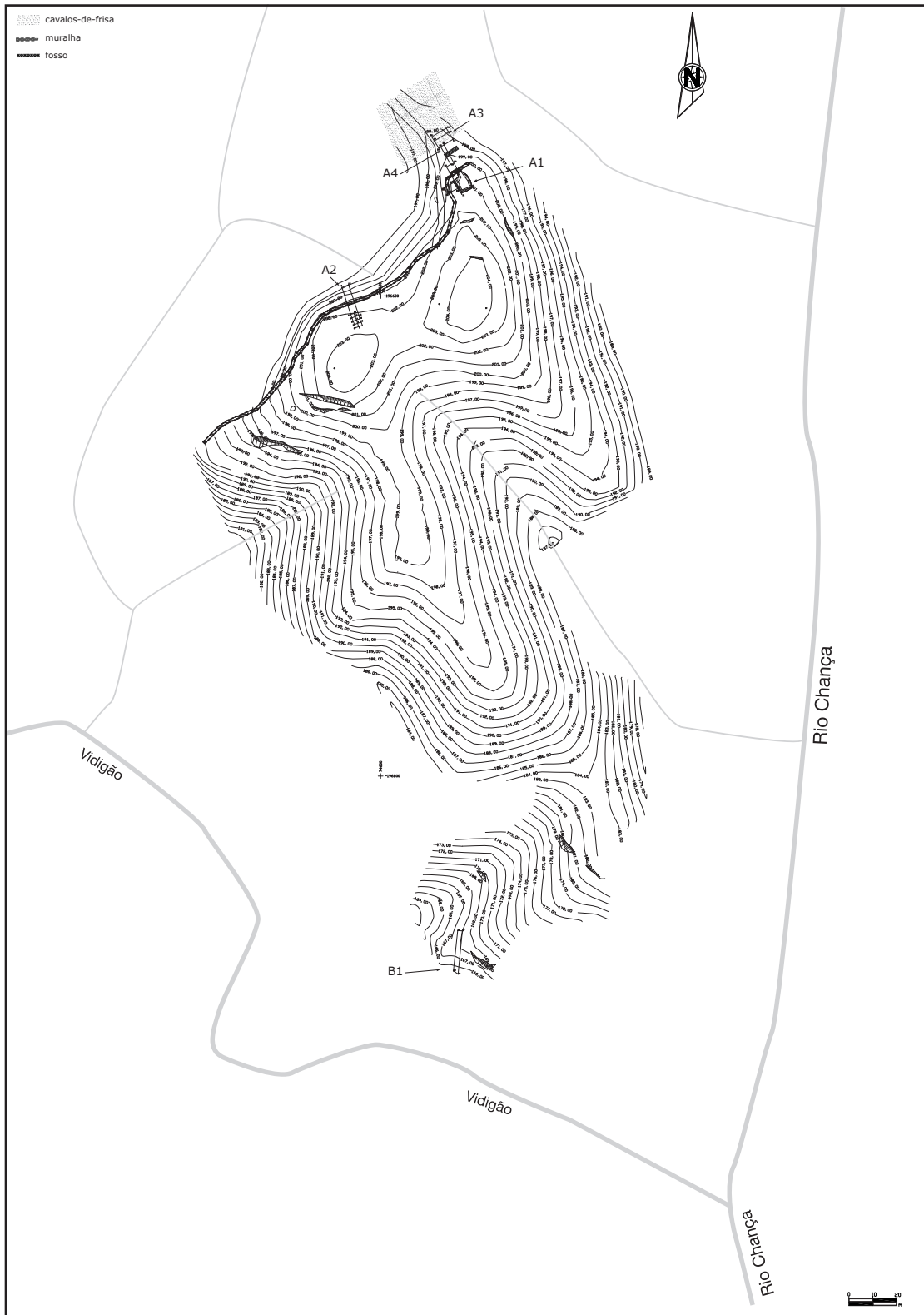


Fig. 1 – Levantamento topográfico do povoado do Passo Alto.



Fig. 2 – Sector A, com a inserção dos cortes efectuados: A1 (1984, 87, 2007), A2 (2006), A3 e A4 (2006, 7).



Fig. 3 – Vista parcial de A1, no final da escavação. a – pedras vitrificadas.



Fig. 4 - Troço da muralha (?) vitrificada (derrube no interior da fortificação).

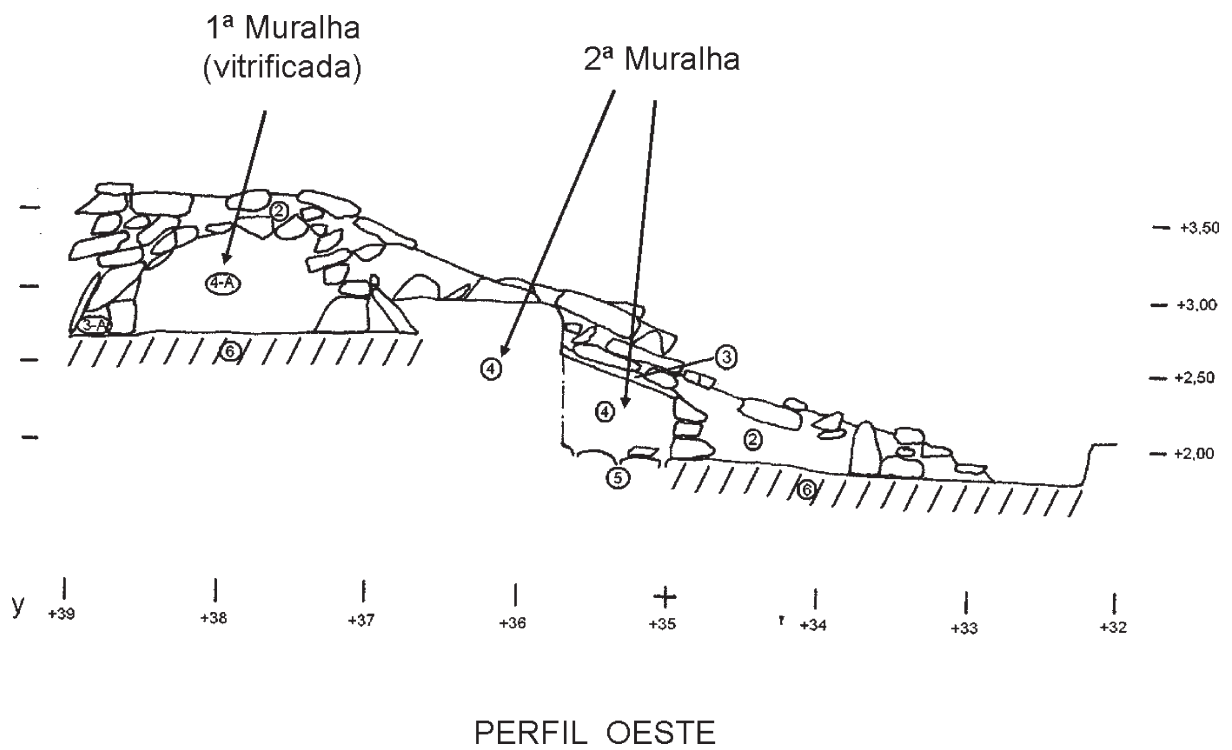


Fig. 5 - Corte A1 - perfil oeste, na zona das muralhas.

O enchimento de todo o corte A1 (Fig. 2), aberto em 1984/87 nesta zona de pedras vitrificadas, era, no interior da área muralhada, constituído por terra solta e inúmeras pedras, vitrificadas na maior parte (Fig. 6), mas dispostas de modo absolutamente caótico. No entanto, no final da escavação observava-se um alinhamento, não *in situ*, de grandes blocos (agregados de pedras) vitrificados que assentavam sobre uma delgada camada de terra solta, que não apresentava qualquer sinal da acção do fogo, e que os separava da rocha-*virgem* (ver Fig. 3). Além disso, os blocos vitrificados faziam parte de uma estrutura maior, com lajes ou blocos de xisto na periferia, sem vestígios de vitrificação, mas muito friáveis. Este facto será resultante, com certeza, de terem estado sujeitos a altas temperaturas. Em alguns blocos vitrificados podem observar-se moldes de restos de árvores (Fig. 7) que estiveram em contacto com o material pétreo liquefeito. Estes dados indiciam que as camadas de pedra, que se sobreporiam à terra calcada e que sofreram vitrificação, conteriam no seu interior madeiras estruturantes da muralha ou essas camadas de pedra sustentariam uma paliçada que coroava a muralha. Esta última hipótese parece a mais verosímil, uma vez que explica também a relativa escassez de pedras no derrube da muralha. Deverá notar-se que o espólio recolhido durante a escavação é, todo ele, atribuível ao Bronze Final (SOARES, 1988, 2003).

O troço da muralha destruído foi, então, substituído por um outro, construído à sua imagem e semelhança, e adossado à sua face externa. Foi também constituído por terra calcada misturada com pequenos fragmentos de xisto, revestido na face exterior, aparentemente, por uma fiada de pedras sobrepostas e, na face interna, por grandes lajes e blocos de xisto colocados lado a lado de cutelo (Fig. 5 – estrutura 4; Fig. 8). Na base, escavada na rocha-*virgem*, deste novo troço da muralha verificou-se a existência de blocos de xisto vitrificados (Figs. 9 e 10), bem como de pequenos fragmentos pétreos vitrificados no seio da terra calcada. Parece, assim, não restarem dúvidas sobre a sequência construtiva nesta zona do sistema defensivo do Passo Alto.

A reforçar este sistema de defesa (ver Fig. 2), existia um pequeno fosso (em U, com cerca de 2,5 m de largura, e com pouco mais de 0,5 m de profundidade) e uma faixa de cerca de 30x30 m de cavalos-de-frisa (que será descrita mais adiante) a barrar o corredor de mais fácil acesso ao povoado.

Em 2006, abriu-se um outro corte (A2 – Fig. 2) num sector da muralha que, aparentemente, não teria sofrido qualquer vitrificação, uma vez que no seu derrube não se observavam quaisquer pedras vitrificadas. Pretendia-se, além de confirmar a constituição da muralha observada em 1987, e atrás descrita, verificar a possível existência de habitações no interior imediato da zona muralhada, cuja existência tinha sido iniciada pelos restos de um piso de seixos rolados observado, em 1987, no corte A1 (SOARES, 2003, p. 302).

Os dados obtidos na escavação deste corte A2 (ver Figs. 11 e 12) mostram que a face externa da muralha, a única conservada, assenta em sedimentos calcados (“amassados”), compactos, com muitas pequenas lascas de xisto, configurando, por conseguinte, uma situação semelhante à que se tinha observado no corte A1. Por outro lado, para o interior da muralha, a destruição que sofreu, muito possivelmente deliberada, terá sido total. Alguns pequenos e raros fragmentos de pedras vitrificadas, encontrados dispersos na escavação do derrube deste troço da muralha, indiciam que este derrube terá ocorrido posteriormente à vitrificação do troço junto aos cavalos-de-frisa. Por outro lado, verificou-se a inexistência de quaisquer vestígios de habitações nesta área do Passo Alto. Os raros fragmentos cerâmicos encontrados durante a escavação deste corte são atribuíveis ao Bronze Final, apresentando-se um deles com decoração brunida na superfície externa.

A zona habitacional do Passo Alto corresponderá, essencialmente, ao vértice do triângulo oposto à muralha, o qual se distribui, como se referiu, por áreas localizadas no topo e nas duas encostas, leste e oeste, da colina entalhada entre a Ribeira do Chança e a Ribeira do Vidigão. Da encosta leste tem sido recolhida, em prospecção superficial, cerâmica tipicamente do Bronze Final – taças carenadas, cerâmica de ornatos brunidos, grandes pegas mamilares. Da encosta oeste, também tem sido encontrada cerâmica semelhante, embora normalmente mais rolada, até porque muita dela foi colhida na vertente muito íngreme que cai para a Ribeira do Vidigão. Nessa encosta, existe uma pequena plataforma, separada da zona íngreme por um muro, já muito desconjuntado, e onde se podia observar uma laje de



Fig. 6 – Corte A1 – perfil oeste, no interior da fortificação (acumulação caótica de pedras vitrificadas).

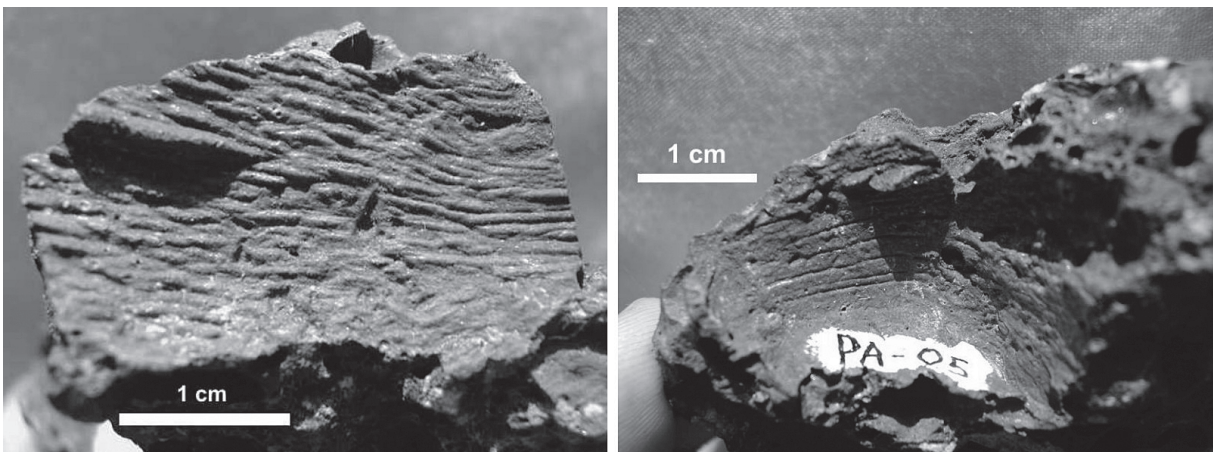


Fig. 7 – Moldes vitrificados de um fragmento de um tronco ou de um ramo, possivelmente de *Quercus* (à esquerda) e de carvão (?) (à direita).

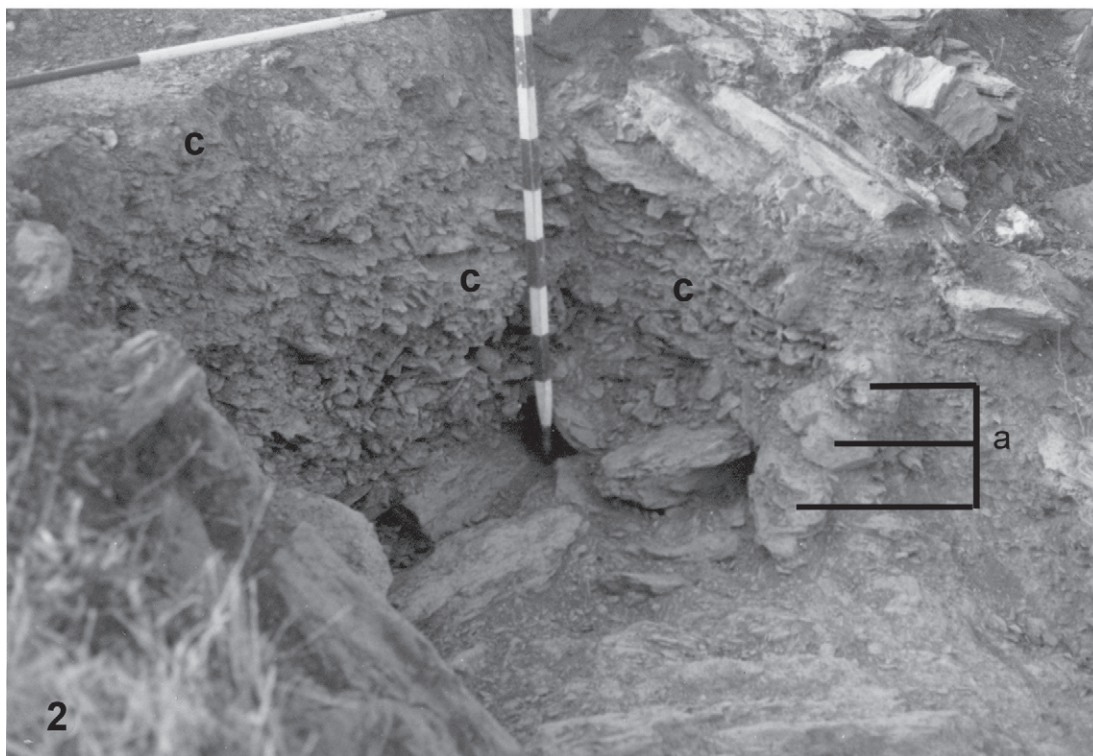
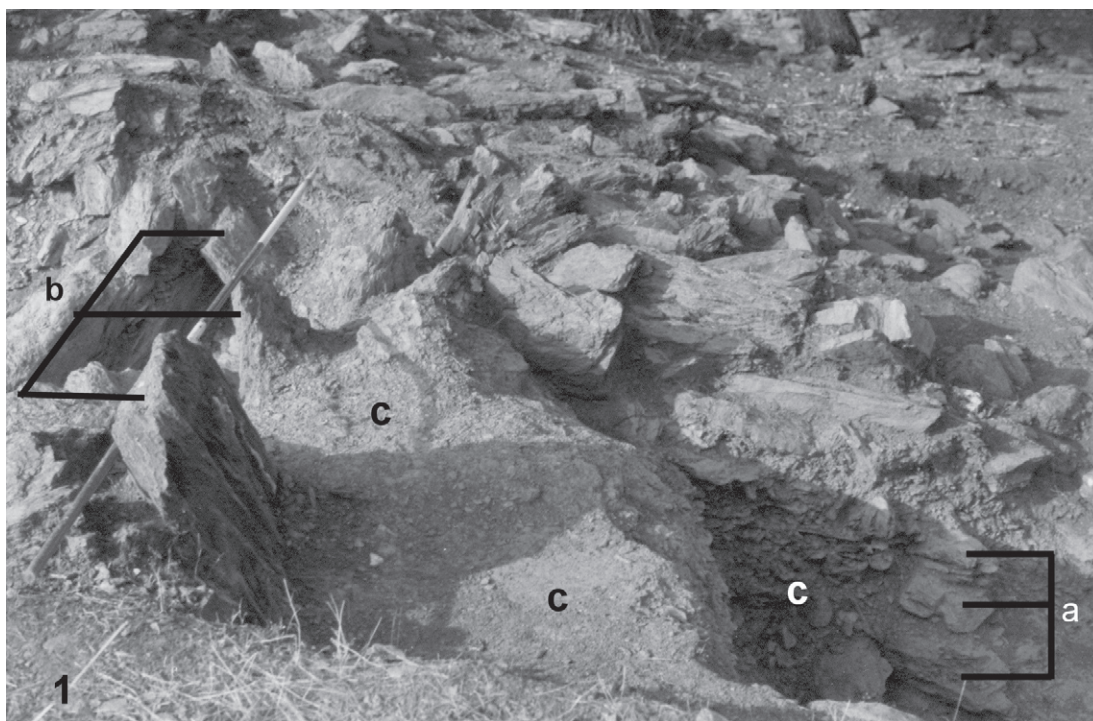


Fig. 8 – Dois aspectos da muralha mais recente – 2ª muralha (escavações de 1987). **a** – face externa; **b** – face interna (lajes de xisto colocadas de cutelo); **c** – enchimento da muralha (terra calcada com pequenas pedras de xisto). Notem-se, também, as lajes e blocos de xisto a preencherem a base da muralha, ligeiramente escavada na rocha.



Fig. 9 - Um aspecto da muralha mais recente (escavações de 2007).

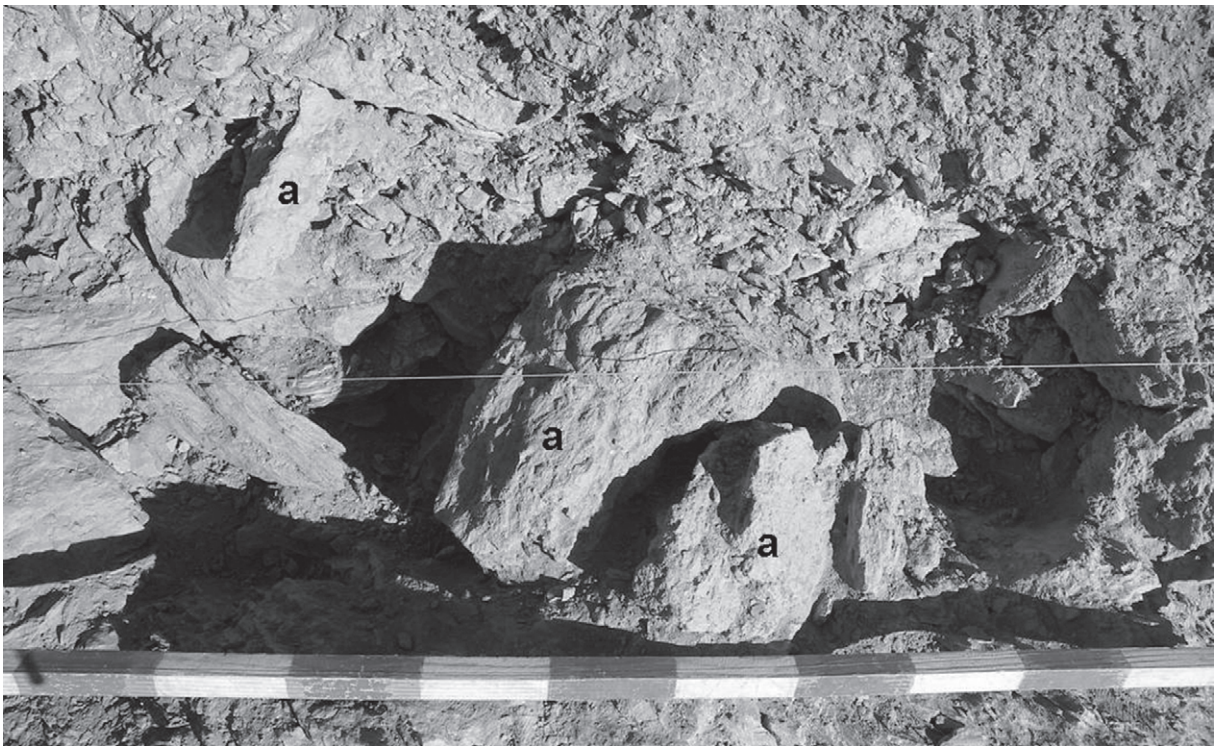


Fig. 10 - Pormenor da base da muralha mais recente (escavações de 2007). **a** - blocos de xisto vitrificados.

A2 Perfil Oeste (x=0,00)

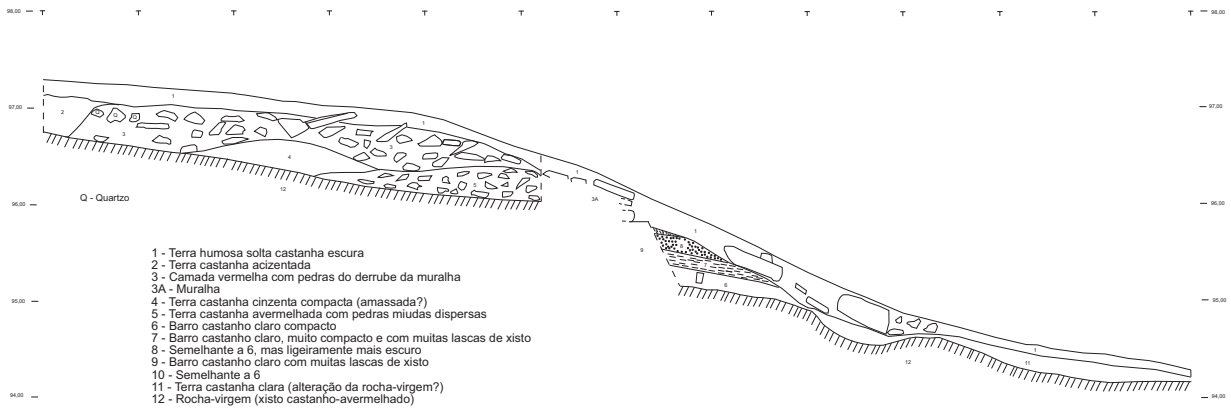


Fig. 11 – Perfil oeste da muralha e respectivo derrube em A2.



Fig. 12 – Corte A2: à direita – rocha-virgem (xisto); à esquerda – derrube exterior da muralha; ao cima – face externa da muralha (terra calcada com pequenas pedras de xisto encimada por uma fiada de blocos de xisto) – ver Fig. 11.

xisto colocada de cutelo e um ou outro pequeno e aparente alinhamento de pedras. Por isso, abriu-se aqui, em 2006, uma sondagem (corte B1 – Fig. 1) perpendicular ao muro desconjuntado atrás referido.

Retirada a camada mais superficial verificou-se a existência de uma estrutura habitacional, sendo facilmente reconhecíveis diversos compartimentos rectangulares. Os artefactos recolhidos são, na sua quase totalidade, de cerâmica. Uma das excepções é uma conta tubular feita de uma pequena folha enrolada de chumbo, a qual deverá ser atribuída à Primeira Idade do Ferro. De igual modo, terão essa atribuição cronológica vasos com incisões (pequenos entalhes) no bordo extrovertido ou decorados no exterior com pequenas impressões circulares, com incisões em V ou unhas no colo ou no bojo ou, ainda, mamilos alongados verticais junto ao bordo, os quais apontam para uma cronologia provável do século VII a.C. A continuação das escavações poderá precisar esta cronologia.

Deverá referir-se que esta estrutura habitacional, embora com uma planta muito semelhante a outras investigadas no Alto Alentejo (CALADO *et al.*, 1999; MATALOTO, 2005), insere-se, ao contrário destas, numa plataforma escondida com deficiente visibilidade para a região envolvente. Este facto e a ausência total de cerâmica da Idade do Ferro na área da muralha indicam que o sistema de defesa do povoado do Bronze Final já não estaria em uso e, possivelmente, já teria sido arrasado quando aquela estrutura habitacional do Ferro Antigo se encontrava em uso.

2.1.1 – Estudos Arqueométricos sobre o Passo Alto

Várias análises no domínio das aplicações das ciências exactas e naturais têm sido realizadas a restos arqueológicos do povoado do Passo Alto. Assim, foi efectuado um estudo detalhado dos fragmentos pétreos que sofreram uma fusão parcial e se aglutinaram (“soldaram”) entre si (as pedras vitrificadas). Para isso fez-se uso do microscópio óptico com luz polarizada, da difracção de raios-X, da microscopia electrónica de varrimento complementada por análise química com micro-sonda electrónica (DÍAZ-MARTÍNEZ *et al.*, 2005). Os minerais identificados nos fragmentos de rocha, que sofreram vitrificação, incluem vidros e fases de neoformação resultantes de uma fusão incongruente das micas que fazem parte do substrato pétreo local (um micaxisto do Paleozóico). As temperaturas atingidas terão sido bastante altas, excedendo provavelmente os 1100° C. As texturas minerais indicam, por outro lado, um arrefecimento rápido do material fundido. Impressões de fragmentos de madeira na superfície de alguns fragmentos pétreos vitrificados indicam que, no interior da muralha, terá sido obtida uma fusão parcial antes de se completar a combustão da madeira; além disso, indicam um contacto directo entre uma estrutura de madeira e as pedras que formavam a muralha. Observou-se, também, uma elevada concentração de P e K nos vidros neoformados, o que poderá resultar de uma reacção com as cinzas resultantes da combustão da madeira ou da existência de material ósseo na muralha. Deverá notar-se que estes dois elementos químicos contribuem para baixar o ponto de fusão dos silicatos e da temperatura do *solidus* da rocha, pelo menos próximo da superfície dos fragmentos vitrificados, o que dá origem à formação de substâncias fundidas menos viscosas e, por conseguinte, facilita a aglutinação dos fragmentos pétreos.

Um outro problema que se tem procurado resolver diz respeito à cronologia absoluta das estruturas do Passo Alto. Se o sistema de defesa deve ser atribuído ao Bronze Final do Sudoeste, dado o espólio recolhido nos contextos associados a esse sistema de defesa (SOARES, 1988, 2003), seria de todo o interesse a obtenção de uma cronologia mais fina e precisa para os diversos elementos que o constituem, bem como para as modificações que os mesmos sofreram. No referente à muralha do Passo Alto foi, até agora, apenas possível determinar um *terminus post quem* para a sua destruição no corte A2, embora seja provável que a data obtida corresponda a um momento em que a mesma já existia e estaria em funcionamento. Uma amostra de cortiça (*Quercus suber*) carbonizada foi colhida numa pequena área, directamente sobre a rocha-virgem e entre as pedras do derrube situadas a maior profundidade e que assentavam sobre aquela. A data da amostra (Sac-2197) aponta para o século X a.C. como o intervalo de tempo em que existe maior probabilidade de conter esse *terminus post quem* ou esse momento de existência da muralha:

Sac-2179 2790±50 BP

Para 1σ: 1007-895 cal BC (0,934273); 868-857 cal BC (0,065727)

Para 2σ: 1109-1104 cal BC (0,003057); 1074-1065 cal BC (0,007619);
1056-820 cal BC (0,989324)

Uma outra vertente que tem merecido interesse na investigação sobre o Passo Alto diz respeito à determinação da proveniência da cerâmica, quer a atribuível ao Bronze Final e associada ao sistema de defesa, quer a atribuível ao Ferro Antigo, proveniente do corte B1. Resultados preliminares obtidos a partir da análise de pastas cerâmicas fazendo uso da petrografia em lâmina delgada, fluorescência de raios-X e difracção de raios-X sugerem uma proveniência local para ambos os grupos de cerâmica, mas as diferenças texturais e químicas observadas entre os dois grupos apontam para a utilização de barreiros diferentes e técnicas de manufactura também diferentes (MAURÍCIO, 2007). Estes resultados indiciam que, no século VII a.C., os ocupantes do local nada tinham que ver com os do Bronze Final e terá havido, muito provavelmente, um hiato entre as duas ocupações. Note-se que, como atrás se referiu, durante a última ocupação, o sistema de defesa do Passo Alto já não estaria em uso.

2.2 – Muralhas Vitrificadas em outros Povoados da Península Ibérica

Outras muralhas vitrificadas, embora em pequeno número, têm sido identificadas em Portugal. C. Burgess e colaboradores (1999) deram, pela primeira vez, notícia de que as muralhas do povoado dos Castelos de Monte Novo, próximo de Évora, se encontravam vitrificadas. Embora este sítio nunca tenha sido objecto de escavações arqueológicas, um reconhecimento de superfície permitiu verificar que, talvez com excepção do troço mais próximo da Ribeira da Pardiela e paralelo à mesma, todo o perímetro muralhado se encontra vitrificado (cerca de seis centenas de metros). A vitrificação parece afectar apenas o interior da muralha, totalmente em alguns troços e parcialmente noutros, isto é, a vitrificação somente afectou o “miolo” da muralha, apresentando-se as faces interna e externa não vitrificadas. Prospecções de superfície permitem atribuir a ocupações do Bronze Final, da I. do Ferro e da Época Romana o espólio cerâmico encontrado no povoado.

Posteriormente à identificação das muralhas vitrificadas do Passo Alto e dos Castelos de Monte Novo foi registada a existência do mesmo fenómeno afectando parcialmente as muralhas do Castelo Velho de Safara, Moura (I. do Ferro) e do Cerro das Alminhas/Sarnadinha, Odemira (Bronze Final). No povoado da Misericórdia (Serpa), com ocupações do Bronze Final e da 2ª Idade do Ferro (SOARES, 1996), a vitrificação de um muro com 5,5 m de comprimento e 2 m de altura, fazendo parte de uma estrutura com uma base de maiores dimensões não vitrificada, foi analisada de modo similar à do Passo Alto e, ao mesmo tempo, datada por arqueomagnetismo. A estrutura vitrificada que, provavelmente, pode ser parte de uma torre defensiva ou, menos provavelmente, tratar-se de uma fornalha metalúrgica, forneceu uma data absoluta de 842-652 a.C. por arqueomagnetismo (CATANZARITI *et al.*, 2007), compatível com a sua ocupação do Bronze Final.

Também em Espanha, nos povoados sidéricos do Pico del Castillo (El Gasco, Cáceres), do Pico del Pozo de los Moros (Villasrubias, Salamanca) (DÍAZ-MARTINEZ & SOARES, 2004) e da Fragua del Romualdo (Encinasola, Huelva) (PÉREZ MACIAS, 2005) foram registadas muralhas parcialmente vitrificadas. Deverá notar-se que nenhum destes três sítios foi objecto de escavações arqueológicas e, por conseguinte, a atribuição cronológica resulta de meras prospecções de superfície. No Pico del Castillo e no Pico del Pozo de los Moros poderão existir troços de muralha vitrificada *in situ*, enquanto que na Fragua del Romualdo o aproveitamento agrícola do local levou à aparente destruição total do amuralhado – os blocos vitrificados observam-se amontoados em releiros de pedras que o proprietário espalhou pelo terreno. Amostras de rochas vitrificadas colhidas no povoado do Pico del Castillo foram já objecto de análises científicas com resultados muito semelhantes aos obtidos para as do Passo Alto (DÍAZ-

-MARTÍNEZ, 2004 a, b). Situação idêntica foi obtida com as amostras analisadas, para efeitos de datação por arqueomagnetismo, da Misericórdia (CATANZARITI *et al.*, 2007). Esta semelhança já seria de esperar uma vez que as rochas que sofreram vitrificação nos três sítios arqueológicos investigados são do mesmo tipo: xistos.

2.3 – Muralhas Vitrificadas na Europa

Enquanto na Península Ibérica apenas recentemente, como se referiu, foram identificadas muralhas vitrificadas, os primeiros registos de muralhas que sofreram este fenómeno datam do século XVIII a.C. e referem-se aos “vitrified forts” da Escócia (COTTON, 1952, p. 94). E é exactamente na Escócia que se encontra a maior parte destas ocorrências – 82 “vitrified forts” confirmados. Em França, na Alemanha, na República Checa e na Suécia são também conhecidas fortificações que apresentam muralhas com troços maiores ou menores vitrificadas. Também alguns exemplares de muralhas vitrificadas têm sido registados, embora em pequeno número, na Irlanda, no País de Gales, em Inglaterra e na Ilha de Man (KRESTEN *et al.*, 1993), o que faz com que mais de metade das muralhas vitrificadas de que se tem conhecimento se situem na Grã-Bretanha.

Embora muitas destas estruturas sejam consideradas como da Idade do Ferro, a sua datação directa tem sido problemática. Dados puramente arqueológicos (artefactos, por exemplo) podem ser e têm sido usados para datar a ocupação humana dos sítios que apresentam muralhas vitrificadas. Também a datação pelo radiocarbono tem ajudado a estabelecer cronologias fiáveis para essas ocupações. Foi assim que alguns dos mais antigos recintos fortificados escoceses, que apresentam vitrificações, foram datados dos séculos VIII e VII a.C. Outros, mais recentes, têm uma cronologia do século VI a.C. e outros, ainda, do século IV a.C. (NISBET, 1982). Os sítios fortificados vitrificadas da Suécia serão muito posteriores a estes da Escócia, tendo sido ocupados já na nossa Era – por ex., Broborg e Stenby são datáveis do século V ou VI d.C. (KRESTEN & AMBROSIANI, 1992; KRESTEN *et al.*, 1993). No entanto, a aplicação de métodos físicos de datação tem-se mostrado difícil quando se pretende precisar a cronologia da vitrificação que as muralhas sofreram. Em particular, o uso da TL para datar eventos de vitrificação parece ser afectado, de um modo adverso, pelas altas temperaturas atingidas durante a vitrificação (KRESTEN *et al.*, 2003). Essas altas temperaturas, por outro lado, implicam a completa destruição do material orgânico (madeira, ossos) durante a combustão, tornando impossível a datação directa pelo radiocarbono dos eventos em causa. Apenas o arqueomagnetismo parece conduzir a datas fiáveis para esses eventos de vitrificação. Gentles e Tarling (1987, 1993) dataram com este método a vitrificação da muralha de um “dun” da Escócia, obtendo uma data entre os finais do século I a.C. e os finais do século I d.C., enquanto Catanzariti e colaboradores (2007) dataram a vitrificação por arqueomagnetismo de uma estrutura pétreo do povoado da Misericórdia entre 842 e 652 a.C.

Também tem sido polémica a interpretação para a ocorrência do fenómeno de vitrificação das muralhas, isto é, o motivo ou motivos de origem antrópica que estarão por detrás desse fenómeno tem sido objecto de larga controvérsia. Desde o início das investigações sobre a problemática ligada à vitrificação de muralhas, que pode ter sido total ou parcial, duas teses se confrontam – uma, em que a vitrificação teria um fim construtivo, dando solidez à muralha que se erguia; a outra, em que a vitrificação seria um acontecimento de carácter destrutivo, fortuito ou deliberado, resultante, neste último caso, de um ataque inimigo. Desde as experiências de Gordon Childe e Wallace Thorneycroft que a tese de destruição tem ganho terreno, uma vez que os restos vitrificadas da réplica da muralha incendiada por estes investigadores não apresentavam consistência que pudesse ter qualquer utilidade num sistema de carácter construtivo e eram em tudo semelhantes aos restos vitrificadas arqueológicos por eles identificados na fortificação de Rahoy, na Escócia (CHILDE & THORNEYCROFT, 1937b). No entanto, na Suécia, investigações levadas a cabo no recinto fortificado de Broborg permitiram verificar que a quase totalidade da muralha se encontrava vitrificada por sectores – “caixas” de 2 m de comprimento por 1,5 m de largura – o que implicaria um carácter construtivo para o uso

do fenómeno da vitrificação (“the vitrified parts of the wall were built in boxes” – KRESTEN *et al.*, 1993, p. 18). Interpretações recentes apontam antes para que a vitrificação, quando destrutiva e deliberada, possa estar ligada à obtenção de estruturas de condenação dos contextos humanos pré-existentes e, por conseguinte, tenha sido realizada pelos próprios habitantes do sítio quando o mesmo foi abandonado (RALSTON, 2006). Tudo isto parece indicar que será prudente evitar generalizações quando se pretende interpretar as motivações que estão por detrás da vitrificação das muralhas, devendo cada caso ser julgado com base na evidência arqueológica disponível para esse caso.

3 – OS CAMPOS DE CAVALOS-DE-FRISA NOS POVOADOS PROTO-HISTÓRICOS DO SUDOESTE PENINSULAR

3.1 – Os Cavalos-de-frisa no Passo Alto

Na área plana de mais fácil acesso ao povoado do Passo Alto, muito próximo da muralha – a cerca de 14 metros – mas no seu exterior, encontra-se um numeroso conjunto de blocos de xisto, de proveniência local, de forma mais ou menos prismática ou tabular alongada, muitos deles ainda *in situ*, fincados no solo, erectos, com uma altura de cerca de meio metro a um metro (Fig. 13). Esta área encontrava-se, em 1984, coberta por denso matagal, que foi necessário eliminar previamente ao levantamento topográfico. O resultado deste levantamento encontra-se na Fig. 14, onde também se representam os limites da sondagem A1, bem como as pedras fincadas ou cavalos-de-frisa.

Como se pode observar (ver Fig.2) os cavalos-de-frisa ocupam a zona mais plana de acesso ao povoado, entre as cotas 198,5 m e 196,5 m, possivelmente barrando o caminho directo para a entrada do povoado, a qual se encontraria no troço da muralha que lhe fica mais próximo. A área preenchida por eles, de forma aproximadamente quadrangular, com cerca de 30 m de lado, devia ser um pouco maior, estendendo-se um pouco mais em direcção NO. Os trabalhos agrícolas dos anos quarenta (cultura de trigo) deverão ser os responsáveis pela destruição havida. No seu conjunto, o aspecto é relativamente caótico, encontrando-se muitos dos blocos por terra e, provavelmente, algo afastados das suas posições de implantação primitivas. No entanto, alguns deles encontram-se ainda erectos, *in situ*, permitindo verificar a existência de alinhamentos transversais nas áreas melhor conservadas. As pedras chegam a atingir dimensões de cerca de 1,5 m de comprimento por 40 cm de largura e 20 cm de espessura (Fig.13). Os cavalos-de-frisa que se encontram ainda fincados apresentam, em geral, uma altura acima do solo entre o meio metro e um metro.

O corte A3, com as dimensões de 7,00 m x 5,40 m, foi implantado em 2006 no campo dos cavalos-de-frisa, na sua extremidade mais próxima da muralha; é limitado, a oeste, pelo caminho actual que dá acesso ao povoado (Fig. 2). Pretendia-se determinar como estariam inseridos no solo os cavalos-de-frisa e, se possível, recolher artefactos e/ou amostras de carvão que permitissem datar de um modo fiável a erecção deste sub-sistema de defesa do povoado. Procedeu-se à limpeza de toda a vegetação existente no corte e retirou-se a camada de terra que cobria a rocha-virgem, a fim de pôr a descoberto os eventuais alvéolos onde os cavalos-de-frisa estariam inseridos. A rocha-virgem, um xisto cinzento-avermelhado, encontrava-se à superfície ou muito próximo dela em algumas zonas, designadamente junto ao limite norte do corte (Fig. 15), enquanto que de oeste para este a sua espessura aumentava, não atingindo, no entanto, mais do que uns 40 cm junto ao limite sul, na sua parte de maior espessura.

Após se pôr a descoberto a rocha-virgem, tornou-se visível a existência no corte de dois alinhamentos de cavalos-de-frisa (Fig. 15), com direcção aproximada este-oeste, que se inseriam em duas valas paralelas, de rebordos grosseiramente talhados, não existindo aparentemente calços pétreos a eles associados, pelo menos na maior parte dos cavalos-de-frisa examinados. Daí o seu aspecto caótico: uns virados para a esquerda, outros para a direita, uns para trás, outros para a frente. Dois troços dessas valas, um em cada, foram escavados, o que permitiu verificar que as valas, de fundo plano, tinham apenas 20 a 30 cm de profundidade e uma largura de cerca de 60 cm (Fig. 16). Os cavalos-de-



Fig. 13 - O campo de cavalos-de-frisa visto de oeste. Em segundo plano, à direita, a muralha.

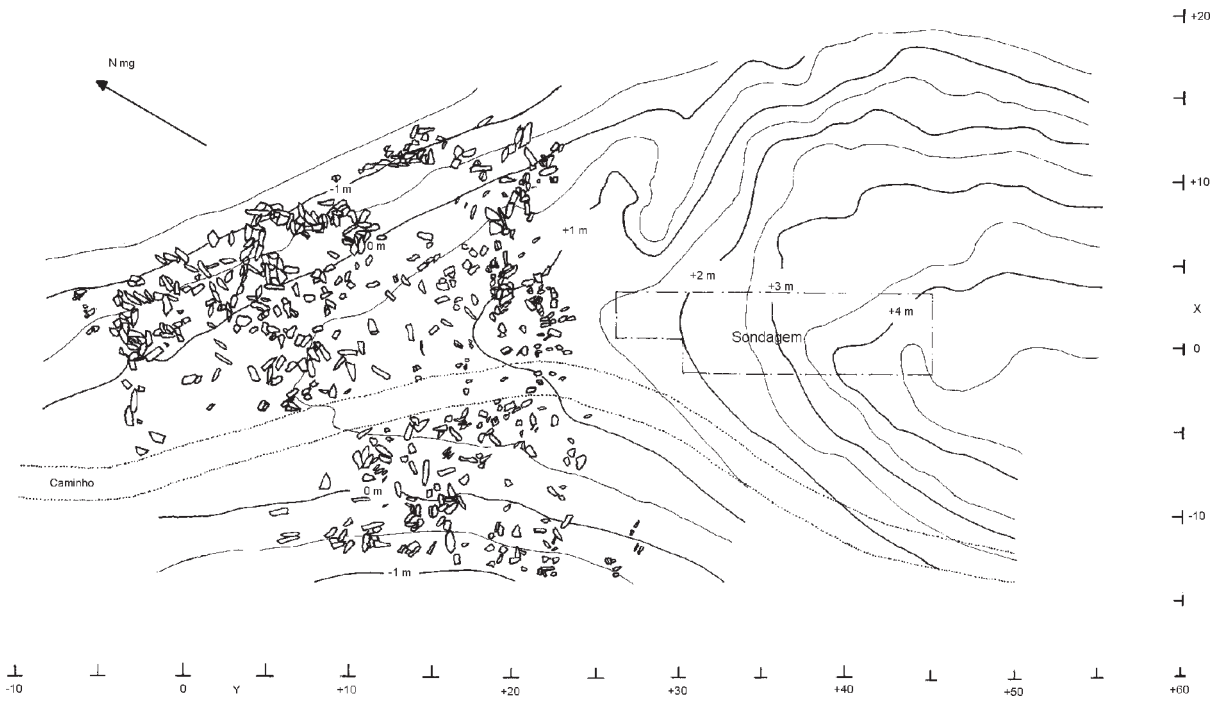


Fig. 14 - Levantamento topográfico do campo de cavalos-de-frisa do Passo Alto.



Fig. 15 – Corte A3, no campo de cavalos-de-frisa, visto de este. Notem-se os dois alinhamentos, distanciando entre si cerca de 1,5 m a 2 m, e a rocha-virgem a aflorar entre eles.



Fig. 16 – Vala de implantação de cavalos-de-frisa. A distância entre as pedras, na vala, é de cerca de 30 a 40 cm.

frisa tinham aí sido colocados sem quaisquer calços que os mantivessem em posição. Por isso, dado o seu comprimento (que podia atingir 1,5 metros), pouco tempo se deverão ter mantido na sua posição primitiva. Daí também a disposição caótica que agora apresentam. Observou-se, igualmente, que além desses alinhamentos existem alguns cavalos-de-frisa isolados, fora dos alinhamentos. A maior parte das pedras terão sido obtidas de afloramentos rochosos locais, de um xisto verde-acinzentado, muito dobrado ou enrugado. No entanto, no corte A3 foram identificados dois cavalos-de-frisa em mármore branco, de grão fino, e um outro em xisto verde, não enrugado, relativamente duro, com grandes planos de xistosidade. Estas duas rochas não existem na área do Passo Alto. O mármore deverá ter vindo da Serra de Ficalho, a alguns quilómetros de distância, e o xisto verde de um outro qualquer local da Serra de Serpa.

No corte A4, aberto entre os cortes A1 e A3 (ver Fig. 2), isto é, entre o campo de cavalos-de-frisa e a muralha, verificou-se a existência de um fosso de secção em U, com cerca de 0,6 m de profundidade e 2,5 m de largura. A transição entre o campo dos cavalos-de-frisa e o fosso, faz-se por uma pequena rampa (a subir) e uma área plana, ambas talhadas na rocha-virgem (Fig. 17). Na zona de menor cota desta rampa, isto é, na zona mais próxima dos cavalos-de-frisa, no canto nordeste do corte A4, foram recolhidos diversos carvões de *Erica arborea*, embalados num sedimento avermelhado. Estes carvões, de uma espécie de vida curta, foram datados pelo radiocarbono, obtendo-se a data Sac-2198:



Fig. 17 – Corte A4. O fosso e a rampa no limite do campo dos cavalos-de-frisa. Assinala-se o local onde a amostra datada de *Ericaceae arborea* foi colhida.

Sac-2198 2660±40 BP

Para 1σ: 887- 884 cal BC (0,038264); **842-796 cal BC** (0,961736)

Para 2σ: **900-790 cal BC** (1,)

Se admitirmos como válido, o que parece ser uma hipótese muito provável, que a construção da rampa bem como a implantação, quer dos cavalos-de-frisa, quer do fosso, são contemporâneos, então a data obtida constituirá um *terminus ante quem* para a realização destas estruturas, isto é, existe uma probabilidade maior que 95,5 % de que o campo de cavalos-de-frisa tenha sido implantado anteriormente a 790 a.C.

3.2 – Os Cavalos-de-frisa no Sudoeste Peninsular

No Sudoeste peninsular são raros os povoados que apresentam cavalos-de-frisa. Além do Passo Alto, apenas mais quatro são conhecidos – o Castillo de las Peñas, na serra de Aroche, Huelva (TOSCANO, 1997; PÉREZ MACIAS *et al.*, 1997), o Castrejón de Capote (BERROCAL-RANGEL, 1992, 2003), o Castro de Batalla del Pedruégano (BERROCAL-RANGEL, 1999, p. 351; 2003) e o povoado de Reina (BERROCAL-RANGEL, 2003).

Enquanto os dois últimos, situados na província de Badajoz, têm uma primeira ocupação que é pré-romana, mas correspondente à II Idade do Ferro, já o Castillo de las Peñas sofreu várias ocupações, desde a Pré-história até à Idade Média, entre elas uma do Bronze Final. Os povoados desta época na serra de Aroche apresentam uma cultura material com grande similitude à da dos povoados alentejanos da mesma altura (PÉREZ MACIAS, 1996) e seria muito interessante um eventual paralelismo cronológico entre os cavalos-de-frisa do Passo Alto e os do Castillo de las Peñas. Contudo, este último é um povoado de altura, aparentemente sem muralhas, e possivelmente o único da serra de Aroche onde existe uma ocupação sem solução de continuidade entre o Bronze Final e a Época Romana, talvez devido à fertilidade das suas imediações, propiciada pela água abundante aí existente (TOSCANO, 1997, p. 149). A cronologia do campo de cavalos-de-frisa do Castillo de las Peñas continua, assim, uma questão em aberto e possivelmente nunca será possível datá-lo de um modo fiável.

Quanto ao Castrejón de Capote o muralhado é datável da II Idade do Ferro (BERROCAL-RANGEL, 2003). No entanto, a ocupação do sítio pode remontar ao século X a.C. tendo em conta diversos artefactos encontrados em escavação, mas sem estarem associados a um contexto cronologicamente compatível, ou à superfície, descontextualizados. As pedras fincadas, apenas em número de cinco, foram registadas dentro do fosso e estariam, primitivamente, entre este e a muralha (BERROCAL-RANGEL, 2003, p. 225). O pequeno número de “cavalos-de-frisa” encontrados e as condições em que se encontraram tornam duvidosa a existência real de um campo de cavalos-de-frisa em Capote, mas tornam admissível, a ter existido, que o mesmo não esteja em relação com a muralha identificada mas sim com outro sistema de defesa anterior, ainda não registado no sítio arqueológico.

No Castro de Batalla, o campo de cavalos-de-frisa já não existe, tendo sido destruído por uma pedreira. Contudo, foi possível verificar, aquando das destruições levadas a cabo pela pedreira, que as pedras fincadas se dispunham em “bandas” mais ou menos paralelas formando um campo de cavalos-de-frisa de 250 m de comprimento por 50 a 80 m de largura (BERROCAL-RANGEL, 2003, p. 221).

Por fim, o campo de “cavalos-de-frisa” do povoado de Reina não é constituído por pedras fincadas, mas sim por afloramentos quartzíticos naturais que terão sido “acondicionados y rebajados de tierra para resaltar su presencia en el lugar” (BERROCAL-RANGEL, 2003, p. 225). Este facto torna polémica a aceitação deste campo natural de rochas *in situ* como um campo de cavalos-de-frisa.

3.3 – Os Campos de Cavalos-de-frisa na Europa Proto-histórica

Se os campos de cavalos-de-frisa ou as barreiras de pedras fincadas são em pequeno número no Sudoeste Peninsular, já o mesmo não acontece nas zonas montanhosas que bordejam a Meseta Ibérica. No rebordo montanhoso ocidental, meridional e oriental da Meseta os campos de cavalos-de-frisa constituem um elemento defensivo característico de muitos dos castros aí existentes. Em Trás-os-Montes encontram-se registados 38 (REDENTOR, 2003), outros 32 em Espanha, nas áreas limítrofes de Portugal (ESPARZA ARROYO, 2003), e cerca de mais 10, nas províncias de Soria e Guadalajara (ROMERO CARNICERO, 2003). Este conjunto é, sem dúvida, o mais numeroso registado no espaço europeu. Além destes e dos do Sudoeste, é conhecido ainda um outro povoado fortificado na Península Ibérica que apresenta cavalos-de-frisa – o de Els Vilars de Arbeca, na Catalunha. É o único registado para o Nordeste Peninsular.

As dimensões destes campos de cavalos-de-frisa são variáveis, desde poucos metros a três dezenas de metros de largura, bem como as dimensões das pedras fincadas que podem ser da ordem das duas a seis dezenas de centímetros. Também a implantação destes campos em relação aos outros componentes do sistema de defesa é variável. Podem situar-se imediatamente a seguir à muralha ou deixarem um espaço livre, onde muitas vezes se insere um fosso. Constituem, normalmente, o complemento de defesa mais externo, situando-se depois da muralha ou depois da muralha e do fosso, se este existe, acompanhando todo ou parte do seu perímetro, na área de mais fácil acesso ao povoado (LORRIO, 1997). Existindo mais de um fosso, os cavalos-de-frisa podem implantar-se entre os fossos, como no caso do Castro de Carvalhelhos, em Trás-os-Montes (SANTOS JÚNIOR, 1957), ou, ao contrário do habitual, ocupar o espaço entre a muralha e o fosso, como em El Castillejo, Hinojosa de la Sierra, Soria (ROMERO CARNICERO, 2003), e em Els Vilars de Arbeca (ALONSO *et al.*, 2000; G.I.P., 2003).

Fora da Península Ibérica, conhecem-se em França dois povoados com campos de cavalos-de-frisa – um de pedras fincadas, o de Pech Maho, Sigean, Aude, e um outro em que os cavalos-de-frisa são de madeira, o de Fou de Verdun, Nièvre (GAILLED RAT & MORAT, 2003). Na Irlanda são conhecidos quatro povoados fortificados com campos de cavalos-de-frisa, todos eles situados a ocidente, três deles na costa. Destaca-se o de Dún Aonghasa, numa das Ilhas Aran, pelo espectacular campo de cavalos-de-frisa, o qual ocupa uma banda com 38 m de largura a rodear a muralha intermédia e em que os cavalos-de-frisa podem atingir cerca de 1,8 m de altura (COTTER, 1995, 2003). Também na Escócia, na Inglaterra e no País de Gales existem alguns, poucos, exemplares, dos quais um dos mais conhecidos é o de Castell Henllys, no País de Gales, cujo campo de cavalos-de-frisa foi encontrado, em escavação arqueológica, subjacente a uma muralha em terra de um período posterior, datável da Idade do Ferro tardia (MYTUM, 1999).

No que respeita à cronologia dos campos de cavalos-de-frisa subsistem ainda muitas dúvidas, embora esta se tenha vindo a precisar à medida que a investigação arqueológica tem progredido. Assim, no que se refere aos exemplares de Trás-os-Montes continua a existir um desconhecimento muito grande dos contextos estratigráficos com eles relacionados, sendo exceção o Castro de Palheiros, onde os cavalos-de-frisa seriam atribuíveis aos finais do séc. I a.C. No entanto, alguns destes povoados transmontanos apresentam espólio integrável no Bronze Final/I Idade do Ferro, o que torna possível que o aparecimento deste sistema defensivo tenha ocorrido numa fase recuada da Idade do Ferro. Por outro lado, dois destes povoados – o Castelo dos Mouros (Vale da Égua) e o Castro da Curalha – parecem ter apenas uma ocupação, a qual é atribuível à Época Romana (REDENTOR, 2003).

Situação semelhante ocorre com os castros com cavalos-de-frisa na área da Meseta, em Espanha. São, na sua maioria, atribuíveis à Idade do Ferro, embora alguns, como os de Lugo e os das Astúrias e outros de Zamora, sejam atribuíveis à Época Romana alto-imperial. Contudo, no Castro de El Castillo (Manzanal de Abajo, Zamora), a muralha, o fosso e campo de cavalos-de-frisa, assim como uma construção adossada à muralha, que correspondem à primeira ocupação do local, terão uma datação recuada. Do pavimento dessa construção foi recolhida uma amostra de carvão,

datada pelo radiocarbono de 2530±60 BP (ESPARZA ARROYO, 2003). Quanto à dezena de castros do rebordo oriental da Meseta, estes têm sido tradicionalmente considerados como os mais antigos. No entanto, continua-se sem datações directas dos seus campos de cavalos-de-frisa. Investigações ultimamente levadas a cabo mostram uma continuidade de ocupações ao longo da I e da II Idade do Ferro, mas sem evidências para uma atribuição cronológica precisa e fiável para a implantação daquelas barreiras de pedras fincadas. Uma amostra de carvão, descontextualizada segundo Romero Carnicero (2003, p. 203), proveniente do povoado do Alto del Arenal (San Leonardo, Soria), foi datada pelo radiocarbono, obtendo-se o valor de 2490±15 BP, o que não introduz qualquer elemento novo na problemática do enquadramento cronológico dos cavalos-de-frisa.

Dados importantes para essa problemática foram, esses sim, trazidos pelos estudos que têm sido levados a cabo no povoado de Els Vilars de Arbeca que, como se referiu, é único no Nordeste Peninsular e, por conseguinte, geograficamente afastado do grande conjunto de povoados com cavalos-de-frisa do rebordo da Meseta. O seu sistema defensivo, constituído por uma muralha com torres, barreira de cavalos-de-frisa e fosso, foi construído nos primeiros “momentos” de ocupação do sítio – Vilars 0 – tendo, num segundo “momento”, havido uma remodelação das habitações – Vilars 1. Algumas datas de radiocarbono foram obtidas para estas duas fases (ALONSO *et al.*, 2000, p. 165):

Vilars 0		Vilars 1	
Beta-72610	2670±70 BP	Beta-145298	2620±40 BP
Beta-72611	2640±60 BP	Beta-145299	2540±40 BP
Beta-92278	2580±50 BP		
Beta-92277	2460±50 BP		

Note-se que Beta-92277 é um “outlier”, tendo em conta o “constrangimento” existente dado pelas datas de Vilars 1 – a cronologia de Vilars 0 tem de ser necessariamente mais antiga do que a de Vilars 1. Se se aplicar um modelo Bayesiano para fazer a análise destas datas, utilizando o programa OxCal (BRONK RAMSEY, 1955, 2001; BRONK RAMSEY *et al.*, 2004), obtem-se a representação gráfica da Fig. 18 e os intervalos de confiança indicados na Fig. 19 para a fase Vilars 0. Assim, a construção do campo de cavalos-de-frisa de Els Vilars poderá ter sido efectuada em qualquer momento entre o início do século X e meados do século VIII a.C., embora a maior probabilidade resida na segunda metade do século IX e no primeiro quartel do século VIII a.C.

Quanto à cronologia dos campos de cavalos-de-frisa fora da Península Ibérica, no que se refere ao povoado de Pech Maho, que foi objecto de escavações antigas, a sua barreira de pedras fincadas seria datável de um momento compreendido entre os séculos VI e III a.C. (GAILLEBRAT & MORET, 2003). O panorama não sofre grandes modificações para a Grã-Bretanha, onde também existem muitas incertezas na atribuição de uma cronologia precisa para estes sistemas de defesa. Os cavalos-de-frisa de Castell Henllys, no País de Gales, foram descobertos soterrados por uma muralha atribuível a uma Idade do Ferro tardia, mas desconhece-se a que intervalo de tempo preciso corresponderão essas pedras fincadas – apenas, provavelmente, a momento anterior da Idade do Ferro (MYTUM, 1999). O povoado fortificado da Dún Aonghasa, nas Ilhas Aran (Irlanda), tem sido objecto de extensas escavações arqueológicas. A primeira e a segunda muralha (a intermédia) são datáveis da Idade do Bronze, mas no que se refere ao campo de cavalos-de-frisa não foi ainda possível uma atribuição cronológica sem margem para dúvidas. Julga-se que uma data de cerca de 800 a.C. constituirá um *terminus post quem* para a erecção dos cavalos-de-frisa; no entanto, dada a falta de contextos datáveis seguros que lhes estejam associados, estes tanto poderão ser datados de cerca de 800 a.C. como de 800 d.C. (COTTER, 2003, p. 114-116).

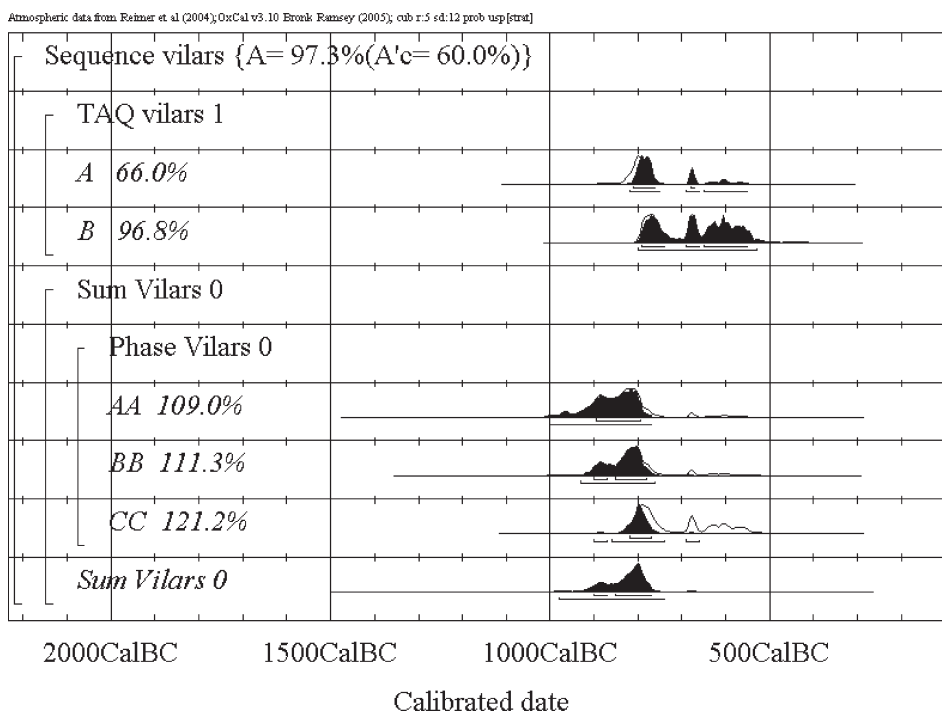


Fig. 18 – Representação gráfica das datas calibradas de radiocarbono determinadas para Els Vilars 0 e 1, tendo em conta a sequência estratigráfica.

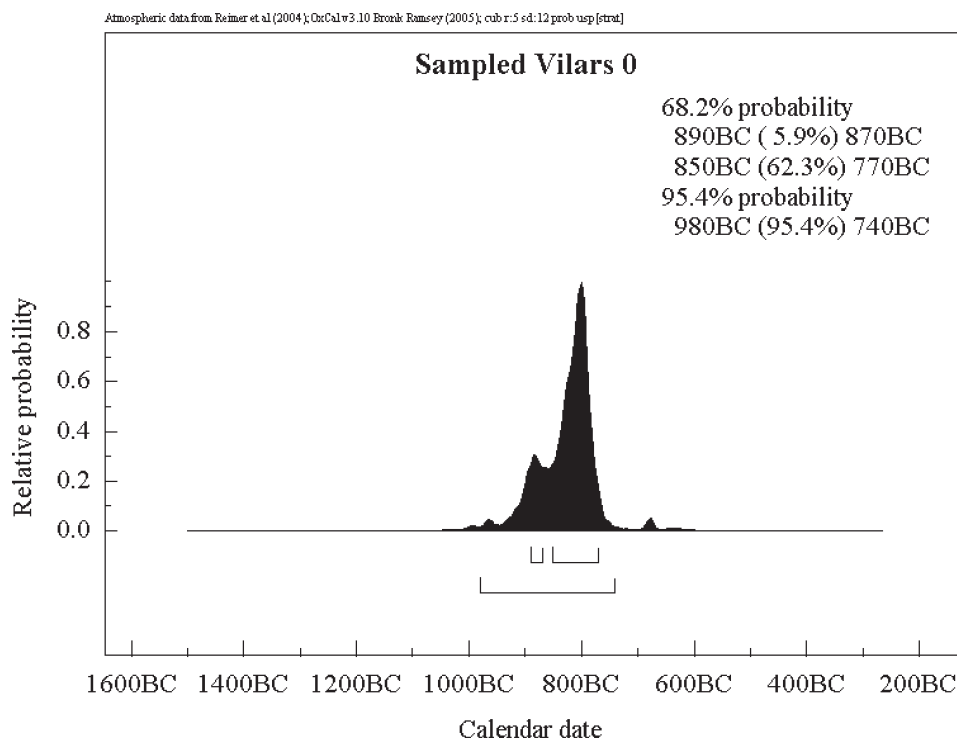


Fig. 19 – Soma das distribuições de probabilidade para Els Vilars 0.

4 - DISCUSSÃO E CONCLUSÕES FINAIS

No Sudoeste ibérico, dentro do polimorfismo de habitats e sistemas defensivos existentes no Bronze Final (SOARES, 2005) – na sucessão, aliás, do polimorfismo que apresentam as necrópoles do Bronze Inicial e Pleno do Sudoeste – destaca-se a utilização de um campo de cavalos-de-frisa no sistema de defesa do Passo Alto e a vitrificação parcial de um troço da sua muralha. As intervenções de campo aí levadas a cabo permitem atribuir, com elevada fiabilidade, a implantação dos cavalos-de-frisa a um momento anterior a 790 a.C. Também os cavalos-de-frisa de Els Vilars de Arbeca, na Catalunha, associados a contextos bem datados pelo radiocarbono, serão *grosso modo* contemporâneos dos do Passo Alto. Estes dados permitem recuar para datas mais antigas, até agora admitidas como improváveis, o aparecimento deste complemento do sistema de defesa dos povoados europeus proto-históricos. Até hoje, julgava-se que os campos de cavalos-de-frisa mais antigos teriam uma cronologia sidérica, nunca recuando para além da 1ª Idade do Ferro.

Por outro lado, mesmo antes de se conhecerem estes novos dados, já o esquema difusionista em voga nos meados do século passado (HARBISON, 1968) tinha sido posto em causa (veja-se, por exemplo, ESTALLO & SÁNCHEZ, 1989). Segundo Harbison, os campos de cavalos-de-frisa mais antigos e que utilizariam a madeira em vez da pedra (tenha-se em atenção o que consta na *Iliada* sobre as defesas do acampamento aqueu no cerco de Tróia), seriam os centro-europeus, donde se difundiriam para sul e oeste, passando a utilizar a pedra em vez de madeira. Na Península Ibérica seriam tanto mais recentes quanto mais a ocidente se situassem os povoados fortificados. Contudo, este esquema difusionista falha em vários pontos. Os campos de cavalos-de-frisa do Passo Alto e de Els Vilars são, com certeza, mais antigos que muitos dos existentes no rebordo da Meseta, onde se encontra a maior parte dos exemplos conhecidos (ver Fig. 20). São mais antigos também que os dois campos de cavalos-de-frisa conhecidos em França, um de madeira e outro de pedra, datáveis ente o século VI e o século III a.C. O mesmo acontece em relação aos existentes na Grã-Bretanha, atribuíveis à Idade do Ferro, embora o de Dún Aonghasa, na costa ocidental da Irlanda, possa recuar ao Bronze Final. Note-se, no entanto, que a grande maioria destes povoados que apresentam cavalos-de-frisa não têm sido objecto de escavações arqueológicas e, muito menos ainda, o têm sido os seus sistemas de defesa. Não será de admirar que alguns da Meseta se venham a revelar contemporâneos do Passo Alto e de Els Vilars, uma vez que têm sido identificados, em prospecção superficial, cerâmicas e outros artefactos atribuíveis ao Bronze Final.

A vitrificação de estruturas pétreas do sistema defensivo dos povoados do Passo Alto e da Misericórdia (se considerarmos a estrutura datada como fazendo parte do seu sistema defensivo) constituem dois exemplos de que o fenómeno da vitrificação das muralhas, relativamente frequente no Noroeste europeu (ver Fig. 20), também se observa no Sudoeste da Europa, podendo ter aqui ter uma data mais recuada. Para se tentar encontrar uma explicação verosímil para a vitrificação do Passo Alto, deverão procurar-se paralelos de diversa ordem para os dados obtidos neste povoado. Assim, deverá ter-se em conta a semelhança do seu sistema de defesa com o do povoado dos Ratinhos, um dos grandes povoados do Bronze Final da margem esquerda do Guadiana (SILVA & BERROCAL-RANGEL, 2005). Essa semelhança é grande, salvaguardada a enorme diferença de monumentalidade entre um e outro – ambos têm uma muralha com um sistema de construção muito parecido (um primeiro nível de lajes a aplanar o terreno, sobreposto por terra calcada com pequenas lascas de xisto, além de lajes de xisto colocadas de cutelo a delimitar a face interna da base da muralha) a que se acrescenta um fosso, no seu exterior. No entanto, uma observação atenta, não só do sistema de defesa do Passo Alto como daquilo que ele defendia, faz realçar o carácter simbólico (na nossa interpretação) das suas estruturas “defensivas”. Na verdade, o fosso é demasiado pouco profundo para ter qualquer serventia de defesa; a existência de pedras de mármore e de xisto verde, pedras não locais, no campo de cavalos-de-frisa só poderá interpretar-se como ritual ou tendo algum simbolismo; a zona essencialmente de habitat localiza-se bastante longe das estruturas defensivas e é demasiado pequena para um sistema defensivo tão complexo e elaborado. No entanto, note-se que o campo de cavalos-de-frisa se situa a cerca de 14 m da muralha e tem uma largura de cerca de 30 m, isto é, inicia-se

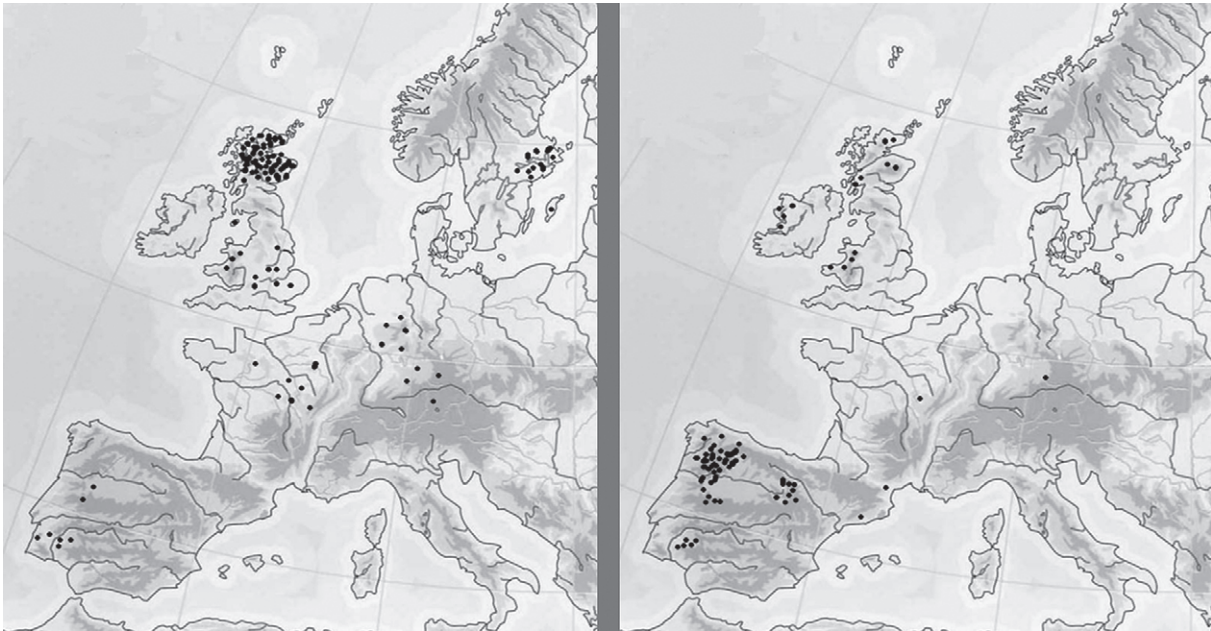


Fig. 20 – Sítios arqueológicos da Europa com muralhas vitrificadas (à esquerda) e com campos de cavalos-de-frisa (à direita).

à distância máxima atingida com precisão pelo lançamento de dardos e termina à distância máxima de precisão de tiro utilizando o arco e flechas. Uma interpretação para estes factos poderá ser a de que o Passo Alto estaria na fronteira do território de uma chefatura – admitindo já a existência de chefaturas no Bronze Final – e daí o aspecto simbólico e ostentativo do seu sistema de defesa, como que a indicar uma nova realidade política e territorial que ali se iniciava. Daí, também, que quando é destruído, a muralha seja praticamente arrasada – não ficando pedra sobre pedra em alguns troços, como se verifica no corte A2. Mas antes da muralha ser destruída, arrasada, um pequeno troço, ou melhor, a provável palissada desse troço, ter-se-á incendiado de um modo accidental para, possivelmente logo a seguir, ser reconstruída numa posição adjacente à anterior. Os moldes de ramos, não de troncos, de *Quercus* visíveis em muitos fragmentos pétreos vitrificados e alguma evidência que indicia que foi o interior da muralha que vitrificou – tal como aconteceu nas muralhas dos Castelos de Monte Novo, Évora, e no Castelo Velho de Safara, Moura – tudo isto aponta para a existência de uma palissada e não de uma qualquer estrutura semelhante a um *murus gallicus*. A escavação da estrutura habitacional vislumbrada nas escavações de 1987, junto ao troço vitrificado, poderá ajudar a uma melhor interpretação dos dados até agora registados, designadamente da verosimilhança de o fogo ter sido accidental. Pelo contrário, um incêndio accidental nos Castelos de Monte Novo não é de crer, dada a enorme extensão (cerca de 600 m) do troço da muralha que apresenta uma vitrificação contínua, embora também aqui a existência de uma palissada seja muito provável, tal como no Castelo Velho de Safara. Mas se o incêndio foi deliberado, terá resultado de um ataque inimigo ou terá sido provocado pelos próprios habitantes ao abandonarem o local? As datações por arqueomagnetismo que estão em curso e eventuais futuras escavações arqueológicas nestes sítios deverão fornecer uma indicação fiável. Se a existência de uma paliçada a coroar as muralhas do Passo Alto, dos Castelos de Monte Novo e do Castelo Velho de Safara parece, como se referiu, verosímil e surge como estando por detrás da vitrificação do interior daquelas muralhas, já uma explicação para a vitrificação da face externa da mencionada estrutura da Misericórdia (ignora-se se a totalidade da espessura do muro estará vitrificada) se mostra muito problemática. Estaremos perante um caso de condenação daquela estrutura? Também aqui, só uma intervenção arqueológica de campo poderá avançar dados fiáveis para resolver esta questão.

Estes exemplos do Sudoeste e as tentativas de interpretação dos motivos e das condições que proporcionaram a vitrificação das muralhas poderão paralelizar-se para os outros exemplares europeus que sofreram este fenómeno, isto é, as explicações para o fenómeno não são unívocas, sendo cada caso um caso, que deverá ser investigado e onde as intervenções arqueológicas de campo desempenham um papel crucial, como não poderia deixar de ser.

Se a vitrificação das muralhas ocorre porque na sua constituição existe madeira, então poderá deduzir-se que as muralhas assim construídas se terão generalizado na Europa, designadamente no ocidente europeu, no I milénio a.C., atingindo a sua maior expressão durante a Idade do Ferro. De igual modo, também os campos de cavalos-de-frisa são um fenómeno do I milénio a.C. no ocidente europeu e, quer a vitrificação, quer os cavalos-de-frisa, têm actualmente os seus exemplares mais antigos na Península Ibérica. Este dado não parece implicar qualquer difusionismo na dispersão destes fenómenos, mas resultará antes de uma investigação de campo europeia ainda débil, cujo incremento poderá modificar o panorama aqui apresentado.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Doutora Paula Queiroz a identificação das espécies vegetais do Passo Alto objecto de datação pelo radiocarbono. Os meus agradecimentos, também, para o colega José Manuel Martins e para o Luis Monge Soares pela ajuda no tratamento digital de muitas das figuras apresentadas neste texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, N.; JUNYENT, E.; LAFUENTE, A.; LÓPEZ, J.B. & TARTERA, E. (2000) – “La Fortaleza de Arbeca. El Proyecto Vilars 2000”. Investigación, Recuperación y Socialización del Conocimiento y del Patrimonio. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 57:2, p. 161-173.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense (*Extra Complutum*, 2).
- BERROCAL-RANGEL, L. (1999) – Etnogénesis entre los célticos del Suroeste: una interpretación de la Edad del Hierro en Extremadura y el sur de Portugal. In BALBÍN BEHRMANN, R. de; BUENO RAMÍREZ, P., eds.- *II Congreso de Arqueología Peninsular*. Universidad de Alcalá de Henares; Fundación Rei Afonso Henriques. Tomo II, p. 347-356.
- BERROCAL-RANGEL, L. (2003) – La expansión meridional de los *chevaux de frise*: Los castros célticos del Suroeste. In ALONSO, N.; JUNYENT, E. & LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 209-231.
- BRONK RAMSEY, C. (1995) – Radiocarbon calibration and analysis of stratigraphy: the OxCal program. *Radiocarbon*. Tucson. 37: 2, p. 425-430.
- BRONK RAMSEY, C. (2001) – Development of the Radiocarbon Calibration Program. *Radiocarbon*. Tucson. 43: 2A, p. 355-363.
- BRONK RAMSEY, C.; MANNING, S.W. & GALIMBERTI, M. (2004) – Dating the volcanic eruption at Thera. *Radiocarbon*. Tucson. 46: 1, p. 325-344.
- BROTHWELL, D.R.; BISHOP, A.C. & WOOLLEY, A.R. (1974) – Vitrified forts in Scotland: a problem in interpretation and primitive technology. *Journal of Archaeological Science*. 1, p. 101-107.

- BURGESS, C.; GIBSON, C.; CORREIA, V. & RALSTON, I. (1999) – Hillforts, oppida and vitrification in the Évora area, Central Portugal. In FRODSHAM, P.; TOPPING, P.; COWLEY, D., eds.- *'We are always chasing time': papers presented to Keith Blood (=Northern Archaeology, 17/18)* (special edition), p. 129-147.
- CALADO, M.J.M.; BARRADAS, M.P. & MATALOTO, R.J.L. (1999) – Povoamento Proto-histórico no Alentejo Central. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Volume Especial, I, p. 363-386.
- CATANZARITI, G.; McINTOSH, G.; SOARES, A.M.M.; DÍAZ-MARTÍNEZ, E.; KRESTEN, P. & OSETE, M.L. (2007) – Archaeomagnetic dating of a vitrified wall at the Late Bronze Age settlement of Misericórdia (Serpa, Portugal). *Journal of Archaeological Science*. doi: 10.1016/j.jas.2007.10.004.
- CHILDE, V.G. (1935) – *The Prehistory of Scotland*. London: Paul, Trench and Trubner.
- CHILDE, V.G. & THORNEYCROFT, W. (1937a) – The experimental production of the phenomena distinctive of vitrified forts. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*. 72, p. 44-55.
- CHILDE, V.G. & THORNEYCROFT, W. (1937b) – The vitrified fort at Rahoy, Morvern, Argyll. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*. 72, p. 23-43.
- COTTER, C. (1995) – Western Stone Fort Project. Interim report. *Discovery Programme Reports*. 2, p. 1-11.
- COTTER, C. (2003) – The Cultural Background of Irish Forts with *chevaux de fries*. In ALONSO, N.; JUNYENT, E.; LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 101-118.
- COTTON, M.A. (1952) – British camps with timber-laced ramparts. *Archaeological Journal*. London. 111, p. 26-105.
- DÍAZ-MARTÍNEZ, E. (2004a) – La roca pómez de El Gasco (Cáceres): patrimonio geológico y arqueológico. In *Actas del IV Congreso Internacional sobre Patrimonio Geológico y Minero, Utrillas (Teruel) 25, 26, 27 y 28 de Septiembre de 2003*. p. 187-194.
- DÍAZ-MARTÍNEZ, E. (2004b) – Origin of the vesicular glass of El Gasco (Cáceres, Spain): vitrification of a protohistoric human construction. *Geotemas*. Madrid. 6:1, p. 33-36.
- DÍAZ-MARTÍNEZ, E. & SOARES, A.M.M. (2004) – Vitrified hillforts in the Iberian Peninsula: current knowledge and future perspectives. In *IV Congreso de Arqueología Peninsular, Faro (Programa e Livro de Resumos)*, p. 27.
- DÍAZ-MARTÍNEZ, E.; SOARES, A.M.M.; KRESTEN, P. & GLAZOVSKAYA, L. (2005) – Evidence for wall vitrification at the Late Bronze Age settlement of Passo Alto (Vila Verde de Ficalho, Serpa, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 151-161.
- ESPARZA ARROYO, A. (2003) – Castros con piedras hincadas del oeste de la Meseta y sus aledaños. In ALONSO, N.; JUNYENT, E.; LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 155-178.
- ESTALLO, I.G.; SÁNCHEZ, E.J. (1989) – Fortificación y defensa en la I Edad del Hierro. Piedras hincadas en Els Vilars. *Revista de Arqueología*. Madrid. 93, p. 38-49.
- FRIEND, C.R.L.; DYE, J. & FOWLER, M.B. (2007) – New field and geochemical evidence from vitrified forts in South Morar and Moidart, NW Scotland: further insight into melting and the process of vitrification. *Journal of Archaeological Science*. 34, p. 1685-1701.
- GAILLEDROT, E. & MORET, P. (2003) – La fortification de Pech Maho (Sigean, Aude) et le problème de ses pierres plantées. In ALONSO, N.; JUNYENT, E. & LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 119-133.

- GENTLES, D. & TARLING, D.H. (1987) – Archaeomagnetic directional dating and magnetic analyses with special reference to a Scottish vitrified dun. In SLATER, E.A.; TATE, J.O., eds.- *Science and Archaeology*. BAR 196. Glasgow. p. 647-667.
- GENTLES, D. & TARLING, D.H. (1993) – Vitrified Forts – archaeomagnetic date. *Current Archaeology*. London. 133, p. 18-22.
- G.I.P. (Grup d'Investigació Prehistòrica) (2003) – Caballos y hierro. El campo frisio y la fortaleza de «Els Vilars d'Arbeca» (Lleida, España), siglos VIII-IV a.n.e. In ALONSO, N.; JUNYENT, E. & LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 233-274.
- HARBISON, P. (1968) – Castros with *Chevaux-de-Frise* in Spain and Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 9, p. 116-147.
- KRESTEN, P. (2004) – The vitrified forts of Europe: saga, archaeology, and geology. In PECCIO, M. et al., eds., *Applied Mineralogy. Developments in Science and Technology*. ICAM (Brazil), p. 355-357.
- KRESTEN, P. & AMBROSIANI, B. (1992) – Swedish vitrified forts – a reconnaissance study. *Fornvännen*. 87, p. 1-17.
- KRESTEN, P.; KERO, L. & CHYSSLER, J. (1993) – Geology of the vitrified hill-fort Broborg in Uppland, Sweden. *Geologiska Föreningens i Stockholm Förhandlingar*. Stockholm. 115:1, p. 13-24.
- LORRIO, A.J. (1997) – *Los Celtiberos*. Alicante: Universidad de Alicante; Universidad Complutense de Madrid.
- MacKIE, E.W. (1976) – The vitrified forts of Scotland. In HARDING, D.W., ed.- *Hillforts. Later prehistoric earthworks in Britain and Ireland*. London. p. 205-235.
- MATALOTO, R. (2005) – Em busca do Mediterrâneo: a Idade do Ferro no Alentejo Central (Portugal). In JIMÉNEZ AVILA, J.J. & CELESTINO PÉREZ, S., coords.- *El período orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Vol. 2, p. 955-966.
- MAURÍCIO, C.A.S. (2007) – *Análise textural, mineralógica e química de cerâmicas arqueológicas – estudos de proveniência* [Dissertação de Mestrado em Conservação e Restauro]. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia. (Policopiado)
- MYTUM, H. (1999) – Castell Henllys. *Current Archaeology*. 161, p. 164-172.
- NISBET, H.C. (1974) – A geological approach to vitrified forts. Part I. The archaeological and scientific background. *Science and Archaeology*. 12, p. 3-12.
- NISBET, H.C. (1982) – Vitrification phenomena in hill-forts. In ENGLE, A., ed.- 'Glass goes to outer space'. *Readings in glass history*. Jerusalem. 15-16, p. 21-30.
- PÉREZ MACÍAS, J.A. (1996) – La transición a la Edad del Hierro en el Suroeste peninsular. El problema de los Celtici. *Spal*. Sevilla. 5, p. 101-114.
- PÉREZ MACÍAS, J.A. (2005) – Comunicação pessoal.
- PÉREZ MACÍAS, J.A.; VIDAL TERUEL, N.O. & CAMPOS CARRASCO, J.M. (1997) – *Arucci y Turobriga*. El proceso de romanización de los llanos de Aroche. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 24, p. 189-208-
- RALSTON, I. (2006) – *Celtic Fortifications*. Stroud: Tempus Publishing.
- REDENTOR, A. (2003) – Pedras fincadas em Trás-os-Montes (Portugal). In ALONSO, N.; JUNYENT, E. & LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 135-154.

- ROMERO CARNICERO, F. (2003) – Piedras hincadas en el oriente meseteño. In ALONSO, N.; JUNYENT, E.; LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 179-208.
- REIMER, P.J.; BAILLIE, M.G.L.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J.W.; BERTRAND, C.J.H.; BLACKWELL, P.G.; BUCK, C.E.; BURR, G.S.; CUTLER, K.B.; DAMON, P.E.; EDWARDS, R.L.; FAIRBANKS, R.; FRIEDRICH, M.; GUILDERTON, T.P.; HOGG, A.G.; HUGHEN, K.A.; KROMER, B.; McCORMAC, G.; MANNING, S.; RAMSEY, C.B.; REIMER, R.W.; REMMELE, S.; SOUTHON, J.R.; STUIVER, M.; TALAMO, S.; TAYLOR, F.W.; van der PLICHT, J. & WEYHENMEYER, C.E. (2004) – IntCal04 Terrestrial Radiocarbon Age Calibration, 0-26 cal Kyr BP. *Radiocarbon*. Tucson. 46:3, p. 1029-1058.
- RUIZ ZAPATERO, G. (2003) – Las fortificaciones de la Primera Edad del Hierro en la Europa templada. In ALONSO, N.; JUNYENT, E. & LAFUENTE, A., eds.- *Chevaux-de-frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Universitat, p. 13-34.
- SANTOS JÚNIOR, J.R. (1957) – O Castro de Carvalhelhos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 16:1-2, p. 25-62.
- SILVA, A.C. & BERROCAL-RANGEL, L. (2005) – O Castro dos Ratinhos (Moura), povoado do Bronze Final do Guadiana: 1ª campanha de escavações (2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, p. 129-176.
- SOARES, A.M.M. (1988) – O Povoado do Passo Alto. Escavações de 1984. *Arquivo de Beja*. Beja. II série, 3, p. 89-99.
- SOARES, A.M.M. (1996) – Povoado da Misericórdia (Margem esquerda do Guadiana, Serpa). Ocupações humanas e vestígios metalúrgicos. *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 103-116.
- SOARES, A.M.M. (2003) – O Passo Alto: uma fortificação única do Bronze Final do Sudoeste. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 293-312.
- SOARES, A.M.M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 111-145.
- TOSCANO, F.G. (1997) – *El final de la Edad del Bronce entre el Guadiana y el Guadalquivir*. Huelva: Universidad.

AS RELAÇÕES EUROPEIAS DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA ROMANA

Vasco Gil Mantas*

RESUMO

O território ocidental da Península Ibérica é, com demasiada frequência, considerado área marginal do Império Romano, cujo único interesse residia na sua riqueza mineira. Como consequência desta visão redutora permanece a tendência para interpretar como limitadas e pouco interessantes as relações desta *periferia* com a Itália e as restantes províncias do Império. Os progressos da investigação, histórica e arqueológica, se, neste caso, é possível considerar esta duplicidade, mostram inequivocamente, que a faixa atlântica que hoje corresponde a Portugal, sem conhecer a exuberância de testemunhos que se registam noutras regiões hispânicas, como a Bética, conta com provas seguras de contactos regulares e significativos com outras áreas do mundo romano.

A integração do território no Império Romano e o desenvolvimento de uma economia imperial, em parte estabelecida na Península Ibérica sobre estruturas anteriores, especialmente relacionadas com o Mediterrâneo, conduziram, como é natural, não apenas à ampliação dos contactos de carácter comercial, estatal ou privado, nos quais as velhas rotas marítimas passaram a ser complementadas por uma eficiente rede de comunicações terrestres, inserindo-se num espaço global, mas também a inovadoras correntes de pessoas, ideias e objectos que explicam, em larga medida, o êxito daquilo que podemos continuar a denominar *romanização*. É evidente que este fenómeno, que se desenvolve ao longo de séculos – novamente a *longue durée* – conheceu movimentos de importação e exportação em vários sentidos.

As fontes arqueológicas e epigráficas, sobretudo, permitem esboçar as grandes linhas e os ritmos dos contactos que interessam ao ocidente peninsular, que na nossa comunicação analisaremos apenas na sua vertente europeia, não exclusivamente mediterrânea. Se as primeiras mostram, através da distribuição geográfica dos materiais, o vigor das actividades económicas e a regularidade dos contactos, as segundas comprovam a circulação de gente ao serviço do Estado ou de simples particulares, aqui e ali, ilustrando o Império como um vasto espaço de mobilidade, tanto como a dialéctica das culturas, hoje tão actual e a merecer redobrada atenção. Outros indícios dessas relações são, talvez, mais discretos, mas nem por isso menos relevantes, como uma técnica construtiva ou uma fórmula pouco usual numa epígrafe. Como é natural, neste capítulo é mais fácil encontrar testemunhos vindos de fora do que identificar o que partiu do nosso território.

A romanização foi um grande momento de encontro de culturas e de interesses diversos, com os custos inerentes a situações semelhantes, aos quais o historiador deve estar permanentemente atento, sob pena de não entender o passado, ou, pior, de o subjugar a leituras actuais anacrónicas. Compreenderemos melhor o percurso histórico do

* Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ocidente peninsular no espaço europeu, em grande parte estruturado sobre continuidades, reflectindo sobre o que foi esse grande período da história na construção de uma identidade cultural de referência, através dos testemunhos materiais e, eventualmente, imateriais, de uma irreversível integração europeia, *sensu lato*. Por isso mesmo, não é possível reduzir o que se passou a um simples fenómeno de colonização e exploração dos vencidos pelos vencedores.

A análise do problema das relações exteriores do actual território português na época romana, que aqui procuramos desenvolver numa óptica estritamente europeia¹, tem sido prejudicada por dois factores associados, particularmente negativos, que são a distância, característica das relações atlânticas, e o muito invocado efeito de finisterra, apresentados em conjunto ou isoladamente como explicações definitivas para tudo o que denota arcaísmo ou diferença. Como consequência desta visão redutora, que frequentemente se limita a constituir uma projecção no passado de certos complexos contemporâneos, tão queridos da intelectualidade portuguesa, permanece a tendência para considerar limitadas e pouco interessantes as relações desta *periferia* com a Itália e as restantes províncias europeias do Império. Como é, ou devia ser, evidente, o problema não se limita a uma simples questão geográfica. A distância entre Lisboa e Roma é apenas ligeiramente superior à que separa a capital do Império da cidade de Alexandria, à qual ninguém ousa atribuir uma condição periférica.

Na verdade, ainda que área marginal do mundo romano, o que não implica, em termos práticos, um isolamento gerador de falta de contactos e, em consequência, a realidade de um vazio de estímulos e de intercâmbios que ultrapassem de forma significativa o simples âmbito comercial e administrativo, não faltam testemunhos escritos e arqueológicos demonstrativos da existência de relações regulares entre a fachada atlântica que hoje corresponde a Portugal e outras regiões da Europa romana, ainda que se encontrem muito longe de ostentarem a exuberância dos que se registam noutros espaços hispânicos, em particular na Bética.

Naturalmente, para compreensão do que se passou ao longo dos vários séculos em que se processou a romanização do nosso território², é preciso partir de uma reflexão sóbria em torno da situação geográfica do mesmo, sem que tal implique uma interpretação passivamente sujeita a teorias deterministas, reconhecendo as marcadas peculiaridades que a caracterizam, assim como alargar essas reflexões aos antecedentes da presença romana, na Idade do Bronze e na Idade do Ferro³, e aos ritmos da integração económica e administrativa desta região do ocidente peninsular, de inevitáveis e pertinentes consequências. Criadora de correntes de pessoas, de ideias e de objectos foi sobre esta integração que conduziu, através de um processo complexo, que contém tanto de voluntário como de involuntário, a uma identidade luso-romana.

Embora reconhecendo o que de inconveniente existe no facto de recorrer a um espaço político contemporâneo para analisar um fenómeno histórico impossível de enquadrar nesse espaço, uma vez que a fronteira continental portuguesa diverge significativamente dos limites provinciais romanos que aqui nos interessam, os da Lusitânia e da Galécia, optámos por uma solução de facilidade, considerando o actual espaço português. Esta escolha não deixa, aliás, de reflectir diferenças intrínsecas entre as diversas áreas consideradas a partir dos testemunhos conhecidos, diferenças que não resultam directamente do enquadramento geográfico que elegemos, à margem da geografia

¹ A particular situação do território português enquanto parte integrante do Império Romano, que não era estritamente europeu, dificulta uma análise específica das relações com outras regiões limitada às regiões europeias, desde logo fortemente condicionadas pela localização do centro do poder político e económico na Itália. Fontes abreviadas no texto: *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim (= *CIL*); José d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984 (= *IRCP*). Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras desta comunicação.

² Entendemos por romanização um processo cultural e político, complexo e multifacetado, iniciado no século II a.C. e cujo limite final se situa no século V.

³ Ana Arruda / Raquel Vilaça, *O mar greco-romano antes de Gregos e Romanos*, "O Mar Greco-Latino", Coimbra, 2006, p.31-58.

política da época romana⁴, mas que se relacionam com situações existentes na Antiguidade, sobretudo de ordem económica e social.

O tradicional conceito de *romanização*, usado durante décadas como um modelo inquestionável, com numerosos efeitos perversos, entre os quais o de levar a menosprezar tudo o que parecia pouco romanizado, continua, apesar das críticas desenvolvidas em contrário⁵, a desempenhar um papel central neste tipo de estudos, mesmo como sujeito de crítica, pois é frequente aqueles que dividem as suas opiniões acerca desta questão esquecerem um elemento fundamental da mesma, que é, cremos, a natureza imperial do Estado romano. Sublinhamos o termo imperial e não imperialista, ainda que este possa ser facilmente considerado em relação ao que se verificava no mundo sob domínio romano até ao final da República⁶.

Não desejamos desenvolver aqui um exercício de dialéctica a propósito de conceitos operacionais, *Idealtypen* aos quais o investigador não pode escapar, mas é necessário ter em conta a existência de diferenças cujo desconhecimento conduz a inaceitáveis anacronismos. O Império pode ser o que por vezes se define como uma *comunidade de destino*, alheia à ideia da exploração mais ou menos brutal, por parte de um grupo dominador, de uma maioria marginalizada, antes privilegiando uma via de convivência capaz de garantir o equilíbrio entre a diversidade essencial dos elementos constituintes e o exercício de uma hegemonia idealmente pacífica. Na sociedade romana, no sentido restrito do termo, não faltavam diferenças, nem sempre fáceis de gerir politicamente, razão que explica a coincidência da mudança de regime, no último terço do século I a.C., com uma nova prática política no tocante às províncias, uma e outra, naturalmente apoiadas no fortalecimento da autoridade do Estado, agora indiscutivelmente controlado pelo *Princeps*. Este processo conheceu várias fases, umas mais favoráveis que outras, mas conduziu gradualmente à valorização das províncias na vida política, económica e militar do Império. A subida ao poder, a partir do final do século I, de imperadores oriundos de destacadas famílias provinciais demonstra claramente o fim do monopólio dos mais elevados cargos políticos do Império exercido por parte de elementos itálicos, anunciando uma nova e irreversível situação⁷. Alteração decisiva, em parte resultante da elevada mobilidade desenvolvida no mundo romano⁸, simultaneamente efeito e causa de uma integração cujos limites, mais que de ordem política, obedeceram a razões estruturais e tecnológicas, inultrapassáveis.

A situação geográfica do território português, aparentemente muito desfavorecida em relação ao que foi a essência do mundo clássico, o Mar Mediterrâneo, merece uma análise atenta, liberta dos preconceitos geográfico-políticos que a prejudicam, tão pouco válidos para a Antiguidade como o são, quase sempre, na sua formulação actual. Embora reconhecendo que, na época romana, a concepção da existência de terras a Ocidente do Promontório Sacro, erróneo limite do mundo habitado, dependia largamente de conceitos mitológicos ou literários, bem ilustrados pelos diversos relatos sobre ilhas atlânticas ou pelas imaginosas fantasias de Luciano⁹, tal facto não autoriza uma sobrevalorização sistemática do efeito de finisterra.

Na verdade, mesmo admitindo um grande vazio a Ocidente, ideia que não foi alheia ao êxito de Colombo, é impossível ignorar o que, atravessado o Estreito de Gibraltar a partir do nascente, se estendia para sul e para norte. Neste contexto, o litoral ora português situava-se de forma privilegiada sobre as rotas atlânticas do Império Romano, tanto mais que, pouco distante do Mediterrâneo e debruçado sobre o Golfo de Cádiz, autêntica antecâmara do *Mare Nostrum*, dominava largamente a zona de transição entre a navegação mediterrânea e a navegação atlântica. Esta

⁴ As fronteiras portuguesas, resultantes da evolução da Reconquista e de alguns factores geográficos determinantes, só ocasionalmente coincidem com limites administrativos romanos. Sobre esta questão: Orlando Ribeiro, *A formação de Portugal*, Lisboa, 1987, p.19-25.

⁵ J. C. Barret, *Romanization: a critical comment*, "Dialogues in Roman Imperialism", Portsmouth (RI), 1997, p. 51-64.

⁶ B. Lançon, *O Estado romano. Catorze séculos de modelos políticos*, Lisboa, 2003, p.48-49.

⁷ P. Petit, *Histoire Générale de l'Empire romain*, I, *L'Haut Empire*, Paris, 1974, p.138.

⁸ Sobre os diversos aspectos deste tema fundamental: R. Chevallier, *Voyages et déplacements dans l'Empire romain*, Paris, 1988.

⁹ Vasco Mantas, *O Atlântico e o Império Romano*, "Revista Portuguesa de História", 36, 2, 2002-2003, p.453-454.



Fig. 1 – A província Lusitânia, o Atlântico e o Mediterrâneo.

centro de Portugal que se situa a linha divisória entre as influências mediterrâneas e a área de domínio absoluto da condição atlântica do território¹¹. Esta situação, desde sempre da maior importância no tocante às relações com o exterior, com particular relevância para as que se fizeram por mar, não escapou à observação dos romanos, cuja aprendizagem do Atlântico se fez gradualmente, a partir da Turdetânia e em grande parte sobre a experiência dos que os precederam. Assim, Plínio-o-Antigo e Solino situavam no *Promontorium Magnum*, hoje Cabo da Roca, o limite entre o Oceano Atlântico e o Oceano Gálico¹², distinguindo perfeitamente dois sectores de navegação e duas realidades sócio-económicas distintas, uma meridional e outra setentrional. É por esta razão, não contrariada de forma válida por factores geográficos, que consideramos ser Lisboa o último grande porto directamente representativo da navegação mediterrânea da antiguidade, apesar de propostas recentes a favor da atribuição desta condição a Mértola¹³.

¹⁰ Plínio, *N.H.*, II, 67.

¹¹ Orlando Ribeiro *et alii*, *Geografia de Portugal*, II, Lisboa, 1991, p.452-461.

¹² Plínio, *N.H.*, IV, 114; Solino, *Memor.*, XXIII, 5.

¹³ A importância do porto de Lisboa em relação às rotas mediterrâneas foi largamente evidenciada, ainda nos séculos XIX e XX, quer por razões estratégicas, quer por razões económicas: S. Willis, *Fighting Ships. 1750-1850*, Londres, 2007, p.188-189; A. Siegfried, *Suez, Panama et les routes maritimes mondiales*, Paris, 1940, p. 31. Sobre o porto alentejano, particularmente no período islâmico: Santiago Macias, *Mértola. O último porto mediterrâneo*, 1-3, Mértola, 2005.

circunstância, durante muito tempo ignorada pelos investigadores, talvez demasiadamente dependentes de testemunhos arqueológicos que tardavam, não deixa de se reflectir, ainda que indirectamente, em diversos textos da época imperial. Recordamos aqui, por interessar directamente a esta questão, uma passagem de Plínio-o-Antigo, que certamente não se limitou a transmitir uma simples imagem literária: *A Gadibus columnisque Herculis Hispaniae et Galliarum circuitu totus hodie navigatur occidens (...). Alio laterem Gadium ab eodem occidente magna pars meridiani sinus ambitu Mauretaniae navigatur hodie*¹⁰.

Desta forma, a faixa atlântica ocidental da Península Ibérica, sobretudo a que um dia pertenceu à província lusitana (Fig.1), corresponde a um autêntico interface entre as regiões mediterrâneas e atlânticas do mundo romano, reflectindo-se aqui, de forma particular e muito específica, a dupla condição da Ibéria. Aliás, é indiscutível que esta dualidade condiciona o território português, como muitos geógrafos distintos, e entre todos Orlando Ribeiro, têm posto em relevo. Na verdade, é algures no

De tudo isto podemos deduzir, mesmo limitando a nossa análise aos contactos com regiões europeias, que o território português não foi, durante o domínio romano, uma região isolada, irremediavelmente condenada, pelo afastamento dos grandes centros da época e pela dificuldade de comunicações, a um subdesenvolvimento sem solução. Temos referido, com maior insistência, as condições que a situação do território ofereceu às relações por via marítima, as quais, apesar das dificuldades inerentes, não deixaram de constituir elemento fundamental dessas relações, como veremos. É evidente que os caminhos terrestres não podem ser esquecidos, mas a morosidade das viagens, os apertados limites de carga impostos pelos meios disponíveis, sem esquecer o frequente mau estado dos caminhos, anulavam parcialmente as vantagens que as deslocações por terra ofereciam face às viagens marítimas, prejudicadas principalmente pelos perigos de mar e pelo reduzido período de navegação, limitado pela prática do *Mare Clausum*¹⁴.

Como dissemos, não é possível analisar o tema das relações da faixa atlântica da Hispânia sem ter em conta a situação geográfica da Península Ibérica, mas considerando de forma equilibrada a problemática dos meios de comunicação existentes e da sua utilização ao longo do ano. Mesmo depois da construção das grandes vias romanas que os atravessavam, os Pirenéus constituíram sempre uma barreira difícil de transpor, muito particularmente no Inverno¹⁵, exemplificando bem o tipo de problemas que se levantavam às viagens terrestres, os quais reflectiam de forma realista o que de mais negativo existia na situação peninsular. Por outro lado, não podemos esquecer que as viagens na época romana englobavam com muita frequência percursos mistos, combinando jornadas terrestres, fluviais e marítimas, sempre que possível e conveniente, o que permitia mitigar algumas das dificuldades oferecidas por um itinerário homogéneo. Como é evidente, o transporte terrestre a longa distância de determinado tipo de materiais ficava excluído, salvo situações muito especiais, pelo custo final, incomportável para a economia privada¹⁶. Daí a importância que atribuímos às relações por via marítima, sobretudo quando era preciso velocidade e grande capacidade de transporte, factores a que devemos acrescentar a regularidade praticada em muitas das carreiras de navegação romanas, o que muito facilitava a mobilidade de pessoas e bens.

A extrema valorização de um pretenso isolamento do Ocidente peninsular teve, entre outras consequências, o desenvolvimento, quase dogmático, de uma opinião muito negativa entre os investigadores acerca da possibilidade da existência de contactos marítimos com algum significado, mesmo na época romana. Curiosamente, circunstância que já foi referida de forma crítica¹⁷, mais facilmente se admite a presença de navios fenícios ou púnicos no Atlântico que a de navios romanos. A esta circunstância não é alheio o generalizado preconceito contra a capacidade romana no mar, teimosamente cultivado contra a formidável evidência que o contraria, em grande parte de origem arqueológica, hoje existente¹⁸. Quando se aceita a navegação fenício-púnica e se identificam estabelecimentos permanentes com a mesma origem em sítios do litoral atlântico a poente de Cádiz, nomeadamente no território português, caracterizados pelo vigoroso horizonte arqueológico de feição orientalizante que neles se identifica, parece-nos um enorme contra-senso admitir a ausência de navios romanos, e aqui utilizamos o termo no sentido lato, frequentando desde inícios do século II a.C. os *ports-of-trade* das rotas atlânticas, na sequência da excelente relação estabelecida com *Gades* (Cádiz).

Não faltam, portanto, testemunhos de intensos contactos marítimos anteriores à ocupação romana, quer com o mundo mediterrâneo, de que a cerâmica grega presente nos sítios arqueológicos portugueses constitui um sólido reflexo da prática do comércio indirecto, através do qual fenícios e púnicos introduziram na faixa atlântica materiais

¹⁴ Vegécio, *Epit.*, IV, 39.

¹⁵ M. Magallón Botaya, *La red viaria romana en Aragón*, Saragoça, 1987, p. 113-139.

¹⁶ R. Duncan-Jones, *The Roman economy*, Cambridge, 1982², p.368; P. Sillières, *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*, Paris, 1990, p.750-754.

¹⁷ Carlos Fabião, *O azeite da Baetica na Lusitania*, "Conimbriga", XXXII-XXXIII, 1993-1994, p.321-240.

¹⁸ M. Grant, *The Ancient Mediterranean*, Nova Iorque, 1988², p. 298-302; A. J. Parker, *Classical Antiquity: the Maritime Dimension*, "Antiquity", 64, 1990, p.335-346.

sumptuários produzidos fora da sua área de influência¹⁹. Todavia, as relações por via marítima não se limitaram ao litoral peninsular, existindo indícios seguros de contactos para norte, e bem mais antigos, como se pode deduzir da abundante presença de materiais da Cultura Campaniforme ou, posteriormente, da Idade do Bronze, em regiões de França, Reino Unido e Irlanda (Fig.2), cujo mapa de distribuição permite, simultaneamente, reconhecer antiquíssimas relações atlânticas com a faixa ocidental da Península Ibérica e explicar, pelo menos parcialmente, a situação na época romana²⁰, em especial a partir do final da República, sugerindo fortemente a continuidade dessas rotas e desses contactos, favorecendo a hipótese do recurso a rotas directas, em detrimento da navegação de cabotagem.



Fig. 2 – Esboço da repartição atlântica de materiais da Idade do Bronze, segundo Cunliffe.

¹⁹ Entre os referidos materiais destacam-se as cerâmicas gregas, cuja presença em sítios arqueológicos portugueses ganhou significativo relevo desde há alguns anos. Sobre o comércio fenício-púnico: A. C. Ferreira da Silva, *A Segunda Idade do Ferro*, “Nova História de Portugal”, I, Lisboa, 1990, p.291-292 e Ana Arruda, *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*, “Cuadernos de Arqueología Mediterránea”, 5-6, 1999-2000, Barcelona.

²⁰ B. Cunliffe, *Facing the Ocean. The Atlantic and its Peoples*, Oxford, 2001, p.227-247.

Como o tema que aqui trazemos não se relaciona de forma directa com o período anterior à época romana, limitámos ao essencial estas apreciações, ditadas por uma filosofia histórica sublinhando a *longue durée*, aspecto a nunca esquecer quando se trata de assuntos náuticos. Em relação aos antecedentes romanos no Atlântico, indígenas ou exóticos, basta-nos sublinhar a sua importância essencial, por constituírem o resultado de um acumular de experiências, algumas ainda mal conhecidas, que o pragmatismo romano não deixaria de aproveitar e desenvolver. Recordamos, a propósito da transmissão de conhecimentos de navegação, e para melhor explicação do que dizemos, que no trajecto final da viagem de descobrimento de Vasco da Gama, entre Melinde e Capocate, a esquadilha portuguesa foi conduzida por um piloto local, o célebre Ibn Madjid.

Que os contactos marítimos entre a Hispânia e o Noroeste da Gália prevaleciam nos últimos tempos da República parece confirmar-se através da presença de Públio Licínio Crasso, legado de César na campanha contra os *Veneti*, na Bretanha, personagem que alguns investigadores identificam com o Públio Crasso referido num célebre passo de Estrabão a propósito da rota atlântica, hipótese com a qual concordamos plenamente²¹. As mesmas relações evidenciam-se, ainda a propósito da conquista da Armórica e da temerária expedição à Britânia, através da presença, na primeira, como conselheiro de César, de Lúcio Cornélio Balbo, representante da elite gaditana e dos seus interesses no grande comércio marítimo²². Quanto à expedição além da Mancha, César fez seguir da Hispânia materiais para construir os navios que projectou especialmente para esta grande operação de reconhecimento²³.

Tudo isto aponta para relações, interesses e conhecimentos fortemente estabelecidos, delineando um panorama no qual o litoral ocidental peninsular não podia estar ausente. Os sucessos verificados em consequência de uma política imperial que assume, logo no começo do principado, aspectos que, a propósito do Atlântico, não se podem considerar estritamente simbólicos, ainda que também o fossem, confirmariam, a breve trecho, esta potencial mais valia geográfica do território que agora nos pertence. O desenvolvimento de uma grande rede de estradas estratégicas, em primeiro lugar ao serviço do exército e da administração, mas disponíveis para outras funções e com enormes vantagens no âmbito das relações interprovinciais, acompanhará nas regiões ocidentais do Império a criação ou refundação de centros urbanos, muitos deles coincidentes com portos cuja história confirmaria nos séculos vindouros a justeza das opções romanas. A partir das últimas décadas do século I a.C., o território português integra-se definitivamente neste grande espaço, no interior do qual, apesar de todas as diferenças existentes, foi possível desenvolver uma civilização comum.

Reconhecida a dupla influência atlântica e mediterrânea no Ocidente da Península Ibérica, cremos ser conveniente reflectir um pouco sobre o lugar desta região na Europa romana, para apreendermos com maior facilidade os factores que determinaram as relações com outras regiões do Império e a forma como este território, afastado e durante muito tempo símbolo dos limites ocidentais da *oikoumenê* greco-latina, foi integrado na romanidade. É interessante verificar que houve uma evolução na forma como a Hispânia foi entendida geograficamente, a partir de uma concepção mediterrânea, naturalmente relacionada com a evolução da conquista territorial, iniciada no Levante peninsular, só depois ganhando consistência uma visão de conjunto elaborada em torno do Mediterrâneo e do Atlântico. Que o *Mare Nostrum* pesou largamente nas concepções geopolíticas do início do Império depreende-se, sem dificuldade, da descrição que Estrabão redigiu sobre as características da Península Ibérica e dos seus habitantes²⁴.

Porém, a valorização progressiva das regiões atlânticas, cujo domínio se inscreveu muito cedo como um dos objectivos de Augusto²⁵, não podia deixar de exercer uma influência positiva na romanização do actual território

²¹ Estrabão, III, 2, 1; C. E. Stevens, *Crassus*, "The Oxford Classical Dictionary", 1970, p.295.

²² César, *B.G.*, V, 1. Sobre a relevante acção política dos Balbos gaditanos: J. F. Rodriguez Neila, *Confidentes de César. Los Balbos de Cádiz*, Madrid, 1992.

²³ César, *B.G.*, VII, 1.

²⁴ Estrabão, III, 1, 3.

²⁵ *Res Gestae*, XXVI, 2; Y. Roman, *Auguste, l'Océan Atlantique et l'imperialisme romain*, "Ktema", 8, 1983, p.261-268.

português, ainda que as diferenças entre as áreas setentrionais e meridionais do mesmo não tivessem, naturalmente, desaparecido. A difícil conquista dos litorais cantábricos, seguida posteriormente, sob o principado de Cláudio, da integração definitiva da Mauritânia e da conquista da Britânia, criaram uma enorme faixa atlântica que se estendia sem solução de continuidade, entre Marrocos e o Mar do Norte²⁶, transformando o litoral galaico-lusitano num sector onde cresce uma navegação de longo curso frequentando portos de ruptura de tráfico ou simples escalas, interessando sobretudo às rotas cujo destino obrigue a costear o litoral português. Não defendemos uma simples atlantização do Império, como é evidente, mas consideramos que as províncias do Extremo Ocidente, em particular a Lusitânia, só podem ser correctamente compreendidas como membros relevantes desta realidade que ofereceu duas grandes fachadas marítimas ao Império, uma como centro, outra como *rimland*. As consequências históricas desta situação invulgar foram da maior importância no desenvolvimento do que consideramos a Europa, demonstrando exemplarmente que periferia não significa, forçosamente, mediocridade e imobilismo.

Convém, pois, dedicar alguma atenção ao que na época romana se considerava a Europa, tanto mais que, para alguns geógrafos gregos a Líbia (África) se estendia até aos Pirenéus ou, mesmo, até ao Ródano. A visão romana do



Fig. 3 – Esboço dos principais itinerários europeus do Império Romano.

²⁶ G. Chic, *Roma y el Mar: del Mediterráneo al Atlántico*, “Guerra, Exploraciones y Navegación: Del Mundo Antiguo a la Edad Moderna”, Corunha, 1995, p.71-75.



Fig. 4 – Restos do miliário áureo, no *Forum Romanum*, o qual indicava as distâncias viárias desde Roma.

mundo conhecido é afirmadamente eurocêntrica, mas o elemento considerado fulcral é, logicamente, a Itália²⁷. Fosse como fosse, havia dúvidas quanto aos limites naturais da Europa, sobretudo os que se situavam para além das fronteiras romanas, a norte e a leste. Mas isso era secundário, pois o Império é considerado romano e o conceito europeu é-lhe secundário, tudo se organizando em função da Itália e de Roma. Assim, a extraordinária rede de comunicações terrestres e marítimas organizadas no interior e, em certos casos, mesmo para além das fronteiras, procura responder a interesses romanos, não a objectivos europeus. Quer tudo isto dizer que se torna difícil desenvolver uma abordagem exclusivamente europeia da questão das relações provinciais no mundo romano, circunstância que também se verifica a propósito do território português.

Referiremos muito rapidamente a rede viária que permitiu comunicar o Ocidente peninsular com os restantes territórios romanos na Europa, mais fácil de definir do que a não menos importante rede de rotas marítimas (Fig.3). Grande parte da rede de estradas era constituída por extensos itinerários unindo a Itália a pontos estratégicos nas fronteiras e aos mais importantes centros administrativos e económicos (Fig.4). Os portos desempenhavam uma função especial neste complexo esquema, desenvolvido, melhorado e eventualmente transformado ao longo de vários séculos. O *Itinerário de Antonino*, famoso roteiro viário composto no século III, enumera 372 itinerários, dos quais 34 interessam à Península Ibérica, partindo de *Olisipo* (Lisboa) quatro deles²⁸. Este documento, apesar das insuficiências que revela, faculta uma ideia geral muito útil da maior parte das principais estradas do mundo romano.

Uma análise da rede viária peninsular, ainda válida, efectuada por K. Miller, destacou a existência de três grandes eixos a partir dos quais se organizava todo o sistema viário hispânico. Um deles correspondia ao traçado regional da

²⁷ Vasco Mantas, *As vias de comunicação na Europa romana*, “Génese e Consolidação da Ideia de Europa III. O Mundo Romano”, Coimbra, 2006, p.173-175 (Mantas, *Vias*).

²⁸ J. Roldán Hervás, *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Madrid, 1975, p.35-36.

Via Augusta, que conduzia de Roma a Cádiz; os outros dois partiam de *Olisipo* em direcção a *Beneharnum* (Lescar), perto de Pau, nos Pirenéus, um por Braga, Astorga e Pamplona, outro por Mérida, Toledo e Saragoça²⁹. Este esquema, ainda que muito simplificado, destaca imediatamente a existência de dois grandes itinerários, termo que preferimos por se tratar de traçados conjugando várias estradas ou troços de estradas, circundando toda a Península, assim como um eixo interior. O relevo atribuído a *Olisipo* nesta proposta de interpretação, a par de *Gades*, mesmo admitindo algumas reservas, não deixa de reflectir a importância indiscutível da cidade lusitana como *caput viae* e, naturalmente, a sua função privilegiada na rede de comunicações da faixa ocidental da Hispânia.

Infelizmente perdeu-se a maior parte da primeira folha da *Tábua de Peutinger*, cópia medieval de um mapa de estradas romano, a qual incluía a Península Ibérica, nada restando que interesse ao nosso território, limitando-se as reconstruções existentes a reproduzir os dados colhidos no *Itinerário de Antonino* e no *Anónimo de Ravena*³⁰. Apesar dos verdadeiros troços de estradas romanas serem muito mais raros do que se pretende frequentemente, as informações dos documentos viários que referimos e os numerosos miliários existentes em Portugal, sobretudo a norte do Tejo, mostram que a rede viária era densa e funcional, contribuindo seguramente para as relações do território com o exterior.

Dissemos que a reconstrução dos trajectos marítimos comunicando o território português com outras regiões do mundo romano é mais difícil. Ainda assim, não faltam por completo os testemunhos dessas ligações, quer a nível dos materiais arqueológicos, quer a nível da epigrafia, como é evidente, ocorrendo mesmo em número significativo no contexto de contactos interprovinciais privilegiados, como os que existiram entre a Lusitânia e a Bética³¹. Por isso mesmo nos parece muito significativo, tanto mais que se situa num horizonte histórico em que o recurso à epigrafia se torna muito limitado, mas a que não falta suporte arqueológico a referência à província lusitana no *Édito do Máximo*, documento tetrárquico dos finais do século III, no qual se indica o custo do frete marítimo entre o Oriente e a Lusitânia³². Este testemunho só pode ser interpretado como prova insofismável da existência de um tráfico marítimo suficientemente importante para merecer a sua inclusão na lista transmitida pelo *Édito*, uma vez que a província é citada com precisão, diferindo da indicação generalista seguida para indicar o preço estipulado para o transporte entre África e Hispânia.

Quanto à navegação atlântica, tantas vezes questionada, pode confirmar-se mesmo sem recurso a outras fontes, nomeadamente de cariz arqueológico, que já não faltam, através da sucinta descrição do litoral hispânico elaborada por Marciano de Heracleia, a que podemos acrescentar a informação, bastante anterior pois remonta a Estrabão, sobre a existência de um porto com dois diques de protecção, junto à foz do Minho³³. Considerando a grande dificuldade que os Romanos sentiram a propósito do lançamento de portos artificiais no litoral atlântico, por razões que se prendem directamente com as condições ambientais, sempre que ocorram indícios da existência de tais instalações podemos ter a certeza da rentabilidade e necessidade da sua construção, pois as dificuldades reais que a tecnologia portuária romana enfrentava eram muito grandes, optando quase sempre por portos, lagunares ou de estuário, naturais. Por isso, entendemos constituir um testemunho da maior importância, e não apenas em termos de arqueologia nacional, os restos do grande molhe edificado em *Balsa* (Luz de Tavira), estrutura facilmente visível em fotografia aérea e que se desenvolve ao longo de uns 160 metros, terminando a poente numa plataforma circular que pode ter servido de base a uma torre ou farol (Fig.5). Um investimento deste tipo só se justificava perante um movimento marítimo

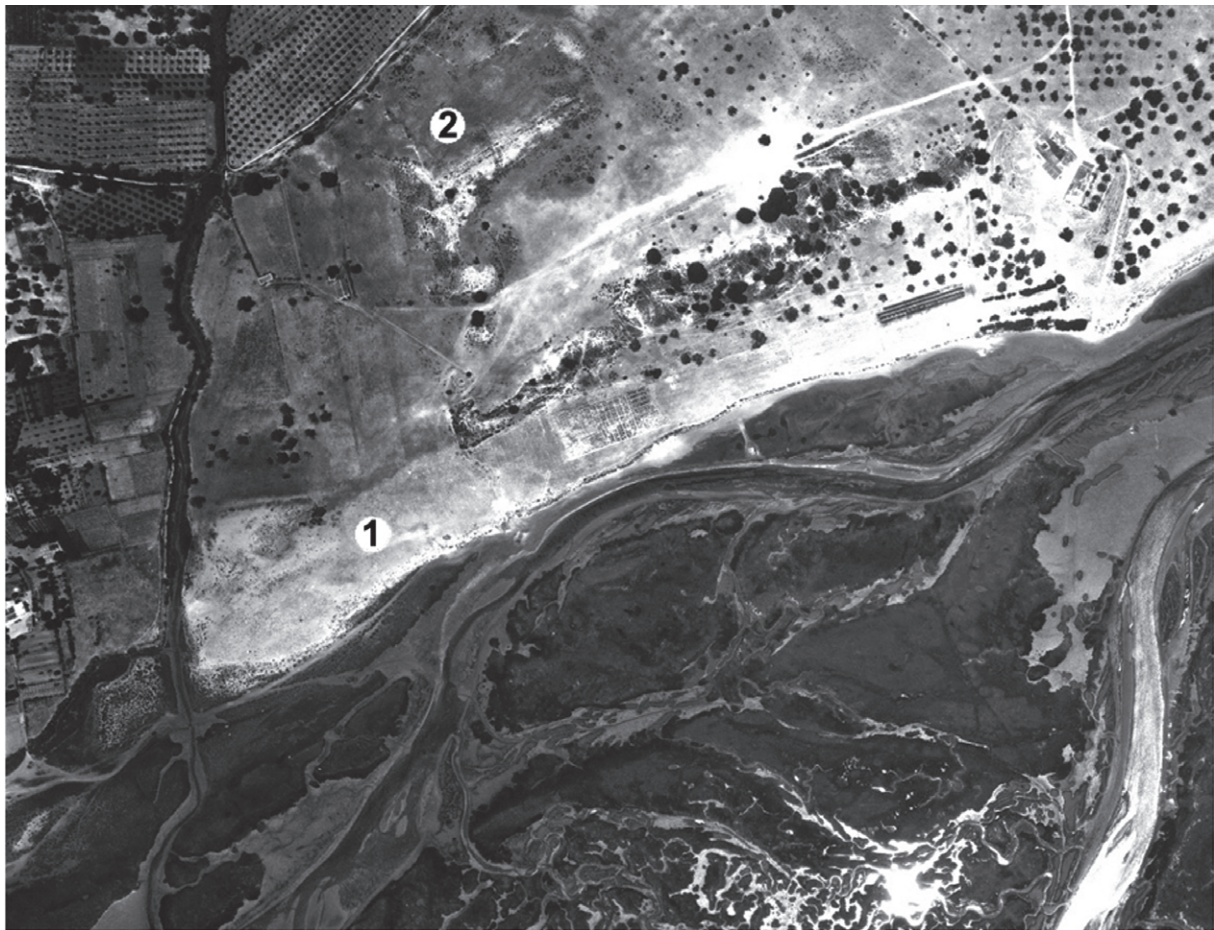
²⁹ K. Miller, *Die Peutingersche Tafel*, Estugarda, 1962², p.7-8, taf.3.

³⁰ Roldán Hervás, p.115, lám.XXI.

³¹ Vasco Mantas, *Navegação, economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética*, "Humanitas", 50, 1998, p.199-239.

³² M. Giachero, *Edictum Diocletiani et Collegarum de pretis rerum venalium in integrum restitutum e latinis graecisque fragmentis*, I-II, Génova, 1974, p.220.

³³ M. Pastor Muñoz, *La Península Ibérica en Marciano de Heraclea*, "Hispania Antiqua", 8, 1978, p.89-128; Estrabão, III, 3, 4.



1- Molhe
2 - Doca ?



0 60 120 m

Fig. 5 - Vestígios das instalações portuárias da cidade de *Balsa* (IGC, 1979, n.º5167).

compensador e regular, certamente presente nesta cidade do Algarve romano, da qual existem outros vestígios do seu desaparecido porto³⁴.

Traçar as rotas marítimas apresenta maiores dificuldades, mas os seus indícios, nomeadamente materiais achados em terra ou no mar, onde a arqueologia subaquática tem permitido, desde meados do século XX, progressos espectaculares, são mais facilmente relacionáveis com os grandes eixos de comunicação marítima, o que se revela muito mais complicado para os percursos terrestres, pelo seu grande número e variedade. As ânforas béticas Haltern 70 achadas no sítio de naufrágio dos Cortiçais, em Peniche³⁵, permitem afirmar a existência de uma rota em direcção

³⁴ Vasco Mantas, *A cidade de Balsa*, "Tavira. Território e Poder", Lisboa, 2003, p.85-94. Sobre o estado actual desta importante estação arqueológica: Luís Fraga da Silva, *Balsa. Cidade perdida*, Tavira, 2007.

³⁵ Jorge Russo, *A GEPS e a Universidade de Coimbra*, "O Mar Greco-Latino", Coimbra, 2006, p.418-420. Tudo indica tratar-se de um transporte logístico destinado às tropas estacionadas no Noroeste peninsular.

ao Norte peninsular, com ou sem escalas, mas é impossível conhecer, mesmo aproximadamente, quais os caminhos seguidos entre *Conimbriga* e a capital lusitana, *Emerita Augusta* (Mérida), pelo flâmine provincial *Marcus Iulius Latro*³⁶. Podemos conhecer, sem grandes problemas, a origem de pessoas e de objectos, mas é praticamente impossível determinar, a não ser por hipótese assente num bom conhecimento da rede viária, o que nem sempre é o caso, por onde se deslocaram até ao local onde encontramos os seus testemunhos. Resta-nos, apesar de tudo, a confirmação de contactos com outras regiões do Império, próximas ou afastadas, com todo o potencial de informação daí resultante. Esse é o limitado objectivo desta nossa comunicação.

Para esboçar o quadro das relações europeias do território português na época romana, que praticamente circunscrevemos ao período imperial, referiremos, em primeiro lugar, as fontes disponíveis, já incidentalmente mencionadas, e que se repartem entre fontes escritas e fontes arqueológicas. As primeiras, quando literárias, nem sempre podem ser consideradas fontes primárias, ao contrário do que se verifica com as segundas, que o são quase sempre. Não é nossa intenção apreciar neste momento a complicada questão do valor relativo das fontes, ainda que se trate de um assunto particularmente interessante, merecedor de uma disciplinada flexibilidade. A conhecida *Ora Maritima* de Avieno utiliza fontes muito antigas, mas, ocasionalmente, insere apontamentos que podem e devem ser considerados testemunhos directos, como quando descreve o estado de ruína de Cádiz no seu tempo, dizendo que a única coisa notável que lá viu foram as cerimónias em honra de Hércules³⁷. Com isto não estamos a solicitar o recurso sistemático à imaginação, ainda que John Bradford a considerasse, com razão, fundamental na prática arqueológica, apenas pretendemos destacar a necessidade de utilizar as fontes, todas elas, de forma a obter algumas certezas e o maior número possível de hipóteses coerentes e cientificamente correctas.

As fontes escritas são relativamente reduzidas, sobretudo as fontes literárias, a respeito das relações entre o território português e o mundo romano. Isso resulta, em larga medida, dos condicionalismos que pesaram sobre elas e das características das actividades económicas na época romana, limitadas, quando consideradas à escala imperial, às necessidades impostas pelo abastecimento regular de grandes quantidades de produtos destinados a consumos militares e de ordem sócio-política, assim como a fornecer matérias-primas destinadas a suportar actividades transformadoras específicas. Diríamos, numa linguagem actual, que predominava claramente o sector primário, deixando para o âmbito da economia local ou regional outro tipo de actividades, indício seguro de uma situação de subalternidade sobre a qual décadas atrás se interrogava Paul Petit³⁸, mas que não contrariou a implantação de um estilo de vida, romano ou, pelo menos, inspirado pelos modelos mediterrâneos³⁹.

Outra limitação, esta qualitativa, das fontes literárias, consiste na redundância de grande parte delas, pois muitos dos autores mais tardios se limitam a reproduzir, com poucas alterações com interesse, notícias ou dados já transmitidos por outros, pouco acrescentando ao quadro das relações com os territórios europeus do Império. Entre os autores cujos textos chegaram até nós devemos destacar, evidentemente, Estrabão e Plínio-o-Velho. O primeiro permite conhecer alguma coisa sobre as condições das viagens no Ocidente peninsular, sobretudo quando se refere à navegabilidade dos rios e às facilidades oferecidas pelos estuários e zonas de sapal, sobretudo na Turdetânia, à navegação e aos contactos com o interior. Também nos parece importante sublinhar a referência do geógrafo grego ao facto de partirem desta região, na qual se integrava o Sul do território português, os maiores navios que aportavam, em grande número, a *Puteoli* (Pózzuoli), no início do Império o principal porto italiano. Um outro passo de Estrabão, infelizmente estropiado, alude ao que pensamos ser um farol na embocadura do Sado, rio onde *Salacia* (Alcácer do

³⁶ R.Étienne et alii, *Fouilles de Conimbriga*, II. *Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976, p.49-51.

³⁷ Avieno, *Or. Mar.*, 270-283.

³⁸ P. Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, p.328-330.

³⁹ Jorge Alarcão, *Os modelos romanos e os traslados provinciais na Lusitânia*, “El Concepto de lo Provincial en el Mundo Antiguo. Homenaje a la Profesora Pilar León Alonso”, I, Córdoba, 2006, p.177-187.



Fig. 6 – Inscrição de *M. Cassius Sempronianus* (foto de J. G. Fernández).

Sal), pelos finais da República, constituía o porto mais importantes a ocidente de Cádiz⁴⁰, confirmando, uma vez mais, o valor das comunicações por via marítima.

Plínio-o-Velho, que conhecia bem a Península Ibérica, deixou-nos valiosíssimas informações, ainda que muitas vezes de forma indirecta, sobre relações da faixa atlântica ocidental do território peninsular com outras regiões do mundo romano, em especial com a Itália. Muitos dessas informações referem-se à excelência de determinados produtos lusitanos, como as lãs de *Salacia*, também referidas por Estrabão, e as azeitonas da região de Elvas, umas e outras difíceis de identificar no registo arqueológico, dominado por ânforas cuja função como contentores reflecte outros produtos⁴¹. É o caso do azeite, em cuja produção e exportação a Bética teve a primazia até ao século III, actividades que se reflectem na Lusitânia. Recordamos apenas, a título de exemplo, a inscrição referindo *M. Cassius. M. f. Gal / Sempronianus*, um *diffusor olearius* oriundo de *Olisipo*, inscrição encontrada em Tocina (Fig.6), no vale do Guadalquivir⁴², datável dos inícios do século II. Os difusores eram intermediários entre os produtores e os comerciantes relacionados com a *Annona*, pelo que esta epígrafe ilustra exemplarmente as relações entre *Olisipo*, a Bética e a Itália.

A família Cássia destaca-se entre as mais importantes da Lisboa romana, e a ela talvez pertencesse, como o cognome sugere, o *L. Cassius Reburus* que foi dúunviro nada menos que em Óstia, o grande porto de Roma (*CIL XIV*

⁴⁰ Estrabão, III, 2, 6; III, 3, 9. Sobre *Salacia*: J. C. Lázaro Faria, *Alcácer do Sal ao tempo dos Romanos*, Alcácer do Sal, 2002.

⁴¹ Francisco de Oliveira, *Lusitânia rural em Plínio o Antigo*, “Les Campagnes de Lusitanie Romaine”, Madrid, 1994, p.37-42.

⁴² J.G. Fernández, *Nueva inscripción de un diffusor olearius en la Bética*, “Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad”, II, Madrid, 1983, p.183-191.

413). O achado, em Roma, de uma inscrição onde ocorre uma *Coelia Mascellina* identificada como *negotiatrix olearia ex Baetica* sugere-nos a hipótese de uma ligação aos Cássios, pois em Lisboa as duas famílias, Cássia e Célia, estão bem representadas a nível do poder político local⁴³. Estas breves referências, já no âmbito da epigrafia, poderiam ser completadas com outros testemunhos, o que neste momento não cremos necessário. Voltando a Plínio-o-Velho, e de alguma forma para confirmar o valor das suas informações, recordamos que o seu famigerado elogio aos cavalos lusitanos das lezírias taganas, encontra, séculos mais tarde, eco na carta de Símaco na qual este alude à importação, em Antioquia, de cavalos lusitanos, testemunho evidente de contactos regulares entre a Lusitânia e o Mediterrâneo Oriental⁴⁴.

Uma das vantagens dos testemunhos epigráficos reside no facto de facultarem um grande leque de informações, que de forma alguma se limitam a dados sobre contactos comerciais, como aqueles de que nos temos ocupado até aqui. A importância dos testemunhos epigráficos, reforçada pela exiguidade das fontes literárias respeitantes ao período romano em Portugal, resulta da grande voga que os padrões sócio-políticos em vigor no Alto Império conferiram à prática cultural que era a gravação de inscrições, oficiais ou privadas, mas todas elas, naturalmente, públicas, constituindo aquilo a que G. Sanders chamou de literatura de rua⁴⁵. Por isso mesmo, o recurso à epigrafia permite obter informações particularmente interessantes, em especial no âmbito daquilo a que podemos chamar a pequena história, indispensável para a reconstituição das sociedades antigas.

Não incluiremos entre os exemplos seleccionados para esta comunicação, testemunhos epigráficos de militares, pela simples razão de que os seus movimentos, ditados pelas necessidades estratégicas deste ou daquele momento, não reflectem obrigatoriamente o quadro das relações normais entre o Ocidente peninsular e a Europa romana. É evidente, por outro lado, que a vinda de militares de regiões exteriores à Península não deixou de contribuir para introduzir elementos culturais exóticos, como referiremos a seu tempo. Neste aspecto deve ter sido muito significativa a acção dos veteranos peninsulares regressados ao seu território de origem depois de terminado o tempo de serviço, distinguindo-se neste particular, pelo seu número, os que militaram nas tropas auxiliares. Prestigiados pela sua experiência e condição, constituíram amiúde parte da limitada elite romanizada das pequenas cidades provinciais, elementos importantes do processo de aculturação mútua entre indígenas e colonizadores. O imponente *corpus* epigráfico da região de Idanha-a-Velha conta com vários testemunhos de militares dela naturais, um dos quais, o porta-estandarte *Tongius*, filho de *Tongetamus*, ao consagrar uma árula a Trebaruna, divindade lusitana, e outra à romana Vitória⁴⁶, nos oferece um bom exemplo deste entrecruzamento cultural de que falámos, independentemente do sector ou sectores operacionais onde os militares prestaram serviço.

Como dissemos, são diversas as informações sobre contactos com o exterior que a epigrafia pode facultar. Essa variedade estende-se desde a simples referência a uma origem longínqua, directamente expressa na inscrição ou apenas sugerida pela onomástica, ou por um qualquer particular de ordem cultural relacionável com esta ou aquela região europeia do Império. Não é necessário multiplicar os exemplos, pois se trata de uma circunstância bem evidenciada pelos documentos, razão que nos leva a recordar apenas o caso do conhecido *G. Cantius Modestinus*, construtor de quatro templos, dois na *Civitas Igaeditanorum* e dois em Bobadela, todos consagrados a divindades ideologicamente relacionadas com valores políticos dominantes no mundo romano. Ora sucede que, embora Modestino represente uma família

⁴³ M.F. Loyzance, *A propos de M. Cassius Sempronianus Olisiponensis, Diffusor Olearius*, "Revue des Études Anciennes", LXXXVIII, 1986, p.273-285; Vasco Mantas, *Os magistrados olisiponenses do período romano*, "Turres Veteras VII. Encontro de História das Figuras do Poder", Torres Vedras, 2005, p.33-35.

⁴⁴ Plínio, *N.H.*, VIII, 166; Símaco, *Epist.*, IV, 62.

⁴⁵ G. Susini, *Epigrafia romana*, Roma, 1982, p.13-21.

⁴⁶ Inscrições achadas no Fundão: Fernando de Almeida, *Egitânia. História e arqueologia*, Lisboa, 1956, p.269-270, P. Le Roux, *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris, 1982, p.192.

estabelecida em Idanha-a-Velha, quer o gentílico, característico do Norte da Itália, quer a fórmula com que termina as inscrições dos templos, *ex patrimonio suo*, raríssima na Península Ibérica, sugere imediatamente uma relação italiana, provavelmente com a região de Aquileia⁴⁷. Outros testemunhos são muito mais directos, como sucede com a inscrição de Óstia na qual se identifica o único lusitano, neste caso natural de *Aeminium* (Coimbra), conhecido de forma inquestionável no grande porto de Roma: *M. Caesius Maximus* (CIL XIV 4822).

Os documentos epigráficos revelam-se excelentes contributos para o estudo das movimentações de pessoas, seja a nível oficial ou a nível privado. Ainda que no primeiro caso exista um factor algo semelhante ao que torna as deslocações dos militares aleatórias, sempre é possível conhecer alguma coisa sobre os movimentos correspondentes à evolução na carreira do pessoal administrativo romano, o que não deixa de sugerir, ocasionalmente, algumas relações com a faixa ocidental peninsular. Infelizmente, as carreiras iniciadas no nosso território poucas vezes conduziram, pelo menos de acordo com a documentação disponível, ao acesso à classe equestre e menos ainda à classe senatorial, limitando drasticamente a circulação de altos funcionários para fora da Península Ibérica⁴⁸.

É mais positiva a situação no que se refere a deslocações privadas, ainda que por vezes não seja possível descortinar quais as razões exactas da presença dessas pessoas neste ou naquele lugar. Daremos apenas dois exemplos, uma vez mais testemunhos das intensas relações do nosso território com a Itália, em ambos os casos por motivos bem conhecidos. No primeiro caso temos uma inscrição de *Bracara Augusta* (Braga), da época de Cláudio, momento muito importante no desenvolvimento do território atlântico da Península Ibérica, a que não terá sido estranha a reconhecida preocupação deste imperador com a elevação das províncias e das suas elites. Nesta inscrição (Fig.7), em honra do legado imperial *C. Caetronius C. f. Miccio*, datada do período entre 42 e 44, que corresponde ao início das operações de conquista da Britânia, encontramos menção a um grupo de *cives Romani qui negotiantur Bracaraugusta*, dos quais partiu a iniciativa da homenagem⁴⁹. O segundo exemplo, mais tardio e talvez mais prosaico, refere-se ao célebre auriga lusitano da primeira metade do século II, *G. Appuleius Diocles*, identificado através de epígrafes de Roma e de Preneste (CIL VI 10048; CIL XIV 2884). Embora não se conheça o local exacto do nascimento de Diocles, estas inscrições ilustram um aspecto muito interessante das relações provinciais com a capital do Império, mostrando como as grandes carreiras, mesmo desportivas, exigiam significativa mobilidade no mundo romano⁵⁰.



Fig. 7 – Inscrição honorífica de *C. Caetronius Miccio*, achada em Braga.

⁴⁷ Vasco Mantas, *C. Cantius Modestinus e seus templos*, “Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa”, Lisboa, 2002, p.231-234.

⁴⁸ M. González Herrero, *Los caballeros procedentes de la Lusitania romana. Estudio prosopográfico*, Madrid, 2006, p.117-118.

⁴⁹ G. Alföldy, *Um “cursus” senatorial de Bracara Augusta*, “Revista de Guimarães”, 76, 3-4, 1966, p.363-372.

⁵⁰ Sobre aurigas na Hispânia romana: A. Ceballos Hornero, *Los espectáculos en la España romana: la documentación epigráfica*, II, “Cuadernos Emeritenses”, 26, Mérida, 2004, p.407-468.

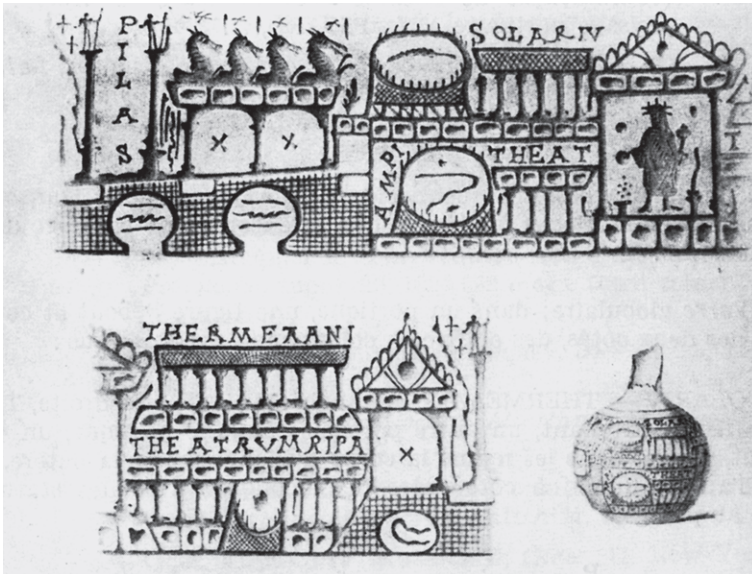


Fig. 8 – Os monumentos de *Puteoli* no vaso de Odemira, segundo desenho do século XIX.

conjunto, fazendo supor uma escala num porto de reunião de cargas algures no sul da Hispânia, a partir do qual teria sido reexportada⁵¹. Por outro lado, enquanto a *terra sigillata* itálica e sudgálica ocorre em quantidade na Península Ibérica, nomeadamente no território português, verifica-se o contrário em relação à exportação para Itália e para Gália da *sigillata* hispânica⁵², o que não significa, como é evidente, falta de relações, resultando das características essenciais do tráfico com origem na Hispânia e da falta de interesse dos produtores num mercado longínquo para materiais relativamente baratos, apenas rentáveis enquanto transportados como fretes secundários ou de retorno.

Um simples objecto solitário pode revelar-se do maior interesse para comprovar relações a longa distância. Está neste caso o vaso de vidro achado em Odemira no século XIX e entretanto extraviado, sem que tenha sido possível até hoje voltar a encontrar-lhe o rasto (Fig.8). Trata-se de uma garrafa bojuda pertencente a um grupo que inclui um total conhecido de oito exemplares, produzido na Campânia nos séculos III e IV, e que constituía uma espécie de recordação para os viajantes que visitassem o porto de *Puteoli*, no golfo de Nápoles, o qual continuou a desempenhar importantes funções no abastecimento de Roma, mesmo depois da construção dos grandes portos artificiais em Óstia, da iniciativa de Cláudio e de Trajano. O vaso representa no bojo, como todos os da série, ainda que com pequenas diferenças, os principais monumentos do porto italiano⁵³, suprimindo desta forma artística, que aliás se continua a praticar actualmente em muitos locais turísticos, mas nem sempre com a mesma qualidade, a falta de fotografias. O achado deste vaso em Odemira comprova uma vez mais as relações do nosso território com a Itália, tanto mais que na foz do rio Mira se encontrou um cepo de âncora romano, ilustrando a existência de um porto de abrigo na zona.

De tudo o que foi dito podemos concluir que, embora as pequenas deslocações tenham seguramente prevalecido no mundo romano, num ambiente de normal quotidiano, como aconteceu até às grandes transformações provocadas pela Revolução Industrial, não há razões para duvidar da existência de relações terrestres e marítimas

⁵¹ Jorge Alarcão, *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins, 1989, p.154.

⁵² F. Mayet, *Les céramiques sigillées hispaniques*, Paris, 1983, p.236-238.

⁵³ J. M. Bairrão Oleiro, *O vaso de vidro de Odemira*, "Arquivo de Beja", 20-21, 1963-1964, p.101-110; S. E. Ostrow, *The topography of Puteoli and Baia in the light of glass flasks*, "Puteoli", 3, 1979, p.77-140.

muito activas⁵⁴, nas quais as deslocações profissionais e as grandes correntes comerciais representam a parte mais significativa, relações naturalmente condicionadas no essencial por factores de ordem política ou de permanência de contactos tradicionais, de ordem cultural ou geográfica. O movimento de pessoas no Império é um excelente índice da mobilidade e da variedade de situações que o determinava. Veremos alguns exemplos representativos dessa mobilidade no território português. Um grupo de testemunhos muito interessantes, ainda pouco estudado, é o que se relaciona com as embaixadas ou legações enviadas a Roma pelas cidades, para tratar directamente com o imperador, ou com alguma instância superior na capital do Império, de assunto de particular relevância, por vezes politicamente melindroso⁵⁵. Para o território português conhecem-se directamente duas embaixadas desse tipo, além de existir uma outra situação a partir da qual se pode subentender com segurança o envio de uma legação. Vejamos então quais são os nossos testemunhos.

O primeiro encontramos-lo em Plínio-o-Velho e situa-se na época de Tibério. Eis o que nos interessa no passo em questão: *Tiberio principi nuntiavit Olisiponensium legatio ob id missa, visum audictumque in quodam specum concha canentem Tritonem qua noscitor forma*⁵⁶. Estamos perante um relato típico de *mirabilia*, muito vulgares no contexto cultural da época e que Plínio nos transmite com impassível seriedade, o que justificaria desde logo o envio da embaixada dos olisiponenses a Roma. Todavia, não deixamos de nos interrogar sobre a verdadeira razão desta legação junto do imperador, considerando o interesse de *Olisipo* no desenvolvimento de uma política atlântica, praticamente paralizada desde o falhanço das armas romanas na Germânia. A embaixada, representando os decuriões do município olisiponense, o mais importante da Lusitânia, teria utilizado o pretexto do prodígio registado na região para despertar o interesse do imperador pelo Atlântico. Fosse como fosse, ficou registo do facto, ainda que só com o principado de Cláudio, descontando as iniciativas inconsequentes de Calígula, os planos de Augusto fossem vigorosamente retomados, depois da cautelosa atitude de Tibério.

Outra referência a uma embaixada enviada a Roma deixou memória numa inscrição achada em 1934 perto do Palácio Barberini, na capital italiana, publicada muito recentemente por Silvio Panciera⁵⁷. A epígrafe encontra-se em parte incerta, mas ficou o caderno de campo do arqueólogo que acompanhou os trabalhos (Fig.9), no qual se pode ler o seguinte texto: [...] / [Praefec]to fabrum / ex provinc(ia). Lusitan(ia) / Civitas Conimbrigen(sium) / patrono. per.

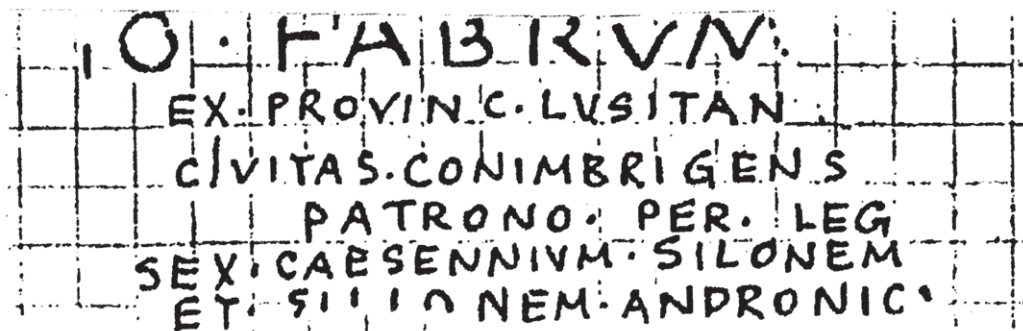


Fig. 9 – Cópia da inscrição de Roma em honra de um desconhecido patrono de *Conimbriga*.

⁵⁴ Mantas, *Vias*, p.169-173.

⁵⁵ *Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, XII, I, Estugarda, 1963², col.1133-1141. É muito conhecido o episódio das duas delegações que as comunidades grega e hebraica de Alexandria, esta chefiada pelo célebre Philon, enviaram ao imperador Calígula: Petit, *Histoire*, p.94-95.

⁵⁶ Plínio, *N.H.*, IX, 9-10.

⁵⁷ S. Panciera, *Domus a Roma. Altri contributi alla loro inventariazone*, "Serta Antiqua et Mediaevalia", VI, Roma, 2003, p.368-374.

Leg(atos) / Sex. Caesennium Silonem / et Sillonem Andronici f(ilium) / [...]. Este texto revela-se da maior importância por identificar um patrono de *Conimbriga*, talvez numa fase inicial da integração da cidade na hierarquia urbana romana, anterior à intervenção flaviana, como sugere a ausência da menção *Flaviae* e na denominação de tipo peregrino ostentada pelo último dos magistrados referidos. Atendendo às transformações verificadas no fórum de *Conimbriga* durante o principado de Cláudio, parece-nos possível atribuir-lhe uma datação semelhante, admitindo que a legação a Roma se relacione com tais alterações no centro monumental da cidade lusitana⁵⁸.

Finalmente, o terceiro caso relaciona-se com um notável de *Salacia*, acerca de cuja identidade se vem discutindo há décadas: *L. Cornelius L. f. Bocchus* (CIL II 2479=IRCP 189). Não vamos debruçar-nos sobre essa questão específica, que parece finalmente resolvida, limitando-nos a recordar o facto desta individualidade, que bem pode ser o *Bocchus* escritor referido por Plínio-o-Velho, ter exercido a honrosa magistratura de *Praefectum Caesarum* no município salaciense⁵⁹. Embora a cronologia desta distinção suscite ainda alguns problemas, parece possível situá-la no principado de Cláudio. A prefeitura dos Césares consistia no exercício do duunvirato por um magistrado que representava, normalmente sem colega, o imperador, seus familiares ou, como sucedeu em Cádiz com o rei mauritano Juba, um aliado de Roma, na sequência da oferta do mais alto cargo da administração urbana às referidas individualidades⁶⁰. Era portanto, uma função da maior importância política, que com frequência ultrapassava largamente o simples exercício honorífico. Por isso, quando as cidades decidiam solicitar tal honraria, que era uma espécie de patrocínio que permitia intervenção directa na vida das cidades, mesmo que tal pedido passasse pelo governador provincial, não deixariam de enviar uma embaixada a Roma.

A movimentação de militares, apesar de não representar directamente as relações mantidas entre a faixa atlântica peninsular e as restantes regiões europeias do Império, não deixa de facultar algumas indicações úteis sobre origem de determinados fenómenos, inclusive no âmbito cultural. Assim sucede, por exemplo, com a possível origem externa da chamada decoração astral, muito vulgar nos monumentos epigráficos de regiões menos urbanizadas e que durante muito tempo foi considerada um elemento típico de uma certa cultura indígena, sobretudo céltica ou celtizada. Independentemente da possibilidade de alguns desses complexos elementos decorativos, particularmente bem representados no Nordeste português, reflectirem ideias locais, parece confirmar-se progressivamente uma origem exótica para muitos deles, trazidos de outras regiões por elementos do exército, no activo ou licenciados⁶¹. O mesmo se pode dizer acerca da introdução de determinados cultos, ainda que neste caso os comerciantes tivessem igualmente um papel significativo.

Os movimentos dos altos funcionários, como já referimos, podem também facultar alguns dados interessantes, pelo menos sobre as relações administrativas do nosso território e sobre as carreiras dos que vieram aqui servir o Império. Um dos testemunhos mais interessantes deste tipo de documentação é a inscrição votiva, consagrada ao Sol e à Lua no santuário da foz da ribeira de Colares, por *G. Iulius Celsus*⁶². Pela sua invulgar importância no contexto da epigrafia luso-romana, transcrevemos o conteúdo da referida inscrição (Fig.10), ainda que, infelizmente, se encontre muito maltratada: *Gaio Júlio Celso, filho de Gaio, da tribo Quirina, [...] inscrito na distinta classe senatorial pelo mesmo*

⁵⁸ A. Roth-Congès, *L'hypothèse d'une basilique à deux nefs à Conimbriga et les transformations du forum*, "Mélanges de l'École Française de Rome", 99, 1987, p.711-751; Adília Alarcão et alii, *Le centre monumental du forum de Conimbriga*, "Itinéraires Lusitaniens", Paris, 1997, p.49-61.

⁵⁹ González Herrero, p.38-45; Plínio, *N.H.*, XVI, 216; XXXVII, 24, 97, 127.

⁶⁰ G. Mennella, *I prefetti municipali degli imperatori e dei cesari nella Spagna romana*, "Epigrafia Jurídica Romana", Pamplona, 1989, p.377-389; J.F Rodríguez Neila, *El municipio romano de Cádiz*, Cádiz, 1980, p.53-54, 67.

⁶¹ J. A. Abásolo / F. Marco, *Tipología e iconografía en las estelas de la mitad septentrional de la Península Ibérica*, "Roma y el Nacimiento de la Cultura Epigráfica en Occidente", Saragoça, 1995, p.337.

⁶² S. Lambrino, *Les inscriptions de São Miguel de Odrinhas*, "Bulletin des Études Portugaises", XVI, 1952, p.142-150; J. Cardim Ribeiro, *Soli Aeterno Lunae. O santuário*, "Religiões da Lusitânia. Loguuntur Saxa", Lisboa, 2002, p. 235-239.

(imperador), [...] enviado na *Dácia Superior* [...], encarregado das reclamações e do registo de pessoas e bens, administrador da província *Lusitânia* [...], administrador [...], administrador de *Neápolis* e do *Mausoléu em Alexandria*, administrador da vigésima parte das heranças nas províncias *Narbonense* e *Aquitânia*, curador das estradas *Emília* e *Triunfal*, consagrou este monumento.

O *cursus honorum* de Celso corresponde ao de um especialista de assuntos financeiros, que desenvolveu parte da carreira na *Dácia* e na *Gália*, exercendo funções na *Lusitânia* como *procurator*. A epígrafe remonta ao século II, pois Celso ascendeu à ordem senatorial por iniciativa de Antonino Pio. A nota mais interessante do curso deste funcionário, excelente exemplo de mobilidade, embora não se trate do cargo mais importante que desempenhou, consiste na referência a ter sido o responsável, como administrador, do *Mausoléu de Alexandre*, monumento de relevante significado na ideologia imperial romana⁶³. Do santuário de Colares deixou-nos Francisco de Holanda uma interessante reconstituição, que não andarà muito longe da realidade. Podemos imaginar os sentimentos de Celso, cuja notável carreira se repartiu pelo mundo romano, desde o Mediterrâneo Oriental até ao Extremo Ocidente peninsular⁶⁴, quando ali fitou o Oceano, aquele Atlântico de distâncias para além do qual Séneca vaticinava o descobrimento de novas terras, um dia.

A presença de escravos ou ex-escravos no nosso território também pode constituir um bom meio de vislumbrar relações com outras regiões. A análise da onomástica servil, que se reflecte na dos libertos, evidentemente, permite traçar algumas pistas, embora determinado tipo de nomes, em especial os antropónimos de origem grega, levantem complicadas questões de interpretação, pois com muita frequência não implicam, obrigatoriamente, que os seus detentores também sejam gregos⁶⁵. É o caso de um escravo oriundo de *Collipo*, e do qual se registou a epígrafe



Fig. 10 – A inscrição votiva de *C. Iulius Celsus*, no Museu de São Miguel de Odrinhas.

⁶³ AAVV, *Alejandro Magno Modelo de los Emperadores Romanos*, “Neronia”, IV, Bruxelas, 1990. Não foi ainda possível identificar o local onde se situava o *Mausoléu (Sêma)*, apesar da intensa especulação desenvolvida em torno do mesmo: J.-C. Golvin, *Essai d'évocation visuelle d'Alexandrie romaine*, “Les Dossiers d'Archéologie”, 201, 1995, p.58-61.

⁶⁴ O voto ao Sol e à Lua expresso por Celso pode reflectir alguma influência sofrida por este no Egipto, onde o imperador Antonino mandou edificar, em Alexandria, portas monumentais em honra destes astros divinizados.

⁶⁵ Sobre esta debatida questão: L. F. Smith, *The significance of Greek cognomina in Italy*, “Classical Philology”, 29, 1934, p.145-147; S. Hornblower / E. Matthews (Ed.), *Greek Personal Names. Their Value as Evidence*, Oxford, 2000.

funerária em Roma: *D. M. S. / Corintho. Helvi / Philippi. ser / ex. Lusitania. municip / Collipponensi / ann XXI / Victor. et. Celer. fratri / d. s.*⁶⁶. Aqui temos uma situação em que o escravo usa um nome grego, recordando a célebre cidade do istmo, aquela onde, segundo o ditado, nem todos podiam ir, mas cuja origem se situa em *Collipo* (São Sebastião do Freixo), cidade na qual a família *Helvia* conta com outro testemunho, nada deixando transparecer relações com as regiões helénicas do Império⁶⁷. Não temos qualquer hipótese de saber se Corinto chegou à Itália com os irmãos, que ostentam nomes bem latinos, por via terrestre ou marítima. E quem seria e que faria Hélio Filipe, em Roma?

Apesar da ambiguidade resultante da análise da antroponímia utilizada por escravos e libertos, de quando em quando é possível isolar casos em que a relação com o exterior parece segura ou, pelo menos fiável, principalmente quando se trata de um nome muito raro no território peninsular ou que transmite a ideia de uma origem externa. Ainda assim, tratando-se de nomes gregos, não é fácil, atribuir-lhe uma origem situada na Europa ou numa das vastas regiões orientais ou africanas onde predominava a cultura e a língua gregas. Na verdade, são muito raros os documentos com a clareza existente numa epígrafe de Mértola (*IRCP 98*), na qual Lúcio Júlio Apto, liberto de Galião, afirma a sua origem italiana: *Itala me genuit tellus*. Convém sublinhar que muitos destes escravos ou libertos, sobretudo quando vindos do exterior, não tinham uma condição estritamente relacionada com trabalho braçal, não qualificado, para o que não faltava mão-de-obra livre (*mercenarii*), pois actuavam frequentemente como especialistas ou técnicos.

Existe uma situação, todavia, que não deixa dúvidas quanto à existência de uma comunidade de língua grega, ainda que não seja possível determinar a sua dimensão. Mais uma vez estamos perante um grupo relacionado com libertos ou seus descendentes e com toda a probabilidade, com o comércio marítimo. Referimo-nos à cidade de *Balsa*, onde



Fig. 11 – Inscrição funerária de Taciano, em língua grega, proveniente de *Balsa* (MNA).

⁶⁶ D. Domingos de Pinho Brandão, *Epigrafia romana coliponense*, “Conimbriga”, XI, 1972, p. 47-50.

⁶⁷ Brandão, p.49-52.

abundam testemunhos da antroponímia grega, presente em nada menos de sete inscrições num total de quinze epígrafes legíveis, todas provenientes da área urbana balsense⁶⁸. Uma destas inscrições é muito significativa pois o texto foi redigido em grego. Trata-se de uma árula de excelente qualidade (Fig.11), memória funerária de Taciano, levantada pelos pais, Eveno e Antíoqueis, achada na Quinta do Trindade⁶⁹. Não são frequentes as inscrições gregas na Península Ibérica, menos ainda no nosso território, pelo que consideramos ter existido em *Balsa* uma comunidade de língua grega, única razão para que a inscrição fosse gravada não em Latim, mas sim em Grego. As inscrições destinavam-se a ser lidas e, neste caso, nem um possível snobismo justifica uma atitude à margem da norma, pois ocultaria à maioria dos balsenses o conteúdo do que se pretendia publicitar. É evidente que esta circunstância, reflexo seguro das relações comerciais marítimas com as províncias gregas do Império, como certos materiais de *Balsa*, nomeadamente ânforas, comprovam⁷⁰, não pode ser interpretada como prova de uma colonização grega na região, como por vezes se lê.

Para além da circulação de pessoas e dos contactos que tais deslocções permitem reconhecer, outro aspecto muito importante é o da circulação de ideias, a que já aludimos uma ou outra vez nesta comunicação. Como seria de esperar, a influência cultural ou técnica romana faz-se sentir de forma dominante, sobretudo quando em contextos favoráveis ou reservados a uma intervenção oficial. A título de exemplo recordamos a construção do forum de *Conimbriga*, cuja concepção plenamente de acordo com os cânones vitruvianos permitiu a redacção de um artigo denominado, significativamente, *Vitruve à Conimbriga*⁷¹. Claro que os autores não pretendiam afirmar a presença do célebre arquitecto na Lusitânia, limitando-se a sublinhar a utilização, logo nos primeiros tempos do Império, de um modelo de planeamento arquitectónico idêntico ao que se aplicava na Itália. Mas os conhecimentos viajavam nos dois sentidos, como prova a referência de Vitruvius a um tipo de cobertura que considera usual na Lusitânia, feita a partir de um entrançado de ramagens e de argila, o qual foi recentemente identificado em Lisboa⁷².

Voltando à grande arquitectura, sem que tenhamos qualquer informação sobre quem planeou o monumental forum de *Liberalitas Iulia Ebora* (Évora), no qual o templo poderá ter sido objecto de reconstrução nos finais do século I, inícios do século II, deparamos com um monumento onde existem indícios interessantes de relações culturais com áreas não peninsulares. Com efeito, o chamado Templo de Diana (Fig.12), designação inventada no século XVIII, corresponde a um modelo invulgar no Ocidente do mundo romano, onde os edifícios peripteros, como o de Évora, são pouco habituais, contrariamente ao que sucede nas regiões helenizadas do Império, o que sugere um arquitecto vindo dessas paragens. Os trabalhos arqueológicos conduzidos por Theodor Hauschild mostraram que o pódio era rodeado por espelhos de água e que existia uma plataforma na fachada, em lugar da escadaria frontal⁷³, elemento que ocorre em diversos templos construídos ou reconstruídos na transição dos Flávios para os Antoninos. Não faltarão outros testemunhos de influências desta ou daquela região europeia no planeamento de edifícios religiosos, como parece ter sucedido com os pequenos templos de que o da *villa* de Milreu, em Estói, constitui o melhor exemplo, ou com o santuário consagrado a uma divindade indígena, em Santana do Campo, perto de Arraiolos, aparentemente relacionado com modelos usuais nas províncias nórdicas do Império⁷⁴.

⁶⁸ Encarnação, *IRCP*, p.123-154.

⁶⁹ M. L. Afonso dos Santos, *Arqueologia romana do Algarve*, II, Lisboa, 1972, p.328-330, 333.

⁷⁰ C. Fabião, *As ânforas*, "Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares", Lisboa, 1991, p.23-24.

⁷¹ Jorge Alarcão et alii, *Vitruve à Conimbriga*, "Conimbriga", XVII, 1978, p.5-14.

⁷² Vitruvius, *De Arch.*, II, 1, 3; Clementino Amaro, *Núcleo arqueológico das Rua dos Correiros*, Lisboa, 1995, p.11-15.

⁷³ Th. Hauschild, *Untersuchungen am Römischen Tempel von Évora vorberichtet*, "Madrider Mitteilungen", 29, 1988, p.208-220, taf.25-30; *Templos romanos na província da Lusitânia*, "Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa", Lisboa, 2002, p.215-226.

⁷⁴ Th. Hauschild, *O "ninfheu" do Milreu*, "Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa", Lisboa, 2002, p. 241-244; T. Schattner, *A igreja de Sant'Ana do Campo. Observações num templo romano invulgar*, "O Arqueólogo Português", Série IV, 13-15, 1995-1997, p. 485-558; I. A. Richmond, *Roman Britain*, Londres, 1967³, p.139-142.

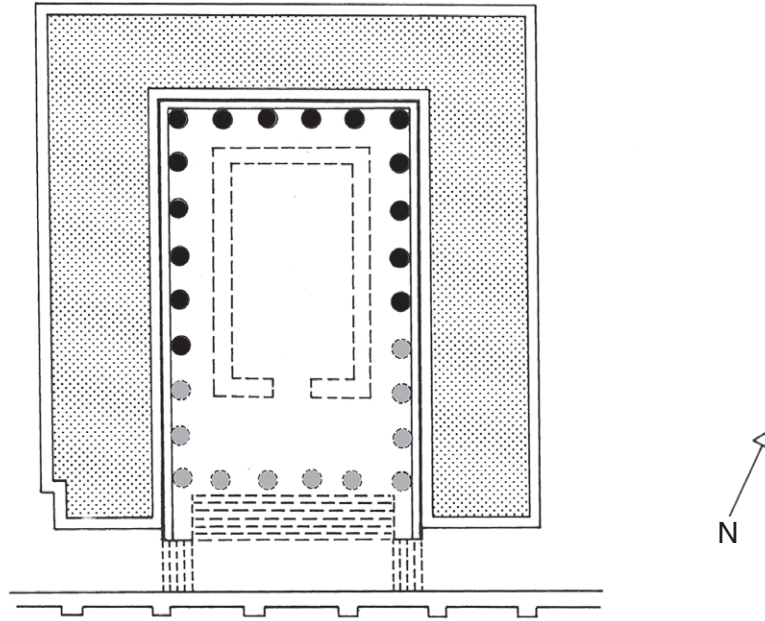


Fig. 12 - O templo do forum romano de Évora e a sua planta, segundo Th. Hauschild.

O reconhecimento da origem e da forma de recepção de ideias não imediatamente identificáveis através de testemunhos arqueológicos é mais difícil, como é o caso de certos cultos ou credências. A introdução do Cristianismo no que é hoje Portugal, por exemplo, não é ainda clara, podendo relacionar-se com o Norte de África, de onde teria sido trazido por militares ou comerciantes. Porém, há que considerar a importância dos contactos com a Itália e o que se passou a nível das comunidades judaicas presentes no nosso território, das quais pouco ou nada se conhece para o período que nos interessa. De qualquer forma, a localização das sedes episcopais mais antigas de Portugal não deixa de reflectir parcialmente a importância dos contactos marítimos na fase inicial da cristianização. Quanto a certas práticas supersticiosas, como utilizar machados de pedra polida (pedras de raio) como protecção contra toda a sorte de infortúnios, procedimento muito vulgar entre os Romanos, talvez reflectido na invulgar concentração de machados existente em torno de um provável local de culto rural, perto de Beirã⁷⁵, não é possível saber se já existia no nosso território na Idade do Ferro ou se, como aconteceu com os símbolos fálicos para proteger edifícios, testemunhados sobretudo a partir do século II, resultou de um processo de aculturação.

A circulação de objectos, em grande ou em pequena quantidade, é sempre elucidativa das relações mantidas por uma determinada região, ainda que convenha não esquecer o papel dos intermediários no comércio romano. No nosso território não faltam materiais cuja origem só pode atribuir-se ao comércio de importação. É o caso das enormes quantidades de cerâmica itálica ou gaulesa achada nas estações arqueológicas portuguesas, dos sarcófagos em pedra, como os de Reguengos e Vila Franca, datados do século III e vindos com toda a probabilidade de Itália e da Ática⁷⁶, ou algumas pequenas figuras de bronze, eventualmente importadas, por via marítima ou terrestre, da Gália ou da Itália⁷⁷. Muito interessantes são os vidros, matizados ou multicolores, importados entre o século I a.C. e os Flávios, de Roma ou da Ístria, ou as taças e os copos produzidos na Eslovénia e em *Lugdunum* (Lyon). Mais tarde, nos séculos III e IV surgem vidros que, como os *diatretas*, terão sido produzidos principalmente em oficinas germânicas, de Colónia⁷⁸. Se os primeiros comprovam forte utilização de rotas mediterrâneas, os segundos podem considerar-se indício da frequência de outros circuitos, nomeadamente a rota atlântica. Não é nossa intenção elaborar uma lista de importações, razão que nos leva a indicar apenas alguns exemplos que nos parecem mais interessantes quanto à determinação das relações do actual território português com a Europa romana.

Esta questão leva-nos directamente ao último ponto da nossa comunicação, que se prende com a exportação de materiais lusitanos, por via marítima. Referimos já que a exportação da maioria dos artigos do nosso território por terra se tornava economicamente inviável ou praticamente impossível. Por isso a via marítima foi a solução normal para este problema real. Para além dos custos muito mais baixos havia também a questão da velocidade. Basta um exemplo: considerando que um correio do *cursus publicus* percorria em média 75 quilómetros por dia, e esta não era, naturalmente a velocidade de um viajante normal, muito menor, levaria no mínimo, 36 dias a percorrer a distância entre Cádiz e Roma, enquanto que o mesmo percurso, por mar, andaria entre sete a dez dias, com muito boas condições de mar e de vento⁷⁹.

Os dados facultados pela arqueologia subaquática ou por simples achados fortuitos alteraram por completo o panorama do comércio lusitano, de que se desconheciam quase por completo testemunhos arqueológicos antes do último terço do século XX. As descobertas efectuadas no mar e o progresso também verificado em terra, sobretudo no que se refere à identificação de fornos produtores de ânforas, permitem hoje traçar um quadro geral muito mais

⁷⁵ Jorge Oliveira *et alii*, *Nova carta arqueológica de Marvão*, "Ibn Maruán", 15, 2007, p.126-127.

⁷⁶ Vasco de Souza, *Corpus Signorum Imperii Romani. Portugal*, Coimbra, 1990, p.31-32, 50.

⁷⁷ António Pinto, *A propósito dos pequenos bronzes figurativos romanos: itinerários difusores*, "V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones", Madrid, 2004, p.391-408.

⁷⁸ Jorge Alarcão, *Portugal romano*, Lisboa, 1987⁴, p.158-161.

⁷⁹ Procópio, XXX, 3, 5; Plínio, *N.H.*, XIX, 3, 4.



Fig. 13 – Mapa dos naufrágios mediterrâneos com ânforas lusitanas: 1- Conillera; 2- Cap Blanc; 3- Cabrera I; 4- Cabrera III; 5- Mahón; 6- Port Vendres I; 7- Planier 7; 8- Catalans; Pommègues; 10- Saint Gervais; 11- Chrétienne D; 12- Cap Bénat I; 13- Pampelone; 14- Punta Ala; 15- Sud-Lavezzi I; 16- Sud-Lavezzi III; 17- Cap Ognina; 18- Marzamemi F; Randello, 20- Femina Morta.

correcto do valor real das exportações do nosso território, em especial preparados piscícolas. É evidente que um grande volume desses produtos seguiu a rota mediterrânea (Fig.13), em direcção a Itália ou à Gália, de cujos portos no Ródano os produtos lusitanos podiam continuar para norte, através dos rios que corriam em direcção ao Atlântico. Muitos produtos eram transportados a partir da Bética, prática que parece ter prevalecido durante o Alto Império, como provam as cargas mistas identificadas em vários naufrágios, como os de Port Vendres II ou de Saint Gervais, e que continuou no Baixo Império, como se deduz das cargas presentes em navios como os de Sud Lavezzi ou Cabrera III, entre outros⁸⁰.

O comércio marítimo directo a partir do litoral português, seguindo as mesmas rotas mediterrâneas, também conta com testemunhos indiscutíveis, tanto para o Alto Império como para o Baixo Império, como se prova através das ânforas que constituem as cargas homogêneas dos naufrágios de Conillera e Cap Bénat, no primeiro caso, e Chrétienne D e Randello, no segundo⁸¹. Uma excelente prova da existência de relações directas com a Itália consiste num tijolo achado

⁸⁰ R. Étienne / F. Mayet, *La place de la Lusitanie dans le commerce méditerranéen*, “Conimbriga”, XXXII-XXXIII, 1993-1994, p.211-218. Os carregamentos mistos reflectem em larga medida as características da produção de bens de consumo na economia romana, pelo que não são esquecidos na legislação: *Dig.*, XIV, 2, 2, 2.

⁸¹ J. C. Edmondson, *Two industries in Roman Lusitania. Mining and Garum*, Oxford, 1987, p.181; A. J. Parker, *Ancient shipwrecks of the Mediterranean and the Roman provinces*, Oxford, 1992, p.234.

na *villa* romana de Milreu, tijolo que ostenta uma marca circular, típica das produções italianas (*CIL* II 6252⁸²), e cuja presença no Algarve, aparentemente estranha atendendo ao tipo de material, se deve atribuir a um frete de retorno. O transporte de artigos baratos no regresso de uma viagem era uma prática vulgaríssima e quase obrigatória para que os navios não navegassem apenas em lastro, o que, além de ser anti-económico, prejudicava as suas qualidades náuticas. Os materiais de construção cerâmicos encontram-se entre os mais abundantes neste tipo de carregamentos⁸².

Resta-nos voltar de novo ao problema das relações com as áreas atlânticas meridionais do Império. O achado de materiais anfóricos provenientes de produções béticas e lusitanas nas águas da Galiza e na costa setentrional da Península⁸³, ainda que em quantidade relativamente reduzida, não deixa de testemunhar a frequência desta rota. É evidente que os perigo de mar, descritos com truculência pelo imaginário Trimalcião, estavam bem presentes no Atlântico, mas não é menos verdade que a relação distância / custo era de tal ordem utilizando a rota atlântica que, para os audaciosos e ambiciosos aspirando às margens de lucro também gabadas por Trimalcião⁸⁴, seria normal a sua utilização. Isto, mesmo sem ter em conta as evidentes relações tradicionais com determinadas áreas, que referimos inicialmente, justifica a utilização de uma rota para norte ao longo da costa atlântica.

A presença significativa de materiais peninsulares, especialmente ânforas de azeite e de preparados piscícolas, artigos essencialmente destinados ao consumo militar, quer na Britânia, quer na Germânia, onde os hábitos alimentares indígenas eram muito diferentes dos mediterrâneos, comprova tais relações e, pelo menos em parte, o recurso à rota atlântica⁸⁵. A ausência aparente deste tipo de testemunhos em vastas zonas do litoral hispânico e gaulês pode reflectir a circunstância de se tratar de territórios praticamente desguarnecidos desde meados do século I, não interessando, portanto, aos circuitos de abastecimento militar. Assim sendo, poderíamos concluir que, para além da navegação sectorial existente no Atlântico, a rota de longo curso que interessava ao litoral ocidental da Hispânia era, essencialmente, uma rota logística, sensível às alterações estratégicas e do dispositivo militar romano.

O que se conhece da época medieval, quando os navios largavam de Portugal para Inglaterra nos inícios de Dezembro para que os produtos daqui exportados pudessem estar presentes nos mercados antes do Natal⁸⁶, assim como as características do regime de ventos a norte da Península Ibérica, permitem que se considere a frequência de uma rota batida até à Britânia, evitando a difícil travessia do Golfo da Gasconha, o que também pode contribuir para explicar a relativa raridade dos materiais de origem peninsular identificados nos litorais nordeste da Península Ibérica e sudoeste da Gália. Não pretendemos negar a importância da utilização do chamado istmo gaulês para fazer chegar ao Atlântico, através do Mediterrâneo e dos rios da Gália, os artigos peninsulares, mas essa solução, muito mais cara, não implica a negação do recurso à rota atlântica, ainda que esta possa ser considerada secundária, de acordo com os testemunhos registados em determinadas estações arqueológicas⁸⁷. Embora não totalmente assegurada, esta possibilidade de actividades mediterrâneas e atlânticas associadas é sugerida na epígrafe funerária de *G. Iulius Firmus*, que aceitamos ser o indivíduo identificado nos *tituli picti* de ânforas do Testaccio (*CIL* XV 3893-3896), e da irmã, *Iulia Dubra*, epígrafe achada perto de Sintra (*CIL* II 5019). O cognome usado por esta pode relacionar-se com *Dubrae* (Dover), importante porto britânico no Canal da

⁸² Alarcão, *Domínio*, p.139. Os materiais italianos são particularmente abundantes na actual Tunísia: G.-C. Picard, *La civilisation de l'Afrique romaine*, Paris, 1959, p.87-88, 378.

⁸³ P. Díaz Alvarez, *Anforas romanas en el eje atlántico calaico-lusitano*, Vigo, 1984; C. Fernández Ochoa (Ed.), *El puerto romano de Gijón. Navegación y comercio en el Cantábrico durante la Antigüedad*, Gijón, 2002.

⁸⁴ K. Greene, *The archaeology of the Roman economy*, Londres, 1986, p.40-41; Petrônio, *Sat.*, 76.

⁸⁵ D. F. Williams / D. S. Peacock, *The importation of olive-oil into Iron Age and Roman Britain*, "Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad", II, Madrid, 1983, p.268-272; C. Carreras Monfort, *Britannia and the imports of Baetican and Lusitanian amphorae*, "Journal of Iberian Archaeology", Vol. 0, 1998, p.159-170; Cunliffe, p.478-481.

⁸⁶ Cunliffe, p.36-37, 564-565.

⁸⁷ J. Rougé, *Transports maritimes et transports fluviaux dans les provinces occidentales de l'Empire*, "Ktema", 13, 1988, p.93; F. Vilvorder / B. Misonne, *La cerámique de Braives. Production et importation*, "Le Patrimoine Archéologique de Wallonie", Namur, 1997, p.348-352; C. Carreras Monfort, *El comercio de Asturias a través de las ánforas*, "Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad", Gijón, 1998, p.205-212.

Mancha, pelo que consideramos esta hipótese, apoiada em duas coincidências significativas, muito provável

O estudo das relações entre o nosso território e a Europa romana não é fácil, atendendo ao tipo de fontes disponíveis e ao acentuado desequilíbrio que existe entre elas. A evolução dos estudos prosopográficos contribuirá, sem dúvida, para um maior conhecimento desse aspecto do passado, mas será a investigação arqueológica que poderá facultar maior número de indicações seguras sobre os contactos desenvolvidos neste preciso contexto geográfico e histórico. Terminamos lembrando a construção do farol da Corunha (*Brigantium*), um dos poucos da época romana que ainda subsiste em grande parte, apesar das modificações que foi sofrendo, farol construído por um lusitano de *Aeminium*, como nos informa a inscrição rupestre gravada junto ao monumento (*CIL* II 2559), identificando o arquitecto *G. Sevius Lupus* (Fig.14), farol que Paulo Orósio relacionou directamente com a Britânia⁸⁸, o que não deixa de ser mais um indicio de relações regulares com essa marca do Império.

A romanização foi um grande momento de encontro de culturas e de interesses diversos, com os custos inerentes a situações semelhantes, aos quais o historiador deve estar permanentemente atento, sob pena de não entender o passado ou, pior, de o subjugar a leituras anacrónicas, ignorantes do que Benedetto Croce pretendia quando declarou que toda a História é História Contemporânea. Compreenderemos melhor o percurso do Ocidente peninsular no espaço europeu, em grande parte estruturado sobre continuidades, reflectindo sobre o que foi esse decisivo período na construção de uma identidade cultural de referência, através dos testemunhos materiais e imateriais de uma irreversível integração europeia⁸⁹, *sensu lato*. Por isso mesmo, não é possível reduzir o que se passou a um simples fenómeno de colonização e exploração dos vencidos pelos vencedores, hoje tão em moda.

O Império foi um grande espaço de mobilidade e de intercâmbios, sem paralelo até às revoluções da Revolução Industrial. Uma canção de gesta medieval francesa atribuía a um rei de *Conimbre* um túmulo antigo situado à saída de Paris, na estrada de Orleães⁹⁰. Tratar-se-ia de um natural de *Conimbriga* que os acasos da vida, eventualmente uma carreira administrativa, levaram sobre os caminhos da *pax romana* até à gaulesa *Lutetia*? Nunca o saberemos, muito provavelmente, mas a simples possibilidade de que assim tenha acontecido é suficiente para recriar a verdadeira imagem daquilo que o desenvolvimento de comunicações regulares a longa distância, através de um espaço, no essencial política e culturalmente unificado, permitiu. Foram, também aqui, as relações estimuladas pela acção romana que moldaram a História, na unidade e na diferença, antes que as dramáticas transformações do mundo mediterrâneo na Antiguidade Tardia tivessem preludiado o surgimento da Europa, aquela onde, apesar de tudo, ainda vivemos e com a qual nos identificamos.

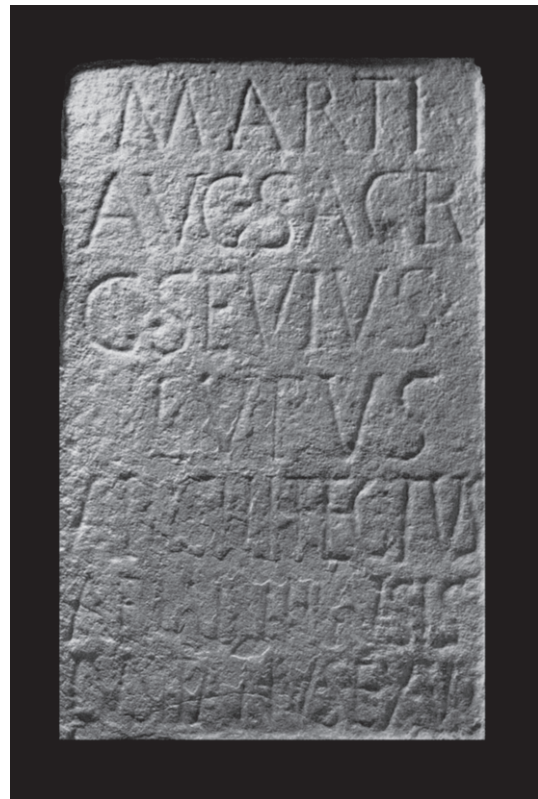


Fig. 14 – Inscrição rupestre de *G. Sevius Lupus*, junto à Torre de Hércules, na Corunha.

⁸⁸ Orósio, II, 3. Sobre o farol: S. Hutter / Th. Hauschild, *El faro romano de La Coruña*, Corunha, 1991; M. Sánchez Terry, *Los faros españoles: historia y evolución*, Madrid, 1991, p.148-159. Não cremos, contrariamente ao que alguns autores consideram sobre dados circunstanciais, que *Lupus* seja um simples construtor naval ou que se identifique com o arquitecto do criptopórtico júlio-cláudio de *Aeminium*.

⁸⁹ P. S. Wells, *The Barbarians speak. How the conquered peoples shaped Roman Europe*, Princeton, 1999; R. Lawrence, *Afterwards. Travel and Empire*, "Travel and Geography in the Roman Empire", Londres, 2001, p.167-176.

⁹⁰ M. Bloch, *Mélanges historiques*, II, Paris, 1963, p.745

OS SUEVOS NA GALÉCIA E NA LUSITÂNIA

Por M. Justino Maciel¹

RESUMO

Da mais genuína origem indo-europeia, os Suevos tiveram um percurso geográfico muito significativo, confundindo-se praticamente, no período romano, com os Germanos, até porque abrangiam ou interagiam muito proximamente com várias etnias dispersas pelas regiões fronteiriças ao Império no Norte da Europa.

A sua vinda para a Hispânia e actual território português, com eleição preferencial do Noroeste atlântico, permitiu-lhes manter a sua identidade etnico-cultural, primeiro face aos hispano-romanos e, depois, na sua relação com outros povos bárbaros, designadamente os Visigodos, até que o evoluir do tempo permitisse uma aculturação mais profunda, promissora de uma pacífica e enriquecedora interacção com outros modos de estar na sociedade hispânica, abrindo perspectivas novas de futuro.

É sobre esta realidade que se pretende reflectir, fazendo, em primeiro lugar, um levantamento de dados históricos sobre a acção dos Suevos e, em segundo, uma leitura sobre a chamada *Pax* Suévica no Ocidente Peninsular, condicionante de caminhos novos abertos às gerações que se lhes seguiram.

São raros os textos sobre os Suevos, um povo germânico que, na sua existência, abarcou várias etnias e acabou por se diluir na História sem, todavia, deixar de a marcar profundamente. Um grande dinamismo caracterizou este povo que, na grande ânsia de viver situações novas, constantemente procurou outros espaços, outras experiências e outros mundos, condicionando, no território onde finalmente se radicou, na língua e na cultura, a formação de um país que se chamaria Portugal.

Já J. M. Santa Olalla, no Prólogo ao livro *História General del Reino Hispánico de los Suevos*, de W. Reinhart (1952, p. 9), sublinhava a falta de desenvolvimento dos estudos sobre os povos germânicos em Espanha, afirmando: *onde a situação é mais lamentável é precisamente no que se refere aos Suevos*. E, neste último ponto, não houve grande evolução no país vizinho, até porque lá a atenção esteve sempre mais voltada para os Visigodos e para o Reino de Toledo. Em Portugal, também continuam a escassear os estudos sobre os Suevos. Diluem-se entre as referências sucintas às invasões bárbaras do século V e os estudos sobre textos de São Martinho de Dume, escritos no século VI. Cremos ter procurado em vários estudos destacar a importância de um contexto político-militar suévico na parte ocidental da Península Ibérica durante quase dois séculos – dos princípios do século V aos finais do século VI – e será esse o conteúdo desta reflexão, que se dividirá, após uma introdução sobre as suas origens europeias, por duas fases: o tempo da guerra (século V) e o tempo da paz (século VI), ambos com marcas indeléveis no futuro, designadamente na génese

¹ Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

da identidade cultural portuguesa. O tempo da guerra, apesar das referências a alguns reis e chefes, aparece-nos mais centralizado no povo ou em grupos mais ou menos destacados. O tempo da paz – a chamada *Pax* Suévica – é protagonizada pelo chamado Apóstolo dos Suevos, São Martinho de Dume. Dos Suevos, como aliás dos Visigodos, são poucos os testemunhos arqueológicos. O que ressalta do seu tempo, materialmente, é sobretudo a arte romana tardia em continuidade, com grande destaque para a arte paleocristã. Ou seja, comportamentos artísticos típicos da Antiguidade Tardia, nos contextos romano, suévico e visigótico.

1 - ORIGENS DOS SUEVOS

As origens e a construção de uma identidade suévica são exteriores ao actual território português. A arqueologia e a antropologia situam os seus primórdios no norte da Europa e Escandinávia, começando a sua expansão para o centro do continente na Idade do Ferro (REINHART, 1952, p. 13).

A primeira referência escrita é-nos dada pelos meados do século I a. C. por Júlio César, quando nos diz que os Germanos se dispuseram contra o exército romano, em linha de batalha, por nações, de que individualiza os Harudes, os Marcomanos, os Tribocos, os Vangiões, os Nemetes, os Sedúsios e os Suevos (*De Bello Gallico*, 1, 51). Nos princípios do século I d. C., Estrabão distingue também dentre os Germanos aqueles que se chamavam Suevos e que, segundo ele, sobrepujavam todos os outros em poder e em número (*Geographia*, 3, 4). Quem nos fala deles mais em pormenor, nos finais do século I, princípios do século II, é Tácito. Diz-nos que no seu tempo os Suevos abarcavam várias nações, agrupando diferentes povos que se estendiam pela maior parte da Germânia. Segundo ele, usavam o cabelo atado com um nó (*Germania*, 38).

Se o primeiro contacto com eles se deve a Júlio César, Augusto e Tibério tentaram controlá-los, tarefa difícil, dada a sua grande belicosidade. Apenas no último quartel do século II as várias campanhas de Marco Aurélio conseguem a sua pacificação que, todavia, não impede contínuas escaramuças e negociações, sobretudo nos séculos III e IV. Nos finais deste, acabam por ocupar pacificamente a Nórica e a Panónia, nas regiões actuais da Áustria e da Hungria, sendo aí que contactam pela primeira vez com o Cristianismo. É na Panónia que os Suevos parecem tomar mais consciência de uma identidade própria, que os levará a caminhar para Ocidente e exigirem terras próprias dentro do Império Romano, seja porque foram impelidos por um dinamismo que caracterizou todos os povos germânicos, seja porque foram motivados pelo cônsul Flávio Estilício, um bárbaro de origem vandálica que chegou a *magister utriusque militiae* e a genro do imperador Teodósio (379-394) e que protegeu, enquanto jovens, os imperadores Arcádio (395-408) e Honório (395-423). Esta última hipótese, todavia, não parece lógica, mas foi a apresentada pelo contemporâneo Paulo Orósio, presbítero bracarense. Diz-nos ele que o conde Estilício, sonhando investir no poder o seu filho Euquério, instigou os Alanos, os Suevos e os Vândalos a pegarem em armas (*Aduersum Paganos*, 38), repetindo adiante que estes povos haviam sido chamados à guerra por Estilício (*Idem*, 40).

O que é certo é que Suevos, Alanos e Vândalos atravessam o Reno em 31 de Dezembro de 406 (WALTER, 1964, p. 53). Para entender este comportamento dos Suevos é preciso enquadrá-lo nos acontecimentos que caracterizam os princípios do século V. Com efeito, em 18 de Novembro de 401, Alarico, rei dos Visigodos, cerca a importante cidade de Aquileia, no norte do Adriático, obrigando a um reforço das muralhas de todas as cidades itálicas, designadamente de Roma. O Império estava nessa altura, e desde 395, a ser governado a duas velocidades: a Ocidente, por Honório. A Oriente, por Arcádio, ou seja, estava dividido. Em 06 de Abril de 402, Alarico tinha sido derrotado por Estilício em Polência, o que não impediu que este rei visigodo viesse a ocupar e saquear Roma em 410. Em 405 dera-se uma invasão da Itália pelos Ostrogodos. Em 406, Constantino III era eleito pelas tropas da Bretanha como Imperador, passando depois às Gálias. No fim deste ano, como já se referiu, dá-se a invasão destas pelos bárbaros, aproveitando o facto de o Reno se encontrar gelado. Em 407, Tréveros é ocupada pelos Francos Ripuários. Em 408, Estilício, que haveria de



Fig. 1 – *Solidus* suevo com a efigie do imperador Honório no anverso. Módulo de 22mm; peso de 4,18 g. Reproduzido de *Moedas e Medalhas de Portugal*. Numisma. Lisboa, 72 (Novembro de 2007), foto da badana.

ser assassinado neste ano, negocia com Alarico uma aliança contra a Gália de Constantino III. Todo o ano de 409 decorre com o cerco dos Visigodos a Roma e com contínuas negociações (WALTER, 1964, pp. 127-129). São Jerónimo dá conta destes anos em que, no seu dizer, nações inumeráveis e ferocíssimas ocuparam todas as Gálias, dos Alpes aos Pirinéus, vindos da Panónia (*Ad Ageruchiam*, 16).

A passagem dos Suevos, Alanos e Vândalos à Península Ibérica, depois de terem permanecido nas Gálias durante os anos de 407 a 409, dá-se em 29 de Setembro ou 13 de Outubro de 409. Este acontecimento esteve ligado à cisão de Constantino III com Ravena, onde se encontrava a sede legítima do Império do Ocidente. Este usurpador (406-412), não conseguindo encontrar apoios na Hispânia, envia aqui o seu filho Constante, o qual derrota as poucas tropas romanas fiéis a Ravena que defendiam as passagens dos Pirinéus. Quando regressa à Gália, deixa na Península o general Gerônimo à frente das tropas leais a Constantino III. Fosse porque esta divisão de poder na Hispânia tivesse sido considerada pelos Bárbaros como uma oportunidade para obterem novos e apetecíveis territórios (REINHART, 1952, p. 29), fosse porque Gerônimo pretendesse o seu apoio para estabelecer um imperador do seu gosto na Hispânia (MATTOSO, 1992, p. 302), cria-se uma situação nova e sem controle, apesar dos esforços de ordem e de paz desenvolvidos, seja pela população hispano-romana, seja pelo poder imperial do *Palatium* de Ravena.

2 – O TEMPO DA GUERRA – SÉCULO V

A fonte principal e quase única para entender a evolução dos Suevos na Península Ibérica, quase até aos finais do século V, é o *Chronicon* de Idácio, bispo de *Aquae Flaviae*, que viveu pessoalmente os acontecimentos, designadamente como embaixador dos galaico-romanos. Este escritor, lídimo representante das elites galaico-romanas, conheceu bem os últimos tempos da *Pax Romana* na Península e no Império. Com efeito, viajara ainda adolescente à Palestina e ao Egipto, no ano de 406, onde conheceu São Jerónimo (MACIEL, 1996, p. 274).

Depois de, praticamente, dois anos de caos por toda a Hispânia, em que, segundo Idácio, os Bárbaros roubaram e mataram sem piedade, à porfia com a peste e a fome generalizadas (TRANOY, 1974, p. 116), estes acabam por tirar à sorte as diferentes regiões, em 411, para aí se fixarem. Diz Idácio: *Os Vândalos ocupam a Galécia e os Suevos o território situado na extremidade ocidental, junto ao mar Oceano; os Alanos, as províncias da Lusitânia e da Cartaginense e os Vândalos, chamados Silingos, a Bética*. Entretanto, *os hispanos, que haviam sobrevivido nas cidades e nos recintos fortificados às pragas dos Bárbaros que dominavam as províncias, acabam por se submeter à escravidão* (TRANOY, 1974, p. 118).

2.1 – Um caminho individualizado (411-418)

A partir de 411, surge individualizada a acção dos Suevos na Hispânia, ocupando, de início, não uma província, como os demais povos bárbaros que com eles haviam atravessado os Pirinéus, mas a região situada a Ocidente, junto ao mar, como refere Idácio. Se bem que esta descrição não seja totalmente objectiva, teremos de aceitar a possibilidade de considerar toda a fachada costeira atlântica, desde a Corunha ao Cabo de São Vicente, pois é isso que parece implícito nas palavras de Idácio, acima transcritas. Se a Galécia ficou para os Vândalos e a Lusitânia para os Alanos, se se fala em costa ocidental teremos de a considerar toda. Aliás parece ser essa também a ideia que nos veiculará no século VII Santo Isidoro de Sevilha, quando nos diz que o rei Suintila, ao vencer definitivamente as tropas bizantinas no Sul e Sudoeste da Península, *foi o primeiro, na monarquia visigótica, a exercer o domínio de toda a Hispânia até às ondas do mar Oceano, o que ninguém antes conseguiu* (*Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Sueuorum*, 62 e MACIEL, 2000, p. 188). Deduz-se destas palavras que os Visigodos, chegados mais tarde à Península, só depois de 624

ocuparam toda a faixa costeira ocidental peninsular. Antes seria toda ocupada pelos Suevos e, após a derrota destes pelos Visigodos, em 585, pelos bizantinos na parte Sul. Esta ocupação bizantina é hoje aceite sem dúvidas no Algarve, mas poderia ter chegado a Lisboa e mesmo Santarém.

Os Suevos tornam impossível uma vida segura no Ocidente Peninsular. Quem pode, foge. É o caso dos presbíteros Paulo Orósio, que parte de barco para o Norte de África, de Avito e do monge Baquiário (MACIEL, 1980, p. 22-24). Em 413, os Visigodos entram em Narbona, chefiados por Ataúlfo (410-415), passando à parte oriental da Hispânia em 416. Idácio informa-nos de que o sucessor deste, Vália, no ano de 417, faz grandes massacres de bárbaros na Península e, em 418, extermina todos os Vândalos Silingos na Bética e a maioria dos Alanos na Lusitânia (TRANOY, 1974, p. 122). Os Visigodos regressam no mesmo ano à Aquitânia, deixando a Hispânia, praticamente, nas mãos dos Suevos e dos Vândalos Asdingos, chefiados, respectivamente, por Hermerico e por Guntarico.

2.2 – Os Suevos no reinado de Hermerico (418-438)

Em 419, os Suevos são cercados pelos Vândalos nos Montes Nerbasos. Só no ano seguinte o cerco é levantado porque o representante romano na Hispânia, o *comes* Astério, coadjuvado pelo *uicarius* Maurocelo, obrigou os Vândalos a retirarem e a refugiarem-se na Bética (*Idem*, p. 124). Daqui resultou que os Suevos ficassem, a partir de 420, únicos senhores da Galécia. Sucede-se um período de cerca de dez anos que terá sido pacífico entre Suevos e Galaico-romanos.

Em 429, porém, com o embarque dos Vândalos para o Norte de África, de novo os territórios peninsulares se tornam apetecíveis para os Suevos, agora únicos invasores e já com direitos adquiridos de ocupação. Com efeito, ainda os Vândalos, com suas famílias, não tinham terminado o seu embarque nas costas da Bética, já os Suevos devastavam a Lusitânia, comandados pelo chefe Heremigário, o qual chegou mesmo a profanar a basilica de Santa Eulália, em Mérida, então o centro de peregrinação mais célebre da Península Ibérica. Sabendo disso, o então rei dos Vândalos, Geiserico, interrompe os preparativos do seu embarque e, com grande número dos seus, parte para a Lusitânia, onde localiza os Suevos em ações de violência, perseguindo Heremigário que, na precipitação da fuga, morre afogado no Guadiana (*Idem*, p. 128). Após a sua vitória sobre um pequeno grupo de Suevos predadores, os Vândalos passaram então, definitivamente, o Estreito.

Como referimos já noutro texto (MACIEL, 2000, p. 185-186), esta passagem é importante para entender a ação dos Suevos na primeira metade do séc. V, a sua dinâmica expansividade após o desaparecimento ou emigração de outros bárbaros que com eles competiam e a sua futura consolidação como reino hispânico.

No ano seguinte, 430, agora dirigidos pelo rei Hermerico, os Suevos procuraram presas no interior da Galécia, onde os hispano-romanos se defendiam em *castela tutiora*, ou seja, em opidos bem fortificados. Os invasores acabam por aceitar a paz, entregando as famílias que haviam raptado (*Idem*, p.130). Passagem esta do bispo flaviense que mostra o tipo de relações existentes nesta primeira fase da ação dos Suevos no Ocidente Peninsular: conflito com a população romana e romanizada, utilização da violência e do rapto como meio de pressão e apresentação de soluções de paz não definitivas.

Com efeito, passando mais um ano, em 431, de novo rompem a paz com a população, os galaicos, como diz Idácio. As pilhagens dos invasores leva este bispo a chefiar uma embaixada às Gálias, onde o general ravenático Écio conduzia uma brilhante campanha contra os Visigodos e os Francos. Em 432, Écio envia como embaixador junto dos Suevos o conde Censório, que chega à Galécia acompanhado do bispo Idácio, o próprio narrador destes acontecimentos. Mas as diligências são inúteis. Em 433, *depois do regresso de Censório ao Palácio, Hermerico de novo ensaia a paz com os Galaicos que assiduamente roubava, depois de uma intervenção episcopal e após ter recebido reféns* (*Idem*, p. 132).

Era este o quotidiano da relação entre os Suevos e a população galaico-romana nos anos trinta do século V. Ainda neste ano de 433, o suevo Hermerico envia um embaixador, também bispo, chamado Sinfósio, a Ravena. Idácio diz que esta diligência foi inútil, deduzindo-se daqui que o autor da notícia se sentiu incomodado com a iniciativa sueva, talvez porque esta terá escolhido outro bispo, possivelmente mais da simpatia dos invasores. Testemunho de que a própria Igreja se encontrava dividida, havendo bispos mais próximos dos Suevos, como seria o caso de Sinfósio, e outros mais próximos dos hispano-romanos, como seria o caso de Idácio.

Passam-se, entretanto quatro anos. Em 437, de novo chega à Galécia o legado ravenático Censório, desta vez acompanhado de Fretimundo, para falar com os Suevos, numa altura em que o general do Império, Écio, matava nas Gálias vinte mil Burgúndios e oito mil Visigodos (*Idem*, p. 134). Talvez pressionados por estas notícias, os Suevos aceitam a paz no ano seguinte com parte da população galaico-romana que se lhes opunha.

2.3 – O governo de Réquila (438-448) e a ocupação da Lusitânia

Neste ano de 438, o rei suevo Hermerico, devido a doença – faleceria três anos depois – abdica no seu filho Réquila, que logo parte para a Bética, onde, nas margens do rio Genil, derrota o exército de Andevoto, certamente um general enviado pelo Império à Península. A paz havia sido feita na Galécia, mas não na Lusitânia e na Bética, marcando Réquila com esta sua acção uma nova etapa na relação dos Suevos com o resto da Península. Dois anos depois, o novo rei ocupa a cidade que, ao mesmo tempo, era capital da Lusitânia e da Hispânia, Mérida (*Idem*, p. 136). Aí o procurará, em 440, o já conhecido conde Censório, chefiando mais uma embaixada junto dos Suevos, agora em contexto novo, na própria capital das Hispânicas. Dominar esta capital significava ter ou aspirar a ter na mão todas as províncias peninsulares. Desta vez, o embaixador veio pelo Mediterrâneo, subindo o Guadiana até Mértola, regressando depois pelo mesmo caminho. É esse, aliás, o sentido do verbo *redeo*, utilizado por Idácio (MACIEL, 2000, p. 186). Foi durante este regresso de Mérida que o embaixador *foi cercado por Réquila, em Mértola, entregando-se pacificamente* (TRANOY, 1974, p. 136). Ficaria preso durante oito anos, até ser executado em Sevilha.

A tomada de Mérida e a ocupação de Mértola alargam para o centro sul da Península, tendo em conta o controle do porto mirtilense e da navegação do Anas (Guadiana), o protagonismo suévico no decorrer do século V, que já dominaria, como vimos, a faixa costeira ocidental até ao Algarve. Mais um ano e Réquila ocuparia também Sevilha (Hispalis), domínio que, com o controle da navegação do Bétis (Guadalquivir), lhes abria as portas para o Sul da Bética e para a Cartaginense (*Idem*, p.138). É neste ano de 441 que escravos fugitivos das *Villae* romanas, os bagaudas, são derrotados pelo general romano Astúrio, na Tarraconense (*Ibidem*). A desordem trazida pelos Suevos também se sente indirectamente nestas revoltas de salteadores.

Entretanto, no ano de 445, alguns Vândalos, vindos por mar da África, chegam até às costas da Galécia, raptando algumas famílias. No ano seguinte, 446, os Suevos atacam tropas imperiais e visigodas na Cartaginense e na Bética, vencendo-as e levando a destruição e o caos a estas províncias (*Idem*, p. 140).

Perante estas tragédias, permanecem as vivências dos quotidianos, designadamente os religiosos. Idácio dá conta de que, em 445, são descobertos em Astorga, a que chama cidade da Galécia, porque assim era considerada então, alguns maniqueus que aí se escondiam há alguns anos, os quais são ouvidos por ele próprio e pelo bispo Toríbio, que comunicam o caso ao bispo de Mérida, Antonino. Mérida era ainda, como vimos referindo, capital das Hispânicas e daí também a importância da sua sede episcopal, já então metropolitana. Em 447, Pervinco, diácono do bispo Toríbio de Astorga, percorre a Península a distribuir pelos bispos instruções do papa Leão sobre os priscilianistas, heresia que se desenvolvera após a execução na Gália do bispo Prisciliano, em 387. Segundo o autor do *Chronicon*, alguns galaicos simpatizavam com esta heterodoxia (*Ibidem*), que encontrara nas invasões suevas e consequente diluição do poder civil uma maior liberdade de acção.

2.4 – Reinado de Requiário (448-456) e o confronto com os Visigodos

Em 448, Réquila, rei dos Suevos, morre em Mérida. Sucede-lhe o filho Requiário que, ao contrário do pai, que era pagão, se havia convertido ao catolicismo, razão pela qual alguns parentes seus teriam posto reticências quanto à sucessão, pois a monarquia suévia não era necessariamente de carácter hereditário. Mesmo assim, também a primeira acção do novo rei, como acontecera com o seu pai, foi, no mesmo ano, partir para a pilhagem nas regiões ulteriores, ou seja, na Bética. Esta acção coincide com a morte por degolação do antigo embaixador Censório, em Sevilha, por Agiulfo, personagem misteriosa que, de origem suévia ou visigótica, se encontrava então ao serviço ou comprometido com os Suevos e que surgirá em 457, talvez motivado pelos visigodos, como pretendente ao trono daqueles.

O assassinio do representante do Império revestiu-se do carácter de uma verdadeira afronta e demonstra até que ponto os Suevos se encontravam seguros do seu poder e influência em toda a Hispânia. Poder que se reforçava no ano seguinte, 449, com o casamento de Requiário com uma filha de Teodorico I, rei visigodo com corte na Gália, facto que não impediu os Suevos de, entretanto, saquearem os territórios dos Vascões e as regiões de Saragoça e de Lérica (*Idem*, p. 142).

Em 452, apesar dos problemas do Império com os Hunos, houve lugar para mais uma embaixada junto dos Suevos. Os condes Mansueto e Frontão são os novos legados e conseguem alguma paz, mediante condições (*Idem*, p. 148). Passados dois anos, na sequência da execução do general Écio pelo imperador Valentiniano, este envia embaixadores aos diferentes povos bárbaros, entre os quais os Suevos. Neste caso, o embaixador chamava-se Justiniano. Mas estes continuam os seus propósitos: devastam a Cartaginense, que haviam devolvido ao Império e voltam a receber legados imperiais, desta vez reforçados por embaixadores Visigodos. Era a pressão máxima. Mas os Suevos, prometendo a paz, avançam para a Tarraconense, pró-romana. Última embaixada, desta vez só dos Visigodos.

Segue-se o esperado: em 455 dá-se a invasão visigoda, comandada por Teodorico II e legitimada pelo imperador Avito. Os Suevos são derrotados junto ao rio Orbigo, nos arredores de Astorga e dispersam-se. Daqui, os Visigodos dirigem-se à capital da Galécia, *Bracara Augusta*, na intenção clara de humilhar a cidade que representava o território onde se sediavam os Suevos. As palavras de Idácio são chocantes sobre o que aconteceu em Braga neste ano de 455: *Esta cidade, no terceiro dia das calendas de Novembro, domingo, é entregue a uma pilhagem que, sem ser cruenta, não é menos triste e lamentável. Numerosos romanos são feitos prisioneiros; as basílicas dos santos são forçadas, os altares voltados e partidos; as virgens consagradas a Deus são em seguida expulsas mas sem serem violadas; clérigos são desnudados até ao limite do pudor; toda a população dos dois sexos com os seus filhinhos é lançada dos lugares santos onde de havia refugiado; cavalos, rebanhos, camelos conspurcam o lugar consagrado: como por Jerusalém segundo a Escritura, se renovou em parte o castigo da cólera divina* (*Idem*, p.154).

Na sequência destes acontecimentos, os Suevos são perseguidos e derrotados. Requiário foge para Portucale, opido que voltaria a ser o último reduto de outros Suevos no futuro. Mas é ali preso em 456 e, no mês de Dezembro deste ano, executado às ordens de Teodorico II.

2.5 – Maldras (456-460) e o ressurgimento do reino suevo

O povo suevo parece aniquilado. O rei visigodo passa então à Lusitânia e ocupa por algum tempo a sua capital, Mérida. Para a Galécia, onde entretanto, dado o vazio de poder, surgem bandos de salteadores, parte Agiulfo, certamente enviado pelos Visigodos, esperando ocupar o trono suevo. Mas morre em Portucale, praça forte suévia, no ano seguinte, ou seja, em 457. Os Suevos sobreviventes, reagrupando-se, elegem Maldras por rei (*Idem*, p. 156).

A morte do imperador Avito, em 457, que legitimara a intervenção dos Visigodos, leva Teodorico II a regressar às Gálias. Com efeito, como recorda Idácio, Avito tinha sido, três anos antes, alçado ao Império pelos Gauleses e pelos Visigodos, e foi a ausência destes na campanha das Hispânicas que impediu qualquer ajuda a este imperador, levando-o à perda do Império e da própria vida (*Idem*, p. 158). No regresso às Gálias, parte do exército visigodo devasta a zona oriental da Galécia, em nome de Roma. Diz, mais uma vez, Idácio: *massacram uma multidão de homens e de mulheres que se encontravam em Astorga, forçam os santuários, pilham e destroem os altares, levam consigo os ornatos e os objectos de culto (Ibidem).*

Sem a presença visigoda, os Suevos sentem a possibilidade de renovação. Morto Agiulfo, ligado à influência visigoda, continuam as divisões. Opondo-se a Maldras, que chegara a rei em 456, uma outra facção elege Frantano em 457, que morre pouco meses depois. Segundo o *Chronicon*, Agiulfo morreu em Junho em *Portucale* e a morte de Frantano ocorreu entre as festas da Páscoa e do Pentecostes. Maldras, entretanto, com os seus seguidores, partira para a Lusitânia, onde cometeu ações violentas e, simulando intenções pacíficas, penetrou em Lisboa (*Idem*, p. 160). Ao mesmo tempo, sob a sua ordem, os Suevos saqueiam a região do Douro. Maldras unifica de novo os Suevos.

No ano seguinte, 458, nova actividade dos Visigodos na Península, desta vez na Bética, primeiro sob o comando de Cirila e, depois, já em 459, do conde Sunerico. Envia embaixadores aos Suevos, assim como os Vândalos de África. Mas os Suevos continuam iguais a si próprios, violentos. Com efeito, enquanto Maldras pilha a Lusitânia, novo chefe suevo se destaca, Recimundo, que faz o mesmo na Galécia (*Idem*, p. 162).

Seguidamente, e ainda em 459, Maldras ocupa o *castrum* de Portucale. Consequentemente, e após um massacre de nobres galaico-romanos, agrava-se o relacionamento hostil entre Suevos e a população autóctone, que recebe mais uma vez embaixadas do Império e da corte visigoda, trazendo esperança de paz. A aliança dos Romanos com os Visigodos era promissora para esse escopo.

2.6 – Frumário e Recimundo (460-465) ou as dissensões internas

No fim do mês de Fevereiro de 460, o rei suevo Maldras é morto. Pouco depois, na Páscoa, novo massacre de galaico-romanos acontece, desta vez em Lugo. O *Conuentus Lucensis* e, em consequência, invadido por uma parte do exército visigodo que se deslocara das suas campanhas na Lusitânia. Todavia, os Suevos, seja comandados por Frumário, seja por Recimundo, acabam por dominar a situação político-militar da região lucense no verão deste mesmo ano de 460. Entretanto, Frumário captura o próprio bispo autor do único relato destes acontecimentos, Idácio, que se encontrava na sua igreja de *Aquae Flaviae*. Só em Novembro, depois de três meses de cativo, o bispo é libertado. Sucede-se um conflito entre Frumário e Recimundo, o que permite um certo alívio da tensão entre os Galaicos.

Ainda neste mesmo ano de 460, Teodorico II envia mais uma vez embaixadores aos Suevos, enquanto o seu general e *comes* Sunerico, em campanha na Lusitânia, se apodera de Santarém (*Scallabis*), regressando à Gália no ano seguinte, sucedendo-se sempre e mais uma vez as embaixadas e as violências sobre a *infeliz Galécia*, segundo as palavras de Idácio (*Idem*, p. 168).

Passados quatro anos, em 465, morrem Frumário e Recimundo. O novo rei é Remismundo, talvez filho de Maldras, a aceitar a informação de Santo Isidoro de Sevilha (*Historia de Regibus...*, 33), que talvez tenha tido para a sua eleição o apoio de Teodorico II (TRANOY, II, 1974, p. 120). Com efeito, este envia ao novo rei armas, presentes e uma esposa (*Idem*, I, p. 170). Segundo Idácio, *Remismundo reúne todos os Suevos sob a sua autoridade e restaura a paz perdida (Ibidem).*

2.7 – Remismundo (465-470...) e o reino suevo vs. reino visigodo

Todavia, os Suevos mantêm o domínio e a pressão militar sobre o território, designadamente através do controle da via militar romana que de *Bracara Augusta* seguia para *Olisipo*. Neste ano de 465, e mais uma vez, trancrevendo as palavras de Idácio, *os Suevos, entrados dolosamente em Conímbriga, espoliam a nobre família de Cântabro e levam cativa a mãe com os filhos*. E uma vez senhor do forte opido conimbrigense, Remismundo envia também os seus embaixadores a Teodorico II, embaixadores que só regressam no ano seguinte e também a Conímbriga, como expressamente relata Idácio. Esta informação revela-nos que os Suevos se instalaram por tempo significativo em Conímbriga ou seu arredores, dispondo do domínio do opido, bem reforçado na sua defesa pela muralha dos séculos III-IV, garantindo assim a detenção de uma praça forte face à ameaça visigoda (MACIEL, 1996, p. 60-61)².

É em 466 que Ajax, sob a protecção de Remismundo, espalha o arianismo entre os Suevos. Dadas as informações do bispo de Chaves, é bem possível que tal se tenha iniciado em ou a partir de Conímbriga que, como vimos reflectindo, foi a capital do reino suevo nestes anos de 465 e 466.

Entretanto, e logo em 467, Teodorico II é assassinado por seu irmão Eurico. Continua a fatídica troca de embaixadas. Remismundo deixa Conímbriga entregue aos seus naturais e continua as pilhagens na Lusitânia. Mas em 468 volta lá, devastando-a. É o que diz o autor do *Chronicon: Conímbriga, surpreendida em paz, é saqueada, as casas são destruídas com uma parte das muralhas, os habitantes capturados e dispersos, a região e a cidade desoladas* (TRANOY, I, 1974, p. 174). Era o atingir do clímax da oposição entre Suevos e a população romanizada, situação que provocou, no ano seguinte, 469, e fracassadas as negociações com a corte de Tolosa, a ocupação de Mérida, capital da Lusitânia, pelos Visigodos, cidade que, daí em diante, não mais deixaria de lhes pertencer, mesmo quando a sede do reino visigodo passou daí para Toledo, já no século VI.

Neste ano de 469, Lisboa também é de novo ocupada. Informa Idácio: *Olisipo é ocupada pelos Suevos, entregue por Lusídio, um cidadão seu que a governava. Sabendo disto, os Visigodos que haviam chegado invadem a região e saqueiam os Suevos, o mesmo fazendo aos Romanos que se encontravam sob o seu domínio na Lusitânia* (Idem, p. 176).

O ano de 469 é o último referido por Idácio no seu *Chronicon*. Neste ano já não são apenas os Suevos a pilhar a Galécia e a Lusitânia. Este autor diz explicitamente que os Visigodos passam a fazer o mesmo. O rei suevo Remismundo envia Lusídio, que lhe entregara Lisboa, como embaixador seu à corte imperial. É a última notícia objectiva de Idácio. Tudo o que mais nos diz só revela um profundo pessimismo quanto ao futuro. Depois dele, não há mais fontes sobre os Suevos até aos meados do século VI. Só então, com a emergência de uma personagem chamada Martinho de Dume, a identidade suévica de novo se revela, finalmente procurando a paz e a maturidade.

3 – O TEMPO DA PAZ – SÉCULO VI

São Martinho de Dume viveu o século VI em pleno, se tivermos em conta que terá nascido entre 518 e 525, não existindo dúvidas quanto à data do seu falecimento em 20 de Março de 579. Tendo presentes as informações de textos

² Algo que neste contexto nunca foi referido, e que notámos aqui apenas hipoteticamente para reflexão futura, é o facto de existir no território de Conímbriga, alguns quilómetros para sul e perto da estrada romana, uma *Villa* da Antiguidade Tardia, no lugar de Moroços, freguesia do Rabaçal (Penela), que poderá relacionar-se com esta estadia dos Suevos no território conimbrigense em 465 e 466. A sua arquitectura e a sua decoração interior, a nível do baixo-relevo e do mosaico, lembra paralelismos com a Gália deste tempo, com a qual se sucediam as embaixadas, nomeadamente com a época do senador, bispo e escritor Sidónio Apolinário (c.430-c.480), cuja *acmé* como bispo do Auvergne, onde detinha também a sua *Villa*, se verifica por volta de 472, cerca de meia dúzia de anos depois destes protagonismos de Conímbriga e seu território.

históricos, a restante cronologia relacionada com esta personagem é a seguinte: Sagração episcopal: 5 de Abril de 556; Dedicção da Basílica de Dume: 558; I Concílio de Braga: 1 de Maio de 561; II Concílio de Braga: 1 de Junho de 572 (MACIEL, 1980, p. 18).

O século VI inicia-se no Ocidente com uma certa consolidação dos reinos bárbaros que, durante o século V, cindiram o império romano. Os invasores, dominando política e militarmente territórios em que se mantinha maioritariamente uma população romana, foram progressivamente adoptando o modo de vida, a língua, o direito e a cultura desta. O poder político romano foi, por sua vez, centrando-se progressivamente em Constantinopla, com imperadores como Anastácio I (491-518), Justino I (518-527), Justiniano (527-565), Justino II (565-578), Tibério I Constantino (578-582) e Maurício (582-602). Mas é o sucessor de Justino I que tem o reinado mais longo e mais marcante a todos os níveis, a ponto de o seu tempo ter ficado na História como o *Século de Justiniano*. Sem dúvida que o tempo de Martinho de Dume é o tempo deste imperador. A nível da Península Ibérica, também Justiniano assume protagonismo, se bem que nem sempre nos surjam claras as relações entre Suevos, Visigodos e Bizantinos (MACIEL, 2000, p. 185-194).

No século VI, o reino dos Suevos, com sede em *Bracara* ou nos seus arredores, só se revela com identificação dos seus reis a partir do momento em que Martinho Dumense entra em cena: Cararico, que reinou nos meados do século VI e que, segundo Gregório de Tours (*Patrologia Latina*, 71, 924), foi o primeiro rei suevo católico; Teodemiro (Teudemiro, Ariamiro ou Argemiro), filho do antecedente, governou até 570; sucede-lhe Miro (570-584), que apoia o católico Hermenegildo contra o seu pai ariano, rei dos Visigodos, Leovigildo. A Miro sucede o filho Eborico, mas o trono é usurpado por Audeca ou Andeca (584-585). Este último obriga Eborico a tornar-se monge mas, derrotado por Leovigildo, ele próprio é obrigado a receber ordens, como presbítero, sendo desterrado para *Pax Iulia*, segundo nos conta João de Biclara (*Patrologia Latina*, 72, 864-867).

Quanto aos reis visigodos, sempre em conflito com os Suevos, conhecemos o nome, praticamente, de todos. Para o enquadramento da acção martiniana, ressaltam os reinados de Ágila (549-554), o último rei visigodo a ter a sua corte na antiga capital da Lusitânia, *Emerita*. O seu governo foi contestado por Atanagildo (554-567), o qual, para vencer, pediu ajuda ao imperador Justiniano. As tropas bizantinas ocupam, assim, o Sul da Península Ibérica, a partir do ano de 551, recusando-se depois a deixar o território hispânico, sendo apenas expulsos em 624 (MACIEL, 2000, p. 191-192), ou seja, depois de setenta e quatro anos de permanência e interacções várias com os povos da Hispânia. Sendo católicos, influenciaram, sem dúvida, a conversão de Suevos e de Visigodos. A Atanagildo, que mudou a sede do reino de Mérida para Toledo, sucederam Liúva (567-572) e Leovigildo (567-586), tendo-se destacado este último pela luta que moveu contra os Suevos, anexando o seu reino no ano de 585. A Leovigildo sucedeu Recáredo (586-601) que, imitando os reis suevos, se converteu do arianismo ao catolicismo, oficialmente, no III Concílio de Toledo (589) e com ele todo o povo visigodo, conseguindo-se assim uma situação única de paz e harmonia entre hispano-romanos e invasores germânicos, como já havia acontecido com os Suevos e Galaico-romanos, numa unidade político-religiosa que caracterizará a Hispânia dos finais do século VI e do século VII.

Acompanhando atenta e activamente todas estas transformações estava, sem dúvida, a Igreja Romana, o novo poder progressivamente instaurado com a pulverização do Estado imperial. A pacificação progressiva que se verifica na transição do século V para o VI foi aproveitada pela Igreja para revitalizar o seu protagonismo, reorganizando a sua administração, reconstruindo o parque arquitectónico litúrgico urbano e rural, dinamizando também a relação da ortodoxia com a heterodoxia, tendo em vista a unificação e a paz religiosas. Tal é visível na acção que caracterizou os vários pontificados ao longo do século VI (JAFFÉ, 1885, p. 96-220): o Papa Símaco (498-514) preocupou-se com a gestão dos bens eclesiásticos; Hormisdas (514-523) lutou pela unidade das Igrejas do Oriente e do Ocidente; no seu tempo reúnem-se na Península Ibérica os Concílios de Tarragona (516) e de Gerona (517) e, por altura deste último Concílio, o Papa nomeia o bispo João de Tarragona seu vigário para a Hispânia do Norte; em 521, o bispo Salústio de Sevilha recebe igual nomeação para a Bética e para a Lusitânia. Segue-se o pontificado de João I (523-526) que, preocupado com a ortodoxia, é vítima das lutas entre católicos e arianos; Félix IV (526-530) consegue do poder temporal o

reconhecimento da imunidade do poder pontifício; em 527 reúne o II Concílio de Toledo e, no mesmo ano, Justiniano ascende ao trono. No tempo de Bonifácio II (530-532), São Bento inicia no Monte Cassino um caminho novo para o monacato ocidental, introduzindo nele uma vertente cultural. João II (532-535) assiste ao desenvolvimento da política justiniânica: início da construção da Basílica de Santa Sofia, em Constantinopla; recuperação da África vandálica e preparação da expulsão dos ostrogodos de Itália. Agapito I (535-536) assiste à ocupação da Península Itálica pelos bizantinos. Segue-se o Papa Silvério (536-537), vítima desta ocupação: é deposto por Belisário e assassinado. Idênticas dificuldades são sentidas pelo seu sucessor, Vigílio (537-555), chamado a Constantinopla por Justiniano; antes, porém, de sair de Roma, de onde está ausente deste 544 até à sua morte, na Sicília, em 555, este papa responde, em 29 de Junho de 538, a uma carta que o bispo de *Bracara*, chamado Profuturo, escrevera ainda ao seu antecessor, solicitando conselhos sobre o modo de agir perante questões que se punham com acuidade na região bracarense nessa altura: dos priscilianistas que se abstinham do consumo de carnes; da tríplice imersão baptismal; dos que eram baptizados segunda vez pelos arianos; da *fabrica* das igrejas destruídas ou restauradas; da celebração da Páscoa e da Eucaristia (BARLOW, 1950, p. 290-294). No tempo de Vigílio, São Bento escreve a sua Regra (540), constrói-se a igreja de San Vitale, em Ravena (546), reúne-se o I Concílio de Barcelona (540) e o II Concílio Ecuménico de Constantinopla (553), Martinho de Dume chega à Galécia (c. 550) e as tropas bizantinas desembarcam na Península Ibérica (551). A Vigílio sucede Pelágio I (555-568), que consegue algum diálogo com Justiniano. Durante o pontificado de João III (560-573), a Igreja Romana sofre com a invasão dos Lombardos. Bento I (574-578) dinamiza a resistência aos problemas trazidos por estes Bárbaros. Pelágio II (578-590) destaca-se pela acção social da Igreja; no seu tempo morre Cassiodoro (580), um dos principais responsáveis pelas continuidades culturais no seu tempo. O século termina com a acção única, a vários níveis, designadamente no do comprometimento da Igreja nas questões sociais, do papa Gregório Magno (590-604), por sinal um beneditino, em cujo pontificado se inicia a evangelização dos Anglo-Saxões (597).

São estas as circunstâncias históricas, políticas, religiosas e culturais que nos ajudam a entender o enquadramento da acção, a todos os títulos notável, de São Martinho de Dume. Com ligação a povos bárbaros romanizados, chega à Galécia depois de uma formação em contextos itálicos, com uma estadia como peregrino no Oriente e provável passagem pela Gália, possivelmente no contexto de uma peregrinação ao túmulo de São Martinho de Tours. Por isso, a chamada *Pax Suevica*, em cuja vivência Martinho de Dume assumiu papel decisivo, unindo ideologicamente vencedores e vencidos, potenciou comportamentos futuros. Martinho de Dume era etnicamente conotado com os Suevos, porque considerado natural ou oriundo da Panónia, de onde vieram também estes. A sua pessoa foi considerada providencial, portanto, uma vez que era católico como os galaico-romanos e de origem próxima dos Suevos, sendo assim melhor aceite, seja por uns, seja por outros. Integrou-se numa categoria dinâmica de Homens Novos, de formação religiosa e clássica tradicional em ambientes monásticos, que procuraram humanizar, através da unidade religiosa proposta pela ortodoxia romana, as novas sociedades emergentes da interacção entre os novos reinos bárbaros e a sociedade tradicional romanizada.

3.1 – Origem, formação e obras de Martinho Dumiense

A trajectória de qualquer personagem ao longo da vida define-se e entende-se em grande parte pela sua origem e formação. Quando os registos históricos se perdem na voragem dos tempos, é sobretudo à obra feita, aos textos produzidos pelo próprio ou às referências de contemporâneos que vamos buscar informação e deduzir ou induzir relações.

O *floruit*, ou seja, o momento de apogeu de São Martinho de Dume, como refere algumas dezenas de anos após a sua morte, Isidoro de Sevilha (*De Viris Illustribus*, 22), foi no tempo em que reinaram, entre os Suevos, Teodomiro, entre os Visigodos, Atanagildo, e entre os Bizantinos, Justiniano.

Quanto às suas origens, é Gregório de Tours (*Historia Francorum*, V, 37) que nos dá mais informações, logo entre 580 e 584: era oriundo da Panónia, visitou os Lugares Santos e ninguém no seu tempo se instruiu tanto nas letras como ele. Depois, veio para a Galiza onde, quando se trouxeram as relíquias de São Martinho de Tours, foi ordenado bispo (*Nam hic Pannoniae ortus fuit, et exinde ad uisitanda loca sancta in Orientem properans, in tantum se litteris inbuit, ut nulli secundus suis temporibus haberetur. Exinde Gallitiam uenit, ubi, cum beati Martini reliquiae portarentur, episcopus ordinatur*). O Dumiense também fala das suas origens no Epitáfio (*Patrologia Latina*, 72, 52) que ele próprio compôs para o seu túmulo: *Oriundo de Panónios, através do mar vasto, por desígnios de Deus trazido ao regaço da Galiza (Pannoniis genitus, transcendens aequora uasta, Galliciae in Gremium diuinis nutibus actus)*. São estas as fontes essenciais para a chamada tese tradicional sobre as origens martinianas: São Martinho de Dume era originalmente da Panónia, estudou no Oriente e, de lá, veio para a Galécia. Defenderam-na E. Flórez (1759, p. 11-133), A. Caetano do Amaral (1803, p. 1-138), J. Pérez de Urbel (1945, p. 183-193), Claude Barlow (1950, p. 1-10), J. Madoz (1951, p. 219-242), A. de Jesus Costa (1950, p. 288-325) e J. Geraldês Freire, (1971, p. 12-13), enfim, toda a tradição eclesiástica.

Em 1963 surge uma nova proposta de leitura sobre estas origens. L. Ribeiro Soares (1963) estuda os textos martinianos e, seja pelos conteúdos, seja pela linguagem e por certas referências, conclui que Martinho Dumiense teve uma formação em ambientes itálicos. Mesmo em relação ao local de nascimento, Ribeiro Soares faz uma leitura *latu sensu* do significado das palavras *genitus* e *ortus*, lendo-as no sentido de expressarem origem étnica e relação com os antepassados, mais do que no sentido de nascimento, realidade que associa a contextualizações históricas, como o facto de, nos princípios do século VI, colonos romanos terem abandonado a Panónia devido a insegurança nas planícies húngaras, refugiando-se no Norte de Itália. Martinho poderá ter nascido já na Itália, no seio de uma família vinda daquela região (SOARES, 1963, p. 105). Em 1980 aderimos a esta interpretação (MACIEL, 1980, p. 10-16), e o aprofundamento que temos vindo a fazer sobre as questões martinianas, designadamente no campo da História da Arte (MACIEL, 1996, p. 65-86), leva-nos a continuar a privilegiar esta leitura.

Mas as duas posições não são necessariamente contraditórias. Já J. Geraldês Freire (1971, p. 12) o afirmou. E A. Montes Moreira (1972, p. 453-454) também mantém esta abertura, ao lembrar a necessidade de se fundamentar melhor a nova tese, sublinhando que ela contribuiu para renovar a panorâmica dos estudos martinianos.

Pensamos que a actividade de Martinho Dumiense revelou uma formação itálica, no contexto da *renouatio* ostrogoda, posteriormente e em continuidade reforçada pelo domínio bizantino da Itália, onde surgem como actores de referência Cassiodoro, Bento de Núrsia, Venâncio Fortunato, etc. Nesse sentido, convergem as informações dos textos martinianos e o conhecimento mútuo entre Martinho e o seu correspondente véneto Venâncio Fortunato que, mais tarde como bispo de Poitiers, nos dá conta da ligação do Dumiense à corte merovíngia (MACIEL, 1980, p. 9-16).

Os percursos martinianos surgem progressivamente mais claros. Numa visão tradicional, seriam Panónia – Oriente – Galécia. Numa nova leitura, seriam Panónia (no sentido de ser oriundo de lá) – Itália – Oriente – Itália – Gália – Galécia. A continuação do aprofundamento da reflexão sobre os caminhos de Martinho de Dume faz adensar a hipótese de ter passado também por Tours, como o fez o seu discípulo Fortunato, hipótese que traz luz sobre o relacionamento da corte merovíngia com a corte suévica, potenciando a conversão desta, do arianismo ao catolicismo, no contexto dinâmico do culto e das peregrinações ao Santo Taumaturgo de Tours. Martinho surge como homem providencial nesta conversão. O maravilhoso resalta de toda a história registada nos textos contemporâneos, designadamente no modo como é narrada a chegada do novo Martinho à Galécia, exactamente no mesmo local e no mesmo tempo em que também chegam as relíquias do santo turonense (MACIEL, 1996, p. 82-86). Ressalta que o Dumiense não podia entrar como um *deus ex machina*, miraculosamente, no ponto alto deste processo, mas no seu início ou na sua fase preparatória. Assim, é legítimo pensar que o percurso martiniano englobou a Gália e a corte merovíngia. A referência concreta de Fortunato, numa carta ao Dumiense (*Patrologia Latina*, 88, 181-183), de que as rainhas Inês e Radegundes se recomendavam às suas orações é um indício claro a ter em conta.

Colocar-se-á, naturalmente, a pergunta: veio Martinho para a Galécia por iniciativa própria, ou motivado pela Sé Romana (SOARES, 1963, p. 268), por Bizâncio (MARQUES, 1974, p. 41), pela corte merovíngia ou pela própria corte suévica? Seria longa a equação das respostas, até porque o sistema de transformações operado no reino suévico no século VI interagiu claramente com todas estas forças político-religiosas, como se pode verificar do enquadramento histórico que fizemos atrás. No tempo da chegada de São Martinho à zona de Braga, o Papa Vigílio há longos anos que peregrinava pelo Oriente, impedido por Justiniano de regressar a Roma (JAFFÉ, 1885, p. 118). Mas o seu pontificado é fecundo também em Itália e nada impedia o Papa de se preocupar também com o que se passava no Ocidente hispânico, como o demonstra o seu cuidado em escrever ao bispo Profuturo de Braga, como também já registámos. Pensamos que teria havido uma convergência de esforços no sentido de se conseguir a paz entre Suevos e Galaico-romanos através da conversão dos primeiros ao catolicismo, no contexto do esforço da Igreja em conseguir a unidade religiosa como caminho privilegiado para a harmonia civilizacional com os novos reinos bárbaros, entrando aqui, a nível religioso e mesmo político, o referente tradicional ortodoxo bizantino e o novo modelo merovíngio. Quanto ao modo como Martinho de Dume entrou neste processo, tal continua a ser para nós de uma grande opacidade. Temos apenas a certeza de que ele nos surge como actante fundamental no sistema de transformações verificado com a conversão dos Suevos ao Catolicismo.

3.2 – A acção martiniana no contexto suévico

Como dissemos, o que sabemos dos Suevos e do seu Estado no século VI tem uma conexão indubitável com Martinho de Dume. Antes de este entrar em acção na Galécia, a única notícia que possuímos neste século para a zona bracarense é a já referida carta do Papa Vigílio respondendo ao bispo *Profuturus*, de Braga, sobre questões litúrgicas e pastorais, bem como sobre a reconsagração das igrejas.

Só com a acção martiniana conhecemos os últimos reis suevos, a sua conversão do arianismo ao catolicismo e os efeitos correspondentes. O actante principal deste sistema de transformações é Martinho de Dume, porque ele surge no clímax do processo. Todavia, há um segundo actante na diegese narrativa coeva dos acontecimentos, ideologicamente o que gere o sistema transformativo: São Martinho de Tours. Esta realidade está presente na contínua transferência de protagonismo por parte do Dumiense para o Turonense. Nos versos *In Basilica (Patrologia Latina, 72, 51)* afirma que foram os milagres do Santo Taumaturgo que converteram os Suevos e os levaram a construir uma Basílica a ele dedicada, elegendo-o como patrono; e no seu Epitáfio (*Patrologia Latina, 72, 52*), destaca o facto de usar o mesmo nome, Martinho, mas sem o mesmo mérito (*eodem nomine, non merito*). De facto, quem operou o milagre da conversão dos Suevos foi São Martinho de Tours. O milagre da cura do filho é que converteu o rei Cararico, o qual, de acordo com a regra já então verificada – *cuius regio, eius religio* – associou o seu povo à nova fé.

Sigamos o relato de Gregório de Tours: o príncipe herdeiro do rei suevo Cararico padecia de lepra. Ouvindo falar dos milagres que se operavam junto do túmulo de Martinho Turonense, o rei enviou os seus embaixadores à Gália, com presentes para o Santo Confessor e o pedido de uma cura. Quando voltaram, o filho do rei continuava leproso. Alguém sugeriu então que, sendo São Martinho de Tours católico, talvez o rei, que era ariano, tivesse mais hipóteses de ser ouvido no caso de se converter ao catolicismo. Cararico dispõe-se então a tal, mas o seu prático sentido germânico leva-o a oferecer previamente um penhor da sua promessa de conversão: uma basílica pronta a receber as relíquias do Santo, edifício que lhe seria consagrado após a cura do filho. Os embaixadores suevos de novo partem do *Portus Galliciae* – pensamos nós tratar-se de *Portucale* (MACIEL, 2005b, p. 13) – e rumando para a Gália, sobem o Loire até Tours, onde obtêm o desejado dom da cura. Regressam com relíquias para a consagração da primeira igreja dedicada a São Martinho na Península Ibérica – *prima apud Hispanos in honore sancti Martini*, dirá mais tarde

Aimonius (*Patrologia Latina*, 139-719). Com efeito, generaliza-se então o costume de só se poder consagrar uma igreja com a *depositio* de relíquias dos santos.

As palavras textuais de Gregório de Tours são aqui clarificadoras para entendermos a entrada do novo Martinho neste processo que tem como fulcro o *factum magnificum* da cura do filho do rei (MACIEL, 1991, p. 3-8):

...E assim, dando graças, com próspera navegação, com a protecção e acompanhamento do Santo Patrono, suaves ondas, temperados ventos, vela pendente e mar tranquilo, velozmente chegaram ao porto da Galícia. Então, inspirado por Deus, um certo homem, de nome Martinho, chegou de região longínqua, onde tinha sido ordenado sacerdote. Mas creio que foi a Divina Providência, porque no dia em que se pusera em movimento da sua pátria, eram levantadas do seu lugar as santas relíquias e entrava no porto da Galícia ao mesmo tempo que aqueles penhores. Estes, recebidos com a maior veneração, confirmam a fé com milagres. Então, o filho do rei, livre de todo o sofrimento, corre curado ao seu encontro. O bem-aventurado Martinho recebe então a plenitude da graça sacerdotal, o rei confessa a unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo e é ungido com toda a sua casa. A imundície da lepra é afastada do povo e todos os doentes são curados e nunca mais aí, desde então até hoje, a doença da lepra apareceu a mais alguém. E tal graça o Senhor aí concedeu com a chegada dos penhores do Santo Patrono, que seria longo enarrar as que aí nesse dia se operaram (*Patrologia Latina*, 71, 925).

O tempo diegético é aqui diferente do tempo real. Num mesmo dia, como pudemos ler, deu-se a cura do filho do rei, a conversão deste e a sagração episcopal de Martinho de Dume. E poderíamos ainda acrescentar ao mesmo tempo diegético a consagração da Basílica de São Martinho de Tours em Dume. Com efeito, no seu Epitáfio, já citado, também o Dumense diz que nessa igreja foi consagrado solenemente bispo – *Confessor, Martine, tua hac dicatus in aula antistes...* (*Patrologia Latina*, 72, 52). A história dos acontecimentos foi, sem dúvida, bem mais espaçada no tempo e o papel desempenhado pelo novo Martinho foi bem maior do que o texto deixa transparecer.

A narrativa de Gregório de Tours é a de uma visão exterior que tudo interpreta à luz da intervenção da Providência, mas não deixa de se basear em algo que, efectivamente, aconteceu. Não entraremos em pormenores da acção pastoral de Martinho de Dume, porque seria longo o excuro e o tema é neste livro tratado por outros autores. Mas não resistimos a apresentar aqui uma leitura por nós já feita noutra contexto (1996, 83-84), a partir dos textos coevos que vimos citando:

1. Há uma situação de doença na cúpula do reino suevo que é posta em paralelo com o arianismo (situação A).
2. Há um estado de saúde que se almeja, estado que é progressivamente posto em paralelo com outra ideologia, o catolicismo (situação B).
3. Este objectivo leva a uma primeira deslocação espacial a Tours, que não resulta por se manter a situação A.
4. Como penhor da sua vontade de mudar de ideologia e no contexto da mentalidade germânica – *do ut des* – o rei suevo constrói uma basílica – *fabricavit ecclesiam*. Este penhor aguarda, para a sua consagração, os *pignora*, ou seja, as relíquias do Santo Taumaturgo, sem as quais aquela basílica não seria totalmente significativa da nova ideologia em perspectiva.
5. Segunda deslocação espacial a Tours, agora com a obtenção de *signa* que garantem o beneplácito do Taumaturgo. Os beneficiários não são já apenas os Suevos. Também os Turonenses beneficiam, neste contexto, da intervenção de *Domnus Martinus*.
6. A chegada das *reliquiae* de *Martinus* I ao Porto da Galícia coincide com a chegada, no mesmo espaço e no mesmo tempo, de *Martinus* II.
7. Cumprimento em plenitude das expectativas dos suevos e dos galaico-romanos:
 - a) O filho do rei corre ao encontro do cortejo das relíquias completamente curado.
 - b) *Martinus* II recebe a plenitude do sacerdócio, sendo sagrado Bispo de Dume, residência régia.

- c) O rei homologa a sua conversão e é ungido com toda a família real.
- d) A lepra (arianismo) deixa de ser endémica na Galécia. A cura (catolicismo) é total no povo suevo.
- e) A basílica de São Martinho de Tours é consagrada em Dume.

Qual o lugar que em todo este sistema ocupa a Basílica de Dume? No desenrolar do processo, ela surge *in medio* e, ao mesmo tempo transforma-se em fiel da balança, garantia e penhor da nova ideologia, da qual se torna equivalente visual e sensível. Ao mesmo tempo, com a sua *dedicatio* ao Santo Confessor, constitui-se igualmente como testemunho material da sua protecção a toda a Galécia, agora unificada sob a mesma fé religiosa e pacificada em definitivo, com o fim das tensões entre Suevos e Galaico-romanos. Daí os versos a que já fizemos referência, da autoria de *Martinus II*, inscritos sobre a porta sul da basílica, como corolário de todos os acontecimentos:

- A) Pela primeira vez, um Bispo escreve um Tratado pedagógico para uma família real, a fim de que o rei e os seus possam *legere, intelligere et tenere* (campo político) (*Formula Honestae Vitae*, dedicada ao Rei Miro e à nobreza suévica – BARLOW, 1950, p. 236 ss.).
- B) Pela primeira vez, se verifica na Hispânia a unidade social e religiosa entre invasores e hispano-romanos, o que veio a influenciar decisivamente, alguns anos mais tarde, a conversão dos Visigodos e a unidade hispano-visigótica (campo socio-religioso).
- C) Pela primeira vez se efectua na Hispânia uma ampla reforma disciplinar e litúrgica com legislação directa sobre a vivência espacial das *ecclesiae* e *basilicae*, com consequências na evolução da sua arquitectura e condicionalismos na sua construção.
- D) Introdução de uma nova vida monástica, de forte influência itálica (*Dumiense monasterium uisus est construxisse* – VIVES, 1963, 322).
- E) Celebração de concílios, em que *Bracara* surge claramente como metrópole dinamizadora.
- F) Revitalização cultural do classicismo com vertentes cristãs, autêntica *praeeparatio* de futuras *restauraciones* e renascimento da cultura e da arte clássicas na Hispânia e na Europa.

3.3 – O *De Correctione Rusticorum*

A época de Martinho de Dume é um tempo de *Homines Noui*, de Homens Novos, como vimos sublinhando. De formação monástica na sua vertente itálica, revelam influência dos textos de Santo Agostinho, procurando dar sentido à História, apostando numa construção da Cidade de Deus, no rescaldo das invasões dos bárbaros. Estes, afinal, também podiam construir uma nova Cidade.

São várias as obras que nos deixou o Dumiense, em todas elas revelando uma formação clássica servindo de suporte ao seu discurso moral, pastoral e teológico.

Datarão de sua estadia em Dume:

Formula Honestae Vitae, também conhecida por *De differentiis quatuor Virtutum*, dedicada ao Rei Miro.

De Superbia.

De ira.

Pro Repellenda Jactantia.

Exhortatio Humilitatis.

Sententiae Patrum Aegyptiorum.

Poesias *In Refectorio*, *In Basilica* e *Epitaphium*.

Canônes do I Concílio de Braga, de 561.

Datarão do tempo em que foi Bispo de Braga:

De Pascha.

De Trina Mersione.

Capitula Martini.

De Correctione Rusticorum.

Cânones do II Concílio de Braga, de 572.

Além destas, há a referir outras consideradas hoje espúrias, e outras ainda que se perderam, mas de que nos chegaram referências históricas:

Volumen Epistolarum, citado por Isidoro de Sevilha.

Regulae fidei et sanctae religionis, igualmente segundo Isidoro.

Escritos Litúrgicos.

Cartas a Venâncio Fortunato, referidas por este Bispo.

Qualquer uma destas obras é importante e poderia ser aqui abordada como exemplo da fecunda influência de São Martinho no seu tempo. Queremos destacar a sua obra *De Correctione Rusticorum*, por várias razões: testemunhou um novo tipo de discurso por parte da igreja; revelou que em definitivo os habitantes do campo também estavam no centro das preocupações dos bispos; usou uma linguagem adequada a ouvintes e letrados; apostou na atribuição de sentido ao quotidiano tendo como referência essencial o dia mais importante da semana, o Domingo; iniciou uma nova tipologia penitencial voltada para uma resposta às questões morais do seu tempo; dinamizou a vivência dos Cristianismo com base no significado da iniciação baptismal; descreveu comportamentos culturais.

São aliás estes comportamentos culturais que estão na base da aplicação de um novo tipo de discurso que até não foi da iniciativa de Martinho, apesar de ele ter revelado capacidade e conhecimento para o produzir. Foi Polémio, bispo de Astorga (VIVES, 1963, p. 85), quem o sugeriu.

O início deste *Sermo* esclarece bem esta questão: *Martinho bispo, ao mui venerável senhor e amicíssimo irmão em Cristo, o bispo Polémio. Recebi a carta da tua santa caridade, na qual me pedes que te escreva sobre a instrução dos rústicos, os quais, ligados ainda às antigas superstições dos pagãos, prestam culto de veneração mais aos demónios de que a Deus, e bem assim sobre outras coisas acerca das origem dos ídolos e dos seus crimes* (MACIEL, 1989, p. 309).

À cristianização da cidade sucede a cristianização do campo. Ao *sermo urbanus* segue-se o *sermo rusticus*. O primeiro, dirigido a uma sociedade romana ou romanizada. O segundo, no caso vertente da Galécia, dirigido ao fundo étnico autóctone e de miscigenação indo-europeia, primeiro céltica, depois romana e a seguir bárbara, sobretudo suévica, embora minoritária. Uma sociedade rural dispersa, pagã no sentido estrito do termo – típica do habitante do *pagus*, aldeia (PAULO ORÓSIO, *Adversum paganos*, 1, Prolog.). Com efeito, as marcas célticas nas populações romanizadas do norte da Hispânia continuavam presentes na época suévica, aculturadas com o longo processo de romanização, entretanto sujeito, também ele, a novas interacções com o mundo bárbaro, ele próprio com raízes indo-europeias. A proximidade do norte da Hispânia com a Irlanda – região onde a cultura celta se manteve livre da civilização romana até ao advento da cristianização – permitiu manter dinâmicos na Galécia certos comportamentos culturais típicos da época pré-romana. Um dos bispos que assistiu ao II Concílio de Braga, em 572, foi *Mahilóc*, bispo de Britónia (VIVES, 1963, p. 85), testemunhando a existência de uma comunidade celtico-irlandesa na Galécia, dependente da metrópole bracarense.

O *De Correctione Rusticorum* recomenda aos rústicos um tipo de comportamento penitencial semelhante ao que vai ser aplicado no século VII pelos missionários irlandeses, com confissão auricular e penitência privada. Contrastando com a prática tradicional de penitência pública para os pecados graves, que o próprio Martinho mantém nos seus

Capitula e nos Cânones dos I e II Concílios de Braga, esta nova faceta da administração da penitência que se abre aos rústicos é ainda contestada pelo Concílio de Toledo de 589 (VOGEL, 1966, p. 28 e 53).

A sequência discursiva do *sermo* é a seguinte:

1. História bíblica do Antigo Testamento;
2. Ligação à mitologia celtico-romana: os deuses pagãos serão os anjos que Deus expulsou do Paraíso;
3. Descrição de crenças celtico-romanas;
4. História bíblica do Novo Testamento;
5. Escatologia;
6. Evocação do rito da iniciação cristã;
7. Contra-senso do regresso à antiga cultura pagã;
8. Novas atitudes existenciais: solidariedade social, vivência religioso-cultural do primeiro dia da semana e rendimento dos dons pessoais.

O fundo religioso-cultural autóctone, em interação sucessiva e contínua com as culturas céltica, romana e suévica, surge no *De Correctione Rusticorum* referido como *antiga superstição dos pagãos – pristina paganorum superstitione* (*De Corr. Rust.*, 1) – no contexto da *enorme floresta dos tempos e dos acontecimentos passados – ingentem praeteritorum temporum gestorumque siluam* (*ibidem*).

O texto refere sacrifícios nos altos montes e nos bosques frondosos (*id.*, 7), sacrifícios de animais e mesmo sacrifícios humanos (*id.*, 8), culto a deuses do panteão indo-europeu, como Júpiter, Marte, Saturno e Vénus (*ib.*), ligação destes a outros deuses – *daemonia* – aos rios (Lámias), às fontes (Ninfas) e às florestas (Dianas) (*ib.*), prática das Calendas, festas da abundância comemorando o solstício de Inverno, correspondentes ao *Samain* celta, às Dionísias gregas e às Saturnálias romanas (*id.*, 10,11 e 16), os costumes de acender velas em penedos, árvores, fontes e encruzilhadas (*id.*, 16), etc.

O *De Correctione Rusticorum* é dos poucos textos antigos a dar-nos informação sobre comportamentos culturais tradicionais do Ocidente peninsular, nomeadamente sobre a associação do sagrado às montanhas, às rochas e às florestas. A referência aos *sacrifícios nos altos montes e nos bosques frondosos*, em uso ainda na época martiniana, confirma a informação de Estrabão sobre sacrifícios de vários tipos de animais no Noroeste peninsular (LASSERRE, II, 1966, p. 57): *imolam a Ares (Marte) um bode, assim como prisioneiros e cavalos. Fazem também hecatombes por cada espécie, à moda dos Gregos, como diz Píndaro: sacrificar tudo às centenas* (trad. nossa do grego). O interessante é nós hoje ainda observarmos marcas arqueológicas destes ritos em tanques sacrificiais, inscrições e santuários rupestres, nomeadamente no Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro (MACIEL, 2006). O mesmo poderemos dizer sobre o culto das fontes e dos rochedos, documentado também por inscrições, sendo o melhor exemplo o da Fonte do Ídolo, em plena *Bracara*. Quanto à festa das Calendas, ainda hoje temos a sua continuação nas festas transmontananas dos Rapazes ou de Santo Estêvão (MACIEL, 2005c). Neste ponto, muito poderíamos escrever.

Por tudo isto, também São Martinho foi importante no seu tempo, pela sua capacidade de dar resposta a determinadas questões levantadas pelos comportamentos tradicionais dos habitantes da Galécia, especialmente nas zonas rurais. É no seu tempo, não nos esqueçamos, que as paróquias se estendem para o interior dos *pagi*. Ao constatar que aí certas tradições culturais se encontravam mais arraigadas, Martinho de Dume não nega a festa. Propõe ao rústico do seu tempo que substitua a festa pagã pela festa cristã:

1. Ao culto dos deuses pagãos (*De Corr. Rust.*, 8) contrapõe o culto do Deus cristão;
2. Aos sacrifícios pagãos contrapõe a frequência das igrejas (*id.*, 8 e 18);
3. Propõe a substituição da nomenclatura pagã dos dias da semana por uma nomenclatura cristã (*id.*, 8 e 9);

4. Propõe a substituição da festa do solstício de Inverno (Calendas) pela festa da Páscoa (equinócio da Primavera) (*id.*, 10);
5. Propõe a substituição dos sinais do culto pagão (*alia signa*) pelo sinal da cruz (*signum crucis*) (*id.*, 16);
6. Propõe substituição dos encantamentos pelo Símbolo dos Apóstolos (Credo, *sagrado encantamento*) (*ib.*);
7. Festejar os dias dos ídolos deverá ser substituído por festejar o Domingo e com referência a ele, todos os restantes dias da semana (*id.*, 18).

O *De Correctione Rusticorum* surge, assim, na nossa perspectiva, como o mais simples discurso de Martinho de Dume mas, ao mesmo tempo, como o mais importante, por ser acessível a todos os seus contemporâneos, seja na cidade, seja no campo. Integra-se num novo tipo de linguagem, revela uma diferente atitude perante os que se encontravam longe dos centros urbanos, propõe uma nova tipologia de diálogo entre o cristão de cultura citadina e o cristão de cultura rural, com base numa reflexão lógica a partir das premissas do rito de iniciação baptismal: se alguém escolheu uma nova cultura de referência cristã, é incoerente consigo próprio se volta a assumir comportamentos típicos de cultura pagã, que comprometeu abandonar.

Há testemunhos de que este tipo de discurso foi adoptado mais tarde na cristianização de outros povos da Europa, como revelam textos de Elígio de Noyon (*De Supremo Iudicio*), do século VII na Gália (*Monumenta Germaniae Historica*, IV, 1902, 705-706), de Pirmínio de Reichenau (*Scarapsus de singulis libris canonicis*), do século VIII na Baviera e na Rétia (LEHMANN, 1929, p. 45-51) e do anglo-saxão Aelfrico (*De falsis diis*), na passagem do século X para o século XI, texto este que foi também livremente, na mesma época, traduzido do latim para norueguês (CASPARI, 1883, CXV-CXXI).

Martinho de Dume marcou também indelevelmente, com a sua atenção aos *rustici*, o seu tempo.

4 – MARCAS PARA O FUTURO

4.1 – Monaquismo Martiniano

Mas se o primeiro bispo de Dume marcou claramente o tempo suévico, também marcou o desenvolvimento futuro do Ocidente Peninsular.

Não há dúvida de que o reino suevo viveu, com São Martinho de Dume, a sua época de ouro. Este chegou à Galécia, nas palavras de Gregório de Tours, como *um certo homem, de nome Martinho, inspirado por Deus, chegado de região longínqua, onde tinha sido ordenado sacerdote – Commonitus a Deo quidam, nomine Martinus, de regione longinqua, qui ibidem nunc sacerdos habetur, aduenit* (*Patrologia Latina*, 71, 925). Nenhum texto nos diz expressamente que era monge. Todavia, se era sacerdote e tudo nele revelava uma grande cultura e disponibilidade para servir em qualquer parte, naturalmente que, nos contextos religiosos do seu tempo, seria monge. Isidoro de Sevilha diz-nos que fundou mosteiros – *monasteria condidit* (*De Viris Illustribus*, 22) e vários outros documentos referem o Mosteiro de Dume. Fundou aqui um *scriptorium*, o que revela a vertente itálica do monaquismo que instaurou, reformando também a vida monástica que desde o século IV já existia na zona de Braga. Mandou mesmo traduzir os *Apophthegmata Patrum* orientais, pelo seu discípulo Pascásio de Dume (FREIRE, 1971). Preparou o caminho para São Frutuoso, que viria a ser um dos seus sucessores à frente do Mosteiro e da própria Sé bracarense, preparando também o desenvolvimento futuro do monaquismo beneditino nas novas versões que tanto marcariam a nossa Idade Média. Pena que os problemas levantados com a invasão islâmica e posterior reconquista nos impeçam hoje de ver claramente, em termos materiais, construtivos e ornamentais, as continuidades martinianas e frutuosianas no nosso monaquismo medieval.

Todavia, a ligação aos tempos de Martinho e de Frutuoso nunca foi esquecida pelos monges medievais do território português e muito há ainda a descobrir, designadamente com recurso à arqueologia, sobretudo nos mosteiros rurais de implantação mais antiga que, juntamente com a disseminação de paróquias, contribuíram para uma sábia gestão do território, para a transmissão de técnicas de construção, de tipologias arquitectónicas e de saberes decorativos que vinham da Antiguidade (MACIEL, 1998a, p. 19-29).

4.2 – Introdução da igreja cruciforme no período suévico

Martinho de Dume, luminar do seu tempo, trouxe para Braga, juntamente com o amor pela cultura, o interesse pela arte. Poucos testemunhos materiais temos hoje, infelizmente, para observar neste campo. Mas há, no domínio da arquitectura religiosa, referências importantíssimas para o entendimento, mesmo *in absentia* de vestígios monumentais, das novidades deste tempo. A introdução na Península Ibérica e na zona bracarense da planta cruciforme nas igrejas, que tanto caracterizará depois a arquitectura religiosa medieval é hoje, para a história de arte, a grande marca artística deste período.

Temos defendido que a Basílica de Dume, descrita genericamente, em primeira mão, por Gregório de Tours (*Patrologia Latina*, 71, 994) e conhecida hoje arqueologicamente (FONTES, 1991-92, p. 199-230 e 1992, p. 217-248), é a mais antiga conhecida até hoje na Península Ibérica com planta cruciforme, parecendo coincidir com o facto de ser a mais antiga consagrada entre nós a São Martinho de Tours (AIMÓNIO, *Patrologia Latina*, 139, 719) e com o significado que teve entre os suevos esta consagração, assunto que já abordámos atrás. Está por aprofundar um estudo sobre a adopção desta nova tipologia de planta em outras igrejas na área de influência de Braga na época suévica, designadamente naquelas que foram consagradas ao Santo Taumaturgo, dado que o território correspondente ao domínio suévico é aquele que ainda hoje acusa um maior número de igrejas paroquiais que têm como orago este santo (DAVID, 1947, p. 233). Será no contexto visigótico que a igreja cruciforme atingirá a máxima implantação, patenteando-se quase como um símbolo arquitectónico de uma sociedade progressivamente cristianizada.

Na nossa perspectiva (MACIEL, 1998b, p. 749), a introdução da planta cruciforme na região de Braga ficou-se devendo ao culto a São Martinho de Tours, marcando o desenvolvimento futuro das plantas das igrejas, em relação íntima com o culto da relíquias. Este culto havia tido já um grande desenvolvimento em Braga nos princípios do século V, com a chegada das relíquias do Protomártir Santo Estêvão (MACIEL, 1996, p. 55), recebendo agora um novo dinamismo com a chegada das de São Martinho. Por outro lado, se neste tempo houve vários tipos de linguagem para a cristianização da sociedade hispano-sueva – vejam-se os textos de Martinho para os reis e nobres suevos, contrastando com os escritos para os rústicos – também se regista outro tipo de linguagem: o da arquitectura. Pela arte e pelos edifícios religiosos também se evangelizava. E neste ponto, os Concílios de Braga, ao legislarem sobre o parque religioso construído e a construir, foram disso claro exemplo.

4.3 – Os topoi *Bracara – Dumio – Portucale*

Bracara, Dumio e Portucale são *topoi* de referência da identidade suévica.

Bracara continuou com os suevos a desempenhar papel relevante no contexto hispânico, em continuidade com o que os romanos já haviam atribuído a esta capital de *Ciuitas*. Nos finais do século IV e princípios dos séculos V, tornou-se igualmente num grande centro religioso e cultural cristão, de onde saíram figuras como Paulo Orósio e, na sua zona de influência, Idácio de Chaves (MACIEL, 1996, p. 54-57). Este protagonismo da capital dos Brácaros é incrementado mais ainda nos meados do século VI por São Martinho, primeiro a partir do seu mosteiro e da sua diocese de Dume,

depois a partir da sede metropolitana bracarense. O antigo centro administrativo romano, primeiro como sede de *Conuentus*, e depois como sede de *Prouincia*, passa agora a sede do novo poder eclesiástico metropolitano, convocando concílios e centralizando as dioceses sufragâneas que, por sua vez, gerem o seu território através de paróquias, como o bem documenta o *Parochiale Sueuorum* (DAVID, 1947, p. 30-40).

A diocese de Dume correspondia apenas a uma paróquia, *familia seruorum* (ou *Sueuorum*?) (MACIEL, 1996, p. 82). Com o território de uma antiga vila romana suburbana, correspondia ao espaço de gestão económica de um *monasterium*, cujos abades, seguindo o exemplo de São Martinho, tanto serviriam a igreja bracarense. *Domus regia* ou *Palatium* suévico e mosteiro, por aqui passou todo o sistema de transformações que gerou a *Pax Sueuica*, esta última testemunhada até pela cunhagem monetária (MACIEL, 1996, p. 84, n. 659).

Entre as outras novas dioceses suévicas que conhecemos, destaca-se a de *Portucale*, sediada em *Portucale Castrum Nouum* (Porto), centro regional sem dúvida desenvolvido a partir do interface portuário, fluvial e marítimo, com a grande via romana do eixo *Bracara – Olisipo*. Mas a divisória entre a Galécia e a Lusitânia romanas manteve-se na separação entre as dioceses suévicas de *Bracara* (Galécia) e as de *Lamecum*, *Viseo*, *Conimbriga* e *Egitanea* (Lusitânia). Por isso, a *parochia* de *Portucale Castrum Antiquum* (Gaia), a sul do Douro, ficou pertencente à diocese de Conímbriga, como que fazendo a ligação entre a Galécia e a parte norte da Lusitânia, agora unidas sob o domínio suévico (OLIVEIRA, 1950, p. 44). Aliás, foi *Portucale Castrum Antiquum* o último reduto dos Suevos, mais de uma vez ao longo da sua história no Noroeste hispânico (MACIEL, 2005b, p. 10).

A partir destas correlações, não deixa de se tornar claro que a acção martiniana também está aqui presente pois, ao centrar em Braga a administração eclesiástica que ia da Galiza até ao Tejo, embora aí se reconheça o último desenho do espaço ocupado pelos Suevos, acabará por ser a gestão eclesiástica – concílios, dioceses e paróquias – que lhe dará finalmente unidade.

O último reduto dos Suevos, *Portucale*, lugar que os visigodos respeitarão no futuro como *locus* de uma identidade suévica absorvida pelo reino de Toledo (MACIEL, 2005b, p. 10) manteve-se como referente histórico e toponímico na designação do futuro Condado Portucalense e do nome do futuro Portugal. Mas as razões desta individualização estão, de facto, numa dinamização da Paz Suévica, num território que uniu a Galécia e a Lusitânia até então separadas, com a marca religiosa e cultural de São Martinho de Dume.

4.4 – Os dias da semana

Uma marca deixada pelo Dumiense, desta vez na língua portuguesa, testemunha como foi fecundo o seu labor e o eco que encontrou na sociedade do seu tempo, em contexto suévico. O português é, de entre as línguas latinas e germânicas, a única que refere os dias da semana como segunda-feira, terça-feira ... sexta-feira. Trata-se da tradução das designações litúrgicas *secunda feria*, *tertia feria* ... *sexta feria*, provenientes do facto de se considerar o Domingo (*Dies Dominicus*, Dia do Senhor) como momento fundamental da semana, dia em que Cristo ressuscitou e, para os judeus, primeiro dia da semana – para os cristãos, o oitavo dia, ultrapassando o sétimo dia ou sábado judaico. Se o Domingo é para o cristão festa, também os outros dias foram santificados por Cristo. Por isso, o segundo dia é uma segunda festa (*secunda feria*), o terceiro, uma terceira festa (*tertia feria*), etc. Foi esta a catequese que foram desenvolvendo vários Padres da Igreja nas suas *Homiliae*, explicando também que Deus, quando criou o mundo, chamou aos dias primeiro, segundo, terceiro ... e não do Sol, da Lua, de Marte ... É também este discurso de Martinho. Com a diferença de que ele conseguiu o que os outros Padres não lograram: passar esta nomenclatura para o vernáculo. O seu discurso calou bem na linguagem quotidiana, transmitida pelos seus ouvintes galaico-lusitano-suévidos aos seus descendentes galaico-portugueses e à língua portuguesa. Diz-nos ele:

Não crêem em todo o coração na fé de Cristo, antes levam a sua dúvida ao ponto de darem os nomes dos próprios demónios a cada um dos dias, dizendo dia de Marte, de Mercúrio, de Júpiter, de Vénus e de Saturno, os quais não fizeram nenhum dia (De Corr. Rust., n. 8) ... Deus omnipotente, quando fez o céu e a terra, criou também a luz que, pela distinção das obras de Deus se manifestou em sete dias. Porque, no primeiro, fez Deus a própria luz, que foi chamada dia. No segundo ... Efectivamente, a luz, que foi a primeira entre as obras de Deus, manifestada sete vezes pela distinção das mesmas obras, foi chamada semana. Que alienação não é, pois, que o homem, baptizado na fé de Cristo não honre o dia de Domingo, em que Cristo ressuscitou, e diga que guarda o dia de Júpiter, de Mercúrio, de Vénus e de Saturno, que não tem nenhum dia! (Ib.).

Percebemos assim, a razão pela qual, em português, dizemos segunda, terça, quarta, quinta e sexta feira e não, como outros povos europeus, dia da Lua, dia de Marte, de Mercúrio, de Júpiter (Jove) e de Vénus.

4.5 – *Alter Elysium*

Martinho de Dume, na sua humildade, revelando perfeita coerência com o que escreveu na sua *Exhortatio Humilitatis*, teve como ideal apenas servir uma boa causa: a construção da Paz Suévica com base num ideal cristão. Todavia, ele era um dos maiores luminares do seu tempo em termos culturais, como testemunha a frase já citada de Gregório de Tours (*Historia Francorum*, V, 37) e uma outra do seu contemporâneo e discípulo Venâncio Fortunato dizendo que nele a abundância das artes se juntava como que numa mansão (*Patrologia Latina*, 88, 180). O texto de Fortunato diz *diuersorium commune*, o que por um lado sublinha a convergência de muitos saberes e, por outro, a ideia de um abrigo para aqueles com quem contactou, e que procuravam o saber. Vemos isso, de um modo claro nos seus versos *In Basilica* e *In Refectorio*.

Se Martinho tivesse vivido no século IV, seria, sem dúvida, considerado digno do Paraíso como Homem das Musas, *mousikos aner* (MARROU, 1938, p. 188-194) pela sua dedicação à cultura. Por isso, agora numa perspectiva cristã, o mesmo Fortunato diz que o Dumense, qual novo Adão, vivia na zona de *Bracara* como num outro Paraíso – *alter Elysium* – plantado por Deus a Ocidente – *ad Occasum* – que o Senhor já não precisava de visitar pela brisa da tarde, pois ali estava o seu representante, Martinho (*Patrologia Latina*, 88, 179).

Alude-se já não ao *Paradeisos* clássico de gregos e romanos, mas ao Éden bíblico, que sublinha o oásis de paz e de renovação cultural em que surge como actante privilegiado o primeiro bispo de Dume. Mas esta visão cristianizada de um novo Éden no reino dos Suevos não surge desfasada da tradicional cultura classicizante da época, em que a parte ocidental da Península, nela incluído o Noroeste hispânico, se conotava, já desde os tempos da conquista da *Gallaecia* por Décimo Júnio Bruto, no século II a.C., com o mito dos confins e do Paraíso. Tito Lívio, Lúcio Floro, Sílio Itálico e Plínio-o-Velho (MACIEL, 2005b, p. 10-11) dão conta dos problemas que o conquistador romano teve para persuadir as suas legiões a atravessarem o rio Lima. O grande afastamento da terra itálica, o avanço para norte em longas marchas e em terreno hostil, a beleza da paisagem galaica e o sortilégio do vale deste rio, levaram os soldados de Júnio Bruto a pensar que se encontravam no limiar do paraíso e o *Limia* seria o *Lethes*, o rio do esquecimento. Quem o cruzasse esqueceria a pátria, a família ... Esta história era contada pelos autores clássicos e era conhecida nos tempos martinianos como que sublinhando a ideia que a geografia antiga tinha da Galécia como o *limes*, a fronteira, a extremidade do mundo. No século IV, quando os versos de Ausónio referem a *Rica Braga – Bracara Diues* – sublinham a riqueza de uma cidade como centro administrativo de um Eldorado que tinha algo de mítico. Ainda no século IV, quando Etéria vai em peregrinação ao Oriente, é vista em Odessa como proveniente das terras do fim do mundo – *de extremis terris* (*Itinerarium*, 19, 5). E no século V, Idácio de Chaves, ao escrever o seu *Chronicon*, diz que o faz no extremo do mundo e da vida – *ut extremus plagae, ita extremus et uitae* (*Chronicon*, Pref., 1).

Nos tempos martinianos, portanto no apogeu do projecto suevo, estas ideias vêm ao de cima, sobretudo para quem, de longe, lança o olhar para esta região e associa a ideia de Paraíso ao *miraculum* da Paz Galaica³, facto social total que permanece na memória cultural local e da Hispânia em geral, como se pode comprovar pelos testemunhos históricos de Isidoro de Sevilha, Frutuoso de Braga, Bráulio de Saragoça e outros, fazendo adensar uma consciência identitária que emergirá dialecticamente perante a invasão islâmica.

Martinho de Dume teve a sua acção condicionada pela situação política, cultural, social e religiosa da sua época e marcou os tempos futuros mercê do dinamismo que soube imprimir à sociedade galaico-lusitano-suévica, onde, no nosso entender, se potenciou a génese de caminhos para uma identidade futura. Ficou, de modo evidente, a marca indelével, como escreveu Gregório de Tours, já citado, de *um certo Homem, de nome Martinho*, dinamizador da *Pax* suévica. Poderemos dizer que esta personagem se soube integrar activamente no projecto suevo e dar-lhe finalmente um sentido, se não mesmo suscitando uma consciência, já tardia, é certo, do valor real do povo dos Suevos, definidora de caminhos futuros que o tempo revelaria claramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. C. (1803) – *Vida e Opúsculos de S. Martinho Bracarense*, Lisboa.
- BARLOW, C. W. (1950) – *Martini Episcopi Bracarensis Opera Omnia*, New Haven.
- CASPARI, C. P. (1883) – *Martin von Bracara's Schrift «De Correctione Rusticorum»*, Christiania.
- COSTA, A. de J. (1950) – S. Martinho de Dume – XIV Centenário da sua chegada à península, *Bracara Augusta* (Braga) 3, 288-325.
- DAVID, P. (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Coimbra.
- FLOREZ; E. (1759) – *España Sagrada*, XV, Madrid.
- FONTES, L. F. O. (1991-92) – Salvamento arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga, p. 199-230.
- FONTES, L. F. O. (1992) – O Norte de Portugal no período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo, *XXXIX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna, p. 217-248.
- FREIRE, J. G. (1971) – *A versão latina por Pascásio de Dume dos «Apothegmata Patrum»*, I, Coimbra.
- JAFFÈ, Ph. (1885) – *Regesta Pontificum Romanorum ab condita Ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII*, Lipsiae.
- LASSERRE, F. (1966) – *Strabon, Géographie*, Tome II (Livres III et IV), Paris, Les Belles-Lettres.
- LEHMANN, P. (1929) – Dicta Pirmini, *Studien und Mitteilungen zur Geschichte des Benediktinerordens*, 47, p. 45-51.
- MACIEL, M. J. (1980) – *O De Correctione Rusticorum de São Martinho de Dume*, Sep. de *Bracara Augusta*, Braga.
- MACIEL, M. J. (1989) – *Da instrução dos rústicos*, Tradução do *De Correctione Rusticorum* de São Martinho de Dume, Sep. de *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, II.

³ MVNITA GALLICA PAX (Paz Galaica Fortalecida) é a legenda de um triente cunhado pela monarquia suévica, legenda essa que demonstra a consciência oficial do significado das transformações operadas sob a sua regência (MACIEL, 1996, p. 84, n. 659 e REINHART, 1952, p. 130 e 133, n.º 33).

- MACIEL, M. J. (1991) – *Arquitectura Paleocristã em Contexto Suévico, algumas reflexões*, Viana do Castelo.
- MACIEL, M. J. (1992) – *Vectores da Arte Paleocristã em Portugal nos Contextos Suévico e Visigótico*, Sep. de XXXIX *Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna.
- MACIEL, M. J. (1993) – *São Martinho de Dume e a cristianização do futuro território português: Fé, Cultura e Arquitectura*, Sep. de *Actas do Congresso Internacional de História – Missionaço Portuguesa e Encontro de Culturas*, Lisboa.
- MACIEL, M. J. (1995) . A Arte da Antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711), *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 102-149.
- MACIEL, M. J. (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa.
- MACIEL, M. J. (1998a) – *As Regulae Monachorum e a Arquitectura dos mosteiros na Antiguidade Tardia*, Porto.
- MACIEL, M. J. (1998b) – *Trois églises de plan cruciforme au Portugal et les trajets méditerranéens des VIe et VIIe siècles*, Sep. de *Acta XIII Congressus Internationalis Archaeologiae Christianae* (Split/Porec, 1994), Città del Vaticano – Split.
- MACIEL, M. J. (2000) – *Suevos, bizantinos e visigodos no sul da Bética e da Lusitânia:Arte, percursos e fronteiras*, Sep. de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 40 (1-2), Porto.
- MACIEL, M. J. (2002) – Do Paganismo ao Cristianismo: interações e continuidades nos comportamentos culturais e artísticos, *Psychologica*, 30, Coimbra, p. 241-249.
- MACIEL, M. J. (2004) – L'Art et l'expression de la Foi, *Pacien de Barcelone et l'Hispanie au IVe siècle*, Paris, Cerf, p. 207-218.
- MACIEL, M. J. (2005a) – Olhares do historiador da arte perante o discurso original do Cristianismo, *Revista de História da Arte*, 1, Lisboa, p. 14-45.
- MACIEL, M. J. (2005b) – Marcas da Antiguidade na génese cultural portuguesa, *ArteTeoria*, 7, Lisboa, p. 7-16.
- MACIEL, M. J. (2005c) – Da festa indo-europeia à festa transmontana: o uso da máscara na comemoração do solstício de Inverno, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 17, Lisboa, p. 183-208.
- MACIEL, M. J. (2006) – Imagens de arquitecturas: *quadrata, lacus e laciculi* nos santuários rupestres do período romano em Portugal, *Revista de História da Arte*, 3, Lisboa, p.24-39.
- MADOZ, J. (1951) – Martin de Braga, en el XIV Centenário de su advenimiento a la Península (550-1950), *Estudios Eclesiásticos*, 25, Barcelona, p. 219-242.
- MARQUES, A.H.O (1974) – *História de Portugal*, I, Lisboa, 4ª ed.
- MARROU, H.-I. (1938) – *Mousikos Aner, Études sur les scènes de vie intellectuelle figurant sur les monuments funéraires romains*, Grenoble (Bibliothèque de l'Institut Français de Naples, IV).
- MATTOSO, J. (1992) – A época sueva e visigótica, *História de Portugal, I, Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 300-359.
- MONUMENTA GERMANIAE HISTORICA (1819ss), Berlin.
- MOREIRA, A. M. (1972) – Recensão a J. G. Freire, *A versão latina de Pascásio de Dume...*, *Itinerarium*, 78, Braga, p. 453-454.
- OLIVEIRA, M. (1950) – *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação*, Lisboa.

- PATROLOGIAE CURSUS COMPLETUS – SERIES LATINA* (1844-1865), ed. J.-P. Migne, Paris.
- PÉREZ DE URBEL, J. (1952) – San Martín y el Monaquismo, *Bracara Augusta*, 1-2, Braga, p. 50-67.
- REINHART, W. (1952) – *História General del Reino Hispánico de los Suevos*, Madrid.
- SOARES, L. R. (1963) – *A linhagem cultural de S. Martinho de Dume*, Lisboa.
- TRANOY, A. (1974) – *Hydace, Chronique*, Paris, Sources Chrétiennes.
- VIVES, J. (1963) – *Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos*, Barcelona-Madrid.
- VOGEL, C. (1966) – *Le pécheur et la pénitence dans l'église ancienne*, Paris.
- WALTER, G. (1964) – *Le Mémorial des Siècles, Le sac de Rome, vue d'ensemble par André Piganiol*, Paris, Albin Michel.

«A OESTE NADA DE NOVO»?¹

Ana Cristina Martins*

«We do indeed see the world through a glass darkly;
the view is distorted and sometimes
obscured by our own reflections,
but nevertheless we can see something
and we can verify our observations
with greater or lesser credibility
by comparing them with those of others. »
(Spaulding, A. C., 1962, p. 508)

RESUMO

Desde os primórdios da produção arqueológica que a origem dos vestígios identificados no terreno mereceu a maior atenção, estabelecendo-se, desde então, e de alguma forma, uma fronteira entre quem apoiava uma proveniência exógena, mormente oriental, e quem defendia uma derivação endógena. Não obstante, estes posicionamentos não foram sempre inflexíveis, antes assistindo-se a sucessivas procuras de conciliação entre as duas abordagens, aliando a fonte oriental – o conhecido *ex oriente lux* – das principais realidades que marcaram os primeiros estádios da evolução humana a uma certa originalidade endógena, traduzida, tanto no modo como essas mesmas novidades foram adaptadas, quanto na emergência de algumas particularidades. Este foi, na verdade, um dos temas que mais interesse e polémica suscitou no seio da comunidade arqueológica – e antropológica – de oitocentos, perdurando na centúria subsequente, a ponto de se transformar, nalguns casos, num portentoso instrumento de manipulação de informação, de acordo com agendas políticas muito específicas.

Embora despojada da intensidade que assumiu nos principais círculos académicos europeus, esta temática foi seguida de perto pelos principais investigadores portugueses actuaentes neste domínio. É, justamente, este exemplo que pretendemos analisar nesta nossa primeira abordagem do tema, percorrendo e contextualizando o discurso produzido nas primeiras décadas de novecentos, período durante o qual houve um empenho redobrado em acentuar a originalidade de vestígios arqueológicos encontrados em solo português, ao mesmo tempo que se enfatizava a proximidade observada com existências identificadas noutros recessos europeus e extra europeus.

¹ Parte deste texto foi extraída de um sub-capítulo da nossa tese de doutoramento (MARTINS, 2005), revisto e adaptado à presente finalidade.

* Ana Cristina Martins é Doutora em História, Mestre em Arte, Património e Restauro e Licenciada em História-variante de Arqueologia pela Universidade de Lisboa, em cujo Centro de Arqueologia – Uniarq – desenvolve um projecto de pós-doutoramento financiado pela FCT sobre a Arqueologia em Portugal entre as décadas de 20 e de 60 de novecentos. Possui diversas publicações na área da História da evolução do pensamento arqueológico, museológico e patrimonial, a maioria das quais resultante de comunicações apresentadas em encontros nacionais e internacionais. É Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona. E-mail: ana.c.martins@netcabo.pt

1 – ENQUADRAMENTO INICIAL

Embora o título seja retirado da obra do escritor alemão Erich Maria Remarque (1898-1970), publicada em 1929, não discorreremos sobre conflitos bélicos – não directamente –, mas acerca de questões relacionadas com o difusionismo e/ou migracionismo. O cabeçalho serve, assim, para traduzir o empenho de investigadores portugueses das primeiras décadas de novecentos – a baliza cronológica definida para esta nossa primeira abordagem do assunto – que tentaram demonstrar a originalidade de comunidades actuaes no actual território nacional desde a mais alta antiguidade, contrariando, desse modo, linhas de pensamento prevalecentes no seio da comunidade científica europeia.

Na verdade, o povoamento dos territórios europeus foi tema apelante na literatura ocidental, assistindo-se a um fenómeno curioso entre o final da Antiguidade Clássica e o início da Idade Média, ele próprio resultante do alargamento da curiosidade lançada sobre o assunto. Com efeito, recorreu-se com frequência à mitologia grega e latina – em especial no que se referia à dispersão dos vários líderes-guerreiros sobreviventes à guerra de Tróia –, uma vez que a fonte, por excelência, do assunto – a bíblica – não elucidava o bastante acerca da marcha dos povos para Ocidente após o dilúvio – enquanto símbolo do Próximo Oriente, de invasão e/ou conquista – e a queda da Torre de Babel, ensaiando conciliá-la à clássica. Uma posição recusada por investigadores portugueses de oitocentos. A versão bíblica continuava, porém, a ser advogada, testemunhando o ascendente da sua tradição e da força da Igreja na educação populacional. O que não impedia que fosse reprovada desde, pelo menos, o século VII, quando o monge beneditino inglês Bede (c. 1672-1735) defendeu a origem pré-romana dos habitantes britânicos, enquanto os pictos sê-lo-iam da Cítia, sinónimo, no seu entender, de Escandinávia, contraditando, assim, a corrente predominante quanto ao povoamento da Irlanda e das ilhas britânicas por sobreviventes da guerra de Tróia e descendentes de Noé. O mesmo sucedeu, ademais, em Portugal, com a fundação de Setúbal por *Túbal*, o mesmo neto de Noé que teria povoado Espanha, numa legitimação monoteísta cristã das sociedades ibéricas, posteriormente (séculos XIX-XX) substituída por um grupo pré-histórico.

Estas posições pressupunham, em todo o caso, a ocorrência de colonizações e invasões no povoamento de várias regiões ocidentais, enquanto se demandava uma origem comum, nomeadamente em *Brutus*, neto de Eneias, para os reinos de Inglaterra, Escócia e Gales, elemento essencial para o seu futuro xadrez político e reclamações inglesas, sobretudo quando fora ao seu filho mais velho que Brutus legara, justamente, a Inglaterra. Séculos volvidos, durante a disputa dos Tudors pelo trono da Bretanha, foram os nacionalistas escoceses, formados numa intelectualidade cosmopolita, a substanciar, por seu turno, as suas reivindicações no mito da princesa egípcia Scota e do príncipe grego, Gaythelos, cujos descendentes povoaram a Irlanda e a Escócia, a partir da Corunha.

A verdade é que, já em finais deste mesmo século XV, o frade dominicano Annius de Viterbo (c. 1432-1502), conhecido na actualidade pelos documentos pré-clássicos que forjou, influenciou sobremaneira a ideia sobre a colonização da Europa ocidental, determinando que o povoamento das ilhas britânicas fora conduzido por descendentes de Noé, entre os quais se contava “celtas”. Uma posição assaz popularizada desde então, em especial junto do historiador e humanista escocês George Buchanan (1506-1582), o mesmo que a Inquisição portuguesa manteve preso durante quatro anos. G. Buchanan empenhou-se, então, em afastar troianos e gregos da etnogénese britânica e irlandesa, privilegiando a Gália ou a Ibéria (COLLIS, 2006, p. 102), convicto de que os primeiros habitantes da Bretanha seriam “celtas”, conquanto ninguém os reclamasse como seus antepassados até ao início de setecentos – em especial após o ‘Tratado de Westphalia’ (1648), tido como embrião dos estados nacionais modernos –, altura em que a ideia de celtas insulares se tornou comum por sublimar a antiguidade de entidades politicamente subjugadas, como sucedeu em 1707 com o ‘Tratado de União’ firmado entre a Inglaterra e a Escócia, símbolo do domínio protestante sobre o Catolicismo e o poder francês. Foi, justamente, a partir deste autor que os estudos relativos à origem do povoamento da Europa ocidental se centraram, não em mitos fundacionais clássicos, mas

na metodologia de Plínio, analisando as línguas, identificando os panteões e investigando a toponímia, com a finalidade de estabelecer percursos migracionais, mas sem deixar a tradição medieval acerca da ligação das ilhas britânicas à Península Ibérica. Enquanto isso, William Camden (1551-1623) rebuscou as origens bíblicas – designadamente a partir de Gomer, filho de Javé e neto de Noé –, reforçando, para o efeito, o mito medieval de *Brutus*, ao mesmo tempo que se referia aos primeiros habitantes insulares, não como celtas, mas como “antigos britânicos”, definindo o bretão como remanescente da língua celta, uma das muitas faladas na Torre de Babel. Estas considerações eram salientadas num momento em que se assistia a tentativas de estabelecer uma cronologia bíblica. Em especial a partir de 1627, ano em que o Vaticano reconheceu oficialmente o método de contagem de anos anterior ao nascimento de Jesus Cristo. Coube, então, a Ussher (1581-1656) datar a criação do Mundo para a noite do sábado 23 de Outubro de 4004 antes de Cristo. Fixou, ainda, o Dilúvio em 1.656 anos depois, rementendo a colonização humana para o período subsequente à queda de Babel, enquanto despontavam as línguas mundiais, classificadas primeiramente pelo escritor, poeta e político italiano Dante Alighieri (1265-1321). Uma tendência contextualizada por um momento particularmente propício à definição genealógica mitológica e/ou bíblica de nações, povos e línguas.

Entretanto, o período decorrido entre finais de setecentos, inícios de oitocentos revelou uma autêntica druidomania e celtomania (=misticismo, religiosidade natural) que invadiu as ilhas britânicas e o território francês, vertidas nas Artes e nas Letras, principalmente no movimento estético romântico e no primitivo, recuperando-se lendas ancestrais menos enunciadas – a exemplo de *Ossian* – e (re)inventando-se outras – como as dos irmãos *Grimm* –, de algum modo erguidos contra o Catolicismo e os ventos revolucionários franceses, estes últimos simbolizados no *Neo-classicismo*. Aparte o germen romântico e as divergências entre o sistema episcopal e o presbiteriano, este interesse foi estruturado pelo *Deísmo* do filósofo irlandês John Toland (1670-1722), antagonizado pela profunda religiosidade do antiquário William Stukeley (1687-1765), encontrando o auge em obras da envergadura da ópera *Norma* (1831), de Vincenzo Bellini (1801-1835). Foi neste contexto que o orientalista e jurista britânico William Jones (1746-1794) admitiu a familiaridade entre línguas ocidentais e asiáticas, propagadas pelos filhos de Noé, até que a escola alemã de comparação linguística fundou os estudos indo-europeus e indo-germânicos, por mão, entre outros, de Rasmus Ch. Rask (1787-1832) e Franz Bopp (1791-1867). Foi, todavia, o médico e etnólogo britânico James Cowles Prichard (1786-1848) a enunciar a língua como o indicador mais apropriado da origem de grupos raciais – relembando a posição herderiana –, sustentando a pertença do galês ao grupo indo-europeu e concluindo que as línguas célticas – e os celtas, por inerência – dimanavam da Europa de leste ou central. Enquanto isso, interpretava-se o curso revolucionário de 1789 como expressando a aspiração gaulesa (sinónimo e antónimo celta) de separar-se do controlo (quase escravagista) aristocrático franco (COLLIS, 2003, p. 199), originando uma celtomania enraizada na *Académie Celtique* (1804), antes de *Les Gaulois* (1828) de Amédée S. D. Thierry (1797-1873) se converter num dos textos académicos mais consultados até à *Histoire des Gaulois* (1906) do historiador, filólogo e epigrafista Camille Jullian (1859-1933).

A par destes eventos, o linguista germânico, August Schleicher (1821-1868) concebeu a “língua mãe”, sugerindo a reconstituição genealógica inter-linguística, enquanto Johannes Schmidt (1843-1901), também ele de origem germânica, teorizava as “vagas” mediante a difusão resultante de movimentos populacionais e de uma aculturação linguística, relacionando-se, a partir daí, língua e raça, um conceito, então, ainda indefinido, entendido tanto biológica quanto linguisticamente, consoante as escolas. Uma preposição, em todo o caso, sobre a qual se ergueria a craniologia. Entrementes, as inúmeras viagens transatlânticas demonstravam a variedade do quotidiano humano. Vários autores desenvolveram, então, duas teorias que pudessem explicitá-la, ainda que enquadradas no paradigma bíblico: a monogenista – criação única com diversificação posterior, e à luz da qual se explicavam sistemas sociais e tecnológicos mais complexos de acordo com a capacidade intelectual dos povos que as produziam (= inovação+migração = progresso = superioridade das nações-líderes = hierarquização populacional) – e a poligenista, subentendendo a criação

racial múltipla, desde a mais perfeita, representada pela europeia, abrindo caminho ao sucesso alcançado pela craniologia até sensivelmente meados do século XIX.

A par destas abordagens, perduravam as análises textuais antigas, destacando-se figuras como a do francês A. Thierry. Mas foi também o caso de Henri Jubainville (1827-1910), associando *La Tène* (em especial o aspecto artístico) à migração celta, opondo-se a A. Thierry ao sublinhar a sua endogenia e sugerindo quatro fases colonizadoras do ocidente correspondentes a quatro impérios, incluindo o ibérico, o ligure e o céltico. H. Jubainville inspirou outros estudiosos, designadamente quem procurava especificidades locais e regionais em contextos mais amplos, a exemplo de Alexandre Bertrand (1820-1902) e Salomon Reinach (1858-1932), directores do *Musée des Antiquités Nationales* de *St. Germain-en-Laye*, inaugurado por ocasião da exposição universal de Paris, de 1867, e cuja denominação traduzia bem os propósitos subjacentes.

Enquanto isto, o sistema das três idades, de Christian J. Thomsen (1788-1865), amplamente propagado pelo seu discípulo J. J. A. Worsaae (1821-1885) – a quem caberia subdividi-las – e a tipologia artefactual, nomeadamente local, incentivada por personalidades como Richard Hoare, determinaram a perscrutação do passado mais remoto das suas localidades, regiões e países. Uma situação favorecida pela formação de museus nacionais e regionais, e o avivar decisivo da vantagem dos estudos arqueológicos para o prestígio das respectivas identidades, justificando o financiamento público de algumas intervenções, a exemplo das escavações de *Alesia*, *Uxellodunum*, *Gergovia* e *Bibracte*, custeadas por Napoleão III (1808-1873), o mesmo que mandaria erguer uma estátua a *Vercingétorix* (72 a.C.-46 a.C.). Uma tendência generalizada, proporcionando, entre outros factos, o início das escavações sistemáticas de *Hallstatt*, na década de 40, sob direcção de Johann Georg Ramsauer (1795-1874), e de *La Tène* [início do último capítulo de *la prehistoria europea* (OBERMAIER & GARCIA Y BELLIDO, 1932)], rapidamente publicadas por Édouard Désor (1811-1882), e cujos artefactos mais característicos se identificavam em diferentes regiões europeias, a ponto do arqueólogo sueco Hans Hildebrand (1842-1913) sugerir a existência de um fenómeno “pan-europeu” em plena Idade do Ferro.

Além destas circunstâncias, outras impulsionaram o desenvolvimento célere da Arqueologia desde o final do segundo quartel de novecentos. Entre elas, o entendimento de “fóssil-director”; de “associação” e de “contexto fechado”, a par da imprescindível análise estratigráfica e dos métodos de datação, desde a escavação de sítios historicamente datados, passando pela identificação de artefactos datados – em especial numismas – em “contextos fechados”, até à “cronologia cruzada”. Foi, ademais, com base nestas técnicas que o arqueólogo sueco Oscar Montelius (1843-1921) traçou um esquema cronológico das Idades do Bronze e do Ferro para toda a Europa, a partir de uma abordagem difusionista. Para mais, os causídicos do difusionismo e/ou migracionismo – como o médico e antropólogo alemão Rudolf Virchow (1821-1902) e pré-historiador Gabriel de Mortillet (1821-1898) – sugeriam que os “fósseis-directores” documentariam a existência e o percurso populacional, definindo-se, já em finais da centúria, a “cultura” – a *kulturgruppe* alemã e a *civilization* francesa – enquanto conjunto de crenças, ideologia e formas de vida emblemáticos de cada povo, plasmados num determinado espaço e tempo, traduzido nos *kulturkreis*. Foi, no entanto, o linguista alemão Gustaf Kossinna (1858-1931) a definir explicitamente a “cultura arqueológica” – *Kulturgruppe* –, um conceito reforçado pelo arqueólogo australiano V. Gordon Childe (1892-1957), e que de modo tão acentuado influenciara, por exemplo, o arqueólogo francês Joseph Déchelette (1862-1914).

Em Portugal, tentava-se, de alguma forma, contrariar o pressuposto assumido por parte expressiva da comunidade arqueológica europeia quanto à supremacia dos povos germânicos – os *Kulturvolker*, por excelência – e à migração – até mais do que à difusão – de novos *modus vivendi* e *faciendi* a partir do próximo Oriente. E um dos elementos mais empregados para refutar tal suposição revelou-se o megalítico, particularmente no que tocava à arquitectura dos monumentos funerários e espólio associado. Ademais, a presença em eventos marcantes do pensamento arqueológico e antropológico europeu, como a supra mencionada exposição universal de Paris – na qual se visionara a evolução humana através do desenvolvimento tecnológico –, e a sessão de Bolonha do Congresso Internacional de Antropologia

e Arqueologia Pré-histórica (CIAAP), onde se debateu a origem dos materiais recolhidos nas palafitas de Marzabotto, permitiram a a intelectuais portugueses reforçar a importância dos estudos arqueológicos para a elevação da auto-estima nacional. Não surpreende, por conseguinte, que, ao acolher a nona sessão deste congresso, Lisboa assistisse à demonstração da originalidade das comunidades mais antigas do actual território português, apresentando-se o que se entendia constituir uma forma própria de metalurgia do bronze.

Desbravava-se, deste modo, caminho aos ensaios substanciadores da obra de Salomon Reinach – *Le mirage oriental* –, a primeira grande crítica ao *ex oriente lux* que dominara ancestralmente o pensamento ocidental, no sulco de uma longa tradição bíblica, assistindo-se, não apenas à matização do papel fenício no desenvolvimento ocíduo, como, já em pleno século XX, e num contexto interno particularmente favorável a tais escritos, se pretendeu inverter o processo, colocando-se a hipótese de a escrita ter assomado, não no Mediterrâneo oriental, mas na própria Península Ibérica. Era, na verdade, como se ecoasse a oposição de Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) – ocidentalista irredutível – ao movimento celticista, elevando as singularidades, não tanto da Ibéria ou de Portugal, enquanto geografias políticas contemporâneas, como da região compreendida entre a Galiza e a Serra de Estrela, a mesma que vira nascer uma das individualidades mais inquietantes do Império romano. Uma atitude que enraizou no seio da Arqueologia nacional, transpondo a centúria seguinte e ganhando forma em diferentes momentos e vertentes, produzindo-se, na sua esteira, uma longa série de debates em torno da celticidade portuguesa, embora despojada dos conteúdos e das formas assumidas em Espanha, onde se tentou incorporá-la em narrativas nacionalistas.

2 – A «SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA» DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (AAP) AO ENCONTRO DAS RAÍZES PORTUGUESAS

Se a Arqueologia era, por vezes, crucial em unificar e/ou reunificar casos da Itália e da Alemanha –, o seu valimento machetava-se num Portugal ausente de autonomismos e separatismos.

Com efeito, estava longe de uma Espanha, onde os estudos arqueológicos serviam movimentos lançados contra Madrid que os adversava configurando uma nação simbolizada pela união histórica – mais do que pela geográfica, étnica e linguística –, cumprindo, assim, a missão que lhe teria sido atribuída superiormente – isto é, divinamente –, um artifício recorrente na formação imperialista. Enfatizava-se, por isso, a *Hispania* – materializadora de um *continuum* nacionalista, de vocação imponente regeneradora e civilizadora, de índole espiritual, ligada ao poder individual e à noção de “Estado universal” (DUPLÁ, 2003, p. 91) –, mas não a *Ibéria* grega, talvez pelo mesmo critério pelo qual o hispanista francês Pierre Paris (1859-1931) filiava a cerâmica ibérica (=cultura material ibérica+iberos) na plástica micénica (GONZÁLEZ REYERO, 2002, 72), a mesma refutada por Juan Cabré Aguiló (1882-1947) ao procurar o elemento nacional. A ideia de *Hispania* seria sobretudo importante pela sua associação territorial – traçada por Pere Bosch Gimpera (1891-1974) a partir da continuidade histórica dos povos de Espanha, assim federados –, incompatível, na verdade, com a geografia política da Espanha contemporânea, sobretudo ao pressupor uma extensão marroquina, a *Hispania* (=Mauritania) Tingitana romana (SANTA-OLALLA, 1946, p. 97). A *Hispania* era, assim, assumida como primeiro momento de unificação territorial, diferentemente dos intentos regionalistas que viam, justamente, nesse momento decisivo das suas Histórias o início da sua decadência, ultrapassada somente com o alvor medieval.

Esta posição não impedia que alguns arqueólogos remontassem a unidade hispânica e peninsular – com todos os efeitos políticos intrínsecos – à Pré-história. Até porque legitimá-la com outra força e razão, tal como Julio Martínez Santa-Olalla (1905-1972) procurou ancorá-la na Idade do Bronze, sob o signo de *El Argar*, enquanto outros contemplavam o vaso campaniforme – ‘grande cultura hispânica’ (=ibérico+foco civilizador oriental) – como primeira manifesta-

ção do exercício imperial espanhol. Uma abordagem que contraditava, de certo modo, a direcção então atribuída ao movimento de propagação do “pacote” neolítico”, ou seja, a partir do Mediterrâneo oriental.

Era, no entanto, uma posição obstada por vários arqueólogos, mormente valencianos (PAPÍ RODES, 2004, p. 379-387), certamente em busca das raízes da individualidade que reclamavam, conquanto destituída da força presente nos reclamos galegos e catalães.

Mas foram também investigadores bascos a oporem-se-lhe, num território onde há muito que os arqueólogos se esforçavam por demonstrar, a partir de uma contrução identitária integralista, a superioridade da sua “raça” – em razão de uma pretendida “pureza” e antiguidade –, escavando povoados pré-históricos e monumentos megalíticos, um empenho reforçado pela colaboração estreita mantida com investigadores franceses para atestar a autenticidade da sua população actual enquanto “fóssil” vivo da “raça” pré-ariana. Ademais, escrutadores bascos – cidadãos irmanados à Coroa espanhola – veriam nos seus antepassados mais remotos os primeiros íberos, ainda que – segundo Francisco María Tubino y Rada (1833-1888) – derivados de invasões berberes (BELÉN DEAMOS, 2002, p. 51-52).

Na verdade, é provável que residisse neste último aspecto a razão pela qual os cientistas actuantes sob o regime franquista preferiam falar de *Hispânia* e não de *Ibéria*, mesmo que fosse um substrato exigido por outras regiões, designadamente pela Catalunha, num exemplo claro de como a Arqueologia servia uma agenda política concreta, definindo uma *cruzada* nacional-catolicista de reforço unitário conferido pelos “Reis Católicos”.

Mais. Investigadores portugueses opunham a tese de J. M. Santa-Olalla ao olhar mais clássico sobre a questão, assinalando a,

importância extraordinaria que teve a foz do Tejo e mesmo a do Sado, lugares a que se acolheu gentes vindas por certo do longo Mediterrâneo e que, chegadas aqui, se espalharam pelas terras do interior da península de Lisboa e de Setúbal, onde introduziram notável civilização para o tempo (FONTES, 1912, p. 4. Nossos itálicos)

Transcrevendo J. M. Santa-Olalla, apreendemos todo um programa político subjacente ao exercício arqueológico da época, entrevedo-lhe intenções anteriores de António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960), manifestando o modo como os dois regimes se sintonizariam, conquanto se devesse averiguar em que medida a experiência nacional influenciou – ou não – traços do ideário espanhol:

Tras la Victoria, y en la obligación revolucionaria que ante nosotros tenemos, las ciencias a las que se dedica esta sociedad [*Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*] han de alcanzar un gran desarrollo. Pues es indispensable conocer a fondo el pueblo y lo que en él hay de verdaderamente tradicional y *averiguar los componentes de nuestra estirpe, como lo hace la Antropología; buscar nuestras más hondas raíces en el tiempo*, ampliando en milenios nuestra usual perspectiva histórica, como lo hace la Prehistoria, y, *aclarando lo que en España hay de europeo y de africano, poner de manifiesto nuestro doble destino euroafricano*. Finalmente, la Etnografía, nos hará *ver la grandeza de un Imperio, sin igual en la Historia, y las posibilidades de outro* (SANTA-OLALLA *apud* DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 95. Nossos itálicos)

Terá sido esta ausência conflitual interna, de âmbito regionalista, e de uma intenção hegemónica sólida ostentada por terceiras nações relativamente ao território português a razão do desmerecimento governamental pela investigação arqueológica, não lhe reconhecendo a valência social e política fundamental à sua afirmação definitiva no país. Na verdade, Portugal constituía, ao mesmo tempo que uma incógnita, um exemplo para aquelas (territorialmente) pequenas nações que, por força de circunstâncias várias, nunca alcançaram a soberania na plenitude. Um ineditismo do xadrez geo-político europeu que ganhava maior força e consistência quando percebido como único no complexo quadro da soberania espanhola abundante de regionalismos e nacionalismos.

Com uma História quase desconhecida, olvidada, quando não deturpada, escorava-se a unidade portuguesa na memória construída pela intelectualidade nacional, a exemplo da Europa coeva. Mas era esta mesma elite que parecia

indiferente ao diário populacional, sobrelevando a importância e o significado da identidade local talhada por contendas consecutivas alimentadas por vontades exógenas. Não obstante, esta potência de tímidas proporções possuía um vasto império ultramarino apetecido pelos principais gabinetes ministeriais europeus. Foi, assim, de par com o combate travado com a corrente iberista assinalada no movimento agregacionista sobrevivendo entre as décadas de 50 e de 70 que Portugal tentou travar o *Mapa-côr-de rosa* e se opunha ao *Ultimatum inglês*, (re)avivando a chama nacional(ista) entre as camadas culturalmente mais dotadas, suscitando uma onda generalizada de apreço pelo passado do país.

Havia, por conseguinte, que (re)encontrar, para lá do início da sua decadência fixado *grosso modo* no reinado de D. João III (1502-1557), as raízes do ser e do actuar português anterior ao Condado Portucalense. Buscava-se, assim, a vontade das gentes comuns (Godinho, 2004), das características, enfim, que perfariam a sua individualidade e unicidade cultural, justificação última da sua condição independente face à restante realidade peninsular construída por Castela e Aragão sobre um rendilhado desprovido da autonomia e/ou soberania almejada.

Erguia-se, todavia, um obstáculo circunspecto ao desenvolvimento normal dos estudos históricos e, por conexão, arqueológicos.

De facto, a ausência de uma preparação universitária específica na área, agravada pela inactividade da Academia de História, em detrimento da qual se privilegiaram as Academias de Belas-artes de Lisboa e do Porto, demonstrava como a firmeza das agitações legitimistas levantadas noutros países não se impunha suficientemente entre nós para requerer a constância de um grupo de especialistas congregados numa única instituição estatal de esquadramento do passado do actual território português. E se algumas das potências europeias recentemente formadas careciam de bases historiográficas e arqueológicas para substanciar o poder reclamado, Portugal não necessitaria de justificar-se perante o olhar alheio. Bastar-lhe-iam os seus oito séculos de uma História iniciada na Idade Média pela força da espada e da palavra de *Cristo* contra a moirama, esculpida e cimentada por uma única língua. Uma singularidade brotada da reunião de poderes colocada desde cedo em soberanos que a partilharam sabiamente com a população distribuída por municipalidades orientadas pelo poder financeiro de quem ambicionava impor-se para lá das veredas senhoriais.

Compreende-se, por isto, que, salvo raríssimas excepções – como as da citânia de Sanfins e do povoado de ‘Vila Nova de São Pedro’ (VNSP) –, a Arqueologia não fosse significativa para criar novos mitos nacionais fundamentais à nova ideologia. Afastava-se, por conseguinte, das realidades franquista e hitleriana, onde a investigação arqueológica – sobretudo pré-histórica – era representada fora dos círculos académicos para avigorar reivindicações de natureza nacional(ista).

Não fora, em todo o caso, casual o destaque político conferido aos povoados fortificados de altura do Noroeste português. Não quando uma das figuras mais influentes dos estudos arqueológicos, A. A. Mendes Correia, escrevera, dois anos antes da “Exposição do Mundo Português”, que «Ouso sugerir cerimónias e publicações evocadoras do papel das citânias, cidades, castelos e outros logares como factos vitais para a história e proto-história de Portugal.» (CORREIA apud CARDOSO, 1999, p. 140). Pressuporia, assim, uma continuidade ocupacional reforçada pelo estudo de sítios arqueológicos, retomado por altura da exposição “Castelos de Portugal” (1965) contextualizada pela visita ao país de membros do *International Burger Institut*.

Se dúvidas houvesse acerca do acanhado papel (re)fundador da nacionalidade desempenhado pelo exercício arqueológico, bastaria compulsar decretos de finais do século XIX sobre salvaguarda patrimonial para desfazê-las. Ademais, a transição de uma actuação meramente amadora para uma actividade científica deveu-se mais ao empenho de um Ministro – Bernardino Machado (1851-1944) – do que a uma atenção geral pela sua instrumentalização política decisiva por via do seu reconhecimento universitário. Ainda assim, impunha-se na esteira de uma iniciativa associativa assinalada num ambiente dominado pelos fervores nacionalistas impostos pelo *Ultimatum* e exaltados em plena celebração camoniana.

A verdade é que o autoritarismo salazarista preferiu transformar castelos e templos da medievalidade cristã em ícones da estratégia ideográfica que traçara, remetendo a prática arqueológica para as estritas esferas universitárias e associativas, enquanto as Faculdades de Letras continuavam a eleger áreas mais clássicas – Epigrafia e Numismática –, numa remanescência setecentista, sendo interessante – ao mesmo tempo que sintomático – que se questionasse, no ardor da discussão sobre o Decreto n.º 21 177,

Poderá ao director do Museu Etnológico, professor duma Faculdade de Letras (a de Lisboa), ser atribuído o papel de fiscalisar ou regular essa actividade em domínios da ciência, como a estratigrafia, a paleontologia e a antropologia, que estão fora do respectivo campo de estudos? O mesmo se passa em relação aos Institutos Universitários de Geologia e Antropologia. *A estratigrafia e a paleontologia do quaternário, a paleo-antropologia, são assuntos em que se não pode exigir competência a um professor de ciências históricas duma Faculdade de Letras. É erróneo supôr que a Prehistória e a História dispõem de métodos idênticos* (CORREIA *apud* CARDOSO, 1999, p. 144. Nosso itálico).

Não surpreendia, por conseguinte, que a AAP tomasse a iniciativa de se substituir, de alguma forma e oficiosamente, a uma realidade institucional que não fora ainda configurada nos – e pelos – decretos governamentais. Um expediente notável e imprescindível num período particularmente difícil para os destinos mundiais, mas, sobretudo, europeus: «É contudo no ambiente convulsionado dêste quadro, ilustres consócios, que as agremiações científicas da nossa pátria continuam a respirar, quanto todos julgavamos ter atingido, pela vitória sôbre o barbaro-do-norte, recidivo, o limiar olimpico da paz.» (“Relatório da gerência da Direcção em 1918”, p 319). Não obstante,

Parece-nos que eles [novos estatutos associativos] *têm agora um caracter mais progressivo, mais moderno e mais estimulante de trabalho. Infelizmente o estado pouco pacífico dos espíritos, na capital do país principalmente, é pouco favorável a frutificação de certas providências; esperemos que um breve apaziguamento dê razão ás nossas esperanças* (“Vida administrativa. 1.º – Museógrafia”, 1917, p. 325. Nossos itálicos).

Era, sem dúvida, um repto favorável à sua renovação interna. Mas as notas subjacentes pareciam pessimistas quanto ao contexto vivido, mais do que no país, no termo lisboeta, na sequência de múltiplos distúrbios sociais que percorreram as suas artérias principais. Seria ainda menos espantoso se relembrássemos que os destinos associativos eram orientados pela presidência de José Leite de Vasconcelos (1858-1941), para quem, mais do que tudo, importava enaltecer os aspectos da (con)vivência “nacional(ista)” desde tempos imorredouros. Somente assim se forjariam elos entre um passado (demasiado) longínquo e uma actualidade que se pretendia una e unívoca para sua (sobre)vivência identitária na complexa geopolítica internacional.

Consultando *O Arqueólogo Português* percebemos como este desiderato era traçado e alcançado mediante uma equidade de assuntos tão díspares, quanto complementares e indissociáveis, como os arqueológicos, antropológicos, etnográficos, históricos, como partes de uma única realidade diversificada pelo(s) seu(s) próprio(s) fazedor(es): “Como, além de escritos especialmente arqueologicos, se continuarão aqui a publicar, na nova fase da nossa revista, também artigos historicos, fica assim o título mais nitido, por corresponder a dois campos diferentes, embora contiguos”. (VASCONCELOS, 1922, p. 5).

Mas, se o exercício arqueológico respondia à curiosidade de quem indagava o(s) passado(s) milenarmente oculto(s), ele também permitira superar uma mentalidade radicada no espírito e crenças norteados por púlpitos canónicos, agora confrontados pela Arqueologia, embora se afirmasse que «O cristianismo avança conquistando irresistivelmente terreno ao inimigo; mas é por isso mesmo que esta ofensiva faz redobrar de fúria aos vencidos. Em vão, porém, se empenham nessa lucta sectária, porque ninguém pode ser forte contra Deus, e a Igreja é a sua obra.» (AZEVEDO, 1927, p. 337.).

Não obstante, não se registava entre nós um fenómeno similar, por exemplo, ao catalão e ao madrileno criando-se instituições da envergadura de uma *Escuela de Estudios Superiores Hispánicos* (1909) ou fundando-se (1907) uma *Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas*, ela própria constituída à imagem da *École des Hautes Études* e sob inspiração da *Institución Libre de Enseñanza*, suscitando a redacção da primeira legislação arqueológica espanhola e a formação da *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (CIPP)*, herdeira da *Comisión de Exploraciones Espeleológicas*.

Acrescentava-se a esta carência o labor gaulês na raia espanhola confinante ao território português, designadamente nas proximidades de Portalegre, antes de o atear da 1.^a Guerra Mundial. Mormente por parte do pré-historiador francês Henri Breuil (1877-1961), refugiado temporariamente entre nós a seguir à invasão (1940) da França por tropas hitlerianas, e um ano antes de conferenciar na AAP sobre *L'Art dolmenique dans le Sud-Ouest de l'Europe*, relacionando realidades identificadas no Alentejo com fenómenos externos. Em especial no que se referia ao Norte europeu (Ilhas Britânicas incluídas) e aos termos franceses, acentuando a tradicional linha difusionista (centralista) e comparação etnográfica, uma vez que «Il serait certainement fort intéressant de rechercher, dans les chars primitifs encore en usage dans plusieurs parties de la péninsule ibérique et d'autres régions, aussi que sur les monuments anciens de l'époque classique des éléments de comparaison.» (BREUIL, 1917, p. 86).

Esta premência, quase constitutiva, de estabelecer uma linhagem directa entre existências contemporâneas e realidades remotas identificadas numa mesma área, cristalizava uma tendência generalizada da época para o (re)encontro com um passado vertido num conjunto de características materiais delimitado no espaço e no tempo, donde captável em contextos difusionistas – ou migracionistas – ou de simples influência resultante de trocas comerciais, designadamente de “bens de prestígio”.

Talvez mais importante do que esta ilação, seria o facto de esta posição celebrar o domínio de um “ciclo cultural” (sendo a cultura um fenómeno “mental”) estruturante de pretensões inquestionáveis. Iria nesse sentido Vergílio Correia Pinto da Fonseca (1888-1944) ao mencionar que “O caracter estilizado e esquemático dessas figuras, mostra que se trata de pinturas neolíticas, semelhantes ás que têm sido descobertas por todo o país visinho, especialmente nas serras do Sul, denunciando a ocupação da península por uma população una em raça e cultura.” (CORREIA, 1922, p. 147). Reiterava, enfim, a teoria kossiniana da simbiose entre raça e cultura material, enquanto reflexo do seu próprio ser, sentir e fazer, de tradição fenomenológica husserliana e hermenêutica diltheyana, mas também estruturalista heideggeriana (mas não neopositivista indutivo vienense). Pois entendia-se que a *cultura* (arqueológica) manifestaria materialmente um *povo* (etnia) disseminado por via migratória ou difusionista, imprimindo o seu *ser* nos tempos vindouros, uma vez que o homem seria condicionado pelo passado, nas palavras de um filósofo grado do regime nazi, Martin Heidegger (1889-1976), para quem a língua se relacionaria com os objectos através de nomes, definindo combinações de materiais (=pacotes artefactuais) e, por conseguinte, culturas (=um território, uma cultura, uma raça=um passado), longe dos pressupostos históricos de Arnold J. Toynbee (1889-1975).

Aos poucos, a disparidade artefactual observada no terreno, a afirmação dos estudos clássicos nos meandros universitários e a criação de novos espaços museológicos e instituições consagradas à Arqueologia permitiram concentrar a atenção de estudiosos em períodos mais antigos do que o proto-histórico e o clássico. Apartavam-se, assim, dos anos em que a leitura dos megalitos e dos povoados fortificados das Idades do Bronze e do Ferro responderiam a muitas questões, equivalendo aos anseios mais profundos de afirmação nacional(ista), como sucedera entre nós com os estudos megalíticos e a “cultura castreja”, na qual A. A. Mendes Correia radicava a “pureza racial” portuguesa, como *solar lusitano*.

Compreensivelmente, foram as nações emergentes a definir com maior particularidade os respectivos – e/ou pretendidos – grupos étnicos. Uma tendência que apurou classificações (taxonomia abstracta, porém positivista) e aprofundou comparações de sítios arqueológicos e respectivos espólio artefactual, compelando à revisão do sistema

das “Três Idades” perante a disparidade de realidades locais e/ou regionais. Enquanto isso, a validação histórica de fronteiras e as hegemonias assomadas ratificavam a análise da distribuição geográfica de tipos e conjuntos de objectos, de forma a relacioná-los com grupos históricos.

Como preconizara V. Correia (*vide supra*), ter-se-ia de esperar pelo fim da 1.^a Guerra Mundial para que pré-historiadores de maior nomeada se refugiassem em Portugal dos tempos conturbados pela ambição alemã e seus aliados. Logo em meados de 1918, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) acolheu duas conferências de H. Breüil, intituladas *Impressions de Voyage Paléolithique à Lisbonne* (BREUIL, 1918, p. 34-39), baseadas na análise das colecções dos museus etnológico e geológico, onde, além da comparação artefactual, reconheceu que “[...] la connaissance du Paléolithique supérieure en Portugal est encore rudimentaire: on possède juste assez de documents pour pouvoir affirmer son existence, et c’est tout” (BREUIL, 1918, p. 37).

3 – O POVOAMENTO PRÉ-HISTÓRICO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS: CONTINUIDADE, CISÃO, IMPORTAÇÃO E/OU ADAPTAÇÃO?

Ainda em 1927, o membro da AAP Caetano d’Oliveira sugeria a realização de uma conferência temática sobre o *homem aziliense* e o Neolítico,

assumptos estes da maior curiosidade para a Península desde que *Schulten*, na discutida conferencia de março, em Barcelona, *assacou aos nossos antepassados a origem libio-phenicia, condemnando-nos á selvageria do berbere actual e explicando assim uma possível incapacidade de vida social* (Acta n.º 32. Nossos itálicos)

Palavras assaz ácidas que velariam (res)sentimentos há muito escondidos, porém não esquecidos, brotados na pretensão da escola arqueológica catalã de remeter para o território ocupado pelos berberes (=Capsense) as raízes do Paleolítico superior e/ ou do Epipaleolítico português (*vide infra*), um período já de si problemático porquanto longamente interpretado como etapa desditosa pela ausência de pinturas parietais paleolíticas, da agricultura, da olaria neolíticas e, por consequência, de uma sociedade estratificada correspondente a um complexo desenvolvimento interno.

Não deveria, porém, ter suscitado tanta indignação, uma vez que o próprio F. M.^a Tubino lançara os fundamentos das teses africanistas ao determinar o elemento berbere como o substrato espanhol, especialmente presente nos dolmens. Não esqueçamos, no entanto, que era nado em Cadiz e desenvolvia a sua actividade científica em Sevilha, pelo que pretendia conferir uma certa unidade às regiões abrangidas pelo actual território português e pela antiga província senatorial da Bética romana justamente através da configuração de um particularismo cultural do seu passado mais remoto diferenciado das características enunciadas para outras áreas espanholas, designadamente das que se aproximavam geograficamente do solo francês.

Não fora, porém, caso único na Península Ibérica. Teófilo Braga (1843-1924), republicano assumido, atribuíra a tendência separatista observada em território peninsular à sua componente semítica, identificando os moçárabes [os “hispano-godos” de Alexandre Herculano (1810-1877)] com uma “raça hispânica ou ibérica”, considerada organicamente enquanto a essência da nação portuguesa, da qual faziam parte “tribos maurescas ou berbericas”, embora não lhe subjacesse uma justificação colonialista em solo norte africano, como ocorreria mais tarde em Espanha (*vide infra*). Esta ideia foi parcialmente recuperada nos escritos de A. A. Mendes Correia, contrariando a posição do historiador Damião António Peres (1889-1976) quanto à existência de Portugal apenas no século XII – assente numa perspectiva exclusivamente política – com a existência antropológica da nação portuguesa prévia à fundação do Estado, ainda que contemplando a componente norte-africana refutada por muitos. Uma possibilidade que ganhou

maior credibilidade a partir do momento em que o paleontólogo e arqueólogo alemão Hugo Obermaier (1877-1946) idealizou as penínsulas Ibérica e Itálica como elementos privilegiados de união (mais do que de contacto) entre a Europa e a África, representada pela e na cultura capsense, ou em meras influências artefactuais, denominando-se uma das suas últimas fases de “Íbero-Mauritana”, onde H. Obermaier entrevia um centro difusor da província mediterrânea formada, conjuntamente à Europa ocidental e central, pela orda de povos aurignacenses anuladores dos neandertais.

Mas os esforços portugueses para esquadrihar o território nacional em demanda de estações arqueológicas com vestígios mesolíticos seriam a única forma de contraditar uma certa crença europeia (especialmente francesa) quanto à inexistência de um Mesolítico em solo ibérico, assim como o despontar megalítico de características endógenas. A tradição gaulesa apoiava a convicção, por exemplo, do cirurgião e antropólogo francês Paul Broca (1824-1880), ao reverter a favor da visão eurocentrista francesa a analogia que assinalava entre o *Cro-Magnon* e os Guanches das Canárias, tal como reiterara Gregorio Chil y Naranjo (1831-1901), considerando seus cristalizadores algumas populações canárias contemporâneas. É, possível, porém que a subtileza francesa (como, ademais, a alemã, aos clamá-los descendentes do *Neanderthal*, donde aquém na escala evolutiva do *Homo sapiens*, porém herdeiros de uma população nórdica) fosse mais profunda por implicar reclamações futuras sobre o arquipélago (invocando-se a “continuidade regional”), como se previa na missão atribuída ao pré-historiador francês Émile Cartailhac (1845-1921) para avaliação da afinidade entre os monumentos megalíticos de França, das ilhas Baleares e da Argélia, esta última anexada por Paris em 1834.

Esta inferência arredaria, pelo menos no entender de C. de Oliveira, o actual território português e, de algum modo, a sua contemporaneidade do grupo de nações europeias arrogadas herdeiras das antigas civilizações do Próximo Oriente, validando, desse modo, aspirações colonialistas, nomeadamente em relação ao Norte de África, onde a França iniciara, em finais de oitocentos, os seus estudos sobre a antiguidade na Argélia e na Tunísia. Além do mais, discutia-se em torno de um período claramente de transição, neste caso, do Paleolítico Superior para um Epipaleolítico (ou Mesolítico), antes de o Neolítico transformar por completo a Humanidade. E o simples facto de se explicar a sobrevivência desta etapa no actual território português mediante uma expressão difusionista, pressuporia a sua natureza iminentemente *natur*, negando a capacidade *kultur* destes *volker*. Uma condição sobremodo imprescindível quando se abordavam períodos de mudança que, longe dos ensinamentos engelsinianos e marxistas, não eram olhados como frutos de mutações interiores das comunidades preexistentes; e/ou por força de alterações das suas condições de sobrevivência, isto é, dos recursos cinegéticos. Pelo contrário, eram analisadas como resultado de um processo difusionista ou, até mesmo, migracionista.

Bastaria olhar a realidade contemporânea para atestar tal pretensão.

Pois, não fora sob impulso de 1789 que a geo-política europeia se transformara, num efeito de dominó, uniformizando formas de ser, pensar e actuar de acordo com os ditames de uma crescente burguesia comercial e, sobretudo, financeira?

Esqueciam-se, porém, de que aquela data fora tão-somente o catalisador do despontar de alterações estruturais em sociedades já (por vezes demasiado) preparadas para as receberem, ainda que absorvendo apenas as linhas mestras que respondessem verdadeiramente às especificidades e necessidades de cada recesso europeu. De contrário, seria ilustrar uma Europa pontuada de fronteiras aceitando acriticamente as novidades originadas em Paris (conquanto inspiradas em eventos anteriores) e propagadas napoleonicamente, transformando por completo o seu *modus vivendi* e *faciendi*. É certo que a contemporaneidade também demonstrava como o desenvolvimento científico-tecnológico unia populações, modificando áreas específicas de actuação quotidiana, uniformizando-as, mas sem a força de as destituir dos valores, crenças e costumes intrínsecos. O mesmo processo se observaria em todos os tempos, embora de forma menos célere, até pelo modo e tempo como as novidades transitavam de área, mutando o seu dia-a-dia repercutido socialmente a curto, médio e/ou longo prazo.

Apesar de ter sido contornado até à data pela nossa historiografia, o episódio relatado por C. d'Oliveira (*vide supra*) merece-nos atenção, em especial por designios que lhe subjaceriam. De forma a discerni-los, analisaremos, mesmo que sumariamente, percursos de quem os protagonizou.

Adolf Schulten (1870-1960), a quem C. de Oliveira se referia, foi, como é do conhecimento geral, um conceituado arqueólogo alemão, especializado na Península Ibérica, onde exerceu uma profunda influência. Aluno de nomes tão eminentes dos estudos clássicos, como os do helenista Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff (1848-1931) e do historiador, filólogo, epigrafista e numismata Théodore Mommsen (1817-1903), era natural que A. Schulten enveredasse pelo mundo da Antiguidade Clássica *tout court*. Mas não só. A postura ultra-nacionalista e preconceituosa que assumiu mais tarde teria as suas origens em posições destes seus mentores, uma vez que, apesar de conceber o *Altertumswissenschaft*, U. Wilamowitz era um acérrimo conservador, defensor do império, das figuras heróicas e feroz opositor da República de *Weimar*, temendo o desmoronamento da cultura alemã perante o desenrolar desenfreado dos acontecimentos do alvor de novecentos. Quanto a Th. Mommsen, envolvera-se activamente na política, promovendo a anexação de Schleswig-Holstein à Prússia, manifestando o seu sentimento anti-austriaco e a defesa da unidade alemã, incentivando, também por isso, e pouco depois do conflito franco-prussiano e o decorrente reconhecimento da Prússia como estado líder do Império germânico, a constituição da *Reichslimeskommission* integralmente dedicada à Arqueologia romana e germânica, numa conjugação curiosa e ilustrativa dos propósitos que lhe presidiam, ainda que se contrapusesse à política bismarckiana, ao *Kulturkampf* e ao antisemitismo.

Ademais, estas duas figuras comungavam do facto de os seus seminários despertarem o interesse de estudiosos europeus que acorriam às universidades (maioritariamente berlinenses) onde leccionavam em busca de uma formação clássica que dificilmente obteriam nos seus países de origem, criando-se, desse modo, mesmo que inconscientemente uma rede ampla de discípulos.

A. Schulten foi um destes elementos constituintes, especializando-se na Península Ibérica, sobre cuja investigação arqueológica exerceu enorme ascendente, desconsiderando, contudo, a sua intelectualidade por entendê-la inferior à alemã. Este seu domínio afirmou-se num momento em que os pré-historiadores e proto-historiadores franceses (sobretudo helenistas da craveira de P. Paris) se inteiravam do papel decisivo que o território poderia (e deveria) desempenhar na rivalidade latente entre as duas super-portências que representavam, após a Guerra Franco-Prussiana e em vésperas de se arrastar a humanidade para o primeiro conflito bélico à escala mundial. Configuraram, também por isso, diferentes precedências para as culturas materiais influenciadas pela Antiguidade clássica nele encontradas, de acordo com as agendas políticas: minóico-micénica ou dórica. Neste quadro, não foi certamente fortuito que, pouco depois de deflagrar a 1.ª Guerra Mundial, P. Paris, então vice-presidente do *Comité International de Propagande*, e H. Breuil, ao serviço da informação naval da Embaixada de França na capital espanhola, promovessem palestras sobre o conflito bélico nas instalações do *Institut Français de Madrid*, de modo a obter o apoio do público espanhol para a causa francesa, numa altura em que, apesar da sua proximidade à política alemã, Afonso XIII (1886-1941) procurava manter a neutralidade num país politicamente dominado por germanófilos.

Impõe-se contudo, uma questão: se a Alemanha se posicionou desta maneira em relação a Espanha, por que razão actuou diferentemente quanto a Portugal? Quais as causas pelas quais a Arqueologia alemã elevava o contributo do passado do actual território espanhol no desenvolvimento genérico da civilização ocidental – designadamente através de Ampúrias –, enquadrando-a num ambiente cultural assumidamente mediterrâneo, enquanto negava ao actual território português a apreensão das linhas mestras da cultura europeia de raiz helénica, correlacionando-o, antes de mais, à África do Norte, secundariamente entendida, e à qual a intelectualidade europeia de oitocentos relacionara a Ibéria? E por que não fazê-lo, quando alguns membros da AAP, como o paleógrafo Possidónio Mateus Laranjo Coelho (1877-1969), entendiam deverem ser sobretudo os pré-historiadores portugueses e indagar as ligações paleolíticas do Sul do actual território português com o Norte de África, seguindo o exemplo de investigadores espanhóis? Além disso, durante a sua deslocação a Barcelona, Eugénio Jalhay (1891-1950)

visionara, no Museu de Ciências Naturais, artefactos procedentes de estações paleolíticas de Manzanares, nos arredores de Madrid (e escavadas com o apoio da autarquia madrilenha que subsidiou a feitura da carta pré-histórica provincial), com forte preponderância africana, designadamente *esbaikiense* e *aterense*. Contrariariam, assim, suposições de correligionários de A. Schülten, enquanto H. Obermaier e o arqueólogo espanhol José Pérez de Barradas (1897-1981) defendiam que as cercanias madrilenhas teriam sido habitadas, durante o Musteriense, por povos autóctones, de reminiscências Acheulenses; comunidades procedentes do Norte e por grupos aportados do continente africano.

A par de todo um ambiente ideológico que certamente influenciou esta abordagem (mesmo que não consciencializado), a condição em que se encontrava a nossa investigação arqueológica, de um modo geral, e a pré-histórica, em particular, terá ditado, como pressentira L. Coelho, a forma como o desenvolvimento das comunidades humanas emergidas entre nós em tempos tão remotos fosse ignorada, desconsiderada ou, talvez, deturpada.

Exceptuando as actividades desenvolvidas por (diminutas) associações de carácter mais localista, assim como genéricas – caso da Associação dos Arqueólogos Portugueses –, os estudos pré-históricos circunscreviam-se ao Ministério da Educação Pública (MEP) e à vontade de A. A. Mendes Correia que os introduzira na Universidade do Porto, engrandecendo o respectivo museu, enquanto preenchia as páginas do órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, mas não «Pré-histórica», numa denúncia dos propósitos etnogénicos subjacentes, pois cumpria aferir a população de uma determinada região “[...] como parte de um grupo social pelos seus usos, costumes, linguagem, litteratura, historia e tambem pelos restos d’industria primitiva que ali se contenham, enfim pelo que possa esclarecer, sob estes pontos de vista, o problema da filiação e parentesco com os varios povos que no decurso dos tempos teem habitado aquella parte do paiz” (*Expedição Científica à Serra Nogueira*, 1900, p. 15)². Além disso, a atenção centrou-se no arrolamento de exemplares megalíticos, na esteira de uma tradição firmada em oitocentos, e nos quais se convergia a génese da actual população portuguesa, derivada, por conseguinte, de um processo difusionista ou migracionista.

Um quadro bastante diferente do espanhol. Aqui, funcionavam múltiplas associações, sociedades, museus, institutos e universidades, amplamente financiados pelo poder central e por entidades particulares (nomeadamente aristocratas, talvez pelo peso secundário que detinham social e economicamente num país crescentemente republicano) empenhadas em estruturar reclamos de natureza regionalista, ao mesmo tempo que se organizava um amplo sistema de bolsas de estudo para especialização no estrangeiro, mormente em Paris e Berlim e geralmente concedidas pela *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas*, enquanto se legislava a protecção dos vestígios arqueológicos. Concorria-se, assim, para o aprofundamento das relações bilaterais e, o que seria mais importante para os interesses espanhóis, para superar a supremacia científica de outras nações, abrindo-se novas perspectivas à afirmação da Arqueologia espanhola nos principais circuitos académicos europeus, concedendo-lhe espaço para divulgação periódica das suas investigações, a única forma de prestigiá-la em definitivo.

Em Portugal, o que sucedia?

² A. A. Mendes Correia integrara, porém, e de modo officioso, os estudos pré-históricos na cadeira de Antropologia da Faculdade de Ciências, e não de Pré-história, propriamente dita, enquadrada na Faculdade de Letras, num claro ascendente do modelo francês, onde, contrariamente à tradição germânica, se compusera uma relação estreita entre Pré-história e Ciências Naturais. Revelava, em todo o caso, o primado do arquétipo portuense, em cuja Universidade a Arqueologia era ministrada na área das Ciências Naturais, enquanto as de Coimbra e de Lisboa acolhiam no seio da Faculdade de Letras, talvez pela formação académica dos seus protagonistas, uma vez que J. Leite de Vasconcellos e V. Correia, por exemplo, se aproximavam claramente da intelectualidade germânica. Tratava-se, aquela, todavia, de um modelo reproduzido nos circuitos académicos espanhóis por interposição de J. Vilanova i Piera e Eduardo Hernández Pacheco (1872-1965), certamente por influência da escola francesa de finais do século XIX, inícios do XX, até que a colaboração estabelecida com a alemã, designadamente por intermédio de bolseiros espanhóis (como P. Bosch-Gimpera), reverteu a situação, agrupando P. Bosch Gimpera e H. Obermaier nas Faculdades de Letras.

Uma Academia de História inexistente; uma Academia de Belas-Artes limitada a isso mesmo – às “Belas-Artes”; um Museu Etnológico Português dominado por uma personalidade demasiado comprometida em corroborar a sua teoria etnológica, longe das descobertas arqueológicas verificadas em solo espanhol; um movimento associativo com enormes dificuldades em impor-se; um círculo académico que ainda não aceitara na totalidade a Arqueologia Pré-histórica como disciplina curricular; um Estado, enfim, que não estimulava verdadeiramente a investigação arqueológica, apesar dos programas de intenções, muitos dos quais inscritos em documentos legais, prejudicando o seu desenvolvimento, conferindo bolsas de estudo no estrangeiro apenas em determinadas áreas das “ciências exactas”, certamente por serem economicamente mais produtivas para o país. Uma situação sobremodo agravada agora que as actividades dos Serviços Geológicos se desvaneciam e o país desatendera as oportunidades colocadas nas suas mãos pela 9.ª sessão do CIAAP. Com efeito, a sua repercussão interna fora demasiado fugaz e datada, num sintoma da ausência de política concertada neste âmbito, talvez por inexistência dos movimentos regionalistas e nacionalistas que a vigoraram noutras paragens, designadamente em Espanha, bem como da condição *finisterriana* de Portugal que o afastava da principal movimentação académica europeia, e que a República não pretenderia alterar porquanto politicamente desinteressante. A coroar este desânimo, o país não suscitaria suficientemente a curiosidade intelectual estrangeira para que, à semelhança de Espanha (*vide infra*), individualidades de renome europeu fundassem revistas e institutos especializados em estudos portugueses, quer nos seus países de origem, quer em Portugal, como o Príncipe Alberto I do Mónaco (1848-1922) promovera a *Révue Hispanique* (1894) e o *Bulletin Hispanique* (1899).

Em todo o caso, pensamos que a diferença face a Portugal explicar-se-ia à luz do contexto político europeu vivido desde o segundo quartel de oitocentos, e, em especial, em terras francesas e alemãs. Recordemos, por isso, que a Europa implementava a ideologia imperial germinada no próprio nacionalismo mais conservador coadunado aos anseios de uma ascendente burguesia económica e financeira, revestida de um carácter messiânico para com os povos (pretensamente) menos desenvolvidos (quando não “primitivos”). Este intuito (a)firmara-se após a derrota da última revolução “romântica”, «A Comuna» de 1871, que dera lugar a uma vaga de optimismo substanciada pelo espírito positivista, ao mesmo tempo que ao despertar de uma sucessão de movimentos demolidores dos alicerces liberais, bem como do fortalecimento ultramontanista estruturante do *Kulturkampf* e de outras orientações políticas assomadas um pouco por todo o continente europeu. Uma tendência quase sempre materializada na dotação de um Estado fortemente centralizado e militarizado, e que, entre nós, se traduzira no regeneradorismo modernizante de Oliveira Martins (1845-1894) e no tardio «Integralismo Lusitano», ideologia oficial salazarista. Além disso, quando o nosso olhar se desloca para solo espanhol, rapidamente constatamos que o falecimento de Afonso XII (1857-1885) instaurou um processo dinástico difícil de solver ao colocar em campos opostos pretensões bourbónicas (*Carlistas*) e afonsinas, enquanto se formalizavam três candidaturas naturais ao trono: as do Duque de Montpensier (Casa de Orleães), de Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha – defendido pelos causídicos da “União Ibérica” – e de um representante da Casa de Sabóia. Não obstante, várias circunstâncias afastaram-nos, sobrevivendo um quarto requerente, dessa feita da Casa Real Prussiana, Leopold Von Hohenzollern, casado com uma das Infantas portuguesas, em tudo contrário aos interesses franceses, para os quais se desencadeava, deste modo, o *causus belli*, preleccionando-se sobre a *Weltpolitik*.

Estávamos, assim, perante uma profunda diferença entre os devires políticos espanhol e português, palcos privilegiados das eternas contendas europeias, ainda que de modo indirecto e, no caso que nos interessa, mediatizado por aspectos culturais tão diversificados quanto o arqueológico, autêntica ferramenta política e politizada numa era positivista/materialista, embora despojada dos axiomas socialistas e/ou comunistas que lhe estariam inerentes.

Mas os anos demonstraram outra diferença para compreender melhor a posição assumida pelos congéneres de A. Schulten.

Referimo-nos ao fracasso da aventura republicana em solo espanhol, seguido da vaga restauracionista em plena Europa bismarckiana, bem evidente, ademais, na educação austro-húngara do futuro Afonso XIII, embora

o estabelecimento de relações bilaterais com Espanha não constasse, propriamente, da política externa de Bismarck, centrada no isolamento político francês. É certo que o fim da 1.ª Guerra Mundial e do império de Guilherme II (1859-1918) trouxera a constituição da «República de Weimar» e da «Sociedade das Nações». Mas conduziu de igual modo Espanha à segunda fase da Restauração e à ditadura de Miguel Primo de Rivera y Orbaneja (1870-1930), esta última na sequência do golpe militar de 1923, altura em que se acentuou a ideia iberista e a tendência africanista, nas quais pressentimos o germen da dissensão entre interesses portugueses e espanhóis acobertados por designios alemães.

De facto, é curioso verificar que, conectando as raízes mais profundas da nossa História à das actuais comunidades berberes magrebina (vide *supra*) – onde A. Schulten se iniciara, como bolseiro, na Arqueologia de campo, absorvendo a imagem do berbere projectada por investigadores franceses, isto é, a de um povo uno e sem História, amante da liberdade, porém anárquico, culturalmente impermeável, e política e economicamente inábil –, era como se os principais círculos políticos espanhóis pretendessem – e necessitassem – expressar a sua superioridade cultural. Sobretudo quando as suas expedições africanas se emolduravam pela convicção de representarem uma nação civilizadora, à qual competiria “ilustrar” os povos (pretendidamente) menos desenvolvidos, nos quais se incluía, quase por inerência, o português, com as consequentes ilações políticas.

Mas não só. Este processo relembra a posterior recuperação nazi da obra do alemão Karl Otfried Müller (1797-1840), *The Dorians* (1824), por remeter para uma raça nórdica, superior, antepassada das tribos germânicas, a emergência da cultura dórica, legitimando, por conseguinte, as escavações que conduziram então nos seus principais centros, Esparta e Olímpia, num intróito às pretensões hegemónicas manifestadas sobre o território grego. Era como se, ao derivar horizontes culturais pré-históricos, identificados na Ibéria, de focos norte-africanos, se desejasse validar uma estratégia colonial e/ou neocolonial, em busca das raízes primevas, uma das razões – a par da indigenista – da “desafricanização” do passado espanhol, nomeadamente por mão do pré-historiador catalão Miguel Tarradell (1921-1996), director, entre outros organismos, do *Servicio de Arqueología del Protectorado Español en Marruecos*, num momento em que o território deixava de constar dos planos colonialistas desencorajados pelo amplo movimento independentista que percorreu o continente africano. Por outro lado, não podemos subestimar a relevância, em todo este processo, da denominada “crise marroquina” (1906) que desfavorecera as aspirações alemãs nesta zona norte-africana, a favor das ambições francesas, que M. Primo Rivera tentou impedir ao acordar o protectorado marroquino. No meio destes eventos, lidavam com um país que assistira à instauração republicana em 1910, apesar da multiplicidade de ocorrências internas que ditaram uma sorte política (algo) próxima à sua, à medida que se caminhava para o fim dos *anos loucos* sob o signo do poder germânico.

Nomes mais representativos dos estudos arqueológicos portugueses reagiam, em plena primeira contenda beligerante mundial, ao entendimento de uma África iniciada nos Pirinéus como sendo “[...] uma flagrante injustiça à Espanha e a Portugal, duas nações que positivamente teem pelo seu passado e até pelas suas condições actuaes tanto direito a entrar no concerto europeu como outras cujo *européismo* ninguem discute.” (CORREIA, 1916, p. 94), demonstrando como a investigação arqueológica começava a ser politicamente instrumentalizada. Razão suficiente para que se elevasse o conceito de *Homo europaeus mediterraneus* (ou *africano branco*), ao qual “[...] se devem algumas das mais altas civilizações mediterrâneas, e, se entre êle e alguns povos da Europa meridional há estreitas afinidades de costumes, tipo físico, e quiçá d’origem, é legítimo que para todos esses grupos humanos se adopte a designação comum de *mediterraneos* [...]” (CORREIA, 1916, p. 94). Até porque “Seculos de vida independente, em especiaes condições geográficas, deram-nos direitos, psicologia especial, etnia propria, e mesmo um *facies* somático distinto. O povo português é antropologicamente dos menos heterogéneos da Europa, e é o mais dolicocefalo de todos [...]” (CORREIA, 1916, p. 95).

Mas apesar do tom ofendido de C. de Oliveira, a verdade é que alguns autores defendiam a origem comum de iberos [considerados por Teófilo Braga como os primeiros habitantes peninsulares] e berberes, por serem estes portadores

de uma cultura – pretensamente e/ou ainda assim – mais elaborada do que a observada no seio de outras – sobretudo contemporâneas – comunidades norte-africanas, em grande parte mercê de uma herança pré-clássica enraizada no mais profundo tempo bíblico. Com efeito, o pensamento prevalecente neste período defendia o domínio da cultura ibérica até à presença romana, e o seu despertar por invasões, nomeadamente celtas. Mas era também entendida como origem africana e que os seus lugares nucleares, em solo peninsular, seriam o Levante e o Sul (ALONSO, 2004, p. 461). O que, por outras palavras, expressaria um sentimento nacionalista, mesmo que destituído do radicalismo presente noutros recantos europeus, procurando, porém, a derivação dos recessos orientais para onde a tradição bíblica radicava o florescimento humano visionado através de um prisma transformista de perfil moderno e monogenista.

Mas a frase de C. de Oliveira denunciava mais do que a prática de uma Arqueologia colocada ao serviço de linhas ideológicas, conquanto dissimuladas e legitimadas por uma (aparente) seriedade científica inabalável, desfrutando do ambiente favorável ao seu exercício. Ela encerrava a adopção de uma teoria racista, de supremacia do Homem ocidental sobre a *selvageria do berbére* actual, ao qual se negava a presença de uma *vida social* (=estrutura social e desenvolvimento cultural), certamente segundo parâmetros europeus. A Arqueologia catalã ganhava, então, consistência e reconhecimento internacional sob direcção do conhecido investigador P. Bosch-Gimpera, cujos estudos na Alemanha facilitaram a entrada do historicismo cultural nos círculos académicos espanhóis, a exemplo do IV Congresso Internacional de Arqueologia, organizado em 1929 (entre 22 e 29 de Setembro) na cidade de Barcelona³, enquanto decorria a Exposição Universal (contemplando *La España primitiva* inserta da *El Arte en España*) e em coordenação com o *Congreso de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias* (ambos intitulados de “espanholistas” pelo *Institut d’Estudis Catalans* que, por isso mesmo, se negou a participar neles perante a presidência de Afonso XIII). Um conjunto de acontecimentos registados quando se avizinhava a encíclica de Pio XI (1857-1939), *Divini Illius Magistri*, destinada a recuperar o poder da Igreja sobre valores sociais, em detrimento dos objectivos enunciados pela *Era positivista* reprovada muito antes da restauração neo-escolástica.

Se fora A. Schulten a incentivar esta linha de investigação, coubera, entre outros conterrâneos, a Manuel Gómez-Moreno Martínez (1870-1970) levantá-la no supracitado congresso de 1927. Fora, ademais, o mesmo M. Gómez-Moreno a sublinhar a superioridade intelectual da *raça dos dolmens e das cidades* (tipologias crescentemente presentes nos processos de classificação monumental) traduzida na cerâmica campaniforme e na cultura tartessa. Uma ideia que, no entender de C. de Oliveira, reiterava, de algum modo, as de F. Martins Sarmiento e de S. P. M. Estácio da Veiga (1828-1891), elas próprias confirmadas por estudiosos da envergadura dos franceses Camille Jullian (1859-1933) e S. Reinach, para quem havia que procurar as raízes das especificidades observadas em cada nação que se pretendia edificar e/ou consolidar na actualidade. Matizavam, contudo, as teorias ultra-difusionistas subjacentes ao postulado do *ex oriente lux*, (re)analizando o contributo europeu no processo geral de desenvolvimento cultural, uma das (ou a) razões pelas quais defenderam a endogenia civilizacional micénica, etrusca e céltica, ainda que se mantivesse a ideia de uma propagação orientada no sentido Sudoeste.

Não se esquecera, com efeito, a posição de A. Schulten quanto à derivação do Epipaleolítico do actual território português da *selvageria do berbére* ou, por outras palavras, do Capsense. Pelo contrário. Os achados recentes de R. P. Khoeler em Rabat confirmariam a relevância do substrato indígena associado a culturas peninsulares no desenvolvimento do Epipaleolítico e Mesolítico do seu território actual, contraditando a tese da escola arqueológica catalã relativa

³ A relação mantida doravante entre os principais centros arqueológicos espanhóis e portugueses prosseguiu proficuamente, mas quase sempre por iniciativa do Estado alemão. Foi o que sucedeu em finais de 1928, com o «Instituto Arqueológico» entretanto sediado em Madrid: “Comunica [Laranjo Coelho] também que tinha recebido uma carta do erudito alemão sr. Helmuth Schlunck, do centro germano-espanhol de Madrid, agradecendo as facilidades e as informações que lhe havia dado para que pudesse estudar e fotografar uma das espécies que ali se guardam, considerada de grande e inestimável valor arqueológico [...]” (Acta n.º 48, 27/12/1928).

à derivação berbere das culturas pré-históricas identificadas no seu termo. Motivado com tais questões, Manuel Afonso do Paço (1895-1968) elaborou uma *Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal*, à escala 1:250.000, a par de outra da península de Lisboa, desenhada à escala de 1:20.000, pressupondo uma convicção pessoal de que as comunidades mesolíticas derivavam do substrato paleolítico preexistente. Um trabalho amplamente elogiado por H. Obermaier, a quem fora, na verdade, beber a inspiração e a metodologia de trabalho, tal como a É. Cartailhac e H. Breuil.

Apesar das críticas lançadas por C. de Oliveira, é provável que os principais nomes da Arqueologia catalã evocassem, antes de mais, a ligação (como M Santa-Olalla projectara para Espanha) do território português ao Norte de África, sim, mas a uma realidade diversa e culturalmente apartada (ou talvez não, como veremos adiante) tanto da Europa (=Grécia+Roma), quanto da antiga civilização egípcia, que perfaria uma entidade bem distinta.

A única forma de contrapor esta posição seria apresentando materiais recolhidos em escavações conduzidas em Portugal, comparando-os a retirados das principais estações arqueológicas da época. Terá sido nesta perspectiva que a AAP convidou A. A. Mendes Correia a conferenciar sobre a matéria em Janeiro de 1928. Apresentou, então, estações paleolíticas e neolíticas, enquanto dissertava sobre a Babilónia, Assíria e Tróia, e tecia considerações sobre as *cruzes «swastika»*, tal como F. Martins Sarmiento fizera décadas antes para fundamentar a sua posição quanto à ligação micénica dos habitantes da *citânia* de Sânfins, a mesma que E. Jalhay propôs classificar como «monumento nacional». Não obstante, e apesar de se discutir as suas origens, aventando-se, como em tantas outras situações, a hipótese (quase latente) fenícia, A. A. Mendes Correia preferia interpretar a gravura encontrada em meados dos anos 20 nas imediações do «Castro da Presuria» como representativa, mais do que de um *guerreiro lusitano*, de um guerreiro *calaico-lusitano*, analisando e afastando a (ilusória) força das semelhanças encontradas em artefactos egípcios, mesopotâmicos ou nórdicos. Ao invés, aproximá-la-ia das peninsulares, nomeadamente asturienses [cultura mesolítica da costa cantábrica definida na mesma década pelo Conde de la Vega del Sella (1870-1940)] e, sobretudo, do substrato cultural criador das denominadas “estátuas calaico-lusitanas”, conquanto P. Bosch-Gimpera as considerasse “[...] uma *barbarização* da arte chamada *ibérica*, de origem meridional e oriental [...]” (CORREIA, 1927, p. 14-29):

Além do interesse arqueológico que revestem o castro do Reguengo e o seu petroglifo, estes possuem ainda uma bela significação nacionalista. Expressam o *sentimento autónomico dos indígenas, o seu instinto de defeza contra invasores*. Aquela figura de guerreiro, no alto dum reduto formidável, dum alcantilado ninho de águias, parece, na sua rude simplicidade, lançar um repto valoroso a inimigos ou erguer um brado vibrante de triunfo. *Simboliza a alma heróica da Pátria*. É um *monumento sagrado da independência lusa* (CORREIA, 1927, p. 29. Nossos itálicos).

Se a Arqueologia portuguesa defrontava teses similares elaboradas por estrangeiros que pouco (ou nada) conheciam da realidade material do seu território, enfrentava, não poucas vezes, um obstáculo tão ou mais danoso: a indiferença institucional pela relevância dos vestígios arqueológicos, volvidos mais de 50 anos sobre o início da dura batalha encetada nos primórdios da AAP, numa reiteração de como as mensagens emanadas da igreja arruinada do Carmo (bem como do seio de tantas outras instituições entretanto constituídas) ainda não chegavam a todas as secretárias ministeriais.

Qual(is) a(s) razão(ões)?

Não se circunscrevia(m) à inacção de organismos congéneres da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pois a eles se devia, na senda desta, prospecções e escavações arqueológicas; o resgate de elementos arquitectónicos; a fundação de museus regionais; a publicação de revistas culturais de referência no panorama interno; a promoção de acções de formação e o incentivo à constituição de organismos estatais dedicados à preservação de edificações históricas.

Apesar destes obstáculos estruturais, as investigações progrediam, acalentadas especialmente por quem (con)vivera sempre no meio da indiferença generalizada, relevando-se os *castros* nortenhos, nomeadamente minhotos, uma

tradição retomada pelo polígrafo e educador Félix Bernardino da Costa Alves Pereira (1865-1936) em 1906, 1907 e 1909 nos «Penedos Grandes» e na «Lapa das Bestas», nas imediações de Penacova, em Arcos de Valdevez. Foi nestas estações que apareceram fragmentos de cerâmica ornamentada, percutores, pontas de seta e outros objectos, entre os quais um bordo de recipiente semelhante aos hemisféricos de bordo com aba horizontal encontrados no Verão de 1903 numa propriedade do P.e Manuel J. da Cunha Brito (situada na margem do rio Vez, conhecida localmente por «Seara»), lembrando *um chapéu de côco de aba direita* (Sessão de 13/03/1930) que o médico e pré-historiador Joaquim Moreira Fontes (1892-1960) atribuía ao Neolítico final. Como pareciam análogos aos exumados na «Quinta do Anjo», em Palmela⁴, estabelecer-se-ia a sua cronologia relativa, deduzindo-se que os dois sítios pertenceriam ao mesmo horizonte cultural do qual fariam parte outros tantos onde se exumaram exemplares similares, como os de Esposende, S.to Tirso, Guimarães, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, denunciando uma hipotética concentração geográfica entre o Norte do Douro e o Sul do rio Minho. Pertenceriam, portanto, a uma *provincia arqueologica cerâmica de certa precisão* (Sessão de 13/03/1930)⁵, como se se pretendesse, ainda que inconscientemente, reiterar o pensamento de F. Martins Sarmiento e conferir unidade cultural a esta região com base em evidências arqueológicas.

Mais. Era como se tivessem bebido em G. Kossina (que a rebuscara, por seu turno, nas formulações tylorianas, numa altura em que não se separara em definitivo a Arqueologia Pré-histórica dos estudos antropológicos) a ideia de que a definição territorial de um tipo artefactual permitiria identificar uma determinada comunidade e os locais onde estanciará. Perfazer-se-ia, assim, a denominada “cultura arqueológica” (=cultura material) a partir do conceito de *Siedlungsarchäologie* – fundamental para a antropogeografia herdada da *Geopolitik* ratzeliana, substituindo a ênfase evolucionista pela histórica e elegendo o elemento cerâmico como *fóssil director* preferencial por resistir suficientemente a mutações internas derivadas de influências estranhas. É possível, no entanto, que alguns destes investigadores portugueses se inspirassem de igual modo nos escritos de V. Gordon Childe, divulgados desde 1925 (ainda que a tradução de parte da sua obra ocorresse, entre nós, apenas em 1947), onde se revia parte desta abordagem (*vide infra*). E uma vez que os recipientes cerâmicos deste tipo exibiam uma decoração geométrica em bandas, incisas ou impressas, análoga aos exemplares calcolíticos recolhidos nas grutas artificiais de Palmela e no castro da Rotura, admitia-se atribuí-las à *época do cobre* (=Edad del Cobre defendida pela Arqueologia espanhola oitocentista) *ou do bronze*, porquanto associadas a um espólio (frequentemente em contexto funerário) de igual modo composto de artefactos de cobre.

⁴ “La necesidad científica de estudiar comparativamente los monumentos arqueológicos de Portugal y España justificará [...]. Ningunos países como los nuestros peninsulares tienen más razones para unir fraternalmente sus esfuerzos en favor de tan noble causa.” (MÉLIDA, 1918, p. 23), para chegar à conclusão de que «Existe pues una familia cerámica propriamente iberica. [...] puede asegurar-se que de todo el cuadro de la cerámica decorada neolítica y eneolítica se destaca la de nuestra Península com importantes caracteres que de dan fisionomia própria» (MÉLIDA, 1918, p. 25), sendo que “Los vasos decorados peninsulares que es necesario señalar como típicos son los de Palmella y los de Ciempozuelos.” (MÉLIDA, 1918, p. 26). Não deixa de ser, contudo, relevante que J. Ramón Mélida considerasse a possibilidade de o motivo predominante nesta cerâmica, o zigzagante, tivesse origem no ideografismo subjacente aos hieróglifos egípcios, parecendo estabelecer, por conseguinte, uma conexão entre a Península Ibérica e as culturas pré-clássicas, as origens, enfim, da própria cultura europeia, ao mesmo tempo que negava a originalidade às comunidades ibéricas que se viam, assim, como produtos de um permanente *ex oriente lux*.

⁵ “Na estação de Penacova encontraram-se também quatro machados de pedra polida, um dos quais de granito, setas de chisto e sílex, 16 pesos, muito próximos uns dos outros, e que devem ser pesos de tear, porque a estação está longe do rio. Apareceu mais um escopro de bronze, de que o achador se servia ainda como ferramenta moderna, uma ponta de dardo, furadores de cobre (ou bronze), hastes massiças, um tubosinho de metal, trituradores de grãos (mós), aglomerações de um cereal (classificado como painço), carbonizado, frutos de carvalho, que foram analisados na estação de Belem, um fundo de uma vasilha com restos de alimentação carbonizada, sem presença de cloreto de sódio. Não apareceram nenhuns vestígios de ferro.” (Sessão de 13/03/1930).

3.1 – Entre o Minho e a Cantábria

Entretanto, prosseguiam as conferências periódicas na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Foi o caso de E. Jalhay, que a consagrou, como seria de esperar, à Pré-história, intitulado-a de *As últimas descobertas arqueológicas do Sul da Galiza e a sua relação com a pré-história portuguesa* (Acta n.º 54, 16/05/1929), acentuando o desenvolvimento recente da Arqueologia galega graças à acção de Angel del Castillo, Florentino López Cuevillas (1886-1958) e Fermín Bouza Brey (1801-1973), motivados com a deslocação (1922) de H. Obermaier à Universidade de Santiago, no ano em que se institucionalizava a Pré-história na Arqueologia espanhola com a sua nomeação para catedrático, sublinhando que “[...] o ilustrado professor alemão é actualmente um dos primeiros guias no estudo de pré-história galega.” (Acta n.º 54, 16/05/1929). E. Jalhay tencionaria, porém, chamar a atenção para a necessidade de seguir o exemplo galego, prospectando a raia minhota na procura dos mesmos tipos de arqueossítios de modo a encontrar materiais aproximados, como sucedera poucos anos antes, quando J. Fontes descobrira (1924) a primeira estação paleolítica desta região peninsular, ainda que do lado galego, “[...] embora pouco antes se tivessem encontrado algumas pedras isoladas que pareciam trabalhadas intencionalmente.” (Acta n.º 54, 16/05/1929). Ademais, parece-nos relevante que as presenças de H. Obermaier e de J. Fontes ocorressem, respectivamente, um ano antes e um ano depois da formação do *Seminario de Estudos Galegos*, fortemente apoiado pela revista (ultra)regionalista *Nós* e pelo *Rexionalismo* (ou *Rexurdimento*), em torno dos quais se congregaram intelectuais para contornar as severas restrições políticas impostas por P. Rivera. E não terá sido ocasional que, mormente a partir de então (1923), investigadores portugueses, como E. Jalhay e J. Fontes, fossem convidados a visitar e a colaborar em estudos galegos.

É certo que a *intelligentzia* galega procurava evidenciar uma comunhão entre os dois lados da fronteira através da cultura celta — inexistente para quem prefere falar de línguas celtas e seus falantes (STEMPEL, 2006, p. 37) —, aproximando-a das margens britânicas e originando um autêntico pan-celticismo característico da Península setentrional, apartada da sulista, mais conectada ao passado romano e levantino. Mas seria sobretudo a contiguidade ao povo português, com o qual se identificava histórica e linguisticamente, que desempenhava o papel central nesta estratégia de legitimação nacional(ista) (mais, até, do que regionalista), face a um poder madrileno que lhe negava a utilização de uma língua e cultura próprias. Por isso, um dos mais activos membros do *Seminario*, Ramón Otero Pedrayo (1888-1976), visionava uma Galiza, tanto luguense como bracarense, fundamentando a necessidade de estabelecer e aprofundar a colaboração que se desejava mais intensa com Portugal, demonstrando-se a lógica de uma reintegração, como avançara em tempos João Bonança (1836-1924).

J. Fontes publicou, então, na revista *Brotéria* o resultado da descoberta e da investigação da «Estação paleolítica de Camposancos», nas proximidades de Pontevedra, dando início a uma série de achados similares em Espanha e em Portugal (Acta n.º 122, 22/06/1961). Foi o que ocorreu no ano seguinte, dessa feita a 15 km de Orense, na margem direita do rio Minho, atribuída por J. Fontes ao Paleolítico Inferior (Sessão de 22/03/1929), constituindo-se, deste modo, mais um elo de proximidade entre terras galegas e minhotas. Sustentava-se, por conseguinte, a suposição da Secção de Arqueologia do *Seminario de Estudos Galegos* quanto a um Pré-asturiense luso-galaico – e já não “calaicolusitano” – e suas relações privilegiadamente atlânticas (*vide infra*), propondo-se a existência de uma variante local do Paleolítico no Sudoeste galego, diferenciado do Asturiense (de uma região onde se iniciaria, milénios depois, a *Reconquista* cristã), reforçando aspirações independentistas dos seus dirigentes.

Não obstante, J. Fontes declarava haver “Hoje há já dados suficientes para pensar depois dos descobrimentos do chelense africano e sobretudo do Sahara, que esta indústria veio de Africa para a Europa, pela Italia e Península Ibérica, mas muito especialmente por esta, de ai a grande importancia que tem estes achados tanto no nosso paiz como no reino vizinho. Camposancos vem-nos demonstrar que chegou tambem à galiza essa mesma fase industrial.” (FONTES, 1926, p. 30-31). Uma observação que ganharia maior importância quando, no caso do Acheulense, a sua cronologia norte-africana seria anterior à europeia, colocando o território peninsular e, por inerência, o português, numa posição,

digamos, algo privilegiada neste percurso. Não deixa de ser, contudo, interessante que, quase duas décadas antes, A. A. Mendes Correia especulasse na *Terra Portuguesa* sobre a etnogenia nacional de modo aparentemente antagónico ao entendimento vigente, em especial quando, contrariamente ao que se pressupunha, “[...] o dolicocéfalo tardenoisense do Vale do Tejo apresentaria antes algumas afinidades com uma forma mais antiga do paleolítico europeu [...]” (CORREIA, 1918a, p. 237) derivado de solo norte africano, ainda que não negro. Perfilharia, por conseguinte, o posicionamento de H. Obermaier, comungado, em parte, por outros estudiosos, a exemplo do antropólogo escocês Arthur Keith (1866-1955), para quem, apesar de os braquicéfalos europeus (considerados, em oitocentos, portadores das línguas indo-europeias) advirem de *qualquer ponto das regiões montanhosas da Europa Central* (e não propriamente de África), derivavam de paragens asiáticas,

sendo a Europa, a final de contas, um simples prolongamento da Asia, na qual a braquicefalia tem considerável importância, não é uma fantasia gratuita ir ahí procurar a origem de populações, que, não tendo provavelmente na Africa o seu berço, não remontam também, na Europa, senão ao epipaleolítico, nem se demonstrou ainda terem nascido de transformações dos dolicoídes do paleolítico superior europeu (CORREIA, 1918, p. 239. Nossos itálicos).

A. A. Mendes Correia refutava, deste modo, *Le mirage oriental* de S. Reinach, entendendo a Península Ibérica como resultado de uma fusão de elementos étnicos procedentes da bacia mediterrânea oriental e do Norte de África (berbére) com um substrato populacional preexistente, assim como alguns autores perseguiram o *ocidentalismo* para, tal como F. Martins Sarmiento, avaliar, por exemplo, as estruturas dolménicas no actual território português. Uma ideia, de certo modo, reiterada por H. Obermaier:

Ella fué el lugar donde se encontraron los flujos de las civilizaciones: Sur y Norte, y en ella donde se realizó su cruzamiento y fecundación, de cuyas circunstancias nos permitimos esperar para el provenir, resultados de gran transcendencia y de gran alcance. Este ya es un hecho *por lo que respecta al arte cuaternario cuyos incomparables tesoros aseguran hoy a España lugar preeminente en Europa* (JALHAY, 1922, p. 130. Nossos itálicos).

Esta posição contrariava os enunciados racistas de finais de oitocentos relativos à supremacia do *Homo Europaeus* sobre o *Homo Mediterraneus*, aproximando-se da visão sociológica francesa de oposição ao decadentismo apocalítico anunciado por ferozes críticos do darwinismo, em especial após traduzir-se (1908) a obra fundamental do sociólogo russo Jacques Novicow (Yakov Aleksandrovich Novicov) (1849-1912), censor veemente do darwinismo racial, enquanto o médico Francisco da Silva Teles (1860-1930) valorizava a miscigenação racial como necessária ao desenvolvimento civilizacional – por oposição à visão de culturas impolutas –, embora com o predomínio (mesmo que comedido) de um “tipo” de “alma dos povos”. Ecoariam, na verdade, as palavras de compromisso encontradas por José Augusto Coelho, para quem, parcialmente na esteira do “génio ibérico” de O. Martins, os “báltico” e “mediterrâneo” «São ambos dois tipos de eleição, dois tipos superiores. À sua colaboração, a essa colaboração em que as brandas qualidades do tipo *mediterrâneo* por assim dizer amaciam a dureza das do *báltico*, se devem as maiores e mais esplêndidas civilizações históricas.» (PEREIRA, 2001, p. 321). Revisitava-se, deste modo, a versão ruskiniana do *homem ético versus homem estético* (RAMOS, 2002, p. 171).

A sessão de 1930 do renovado *Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas* (CICPP), herdeiro do CIAAP oitocentista, activou ainda mais esta orientação ao asseverar a cronologia da Arte levantina – proposta por H. Obermaier e H. Breuil – nas escavações de Luis Pericot García (1899-1978) na Cueva de Parpalló descoberta (1872) por Juan Vilanova y Piera (1821-1893) nas proximidades de Valência. L. Pericot recolhera, então, inúmeras (cerca de 5.000 em todos os níveis de ocupação) placas *de loisa* gravadas ou pintadas com motivos lineares ou figurativos, predominantemente zoomórficos, “[...] de estilo idêntico ao das parietais dos abrigos e rochedos do Levante.” (Acta n.º 85, 29/05/1931), concluindo que “A arte realista quaternária foi evoluindo paulatinamente

para a estilização, de que, entre outros, o grupo meridional da Espanha, pospaleolítico, nos oferece exemplares interessantes.” (Acta n.º 85, 29/05/1931). Referindo-se ao sítio como a primeira estação *nitidamente magdalenense* alguma vez surgida no Levante espanhol, E. Jalhay sublinhava a sua relevância para o afastamento da ideia de que as estações do Paleolítico superior pertenceriam unicamente ao Capsense, de origem africana (antes de ser identificado como complexo cultural epipaleolítico): “Além de modificar os roteiros até hoje marcados para o magdalenense cantabro-pirenaico, as descobertas da «Cueva de Parpalló» vêm contribuir dum modo admirável para a cronologia da arte pré-histórica levantina, atribuída por alguns erradamente ao mesolítico.” (Acta n.º 85.º, 29/05/1931)⁶.

Uma constatação da qual derivariam várias ilações, a primeira das quais – talvez a mais relevante – sobre a possível interpretação da ocupação paleolítica da Península Ibérica independentemente da presença capsense, obrigando à revisão dos materiais provenientes de arqueossítios, como a Cesareda, pois “Julgava-se, portanto, que a arte levantina não era quaternária, por não apresentar fauna desta época, e foi a descoberta desta estação que veio resolver as dúvidas. Havia magdalenense só no norte da Península, e agora já aparece também no centro. É possível que entre nós, e até mesmo nos arredores de Lisboa, se encontre também, algum.” (Sessão de 10/04/1930).

Entretanto, o conjunto destes eventos comprovava o paradigma por detrás da investigação conduzida por quem, no seio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, centrava os seus estudos nas regiões do Minho e da Galiza: a convicção de que a cultura pré-histórica germinara no Noroeste peninsular, a julgar pelas estações com materiais datáveis do Paleolítico inferior (*vide supra*). Mesmo que não se compenetrassem do alcance desta inferência, somos quase tentados a detectar uma estratégia política complexa e eficaz, como a História demonstraria em breve. Bastará, talvez, recordar que o *caudillo* General Francisco Franco Bahamonde (1892-1975) nascera na cidade portuária de Ferrol, no Norte da Galiza, tendo sido rapidamente promovido, após a comissão cumprida em solo marroquino (1912), merecendo o favoritismo de Afonso XIII de orientação pró-alemã. Após a queda da monarquia, em meados de 1931, o General Franco fora afastado dos seus postos, combatendo ferozmente, desde então, a II República espanhola, mormente a partir de Marrocos, um protectorado que Espanha partilhava com França desde 1904, num pacto revisto em 1912 por força dos interesses económicos alemães na zona, até que, com o apoio de Hitler e de Mussolini, se tornou Chefe de Estado.

Perante este quadro, seria (quase) natural que (conquanto oficiosa e inconscientemente) o grupo de arqueólogos de Santiago de Compostela se empenhasse em demonstrar a anterioridade das estações arqueológicas identificadas na região sobre as localizadas nos demais recantos peninsulares, especialmente levantinos, mais próximos dos arquétipos centro-europeístas. Além disso, perfazia, juntamente com a região minhota, uma (pretensa) unidade cultural (ademais justificada pela similitude de recursos cinegéticos, reforçada por estudos etnológicos e geográficos) que se ambicionava manter e elevar com base nos vestígios paleolíticos, muito para além do ascendente galaico-lusitano defendido no século precedente, como denuncia a definição de *industria galaico minhota de tipo asturiense* (*vide infra*).

Havia também (ou sobretudo) que estabelecer uma linha de continuidade cultural, mitigando o papel habitualmente conferido aos elementos exógenos, nomeadamente por parte dos difusionistas, ao mesmo tempo que acentuar a relevância e a força das características endógenas. Ainda assim, não se libertariam totalmente do axioma difusionista, conquanto derivado de outras paragens, como a Irlanda, a julgar pela seguinte comunicação de E. Jalhay: “*A industria galaico minhota de tipo asturiense e os instrumentos de sílex da praia elevada de 25 pés do norte da Irlanda*” (Acta n.º 97, 25/02/1932), a relembrar estudos da secção de Pré-história do *Seminário de Estudos Galegos* (*vide supra*)

⁶ «Segundo a notícia da «Cultura Valenciana», as escavações, feitas por D. Luiz Pericote, duraram mais de 3 meses e revelaram para cima de dez mil instrumentos tipicamente magdalenenses, umas cem placas de louza com gravuras, sílices, punções de osso, e tudo absolutamente desacompanhado de qualquer indício da fauna que marca a corrente do roteiro septentrional, o que vem resolver um problema interessante. Até aqui eram apenas conhecidos os focos de arte do Norte (em Altamira) e do Levante. Nesta estação a fauna é quaternária, em plena região da arte levantina, que era atribuída ao mesolítico.» (Acta n.º 85, 29/05/1931).

sobre semelhanças hipotéticas entre o Asturiense galego e o da Bretanha francesa e da Irlanda, como forma de estabelecer uma ligação atlântica de grande antiguidade, embora a Península Ibérica não tivesse permanecido “[...] porém, subsidiária de uma cultura importada, pois criaram características próprias, e o seu poder fez-se sentir até à Irlanda.” (FONTES, s/d, p. 24). Na verdade, sugeria-se um processo inverso, interpretando-se as analogias observadas em estações irlandesas como decorrentes de uma migração asturiense da Cantábria (*vide infra*), correspondendo, assim, às clamações setecentistas quanto a uma identidade comum revista na Cantábria pré-romana.

Era o que defendia, por exemplo, Manuel Domingos Heleno Júnior (1894-1970), ao considerar que artefactos semelhantes ao crescente calcário recolhido nas «Grutas de Alapraia» demonstravam como as lúnulas irlandesas tinham sido influenciadas pelas ibéricas e não o oposto (Acta n.º 167, 18/06/1936). Com efeito, depois de comparar os materiais líticos de tipo asturiense das estações galegas com os exumados na Irlanda, descritos por C. Blake Whelan⁷, E. Jalhay apresentou as últimas conclusões de um estudo que realizava, defendendo a existência de um *roteiro sul-norte da indústria asturiense*. Uma ideia, aliás, apoiada por nomes como os de Miles Crawford Burkitt (1890-1971), da Universidade de Cambridge, de Rui Correia de Serpa Pinto (1907-1933) e de M. Afonso do Paço, para quem «Temos assim um grande roteiro do paleolítico ao longo da costa Atlântica e dos rios Minho e Lima, uma população densa vivendo segundo os costumes da época.» (PAÇO, 1931, p. 3)⁸. Mas também pelo próprio C. B. Whelan, o primeiro a comparar a indústria portuguesa com a do norte da Irlanda (como sucedera relativamente aos testemunhos dolménicos⁹), mesmo que as estações arqueológicas do Noroeste português ainda carecessem de um estudo mais aturado.

A ideia de uma expansão asturiense no sentido Sul-Norte seria reforçada pela identificação dos característicos *picos* (*coup-de-poings* ou bifaces) nas costas inglesas, a par dos exemplares analisados por R. de Serpa Pinto no *Musée de Saint-Germain-en-Layes*. Poder-se-ia, por conseguinte, inferir a presença de «[...] uma faixa que se estende desde as costas da Inglaterra até ao Norte de Portugal, e na qual a estação da Areosa apresenta a particularidade de ser a mais meridional.» (Sessão de 21/02/1929). Além disso, os *picos asturienses* surgiriam já associados à cerâmica neolítica à medida que se deslocavam para Norte. Resguardava, em todo o caso, e a par de H. Obermaier, a sua propagação pela região galega. Uma formulação confirmada por E. Jalhay após a identificação de *picos* de quartzite junto à foz do Minho, proporcionando-lhe a descoberta da estação arqueológica de «La Guardia», nas proximidades de Pontevedra. Um achado que abrisse caminho ao estudo circunstanciado dos arqueossítios de Afife, Carreço e Areosa (*vide infra*). Além disso, E. Jalhay localizou (possivelmente por sugestão de H. Obermaier) a expressão territorial da cultura

⁷ “Ao entrar na ordem da noite, o sr. padre Jalhay, em nome de Blake Whelan, da Irlanda, comunica o descobrimento de uma necropole na ilha Rathlin (Irlanda), com sepulturas toscas, de forma rectangular. As sepulturas são de incineração e apresentam ossos de animais, cinzas, pedras calcinadas, instrumentos recordando a tecnica campinhense, e uma ceramica da mais simples, com decoração incisa linear e ondular. As sepulturas de Rathlin vem confirmar a hipotese de que já no primitivo neolitico se faziam sacrificios aos [manes(?)] dos sepultados, pois os ossos calcinados dos bois e dos cavalos confirmam essa hipotese de um arqueologo francez. O autor da descoberta lembra que se tenha produzido uma emigração dos povos de Campigny para a Irlanda, atravez do mar, o que constituiria uma sugestão interessante para o estudo do roteiro do asturiense, a que o sr. padre Jalhay se tem dedicado ultimamente. O nosso vice presidente julga que talvez essa emigração constitua uma ultima etape da cultura asturiense. E lembra tambem que, datando essas sepulturas de 3.000 anos a.C. seria interessante relaciona-las com as ultimas descobertas de Obermaier nas sepulturas alentejanas da mesma epoca.” (Acta n.º 7. 12/07/1934. Nosso itálico).

⁸ Não obstante, e quase uma década volvida de investigações, o mesmo M. Afonso do Paço mencionava que “Admite-se um roteiro da costa até á Galiza, Irlanda e Bretanha, na direcção Sul-Norte, mas outros pretendem agora atribuir-lhe um sentido inverso. Aguardemos calmamente que os factos resolvam esta divergência.” (PAÇO, 1962, p. 7).

⁹ “[...] j’ai fait allusion dans mon exposé aux rapports ethnologiques et archéologiques entre les populations primitives péninsulaires et celles de l’Irlande, du Pays de Galles et de l’Écosse. Cette vague thèse paléo-ethnique – de primitif occidentalisme – trouve ainsi dans ces occurrences, sinon une preuve scientifique, en tout cas un appui moral très appréciable..” (SEVERO, 1905-1908, p. 114).

asturiense através da identificação do seu “fóssil director” – o *pico* asturiense – em estações arqueológicas do Sudoeste galego, e, mais especificamente, na costa atlântica (uma das suas principais características), denominando-as, então, de *camposanquienses*.

Mas não só. Como que pretendendo finalizar a polémica estabelecida em torno das origens do Epipaleolítico/Mesolítico do actual território português, E. Jalhay tentou transferir o epicentro da presumida influência norte-africana em território peninsular para o termo espanhol, defendendo que o Paleolítico superior na Península Ibérica seria predominantemente caracterizado pela presença do complexo industrial aurignacense oriundo do Norte, onde sofrera os primeiros impactes de outra grande *invasão* de povos meridionais “[...] que nos trouxe de África a cultura sbaiko-aterense e, possivelmente, a arte rupestre do levante espanhol.” (Acta n.º 161, 17/01/1936). Utilizava, no fundo, os mesmos argumentos da escola arqueológica catalã relativamente a Portugal. Sobretudo quando a fase média do Paleolítico superior – o Solutrense – era frequentemente interpretada como de origem norte africana, vinculada ao Sbaikiense de tradição Ateriense, cronologicamente situada nos inícios daquela subdivisão paleolítica vulgarmente atribuída para o Continente europeu, ou seja, o Aurignacense. Havia, porém, um ponto que ultrapassaria o aparente desmerecimento colocado por esta filiação norte-africana: o facto de parecer que os “[...] povos aurinhacenses vindos da Ásia Oriental (onde a cultura em questão parece ter tido a sua origem) chegou à Península Ibérica, por dois roteiros: um europeu, outro africano – Síria, Palestina, Norte de África e Península (sbaiko-aterense).” (FONTES, s/d, p. 23).

Na verdade, o empenho colocado na indagação de uma originalidade paleolítica, epipaleolítica/mesolítica, neolítica, calcolítica e das Idades do Bronze e do Ferro nas actuais fronteiras portuguesas terão motivado E. Jalhay a apresentar o resultado das campanhas arqueológicas conduzidas por R. de Serpa Pinto em La Guardia (depois de E. Jalhay a ter publicado, reportando-se, tanto mais, a uma região que conheceria bem¹⁰), Moledo, Âncora e Afife (onde se encontraram também vestígios de habitações castrejas interpretadas pelas gentes locais como “fornos”) e em Areosa, por Abel Viana (1896-1964), esta última da responsabilidade posterior de E. Jalhay (Sessão de 18/01/1929). Deslocando-se à Galiza, na companhia de M. Afonso do Paço, para avaliar as informações disponibilizadas por A. Viana, E. Jalhay observou a existência de instrumentos aparentemente paleolíticos em Carreço, confirmando a presença da sua indústria em Camposancos, Seixas e Moledo, registando que, na estação de Viana do Castelo “[...] os picos são aos milhares, não rolados, o que leva o Sr. padre Jalhay a julgar que deve estar ali o núcleo principal das estações asturienses.” (Sessão de 09/01/1930), confirmando, assim, a suposição de um roteiro Minho-Galiza-Cantábria, enquanto as investigações subsequentes reafirmaram a distribuição predominante dos *picos* ao longo da costa (Sessão de 13/12/1945).

3.2 – Pressupostos histórico-culturalistas

A chave residia no *rigor e método com que se procede nestas escavações* (JALHAY, 1923, p. 215), embora estivessem longe os anos em que o interesse de J. Grahame D. Clark (1907-1995) pela economia mesolítica proporcionaria aos investigadores na área outra visão do período, além da simples análise artefactual. Era, na verdade, uma substituição

¹⁰ Um conhecimento que adviria, em grande parte, dos tempos em que, depois de regressar à Península Ibérica (1916), procedente de Inglaterra, onde permanecera desde que a 1.ª Guerra Mundial o surpreendera em terras belgas, leccionara no Colégio fundado pelos jesuítas portugueses (ou “Colégio del Pasaje”, onde se criara um museu de Ciências Naturais, contemplando artefactos pré-históricos), precisamente em La Guardia, antes de se dirigir a Oña, para aprofundar os seus conhecimentos teológicos, região particularmente fértil em material pré-histórico, e onde conheceu pessoalmente H. Obermaier e o Conde de La Vega del Sella (MOITA, 1952, p. 213-219; CARDOSO, 2006).

clara do anterior modelo cronológico pelo estudo de cada parcela cultural, no seguimento de estudos conduzidos por antropólogos norte-americanos empenhados em explicitar as alterações culturais motivadas, não apenas por interações comunitárias, como pela adaptação aos respectivos ecossistemas, num processo entendido como “cultura ecológica”, numa tentativa processual de responder à questão mais desafiadora: porquê, ainda que menos focalizada em factores tão relevantes quanto os sociais e cognitivos.

Ainda que incipientemente, constituía uma tentativa de aplicar, ao estudo da antiguidade mais remota, a teoria funcionalista retirada dos meandros da análise sociológica. Na sua base, residia a convicção de que se alcançaria um conhecimento melhor do comportamento humano quando relacionado com os sistemas sociais concebidos enquanto conjunto de elementos funcionalmente dependentes. Pois, sempre que ocorresse uma disrupção num dos seus componentes, ela implicaria inevitavelmente a reformulação de todo o sistema, como se de um organismo vivo se tratasse, confirmadas pelas abordagens antropológicas de Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881-1955) e Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) – este último no estatuto de “pai” do *funcionalismo* –, bem como nos trabalhos do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). Mas também de A. A. Mendes Correia, para quem, “Os seres vivos têm uma embriologia. Uma Nação, ser vivo, tem uma ontogénese, indubitavelmente longa, complexa e obscura, mas real e necessária. [...] O gérmen do povo português [...] é multimilenário, como multimilenário é o seio materno que o gerou e agasalhou, esta terra bendita e formosa de Portugal.” (CORREIA, 1944, p. 32). Era (quase) uma sublimação dos enunciados políticos da época, que tão bem absorvera enquanto presidente da edilidade portuense (1936-1942), antes de assumir o cargo de procurador da Câmara Corporativa e de deputado da Assembleia Nacional (1945-1956). Uma posição que facilitaria a interpretação do passado ao torná-lo previsível e, por conseguinte, passível de formular-se (quase) matematicamente, em especial ao pressupor que a actividade humana (=função) só existia e fazia sentido quando importava à existência comunitária, incentivando, por isso, ao estudo aprofundado das instituições.

Indepentemente disto, o facto é que esta nova escola antropológica social emergira em forte oposição à Etnologia, vulgarmente associada, não apenas ao evolucionismo linear, como sobretudo ao difusionismo, ainda que se entendessem as alterações observadas no seio das comunidades humanas como derivadas de um elemento alígena, dada a natureza conservadora do Homem. Era, porém, uma proposta de trabalho que, na Arqueologia, merecia apenas a atenção de quem já não se circunscrevia ao modo como se processavam as alterações no seio de cada comunidade mas, antes de mais, no seu funcionamento interno. Este interesse, mesmo que empírico, em razão da sua anterioridade relativamente à concepção sociológica, manifestava-se desde há muito entre arqueólogos que procuravam entender as modificações arroladas no registo arqueológico e ecossistemas originais, tal como predissera J. J. A. Worsaae no longínquo ano de 1840. Entre nós, houve quem reflectisse sobre a questão, repudiando a proximidade cultural de comunidades no mesmo estágio de desenvolvimento, assim como o estaticismo conferido pelo método histórico-cultural – ou culturalista –, conquanto sobrepusesse a cultura às condições mesológicas em que florescia, afirmando-se que,

os ciclos, círculos ou tipos da escola histórico-cultural apresentam também uma irredutibilidade, uma independência ou um verdadeiro carácter estanque que *não estão de acôrdo com a verificação não só de difusões e entrecruzamentos das culturas, sobretudo das mais progressivas*, como também da comunidade de muitos processos psicológicos em todos os seres e grupos humanos [...]. Mas *não se fantasia menos, individualizando “complexos” de cultura, estáticos, independentes, irredutíveis* (JALHAY, 1923, p. 213-214. Nossos itálicos). [Entretanto,] *Abandonou-se a preocupação dum evolucionismo unilinear e mecânico* que torna hoje a nossos olhos certas árvores genealógicas de espécies e raças como que devaneios quasi infantis. *Reconheceu-se a complexidade extrema dos problemas filéticos e etnogénicos*, das classificações, afinidades e hierarquias raciais, a necessidade de *considerar menos importante do que antes se supunha, o papel morfogenético do meio e*, pelo contrário, *mais poderosa e transcendente a acção dos factores hereditários e constitucionais* (CORREIA, 1944, p. 34. Nossos itálicos).

Era, em todo o caso, um sinal claro de como os cultivadores da actividade arqueológica em Portugal nos primeiros decénios do novo século consciencializavam a necessidade (senão urgência) de conferir-lhe um estatuto científico através de uma metodologia rigorosa. Já não bastava analisar tipologicamente os artefactos exumados, nem seriá-los e classificá-los para alcançar um conhecimento aproximado do quotidiano das comunidades que representavam, mesmo que (muito) parcialmente e, na maioria dos casos, por força de uma comparação etnográfica herdada da actividade arqueológica oitocentista. À medida que se afastavam de uma abordagem puramente evolucionista (e, para mais, linear), aproximando-se de uma apreciação histórica, os arqueólogos concentraram-se no exame rigoroso da estratigrafia para aferir mutações culturais e cronológicas – certamente na esteira de Charles Darwin (1809-1882) –, como compreenderam estudiosos destacados do mundo clássico, a exemplo de Giuseppe Fiorelli (1823-1896), Alexander Konze (1831-1914), Ernest Curtius (1814-1896), Wilhelm Dörpfeld (1822-1890), W. M. F. Petrie (1853-1942) e Augustus H. L. F. Pitt-Rivers (1827-1900), além de P. Bosch Gimpera, para quem, sobretudo,

La Prehistoria, cuando está bien estudiada, cuando nos muestra la *sucesión perfectamente clara de las culturas y la evolución de cada una de ellas*, há de darnos una serie de datos que si son bien apreciados, permitirá una reconstrucción todo lo segura que puede ser una hipótesis científica, ya que todos sabemos cuán difícil es llegar a una evidencia absoluta en tales problemas (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 4. Nossos itálicos).

Devia-se, ademais, a W. M. F. Petrie e ao antropólogo cultural norte-americano Alfred L. Kroeber (1876-1960) a emergência da sistematização dependentemente da presença ou ausência de um número considerável de diferentes tipos artefactuais em “contexto fechado”, assim como da “seriação de frequência” de um número bastante mais restrito de tipos. Ainda que não disponhamos de dados sobre a sua utilização por arqueólogos portugueses, o facto de colaborarem com nomes maiores da Arqueologia peninsular da primeira metade do século XX permite-nos pressupor que o fizessem, até por serem, à época, os métodos mais aplicados no terreno. Não obstante, a incerteza mantém-se com um grau acrescido quando o assunto se estende ao método elaborado por Mortimer Wheeler (1890-1976), generalizado na Europa a partir de 1930 (*vide infra*). Em todo o caso, escrevia-se, ainda em 1944, e a propósito de Idanha-a-Velha, com acentuado vigor nacional(ista) que,

a suposição de que uma exploração metódica num sítio em que achados casuais ou outras considerações aconselhem *pesquisas mais amplas poderá conduzir à exumação científica* dos contornos de habitações, do delineamento dos arruamentos, da planta do velho povoado ou de parte dêle, enfim, das *sucessivas estratificações, correspondentes às várias épocas sobrepostas de povoamento e ocupação local. Nenhuma exploração do género se fez ainda. Tudo tem sido accidental.* Velhas paredes descobertas pelo arroteamento agrícola ou na escavação de alicerces. Lápides com inscrições latinas em muros, ou encontradas casualmente, inteiras ou fragmentadas, ao revolver-se a terra ou esquecidas, a um canto (CORREIA, 1944, p. 27-28. Nossos itálicos). [...] estamos convencidos de que *explorações metódicas* naquelas paragens [Beira Baixa] *trarão revelações* úteis para o esclarecimento não só da história local, mas também *da história nacional*, sobretudo das bases mais profundas desta última (CORREIA, 1944, p. 29. Nossos itálicos). [...] *Ai da sociedade humana ou do grupo étnico que não tenha a consciência, ao mesmo tempo, da sua individualidade histórica e das suas virtualidades do porvir!* (CORREIA, 1944, p. 146. Nossos itálicos).

É verdade que, nas palavras de C. de Oliveira (*vide supra*), a derivação do Epipaleolítico e/ou Mesolítico português da cultura capsense surgiria, então (1927), a olhos nacionais como uma tentativa de *assacar-lhe* a origem *libio-phenicia*, ou seja, do Mediterrâneo Oriental, da génese civilizacional, como sublinhavam as *Escrituras*. Uma possibilidade que a afastava de um universo que estivera na base do desenvolvimento europeu ulterior, remetendo-a para uma periferia de contornos subalternizados, longe dos preceitos orientalizantes. Mas os estudos desenvolvidos desde então lançariam um novo olhar sobre a questão.

Com efeito, a (suposta) *selvageria do berbere actual* pouco comungaria do seu passado e da realidade dos factos traduzidos nos materiais arqueológicos colhidos na região do Atlas. Sobretudo quando a comunidade berbere pertencia a um ramo da principal família linguística do Norte de África e do Médio Oriente – a hamito-semita –, abrangendo, por conseguinte, as grandes civilizações pré-clássicas (incluindo a egípcia), as mesmas das quais se pretendia decorrerem os principais fenómenos culturais registados em solo europeu, (re)abrindo-se, por isso, as portas ao (re)enquadramento peninsular no eixo mediterrâneo. Uma interpretação que não arredava o estigma impresso pela cronologia atribuída ao Capsense que, como já vimos (*vide supra*), implicava, não apenas uma transição do Paleolítico superior sob influência exógena, como a fixação e desenvolvimento epipaleolítico e/ou mesolítico num tempo mais tardio do registado noutros territórios europeus, designadamente espanhol. Era como se pairasse ainda sobre determinados meandros académicos peninsulares a superioridade do *Kulturvolker* sobre o (hipotético) *Naturvolker* de G. Kossina.

Em todo o caso, as teorias formuladas em torno de uma possível unidade antropológica pré-histórica entre a Península Ibérica e o Norte de África enraizavam numa tradição oitocentista quando Francisco M.^a Tubino, num artigo publicado (1876) na *Revista de Antropología*, intitulado *Los aborígenes ibéricos o los berberes en la Península*, a defendeu na esteira da convicção de P. Broca sobre o assunto. Uma posição à qual não fora estranha a conjuntura política vivida pela restauração borbónica. Ainda assim, não se estenderiam (pelo menos explicitamente) as pretensões francesas invocadas para o território das Ilhas Canárias, quando, no ano seguinte (1877), o médico René Verdeau (1852-1938) se deslocou ao arquipélago para corroborar a hipótese formulada por Théodor Hamy (1842-1908) e Armand de Quatrefages (1810-1892) sobre uma presumível relação étnica entre a sua população pré-hispânica e o «Homem de Cro-Magnon» descoberto anos antes em Dordogne (França). Em contrapartida, Espanha assentaria a sua imagem externa nas pretensões imperialistas precisamente em território marroquino, no âmbito de uma política regeneradora do país, vários anos depois do duro golpe inflingido pela perda da quase totalidade das possessões ultramarinas nos idos de 1898. Um facto que abalara profundamente o orgulho nacional(ista), no mesmo ano em que Portugal celebrava Vasco da Gama. Não admira, por isso, que a Madrid franquista subvencionasse expedições arqueológicas ao Norte de África em busca de conexões entre as culturas ibéricas e as norte-africanas (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 103), coordenadas pelos dois arqueólogos espanhóis, por excelência, do regime nas suas duas fases – a falangista europeísta (porém anti-capitalista – em especial do imperialismo mercantilista e plutocrático, representado pela antiga Cartago e pelas modernas Holanda e Inglaterra – e anti-liberal) e a do *Opus Dei* –, J. M. Santa-Olalla (ao reforçar o papel das relações hispano-árabes na etnogénese espanhola) e Martín Almagro Basch (1911-1984), embora já sem o peso teórico depositado por P. Bosch Gimpera, para quem a cerâmica ibérica formaria a última etapa de uma produção originada na África do Norte. Pois,

La función norteafricana y africana en general (pese a snobismos, y, por lo que atañe a España, el inefable “descubrimiento” de África por razones oportunistas) está hoy perfectamente clara, en su pasividad y regresividad casi generales, como continente colonial por excelencia. [...] y non estará lejano el día en que podemos encontrar en Marruecos (la Hispania Tingitana) estos indicios de pasividad africana en forma de productos industriales españoles, que podrán ser unas hachas de bronce, un vaso campaniforme, como ya hemos encontrado (SANTA-OLALLA, 1946, p. 97-98. Nossos itálicos).

Mas, enfim, os interesses político-económicos subjacentes eram completamente diferentes dos portugueses e espanhóis de finais do século XIX, princípios do XX, e a burguesia portuguesa não procuraria basear-se em estudos de antropologia pré-histórica para legitimar uma aproximação aos círculos franceses, contornando, assim, a agenda imposta pela capital. Não deixa de ser, contudo, no mínimo, curioso que M. Heleno radicasse a origem etnogénica da actual população portuguesa precisamente no *Cro-Magnon*, enquanto primeira *raça* europeia relacionada com a “superioridade” cultural da Arte franco-cantábrica, longe de qualquer outra comunhão (*vide infra*), designadamente do tipo físico *Combe-Capelle*, de traços “proto-etíopicos” (donde negróides), associado, em geral, ao *Capsense*.

Detenhamo-nos, por momentos, nestes assuntos.

Influenciados por um nome maior da tese orientalista e conceituado arqueólogo V. G. Childe, estudiosos portugueses perfilharam a teoria da expansão oriental por via marítima e/ou terrestre para explicar a origem do Neolítico peninsular, de uma forma geral, e da cultura dolménica, em especial, cujas particularidades dimanariam da especificidade geológica do território. Olvidariam, no entanto, uma questão fundamental do próprio pensamento childeano – ainda que rebuscado no kossiniano – impresso no *The Dawn of European Civilisation* recentemente publicado (1925), impressionado que estaria com as repercussões epistemológicas dos dados fornecidos pelas campanhas de escavação conduzidas entre 1908 e 1911 no *tell* de Vinca (Sérvia). Referimo-nos à visão pan-europeia da antiguidade pré-romana, fundamentada no conceito de “cultura”, em substituição do tradicional sistema tecnológico de períodos mortilletiano. Resultava, no entanto, de um olhar, quer, em parte, difusionista, perante as relações estreitas que manteria com o Próximo Oriente, quer evolucionista, face às adaptações dos elementos orientais às respectivas características e potencialidades de contextos europeus. Estabelecia-se, assim, e de algum modo, uma terceira via de abordagem das realidades arqueológicas identificadas em terreno europeu, um compromisso entre “ocidentalistas” e “orientalistas”. Conquanto actualizada, era uma posição que reforçaria em *L'Orient préhistorique* (1934) com as investigações empreendidas entretanto no terreno. Uma abordagem que já não satisfaria os círculos arqueológicos peninsulares, especialmente espanhóis, com destaque para a figura de J. M. Santa-Olalla – discípulo de G. Kossina –, franquista confesso, donde ultra-nacionalista.

Apesar de não encontrarmos referências explícitas a G. Childe na comunidade arqueológica portuguesa, pelo menos até à sua deslocação a Portugal (anos 40 –*vide infra*), apercebemo-nos da subjacência do seu pensamento.

É o que inferimos quando a (ilusória) singularidade dos monumentos megalíticos fundamentaria o ocidentalismo de P. Bosch Gimpera partilhado por R. Severo¹¹ e retomado entusiasticamente por M. Heleno, já plenamente emoldurado pelos paradigmas childenianos, contrariando, assim, o entendimento de M. Gómez-Moreno quanto aos megálitos andaluzes como manifestação brilhante do neolítico peninsular protagonizado pelos tartessos, criadores de um verdadeiro império – mas apenas mercê da sua base lígur –, numa imagem reforçada por A. Schulten (MARTÍ-AGUILAR, 2003, p. 191-192).

M. Heleno discordava, no entanto, de P. Bosch-Gimpera em relação à procedência nortenha desta particularidade defendida por A. A. Mendes Correia, para quem a “[...] região noroeste peninsular em que intensamente floresceu a cultura pré-histórica dos castros e das citânias, dum região que, ainda que em mais remota data, constituiu, o foco de irradiação dum cultura megalítica [...]” (CORREIA, 1944, p. 32). Correspondia-a, assim, *grosso modo* à área culutral ocidental das quatro peninsulares definidas por P. Bosch-Gimpera.

Pelo contrário, M. Heleno sublinhava a multiplicidade de focos megalíticos no actual território português, um dos quais situado na região alentejana, da qual se transportara maritidamente a cultura dolménica até às costas bretãs e britânicas (MOITA, 1956, p. 135-136). Posicionava-se, deste modo, em conformidade à abordagem precedente de A. A. Mendes Correia, embora a estendesse «[...] a outros países do noroeste europeu, em presumido testemunho dum velha talassocracia atlântica, dum verdadeiro império ocidental, anónimo, de há mais de quatro mil anos.» (CORREIA, 1944, p. 32).

Era, sem dúvida, uma utilização política de testemunhos arqueológicos, substanciando o devir histórico do país e o seu papel de potência colonizadora contemporânea, no momento em que a Espanha falangista associava a ideia de império espanhol a um hipotético império tartessico de enfoque indigenista (MARTÍ-AGUILAR, 2003, p. 124-133), antes de a pressão internacional perigar as bases do império português a revitalizar nas comemorações (1960) do

¹¹ “[...] quiçá, invertido o itinerario, mais um argumento da imaginosa theoria que pretendia explicar a civilização megalithica pela intervenção de extranhas influencias, espalhadas ao longo do littoral europeu por via maritima.” Cf. cimentado sobretudo após a publicação da obra referencial *Etnología de la Península Ibérica*, a primeira grande síntese sobre a pré-historicidade ibérica da lavra de um peninsular.» (SEVERO, 1905-1908b, p. 710).

centenário da morte do Infante D. Henrique. Recentralizava-se, deste modo, a sua origem, enquanto se invertia a orientação expansionista aclamada durante tanto tempo.

Esta situação contrariava por completo o desígnio principal de M. Heleno: a afirmação das especificidades culturais portuguesas através, justamente, de testemunhos arqueológicos, os únicos a validar pretensões independentistas e hegemónicas, como apreenderam destacados pensadores europeus, para lá dos critérios geológicos e tipológicos de oitocentos. Criticava-se, deste modo, o “tipologismo” etnológico. O mesmo seria (quase) dizer evolucionista linear ou difusionista/migracionista (oriental), ao qual se contrapunha o funcionalismo, o único passível de desvendar o sistema interno de cada comunidade (*vide supra*). Associava, por isso, o primeiro à Arqueologia – entendida aqui como método estratigráfico –, e o segundo àquela que deveria constituir o exercício arqueológico, isto é, a abordagem cultural. Um passo fundamental para ultrapassar tal estado consistia na exploração arqueológica sistemática do território português, nomeadamente no que respeitava ao Paleolítico superior, no qual *mergulham as raízes do povo português*, amovendo-se “[...] o domínio da ideia capsense e a crença no negróide *afér-taganus*, quer dizer, a génese africana do povo português e das suas primeiras culturas.” (HELENO, 1956b, p. 226)¹².

Ademais, o território norte-africano fora arredado do palco das grandes civilizações, excepção feita ao egípcio, perfazendo um *naturvolker* do qual se fazia derivar o Epipaleolítico português. Uma situação a elucidar mediante o estudo cuidado de estações mesolíticas, buscando-se responder às três perguntas que M. Heleno considerava fundamentais: *Quando viemos? Donde viemos? O que criámos?* Demonstrava, assim, a sua convicção do carácter exógeno das culturas pré-históricas em solo português, entendidas por muitos aportadas de África pelo estreito de Gibraltar. Pelo contrário, as escavações revelariam, numa expressão (quase) máxima reivindicativa das raízes europeias portuguesas (ZILHÃO, 1987, p. 34-35),

*Nada de africano*¹³; ao contrário *todas as indústrias da Europa ocidental da época* [princípios do Pleistoceno] *têm larga representação no nosso país* e por elas pudemos concluir que foram *as raças europeias* – a de Cro-Magnon, Combe-Capelle e Chancelade – que, *eliminando o homem de Neandertal, constituíram o primeiro e mais importante extracto da nossa etnogenia* (HELENO, 1956b, p. 234. Nossos itálicos).

Comungaria, deste modo, a etnogenia portuguesa de A. A. Mendes Correia, para quem, com profunda ironia,

Ao «neandertaloidismo» dos crânios de Mugem e ás pretendidas sobrevivências «neandertaloides» nas provincias portuguesas do norte, opomos-lhe formal contestação. Parece impossível que espíritos ilustres hajam alimentado um momento taes ideias. *Os crânios de Mugem são bem H. sapiens*, e os nossos contemporâneos do Minho, Trás-os-Montes e Beira não

¹² Relocalizando os concheiros da Quinta da Sardinha, descobertos (1863) por C. Ribeiro, encontraram-se (1925) seis concheiros no Paúl de Magos, dois dos quais contíguos e próximos da Quinta da Sardinha, que presumiram corresponderem aos identificados no século anterior. Reconheceram, ainda, concheiros no Paúl do Duque, onde recolheram micrólitos trapezoidais e triangulares talhados em sílex, assim como lascas de quartzito, remetendo a fauna malacológica para um especialista na matéria, ao mesmo tempo que o crânio analisado pelo Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, dirigido por A. A. Mendes Correia, apresentava caracteres “[...] perfeitamente idênticos aos do homem Afer Taganus de Muge.” (Sessão de 14/02/1946), ou seja, predominantemente dolicocefalo, pertencente à variante local do tipo físico do “homem africano”, contemporâneo do *proto-braquimorfo* de Muge. Uma ilação relevante por afastá-lo do Neanderthal (CORREIA, 1927, p. 175), como acentuou M. Heleno, na sua oposição inflamada ao *Homo Afer Taganus* de A. A. Mendes Correia, ao insistir em descender a actual população portuguesa do tipo neolítico de *Baumes-Chaudes* (CORREIA, 1927, p. 216) (=tipo central europeu), do qual derivava o tipo mediterrâneo ou ibero-insular (CORREIA, 1919, p. 93). Pois, “O neolítico assistiria, entre nós, à colisão e, por vezes, à fusão, dos elementos étnicos vindos da bacia do Mediterrâneo e da África com vários elementos, uns, sobreviventes do paleolítico espanhol, outros, o maior numero, recém chegados da Gália e talvez representantes do tipo de Baumes-Chaudes, o padrão racial do português contemporâneo” (CORREIA, 1918, p. 240).

¹³ Uma expressão quase a relembrar a ênfase com a qual J. Cabré anunciou a M. Gómez-Moreno, relativamente ao espólio da sepultura da necrópole de Toya, de que *nada es romano* (CABRÉ *apud* GONZÁLEZ REYERO, 2002, p. 64).

deixariam de protestar contra aquela hipótese, tão pouco lisonjeira para eles, se estas questões fossem acessíveis ao vulgo. *O H. Neanderthalensis, uma espécie arcaica e extinta*, diversa até dos australianos e das actuaes populações inferiores do globo, *um hominídeo semi-bestial, de celebração reduzida e estagnada – a acotovelar-se conosco, aqui no norte de Portugal, em plena Europa, em pleno seculo XX, talvez usufruindo todos os direitos civís e políticos!...* (CORREIA, 1918a, p. 238. Nossos itálicos).

Ainda que M. Heleno remetesse para o início do Paleolítico Superior as raízes da etnogenia portuguesa, fruto da acção do *Homo sapiens sapiens*, como demonstrariam as correspondentes manifestações artísticas, tal convicção não respondia a todas as questões que levantara.

Com efeito “Donde vieram estes novos povos? Como se escalonaram? Qual a sua importância para o estudo das nossas origens?” (HELENO, 1956b, p. 234).

No conjunto, estas interrogações demonstravam a persistência da sua posição referente à sua origem – conquanto “europeia” –, como definiam os sítios solutrenses escavados entre nós, a cujo espólio, confirmaria, na persuasão de M. Heleno, e contrariamente à tese do pré-historiador catalão Francisco Jordá Cerdá (1914-2004), a inexistência de dois solutrenses, de *facies* cantábrico e ibérico. Pelo contrário, defendia a originalidade do solutrense português em resultado da fusão de elementos franceses e ibéricos, longe, por conseguinte, do “espectro” africano.

De outro modo, como implementar a pretensão de A. A. Mendes Correia de colocar, como sucedia nas principais potências europeias, a Antropologia e, (quase) por junção, a Arqueologia ao serviço de propósitos políticos mais abrangentes, introduzindo-a nos *curricula* universitários, expressão última da sua institucionalização definitiva e da sua equiparação à História da Arte: «Nem outra coisa seria para desejar, tratando-se dum país em que é necessário manter em vigília a consciência nacional, alimentando as suas raízes mais profundas, e em que há a defender e valorizar um vasto domínio colonial, sede das mais diversas raças.» (CORREIA, 1933, p. 5). Rejeitava, todavia, a sua utilização pan-germânica ou a *pluralidade das origens humanas* – por oposição à monogenia – defendida pelos escravagistas e do agrado evolucionista cultural, apesar do terreno conquistado pelo etnocentrismo, diversidade e relativismo cultural de Franz Boas (1858-1942). Substanciara, em todo o caso, o entendimento de M. Heleno quanto à antiguidade da etnogenia portuguesa (PEREIRA, 2001, p. 53), indo além de quaisquer pretensões portuguesas:

O povo português é o de menor índice cefálico médio na Europa, facto êsse que atesta *antiguidade e relativa pureza étnica*¹⁴. As diferenças de médias provinciais ou distritais em vários caracteres não são tão elevadas como noutros países, o que atesta maior homogeneidade. Enfim, a *Antropologia cultural ante-histórica reconhece a existência dum foco atlântico, português ou galaico-português*, de cultura nos tempos pré-históricos, *foco independente do mundo mediterrâneo, original, criador, expansivo, reconhecível, por exemplo, na civilização megalítica portuguesa*, e ao qual porventura está ligada a aparição dos mais remotos espécimes duma das mais antigas escritas, a *escrita que chamei proto-ibérica*. [...] considerar-se-ia sem hesitação, contra um arreigado preconceito erudito, uma invenção *anterior ao alfabeto fenício*, ao qual teimosamente se tem pretendido atribuir a ascendência de todos os alfabetos antigos e modernos...¹⁵ Assim, [...] a verdadeira Antropologia portuguesa fornece, como a vontade colectiva, *um*

¹⁴ “[...] o baixo índice cefálico português, a relativa homogeneidade da população actual do país e alguma analogia de elementos preponderantes nesta e na população neo-eneolítica, permitem presumir uma certa continuidade racial dos tempos pré-históricos até hoje, a despeito de sucessivas penetrações e infiltrações de sangue estranho desde essa data remota até ao presente.” (CORREIA, 1933, p. 33).

¹⁵ “Com efeito, as varias esculturas e insculpturas de evidente simbolismo, anteriormente descriptas, significam idéas, como proprios hieroglyphos de uma linguagem cultural. Era, pois, de natural comprehensão, que succedanea escripta ideographica se prestasse á lingoagem de uso corrente para inventario de factos e coisas de comezinha importancia, o que sempre foi natural e proprio do homem, nas phases consecutivas da sua vida e nos seus diversos grupos ethnicos. Entrementes, assim não se vê precisamente como que não representam directamente as proprias coisas ou respectivos elementos graphicos de contorno, mas provavelmente simbolisam em seus componentes phoneticos as palavras que significam essas coisas. Este acontecimento por completo revoluciona os preceitos estabelecidos como de boa sciencia.” (SEVERO, 1905-1908, p. 741). Mais. R. Severo concordaria com o pré-historiador francês Édouard Piette (1827-1906), ao referir “[...] como a tradição nos conserva a lembrança de uma civilização muito antiga na Peninsula Iberica, e pretende concluir

dos seguros alicerces da unidade e consciência nacionais. [...] ela está destinada a prestar ainda altos serviços na mais nobre e patriótica das tarefas: o melhoramento dos Portugueses de corpo e alma (CORREIA, 1933, p. 40-42. Nossos itálicos). *Em todos nós existe* – e deve ser mantida e avivada – *uma centelha da sagrada chama que é a própria alma da grei.* Em todos nós há a preservar e a fortalecer uma parcela anímica do Portugal de todos os tempos; *cada português representa um instante dessa luminosa e abençoada eternidade que é a Pátria* (CORREIA, 1944, p. 160. Nossos itálicos).

Discordaria, porém, de M. Heleno quanto à inexistência de influência africana, entendendo o *vasto domínio colonial* como *sede das mais diversas raças* (*vide supra*). Perspectivaria, por conseguinte, a legitimação imperial portuguesa baseada no *luso-tropicalismo* (ALEXANDRE, 1999, p. 391-394), a particularidade do povo português – por contraste aos tropicalismos norte-europeus –, mesmo que o *Estado Novo* obviasse a valência da miscigenação. O que não impedia A. A. Mendes Correia de defender a predominância dolicocefálica da população portuguesa, embora sem – facto essencial – afinidades hemáticas com os negros africanos,

E, no entanto, *não falta ainda, nalguns países cultos, quem pretenda que o povo português é um povo de pretos ou mulatos*, ou que, pelo menos nele existe uma forte influência das raças negras africanas (digo “raças negras” e não simplesmente “raças africanas” porque há raças africanas que não são negras, como os brancos da África do Norte). [...]: «Portugal possui, como a Espanha, uma população de tipo acentuadamente ocidental (Günther chama assim à raça mediterrânea ou ibero-insular doutros autores). *O sangue oriental mal se descortina. O nórdico existe em fraca proporção*, e apenas nas cidades do litoral. *Pelo contrário, parece separar etnicamente os Portugueses e Espanhóis ocidentais uma influência forte de sangue de negros*, já reconhecível em Espanha... (CORREIA, 1933, p. 36-38. Nossos itálicos).

Na verdade, era um dos temas mais entusiasmantes produzidos pela (ainda) escassa comunidade arqueológica nacional, ao qual não ficou indiferente o poder político. De contrário, como entender que, no quadro das comemorações centenárias de 1940, se realizasse um congresso de Pré e Proto-história portuguesa, a primeira das assembleias organizadas no âmbito do Congresso do Mundo Português? (CORREIA, 1944, p. 146). Uma interrogação especialmente pertinente perante a convicção de que o povo português era resguardado pela *Providência* e deveria ser amparado institucionalmente, “[...] mas sem cair nos absurdos e reprováveis excessos neo-maltusianistas e nos radicalismos eugénicos [...]” (CORREIA, 1944, 149)¹⁶?

que os Phenícios teriam tomado no arredado mundo ocidental os mais comuns d’estes signaes graphicos, que melhor se accomodavam á sua escripta commercial, os quaes mudariam de valor e significação em suas mãos, transformando-se em verdadeiros caractéres alphabeticos.” (SEVERO, 1905-1908, p. 742). “Ora, se de facto os phenícios não vieram conhecer ao Occidente europeu os velhos caractéres alphabeticos, pois que semelhantemente fora de uso por outras terras orientaes da bacia do Mediterraneo, é certo, porém, que n’uma era prehistorica, em conformidade com a mais grosseira chronologia, isto é, muito antes da epocha attribuida ao invento phenicio, existiram por esta região do velho mundo signaes lineares representando uma determinada lingoagem escripta.” (SEVERO, 1905-1908, p. 744).

¹⁶ Se dúvidas houvesse acerca da simbiose cultivada entre ciência e política, as seguintes palavras de A. A. Mendes Correia no discurso inaugural do Congresso Nacional de Ciências da População realizado no Porto no âmbito das comemorações centenárias de 1940 afastá-las-iam: “Não é exacto o que sôbre a pretensa decadência de Portugal afirma Henri Decugis no seu livro *Le Destin des Races Blanches*. Essa decadência seria devida, segundo aquê autor, à infecundidade das familias dirigentes, à pululação de elementos inferiores, a um abastardamento da raça pelo mestiçamento intenso com gente de côr, ao abaixamento do nivel intelectual da população, à escassez dos individuos de escol, que de há três séculos a esta parte quasi não permitira a Portugal participar no prodigioso movimento intelectual da Europa. [...] a simples realização dêste Congresso é um protesto contra a asserção dos que nos dizem decadentes, na mais lamentável ignorância do nosso brilhante movimento intelectual do século XVIII, da nossa acção no Brasil colonial, dos nossos modestos esforços para a valorização das colónias, do labor de alguns dos nossos institutos científicos, do verdadeiro milagre de ressurgimento, operado sob a direcção firme e esclarecida de Salazar.” (CORREIA, 1944, p. 150-151). O que não o impedia de sublinhar que “É intuitivo que, quanto mais intenso e variado fôr o mestiçamento e mais activa a interferência social e política dos mestiços na vida portuguesa, mais rápida e fortemente se desfigurará a fisionomia tradicional da Pátria e irá desaparecendo o que de mais nobre e próprio existe no valor português. Seria a dissolução do Portugal multissecular, o fim de uma cadeia vital ininterrupta e gloriosa.” (CORREIA, 1944, p. 194).

Apesar de considerar que os estudos realizados entre nós sobre o Quaternário substanciariam a cronologia de H. Obermaier (*vide supra*), com quem partilhava o cepticismo relativo à existência do “Homem Terciário”¹⁷, E. Jalhay defendia uma revisão dos estudos estratigráficos, designadamente das grutas das Fontainhas, Furninha, e Cesareda – nas duas últimas das quais assinalou, pela primeira vez entre nós, materiais atribuíveis ao Paleolítico superior –, a exemplo do que ocorria nos arredores madrilenos. Pois, “Só assim, acrescentou, será possível determinar com mais fundamento se a cronologia estabelecida para o paleolítico do Norte da Europa pode também ser aplicada, ao menos em parte, ao paleolítico da Península.” (CORREIA, 1924b, p. 31).

Adoptava-se, assim, o desenvolvimento cultural dissonante, como diferentes e anacrónicos eram os caminhos percorridos pelos países europeus na contemporaneidade, pois “Fantasiou-se demasiado, na suposição da universalidade duma curva contínua e ascendente de progresso.” (CORREIA, 1944, p. 214).

3.3 – O Calcolítico e o campaniforme

Nem uma palavra, contudo, sobre a necessidade de ir mais além, para lá dos artefactos e entender as razões das variações observadas no registo arqueológico como decorrentes de uma simples resposta a um estímulo, a um domínio, enfim, do ecossistema em que as comunidades, suas fazedoras e utilizadoras, se inseriam, tal como sucedia com o indivíduo na actualidade. Pois “Herdaram-se tendências, mas a educação e o ambiente, a acção indutora do exterior completam a formação individual.” (CORREIA, 1933, p. 83). Complementam, mas não decisivamente, pois “[...] ecoam ainda as palavras célebres de Hegel, quando êste pedia que não lhe falassem do céu da Grécia para explicar a velha civilização helénica, pois o mesmo céu cobriu os Gregos antigos e os Turcos e Gregos modernos.” (CORREIA, 1944, p. 22). Preferia, deste modo, a “[...] coexistência de factores biológicos e físico-sociais, de factores hereditários e mesológicos, na vida dos povos [...].” (CORREIA, 1944, p. 22-23), pois, “Se o meio fosse onnipotente, não haveria tipos físicos estáveis. A hereditariedade é o mais forte princípio vital.” (CORREIA, 1919, p. 28).

Tal não invalidava que E. Jalhay considerasse que os exemplares de cerâmica campaniforme recolhidos nas «Grutas de Alapraia» derivassem de um roteiro da *cultura do vaso campaniforme* introduzido por via marítima no actual território português, “[...] directamente da Andaluzia para a foz do Tejo e foz do Sado.” (Acta n.º 155, 02/07/1935), reiterando a cerâmica como *fóssil director*, por excelência, da abordagem histórico-cultural.

Manteve e aprofundou esta convicção passados sete anos, inspirando-se nos resultados das sucessivas campanhas de VNSP, traduzindo-a em *A Civilização – designação sugestiva dos pressupostos inerentes – Neo-Eneolítica Portuguesa: sua expansão e roteiros* (Acta n.º 231, 30/01/1942). Uma existência confirmada no conjunto de exemplares encontrados no número crescente de arqueossítios identificados na foz do Tejo e ao longo das suas margens, à medida que se caminhava para montante.

Não obstante, havia “Um ponto a elucidar é o das possíveis infiltrações africanas, isto é, se o vaso campaniforme não veio de África.” (Sessão de 13/07/1944). Era como se as principais mutações observadas no registo arqueológico das estações portuguesas continuassem a ser interpretadas como oriundas, não de circunstâncias internas das comunidades preexistentes, mas de uma influência estranha que, no caso do actual território nacional, tendia a ser (quase) sempre associado ao Norte de África, mesmo que não ao negro.

¹⁷ “Até agora nem sequer em terrenos do plioceno, que é a última fase do terciário, se encontrou o mínimo vestígio de ossada humana. Só por meio dos eólitos também se não prova a sua existência; outra coisa seria se com êles se tivessem achado restos de cozinha ou ossadas humanas, porque sem isso a origem dos eólitos pode muito bem explicar-se por meio de forças dinâmico-geológicas.” (JALHAY, 1921, p. 257).

Era, todavia, uma situação algo similar à que suscitara a polémica quanto ao Epipaleolítico e/ou Mesolítico “português”, por se tratar de um período transitório, protagonizado, neste caso, pelo Bronze. Tal como sucedera com os mapas produzidos por M. Afonso do Paço para o Paleolítico e Mesolítico (*vide supra*), E. Jalhay apresentou (1946) uma *carta* com os sítios portugueses com testemunhos similares à alabarda de sílex recentemente descoberta no Penhascoso (Mação). Por si só, este facto demonstraria a mesma procedência, “[...] como parece deduzir-se da identidade de tipo, das dimensões, da pátina e até do material de que são fabricadas.” (Sessão de 14/02/1946), numa altura em que,

Na arqueologia [...] obtêm-se consideráveis progressos nos métodos de investigação, na estratigrafia, no exame dos sinais intrínsecos de antiguidade, na identificação das madeiras pelos caracteres das cinzas, no estudo dos pólenes, na aplicação da genética à determinação da origem das plantas cultivadas, na paleopatologia, nas relações da geografia física com a pré-história (CORREIA, 1944, p. 34)

Volvida mais de uma década, e dissertando sobre a Arqueologia sesimbrense, Eduardo J. M. da Cunha Serrão (1906-1991) equacionou a possibilidade de fenómenos pré-históricos e proto-históricos do actual território português por fazerem manifestações recuadas da *individualidade portuguesa*. Destacou, por conseguinte, e a par da expansão atlântica da *cultura dolménica* – avançada por outros estudiosos (*vide supra*) –, a disseminação da *cultura do vaso campaniforme*, interligando-as às descobertas quinhentistas, como se de três faces constitutivas de uma especificidade nacional se tratassem (Acta n.º 117, 20/10/1960). Até porque, no ano em que prepara a carta paleolítica e epipaleolítica do país, M. Afonso do Paço sublinhava “Trabalha[r]mos hoje afincadamente no ressurgimento do Império, a tuba da fama esforça-se por mostrar ao mundo a nossa actividade colonizadora.” (PAÇO, 1934, p. 4).

Era o que indicavam a E. da Cunha Serrão os materiais recolhidos na península de Sesimbra, com o apoio de A. A. Mendes Correia, na qualidade de presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (CEEP), instância de contra-poder ao Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos e Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, de M. Heleno (FABIÃO, 1999, p. 125). Uma colaboração que contemplava também os poderes locais, nas figuras do presidente autárquico – acrescentando, assim, a valência arqueológica à arquitectónica dos seus monumentos medievais e modernos (“A vila de Sesimbra foi visitada pelos representantes da imprensa”, 1934, p. 8) –, do eng.º José Brás Roquete e de Manuel José Palmeirim, numa conjugação de esforços e interesses traduzida no Museu Arqueológico Municipal.

Quanto à cerâmica campaniforme, E. da Cunha Serrão frisava a relevância da baía de Sesimbra na aceitação e divulgação de “[...] um estilo cerâmico raro na Península Ibérica que se supõe ser tartésica e inspirado em tipos cerâmicos fenícios [...]” (Acta n.º 117, 20/10/1960.), “[...] na época em que os povos comerciantes e navegadores do Mediterrâneo ocidental e oriental percorriam, ao longo da costa hoje portuguesa, o afamado caminho marítimo do estanho [...]” (Acta n.º 117, 20/10/1960), em busca de matérias primas essenciais ao desenvolvimento dos seus intercâmbios. Rasgava-se, deste modo, uma nova visão do passado centrada no desenvolvimento económico das suas múltiplas comunidades, tal como ocorrera ao longo de toda a História ocidental. Além disso, parece-nos sintomático que esta abordagem assomasse um pouco em contraposição à ideia de que a cerâmica campaniforme representaria a “grande cultura hispânica” – embora E. da Cunha Serrão a considerasse tartésica, expressando a capacidade, vocação e missão imperialista espanhola. Uma deputação revista por arqueólogos portugueses, embora relativamente aos dolmens (*vide infra*).

Neste sentido, o estudo do povoado pré-histórico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) integrar-se-ia na ideia concebida e divulgada ainda em finais de oitocentos quanto a uma “idade de ouro” da pré-historicidade portuguesa protagonizada pelo Calcolítico, decorrente de uma comunhão entre o substrato indígena e elementos do mediterrâneo oriental. Enquanto isso, as suas escavações eram avaliadas por J. M. Santa-Olalla como símbolo maior do modo como a civilização peninsular – no seu todo – trouxera a metalurgia ao continente europeu, (re)apropriando-se de uma

realidade encontrada em solo português (CARVALHO, 1989, p. 105). Encontrara-se, assim, o último argumento da política colonial (LEITE, 1999, p. 352-361) – e de missionação – do *Estado Novo*, ratificando-se a obrigatoriedade de estender a sua civilização às comunidades (pretensamente) menos desenvolvidas, equiparando-se este momento da História portuguesa ao das Descobertas quinhentistas (LILLIOS, 1995, p. 57-69). Na verdade, não seria casual que fossem M. Afonso do Paço e E. Jalhay a investigar Vila Nova de São Pedro, para mais membros da recém formada (1936), por A. de Oliveira Salazar (1889-1970), Academia Portuguesa da História (VICENTE, 1999a, p. 23-24), num período particularmente favorável ao investimento cultural proporcionado por uma certa estabilidade económica interna, em cujos desígnios se traçava o compromisso de reconstituir criticamente o passado através do enriquecimento documental dos direitos inalienáveis de Portugal sobre o seu território europeu e domínios ultramarinos.

A questão não se resumia a este aspecto. Subsistiam dúvidas quanto à interpretação de artefactos que acompanhariam este tipo cerâmico nas mesmas estações, eventualmente decorrentes de um primitivo culto *Eneolítico* exógeno.

Esta questão tornara-se recorrente na comunidade arqueológica nacional e, por conexão, da Secção de Arqueologia Pré-histórica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, como sucedera a propósito das escavações de Vila Nova de São Pedro, ao recolher-se um exemplar de trigo aparentado ao moderno *triticum aphaersocum*, cuja origem se intentava remeter – como Vanilou e J. M. de Santa-Olalla – para o Sudoeste asiático, de onde derivara, “[...] seguindo a via danubiana, para a Suíça, Liguria e Península Ibérica, onde já apareceu na estação de Almizaraque, estudada por Siret e Leisner.” (Sessão de 07/03/1950).

Paulatinamente, o *funcionalismo* introduzia-se na Arqueologia portuguesa, conquanto episodicamente, apreendendo-se o olhar de V. G. Childe sobre o percurso centro-europeu da «Revolução Neolítica». Tentava-se reconstituir, em todo o caso, o *modus vivendi* das comunidades sobreviventes em ecossistemas específicos, canalizando energias derramadas em organização económica, política, social e mágico-religiosa, perfazendo um sistema fundamental à autoreprodução explanado por J. Grahame D. Clark em *Archaeology and Society* (1939) (CARDOSO, 1999, p. 147)¹⁸.

A ilação de Vanilou e J. M. de Santa-Olalla secundarizaria, no entanto, o canal levantino e norte africano de aproximação à Península Ibérica, num momento em que a *Prehistoric Europe: The Economic Basis* (1952), de J. Grahame D. Clark, ignorava, nas palavras de M. Afonso do Paço, a “[...] arqueologia portuguesa, chegando-se mesmo a pôr em dúvida os achados de milho painço da estação eneolítica de Pepim (Amarante), estudados pela Universidade do Porto.” (Sessão de 24/04/1952). O que seria tanto mais grave quanto teria revisto a bibliografia e coleções arqueológicas europeias para delas retirar os dados necessários ao entendimento do seu crescimento económico entre o fim das glaciações e período histórico (TRIGGER, 1992, p. 252). Antes de mais, esta ausência traduzia a escassez de divulgação, no estrangeiro, das investigações arqueológicas portuguesas, fazendo-se representar episodicamente nos principais encontros científicos, rareando a produção bibliográfica noutras línguas que não a portuguesa e a castelhana, às quais se somava, por vezes, a francesa. J. Grahame D. Clark dificilmente acederia, por conseguinte, ao conteúdo das nossas principais publicações arqueológicas. É certo que tal não impedia que recorresse a expedientes para conhecer o seu teor. Mas talvez o vazio relativo ao actual território português na sua obra reflectisse o entendimento dos principais nomes da Arqueologia mundial sobre o desenvolvimento genérico das comunidades pré e proto-históricas identificadas entre nós até então, manifestando um decandentismo coadunado à imagem do Portugal contemporâneo, supostamente justificada nessas raízes tão remotas quanto apartadas dos principais eixos culturais do continente europeu.

¹⁸ Não fora, porém, a primeira vez que a atenção nacional se concentrara em argumentos arqueobotânicos e arqueozoológicos. Embora por histórico-cronológicas, A. A. Mendes Correia invocara, no início dos anos 30, a frequência crescente de *Mytilus edulis* em concheiros asturianos – bem como no Cabeço da Arruda, contrariamente ao que sucedia no Cabeço da Amoreira, para sustentar a anterioridade destes.

Formava, porém, um vazio incómodo para uma comunidade científica empenhada em descortinar o seu passado mais remoto, baseando-se, justamente, nas linhas teóricas preponderantes à época, a maioria das quais germinada em universidades britânicas sob influência de estudos antropológicos norte-americanos e ingleses, designadamente por Edward Evan Evans-Pritchard (1902-1973), numa reacção à abordagem a-histórica – porquanto mecanicista e redutoramente determinista – dos seus predecessores mais próximos, Bronislaw Malinowski e A. R. Radcliffe-Brown.

Até porque a obra de J. Grahame D. Clark se transformara rapidamente num modelo de trabalho, principalmente por considerar a reciprocidade da relação entre cultura e meio ambiente, aplicando o conceito ecossistémico do botânico britânico Arthur George Tansley (1871-1955), à luz do qual todos os processos se constituem pela junção de múltiplas vertentes em nome da sua perenidade, como de um mecanismo autoregulador e homeostático se tratasse. Assim sendo, as alterações observadas no registo cultural equivaleriam a uma resposta da comunidade às mutações ambientais proporcionadoras de flutuações populacionais, a par de inovações tecnológicas e de contactos culturais, incentivando-se um olhar “para dentro” de cada agrupamento humano. A recolha de gramíneas em VNSP (*vide supra*) indicaria o ascendente de J. Grahame D. Clark na comunidade arqueológica portuguesa, embora não conduzisse à instauração de uma interdisciplinaridade e desenvolvimento de uma escola paleoeconómica, como sucedeu em terras britânicas.

Era, no entanto, sintomático que uma tentativa inicial de encontrar em solo português artefactos análogos aos identificados em regiões espanholas se metamorfoseasse em recolha *da* anterioridade pré-histórica nacional(ista). Uma necessidade despontada no final dos anos 30, quando, tal como L. Pericot, M. Afonso do Paço atribuiu “[...] às estações asturienses galaico-portuguesas uma antiguidade maior que às das Astúrias.” (Acta n.º 54, 16/05/1929). Ainda que inconscientemente, configuraria à zona uma realidade político-cultural homogénea desde a pré-historicidade. Um processo de algum modo semelhante à vinculação da Arqueologia oitocentista asturiana à doutrina regionalista – *Asturianismo* – reconhecida pela nova classe média, na tentativa de configurar uma identidade cultural própria materializada (1844) na *Comisión Provincial de Monumentos de Oviedo* – conquanto no quadro genérico espanhol –, razão do enaltecimento de elementos míticos fundadores como o *Covadongismo* (MARÍN SUÁREZ, 2004, p. 77-80). Entretanto, a ideia de M. Afonso do Paço subjacera ao íntimo das zonas raianas portuguesas e à mente dos incentivadores da proximidade galega e minhota¹⁹, insolvida “[...] se não quando se encontrarem estações com estratigrafia e onde apareçam *in situ* os «picos» asturienses.” (FONTES, 1932, p. 19).

A *Sociedad Pro-Monte Santa Tecla* fora autorizada (1914) pelo Ministério da Instrução Pública (MIP) a investigar e a fundar um museu a instalar provisoriamente em residência alugada. Uma situação que perigaria a integridade dos artefactos escavados, sobretudo se desacompanhados dos equipamentos que acautelassem a sua valorização permanente. Haveria, por isso, que atribuir-lhe um novo *valor* – além do de *antiguidade* –, dessa feita turístico, a integrar no *contemporâneo*, transformando um *monumento morto* em *monumento vivo*. Como reconhecia E. Jalhay, era difícil apartar esta evidência, a exemplo de experiências extra-peninsulares. Bastaria pensar no que sucedia em *Conimbriga* para apreendê-la:

O passeio de quinze kilometros a Condeixa-a-Velha despertaria uma tentadora e constante curiosidade, se os arredores de Coimbra não fossem tam abundantes de formosos atractivos e paisagens incomparaveis. Assim, só os raros contemplativos de evocações archeologicas de longe em longe visitam este melancholico cemiterio d'uma civilização passada (“Excavações nas ruínas de Conimbriga”, 1927, p. 359)

¹⁹ Não seriam os primeiros investigadores a utilizar vestígios arqueológicos para confirmar uma realidade político-sócio-cultural sobrevivente ao devir dos tempos, pois, no século XIX, F. Martins Sarmiento tomara uma iniciativa congénere, ainda que não assumida de modo oficial e pleno (MARTINS, 2008).

E. Jalhay sabia do que falava. Recebia com regularidade notícias de actividades na citânia de Santa Tecla, cuja planta seria levantada em breve por um engenheiro estatal, expressamente deslocado de Madrid para o efeito, numa prova do *valor* conferido pelo país aos assuntos arqueológicos, dotando a sua escavação de uma verba anual de 5.000 pesetas. Entretanto, as investigações revelavam materiais que a aproximariam de outras realidades ibéricas, designadamente portuguesas. Em concreto, um elemento cilíndrico julgado inexistente a Norte do Mondego, a par de fíbulas e contas policromas – aparentadas às recolhidas por S. F. M. Estácio da Veiga – expostas no museu de Santa Tecla inventariado por J. Cabré, “[...] o que constitui um preciso livro sobre a nossa protohistória, e diz [E. Jalhay] “nossa” porque Santa Tecla pode considerar-se nossa, sob o ponto de vista científico.” (Sessão de 15/11/1930)²⁰ pela proximidade geográfica que mantinha com exemplares castrejos minhotos.

Além disso, emoldurava-se com perfeição na estratégia traçada pelo *Seminário de Estudos Galegos* (*vide supra*) de valorizar, conjuntamente ao Paleolítico, a Proto-historicidade galega, por oposição à presença romana, conotada à perda de um substrato cultural pretendidamente endógeno e, acima de tudo, à assolação da sua indentidade pela proximidade então forçada ao restante território peninsular (FERNÁNDEZ, 1997, p. 460). Era, sem dúvida, um processo similar ao catalão, onde a *Renaixença* motivava o conhecimento da herança celtibérica, investigando-se Numância, frequentemente associada a comemorações nacionais(istas)/regionais(istas) e empregada como símbolo, por excelência, da unidade catalã. Até porque, tal como Massada (Israel), se particularizara pela imolação perante o exército romano (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 123). O poder madrilenho elevava-a, porém, como alegoria da coesão que a Regeneração borbónica pretendia hastear no palco europeu, antes de os arqueólogos alemães, subvencionados pelo *Kaiser*, escavarem no local, por intermédio de A. Schulten (ALMELA BOIX, 2004, p. 263), perspectivando o resgate de um pedaço da longa memória do substrato celta do qual se hasteavam herdeiros, ao mesmo tempo que denunciavam a inferioridade cultural dos grupos remanescentes em solo peninsular. Uma crença que, nos círculos políticos germânicos, significaria a oportunidade – quase única – de realizarem o seu propósito científico até que o Estado espanhol o controlou por completo, adquirindo os terrenos que albergavam as ruínas, financiando anualmente as investigações e formando uma comissão específica de trabalho (JIMENO & TORRE, 1997, p. 471-483). Não só. As inquirições bascas centralizavam-se na comprovação da incursão celta – assim como a Galiza demandava a presença de elementos celtas e suevos que pretendiam seus antepassados (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 126) –, a única a igualar a sua proto-historicidade à da Espanha setentrional, contrariamente ao que ventilava P. Bosch-Gimpera (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 99).

3.4 – Em torno do megalitismo

O cilindro exumado em Sta. Tecla (*vide supra*), recordaria os recolhidos em Monte Abraão, em especial por não apresentar qualquer gravação na superfície, conquanto tivesse sido encontrado no povoado de Sta. Tecla um exemplar gravado, “[...] um idolo, como o de Cintra, com olhos e dois semi-círculos, cilindros que, parece, se estenderam, então, até à Galiza.” (Sessão de 25/11/1930.), uma figuração comparada por J. Fontes às gravações das *placas de louza*, referindo não existir “[...] razão para não supor que é a mesma ideia representando um idolo pré-histórico.” (Sessão de 25/11/1930.).

Era uma conclusão arrojada quando, neste mesmo ano (1930), F. Alves Pereira apresentara, em comunicação proferida sobre o espólio recolhido numa anta que explorara em Idanha, desenhos de umas “[...] peças de pedra, achatadas, triangulares, de chisto do cambrico local, que parecem pedras votivas, visto a natureza da rocha

²⁰ “Ultimamente foi ali encontrada uma cabeça ou ponta de um torques de ouro, com ornamentação igual á dos nossos, mas tão delicada que, segundo Cabré, é a melhor peça do genero encontrada até hoje em toda a Europa.” (Sessão de 15/11/1930).

não permitir qualquer aplicação útil.” (Sessão de 15/05/1930), aludindo a outras peças revestidas, no seu entender, de igual carácter simbólico, como machados/simulacros. Perante a sua pluralidade, E. Jalhay considerava dever-se atender sempre às *placas triangulares*, até por estabelecerem um diferencial do megalitismo identificado no actual território português – derivado, segundo P. Bosch-Gimpera, de um grupo capsense (CORTADELLA MORRAL, 2003, p. CVIII)²¹ – e, por conexão, do espaço mágico-religioso neolítico, mais fértil e multifacetado do que o correspondente quadrante cronológico-cultural do Ocidente europeu. Também por isso, noticiou entusiasticamente a descoberta, em Santa Tecla, de uma estela funerária insculpida com a representação de um báculo e de um machado de cobre, de configuração triangular, de marcado intuito cultural (Acta n.º 6. 14/06/1934). Ademais, a configuração triangular do machado coadunar-se-ia à teoria do engenheiro e arqueólogo belga, autor de relevantes campanhas arqueológicas espanholas e do referencial *Les premiers âges du métal dans le sud-est de l’Espagne* (1887), do arqueólogo belga Louis Siret (1869-1934) (AYARZAGÜENA SANZ, 2004d, p. 235-242), quanto às formas ondulatórias como elemento masculino, por oposição ao feminino traduzido no triangular, como observado em gravuras e pinturas de *povos selvagens*, reforçando – nas palavras de J. Fontes – um possível *culto do machado* no castro de S.ta Tecla (Acta n.º 8. 18/12/1934).

O sucesso destas temáticas suscitou o maior interesse da Associação dos Arqueólogos Portugueses, aguardando-se o resultado de outras campanhas, enquanto E. Jalhay conferenciava sobre *A Arqueologia Pré-histórica no Congresso das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Ciências (Barcelona 20-27 de Maio de 1929)* (Acta n.º 59, 11/07/1929).

Este evento deveria marcar o desenvolvimento da Arqueologia portuguesa, lançando as bases da investigação proto-história peninsular (ALMELA BOIX, 2004, p. 263), especialmente quando, a par de A. A. Mendes Correia, E. Jalhay representara a AAP. Não obstante, o reconhecimento das actividades conduzidas em Portugal proviria, não das autoridades nacionais, mas de espanholas, nomeadamente na figura de P. Bosch-Gimpera ao atribuir a A. A. Mendes Correia, da Universidade do Porto, e a Virgílio Correia, da Universidade de Coimbra, a presidência de várias sessões, a reiterar a necessidade, enunciada anos antes, de colaboração permanente entre as duas comunidades científicas²².

Com efeito, o discurso inaugural da sexta secção fora confiado a A. A. Mendes Correia, dedicando-o a «O problema da cronologia das mais antigas inscrições do noroeste peninsular» (Acta n.º 59, 11/07/1929), convicto da presença de *alfabetiformes* em artefactos magdalenenses e em paredes de grutas paleolíticas, sendo que «Algumas das gravuras da arte rupestre do N.O. peninsular poderão talvez ser tidas por verdadeiros caracteres alfabéticos.» (Acta n.º 59, 11/07/1929). Um assunto que transcorreu a sua vida de investigador (*vide supra*), procurando, quase incompreensivelmente, testemunhos de uma cultura portuguesa ancorada no passado mais remoto, contrariando enunciados espanhóis, designadamente da escola catalã. Como a temática dolménica não se esgotara no seio europeu, discutindo-se a sua origem geográfico-cultural, V. Correia vislumbrava de igual modo uma escrita nos signos gravados nalguns exemplares, mormente de Alvão (Trás-os-Montes) e Parada (Pontevedra), assim como em artefactos móveis (Acta n.º 59, 11/07/1929), substanciando uma comunhão pré e proto-histórica entre as regiões galega, minhota e – agora também – transmontana. E não se encontravam sós nesta abordagem. R. Severo identificava em dolmenes transmontanos, juntamente com registos numéricos de *coisas e factos* – ou *pedras de contar* – em lajes com ‘fossetes’, caracteres alfabéticos, nos quais

²¹ Interessante que este mesmo investigador entendesse a *cultura portuguesa*, procedente da Estremadura, como o âmago de desaparecimento da cultura do vaso campaniforme do Baixo Guadalquivir, alcançando Almería, onde deram lugar à cultura de *Los Millares* (contrariamente à abordagem orientalista dos irmãos Siret, por exemplo), até que *El Argar* (entendida pelos mesmos irmãos Siret como derivada de uma invasão celta centroeuropeia) exerceria o processo inverso (CORTADELLA MORRAL, 2003, p. CVIII-CXI).

²² “[...] vantagem particular do Congresso do Pôrto e foi a união e estreitamento de relações entre os cientistas portugueses e espanhóis, muita vez tão distanciados por ódios e rivalidades seculares de raça e de nacionalidade. [...]. As duas nações rivalizaram como num grande certame: cada uma apresentou os seus cientistas mais notáveis e estes, por sua vez, estadearam os seus descobrimentos científicos, nas exposições de instrumentos para o progresso das sciências e da indústria” (TAVARES, 1921, 228).

“Independentemente da fôrma e uso, claramente simbolicos, aperceber-se-hia n’esses signos ou em suas combinações um intuito ideographico, a stenographia de uma determinada lingoagem” (SEVERO, 1905-1908, p. 738).

Considerando que o espólio recolhido em monumentos megalíticos era composto essencialmente de cerâmica atribuível a um período que intitulou de *post-megalítico*, V. Correia atribuiu os sinais a uma actividade *proto-ibérica* (Acta n.º 59, 11/07/1929), com origem no actual território português. Uma dedução reforçada pela posterioridade cronológica evidenciada pela análise estrutural dos exemplares localizados em solo espanhol, quando comparados ao arcaísmo dos portugueses. V. Correia apresentou, então, um conjunto de cerca de 400 petróglifos levantados em duas estações de arte rupestre transmontana, “[...] sendo alguns inteiramente inéditos por representarem machados encabados” (Acta n.º 114, 30/06/1960). Uma ocorrência que tinha lugar no momento em que L. Pericot divulgava um motivo serpentiforme identificado num castro galego das proximidades de Mondariz (Valença), muitos anos antes (1960) de Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997) apresentar a *Arqueologia megalítica baixo-alentejana; suas relações com o Algarve e Sudeste Espanhol*, num testemunho da pertinência do assunto.

A gramática decorativa pré-histórica e – sobretudo – proto-histórica presente em suportes pétreos de povoados fortificados do Norte de Portugal agradava sobremaneira a intelectualidade nacional desde a lavra de F. Martins Sarmiento. A existência, no entanto, de “[...] uma cultura de povoações fortificadas ao sul de Portugal [...]” (Acta n.º 6, 14/06/1934), formalmente divergente da castreja compelia a uma revisão do entendimento dos povoados muralhados de altura erguidos no mesmo período, mas não no mesmo espaço. Pois o modelo histórico-cultural (cultura=povo – registo arqueológico enquanto fenómeno antropológico) demonstraria como, neste caso, os “pacotes” artefactuais encontrados sistematicamente em determinado espaço e tempo equivaleriam a uma única comunidade (ou grupo) e – o que talvez fosse mais importante – ao local da sua germinação. Ainda que inconscientemente, concentraram-se, passo a passo, no entendimento dos processos culturais, ultrapassando a barreira da descrição primária dos seus materiais (de intrinsecidade nem sempre apreendível), tentando descortinar todo um sistema (=estrutura) inerente às dinâmicas culturais, desprendendo-se da mera recolha artefactual (=antiquarismo) – conquanto oitocentos assistissem à associação entre artefactos, estratos geológicos e vestígios osteológicos –, quantas vezes de forma desconexa. Procurava-se, antes, compreender quando, porquê e como se relacionaram (=processo), inferindo, para tal, a partir dos estudos etnológicos da actualidade, e a exemplo do que propuseram entre nós José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e António Jorge Dias (1907-1973), numa preconização do “método histórico directo”, a interligação de “tipos” de cultura material (=combinação de atributos favorecidos pelos seus fazedores) a “tipos” de comportamento etnográfico.

Não estranhará, por conseguinte, que, três décadas antes, por ocasião da sua viagem a Oya, onde se identificaram gravuras rupestres, A. do Paço e E. Jalhay relembassem um penedo insculturado com uma serpente, um motivo enraizado no folclore regional, nomeadamente das vizinhanças castrejas. Um facto que, na sua opinião – e na de outros autores portugueses (GOMES, 2002, p. 146) –, confirmaria a hipótese formulada por F. López Cuevillas e F. Bouza Brey (fundador do *Seminário de Estudos Galegos*) na obra (1929) *Os Oestrimnios, os Saefes e a Ofiolatria en Galiza* (tema então em voga, considerando-se a sua procedência oriental, centro-europeia ou celta) na Galiza pré-histórica, pressupondo-se o seu alargamento ao Minho (Sessão de 13/02/1930), numa tentativa mais de acentuar as particularidades galegas no quadro peninsular (PRADO FERNÁNDEZ, 1997, p. 459).

3.5 – A proto-historicidade

Quanto aos machados de bronze, E. da Cunha Serrão retomou a temática possidoniana, interpretando a sua manufactura indígena a partir da respectiva distribuição geográfica peninsular, designadamente de tipos originais de machados de alvado com dois anéis e de talão de face plana – o denominado tipo “ibérico” ou “galaico-português”, mais adequados à identificação da *cultura castreja* radicada, segundo A. A. Mendes Correia, no substrato *eneolítico*,

contrariando, assim, a posição de P. Bosch-Gimpera sobre uma hipotética penetração cultural ibérica (que entendia de linhagem ibérica) nos castros do Noroeste português por intermediação lusitana (CORREIA, 1924a, p. 265). Assinalou, então, uma condensação de exemplares na Cantábria, Galiza, Minho, Vila Real e Estremadura, isto é, em zonas metalíferas, de cobre e principalmente de estanho (Sessão de 19/12/1963). Uma endogenia que se pretendia alargar a outros artefactos, até pelas consequências que traria a uma (re)afirmação nacional(ista), regional(ista) e local(ista), numa Europa e sobretudo numa Ibéria potenciadora de uniformização de actos a partir de um único foco original. O que, além de presumir a hierarquização cronológica de culturas cingidas pelas actuais fronteiras administrativas, pressupunha uma menor capacidade (pretensamente) transposta para a actualidade em domínios como a autonomia política e a criatividade artística, cultural e científica. Ainda que indirectamente, lidimava-se deste modo a sua subjugação – mesmo que não político-administrativa – aos desígnios imperialistas das principais potências europeias. E de entre aqueles tipos artefactuais, sobressaíam as cerâmicas *villacondenses*, para as quais,

Anciosamente se esperam melhores dados para completar o estudo d'uma unidade fítil, que *supponimus peculiar da região, e assim mais uma revelação do indigenato e da originalidade d'uma industria importante, á qual vae em moda negar autonomia e espontaneidade*. Não importa que o presente producto, de per si, não abone a superioridade da manufactura olarica; interessa em todo o caso como monumento discreto do trabalho indigena, *de livre concepção e factura independente* (FORTES, 1905-1908, p. 665. Nossos itálicos).

Residiria neste propósito a reavaliação da Necrópole do Olival do Sr. dos Mártires (Alcácer do Sal), escavada pelo fundador da AAP. Os materiais recolhidos refutariam a ideia de que o actual território português não apreendera o saber antigo por interposição fenícia, embora alguns pensadores a apoiassem à luz dos trabalhos de S. P. M. Estácio da Veiga. Mas fora justamente na sua obra que o Marquês de Jácome Correia não descortinara referências a materiais consolidadores de uma “colonização” fenícia ou, até, “[...] grega nas costas portuguesas, visto os não ter encontrado de época anterior aos romanos” (Acta n.º 60, 25/07/1929). E nada melhor do que refutar esta convicção no epicentro da escola arqueológica que a formulara. Apresentou, por isso, as fíbulas recolhidas no ‘Olival do Sr. dos Mártires’ como procedendo de uma *necropole post-hallstatica*, o momento final da última etapa de Hallstatt caracterizada por uma sociedade hierarquizada manifestada no mobiliário funerário, assim como pelo estabelecimento de centros estratégicos de produção artesanal e comercial. Uma leitura reforçada por P. Bosch-Gimpera ao relembrar a descoberta, pelo mesmo V. Correia, de um *escaravelho-amuleto* egípcio datado do século VI a. C., ou seja, do início daquela mesma etapa, quando da intensificação dos contactos entre fenícios e o mediterrâneo ocidental.

Atestava-se, deste modo, a gradual relevância política do exercício arqueológico, muito anos depois de Jacinto Bettencourt defender a origem hebraica das estelas dos (então) denominados *caracteres ibericos e celtibericos*, ou seja, da “Escrita do Sudoeste”. Viva-se um num panorama nacional particularmente interessante, em plena afirmação republicana, laicizando-se a sociedade, cujo fundo se remetia para o berço da matriz judaico-cristã da ocidentalidade europeia (Acta n.º 60. Sessão da Assembleia Geral de 31 de Maio de 1911, 1912, p. 302-304). Uma pertinência de actualidade supreendente, se recordarmos que, decerto para suplantarmos regionalismos do último quartel oitocentista, manuais escolares espanhóis editados pelo gabinete conservador de António Maura y Montaner (1853-1925) – e reiterados por M. Lafuente – dividiam (1910) a Península Ibérica em três grandes zonas, de acordo com as culturas supostamente predominantes em cada uma: Portugal e Galiza, pontuada pelo substrato celta conotado à barbaridade e incultura; Catalunha e restante litoral sul, representada pela presença íbera de elevada cultura, e o restante território dominado por celtiberos, um híbrido que carreara o melhor das duas primeiras essências²³. Uma proposta geográfica

²³ Uma questão que, entre outras, mereceu uma comunicação do Marquês de Cerralbo no Congresso Científico do Porto (Verão de 1921), intitulada *Singularidades celtibéricas* (TAVARES, 1921, p. 234).

de base histórico-cultural de profundas consequências políticas, nomeadamente para as relações bilaterais, ainda que, numa aparente defesa do *Iberismo* (VICENTE, 1999, p. 201-205) [na esteira do “pan-iberismo” oitocentista do historiador e arqueólogo Manuel de Góngora y Martínez (1822-1884)] – posteriormente depreciado por ser um factor de atomizar o território –, se afirmasse (1927) entre nós que,

Fica dito que *os lusitanos pertenciam ao grupo ibero ou celtibero, o que não quer dizer, que eles tivessem, ao tempo da conquista romana, grau de cultura comparável à que os iberos alcançaram a sul e sudoeste da península*, pelo VI século antes de Cristo, na escultura, na cerâmica, na fabricação de adornos, etc. *Iberismo dos lusitanos*. – Lê-se em Strabão que, *na Lusitânia, havia tribus célticas*, descendentes dos celtas das margens do Guadiana, mas não se conclua daqui que todos os lusitanos, etnicamente, estivessem nas mesmas condições (AZEVEDO, 1927, p. 92-93. Nossos itálicos).

Destes estudiosos, nenhum outro orientaria as suas investigações por um pressuposto ideológico tão notório como A. A. Mendes Correia, opondo-se, quase ortodoxalmente, ao *orientalismo* de individualidades como o sueco Oscar Montelius (1843-1921) e L. Siret (*vide supra*), conquanto ponderasse a esporádica influência levantina. Senão, que dizer da conferência proferida (1934) na AAP sobre *O Mito da Atlantida e as origens da cidade de Lisboa*, matéria que povoava há muito o imaginário europeu até que penetrou, em definitivo, no mundo científico, já na década de 50 (ELLIS, 2000)?

Analisando a cientificidade duvidosa de algumas abordagens, A. A. Mendes Correia baseou-se em textos clássicos para propor a correspondência do *Monte Sacro* a *Monsanto*, derivando *Olisipo* de *Elassipo*, “[...] transformação linguística admissível pelos processos etnológicos.” (Acta n.º 126, 07/02/1934). A verdade é que, passados seis anos, o assunto continuava a interessar consócios animados com a descoberta de materiais corroboradores das ligações hipoteticamente estabelecidas entre o extremo ocidental ibérico e as matrizes levantinas do Mediterrâneo. Uma convicção presente na comunicação realizada por E. Jalhay sobre *Relações entre a Península Ibérica, o Egipto e o Mediterrâneo oriental, durante o neo-eneolítico* (Sessão de 20/06/1940) [tal como A. García y Bellido insistira para a cultura ibérica (GONZÁLEZ REYERO, 2004, p. 82)], mesmo que, nalguns casos, por intermédio do território norte africano, pois «Essas relações foram há muito sustentadas principalmente por Siret e Montelius, e depois rebatidas, em parte, por Salomon Reinach e Bosch-Gimpera, mas os modernos pre-historiadores começam a inclinar-se para a primeira hipótese, baseados nos mais recentes descobrimentos.» (Sessão de 20/06/1940)²⁴. Era, porém, uma derivação divergente da pretendida para as origens do Paleolítico superior e, sobretudo, Epipaleolítico e/ou Mesolítico identificados entre nós (*vide supra*), por conectá-lo às antigas civilizações pré-clássicas, já não do Próximo e Médio Orientes, mas do Egipto.

²⁴ “As grutas neolíticas de Marrocos, como, por exemplo, a de Achakar, estudada pelo padre Koeler, oferecem paralelismos nitidos com as nossas da mesma época, quanto à cerâmica e indústria óssea. Os braceletes de conchas (pectuculos) da cultura egípcia predinástica e principios da dinástica aparecem em Almeria e também em Portugal. As contas minúsculas de forma achatada, tão comuns nas nossas estações da cultura de Palmela, abundam também no Egipto por volta de 3.000 anos a.C. Os fragmentos de foice dentada de sílex, semelhantes aos encontrados por Bonsor em Acebuchal (Sevilha), são decerto inspirados nas foices de sílex do Egipto, que apareceram entre nós em Alapraia e Vila Nova de S. Pedro. Os alfinetes de cabeça torneada, de tantas estações eneolíticas peninsulares, os objectos de marfim, os chifres de barro, até as cascas de ovos de avestruze de Almeria, são mais um elo de que nos une às culturas africanas da mesma época, além dos argumentos antropológicos, também muito importantes. As contas de colar aparecidas em Portugal são nitidamente egípcias, como as de calcite, se bem que Jacques de Morgan negue a sua origem oriental, em concordancia com a opinião do nosso malgrado Rui de Serpa Pinto, que supunha ser a calcite um produto do nosso paiz. Contra a sua origem oriental há realmente o argumento aceitavel de não ter deixado vestígios do seu emprego nos pontos do trajecto do presumido roteiro para o ocidente. Há porém um objecto encontrado em Vila Nova de S. Pedro que projecta muita luz sobre o assunto e confirma plenamente a hipótese das relações com a Africa: é o cutelo ou punhal de cobre, encontrado, descoberto na campanha de escavações de 1939, exactamente do mesmo género dos provenientes do Egipto, guardados no Museu do Cairo, e publicados por Morgan” (Sessão de 20/06/1940).

Além de, nas palavras de M. Heleno, ter “[...] arranc[ado] na Hispânia essa ciência da sua fase narrativa e de interpretação unilinear para abrir o seu período de compreensão cultural e etnológica e do estudo das interferências dos seus círculos culturais [...]” (HELENO, 1962, p. 309), transmutando-a de disciplina tipológica em ciência histórico-cultural, P. Bosch-Gimpera especializara-se em filologia clássica e Arqueologia no ambiente universitário e intelectual berlinense vincado pela escola de G. Kossina e seus adversários, Carl Schuchardt (1859-1943) e Erich Friedrich Schmith (1897-1964). Foi aí que bebeu o pensamento centro-europeu, reflectido nas interpretações adoptadas pela Arqueologia catalã, mais do que pela madrilena. Em especial no referente à equivalência entre cultura material e etnogénese, um pouco na esteira dos CIAAP oitocentistas e das exposições internacionais, onde os materiais arqueológicos figuravam abundantemente nas secções de “ciências antropológicas”. Mas foi também o que sucedeu em relação ao radicalismo difusionista, ou seja, ao migracionismo, mesmo que o considerasse apenas nalguns casos, mormente quando “[...] muy pronto la cultura de almería se distingue por el extraordinario desarrollo de la metalurgia, siendo ella la que propagó el conocimiento de los metales en Occidente, difundiendo el cobre y la plata” (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 5-6). Sublinhara (1927), por isso, que,

Al estudio de los pueblos primitivos actuales debemos en buena parte detalles y conocimiento de la existencia de los llamados «círculos de cultura», que *permiten sacar ciertas consecuencias del parentesco íntimo de tales culturas para vislumbrar su contenido etnográfico [...] [e] cuando tenemos una serie de datos similares de la cultura y del arte que se encuentra en un territorio limitado y que se extienden luego en un sentido o en otro siguiendo la dirección y los movimientos de los pueblos que produjeron dichas culturas* y que, por lo tanto, contrastan con otras civilizaciones, entonces, evidentemente, *podemos decir que esos círculos de cultura significan y suponen la historia de un pueblo*, revelándose, a través de ellos, su personalidad (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 4-5. Nossos itálicos).

Não obstante, e talvez no seguimento dos debates sobre a origem epipaleolítica/mesolítica peninsular, P. Bosch-Gimpera radicava a cultura de Almeria no Neolítico “das cavernas” do grande Atlas e na cultura sahariana. Até porque “Tal cultura, en Africa como en España, parece representar un estrato étnico indígena derivado de los pueblos del paleolítico superior de tales territorios, y que non son otros que los que desarrollaron la cultura llamada capsense [...]” (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 7). Entendia, contudo, tratar-se de uma civilização aportada do mediterrâneo, pois “Investigaciones hechas por diferentes egiptólogos há comprovado en lo más antiguo de la civilización predinástica algo que en realidad, no es más que la cultura del Sahara (El Badari, Fayum)” (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 8). Inscrevia, por conseguinte, na etnia líbio-camita (biblicamente descendente de *Cam*, filho de Noé) enraizada no Capsense, uma ideia reforçada por J. Martín Almagro Basch a partir de formulações de H. Breuil (ALMAGRO BASCH, 1946), teorizando o *El problema de la cerámica ibérica*, revindo a posição de P. Paris (*vide infra*) à luz de novos artefactos, afastadas que estariam dúvidas sobre o desempenho fenício nas culturas ibéricas, baseando-se de igual modo na cronologia micénica, com a qual P. Paris a entroncava (ROUILLARD, 2004, p. 313)²⁵. J. Martín Almagro-Basch problematizava também as origens do povo português e a individualidade das suas culturas pré e proto-históricas,

²⁵ Perante a ausência institucional, em território espanhol, da escola arqueológica inglesa – porém actuante por intermédio de personalidades, como o arqueólogo francês de origem inglesa George Bonsor (1855-1930) – P. Paris tentou contrariar a alemã particularmente presente no *Servei d'Investigacions Arqueologiques* do *Institut d'Estudis Catalans* (1914), extinto pela ditadura de P. Rivera e pela *Mancomunitat de Catalunya* esquerdista. Promoveu, então, a colaboração científica entre espanhóis e franceses, fundando (1909), em Bordéus, cidade geográfica e culturalmente mais próxima de Espanha (GRAN-AYMERICH, 1998, p. 312), a *École des Hautes Études Hispaniques*, antes de inaugurar e dirigir (1928) a Casa de Velásquez, a terceira *École Française* em solo estrangeiro, depois de Roma – onde Espanha inaugurara (1910) uma escola de História e Arqueologia (ÁLVAREZ & GIL de MONTES, 2004, p. 401-406), ainda que funcionando apenas até 1914 (MAIER, 2004, p. 83) – e Atenas. Coroava-se, deste modo, a importância arqueológica do território espanhol, reforçada com os acordos assinados sobre o protectorado marroquino.

destacando a dolménica e a castreja²⁶, sublinhando as particularidades ibéricas dos elementos retirados de *Cerro de los Santos* e corporalizadas na *Dama de Elche* (ALMELA BOIX, 2004, p. 266; ROUILLARD, 2004, p. 317-320).

Apesar das elaborações childeanas, esta problemática assomava em pleno debate darwinista. O mesmo evolucionismo que consolidaria a hipotética – e por muitos ambicionada – supremacia da raça ariana²⁷ no processo de selecção natural, patente numa suposta linearidade cultural de raízes pré-históricas, de perfeita harmonia com os recursos mesológicos, perfazendo, por oposição ao “tipo setentrional” (*Homo Alpinus*) e, sobretudo, “meridional” (*Homo Mediterraneus*), a mais forte das “almas dos povos” (ou perfis psicológicos), protagonizada, neste caso, pelo “tipo báltico” (o verdadeiro *Homo Europaeus*), de carácter estrutural, estável e continuado (PEREIRA, 2001, p. 315-320).

Ademais, é interessante que fosse justamente o ano seguinte (1929) particularmente profícuo ao nível de representação da Associação dos Arqueólogos Portugueses em congressos temáticos. Era uma reacção quase directa ao aumento registado em Espanha e ao apelo de pares espanhóis, participando em encontros organizados por instituições hispánicas. Foi o que sucedeu no Congresso para o Avanço das Ciências – de par com o Congresso de Arqueologia Clássica –, realizado em Barcelona, e presenciado por A. A. Mendes Correia e V. Correia, em representação, não das respectivas universidades, mas da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Entretanto, prosseguiam as conferências de arqueólogos associados. Uma tendência que não mais se desvaneceu das suas actividades, agora que assumia, em definitivo, o seu estatuto arqueológico, aceitando, todavia, outros estudos do passado, numa relação (quase) indissociável, ao mesmo tempo que interdisciplinar. Uma preconização do rumo fixado pela *New Archaeology* – de raízes histórico-culturais –, recuperando, ou melhor, multiplicando a demanda – conquanto crítica e inovadoramente – de um rosto por detrás das culturas materiais escavadas. Tal como os “novos arqueólogos” das décadas de 50 e 60, estes investigadores empenhar-se-iam mais no processo cultural (enquanto fenómeno mental) do que na descrição (como fim em si) dos materiais remanescentes, conectando-os para identificação da dinâmica subjacente e conferindo lógica à essência científica da Arqueologia assente em dados fenomenológicos, ou seja, em construções hipotéticas (abstractas).

Ao responder, com base em artefactos exumados e registados no terreno, a perguntas tão essenciais para o entendimento do passado, quanto *quando, porquê e como* – as mesmas colocadas pelo etnógrafo –, retorquia-se ao delírio que conduzira a Europa e o Mundo a uma mortandade sem precedentes. Procurar a diversidade na aparente unidade perfazia uma premissa que urgia sublinhar, sob pena de se reabrir o mesmo abismo, com consequências imprevisíveis, como sucederia, por mão de Berlim, ao precipitar a demonstração do direito apetecido sobre demais recessos, financiando investigações arqueológicas que comprovassem – e/ou construíssem – a unicidade continental sob a égide criativa dos seus antepassados, autêntico *Kulturvolker*, móbil fundacional do *Ahnenerbe* himmleriano.

Mas E. Jalhay pretendia sobretudo explicar o *metodo historico-cultural* aplicado aos estudos pré-históricos, defendendo a monogenia e o difusionismo enquanto dominadores de *ciclos de cultura* formados pelos primeiros grupos humanos, alguns dos quais sobreviventes nos *primitivos actuais*, numa inequívoca assimilação da escola que

²⁶ Não neste sentido as seguintes obras: *Pre-historia catalana*; *La Arqueología pre-romana*; *La pre-historia dos iberos y la etnologia vasca*; *Two celtic waves in Spain*, e, sobretudo, *Etnologia de la península ibérica*; *La formación de los pueblos de España* e *El problema indo-europeu*, para além do *El problema de la propogación de la escritura en Europa y nos signos alfabéticos de los dólmenes de Alvão*.

²⁷ Embora se deva ao nazismo a implementação de pressupostos subjacentes ao ideal rácico ariano, ele assomou na esteira de prestigiados pensadores não alemães. Profundamente influenciado pela cultura alemã e teórico do racismo, defensor do eugenismo e criador de um dos maiores mitos contemporâneos – o ariano –, o diplomata, escritor e filósofo francês (naturalizado alemão) Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), na esteira da semente lançada pelo naturalista britânico James Parsons (1705-1770) e de ponderações schlegelianas, o inglês Houston Stewart Chamberlain (1855-1927) casou com a filha de Richard Wagner (1813-1883) – o famoso compositor associado a posições anti-semitas –, participando num grupo ultra-nacionalista e anti-semita que verteu em obras de grande divulgação europeia inspiradoras de Benito Mussolini (1883-1945) e Adolf Hitler (1889-1945), transformando os povos germânicos nos únicos descendentes arianos, os líderes inatos da futura Europa, descortinados nas respectivas classes dirigentes.

o concebera, assumidamente childeana, ainda que de raízes kossinianas, olvidando que a História dos mesmos era de igual modo dinâmica. O seu estudo era, por isso, essencial ao conhecimento da primitividade, quando “A etnologia²⁸ passa deste modo a ser uma ciência histórica e um factor integrante do estudo dessas civilizações antigas” (LUZ, 2002, p. 390),

tendo-se já estabelecido que o *ciclo cultural* dos bifaces se originou no Sul, ao passo que o das lascas proviria do Norte e Oriente. Mais tarde podemos ainda seguir o *roteiro* de várias culturas e civilizações até mesmo ao eneolítico e no período dos metais, como por exemplo, *o da cultura do vaso campaniforme e o da cultura de Hallstadt*. Esta última, *introduzida na Península provavelmente com a invasão celta, não destruiu por completo nem a civilização nem o elemento antropológico pré-celta já existente e de que descende o povo português. O estudo moderno da pré-história leva-nos com outras directrizes a ver nos povos primitivos a origem dos povos históricos* (JALHAY, 1936, p. 20. Nossos itálicos).

Esta era uma das razões pelas quais trilhava meandros arqueológicos, por proporcionarem fundamentos para identificar a etnogénese nacional que aspirava única e isenta de influências alígenas, pelo menos em termos antropológicos. Era, pois, com base nestes estudos que entendia “[...] não se poder já hoje sustentar a tese de Herculano de que o povo português se constituiu em virtude de estratificações variadíssimas, devidas a colonizadores e invasores estranhos, sem que os lusitanos nele representem o elemento fundamental e primitivo” (JALHAY, 1936, p. 20). Pressupunha o desenvolvimento civilizacional a partir de um único centro, do qual emanaram os primeiros grupos, num processo de aperfeiçoamento traduzido em *culturas* ímpares, “[...] reflectindo fielmente o grau que atingira ao emigrar do seu centro de origem” (JALHAY, 1936, p. 20.). Apartando-se da evolução mono-linear, não podiam os estudos mais recentes cingir-se ao método tipológico, abrindo, antes, caminho à imposição arqueológica enquanto campo interdisciplinar (CORREIA, 1938, p. 254). À semelhança, todavia, das suas fontes teóricas, o escrutínio dos compostos culturais não constituía um fim em si. Pelo contrário, tratava-se de uma etapa de um propósito mais abrangente e audacioso: a busca da origem da Humanidade através do estabelecimento do(s) seu(s) percurso(s), hierarquizando-os e legitimando reivindicações contemporâneas, a exemplo das nacional-socialistas alemães. Uma proposição comungada por A. A. Mendes Correia:

Quando todos os ciclos estiverem bem determinados por um estudo aprofundado, alcançar-se-á talvez a meta tão desejada dos adeptos da escola crítico-histórica – a de distinguir entre eles, pela sua antiguidade e por outras razões intrínsecas, os que descendem mais ou menos directamente dos ciclos de cultura do homem fóssil (CORREIA, 1938, p. 254) [...] [pelo qual] *A pré-história foi renovada pelas aplicações do método histórico-cultural, graças ao qual as comparações das civilizações pré-históricas com as civilizações etnológicas não se baseiam em concordâncias isoladas e análogas, mas verdadeiramente tópicas. Por sua vez, a pré-história, mediante o critério estratigráfico, contribui para maior segurança no estabelecimento dos círculos culturais etnológicos* (CORREIA, 1938, p. 254. Nossos itálicos).

A insistência na monogenia assumia, contudo, contornos mais latos e profundos, ao corresponder a interesses e convicções de defensores inquebrantáveis da *Criação*. Sobretudo agora que, “[...] admitindo-se uma origem única para as diversas raças ou tipos actuais, apesar das diferenças que entre si apresentam, porque se não admitirá também para as raças fósseis?” (JALHAY, 1927b, p. 5). E. Jalhay explicitaria estes propósitos sobretudo quando, “Entre a Ciência e a Religião não poderá nunca haver verdadeiro conflito” (JALHAY, 1927b, p. 15), pois,

²⁸ Termo que o naturalista William-Frédéric Edwards (1777-1842), fundador da *Société d’Ethnologie de Paris*, em 1839, relacionou com os estudos de elementos que, do ponto de vista físico e cultural, distinguem as raças humanas umas das outras (LUZ, 2002, p. 390).

É bem sabido que para um católico *os dogmas do pecado original e da Redenção estão intimamente ligados com o monogenismo, ou seja, com a unidade da espécie humana*. O que sustentar pois que os representantes das raças fósseis [...] foram homens no sentido rigoroso da palavra, e que, por outro lado, várias dessas raças coexistiram, como coexistem hoje as raças branca e negra, terá de *admitir para todos eles uma origem comum, um par inicial, a que se aplique o que sobre o mesmo vem narrado nos primeiros capítulos do Génesis* (JALHAY, 1927b, p. 7. Nossos itálicos)²⁹.

A nova abordagem teórica não se circunscrevia ao apartamento paulatino do anterior modelo de evolução mono-linear parcialmente defendido por E. Jalhay, para quem “Muitos factos culturais, como os mitos ligados ao totemismo, implicam uma tal complexidade estrutural, que a sua larga distribuição é inexplicável por um fenómeno de lógica elementar e por origem independentes” (JALHAY, 1927a, p. 293)³⁰.

Mas a AAP questionava (1945) a admissão acrítica da cronologia definida por P. Bosch-Gimpera e aceite pelo arqueólogo sueco Nils Åberg (1888-1957), por considerar “[...] uma seqüência evolutiva perfeita e ininterrupta de tôdas as formas arquitectónicas, a começar nos pequenos dólmenes [...]” (*A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha*, 1945, p. 11). Era, com efeito, uma observação pertinente e reveladora da influência de outras áreas do conhecimento no exercício arqueológico, etnográfico e, até, histórico. Uma constatação que não subentenderia a inferioridade cultural de um processo evolutivo não mono-linear, sublinhando-se, pelo contrário, a validade de percursos individuais (DIAS, 1991, p. 18-21). Movê-los-ia o pensamento do antropólogo francês Paul P. Broca (1824-1880), fundador (1859) da *Société d'Anthropologie de Paris*, em reacção aos limites do anti-transformismo e anti-poligenismo sobre a origem humana, preponderantes na *Société d'Ethnologie de Paris*, sob égide da *Société de Biologie* abonada por A. de Quatrefages no ensino antropológico conduzido no museu de História Natural (LUZ, 2002, p. 390-391). Ainda assim, acreditava-se que a individualidade denunciaria a ascendência de um único arquétipo cultural – por muitos observável em manifestações artísticas (SEVERO, 1905-1908b, p. 710)³¹ –, do qual procederiam, com maior ou menor variabilidade

²⁹ Esta questão mereceu, porém, longos debates, uma vez que “No campo *científico* teem vários antropólogos encontrado dificuldade para determinar essa origem comum a tôdas as raças humanas fósseis e actuais. Dois de entre eles, os padres H. Breuil e P. Teilhard de Chardin (êste último, da Companhia de Jesus), afirmam que, quanto mais aprofundam os seus estudos paleoantropológicos e paleontológicos, mais a origem das raças humanas lhes parece tomar o aspecto de “populações diversas” [...] E, se por esta se confirmar cada vez mais a inexistência de semelhante tronco, como se poderá conciliar essa *hipótese* com as verdades certíssimas da Revelação? Admitindo, dizem os AA. citados, a suposição de que várias dessas raças fósseis – as que, pelo menos, não entram no bloco do *Homo sapiens* – serão apenas de Hominídeos e não de Homens” (JALHAY, 1927b, p. 7). E a chave do problema parecia residir na assumpção inequívoca do *Homo neanderthalensis* enquanto tal, ou seja, como espécie autónoma do *Homo sapiens*, sobretudo quando “[...] os esqueletos do tipo de Neanderthal jaziam em sepulturas, com milhares de instrumentos pétreos, fabricados intencionalmente. Êste conjunto de provas não se poderá facilmente debilitar” (JALHAY, 1927b, p. 9). Mais. Para E. Jalhay, “Chamamos *razão* ao conhecimento dos primeiros princípios, das verdades necessárias, absolutas, universais, da impossibilidade da contradição, da inteligibilidade universal...[...]. O macaco não precisa de razão para utilizar um pau ou uma pedra ponteguda de preferência a um punhado de terra. [...]. Um simples raspador moustériense denota já um grande desenvolvimento da utilização da madeira e das peles, uma adaptação por conseguinte do meio ao fim preconcebido, o conhecimento da relação entre êsse meio e êsse fim, por outras palavras, a existência duma faculdade que abstrae do indivíduo e atinge o universal, á qual chamamos *inteligência*. [...] é fora de dúvida que tôdas as circunstâncias dessas sepulturas, demonstram patentemente um certo respeito pelos mortos, nascido, como é fácil de ver, de relações passadas e do sentimento da dignidade humana. [...]” (JALHAY, 1927b, p. 12), para terminar questionando se “Não poderá um católico admitir que a raça de Neanderthal seja humana, em vista das dificuldades que surgem no campo científico para uma origem comum com a das raças actuais?” (JALHAY, 1927b, p. 15).

³⁰ “Não se torna pois necessário recorrer ao poligenismo para a explicação das diferenças existentes entre tanta diversidade de raças. Êste mesmo tem hoje uma tal pluralidade de doutrinas e de pontos de vista, como diz o eminente Professor portuense, Dr. Mendes Corrêa, que mostra bem a sua feição arbitrária e o seu precário fundamento: basta recordar os seis grupos de Hominídeos de Sera, os quatro ou cinco *géneros* humanos de Sergi, os dois *phyla* de Klaatsch etc.” (JALHAY, 1927, p. 294).

³¹ “[...] não há que separar desde já o symbolo da propria substancia, e lembraremos n'um proposito de natural filiação a *litholatria* universal desde as edades primeiras [...] percebe-se claramente no mesmo *processus* mythologico, por simples observação, dentro do raciocinio ethnographico. Sobre o fundo primigenio do culto elementar da natureza, a concepção animista, primeva tambem e elementar, vae construindo formulas cultuaes, symbolos religiosos e mythos” (SEVERO, s/d, 710).

de, com maior ou menor intensidade. Caminhos individualizados esses moldados de igual modo por inúmeros paralelismos culturais cristalizadores do despontar poligénico do mesmo fenómeno social:

dever-se-ão antes distinguir nessa arquitectura correntes culturais diversas, que, não se seguindo numa cronologia absoluta, decorrem de certo modo inter-relacionadas? E, neste caso *não serão algumas das formas intermediárias, em vez de testemunhos de um desenvolvimento progressivo, comprovativas sim da influência recíproca de tipos fundamentais, existentes a priori e paralelos?* (*A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha*, 1945, p. 11-12. Nosso itálico).

Três anos depois, propôs convidar-se o antropólogo e arqueólogo alemão, do Instituto de Frankfurt, Leo V. Frobenius (1873-1938), então em Barcelona, a organizar uma exposição no nosso país sobre arte rupestre africana a repetir em Madrid, “[...] pois o tipo negroide do nosso homem de Muge já justificaria o nosso interesse pelas coisas africanas” (Acta n.º 20. 16/04/1936). Sobretudo agora que a dolicocefalia era atribuída, não a africanos negros, mas a brancos do Norte de África. Ademais, imperaria ainda a divisão de Magnus Gustaf Retzius (1842-1919) entre dolicocefalos e braquicefalos, com aqueles a precederem estes, inicialmente protagonizados pelo *Cro-magnon*, culturalmente mais evoluído (MAIER, 2002, p. 70). Além disso, H. Obermaier conferenciara recentemente em Valência sobre as ligações da arte levantina espanhola com a africana, embora J. Perez de Barradas discordasse da origem bosquímane norte-africana – donde, negra – da primeira, defendendo um foco comum para ambas. Não obstante, E. Jalhay lastimava “[...] que não haja em Portugal ambiente para se fazer uma exposição como a de Barcelona, pelo que não se atreve a propor o convite a Frobenius” (Acta n.º 20. 16/04/1936).

Era como se, apesar das circunstâncias, Portugal não dispusesse da envolvente propícia à catalização de profundos sentimentos nacionalistas em torno de um movimento como a *Renaixença* catalã –, subsidiário do projecto cultural *Noucentista* apoiado pela *Lliga Regionalista* (CORTADELLA MORRAL, 2003, p. XI) –, de amplo espectro popular carreado desde o início do terceiro quartel oitocentista, em contraponto ao centralismo madrileno, mesmo que revestido de aparente descentralização na figura, por exemplo, da *Comisión Central de Monumentos* (CORTADELLA MORRAL, 1997, p. 273-285). É possível, contudo, e como já tivemos oportunidade de aflorar (*vide supra*) que o país não carecesse dessa (re)afirmação perante um hipotético poder exógeno, num momento em que os desígnios nacionais eram controlados por nova agenda política. A razão deste suposto desinteresse, quando comparado ao manifestado pelos demais países europeus por vestígios pré e proto-históricos, residiria no facto de a formação do reino de Portugal desenhar-se na medievalidade. Este era, pois, o período a sobrelevar como signo maior das suas potencialidades. Apenas alguns estudiosos encontrariam nas investigações espanholas, designadamente catalãs, sob acendalha estrangeira, os critérios para o aprofundamento de percursos arqueológicos portugueses, quantas vezes solitariamente, quantas vezes apoiados pontualmente pelo Estado, mas sem a sistematização e a firmeza desejadas.

Entrementes, E. Jalhay regressou a Madrid em meados dos anos 40, dessa feita a convite da *Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas* (CGEA) e da *Sociedad Española de Antropología, Etnografía e Prehistoria* para um ciclo de conferências sobre Pré-história portuguesa. Revisitou, então, estações arqueológicas, em especial no termo de Málaga, onde admirou os monumentos megalíticos da Idade do Bronze de Viera, Menga e Romeral (Antequera), enquanto, em Villanueva de Algaidá, percorreu a necrópole de Alcaide composta de grutas artificiais rasgadas no calcário, “[...] do mesmo tipo das nossas de Carenque, Alapraia e Palmela, embora de uma cultura mais avançada” (JALHAY, 1927b, p. 7).

Repetia, assim, o modelo teórico que tentara imprimir em relação à prioridade do actual território português no despontar e ampliação de culturas pré e proto-históricas, ainda que consequentes de um percurso difusionista, cuja definição constituiria o desiderato destes investigadores de meados de novecentos: “Todos estes monumentos da Andaluzia teem muitos pontos de contacto com os nossos do sul do país, sendo de suma importância o seu estudo para a determinação dos roteiros que seguiram diferentes civilizações e culturas. [...]” (JALHAY, 1927b, p. 7). Com alguma surpresa, justificava este propósito com certa flexibilidade, porquanto “[...] muitas das civilizações pre-históricas se

estabeleceram e desenvolveram simultaneamente em Espanha e em Portugal” (JALHAY, 1927b, p. 7). Uma orientação prosseguida por outros investigadores nacionais, a exemplo de O. da Veiga Ferreira, em comunicação emitida na Associação dos Arqueólogos Portugueses sobre *Os Grandes Monumentos pré-históricos da Península de Lisboa e as suas relações com o Algarve, Alentejo e Sudeste Espanhol* (Acta n.º 128, 04/01/1962), a partir do espólio recolhido em sepulcros megalíticos, analisando-o como relacionado com o Mediterrâneo oriental e o Norte de África.

Num ano (1944) crucial para o *devir* europeu e mundial, E. Jalhay desafiou J. M. de Santa-Olalla – entretanto retornado a Madrid sob o signo falangista – a proferir uma palestra em Lisboa³². Aceitando o repto, J. M. de Santa-Olalla apreciava publicamente o congénere português e reconhecia o contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses no estabelecimento e desenvolvimento para os estudos pré-históricos portugueses. O que trouxe à Associação dos Arqueólogos Portugueses? Contornando a precedência geográfica – sobretudo entre Portugal e Espanha – de manifestações cristalizadas em artefactos arqueológicos, J. M. de Santa-Olalla discorreu sobre um tema recente na comunidade científica internacional e quase inédita em Portugal, conquanto não totalmente desconhecido: *A Arqueologia Aérea em Espanha* (Acta n.º 254, 25/04/1944).

Ao que tudo indica, a presença de J. M. de Santa-Olalla abriu um importante capítulo na História da AAP, iniciando-se um ciclo de conferências apresentadas por excelências da Arqueologia espanhola, numa estratégia que visaria recolocá-la no circuito internacional. Interessante que a Associação dos Arqueólogos Portugueses procurasse libertar-se da escola madrilena, recolhendo à sua inspiradora inicial, a catalã. Na véspera do término da 2.ª Guerra Mundial, L. Pericot comunicou sobre *La Cueva Parballó y el Paleolítico superior peninsular*, esclarecendo a forma como as escavações em Portugal e em Espanha nos últimos 15 anos alteraram a ideia de que a Península Ibérica se encontraria dividida, durante o Paleolítico superior, em duas áreas culturais distintas, a *septentrional-europêa* e a *meridional-africana* (Acta n.º 9, 09/04/1945).

Abundante em materiais desde o Aurinhacense superior até ao Magdalanense, a *Cueva Parballó* fornecera mais de 500 placas calcárias pintadas e gravadas com elementos predominantemente zoomórficos, de par com outros artefactos atribuídos a um Solutrense de *origem africana*, “[...] afirmando dever-se esperar surpresas em muitas estações pre-históricas, e, em Portugal, o aparecimento de muitas outras estações solutrenses” (Acta n.º 9, 09/04/1945). Uma tese contrária à defendida por A. Schülten. Ademais, E. Jalhay noticiou com entusiasmo o aparecimento, em França, a seguir à 2.ª Guerra Mundial, de placas calcáreas com figurações humanas, as quais, “[...] pelo aspecto das figuras, vêm revolucionar quanto se conhecia da arte paleolítica” (Sessão de 14/02/1946). Separaram-se, então, os defensores fervorosos da sua autenticidade – como H. Breuil – dos refutadores alistados pelo conde Bégouën, pelo facto de que, como sublinhou J. Fontes, “[...] nas novas figuras a variedade e diferença de estilos parecem subordinados a um determinado propósito de quem as gravou, além de muitas outras coisas discutíveis debaixo do ponto de vista antropológico” (Sessão de 14/02/1946).

Ao invés do grau de libertação humana materializado na luta pela (sobre)vivência, o determinismo mesolítico motivou múltiplas investigações, em especial no tocante à *época dos metais*. Nomeadamente quanto à Idade do Bronze, no seguimento da tradição oitocentista da AAP, iniciada pelo seu fundador em meados dos anos 70, até como forma de (a)firmação nacional(ista), ao tentar demonstrar a presença de uma produção metalúrgica autóctone, pois,

³² Em meados de 1938, M. Afonso do Paço anunciara a sua retenção no campo de concentração de Chamérac (França), para aonde fora evacuado por interferência da embaixada francesa em Madrid, em plena guerra civil espanhola (1936-1939) (OLIVEIRA, 1999, p. 148-157; VICENTE, 1999, p. 19-20), a mesma que era combatida pelo Portugal salazarista (MEDINA, 1993, p. 321-337): “[...] Santa-Olalla perdeu toda a sua coleção, os trabalhos inéditos, os diários de escavações, notas, fotografias, o ficheiro, tudo lhe foi incendiado ou destruído, incluindo o diploma de socio da nossa Associação” (Acta n.º 30, 22/04/1938). Evidando-se esforços para concretizar o seu regresso a Espanha, M. Afonso do Paço sugeriu que os pré-historiadores portugueses contribuíssem para a reconstituição da sua vida académica, cedendo elementos para a nova biblioteca de quem considerava *muito amigo de Portugal* (CASTELO RUANO, CARDITO ROLLÁN, PANIZO ARIAS & RODRÍGUEZ CASANOVA, 1927, p. 573).

Com quanto todas *as épocas* da archeologia portuguesa sejam interessantes, e haja necessidade de as estudar por meudo, todavia *as que mais se impõem são as mais antigas, como a romana e a pre-romana, por conterem as origens, e estarem arriscados a desaparecerem totalmente os monumentos que d'ellas restam* (VASCONCELLOS, 1897, p. 56. Nossos itálicos).

Daqui que E. Jalhay dissertasse sobre a *Adaga da Quinta da Romeira (Santarem) – subsidio para o estudo do bronze em Portugal* (Acta n.º 134, 28/06/1934)³³, uma *belissima arma prehistorica* que encontrara quase esquecida num armário do Museu Municipal de Torres Vedras, inaugurado recentemente. Uma ocorrência que expressava a (já) incómoda ausência de especialistas portugueses na área, que poderiam ter identificado – como fez – a proximidade formal que ostentava com o exemplar recolhido na sepultura da Quinta da Água Branca (SEVERO, 1905-1908a, p. 241-243), descrito por J. Fontes na *Portugália* e exposto no (agora denominado) *Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcellos (MEJV)*. Ademais, J. Fontes referia (1926), a propósito da *foice* de bronze encontrada em Sta. Tecla – no ano em que o *Seminario de Estudos Galegos (vide supra)* criava uma secção de Pré-história e Arqueologia (DÍAZ-ANDREU, 1997, p. 407) –, que,

Ela deve ser de factura indigena. [...]. Por outro lado, há anos já, publicamos um curioso exemplar de molde de fundição de foices, encontrado nos arredores de Lisboa (Cacem) [...]. Esta peça tem maior valor pois *é o único molde da idade do bronze que existe em Portugal e Espanha.* E se tínhamos provas indirectas de que a fundição de este metal se fazia na Península só o achado de esse exemplar confirmou tais suposições (FONTES, 1926, p. 46. Nosso itálico).

No seu entender, tratava-se de uma *fundição regional* justificável, pois a Península Ibérica possuía áreas jazidas de estanho, numa época de afirmação do seu comércio convertido em *caminho marítimo do estanho* indispensável para, com o cobre, obter bronze. Ainda assim, alguns estudiosos, como H. Obermaier e P. Bosh-Gimpera, questionavam a procedência mediterrânica dessa fundição, porquanto apenas as ilhas Baleares encerrariam vestígios *indiscutíveis* de influência egeia ou micénica, apesar das lendas que envolviam as *Cassitérides*, associadas por muitos ao território britânico.

Este tipo de investigação enquadrava-se numa longa tradição da Associação dos Arqueólogos Portugueses, continuamente reiterada, a exemplo do que sucedera nos anos 20, quando E. Jalhay apresentou objectos do Castro de Tendais (Sinfães) (JALHAY, 1934, p. 157-261), mercê do interesse da proprietária do terreno (Sessão de 22/03/1929). Dos fragmentos cerâmicos recolhidos, destacava-se a *esbranquiçada*, “[...] com semelhanças com a cerâmica neolítica de cultura central (centro de Hespanha), e revelam já uma civilização muito adeantada” (Sessão de 22/03/1929). Demonstrava-se, deste modo, a antiguidade e desenvolvimento ocupacional do actual território português, em especial face à posição childeana sobre a “Revolução Neolítica”.

É possível que E. Jalhay procurasse aproximar culturalmente toda a Ibéria, a julgar pelos exemplares cerâmicos com orifícios similares aos encontrados em castros galegos, destacando-se os cossoiros que entendia procederem de sepulturas, “[...] pela quantidade de desenhos que parecem indicar um uso muito cultural, ou ritual, representando a Eternidade [...]” (Sessão de 22/03/1929), seguindo, pois, a opinião do político e arqueólogo Enrique de Aguilera y Gamboa, XVII Marquês de Cerralbo (1945-1922). Uma suposição aparentemente confirmada com a cerâmica encontrada nos povoados de Caldelas e Tendais, decorada com o motivo ‘S’ e ‘fossetes’ “[...] iguais às dos cossoiros

³³ “Estabelecendo o paralelo entre as duas adagas, baseado na forma, nos desenhos e até na materia em que são feitos (cobre), mostrou que ambas as armas são do tipo denominado «de espigão» anterior ao das alabardas com rebites ou cavilhas, do primeiro periodo calcolítico ou talvez já do inicio do bronze, e por conseguinte, são anteriores ainda ao segundo milénio antes de Cristo. A adaga da Quinta da Romeira é um pouco menor que a da Agua Branca, e visto não apresentar fractura alguma pode-se considerar como o mais belo instrumento do seu genero conservado hoje nos nossos museus. O Reverendo Padre Jalhay apresentou á Assembleia a adaga de que fôra portador por especial deferencia do presidente do Municipio de Torres Novas” (Acta n.º 134, 28/06/1934)

espanhois, referindo-se sempre ao culto dos mortos, o que provaria que, de facto, os cossoiros apresentados pelo sr. padre Jalhay devem provir de sepulturas” (Sessão de 22/03/1929).

Mais. No seu entender, a verificação adviria da identificação – conquanto indirecta – de sepulcros de incineração em estruturas habitacionais da Citânia de Sanfins, contribuindo, assim, segundo A. Garcia y Bellido [continuador de José Ramón Mélida Alinari (1856-1933) (ALMELA BOIX, 2004, p. 261-268)], para a localização das necrópoles correspondentes aos aglomerados castrejos (Sessão de 13/12/1945). Esta tese divergia da tradição oitocentista acalentada por F. Martins Sarmiento, para quem os sepulcros megalíticos pertenceriam aos habitantes castrejos, numa remanescência setecentista britânica e francesa, quando se relacionara o substrato pré-romano com a celticidade, e esta com os dolmens, então interpretados como altares sacrificiais, na esteira dos registos cesarianos (AYARZAGÜENA SANZ, 2004d, p. 75). Uma hipótese equacionada – embora com reservas – ainda no início do século XX, apesar do desenvolvimento da investigação neolítica e das idades metalúrgicas³⁴, ponderando-se estar-se perante “Povos que tanto cuidado e trabalho tinham para a construção da moradia dos mortos, que não faziam grande caso da habitação dos vivos [...] [para quem] bastavam simples cabanas de ramos ou ligeiras tendas de pelles, o abrigo natural d’um rochedo ou talvez a cavidade d’uma arvore” (BRENHA, s/d, p. 690).

3.6 – A Associação dos Arqueólogos Portugueses ao reencontro da Arqueologia europeia

No fim da 2.^a Guerra Mundial, a Associação dos Arqueólogos Portugueses terá (re)entrado no circuito – cada vez mais alargado – da comunidade arqueológica internacional, embora com maior incidência na espanhola. Observava-se, contudo, uma diferença de substância relativamente à experiência oitocentista da AAP. Matizava-se, agora, a sua participação em encontros de referência europeia, talvez em consequência dos tempos vividos desde 1926 e pela ausência dos meios necessários à sua concretização e, em última análise, pelos turbulentos anos da guerra.

Embora com mais de um decénio de diferença, foi o sócio-correspondente Juan Maluquer de Motes (1915-1988), fundador da *Zephyrus* e do *Instituto de Arqueología y Prehistoria* (1959) e “indigenista” assumido (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 142-146) – nomeadamente no tocante a Tartessos, esses supostos predecessores os navegadores espanhóis e portugueses (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 199) –, a palestrar sobre *Las excavaciones estratigráficas de Cortes de Navarra*³⁵,

³⁴ “Onde habitaria o povo constructor da necropole? [...]. Tendo, pois, de procurar mais longe, quasi involuntariamente nos voltamos para os *castros*. Não que n’elles encontra-se dados seguros para estatuir a relação com a necropole dolmenica. Porque, a meu vêr, o encontro fortuito d’um machado neolithico com os caracteres fundamentaes do descripto no rol do mobiliario funebre é elemento fragil de concordancia. Basta ponderar que há sempre a penetração d’uma civilização na phase immediata; e que duas epochas proximas não se apartam em estratos absolutamente definidos e autonomos. Mas já porque o achado é um indicio, já porque outros dados mais complexos e decisivos convenceram archeologos distinctos a afirmar a dependencia dos castros e dolmens, aceitamos provisoriamente que as acropoles do Salles tenham sido a estação humana dos constructores da parte gallega do cemiterio dolmenico” (FORTES, 1903, p. 678-679). Em contrapartida, R. Severo entendia que “Não há elementos de transição que os liguem, por falta de documentos e de saber, porque não há castros explorados, e raras são as necropoles de varias epochas convenientemente estudadas: verosimilhanças apenas, quando muito rasões locais de proximidade ou visinhança. Faltam os conhecimentos especiaes archeologicos e palethnologicos; e até melhores provas, os grupos dolmenicos constituirão um typo independente, pela sua característica architectura megalithica, pela facies neolithica dos seus mobiliarios ou espolios, pelo seu modo de distribuição e agrupamento” (SEVERO, 1905-1908, p. 709).

³⁵ “Descreveu, a seguir, a estação propriamente dita, as suas construções em adôbe, a impossibilidade de as conservar; as casas rectangulares que apresentavam, no qual, três divisões, para cereais, vasilhame de barro e farinhas. Referiu-se, ainda, ao problema estratigráfico e aos enterramentos de crianças no interior das casas. O Museu de Pamplona recolheu quantidades importantissimas de recipientes de barro, ali mostrados. E acabou analisando os problemas agricolas, comerciais e industriais que as escavações puseram em equação, assim como as migrações humanas. A conferência foi acompanhada com um plano dos principais cortes estratigráficos e terminou com a projecção de várias fotografias em côres” (Acta n.º 83, 06/04/1956).

subsidiadas pela instituição Príncipe de Viana, da Deputação Foral de Navarra. Um exemplo que os congéneres portugueses gostariam de ver abraçado entre nós, mormente ao ter permitido apresentar o volume *Cortes de Navarra* ao XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas.

Esta conferência revestiu-se do maior interesse, até por se reportar a um povoado de estratigrafia complexa, desde o Bonze final – inserido no horizonte cultural dos “campos de Urnas” (que P. Bosch-Gimpera associara aos celtas) – até à 2.^a Idade do Ferro. Ademais, e talvez pela primeira vez em Portugal, apresentavam-se resultados de escavações sucessivas baseadas no «sistema Wheeler», fundamental para o conhecimento da sequência histórica daqueles períodos no Vale do Ebro.

A palestra de J. Maluquer de Motes aprofundava um assunto grato aos pré-historiadores portugueses.

Sublinhando a importância dos vestígios encontrados para a compreensão do quotidiano do povoado, nomeadamente no que se referia à prática agrícola, comercial e industrial, o catedrático espanhol demonstrava-a de igual modo para o entendimento da – sempre presente – temática das *migrações humanas*. A expansão dos «campos de urnas», com as suas cerâmicas características, era tradicionalmente explicada pela migração – e não difusão – ou invasão indo-europeia, em grande escala, um assunto amiúde debatido em comunidades arqueológicas, aprofundando-se a discussão entre monogenistas e poligenistas, entre migracionistas e difusionistas, privilegiando, em todo o caso, o modelo “essencialista-invasionista” prevaemente na agenda científica espanhola.

Quatro anos depois, foi Juan de Mata Carriazo y Arroquia (1899-1999), professor da Universidade de Sevilha e delegado da «Zona de Serviço de Escavações Arqueológicas» do respectivo distrito académico, a deslocar-se à Associação dos Arqueólogos Portugueses para apresentar *Algunas escavaciones recientes en Andalucía* (Acta n.º 113, 28/04/1960).

J. de Mata Carriazo provinha, pois, de uma cidade de acentuada tradição antiquária e arqueológica traduzida na formação de uma das “escolas locais” de Pré-história e na fundação da secção sevilhana da *Sociedad Española de Historia Natural*, assim como da *Sociedad Antropológica Sevillana* (AYARZAGÜENA SANZ, 2004d, p. 76), nas quais ainda se (re)viviam as lendas seiscentistas de Túbal como povoador bíblico da Andaluzia (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 27).

Evocou, então, a figura do sacerdote e escritor Rodrigo Caro (1573-1647), bem como os trabalhos desenvolvidos em Itálica – de cujo município procedia a família de Trajano e Adriano – nos séculos XVIII e XIX, em especial por Manuel Luis de Góngora y Martínez (1822-1884) (DELGADO TORRES, 2004, p. 153-156), um precursor dos estudos pré-históricos e históricos andaluzes e autor de *Antigüedades Prehistóricas de Andalucía* (1867).

Mas o conferencista discorreu também sobre a intervenção de L. Siret nos povoados de *El Garcel* e de *Tres Cabezos* pertencentes à “cultura de Almería” do Neolítico final da Andaluzia oriental. A mesma definida por P. Bosch-Gimpera como imediatamente anterior ao despontar da mais importante cultura calcolítica espanhola: a do povoado de *Los Millares* escavado e publicado em oitocentos pelos irmãos Siret. Dissertou de igual modo sobre as escavações orientadas (1882-1888) por J. Bonsor na Carmona romana (MAIER, 2004, p. 325-331), naquele que é considerado como o primeiro projecto de escavação sistemática efectuado em Espanha. Uma empresa que abriu uma nova etapa na História da Arqueologia deste país ao radicar numa concepção iminentemente científica resultante da primazia conferida ao conhecimento do quotidiano das suas gentes, e não à simples recuperação de peças para engrandecimento de colecções particulares e/ou museus estatais, ao mesmo tempo que J. Bonsor modelava o exercício arqueológico através da *Sociedad Arqueológica de Carmona* (AYARZAGÜENA SANZ, 1997, p. 303-310) e do *Museo de la Necrópolis* que fundara.

J. de Mata Carriazo apresentou, ainda, a necrópole ibérica de Tútugi (Galera, Granada), estudada por J. Cabré, indissociável do desenrolar da cultura ibérica – a «cultura ou período hispânico» de L. Siret – que ajuizava fortemente influenciada pela cartaginesa, afastando-a, por conseguinte, de qualquer filiação romana. Na verdade, J. Cabré apartara-se da habitual abordagem difusionista centrada na origem grega das expressões artísticas do Sul e do Levante espanhol, sublinhando as particularidades impressas no seu actual território, insistindo numa nomenclatura apropriada às características intrínsecas do período imediatamente pré-romano, contrariando, assim, o enquadramento forçado na terminologia francesa.

Finalmente, J. de Mata Carriazo analisou as escavações conduzidas por H. Obermaier em dolmenes da baixa Andaluzia. Passou, então, em revista etapas fundamentais da Arqueologia espanhola, destacando a investigação da «Cueva de la Pileta», pelo trabalho exemplar de M. Gómez-Moreno³⁶.

No conjunto, estes exemplos sobressaíam pelos procedimentos científicos que pugnava por seguir nas campanhas que orientava, por exemplo, no povoado de Carambolo do Bronze Final tartéssico do Vale do Guadalquivir – o primeiro, na realidade, a ser assumido como tal (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 151) –, no topo do qual se encontrara (1958), por casualidade, um tesouro áureo composto de 21 peças, entre as quais colares, braceletes e uma coroa. A sua descoberta assumira relevância acrescida ao graduar a influência fenícia, buscada por J. Bonsor (MAIER, 2004a, p. 325-331) no desenvolvimento de Tartessos (Villarías Robles, 1997, p. 613-619), ícone franquista das raízes bíblicas da supremacia espanhola, da sua antiguidade monárquica e luta contra invasores (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 190). Era esta a Tartessos que A. Schülten – o seu “inventor” (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 87-118; WULFF ALONSO, 2004; WULFF ALONSO, 2003) – negava aos iberos (porquanto, no seu entender, culturalmente impotentes), relembrando, de alguma forma, toda uma Europa que contestava a propensão portuguesa para a criação artística (LEANDRO, 2004, p. 227). Na opinião de A. Schülten, os iberos eram incapazes de originar uma cultura tão elaborada, atribuindo-a, por isso, a invasores cretenses ou a povos aportados da Ásia Menor, possivelmente da Lídia (os mesmos que teriam fundado a Etrúria). Para isso, escrutinava na *Bíblia* os fundamentos da sua teoria (CORREIA, 1959, p. 4) que contrariassem o interesse espanhol (despontado no século XVI) por Argantónio (?670 a.C.-?550 a.C.), principalmente por ter sido transformado num símbolo da resistência nacional ao domínio exógeno (ALBUQUERQUE, 2003, p. 159-173).

Com efeito, era um assunto de não somenos importância.

Em Portugal, foi, sobretudo, António dos Santos Rocha (1853-1910) a assumir o posicionamento de J. Bonsor sobre esta temática, a julgar pela correspondência mantida entre ambos. Uma influência notada em especial no seu empenho em demonstrar o ascendente fenício e cartaginês nos povos ibéricos, atribuindo, por exemplo, materiais recolhidos na região do Mondego a uma época “lusocartaginesa” (MAIER, 2002, p. 77-78). Mas o pensamento de J. Bonsor fez-se experimentar de igual modo em Adelino de Abreu, pois, conquanto remontasse os vestígios *d’essas tribus selvagens* aos *troglydytas*, considerava os iberos e os celtas procedentes de *successivas migrações asiáticas, africanas*, os

³⁶ Enquanto representante do mundo académico sevilhano, cuidava de divulgar a Arqueologia do distrito que apresentava. Listou, em todo o caso, sítios sustentadores da necessidade de (re)afirmar particularidades do país, mesmo que estivessem longe os anos em que pairara no ar o temor de uma sobreposição alemã aos seus desígnios. Mas, embora já numa segunda fase, Espanha ainda se encontrava sob domínio falangista, e um denominador comum dos regimes totalitaristas mais altivos residia, justamente, na utilização da Arqueologia para enfatizar pretensões nacionalistas de feição (quase sempre) imperialista. Com efeito, nada melhor do que legitimá-las à luz de um sentir ancestral supostamente plasmado em materializações passadas das quais se arvoravam herdeiras directas. Assim, desde Itálica, que dera ao “Mundo Romano” alguns dos seus mais notáveis dirigentes, passando pelo povoado de *Los Millares* até à «cultura ibérica» e «tartéssica» (agora tornada mais peninsular do que mediterrânea), seriam múltiplas as razões pelas quais as autoridades investiriam na sua investigação. Unir-se-iam essas intenções, contudo, pelo facto de tornarem único o país no quadro cultural europeu, demonstrando, assim, uma competência criativa que os agruparia, finalmente, aos *Kulturvolker*. Esta era uma tendência que julgamos não detectar em Portugal, a não ser pontualmente em relação a certos castros nortenhos e ao povoado calcolítico de VNSP. Uma ausência que teria a ver, acima de tudo, com a inexistência das necessidades ideológicas que a justificaram além-fronteiras. O país encontrava-se há muito definido administrativamente, não padecendo de questões regionalistas, nem de agenda política ajustada a um colonialismo trans-europeu. Era, em todo o caso, um país que continuava a atrair investigadores e viajantes ocidentais cultos em busca das manifestações de uma ancestral cultura popular substanciada por uma economia predominantemente agrícola e destituída do nível de industrialização que causara o (quase) aniquilamento e/ou adulteração das pertencentes aos demais países, especialmente norte-europeus. Pois era, precisamente, destas que muitos entendiam proceder a portuguesa e a espanhola. Seguiu-se, assim, o pressuposto de que as especificidades culturais se cristalizavam com maior facilidade e perenidade nas periferias. Daí que se deslocassem à Península ibérica, calcoteando-a e “esventrando-a” em demanda do seu próprio passado, ao mesmo tempo que da validação da superioridade contemporânea dos países que representavam, esquadrinhando observações etnográficas em busca de motores difusionistas – ou, até, migracionistas – de costumes – normalmente fenícios – traduzidos nas actuais diferenças comportamentais.

primeiros povos, enfim, “[...] que, vindos da Ásia, habitaram a península ibérica.” (ABREU, 1895, p. 21-23). Esta ideia era parcialmente perfilhada por contemporâneos portugueses, para quem,

os indígenas primitivos foram os Herminios, eram os povos mais antigos e aguerridos dos Montes Herminios, eram da família dos Lusitanos que habitavam os herminios menores; *os lusitanos pertenciam à Família Celta*, que veio das Gallias e de Ásia. *Os Celtas pertenciam à Família dos Aryos asiáticos, que eram povos cultos e até fabricavam bronze* (LACERDA, 1908, p. 21. Nossos itálicos).

Era, em todo o caso, uma abordagem contestada com ardor por nomes maiores da Arqueologia espanhola, especialmente catalã, ainda que formados academicamente sob o signo de G. Kossina. Falamos, em concreto, de P. Bosch Gimpera, para quem, partindo de um pressuposto indutivo, a cultura ibérica,

tiene el sello de una *indiscutible personalidad étnica*, a pesar de hallarse impregnado de las influencias griegas y fenicio-cartaginesas que intervinieron en su formación, el hecho de la existencia en la cultura ibérica de un fondo primitivo, *en el que se acusa la persistencia de la manera de ser indígena, que tiene sus raíces en épocas antiquísimas que se pierden en la Prehistoria*. [...] vamos a parar a *la civilización llamada de almería*, que en tales épocas anteriores: la Edad del Bronce, el neolítico y el neolítico, *floreció en el mismo territorio ocupado luego por la cultura ibérica* (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 5. Nossos itálicos).

4 – ALGUMAS NOTAS FINAIS

A inexistência de necessidades geopolíticas presentes noutros territórios europeus ditou, de algum modo, a ausência de um discurso arqueológico consistente destinado a substanciar pressupostos pátrios, reforçados com o estudo, restauro e divulgação do repositório medieval ilustrador do processo formativo das fronteiras actuais, exemplo, por excelência, da unidade nacional veiculada pela agenda salazarista e reforçada pelo integralismo católico que a apartava das restantes ideologias totalitaristas contemporâneas. O que não impediu que os protagonistas do exercício arqueológico português das primeiras décadas do século XX demandassem, à semelhança do que ocorria na restante Europa e quase em sintonia com o praticado nos círculos académicos espanhóis, especificidades materiais corroboradoras da ancestralidade de realidades pretendidas comuns e únicas ao actual território nacional e suas gentes, configurando, com elas, um país, uma raça e uma estirpe. Neste sentido, não divergiram, em substância, das linhas mestras dos estudos arqueológicos, antropológicos e etnológicos conduzidos nas principais capitais europeias, enquadrados por momentos políticos particularmente favoráveis ao seu incremento.

Na realidade, deveríamos assinalar o modo como se tentou entrelaçar o devir das comunidades pré e proto-históricas identificadas em solo português com fenómenos registados noutros recessos, insistindo na sua origem levantina, no decurso de uma longa tradição clássica e bíblica, sem desmerecer, contudo, a(s) valência(s) endógena(s), numa confirmação da criatividade e legitimidade existencial do ser, estar e fazer português, materializadas na abordagem “ocidentalista”, por oposição à “orientalista”. Privilegiaram-se, todavia, outras ligações culturais, mormente com a região galega e asturiana, zonas de grande significado histórico para o território nacional, enquanto se tentava estabelecer conexões materiais com o Norte de África, definindo-se, assim, as duas vias de difusão e/ou migração apuradas pelos teóricos fundamentais de finais de oitocentos, inícios de novecentos, enquanto se fortalecia gradualmente a comunhão atlântica.

Foi neste último enquadramento que se noticiou (1930) o aparecimento de um “[...] tesouro importante de velhas joias de ouro [...]” (Sessão de 15/05/1930), numa herdade do concelho de Moura. A peça aquilatava aproximadamente dois quilos, tendo sido adquirida por S. Reinach para o *Musée de Saint-Germain-en-Layes*. E, em Reguengos,

encontraram-se outras jóias, “[...] da mesma época de bronze, segundo a melhor classificação de Salomon Reinach” (Sessão de 15/05/1930). Objectariam, assim, as teses ultra-difusionistas do *ex oriente lux*, sublinhando a contribuição europeia na evolução civilizacional, e defendendo a endogenia das mais significativas, equacionando-se, por isso, a pré-romanidade das jóias de Moura. Distante do modelo mediterrânico, nomeadamente micénico e/ou fenício, afirmava-se que “As jóias encontradas em Portugal são interessantes pelas relações que permitem estabelecer com a Gran-Bretanha, Dinamarca, e outros povos das costas do Atlântico, no período da pré-história” (Sessão de 15/05/1930). Confirmava-se, deste modo, a proximidade atlântica reclamada por investigadores nacionais da primeira metade de novecentos. Uma pretensão repetida amiúde, a exemplo do artigo publicado por G. Leisner, reforçando a revisão das teorias sobre o Neolítico e o Calcolítico peninsular “[...] e suas consideráveis influências na maior parte do continente europeu” (“A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha”, 1945, p. 11). Basear-se-iam, para o efeito, na cronologia relativa de diferentes tipos sepulcrais megalíticos, conquanto alguns mantivessem que “Existiu pois, n’este paiz do Noroeste da Peninsula, desde tempos, para nós, prehistoricos, uma ourivesaria caracteristica, com essa technica barbara e de primitiva esthetica, mas que manifesta uma feição propria” (SEVERO, 1905-1908a, p. 412).

A verdade, porém, é que, apesar dos esforços conduzidos desde a queda dos regimes totalitaristas europeus – Portugal incluído –, manteve-se uma certa necessidade de procurar a unidade na diversidade, fomentando a variedade como um todo actuante, como que em demanda de uma hipotética matriz primeva da realidade construída – e a edificar – pela “União Europeia”, privilegiando-se, quase sempre, o passado proto-histórico medeado entre finais do Bronze e a Idade do Ferro, designadamente através de *Hallstatt*, configurando-se, para o efeito, as mais diversas “rotas célticas”. É neste contexto que deverão ser entendidas as diferentes iniciativas projectadas e (algumas) realizadas para demonstrar uma primeira forma de suposta comunhão europeia, liderada, neste caso, pelos celtas, a exemplo da mensagem subjacente à exposição internacional veneziana, patrocinada pelo governo italiano, sugestivamente intitulada *I celtici, la prima Europa* (1991), alvo de profundas e extensas críticas, em especial pela ideia transmitida de uma herança cultural celta perceptível na actualidade de alguns povos europeus, contrariando, assim, a diversidade expressa nos materiais arqueológicos descobertos em todo o continente.

Recuando algumas décadas, verificamos como estes propósitos eram inerentes a diferentes eventos. Responsável pelas maiores escavações do cenário da antiguidade tardia do actual território português, Idanha-a-Velha (Acta n.º 91, 28/05/1957), D. Fernando de Almeida (1903-1979) expressava um gosto inscrito num certo panorama arqueológico europeu. Apesar da *décalage*, é possível que o interesse generalizado pelos estudos visigóticos nascesse de uma Arqueologia alemã empenhada em aferir a extensão de uma cultura que reclamava como sua antepassada e, por inerência, o grau da sua influência no desenvolvimento cultural de outros recessos. Este projecto fora, ademais, implementado em solo espanhol, designadamente através da *Anhenerbe*, de colaboração com o pan-germanista J. M. de Santa-Olalla (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 96), para desapossar a componente muçulmana do substrato espanhol através da “germanização” do seu território. Um propósito que catalizou esforços e aplicação de novas técnicas de escavação e de interpretação arqueológica procedentes dos círculos científicos alemães. Neste âmbito, o estudo de sítios da Alta Idade Média entre nós perfaria, também por isso, uma expressão e/ou reforço do embrião de um Portugal unido e católico despontado em pleno período visigótico.

O texto que ora findamos constitui apenas uma primeira abordagem a um tema que desenvolveremos em breve noutros contextos, de forma escrita e oral, tendo sempre presente que a História, mais do que herdada e/ou descoberta, é talhada por um grupo restrito de individualidades empenhadas em convertê-la num passado comum adaptável a diferentes agendas ideológicas, sobretudo quando, por uma conjugação de factores, urge afirmá-lo perante designios exógenos e/ou indesejáveis.

REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

1 – Arquivísticas

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/06/1925-16/11/1933).

Sessão de 21/02/1929.

Sessão de 22/03/1929.

Sessão de 09/01/1930.

Sessão de 18/01/1929.

Sessão de 13/02/1930.

Sessão de 13/03/1930.

Sessão de 10/04/1930.

Sessão de 15/05/1930.

Sessão de 15/11/1930.

Sessão de 25/11/1930.

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (03/06/1933-21/06/1938).

Acta n.º 6. 14/06/1934.

Acta n.º 7. 12/07/1934.

Acta n.º 8. 18/12/1934.

Acta n.º 20. 16/04/1936.

Acta n.º 30. 22/04/1938.

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/02/1939-18/01/1945).

Sessão de 20/06/1940.

Sessão de 13/07/1944.

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (22/02/1945-23/07/1956).

Sessão de 13/12/1945.

Sessão de 14/02/1946.

Sessão de 07/03/1950.

Sessão de 24/04/1952.

Sessão de 19/12/1963.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928).

Acta n.º 32, 24/11/1927.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930).

Acta n.º 54, 16/05/1929.

Acta n.º 59, 11/07/1929.

Acta n.º 60, 25/07/1929.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (29-05-1931 a 25-06-1935).

Acta n.º 85, 29/05/1931

Acta n.º 97, 25/02/1932.

Acta n.º 126, 07/02/1934.

Acta n.º 134, 28/06/1934.

Acta n.º 155, 02/07/1935.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1935 a 17-02-1941).

Acta n.º 161, 17/01/1936.

Acta n.º 167, 18/06/1936.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970).

Acta n.º 254, 25/04/1944.

Acta n.º 9, 09/04/1945.

Acta n.º 83, 06/04/1956.

Acta n.º 91, 28/05/1957.

Acta n.º 113, 28/04/1960.

Acta n.º 114, 30/06/1960.

Acta n.º 117, 20/10/1960.

Acta n.º 122, 22/06/1961.

Acta n.º 128, 04/01/1962.

2 – Bibliográficas

VV.AA. (1900) – *Expedição Científica à Serra Nogueira (Traz-os-Montes). Programma de trabalhos. I. Geologia, Mineralogia, Meteorologia, Ethnographia, Anthropologia e Hydrologia.* Lisboa: A Liberal – Officina Typographica, p. 15.

(1917) – Vida administrativa. 1.º – Museógrafia, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, S. 5, 13: 7, Lisboa: AAP.

(1918) – Relatório da gerência da Direcção em 1918, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, S. 5, 13: 7, Lisboa: AAP, p 319.

(1927) – Excavações nas ruínas de Conimbriga, *Portugalia*, 1 (1-4), Figueira da Foz: Sociedade Arqueológica, p. 359.

(1934) – A vila de Sesimbra foi visitada pelos representantes da imprensa, *Ilustração Portuguesa*, S. 9, 204, Lisboa: Tipographia da Ilustração Portuguesa, p. 8.

ABREU, A. de (1895) – *Serra da Estrella. Topographia. Viriatho. Ethnographia...*, Coimbra: Francisco França Amado, p. 21-23.

ALBUQUERQUE, P. A. (2003) – Argantónio, um “guardião” da “Idade da Prata? A possível estrutura mítica do rei tartéssico”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6: 1, p. 159-173.

ALEXANDRE, V. (1999) – Luso-Tropicalismo, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F. eds. lts. – 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 391-394.

ALMAGRO BASCH, J. M. (1946) – *Prehistoria del Norte de África y del Sáhara Español*, Barcelona: Casa Provincial de Caridad.

ALMELA BOIX, A. (2004) – José Ramón Mélida Alinari, *Pioneros de la Arqueología en España*, Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 261-268.

- ALONSO, F. W. (2004) – “Franquismo e Historia Antigua: algunas notas europeas com P. Paris y A. Schulten”. *Historia y mito. El pasado legendario como fuente de autoridad*. In MORÓN, J. M.; PONCE, F. J. G. & ANDREOTTI, G. P., eds. lits. – Málaga: CÉDMA, p. 447-491.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (1997) – La Sociedad Antropológica Española (SAE) y el nacimiento de la ciencia prehistórica en España, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M. eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 295-302.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004a) – Édouard Philippe Émile Cartailhac, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 227-230.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004b) – El nacimiento de la Arqueología científica en España, *Pioneros de la Arqueología en España*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 75-78.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004c) – Francisco María Tubino y Oliva, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 197-202.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004d) – Louis Siret, *Pioneros de la Arqueología en España*, Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 235-242.
- AZEVEDO, A. M. de (1927) – Apontamentos para a história dos perseguidores da Igreja em Portugal, *Brotéria*, 4, p. 337.
- AZEVEDO, L. G. de (1927) – Idade Antiga. Lusitânia pre-romana (dum livro em preparação), *Brotéria*, 5, p. 92-93.
- BELÉN DEAMOS, M. (2002) – Francisco María Tubino y la arqueología prehistórica en España, *Arqueología fin del siglo. La Arqueología española de la segunda mitad del siglo XIX*. Sevilla: Fundación El Monte/Universidad de Sevilla, p. 51-52.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1928) – *Los antiguos iberos y su origin*, Madrid.
- BRENHA; J. (s/d) – Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d’Aguiar, *Portugalia*, t. 1 (3), s/e, p. 690.
- BREUIL, H. (1917) – “Le chair et le traineau dans l’art rupestre d’Estrémadure”. *Terra Portuguesa*, S. 2, 15-16, p. 86.
- BREUIL, H. (1918) – Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne, *Terra Portuguesa*, S. 3, 27-28, p. 34-39.
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa, *Al-Madan*. S. 2, 8, p. 138-156.
- CARDOSO, J. L. (2006) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do Século XX. In *Astúrias e Portugal. Relações Histórico-culturais*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 191-233.
- CARVALHO, A. (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal, *Arquivos de Cascais*, 8, Cascais: CMC, p. 105.
- CASTELO RUANO, R.; CARDITO ROLLÁN, L.; PANIZO ARIAS, I. & RODRÍGUEZ CASANOVA, I. (1997) – Julio Martínez Santa-Olalla. Vinculación y contribución a los organismos e instituciones arqueológicas españolas de posguerra, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 573-580.
- COLLIS, J. (2003) – *The celts. Origins, myths of inventions*. Gloucestershire: Tempus.
- COLLIS, J. (2006) – Rethinking the Celts: the impact os historiography and archaeology. *Celtes et Gaulois dans l’Histoire, l’historiographie et l’idéologie moderne*. In RIECKHOFF, S., ed. lit. –. Glux-en-Glenne: Bibracte, p. 97-110.

- CORREIA, A. A. M. (1916) – Os berberes e os povos peninsulares. I, *A Águia*, S. 2, 10.
- CORREIA, A. A. M. (1918a) – Estudos da Etnogenia Portuguêsa. Os habitantes primitivos do território, *Terra Portuguesa*, S. 2, 24, p. 237.
- CORREIA V. (1918b) – O Prof. Henri Breuil na Sociedade de Geografia, *Terra Portuguesa*, S. 3, 27-28, p. 33.
- CORREIA, A. A. M. (1919) – *Raça e Nacionalidade*, Porto: Renascença Portuguesa.
- CORREIA V. (1922) – Arte rupestre em Portugal. A Pala Pinta. Aditamento, *Terra Portuguesa*, 32-34, p. 147.
- CORREIA, A. A. M. (1924a) – *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 265.
- CORREIA, A. A. M. (1924b) – Uma invasão pre-histórica na Península Ibérica (os Capsienses), *A Águia*, S. 3, vol. 4, p. 24.
- CORREIA, A. A. M. (1927) – O petroglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel, *Brotéria*, 4, p. 14-29.
- CORREIA, A. A. M. (1933) – *Introdução à Antropobiologia*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- CORREIA, A. A. M. (1938) – Arqueologia e Biologia, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 4, p. 245-261.
- CORREIA, A. A. M. (1944) – *Gérmens e Cultura*, Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.
- CORREIA, A. A. M. (1959) – *Arqueologia e História Sacra*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- CORTADELLA, J. (1997) – La investigación arqueológica en las asociaciones excursionistas catalanas (1876-1915), *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 273-288.
- CORTADELLA MORRAL, J. (2003) – Historia de un libro que se sostenía por sí mismo: La *Etnología* de la Península Ibérica de Pere Bosch-Gimpera, *Pere Bosch-Gimpera. La Etnología de la Península Ibérica*. In CORTADELLA, J., ed. lit. – Pamplona: Urgoiti Editores, p. IX-CCXLIV.
- DELGADO TORRES, M. (2004) – Manuel Rodríguez de Berlanga. Manuel de Góngora y Martínez, *Pioneros de la Arqueología en España*, Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 153-156.
- DIAS, N. (1991) – *Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1878-1908)*. *Anthropologie et muséologie en France*, Paris: CNRS, p. 18-21.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1997) – Nación e internacionalización. La Arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 403-416.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*, Madrid: Ediciones Clásicas.
- DUPLÁ, A. (2003) – Falange e Historia Antigua. *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*. In ALONSO, F. W. & MARTÍ-AGUILAR, M. A., eds. lits. – Málaga: CEDMA, p. 75-94.
- ELLIS, R. (2000) – *En busca de la Atlántida. Mitos y realidad del continente perdido*. Barcelona: Grijalbo.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I, *Al-madan*, S. 2, 8, p. 104-129.
- FONTES, J. (1912) – Subsídios para o estudo do Paleolítico português, *Revista de História*, Lisboa, 3, p. 4.

- FONTES, J. (1926) – Uma excursão arqueológica à Galiza, *Arqueologia e História*, 5, p. 25-60.
- FONTES, J. (1932) – *A questão do homem fóssil em Portugal*, Lisboa: Ed. Bertrand.
- FONTES, J. (s/d) – *Lisboa nos tempos pré-históricos*, Lisboa: s/e.
- FORTES, J. (1905-1908) – Vasos em forma de chapéu invertido, *Portugalia*, 2 (1-4), p. 665.
- GODINHO, V. M. (2004) – *Portugal, a emergência de uma nação*, Lisboa: Edições Colibri.
- GOMES, M. V. (2002) – “Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século”, *Arqueologia e História*. 54, p. 139-194.
- GONZÁLEZ REYERO, S. (2002) – La investigación sobre cultura ibérica en las dos primeras décadas del s. XX: el santuario de Collado de los Jardines (Santa Elena, Jaén) y la necrópolis de Toya (Peal de Becerro, Jaén), *Actas del III Congreso de Historia de andalucia*. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural CajaSur, p. 72.
- GONZÁLEZ REYERO, S. (2004) – *Ex Mediterraneo Lux*: el crucero universitario de 1933 y Antonio García y Bellido, *Antonio García y Bellido*. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & PÉREZ RUIZ, M., eds. lits. – Madrid: Comunidad de Madrid/Ayuntamiento de Madrid/Universidad Autónoma de Madrid, p. 69-92.
- GRAN-AYMERICH, È. (1998) – *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*, Paris: CNRS.
- HELENO, M. (1956a) – O Professor Henri Breuil, *O Arqueólogo Português*. N. S., 3, p. 239-247.
- HELENO, M. (1956b) – Um quarto de século de investigação arqueológica, *O Arqueólogo Português*. N. S., 3, p. 239-246.
- HELENO, M. (1962) – Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. N. S., 4, p. 309-311.
- JALHAY, E. (1921) – Algumas palavras sobre arqueologia. II. – O homem terciário: provas directas e indirectas, *Brotéria*. 19, p. 251-257.
- JALHAY, E. (1922) – Algumas palavras sobre a Arqueologia. III. – A idade da pedra lascada ou o período paleolítico, *Brotéria*. 20, p. 130.
- JALHAY, E. (1923) – Algumas palavras sobre Arqueologia. IV. – Notas finais sobre o paleolítico. O Epipaleolítico, *Brotéria*. 21, 1, p. 213-220.
- JALHAY, E. (1927a) – O que nos diz a ciência sobre a origem do Homem. X. Novos descobrimentos de esqueletos humanos fósseis. Relações entre as raças quaternárias e as actuais, *Brotéria*. 4, p. 293.
- JALHAY, E. (1927b) O que nos diz a ciência sobre a origem do Homem. XI. Será o tipo de Neanderthal representante duma verdadeira raça humana?, *Brotéria*, Separata, p. 5-7.
- JALHAY, E. (1934) – Alguns cossoiros notáveis do “castêlo” de Tendais, *Revista de Arqueologia*, 1, p. 157-261.
- JALHAY, E. (1936) – As Novas Directrizes no Estudo da Pré-História, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. 2, p. 7-20.
- JIMENO, A. & TORRE, J. I. de la (1997) – Numancia y Regeneración, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 471-483.
- LACERDA, A. do P. de S. (1908) – *Viagem à Serra da Estrela*, Lisboa: Livraria Central, p. 21.
- LEANDRO, S. (2004) – História, teoria e crítica de arte em Portugal no final do século XIX, *Portugal: encruzilhada de culturas, das artes e das sensibilidades*, Coimbra: Livraria Almedina.

- LEITE, J. P. (1999) – Política Colonial, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lts. – 7. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 352-361
- LEISNER, G. (1945) – A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha e suas Relações com Portugal, *Arqueologia e História*, S. 8, 1.
- LILLIOS, K. T. (1995) – Nationalism and Copper Age research in Portugal during the Salazar regime (1932-1974), *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. In KOHL, Ph. L. & FAWCETT, C., eds. lts. – Cambridge: Cambridge University Press, p. 57-69.
- LUZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais, *História do Pensamento Filosófico Português*, CALAFATE, P. ed. lit. – 4: 1. *As Luzes*, Lisboa: Caminho, p. 389-433.
- MAIER, J. (2002) – Arqueología sevillana finisecular, *Arqueología fin de siglo. La Arqueología española de la segunda mitad del siglo XIX*, Sevilla: Fundación El Monte/Universidad de Sevilla, p. 61-88.
- MAIER, J. (2004a) – Jorge Bonsor, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 325-332.
- MAIER, J. (2004b) – Juan Cabré y su entorno científico e intelectual, *El arqueólogo Juan Cabré (1882-1947). La fotografía como técnica documental*, Madrid: Instituto de Patrimonio Histórico Español/Universidad Autónoma de Madrid/Museo de San Isidro, p. 71-88.
- MARÍN-SUÁREZ, C. (2004) – “Historiografía de la Edad del Hierro en Asturias”. *Complutum*. 15. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 77-80.
- MARTÍ-AGUILAR, M. Á. (2003) – Tartessos: precedentes, auge y pervivencias de un paradigma auctotonista. *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*, ALONSO, F. W. & MARTÍ-AGUILAR, M. A., eds. lts. – Málaga: CEDMA, p. 189-215.
- MARTÍ-AGUILAR, M. Á. (2005) – *Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española*, Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.
- MARTINS, A. C. (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação (1863-1963)*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade da Lisboa.
- MARTINS, A. C. (2008) – Nineteenth-Century Protohistory at the Portuguese Association of Archaeologists: Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) and national identity, SCHLANGER, N. & NORDBLADH, J. eds. lts. – *Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History*. Oxford: Berghan Books (em publicação).
- MÉLIDA, J. R. (1918) – La cerámica prehistorica decorada. Los vasos de las grutas de Palmella, *O Archeologo Português*, 23: 1 (12), p. 23-32.
- MOITA, I. N. (1952) – O Pe Eugénio Jalhay, *O Arqueólogo Português*, N. S., 1, p. 213-219.
- MOITA, I. N. (1956) – “Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo”. *O Arqueólogo Português*, N. S., 3, p. 135-136.
- OBERMAIER, H. & GARCÍA Y BELLIDO (1932) – *El hombre prehistorico y los origines de la Humanidad*. Madrid: Revista de Occidente.
- OLIVEIRA, C. (1999) – Guerra Civil de Espanha, *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 148-157.

- PAÇO, M. A. do (1931) – O paleolítico do Minho, *Compte-Rendu Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Pré-historiques*. Paris: E. Nourry, p. 302-310.
- PAÇO, M. A. do (1934) – *Da necessidade da criação do Museu de Etnografia*, Porto: Primeira Exposição Colonial Portuguesa, p. 4.
- PAPÍ RODES, C. (2004) – “La sociedad Arqueológica Valenciana: el inicio de las instituciones de estudios arqueológicos en Valencia”. *Prereros de la Arqueología en España*. Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 379-387.
- PEREIRA, A. L. (2001) – *Darwin em Portugal (1865-1914)*. *Filosofia e História. Engenharia Social*. Coimbra: Livraria Almedina.
- PRADO FERNÁNDEZ, O. (1997) – El Seminario de Estudios Galegos: génesis, aportación y desaparición, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 457-462.
- RAMÍREZ SÁNCHEZ, M. E. (1997) – Un acercamiento historiográfico a los orígenes de la investigación arqueológica en Canarias: las sociedades científicas del siglo XIX, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 311-319.
- RAMÍREZ SÁNCHEZ, M. (2004) –, Gregorio Chil y Naranjo, *Pioneros de la Arqueología en España*. Madrid: Museo Arqueológico Regional.
- RAMOS, I. F. (2002) – *O poder do pó. O pensamento social e político de John Ruskin (1819-1900)*. Lisboa: FCG/FCT.
- RASILLA VIVES, M. de la (1997) – La Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas y la Arqueología Prehistórica en España (1913-1935), *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 1997, p. 431-437.
- RENERO ARRIBAS, V. M. (1997) – Historiografía y identidad cultural: la recuperación histórica en la Cantabria antigua y su influencia en la siueidad montañesa (s. XVIII-XIX), *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 91-98.
- RIBEIRO, J. P. C. (1990) – Os Primeiros Habitantes, *História de Portugal. Das Origens à Romanização*. In SERRÃO, J. e MARQUES A. H. de O, eds. lits. – 1. Lisboa: Editorial Presença, p. 64.
- RIBEIRO, J. P. C. (2004) – O Paleolítico inferior em Portugal no final do século XX: balança das investigações e novos desafios, *Arqueologia & História*, 54, p. 13-24.
- ROCHA, L. M. P. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em Pré-história, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ROUILLARD, P. (2004) – Pierre Paris, *Pioneros de la Arqueología en España. Del siglo XVI a 1912*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 313.
- SALAS ÁLVAREZ, J. & MONTES, J. S. G. de (2004) – La Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma y la presencia española en la Exposición Internacional de Roma de 1911, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 401-406.
- SANTA-OLALLA, J. M. (1940) – Sin título, *Atlantis. Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, 7-9, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- SANTA-OLALLA, J. M. (1946) – Solutrense en Africa: los hallazgos paleolíticos de Tanger. *Cuadernos de Historia Primitiva del Hombre*, 2, p. 93-99.
- SPAULDING, A. C. (1962) – Comment on Lowther: ‘Epistemology and Archaeological Theory’. *Current Archaeology*, 3, p. 507-508.
- SCHULTEN, A. (2004) – *Historia de Numancia*. In WULFF ALONSO F., ed. lit. – Pamplona: Urgoiti editores.
- SEVERO, R. (1905-1908a) – A sepultura da Quinta da Agua Branca, *Portugalia*, 2 (1-4), p. 241-243.
- SEVERO, R. (1905-1908b) – Commentario ao espolio dos dolmens do Concelho de Villa Pouca d’Aguiar, *Portugalia*, 1 (3), p. 710.
- SEVERO, R. (1905-1908c) – Les dolmens de Villa-Pouca-d’Aguiar – Traz-os-Montes, *Portugalia*, 2 (1-4), p. 113-117.
- SEVERO, R. (1905-1908d) – Varia. Notas e comunicações. Ouros prehistoricos da Estella (Povoa de Varzim), *Portugalia*, 2 (1-4), p. 605-608.
- STEMPEL, P. de B. (2006) – Language and the historiography of Celtic-speaking peoples. *Celtes et Gaulois dans l’Histoire, l’historiographie et l’idéologie moderne*. In RIECKHOFF, S., ed. lit. – Glux-en-Glenne: Bibracte, p. 35-56.
- TAVARES, J. S. (1921) – O Congresso Científico do Pôrto (26-VI a 1-VII-1921), *Brotéria*, 19, p. 228.
- TRIGGER, B. G. (1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, p. 159.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1897) – Museu Municipal de Bragança, *O Archeologo Português*, 3, p. 48-58.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1922) – Proloquio, *Arqueologia e Historia*. 1.
- VICENTE, A. P. (1999a) – Academia Portuguesa da História, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – 7. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 23-24.
- VICENTE, A. P. (1999b) – Iberismo, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 201-205.
- VICENTE, A. P. (1999) – Pacto Ibérico, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 19-20.
- VILLARÍAS ROBLES, J. J. R. (1997) – El positivismo de las mil caras: pruebas científicas y presupuestos teóricos en el estudio del Reino de Tartessos, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 613-619.
- WULFF ALONSO, F. (2003) – *Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*, Barcelona: Crítica.
- WULFF ALONSO, F. (2004) – Franquismo y Historia Antigua: algunas notas europeas con P. Paris y A. Schulten, *Historia y Mito. El pasado legendario como fuente de autoridad*. In CANDAU MORÓN, J. M.^a; JAVIER PONCE, F. & CRUZ ANDREOTTI, G., eds. lits. – Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga,
- ZILHÃO, J. (1987) – O Solutrense da Estremadura Portuguesa: uma proposta de interpretação paleoantropológica, Lisboa: IPPC.

A PARTICIPAÇÃO DA FILOLOGIA CLÁSSICA, PORTUGUESA E ESTRANGEIRA, NOS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

Justino Mendes de Almeida*

É em especial dos estudos epigráficos, como parte importante dos estudos arqueológicos, que nos ocuparemos hoje, partindo do princípio inatacável de que Epigrafia é Arqueologia e que não há nenhum epigrafista que possa dispensar uma formação clássica.

Por Filologia Clássica entendemos nós não apenas o conhecimento dos idiomas grego e latino, com os respectivos dialectos, mas também essa imensa massa cultural que facilita uma melhor compreensão de toda a civilização ocidental. Se assim não fosse, como se entenderia o grande apoio dado em Portugal aos estudos arqueológicos por figuras gradas da epigrafia e que, com o mesmo à-vontade se movimentam na área da Arqueologia propriamente dita?

Penso que não estou a dar novidade nenhuma e que me ocupo de preferência da área da Arqueologia Clássica, sem deixar de reconhecer que, na Arqueologia pré-histórica, houve que recorrer à linguística greco-latina para encontrar as designações exactas para monumentos e instrumental requerido.

Volto um pouco atrás para defender uma ciência – a Filologia Clássica, que deve prevalecer sobre a de Linguística Clássica, sendo a primeira designação mais abrangente – que tende a ficar esquecida, pelos simples facto de integrar na sua esfera de acção as línguas, grega e latina que, só por si, são dois fantasmas aterradores e que atemorizam os interessados. Diria desde já que não é assim, tudo dependendo da maneira como são ensinadas. Por fortes razões se está hoje em dia a estimular a aprendizagem destas línguas, em particular do latim, como exigência não de estruturas escolares novas, mas a solicitação de quem reconhece que é muito difícil progredir em certas áreas de estudo, sem o conhecimento básico daqueles idiomas. Reconhecemos até que a terminologia científica e tecnológica ou instrumental foi buscar as suas origens ao vocabulário grego e latino – a este de preferência. Ousamos até dizê-lo que não raro se manifesta sentimento de tristeza pela falta de conhecimento destas línguas ou, ao menos, das raízes que formaram a terminologia das ciências e tecnologias. Como é possível, sem o domínio, ao menos de latim, falar com segurança de arte primitiva, de dólmenes, de tampas insculturadas da época do bronze, sobre as épocas do ferro e lusitano-romanas?

Ao iniciarmos o estudo da Filologia Clássica e das suas influências no domínio da Arqueologia, um nome ressalta à vista: José Leite de Vasconcelos, sábio polimórfico, assombro de cultura, que, por sua vez, na qualidade de discípulo de Augusto Epifânio da Silva Dias, “Mestre sempre sábio, e sempre pronto para ensinar”, adquiriu uma preparação clássica inultrapassável em Portugal.

Recordemos de *Baladas do Ocidente* (1885) três versos, que eram ressaibos clássicos:

* Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa

Terra de meus avós, ó minha terra,
Talvez ainda os ecos dos teus montes
Saibam dizer o nome de Viriato.

O curso de Medicina, que obteve com toda a facilidade na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, permite-lhe exercer essa actividade que o liga, indirectamente, ao gosto pela Arqueologia: médico no Cadaval, em 1887 localiza ali um castro pré-romano, mais tarde estudado em profusão. E quando em Paris frequentou a cátedra de Filologia, é no Colégio de França que segue lições de Arqueologia, nas quais obteve o diploma de aluno titular. O gosto por esta ciência não mais o abandonou, mas, repito, foram as lições de Epifânio Dias que nele inculcaram o saber no domínio da Filologia Clássica e lhe permitiram ensinar simultaneamente as cadeiras de Arqueologia, Epigrafia e Numismática. Os mais competentes estudiosos da biobibliografia de Leite de Vasconcelos não esquecem que, antes de terminar o curso de Medicina, já o futuro Mestre escrevia:

Quero acabar o resto dos meus dias
Numa beatitude austera e santa,
Num ermo, sob lágia duma anta,
Entre cristais de estalactites frias.

Como seria possível, sem o apoio da Filologia Clássica, fundar e manter duradouro o *Arqueólogo Português* e redigir as *Religiões da Lusitânia*? E fundar e manter a *Revista Lusitana*? Idealizar, fundar, animar, desenvolver? Mestre soberano, “primeiro entre os pares”, se aparecia num congresso no estrangeiro, era eleito presidente da Secção de Arqueologia, como aconteceu no Cairo em 1909 ou em Roma em 1912. A mais vasta erudição que ainda houve na investigação científica em Portugal, assim era reconhecido; de quanto ficou deverdor à metódica e exaustiva bibliografia alemã, ele próprio o justifica no opúsculo *In Germania*, ao lembrar que, em Arqueologia, tomou por mestre a Hübner:

Hübner escava as cinzas do passado:
A velha Lusitânia surge altiva.

Como epigrafista, o arqueólogo Leite de Vasconcelos estudou inscrições do Norte ao Sul do País. São disso testemunho os *Analecta Epigraphica Lusitano-Romana* e as *Novas Inscrições Ibéricas do Sul de Portugal* que completam o labor vastíssimo do arqueólogo, tão vasto que foi premiado pelo Instituto de França. Aqui não é apenas o arqueólogo clássico que sobressai, mas também os estudos sobre o paleolítico, estudos sobre a época dos metais, a *Arqueologia do Alto Minho* e, *finis coronat opus – Antiquidades Romanas de Lisboa*. Mas são as *Religiões da Lusitânia* que melhor testemunham o esforço épico do Arqueólogo, que ultrapassa as fronteiras portuguesas nos seus campos de investigação, sem descurar a crítica imperdoável sempre que se lhe oferecia ocasião.

Mas, enquanto imprimia à sua obra sentido nacional (“Portugal, núcleo fundamental de toda a minha obra”), colocava ao serviço do seu país a sua cultura verdadeiramente europeia.

A Sociedade de Línguas Românicas de Montpellier, os estímulos do grande Schuchardt, de Hübner, de Vickert, de Krüger, para citar algumas figuras de proa dos estudos arqueológicos leva-nos a afirmar que em Arqueologia a obra realizada não era apenas ciência portuguesa, mas também ciência internacional divulgada na Europa culta. É de 1885 o primeiro opúsculo arqueológico *Portugal Prehistorico*, súpula de conhecimentos de uma ciência que já lhe é familiar, a que não é alheio o nome de Martins Sarmiento. Arqueologia é para o Doutor José Leite uma ciência que completa, com a Etnografia e a Filologia, a tríade científica a que se devotou.

Num colóquio tão rico de informação pela voz autorizada de investigadores especialistas, não nos impressiona apenas o conhecimento do que se tem feito, mas sobretudo a capacidade que denunciam para fazer.

Os estudos de Arqueologia, que na Sociedade de Geografia de Lisboa têm atingido, desde sempre, um patamar elevado, asseguram-nos que prosseguirão a um nível em nada inferior ao dos Mestres, portugueses e estrangeiros, que aqui se têm pronunciado, tanto mais que decorreram em parcerias com instituições congéneres, portuguesas e estrangeiras (universidades e centros de investigação).

E, ao procurarmos dar relevo a uma área de estudos de projecção europeia, de igual valência, dificilmente se encontraria outra equiparável à Arqueologia.

Assim, em aulas de Português no nosso país é frequente ver o professor enveredar pela História geral, passar à Arqueologia e à Epigrafia: quem, sem o lastro da Filologia Clássica (língua, história, literatura), se aventura em tal campo, não contendo em si esses mundos do saber?

Honra aos dirigentes e colaboradores da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa onde sobressai, pelo trabalho e pelo estímulo, o nome de João Luís Cardoso. Aqui se contribui, diria com regularidade, para dar forma científica à teoria da filiação portuguesa através da Arqueologia.

